

BOLETIM MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI
**CIÊNCIAS
HUMANAS**

v. 14 n. 1 janeiro/abril de 2019

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI
125
anos
* DESDE 1894 *



Novas perspectivas na terminologia de parentesco nas línguas Tupí e Caribe
New perspectives on kinship terminology in Tupian and Cariban languages

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

Ciências Humanas



v. 14, n. 1
janeiro-abril 2019



IMAGEM DA CAPA

"Tupinamba Indian man, woman and child...".

Aquarela de John White, 1585-1593, 388 x 263 mm.

Fonte: coleção online de The British Museum.

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS (ISSN 2178-2547)

O Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia foi criado por Emílio Goeldi e o primeiro fascículo surgiu em 1894. O atual Boletim é sucedâneo daquele.

The Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia was created by Emílio Goeldi, and the first number was issued in 1894. The present one is the successor to this publication.

EDITORA CIENTÍFICA

Jimena Felipe Beltrão

EDITORES ASSOCIADOS

Ana Vilacy Galúcio - Museu Paraense Emílio Goeldi - Linguística

Claudia López - Museu Paraense Emílio Goeldi - Antropologia

Cristiana Barreto - Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo - Arqueologia

Flávia de Castro Alves - Universidade de Brasília - Linguística

Henry Salgado Ruiz - Pontificia Universidad Javeriana - Sociologia

Hein van der Voort - Museu Paraense Emílio Goeldi - Linguística

Jorge Eremites de Oliveira - Universidade Federal de Pelotas - Antropologia

Lúcia Hussak van Velthem - Museu Paraense Emílio Goeldi - Antropologia

Márcio Couto - Universidade Federal do Pará - História

Marília Xavier Cury - Universidade de São Paulo - Museologia

Márlia Coelho Ferreira - Museu Paraense Emílio Goeldi - Etnobotânica

Martijn van den Bel - Universiteit Leiden - Arqueologia

Mily Crevels - Universiteit Leiden - Linguística

Priscila Faulhaber Barbosa - Museu de Astronomia e Ciências Afins - Antropologia

Richard Pace - Middle Tennessee State University - Antropologia

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Ângela Domingues - Instituto de Investigação Científica Tropical - Lisboa - Portugal

Bruna Franchetto - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brasil

Eduardo Brondizio - Indiana University - Bloomington - USA

Eduardo Góes Neves - Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil

Gustavo Politis - Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires - Tandil - Argentina

Janet Marion Chernela - University of Maryland - Maryland - USA

Klaus Zimmermann - Universidade de Bremen - Bremen - Alemanha

Marcos Chor Maio - Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ - Rio de Janeiro - Brasil

Maria Filomena Spatti Sândalo - Universidade Estadual de Campinas - Campinas - Brasil

Michael J. Heckenberger - University of Florida - Gainesville - USA

Michael Kraus - Universidade de Bonn - Bonn - Alemanha

Neil Safier - The John Carter Brown Library - Providence - USA

Nora C. England - University of Texas at Austin - Austin - USA

Rui Sérgio S. Murrieta - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil

Tânia Andrade Lima - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brasil

Walter Neves - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil

William Balée - Tulane University - Louisiana - USA

NÚCLEO EDITORIAL

Normatização - Arlene Lopes, Rafaela Lima e Taise da Cruz Silva

Revisão ortográfica - Rafaela Lima

Editoração, versão eletrônica e capa deste número - Talita do Vale

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Museu Paraense Emílio Goeldi

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

Ciências Humanas



ISSN 2178-2547

Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi	Cienc. Hum.	Belém	v. 14	n. 1	p. 11-227	janeiro-abril 2019
-------------------------------	-------------	-------	-------	------	-----------	--------------------

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Museu Paraense Emílio Goeldi
Núcleo Editorial - Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi
Av. Perimetral, 1901
Terra Firme – CEP 66077-830
Belém - PA - Brasil
Telefone: 55-91-3075-6186
E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

ACESSO EM:
<http://editora.museu-goeldi.br/humanas>
<http://www.scielo.br/bgoeldi>
http://issuu.com/bgoeldi_ch

SUBMISSÃO DE TRABALHOS:
<https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>

AQUISIÇÃO:
Permuta: mgdoc@museu-goeldi.br
Venda: livraria@museu-goeldi.br

INDEXADORES

AIO - Anthropological Index Online
Anthropological Literature
CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades
DOAJ - Directory of Open Access Journals
IBSS - International Bibliography of the Social Sciences
LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para
Redalyc - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe,
España y Portugal
SciELO - Scientific Electronic Library Online
SCOPUS

Não é permitida a reprodução parcial ou total de artigos ou notas publicadas, sob nenhuma forma ou técnica, sem a prévia autorização do editor. Ficam isentas as cópias para uso pessoal e interno, desde que não destinadas a fins promocionais ou comerciais. As opiniões e considerações emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, e não refletem necessariamente a posição dos editores ou da instituição responsável pela publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação CIP

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2019. – Belém: MPEG, 2019. v. 14, n. 1, v. il.

Semestral: 1984-2002

Interrompida: 2003-2004

Quadrimestral a partir do v. 1, 2005.

Títulos Anteriores: Boletim Museu Paraense de História Natural e Ethnographia 1894-98; Boletim Museu Paraense de História Natural e Ethnographia (Museu Goeldi) 1902; Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de História Natural e Ethnographia 1906-1914; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de História Natural e Etnografia 1933; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia 1949-2002; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Ciências Humanas, em 2005. A partir de 2006, Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas.

ISSN 2178-2547

1. Ciências Humanas. 2. Línguas Tupi. 3. Línguas Caribe. 4. Parentesco. 5. Patrimônio. I. Museu Paraense Emílio Goeldi.

CDD-21ª.ed. 300

© Direitos de Cópia/Copyright 2019 por/by MCTIC/Museu Goeldi



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



Línguas indígenas: patrimônio e conhecimento

Em 2019, o **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi** comemora 125 anos de uma trajetória de difusão de conhecimento. Para a ocasião foi criado um selo aplicado à capa das edições. A versão Ciências Humanas celebra também o Ano Internacional das Línguas Indígenas, decretado pela UNESCO. De acordo com a UNESCO, “[...] a maioria dos habitantes do planeta (97%) fala somente 4% de todas línguas conhecidas. Isso significa que 96% das quase 7 mil línguas conhecidas são faladas por apenas 3% das pessoas no mundo. Estes 3% se constituem, na maioria, de povos indígenas cujas línguas estão sob constante ameaça de extinção” (Beltrão; Leão, 2019). Sob vários tipos de pressão (cultural, econômica, ambiental), os povos indígenas veem seus modos de vida ameaçados num panorama onde, apenas na região amazônica, há 300 línguas correndo o risco de desaparecer. Tal desaparecimento não somente representa uma perda para o banco de dados da ciência linguística; também é uma perda inestimável para as comunidades de falantes. Uma língua não é simplesmente um sistema intercambiável para transferir informação; também é um instrumento crucial para a afirmação da identidade individual, étnica e social do ser humano. Além do mais, cada língua é um repositório de conhecimento especializado acumulado durante a existência de um povo específico.

Há mais de 50 anos, o Museu Paraense Emílio Goeldi atua para registrar, pesquisar e preservar línguas indígenas na Amazônia e regiões adjacentes. Uma das estratégias é a documentação em áudio e vídeo do conhecimento linguístico e das tradições orais, para criar um registro permanente e acessível, em colaboração com os povos indígenas. Hoje, o acervo digital da área de Linguística do Museu Goeldi conta com material que representa, em vários graus, mais de 80 línguas indígenas. Além disso, o Museu Goeldi está envolvido no Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), iniciativa do governo patrocinada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que visa a determinar a situação atual de todas as línguas do Brasil, com respeito a número de falantes, grau de ameaça, demandas dos povos para políticas de preservação etc. Um projeto piloto em Rondônia foi recentemente concluído (Galucio et al., 2018). Uma outra frente de ação, de fato imprescindível e clássica para a disciplina, é a descrição e análise científica das línguas. Como qualquer língua natural possui uma grande complexidade, esse trabalho é demorado e entra profundamente nos detalhes dos sistemas de sons, das estruturas da gramática, da construção do léxico e das interligações entre linguagem, cultura e etno-história.

Terminologia de parentesco representa um tipo de conhecimento tradicional especializado, que tende a desaparecer muito rapidamente sob a desintegração de um povo ou sob a ameaça da sua língua. Neste número, um dossiê de Linguística traz oito artigos contribuindo a “Novas perspectivas na terminologia de parentesco nas línguas Tupí e Caribe”. Nesse dossiê, organizado por Joshua Birchall, do Museu Paraense Emílio Goeldi, e Fiona Jordan, da *University of Bristol*, Reino Unido, a conexão entre língua, cultura e história está sendo abordada de uma maneira ainda pouco vista, tanto na Linguística quanto na Antropologia. Esperamos que essa abordagem interdisciplinar incentive uma

reapreciação do estudo de sistemas de parentesco, e que isso também contribua à preservação do conhecimento presente nos modos diversos de organizar as relações de parentesco.

Ainda nesta edição, outros três artigos tratam de economia extrativista na contribuição de Roberto Porro, "A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas"; de patrimônios indígenas no trabalho de Jean Baptista e Tony Boita, com "Patrimônios indígenas nos 80 anos do Museu das Missões: etno-história e etnomuseologia aplicada à imaginária missional"; e terra preta arqueológica no artigo escrito por Rodrigo Macedo e colegas sobre "*Amazonian dark earths in the fertile floodplains of the Amazon River, Brazil: an example of non-intentional formation of anthropic soils in the Central Amazon region*".

O Boletim está a caminho de uma nova avaliação e o desafio é manter o padrão e os conceitos máximos. Quando comparado a periódicos mais relevantes dentro do escopo que atua, os indicadores de impacto do Boletim são considerados, por avaliadores independentes em consultoria a SciELO, "muito bons". A performance da revista diante do escrutínio de avaliações, porém, não se dá sem dificuldade. A profissionalização do processo editorial otimizou os recursos disponíveis e imprimiu agilidade, contribuindo para a diminuição do tempo entre aprovação e publicação cuja média atual é de seis meses. É necessário, todavia, reforçar a estrutura existente e melhorá-la para afiançar a continuidade do *status* que o Boletim alcançou e merece manter. Na busca de melhorar a performance em outras áreas como História, Sociologia e Museologia, as editorias associadas foram reforçadas e o corpo editorial ganhou a contribuição de Márcio Couto, da Universidade Federal do Pará; Henry Salgado Ruiz, Pontificia Universidad Javeriana, da Colômbia; Marília Xavier Cury, da Universidade de São Paulo. Na Linguística, o reforço vem através da contribuição de Ana Vilacy Galucio.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Jimena Felipe; LEÃO, Silvia de Souza. **Ciência colaborativa mantém línguas indígenas vivas**. Ecoamazonia, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.ecoamazonia.org.br/2019/03/ciencia-colaborativa-mantem-linguas-indigenas-vivas/?fbclid=IwAR3UImGRs8vsm4tVYeiEHvpq7ayyv7vtrzZDpX1N9WJjeilsfgl-ds9sl1g>. Acesso em: 1 abr. 2019.

GALUCIO, Ana Vilacy; MOORE, Denny; VOORT, Hein van der. O patrimônio linguístico do Brasil: novas perspectivas e abordagens no planejamento e gestão de uma política da diversidade linguística. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 38, p. 194-219, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_patrimonio38.pdf. Acesso em: 5 abr. 2019.

Hein van der Voort

Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Pará, Brasil
Editor Associado de Linguística

Jimena Felipe Beltrão

Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Pará, Brasil
Editora Científica

CARTA DA EDITORA
EDITOR'S NOTE

Línguas indígenas: patrimônio e conhecimento

Jimena Felipe Beltrão, Hein van der Voort 5

DOSSIÊ “NOVAS PERSPECTIVAS NA TERMINOLOGIA DE PARENTESCO NAS LÍNGUAS TUPÍ E CARIBE”

DOSSIER “NEW PERSPECTIVES ON KINSHIP TERMINOLOGY IN TUPIAN AND CARIBAN LANGUAGES”

Dossier “New perspectives on kinship terminology in Tupian and Cariban languages”

Joshua Birchall, Fiona M. Jordan 11

Terminologias de parentesco dos grupos da família linguística Mondé

Kinship terminology of the groups of the Mondé language family

Lediane Fani Felzke, Denny Moore 15

Termos de parentesco nas línguas Tuparí (família Tupí)

Kin terms in the Tuparian languages (Tupian family)

Antônia Fernanda Souza Nogueira, Ana Vilacy Galucio, Nicole Soares-Pinto, Adam Roth Singerman 33

Restructuring of Proto-Omagua-Kukama kin terms

Reestruturação dos termos de parentesco Proto-Omagua-Kukama

Zachary O'Hagan 65

Nota sobre o sistema de parentesco em Proto-Tupí-Guaraní

A note on the kinship system in Proto-Tupí-Guaraní

Joshua Birchall, Luis Henrique Oliveira, Fiona M. Jordan 79

Termos de parentesco: primeiras reconstruções em Proto-Arara-Ikpeng

Kinship terms: initial reconstructions in Proto-Arara-Ikpeng

Ana Carolina Ferreira-Alves, Angela Fabíola Alves Chagas, Leonard Jéferson Grala Barbosa 101

Kin terms in Karitiana and how they may contribute to the reconstruction of Proto-Tupian kin terminology

Termos de parentesco em Karitiana e como eles podem contribuir para a reconstrução da terminologia de parentesco em Proto-Tupi

Luciana Storto 121

Kin on the Wing: patterns in residence, mobility, and alliance for Ache hunter-gatherers
Kin on the Wing: padrões de residência, mobilidade e aliança no grupo de caçadores-coletores Achê
Warren Thompson 131

Notas sobre duas terminologias de parentesco Caribe no norte amazônico: Katwena-Tunayana e Waiwai
Notes on two Cariban kinship terminologies from northern Amazonia, Brazil: Katwena-Tunayana and Waiwai
Leonor Valentino 147

ARTIGOS
ARTICLES

A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas
The invisible babassu economy and its importance for livelihoods in agro-extractivist communities
Roberto Porro 169

Patrimônios indígenas nos 80 anos do Museu das Missões: etno-história e etnomuseologia aplicada à imaginária missional
Indigenous heritages in the 80 years of the Museu das Missões: ethnohistory and ethnomuseology applied to the missional imagery
Jean Baptista, Tony Boita..... 189

Amazonian dark earths in the fertile floodplains of the Amazon River, Brazil: an example of non-intentional formation of anthropic soils in the Central Amazon region
Terra Preta de Índio em várzeas eutróficas do rio Solimões, Brasil: um exemplo da não intencionalidade na formação de solos antrópicos na Amazônia Central
Rodrigo Santana Macedo, Wenceslau Geraldes Teixeira, Hedinaldo Narciso Lima, Adriana Costa Gil de Souza,
Francisco Weliton Rocha Silva, Omar Cubas Encinas, Eduardo Góes Neves 207



DOSSIÊ

NOVAS PERSPECTIVAS NA TERMINOLOGIA DE
PARENTESCO NAS LÍNGUAS TUPÍ E CARIBE

Dossier “New perspectives on kinship terminology in Tupian and Cariban languages”

Joshua Birchall
Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC

Fiona M. Jordan
University of Bristol, Reino Unido

Understanding the diversity of kinship systems and their respective terminology in indigenous lowland South American societies has been hampered in the past by a lack of descriptive and comparative work by ethnographers and linguists. This has resulted in the few particularly well-described indigenous societies having had a profound influence on our conception of ‘Amazonian’ kinship systems¹. However, a recent increase in the production and availability of new data on kinship systems in indigenous societies has opened new potential for advancing our understanding of the cultural diversity of Amazonia.

This dossier brings together linguistic experts in Tupian and Cariban languages with ethnographers working to carefully describe the social relations of individual indigenous societies in South America. The articles range from detailed ethnographic accounts of previously undescribed kinship systems, to linguistic reconstructions of kin terms and their systems in subgroups of the Tupian and Cariban language families. We argue that it is necessary to explore these systems from both an ethnological and linguistic perspective since much of the ethnographic subtleties of how kinship works is often lost on researchers primarily concerned with language data; while at the same time, much of the linguistic nuance present in these systems is often outside the purview of ethnographers. This tension has characterised kinship studies since Kroeber (1909) and Rivers (1914), and while some recent volumes (e.g. McConvell et al., 2013) have worked to bring these perspectives together, none have focused intensively on the kinship diversity of a single region. In order to fully understand the composition and development of kinship systems as both linguistic and social systems, a multidisciplinary and integrative approach is required.

This project has its genesis in a British Academy International Partnership Mobility Award (PM160281) awarded to Joshua Birchall and Fiona Jordan in 2016. Amongst knowledge-sharing activities, this funding allowed the editors to organise a workshop at the Museu Paraense Emílio Goeldi in Belém, Brazil, that brought together the authors of this volume’s chapters in February of 2017. The stimulating combination of linguistic and anthropological expertise across a defined cultural area allowed for fruitful development of contributor’s ideas. We are grateful to the Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas for providing a publication venue for these papers, many of which present novel findings and unpublished data for the first time.

¹ See Viveiros de Castro and Fausto (1993).



We took a language-family approach and invited contributors working on Tupian (36) and Cariban (5) languages/communities; some contributors provided comparative perspectives spanning multiple languages. The map below provides approximate geographic centroids of the area where a language is spoken (Figure 1).

A number of articles in the dossier present reconstructions of kin terms for proto-languages using members of a branch of a linguistic family tree. These intermediate reconstructions are essential to inform later proposals for proto-languages that gave rise to the whole family, such as Proto-Tupí and Proto-Carib. The contribution by Felzke and Moore draws on ethnographic and linguistic data to discuss the kinship systems of speakers of the Tupian languages from the Mondé branch. After presenting a basic description of kin terms in Gavião based on their personal fieldwork, the authors compare these forms with those from Suruí (Paiter) and Cinta Larga to propose a tentative reconstruction of multiple kin terms in Proto-Mondé based on regular sound correspondences. Their study also helps to enrich our knowledge on certain social practices of Mondé peoples such as copaternity and also provides insights into the reconstruction of kin terms in Proto-Tupí.

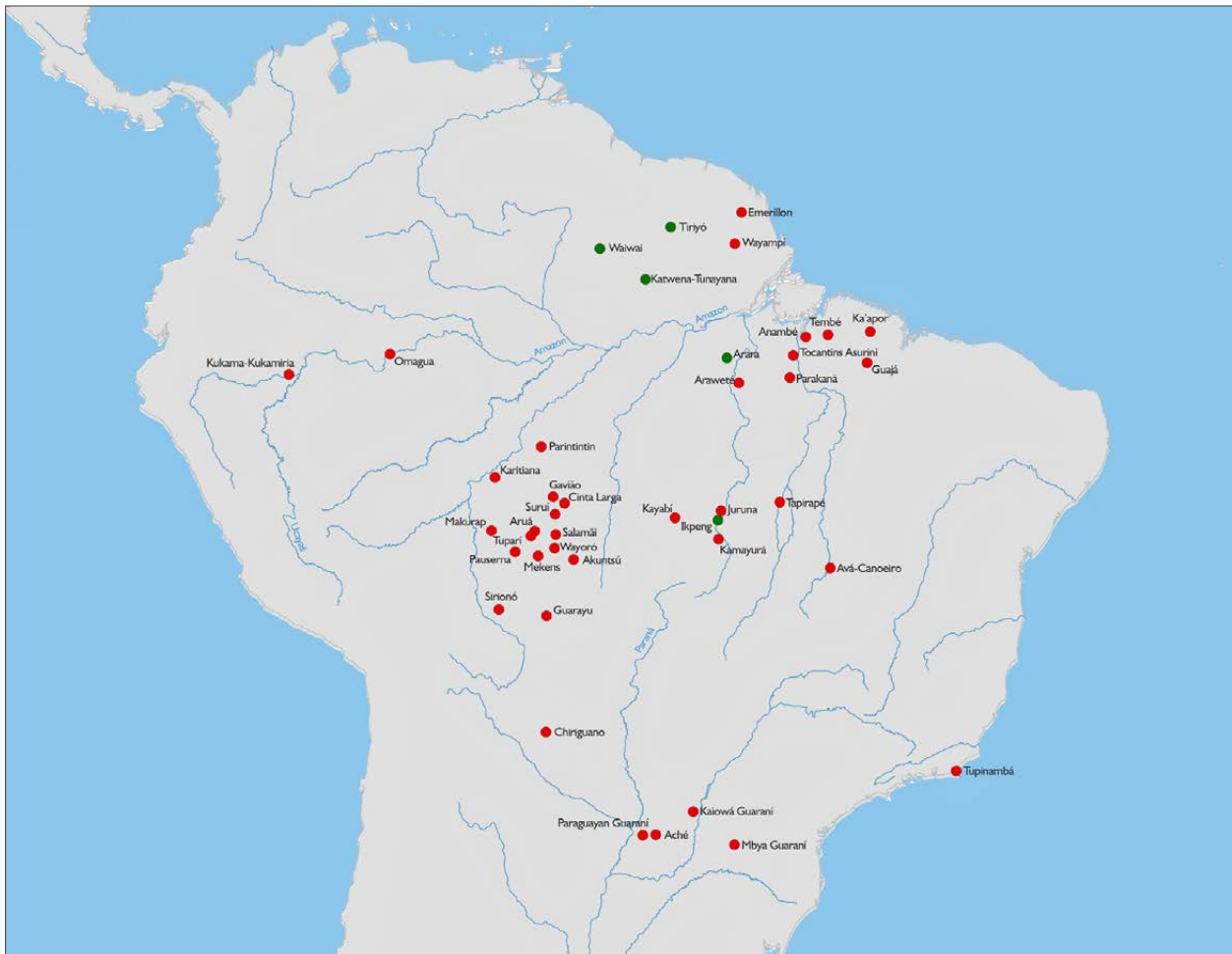


Figure 1. Tupian (red) and Cariban (green) languages covered in this dossier. The coordinates were obtained from Glottolog 3.3, with the addition of the Katwena-Tunayana centroid provided by Leonor Valentino. Map: Joshua Birchall (2019).



Nogueira, Galucio, Soares and Singerman compare first-hand and published data from five languages of the Tuparic branch of the Tupian family and identify cognate forms across the languages. They then propose a reconstruction of Proto-Tuparí forms for a number of consanguine and affine terms based on the traditional comparative method applied to systematic sound correspondences. The kinship systems described for these languages are then discussed in the context of modern Amazonian ethnology.

In the Tupian family, Proto-Omagua-Kukama's closest relative is Tupinambá, and O'Hagan uses a reconstruction of POK kin terms to suggest aspects of the cultural and linguistic changes in this wide-ranging and divergent branch of the family. He uses his fieldwork data on Omagua, and published sources on Kukama-Kukamiria and Tupinambá, to present the consanguineal and affinal terms in these languages and to provide POK reconstructions. In particular, O'Hagan demonstrates extensive structural levelling in POK of e.g. age and parallel/cross distinctions, identifies changes in form due to borrowing, and notes that the affinal domain undergoes more change than consanguineal. These careful comparisons provide examples of the kinds of shifts in meaning through structural change, innovation, and borrowing that inform our ideas of how kinship systems change.

Also working with the Tupí-Guaraní languages, Birchall, Oliveira and Jordan present a comparative analysis of the consanguine terms for the sibling and parent generations from a sample of 24 languages from this branch. Their typological comparison of the kinship systems across the languages highlights the incredible diversity in their respective structures, combating the notion that Amazonian societies, even within the same branch of a language family, show considerable homogeneity in their social organization. They apply a parsimony-based ancestral state reconstruction model to the collected data over a phylogeny of the languages to infer that Proto-Tupí-Guaraní had classificatory parent terms (MZ and FB) derived from the terms for mother and father, as well as relative age and sex distinctions in the sibling terms, which were also used for parallel cousins. By comparing the reconstructed system with the current state of linguistic reconstruction of the forms themselves, the authors are able to strengthen the claims made using typological evidence and demonstrate the feasibility of using this computational method to make inferences about the development of kinship systems over time.

Among the Cariban languages, Alves and Chagas provide a comparative study of the kin terms in Arara and Ikpeng, two closely-related languages from the Pekodian branch of the family spoken along the Xingú River. They draw on personal fieldwork data to describe and compare the referential terms in these two languages for both female and male referents. While often considered to be co-dialects of the same languages, the authors are able to describe a number of differences in the kin terms of Arara and Ikpeng, both in terms of their forms and their functions. Through comparison with a more distantly related Cariban language Tiriyó, they are able to infer which components of the kinship system are likely innovations and which are retentions from an earlier state of the language, allowing them to propose a first tentative reconstruction of the kin terms in Proto-Ikpeng-Arara.

Storto presents an expanded analysis of the kin terms of Karitiana, a Tupian language of the small and potentially early-branching Arikem subgroup. Previous work by Araújo and Storto (2002) examined 11 terms of this language in conjunction with terms from another top-branching language, Juruna. In that study, cognate reconstruction to a putative Proto-Tupí or Arikem-Juruna group was suggestive of a Dravidian system in the equation of parents with their same-sex siblings, and correspondingly, siblings with parallel cousins. In this note, Storto presents 19 further Karitiana kin terms. Her linguistic analysis supports the inference of a Dravidian system, and gives intriguing insights into embedded systems of namesaking and reciprocity across generations, as well as suggestions of avunculate marriage. These newly-reported



terms provide potential cognates to identify in other Tupian languages and this future work could help to verify the proposals regarding social organisation in early Tupian kinship.

Thompson's contribution is an exploration of the kinship terminology of the Aché (Guayaki), a Tupi-Guaranian group of eastern Paraguay. The Aché are well-known ethnographically, and their kinship practices have been of interest to both social and evolutionary anthropologists. Thompson's study intersects with a remarkable number of issues in Amazonian kinship and the field in general: he describes the 'Hawaiianization' of ego-generation terms as not merely a 'degeneration' from earlier (usually Dravidian) systems, but as indicative of changes in marriage norms. Using historical and ethnographic evidence, Thompson argues that these changes allowed for the expansion of allowable marriage partners outside the community, and not, as earlier theorists argued, the development of endogamy.

The study by Valentino presents a first description of kinship terminology and practices of the Katwena and Tunayana, two ethnic groups from northern Amazonia that speak closely-related varieties of the Cariban language also spoken by the Waiwai. The referential and vocative terms in Katwena-Tunayana are presented alongside the corresponding forms in Waiwai, and also discussed with regard to their place within the typology of Amazonian kinship, especially within the Dravidian prototype. Additional important information is also provided related to their social organization, such as post-marital residence, spousal preferences and teknonymy, which help to better understand the system of kinship within Katwena and Tunayana society.

As editors, we are delighted to bring together a set of contributions that represent deep study of particular cultural contexts – often with kinship terms and their analysis presented for the first time – alongside comparative work that builds on existing scholarship in new ways. We thank all our contributors for their hard work and generosity, and acknowledge the speakers of these languages, past and present. Taken together we hope these papers provide insights for anthropologists and linguists into each other's approach, as well as introduce newcomers to the diversity of social and linguistic processes that are at play in the kinship systems of South America.

REFERENCES

ARAÚJO, Carolina; STORTO, Luciana. Terminologia de parentesco em Karitiana e Juruna: uma comparação de algumas equações entre categorias paralelas e gerações alternas. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE LÍNGUAS INDÍGENAS DA ANPOLL, 1., 2002, Brasília. *Atas* [...]. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 430-442.

KROEBER, A. L. Classificatory systems of relationship. *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, London, v. 39, p. 77-84, Jan./Jun. 1909. DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/2843284>.

MCCONVELL, P.; KEEN, I.; HENDERLEY, R. *Kinship systems: change and reconstruction*. Salt Lake City: University of Utah Press, 2013.

RIVERS, W. H. R. *Kinship and social organisation*. London: Constable & Co., 1914.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; FAUSTO, Carlos. La puissance et l'acte. La parenté dans les basses terres de l'Amérique du Sud. *L'Homme*, Paris, v. 126/128, n. 2/4, p. 141-170, avr./déc. 1993.



Terminologias de parentesco dos grupos da família linguística Mondé Kinship terminology of the groups of the Mondé language family

Lediane Fani Felzke¹, Denny Moore^{II}

¹Instituto Federal de Rondônia. Ji-Paraná, Rondônia, Brasil

^{II}Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC. Belém, Pará, Brasil

Resumo: Este artigo apresenta alguns resultados preliminares de estudos acerca da terminologia de parentesco usada pelos grupos indígenas da família linguística Mondé, do tronco Tupi. A investigação é mais detalhada no caso dos Gavião de Rondônia, cuja terminologia de parentesco é descrita e considerada em relação à nomenclatura e ao casamento. São apresentados alguns dados da terminologia de parentesco para os povos Paiter (Suruí de Rondônia), Cinta Larga, Salamã e Aruá. A terminologia das relações de parentesco básicas dos povos Gavião, Cinta Larga e Paiter é apresentada a fim de se investigar a variação dentro da família. A análise linguística dos termos revela aspectos do pensamento indígena sobre parentesco. Os métodos da linguística diacrônica são utilizados para fornecer evidências sobre a terminologia de parentesco do grupo ancestral, Proto-Mondé, e sobre a evolução dos sistemas terminológicos atuais.

Palavras-chave: Família linguística Mondé. Gavião de Rondônia. Paiter. Terminologia de parentesco. Proto-Mondé.

Abstract: This article presents some preliminary results from studies on the kinship terminology used by indigenous groups of the Mondé branch of the Tupi language family. This investigation pays particular attention to the Gavião people of Rondônia, whose kinship terminology is described and considered in relation to naming and marriage practices. Some kinship terminology data is also included for the Paiter (Suruí of Rondônia), Cinta Larga, Salamã, and Aruá groups, and terminology for basic kinship relations in the Gavião, Cinta Larga, and Paiter are also presented to investigate variation within the family. Linguistic analysis of these terms reveals aspects of the indigenous view of kinship. Diachronic linguistic methods are utilized to generate findings on kinship terminology in the ancestral group, Proto-Mondé, and on the evolution of contemporary terminological systems.

Keywords: Mondé language family. Gavião of Rondônia. Paiter. Kinship terminology. Proto-Mondé.

FELZKE, Lediane Fani; MOORE, Denny. Terminologias de parentesco dos grupos da família linguística Mondé. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 1, p. 15-32, jan.-abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000100003>.

Autor para correspondência: Denny Moore. Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC. Coordenação de Ciências Humanas. Av. Perimetral, 1901 – Terra Firme. Belém, PA, Brasil. CEP 66077-830 (dennymoore5@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6249-1317>.

Recebido em 29/06/2018

Aprovado em 23/01/2019



TERMINOLOGIA DE PARENTESCO GAVIÃO

A terminologia de parentesco dos Gavião é descrita a seguir como exemplo de um dos sistemas terminológicos dos grupos da família Mondé. Essa terminologia é discutida em relação à nomenclatura e ao casamento entre os Gavião. Os símbolos usados para escrever palavras em Gavião geralmente são pronunciados tal como no português, estando as maiores diferenças nas vogais prolongadas, representadas por duas vogais, e o tom, representado por diacríticos. A transcrição dos dialetos e das línguas da família Mondé é explicada na seção sobre a transcrição dos dados.

OS GAVIÃO

Os Gavião, que preferem ser chamados de *Ikóléèy*, residem na Terra Indígena (TI) Igarapé Lourdes, em Rondônia, na Amazônia meridional. Falantes de uma língua do tronco Tupi, da família linguística Mondé, constituem um grupo étnico pouco conhecido da etnologia ameríndia. As etnografias disponíveis a seu respeito são recentes (Bento, 2013; Felzke, 2007, 2017) e o conhecimento a respeito de sua organização social e sobre as relações de parentesco que permeiam sua socialidade é ainda muito reduzido. Este artigo se propõe a expor dados preliminares a esse respeito, a fim de promover o debate e de estimular pesquisas sobre esse tema, considerado caro aos *Ikóléèy*.

Tais dados foram coletados pela coautora durante treze meses de pesquisa de campo realizada nas aldeias, entre os anos de 2013 e 2015, período no qual foi levantada a genealogia de aproximadamente 90% dos grupos familiares, e apenas uma pequena parte dos resultados desse levantamento foi analisada. Uma reflexão mais apurada demanda um tempo mais elástico, sobretudo tendo em vista as complexas relações de parentesco que orientam as relações sociais desse povo.

O PARENTESCO E AS RELAÇÕES SOCIAIS 'ENTRE SI' E COM OS 'OUTROS': REFLEXÕES INICIAIS

Embora estejam atualmente confinados nos 185.533 hectares da sua Terra Indígena, demarcada entre 1976 e 1977, nossos interlocutores habitavam, desde tempos imemoriais, os igarapés tributários dos rios Aripuanã, Roosevelt, Branco e Madeirinha. Narrativas orais e pesquisas bibliográficas dão conta de que os grupos familiares foram se deslocando para o sul, a partir do rio Aripuanã, até ocuparem os igarapés das cabeceiras dos rios Branco e Madeirinha e, mais recentemente, do igarapé Lourdes (Felzke, 2017). Neste périplo de deslocamentos, as alianças dos Gavião com outros grupos eram frequentes, em especial com os Zoró e os Arara. As relações com as famílias Zoró oscilavam entre intercassamentos e guerras (Brunelli, 1989). O contato com os Arara, inicialmente pacífico, foi abalado por um grave conflito envolvendo a morte de indígenas Arara, em decorrência de ação feita por guerreiros Gavião.

Ambos os casos, no entanto, evidenciam o interesse exogâmico dos Gavião, apesar do ideal endogâmico manifestado nas falas dos interlocutores e nas próprias regras matrimoniais, que prescrevem o casamento de ego masculino com a filha da irmã (ZD¹), a irmã do pai (FZ) e a filha do irmão da mãe (MBD), o que é coerente com a afirmação de Viveiros de Castro (1995, p. 12) em relação à Amazônia:

¹ As siglas dos termos de parentesco utilizadas ao longo do artigo e também no Apêndice correspondem a letras iniciais dos vocábulos em inglês, em que: F = *father* (pai), M = *mother* (mãe), S = *son* (filho), D = *daughter* (filha), B = *brother* (irmão), Z (para diferenciar de *son*) = *sister* (irmã), W = *wife* (esposa), H = *husband* (marido). Dito isso, as siglas dos termos são apresentadas segundo sua ordem de escrita em inglês, qual seja: ZD = *sister's daughter* (filha da irmã), FZ = *father's sister* (irmã do pai), MBD = *mother's brother's daughter* (filha do irmão da mãe), e assim sucessivamente.

[...] onde domina uma morfologia de grupos locais pequenos e atomizados, o casamento de primos cruzados bilaterais se realiza comumente dentro de uma moldura de endogamia local. Sinais de uma preferência matrimonial avuncular (que coexiste com o casamento de primos) marcam várias terminologias do tronco Tupi e algumas terminologias da família Caribe.

A distinção dos Gavião em relação a esta configuração amazônica ocorre pela ausência de bilateralidade, pois, entre eles, na geração do ego, apenas a prima cruzada matrilateral (MBD) é considerada *óbarápit* (primeira pessoa do singular), ou seja, uma mulher casável. A prima cruzada patrilateral (FZD) é considerada filha, ou seja, *ódi* (primeira pessoa do singular), pois sua mãe é um dos casamentos preferenciais de ego (FZ = W). Os Gavião possuem uma terminologia de feições dravidianas, mas apresentam distinções importantes em relação ao dravidianato clássico. A similitude com a terminologia dravidiana fica por conta do uso do mesmo termo para pai (F) e irmão do pai (FB), enquanto utiliza-se termo distinto para o irmão da mãe (MB), que equivale ao WF para ego masculino, ou seja, o sogro. Do lado materno, o mesmo termo para mãe (M) é utilizado para irmã da mãe (MZ), enquanto a irmã do pai (FZ) leva termo distinto. No caso de ego masculino, a irmã do pai é uma mulher casável (FZ = W).

Intriga a versatilidade da categoria *-sérat*, o que parece ser uma distinção do sistema de parentesco *Ikóléèy* em relação ao dravidianato. O termo *-sérat* está presente em todas as gerações no caso de ego masculino, estando ausente apenas da geração do ego (Ø) no caso de ego feminino, como pode ser conferido nas Figuras 1 e 2 e nos Quadros 1 e 2.

Trata-se de uma categoria de afinidade que define, para ego masculino, que o *-sérat* é o pai da mulher casável – o sogro – ou o irmão dela – o cunhado; e para ego feminino é o próprio homem casável. A literatura sobre os grupos da família Mondé informa que, para os homens, a configuração MB/ZD (irmão da mãe com a filha da irmã) é o casamento preferencial. Os Cinta Larga informaram para Dal Poz (1991, p. 110) que o “[...] casamento bom [...]” é aquele realizado com a filha da irmã, e que esta mulher (ZD) chama seu tio materno (MB) de *kokó*. Brunelli (1989) informa que este também é o casamento preferencial entre os Zoró e que, entre eles, a filha da irmã chama o irmão da mãe de *kur-kur*. Entre os Gavião, ambos os termos equivalem à categoria *-sérat* para o caso do MB (irmão da mãe). Brunelli (1989) ainda faz referência ao casamento com as primas cruzadas bilaterais, mas nenhum destes autores encontrou casamento da irmã do pai com o filho do irmão (FZ/BS), como ocorre entre os Gavião.

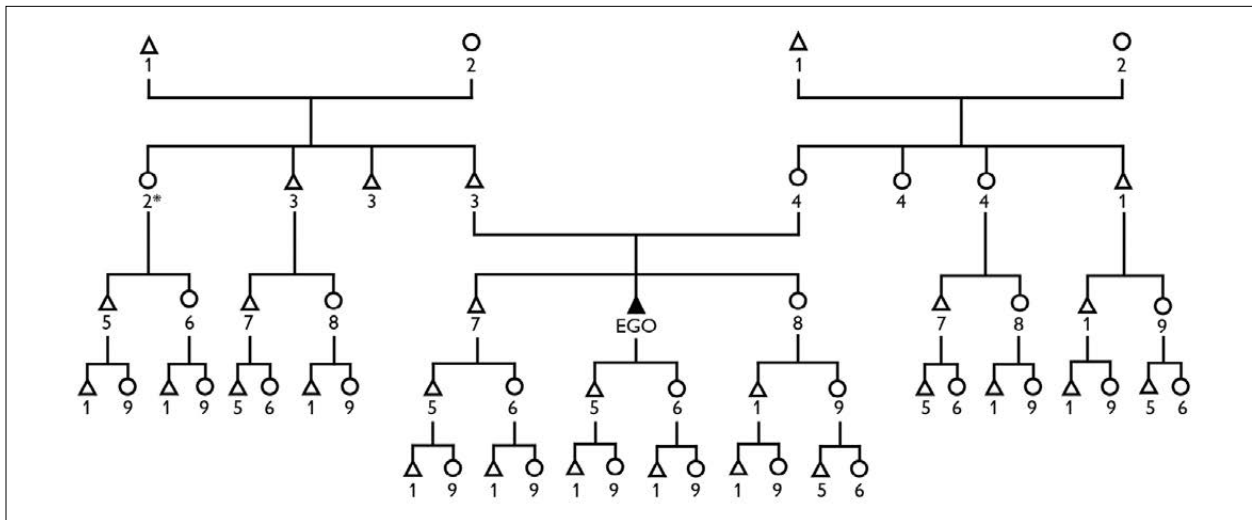


Figura 1. Categorias de parentesco a partir de ego masculino.

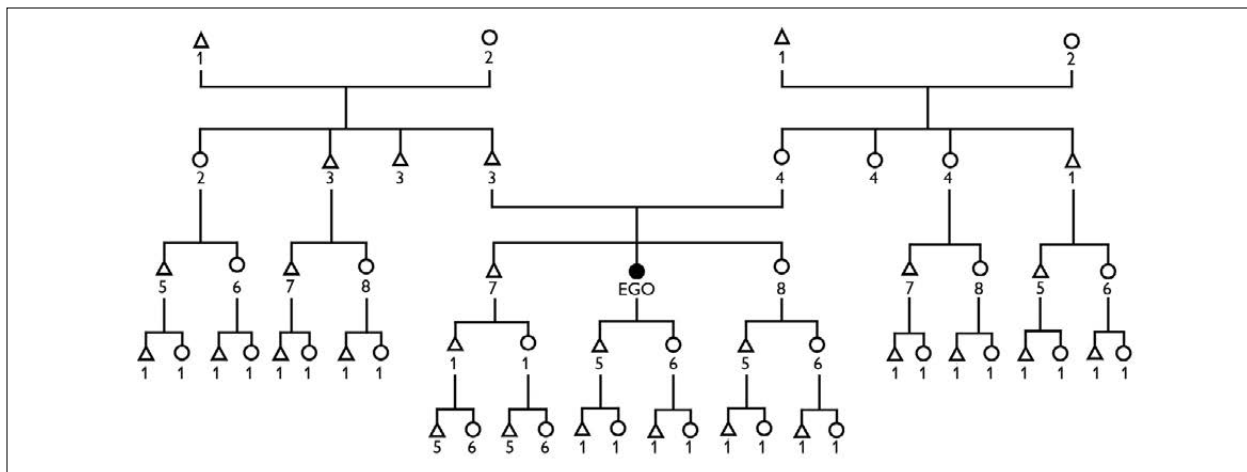


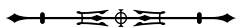
Figura 2. Categorias de parentesco a partir de ego feminino.

Quadro 1. Legenda dos vocativos e dos termos de referência em relação a ego masculino. O * indica quais mulheres são casáveis.

Número	Vocativos (livre ou primeira pessoa do singular)	Termos de referência (radical, sem pessoa)
1	Zêrat	-sérat
2	Boyá (livre)	-ma-boyá
2*	Boyá, casável (livre)	-ma-boyá
3	Papá (livre)	-sop, -ma-papá
4	Gaáy (livre)	-ti, -ma-gaáy
5	Ó-jop	-netóp
6	Ó-di	-va'ít
7	Zâno	-sâno
8	Óò-baàt	-paàt
9	Ó-barápir (filha da irmã)	-parápit

Quadro 2. Legenda dos vocativos e dos termos de referência em relação a ego feminino.

Número	Vocativos (livre ou primeira pessoa do singular)	Termos de referência (radical, sem pessoa)
1	Zêrat	-sérat
2	Boyá (livre)	-ma-boyá
3	Papá (livre)	-sop, -ma-papá
4	Gaáy (livre)	-ti, -ma-gaáy
5	Ó-jop	-mápit
6	Ó-di	-mápit
7	Zôa	-sóa
8	Zâno	-sâno



Ao ser perguntado se os Gavião não chamam o **-sérat** (MB) de *kótkóòt* – que, como vimos, parece ser comum aos outros grupos da família Mondé –, um interlocutor respondeu: “não muito, isso é mais costume Zoró” (informação verbal)², confirmando que este vocativo era mais utilizado ‘antigamente’.

Percebe-se que, dos Cinta Larga aos Gavião, passando pelos Zoró, a categoria **-sérat** foi assumindo mais posições, embora não soubéssemos inferir o significado disso em termos sociológicos. Poderíamos falar em uma idiosincrasia do caso Gavião, por conta desta terminologia incomum? Pensamos que não. Ao que parece, a nomeação pode estar na base da disseminação do vocativo **-sérat** para todas as gerações. Hugh-Jones (2002, p. 45) já dizia, em texto sobre nomeação no noroeste amazônico, que “A relevância dos nomes pessoais e dos sistemas de nomeação é uma das marcas distintivas da literatura etnográfica sobre as terras baixas da América do Sul”; nos Gavião, ela está ligada à continuidade do *tñ* – o princípio vital –, às relações de afinidade e ainda constitui um emblema de prestígio ao nomeador, pois, ao nomear, ele está produzindo um ‘outro’ de si mesmo, um ‘xerox’, como afirmam os interlocutores.

NOMINAÇÃO ENTRE OS GAVIÃO

Dizem os Gavião que qualquer um pode dar um nome (seu nome) a uma criança, mas, na vida ordinária, percebe-se algumas regras. Prioritariamente, as mulheres nominam as meninas e os homens, os meninos. Normalmente, esses nomes são dados pelos avós, materno ou paterno, ou pelo irmão da mãe, o **-sérat**. Vejamos alguns exemplos masculinos.

O termo de referência *ẽ-zérat* (seu **-sérat**) contém *ẽ-zét*, ‘seu nome’, e um nominalizador **-t**. De fato, são os homens da posição **-sérat**, preferencialmente o tio materno (MB), mas eventualmente também os avós materno (MF) e paterno (FF), os que nomeiam os meninos ao nascerem. Há, portanto, uma tendência de um sogro nominar um genro potencial. Isso ocorre tanto no casamento de ego com a prima cruzada matrilateral (MBD), no casamento amital (FZ), aquele efetivado entre ego e a irmã do pai, e no casamento avuncular (ZD), que ocorre entre ego e a filha da irmã, ou seja, os três tipos de casamento preferencial. Embora seja menos comum, um pai pode nominar o próprio filho, mas não poderíamos afirmar em que situação isso ocorre.

Antes de entrarmos nos exemplos de nomeação propriamente ditos, indicamos alguns pontos sobre esta ação para os Gavião, que, assim como para os outros ameríndios, não se trata apenas de dar um nome, como já analisaram Gonçalves (1993) e Hugh-Jones (2002), entre outros. Quando a criança recebe o primeiro nome, é o *tñ*, o princípio vital, a alma verdadeira, do seu nominador que passa a fazer parte dela. Essa é uma forma de este homem se duplicar no mundo. Como disse Sebirop, chefe dos Gavião e um dos principais interlocutores desta pesquisa, “quando meu *zérat* dá seu nome pra mim, eu sou ele, sou a cópia dele” (informação verbal). Para os nominadores, nominar crianças é sinal de prestígio porque isso amplia a sua influência. Ao se referir a um nominado que mora hoje entre os Zoró, Sebirop afirma: “é um de mim que mora lá nos Zoró” (informação verbal). Entre os nominados, o respeito e o orgulho prevalecem por receberem o nome de uma pessoa prestigiada, de um *zavijaày*.

No decorrer da vida, uma pessoa vai adquirindo nomes – o nome dado pelo seu **-sérat**, nomes comuns, incorporados diante de acontecimentos importantes (tais como festas e viagens), e também nomes jocosos, atribuídos por amigos –, algo similar com o que Hugh-Jones (2002) encontrou no noroeste amazônico. Os mais velhos possuem

² Informação obtida em conversa com um interlocutor Gavião durante a pesquisa de campo da autora na aldeia *Ikólóéhj*, realizada entre os meses de agosto de 2013 e julho de 2015. As demais falas de indígenas citadas neste artigo ocorreram no mesmo contexto.

um arsenal de nomes, que são repassados por ocasião do nascimento dos seus **-séraréèy** (sobrinhos, netos). Quanto mais prestigiado for o **-sérat**, mais nomes ele agregará e, portanto, mais nomes entregará.

Partindo-se do pressuposto ora pontuado, de que o sogro nomeia seu genro potencial, vejamos quais são as relações entre nominador/nominado e as regras dos casamentos preferenciais Gavião (Figuras 3 a 5).

Na Figura 3, o irmão da mãe, o **-sérat** (1) é o nominador do filho da irmã (3), chamado igualmente de **-sérat**. O nomeado é um possível noivo para a filha de 1. A linha dupla diagonal refere-se à relação de nomeação. De 29 casamentos analisados que são considerados 'corretos', treze seguiram esta configuração – casamento de ego com a MBD –, embora não fosse possível afirmar, com certeza, que em todos esses casos foi o irmão da mãe quem nomeou o genro.

Na Figura 4, é o avô paterno (1) quem nomeia o filho do seu filho (5), cujo casamento com a irmã do pai, a **boyá** (4), é uma das possibilidades matrimoniais para os homens, embora este seja o casamento 'correto' do ponto de vista das mulheres mais velhas.

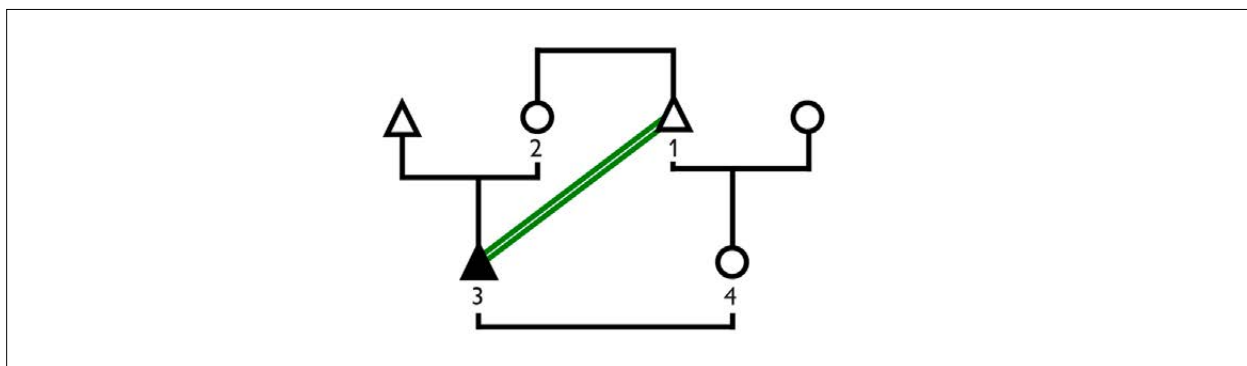


Figura 3. Relação entre nomeação e casamento com a MBD.

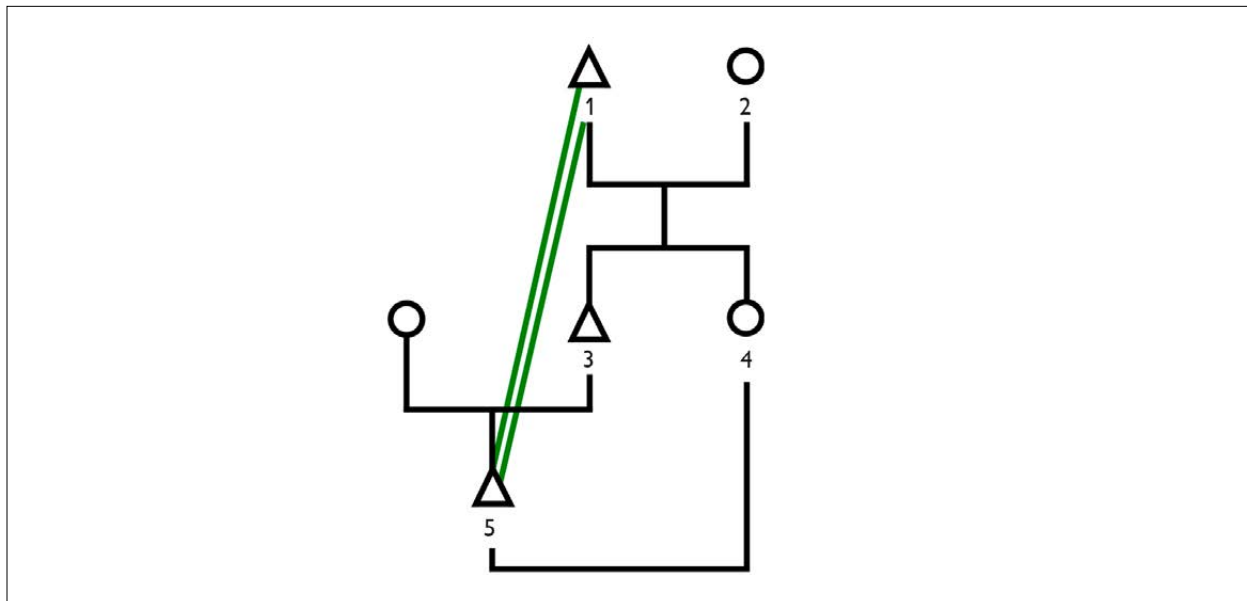


Figura 4. Relação entre nomeação e casamento amital.

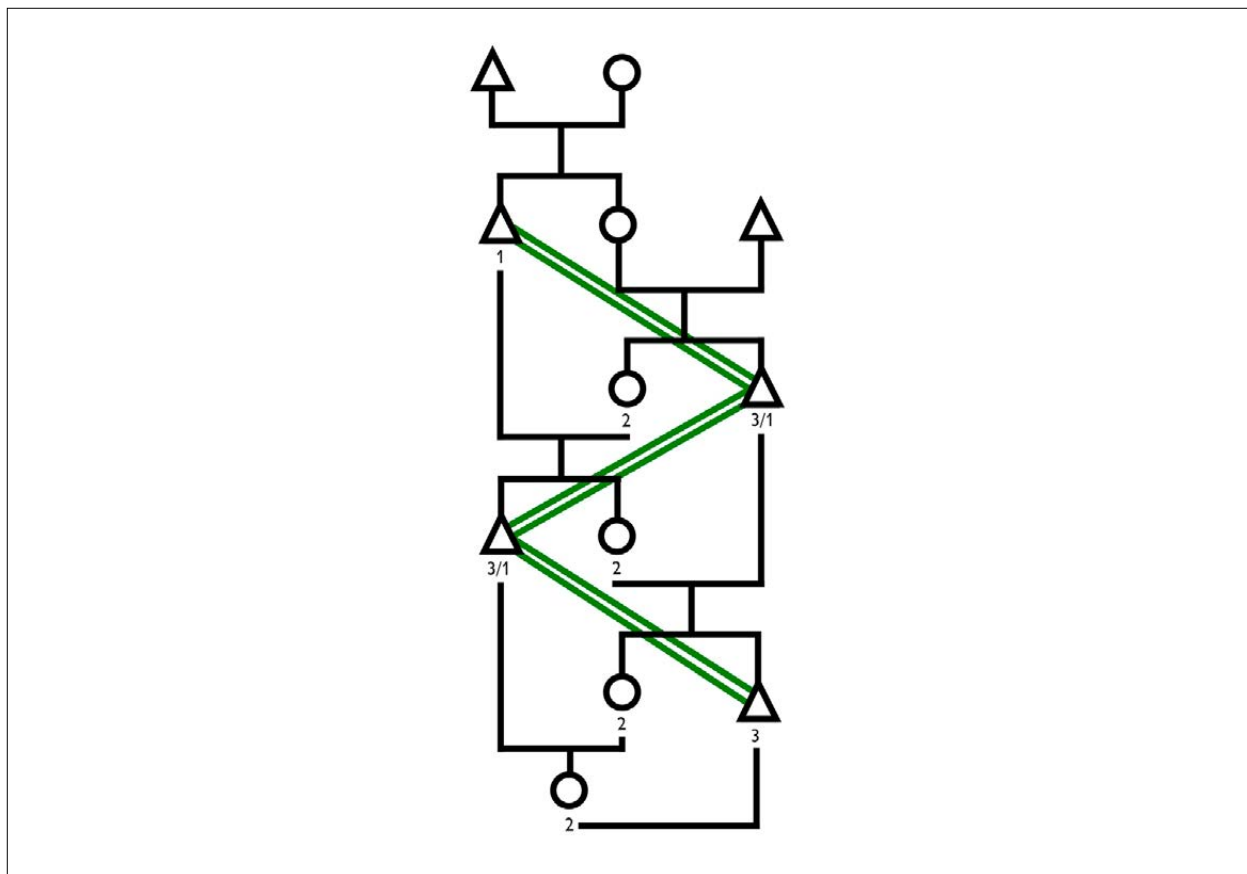


Figura 5. Relação entre nomeação e casamento avuncular.

A Figura 5 traz o modelo para o casamento avuncular (MB/ZD). Também neste caso o nominador é potencialmente um sogro, mas também um cunhado, na medida em que o nominador pode casar com a irmã do nominado, seguindo a equação MB/ZD. O *-sérat* (1) nomeia o filho de sua irmã (3/1), que é potencialmente um noivo para sua filha (2). Este noivo, por sua vez, é o *-sérat* (3/1), que nomeia igualmente o filho de sua irmã (3), o qual será seu genro ao casar com sua filha (2), e assim sucessivamente.

Sugerimos, outrossim, que o *-sérat*, ao nomear seu genro potencial, esteja assegurando seu prestígio através do marido de sua filha, seu 'xerox', afinal, com o 'atrator uxorilocal' operando, este homem irá morar com o sogro. Toda essa operação possibilita aos *zavijaày* (donos de maloca) atrair 'afins' que sejam 'como ele', próximos a ele, que possuam seu *tîi*.

SOBREVISÃO

Por fim, embora haja regras de casamento, de nomeação e de residência, elas são bastante flexíveis, e sua observância ocorre muito em função do contexto. Vários casamentos considerados como 'errados' pelos interlocutores desta pesquisa são justificados por outras vias, diferentes das regras matrimoniais. Seguidas à risca mesmo são apenas as regras com relação aos parentes próximos, lineares e colaterais, à medida que as pessoas são pensadas como próximas ou distantes, tanto pelo

cálculo genealógico quanto pelo residencial. Dizem os Gavião que “é melhor casar com o ‘de fora’ do que com ‘parente’” (informação verbal), “Deus me livre de casar com parente” (informação verbal), disse alguém. Nessas falas, parente é sinônimo de consanguíneo. Há, portanto, duas forças operando na socialidade Gavião: um ideal endogâmico, que deseja o casamento ‘entre si’ (Lima, 2005) para manter o sangue forte, como afirmaram alguns, e fortalecer o grupo diante dos ‘outros’, e o desejo exogâmico, que os leva estrategicamente a estabelecer alianças com todos os que cruzaram os seus caminhos e, assim, trazer pessoas para o grupo, a fim de aparentá-las, consanguinizá-las.

É essa equação que tenta equilibrar a relação ‘entre si’ e com os ‘outros’, que norteia a forma como os Gavião se constituíram enquanto povo. Atualmente, a relação com o ‘outro’ está em processo de ampliação, o que repercute na preocupação de que o povo está se misturando demais e, portanto, enfraquecendo.

Sugerimos, outrossim, que a busca por prestígio dos homens da aldeia seja uma importante característica da organização social *Ikóléèy*. Os homens nomeiam seus genros potenciais para ampliar a possibilidade de ter ‘outros de si’ liderando, futuramente, unidades residenciais, uxori-locais ou não. Nominar, organizar festas e ter ‘boa conduta’ caracteriza um homem de prestígio, um *zavijaày póòy* (literalmente, grande dono de maloca).

LINGUÍSTICA COMPARATIVA DA TERMINOLOGIA DE PARENTESCO NA FAMÍLIA MONDÉ

Por meio dos métodos da linguística diacrônica, é possível obter inferências sobre o passado de línguas e de culturas (Moore; Storto, 2002). Podemos apresentar uma comparação em relação à terminologia de parentesco com base em três grupos que falam línguas da família Mondé, a fim de procurar cognatos e correspondências regulares de som. Sem entrar em questões maiores de parentesco Tupi, podemos consultar alguns estudos comparativos que incluem dados de outras famílias do tronco, para detectar termos que existiam no tronco antes do tempo de Proto-Mondé. Nesse ponto, não é possível apresentar uma reconstrução da terminologia de parentesco Proto-Mondé, mas podemos focalizar os termos de parentesco mais básicos, verificar a variabilidade entre os grupos e procurar evidências para a existência de termos básicos na protolíngua, bem como buscar entender a evolução das terminologias atuais.

OS GRUPOS E AS LÍNGUAS DA FAMÍLIA MONDÉ

Na classificação interna da família Mondé (Moore, 2005), os Gavião, os Zoró, os Aruá e os Cinta Larga falam dialetos mutuamente inteligíveis de uma língua, enquanto a língua dos Paiter não é mutuamente inteligível (Figura 6). A língua dos Salamã – erradamente chamados de Mondé por Lévi-Strauss (1985) – é parecida, em alguns aspectos, com a dos Paiter e, em outros, com a dos Gavião, dos Zoró, dos Aruá e dos Cinta Larga.

No Apêndice, apresentamos dados de três grupos indígenas da família Mondé: Gavião, Cinta Larga e Paiter (Suruí). Os dados dos Gavião são os já apresentados neste texto, coletados e analisados pela primeira autora e analisados linguisticamente pelo segundo autor do artigo. Os dos Cinta Larga são oriundos da tese de Dal Poz (2004), às vezes inconsistentes com as informações de terminologia de parentesco constantes em sua dissertação (Dal Poz, 1991). Sem ter materiais originais para resolver as inconsistências, optamos por considerar aquilo que foi fornecido pela tese como a análise mais madura do autor. Os dados da dissertação são mais próximos aos de Gavião e Paiter, e os termos de afinidade usados aqui são oriundos dessa fonte. Um ponto de partida para a coleta de informações acerca dos Paiter foi a leitura de um artigo elaborado por Bontkes e Merrifield (1985). Outro ponto de partida foi a consulta a uma lista de termos de parentesco apresentada na tese de Yvinec (2011), a qual focaliza outros aspectos da cultura Paiter, sendo que a lista de termos constantes nela difere em alguns pontos em relação aos resultados do estudo de Bontkes e Merrifield (1985).

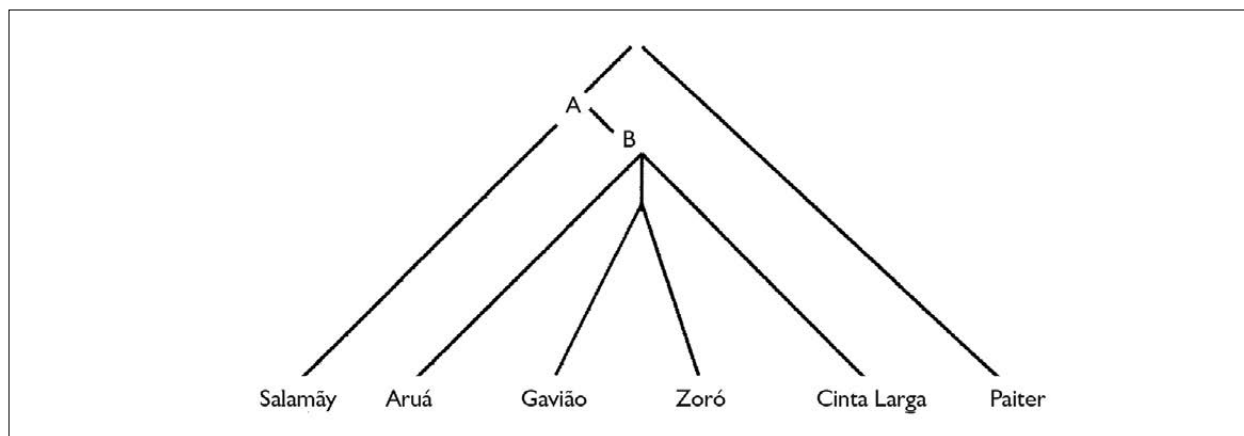


Figura 6. Diagrama da classificação interna da família linguística Mondé.

Recentemente, o segundo autor deste artigo reavaliou os dados das duas fontes junto a um colaborador Paiter, entretanto, ainda não houve tempo para a realização de uma investigação mais profunda. Os resultados diferem parcialmente do que consta nas outras duas fontes sobre Paiter, Bontkes e Merrifield (1985) e Yvinec (2011), ou no sistema de terminologia ou na transcrição. Algumas informações sobre termos de parentesco dos Aruá e dos Salamây foram disponibilizadas em listas de palavras desses grupos, coletadas pelo segundo autor, as quais estão ainda incompletas, e a transcrição não foi subsidiada por estudos fonológicos. Porém, os dados serão mencionados quando forem relevantes para embasar conclusões.

A TRANSCRIÇÃO DOS DADOS

A transcrição dos termos em Gavião e Paiter foi regularizada para facilitar a comparação dos termos e para que fique mais transparente para linguistas. É basicamente a mesma transcrição que vem sendo usada ao longo de três décadas por Denny Moore. Nesse contexto, pode ser útil entender as transcrições missionárias, utilizadas em algumas publicações. A ortografia da língua dos Gavião foi criada pelo missionário Horst Stute e foi influenciada pela escrita alemã. Por exemplo, ele usou a letra *h* para representar prolongamento vocálico, e as consoantes finais *-p*, *-t* e *-k* são representadas pelas letras *v*, *r* e *g*. Na língua dos Gavião, dois tons prolongados caem para baixo no fim da sílaba quando nada seguir. A ortografia missionária só marca prolongamento nesses casos; nos tons constantes altos, baixos e ascendentes, o contraste entre vogais curtas e prolongadas não está sendo marcado. Por exemplo, o verbo *aka*, 'matar', e o verbo com prefixo *aa-kaà*, '3-ir', saem iguais: *aka* (Stute, 1985). O autor sublinhou vogais nasais. Possivelmente, o missionário Willem Bontkes foi influenciado por Stute (1985) no uso da letra *h* para representar prolongamento vocálico em Paiter. Também as letras *b*, *d* e *g*, ao final da palavra, representam oclusivas surdas *-p*, *-t* e *-k*.

Os símbolos da transcrição usada aqui geralmente têm o seu valor fonético usual. Todavia, deve ser esclarecido que, na língua dos Gavião, *c* e *j* indicam africadas palatais, e *s* e *z* indicam africadas alveolares. Em Gavião, a nasalização de segmentos nasais espalha-se à direita sob certas condições. A consoante *s*, em Paiter, pode ser pronunciada como fricativa interdental, lateral ou laringeal sem voz, e *x* indica uma fricativa palatal, como no português. Nas duas línguas vogais prolongadas, elas são marcadas com duas vogais. O acento agudo marca tom alto, enquanto tom baixo não é marcado. Adicionalmente, em Gavião, o circunflexo indica tom ascendente e o acento grave indica um tom que varia de acordo com o que segue.

No Quadro 3, os termos de referência são apresentados na forma básica do radical, para minimizar confusão decorrente das alternâncias consonantais no início do radical. Por exemplo, a palavra para 'irmão do mesmo sexo' tem variações nas línguas Gavião e Paiter (Quadro 3).

Quadro 3. Variações para a palavra que designa 'irmão do mesmo sexo' nas línguas Gavião e Paiter.

Língua	Gavião	Paiter
Forma básica do radical	-sáno	-sáno
1ª pessoa do singular	zâno	o-láno
2ª pessoa do singular	ẽ-záno	e-láno
3ª pessoa do singular	ci-sano	xi-sáno

Em Gavião e Paiter, um prefixo, **ma-**, 'posse', deriva radicais nominais de nomes livres. O radical pode ser possuído, por exemplo, na palavra para 'avó' em Gavião: **boyá**, 'avó, vocativo', **ẽ-má-boyá**, 'sua avó'. As fronteiras entre morfemas são marcadas com um hífen, como no exemplo ora apresentado. Dessa forma, a composição morfológica de um termo pode ajudar a entender o pensamento indígena.

Já a transcrição das palavras dos Cinta Larga foi mantida no Apêndice, uma vez que não foi possível realizar uma análise fonológica da língua (que deve ser parecida com a língua dos Gavião), nem a elicitación dos termos.

As correspondências de som regulares entre Gavião e Paiter são estabelecidas (informação verbal)³, e as palavras cognatas (as descendidas da mesma palavra na protolíngua) podem ser identificadas nessa base. Não há indicações de empréstimos entre as línguas dos três grupos (Gavião, Cinta Larga e Paiter), que geralmente mantinham relações hostis.

DADOS DE TRÊS GRUPOS MONDÉ COMPARADOS

Os dados apresentados no Apêndice incluem só termos básicos de interesse comparativo. Não são incluídos os menos centrais, como, do Paiter, **-páxãñ**, 'alguém respeitado de um outro clã'. Os termos são apresentados, de maneira geral, por geração. Porém, a discussão de uma expressão pode incluir a sua distribuição em outras faixas etárias. Não foi sempre possível confirmar as extensões dessas palavras ou o uso feminino delas. Falantes masculinos são indicados por (fm) e falantes femininas por (ff). Os referentes de cada vocábulo são indicados por símbolos-padrão de parentesco, conforme explicitado na nota de rodapé 1.

Discussão e reconstrução de terminologia

A seguir, os termos são comparados e analisados, sendo sugeridos cognatos para reconstruções de forma e semântica. Os termos seguem a ordem do Apêndice, organizados, de forma geral, em gerações. Os termos indígenas apresentados, geralmente, são formas básicas muito parecidas entre as línguas e os dialetos, provavelmente, sendo também muito parecidas com as formas presentes na protolíngua.

³ Notícia fornecida por Denny Moore, em comunicação apresentada no V Congresso Internacional de Línguas Amazônicas, intitulada "Aspects of the Proto-Mondé sound inventory", realizado em Belém, no ano de 2014.

Geração G+2/-2

Serão considerados a princípio os termos da geração dos avôs. O primeiro desses também aparece em outras gerações.

-sér-a-t, 'avô, tio, neto'

Este termo contém a raiz *-sét*, 'nome'. O consoante final, *-t*, pode ser o sufixo de agente. Não se sabe o que é a vogal *-a-*: não existe hoje uma forma **-ser-a*. Nos três grupos, o termo refere-se aos netos, que podem receber nomes do avô ou do tio materno. Na ausência de maiores informações, não podemos explicar por que o termo dos Cinta Larga, *zerit*, tem a última vogal diferente, nem por que há diferença na primeira consoante no termo *terit*.

Entre os Cinta Larga e os Paiter, o termo para MB é possivelmente uma construção sintática, e não um lexema. Em Paiter, esse termo é *-ti sóa*, 'mãe irmão'. O termo entre os Aruá é parecido: *-ti sóa*. Então, tem-se como hipótese a ideia de que o termo *-sérat* foi originalmente aplicado aos netos, sendo subsequentemente aplicado pelos Gavião ao MB e aos avôs. Todos os grupos têm um vocativo para MB (Gavião *kótkóòt*, Cinta Larga *koko*, Paiter *kokó*), possivelmente existindo uma palavra parecida, com esse sentido, na protolíngua. Porém, as correspondências não são regulares (a forma Gavião tem uma consoante *t* no final das sílabas e a última sílaba é prolongada) e as formas podem ser empréstimos, especialmente porque, por razões desconhecidas, formas parecidas, com sentido parecido, ocorrem em vários troncos linguísticos.

A hipótese de que o sentido original da palavra *-ser-a-t* foi 'neto' e, depois, se estendeu para 'avô' e 'tio materno' seria fortalecida se houvessem cognatos em outras línguas Tupi para o termo *ãmó*, em Paiter, comprovando a sua antiguidade. De fato, Mello (2000) reconstrói uma forma parecida, **amöy* para 'avô', em Proto-Tupi-Guarani. Também Rodrigues (2010) reconstrói a forma ***amöy*, em Proto-Tupi, para 'avô'. Ele parece considerar a palavra *moyá*, 'avó', em Paiter, como também descendente da mesma protoforma, ***amöy*, sem explicar as diferenças na forma e no sentido. Uma certa cautela é necessária para se chegar a conclusões sobre quais palavras são cognatas, uma vez que outras formas parecidas existem, por exemplo: a palavra Cinta Larga *amój*, 'irmão genérico', que deve ser cognata com Aruá *ãbóy*, 'irmão mais idoso', e Gavião *ãbóy*, 'amigo'.

boyá, moyá, 'avó'

Para 'avó', os cognatos Gavião *boyá* e Paiter *moyá*, que mostram correspondências regulares de som, indicam que a forma em Proto-Mondé era **moyá*, evidenciando que a consoante inicial da palavra, em Gavião, foi afetada pela desnasalização, atestada em vários outros pares de cognatos (informação verbal)⁴. Não está claro por que a palavra em Cinta Larga é *mamoj*.

Geração G+1

-sop 'pai'

Os termos para F e FB, Gavião *-sop*, Cinta Larga *zop* e Paiter *-sop*, são cognatos e seguramente descendentes de uma forma parecida na protolíngua. Reconstruções confirmam a antiguidade do termo. Mello (2000) postula **uβ*, em Proto-Tupi-Guarani, e Rodrigues (2010) tem ***-up* como 'pai', em Proto-Tupi. Observamos que os dados da família Mondé criam

⁴ Notícia fornecida por Denny Moore, em comunicação apresentada no V Congresso Internacional de Línguas Amazônicas, intitulada "Aspects of the Proto-Mondé sound inventory", realizado em Belém, no ano de 2014.

dúvidas sobre essas duas reconstruções, visto que ambos os alomorfes das formas Mondé (por exemplo, em Gavião, livre: *zop*, 'relacional': *sop*) têm consoantes iniciais que obviamente não são prefixos (inexiste **-op*), indicando que as reconstruções devem ter consoantes iniciais também.

Os termos para 'pai' diferem da palavra para 'esperma' somente no tom: *-sóp*, em Gavião e Paiter. Em Gavião, uma palavra relacionada é o verbo transitivo *-soð*, 'ter relações sexuais com objeto'. O sufixo *-p* é um nominalizador, na língua Gavião e em várias línguas Tupi. Dada a antiguidade do termo, a sua análise pode ser menos transparente em outras línguas. Essa relação, 'pai' e 'esperma', pode ser atribuída à copaternidade: entre os Gavião e os Paiter, todos os homens que mantiveram relações sexuais com uma mulher antes do nascimento do filho são considerados pais do filho. A antiguidade do termo que deu origem à palavra *-sop* sugere que a copaternidade foi reconhecida entre os falantes do Proto-Tupi.

O termo *õ-jop*, 'meu filho', estendido para outros jovens em Gavião, é o diminutivo de *õ-zop*, primeira pessoa do singular de *-sop*. De maneira semelhante, o vocativo para 'pai', em Paiter, *ba*, pode ser usado para filho. A forma original do vocativo para 'pai', em Proto-Mondé, não pode ser determinada a partir dos dados disponíveis. A forma é *papá* em Gavião e em Salamay, mas varia entre Paiter e Cinta Larga.

-ti, 'mãe'

O termo de referência para 'mãe' em Proto-Mondé foi seguramente **-ti*, forma que aparece em todas as línguas e os dialetos da família Mondé. Cognatos aparecem em várias famílias Tupi, por exemplo, **-tsi*, em Proto-Tupi-Guarani (Mello, 2000). Uma questão é a existência de uma possível relação entre *-ti* e a palavra para um tipo de alma, *-tîi*, em Gavião. Porém, consultores Gavião e Paiter negam a relação – o que não elimina a possibilidade da existência disso antigamente. É provável que **-ti* tenha sido estendido em Proto-Mondé para incluir MZ, como é o caso agora entre os Gavião, os Zoró, os Aruá e os Paiter. Atualmente, os Cinta Larga e os Salamay usam uma expressão para MZ que é composta da palavra para 'mãe', seguida pela palavra para 'irmã'. A forma vocativa (*gaáy* em Gavião, com formas parecidas entre os Cinta Larga, os Aruá e os Zoró) refere também a MZ – fato que reforça a ideia de que houve extensão de M para MZ na protolíngua. O vocativo para M em Paiter, *ayá*, estende-se para incluir MZ. Não está claro qual seria a forma do vocativo na protolíngua.

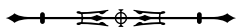
Geração G-1

-nétop, 'filho de homem'

A palavra para 'filho' (S) entre os Gavião e os Cinta Larga é *-nétop*, utilizada para falantes masculinos. O termo é largamente estendido entre os Gavião. Não se acha uma palavra claramente cognata entre os Paiter, mas há um termo parecido, *ném*. Curiosamente, essa palavra possuída, *-ma-ném*, significa 'vagina'.

-va'ít, *-maít*, 'filha'

O termo *-va'ít* refere-se basicamente à filha de um homem, em Gavião e em Cinta Larga. Em Paiter, a filha pode ser de uma mulher também, segundo um informante. As formas entre os três povos são cognatas e o termo deve ter existido em Proto-Mondé. Evidência disso é uma palavra provavelmente cognata, ***a?it*, 'man's son', que foi reconstruída em Proto-Tupi por Rodrigues (2010). Porém, o sentido é muito variado nas várias famílias Tupi e o sentido original, em Proto-Tupi e em Proto-Mondé, não pode ser determinado com certeza. Pelo menos em Gavião a palavra tem uma análise parcial: a segunda sílaba deve ser um adjetivo, *-ít* ou *íri*, 'jovem'. O outro morfema, *-va*, é possivelmente o mesmo da primeira sílaba da palavra para 'mulher': *vāzet*, em Gavião.



-mápit, 'filho'

O termo *-mápit*, 'filho (de ambos os sexos)', ocorre entre os Gavião, os Cinta Larga e os Paiter. Entre os Gavião, o termo refere-se somente aos filhos de uma mulher; entre os Cinta Larga e os Paiter, a palavra pode se referir aos filhos de um homem também. A referência na protolíngua pode ter sido somente aos filhos de uma mulher, uma vez que esse é o sentido reconstruído do termo cognato **memir* (Mello, 2000), em Proto-Tupi-Guarani, e do termo cognato ***mempit*, em Proto-Tupi (Rodrigues, 2010).

Geração de ego

-sáno, 'irmão do mesmo sexo'

A palavra *-sáno*, em Gavião e Paiter, refere-se basicamente aos irmãos do mesmo sexo, que deve ter o mesmo sentido na protolíngua. Em Dal Poz (2004), parece que os Cinta Larga usam a palavra *zano* para irmão de ambos os sexos, enquanto em Dal Poz (1991) os termos são parecidos com os de Gavião e os de Paiter. Seria mais provável que a distinção entre irmãos do mesmo sexo e os do sexo oposto tenha sido perdida pelos Cinta Larga, do que ter sido inventada independentemente pelos Gavião e pelos Paiter.

-paàt, 'irmã do homem'

Paralelamente, *-paàt*, em Gavião e Paiter, indica basicamente a irmã de um homem, com sentido sendo também estendido para primos paralelos, enquanto os Cinta Larga usam *-sano* como termo geral, que também engloba a irmã do homem.

-sóa, 'irmão da mulher'

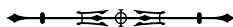
O termo de referência para o irmão de uma mulher, em Gavião e Paiter, é *-sóa*. Entre os Cinta Larga, o termo geral, *-sáno*, cobre esse irmão também. Observamos, de novo, que a evolução mais provável desses termos atuais seria a perda de termos entre os Cinta Larga, ao invés da inovação de termos idênticos independentemente entre os Gavião e os Paiter. É interessante observar que o vocativo para 'irmão' entre os Cinta Larga é *zoakyp*, que parece ser *-sóa* com um outro morfema, talvez cognato com Gavião *kíp*, 'curto, baixo'. Pode ser que o termo esteja sendo conservado entre os Cinta Larga no vocativo após a sua substituição, como termo de referência, por *-sáno*.

-parápit, *-paarápit*, 'filha da irmã, esposa potencial'

O casamento preferencial entre os povos Mondé, com a filha da irmã, é refletido nesse termo, que é composto de *-paàt*, 'irmã do homem', e *-mápit*, 'filha'. Com a queda de *m*, resulta uma composta morfológica: *paar-ápit*. Entre os Paiter, a referência pode ser ao filho da irmã também. O termo para 'esposa', em Salamã, é *-pati*, cuja análise é provavelmente *-paàt*, 'irmã', e *-ti*, 'filha'.

Afinidade

Três termos de afinidade devem ser mencionados. O termo para 'marido' entre os Gavião, *-met*, deve ser o original em Proto-Mondé, uma vez que tem cognatos em várias famílias linguísticas Tupi, sendo reconstruído em Proto-Tupi como ***men* (Rodrigues, 2010). Gavião e Paiter têm a palavra *-say* como 'esposa', e este termo deve ser descendente de uma palavra parecida em Proto-Mondé. O termo para os parentes de marido/esposa entre os Gavião e os Paiter,



-õp, é interessante por ser homófono com **-õp**, 'defunto, falecido'. A palavra parece ser uma nominalização, com o sufixo **-p**, do verbo intransitivo **-õð**, 'não existir'.

Experiência preliminar

O presente artigo é uma experiência preliminar em combinar a antropologia de parentesco e a linguística comparativa/diacrônica da terminologia de parentesco no estudo dos grupos de uma família linguística. Para avançar esse estudo, seria útil ter dados confiáveis (antropológica e linguisticamente) acerca dos Aruá e dos Zoró, bem como aprofundar o conhecimento sobre a terminologia dos grupos incluídos aqui, eliminando inconsistências. A procura de cognatos nas outras famílias Tupi pode render mais evidências sobre o passado. As reconstruções no tronco Tupi são obras em andamento e o seu refinamento pode iluminar mais as terminologias de parentesco Mondé.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos povos Gavião e Paiter, pelo apoio aos estudos que subsidiam este artigo, especialmente a Sebirop da Silva Gavião, João Sebirop da Silva Gavião e Gatagon Suruí.

REFERÊNCIAS

BENTO, Rodolpho. **A flecha mata porque tem vida**: um estudo etnográfico sobre os artefatos de caça dos Gavião Ikólóéhj. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/232?show=full>. Acesso em: set. 2014.

BONTKES, Carolyn; MERRIFIELD, William R. On Surui (Tupian) social organization. *In*: MERRIFIELD, W. R. (ed.). **South American kinship**. Dallas: The International Museum of Cultures, 1985. p. 5-33. (Publications in Ethnography, 18).

BRUNELLI, Gílio. **De los espíritos a los micróbios**: salud y sociedad em transformación entre los Zoró de la Amazonía Brasileña. Quito: Abya-Yala; Roma: MLAL, 1989. (Colección 500 años).

DAL POZ, João. **Dádivas e dívidas na Amazônia**: parentesco, economia e ritual nos Cinta-Larga. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279928>. Acesso em: mar. 2013.

DAL POZ, João. **No país dos Cinta Larga**: uma etnografia do ritual. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-07112006-101647/pt-br.php>. Acesso em: mar. 2013.

FELZKE, Lediane Fani. **Dança e imortalidade**: igreja, festa e xamanismo entre os Ikólóéhj Gavião de Rondônia. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_ae8a42b3ccb9e021d6b30400e96162b1. Acesso em: ago. 2017.

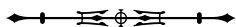
FELZKE, Lediane Fani. **Quando os ouriços começam a cair**: a coleta da castanha entre os Gavião de Rondônia. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp081286.pdf>. Acesso em: mar. 2017.

GONÇALVES, Marco Antônio. **O significado do nome**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993.

HUGH-JONES, Stephen. Nomes secretos e riqueza visível: nomação no noroeste amazônico. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 45-68, out. 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132002000200002>.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes tropiques**. Paris: Pocket, 1985.

LIMA, Tânia Stolze. **Um peixe olhou para mim**: o povo Yúdjá e a perspectiva. São Paulo: UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NuTI, 2005.



MELLO, Antônio Augusto Souza. **Estudo histórico da família linguística Tupi-Guaraní: aspectos fonológicos e lexicais**. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/78560/170082.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: abr. 2018.

MOORE, Denny. Classificação interna da família linguística Mondé. **Estudos Linguísticos**, São José do Rio Preto, v. 34, p. 515-520, 2005. Disponível em: http://etnolingustica.wdfiles.com/local--files/journal:estudos/moore_2005_monde.pdf. Acesso em: abr. 2018.

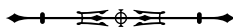
MOORE, Denny; STORTO, Luciana R. As línguas indígenas e a pré-história. In: PENA, Sérgio D. J. (ed.). **Homo brasilis: aspectos científicos, linguísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro**. Ribeirão Preto: Editora FUNPEC, 2002. p. 73-92.

RODRIGUES, Aryon D. Linguistic reconstruction of elements of Prehistoric Tupi Culture. In: CARLIN, Eithne B.; VAN DE KERKE, Simon (ed.). **Linguistics and Archaeology in the Americas: the historization of language and society**. Leiden: Brill, 2010. p. 1-10. (Brill's Studies in the Indigenous Languages of the Americas, 2). DOI: <https://doi.org/10.1163/9789047427087>.

STUTE, Horst. Os auxiliares dinâmicos da Língua Gavião. In: FORTUNE, David (ed.). **Porto Velho Workpapers**. Brasília: SIL, 1985. p. 1-41.

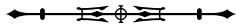
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (org.). **Antropologia do parentesco: estudos ameríndios**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

YVINEC, Cédric. **Les monuments lyriques des Suruí du Rondônia (Amazonie méridionale): chants, événements et savoirs**. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social e Etnologia) – École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris, 2011.



Apêndice. Terminologia de parentesco comparada: Gavião, Cinta Larga e Païter. (Continua)

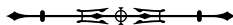
Gavião		Cinta Larga		Païter	
Referência	Vocativo	Referência	Vocativo	Referência	Vocativo
-sér-at (fm) FF, MF, MB, SS, DS, MBS, FZSS, FZDS, FBDS, BSS, BDS, SS, DS, ZS, ZSS, MZDS, MBSS (ff) FF, MF, MB, BS, BD, DD, SD, FBSS, FBSD, FBDS, FBDD, FZSS, FZSD, FZDS, FZDD	kótkóot (fm) (ff) MB zêr-at (fm) FF, MF, MB, SS, DS, MBS, FZSS, FZDS, FBDS, BSS, BDS, ZS, ZSS, MZDS, MBSS (ff) FF, MF, MB, BS, BD, DD, SD, FBSS, FBSD, FBDS, FBDD, FZSS, FZSD, FZDS, FZDD	zerit (fm) (ff) neto/as, neto/as de B e Z	zerit (ff) neto/as, neto/as de B e Z pakaj (fm) ZD, FZD, netas, netas dos irmãos	-sér-at (fm) SS, SD, DS, DD (ff) ?	o-lér-at (fm) SS, SD, DS, DD (ff) ?
		terit (fm) FF, MF kây (ff) FF, MF koko (fm) (ff) MB, MBS	terit (fm) FF, MF, MB, MBS (ff) FF, MF, MB koko (ff) MBS		
				-ti sóa (fm) (ff) MB	kokó (fm) (ff) MB
				-m-ãmó (fm) (ff) FF, MF	ãmó (fm) (ff) FF, MF
boyá (fm) (ff) FM, MM, FZ	boyá (fm) (ff) FM, MM, FZ			-ma-moyá (fm) (ff) FM, MM, FZ -ma-bevá (fm) (ff) FM, MM, FZ	moyá (fm) (ff) FM, MM, FZ bevá (fm) (ff) FM, MM, FZ
		mamoj (fm) (ff) FM, MM	zobyj (fm) (ff) FM, MM, FZ		
-sop (fm) (ff) F, FB	papá (fm) (ff) F, FB	zop (fm) (ff) F	pyyp (fm) (ff) F, FB	-sop (fm) (ff) F, FB	ba (fm) (ff) F, FB
-ti (fm) (ff) M, MZ	gaáv (fm) (ff) M, MZ	ti (fm) (ff) M	gaj (fm) (ff) M, MZ	-ti (fm) (ff) M, MZ	avá (fm) (ff) M, MZ



(Continua)

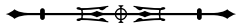
Apêndice.

Gavião		Cinta Larga		Paiteir	
Referência	Vocativo	Referência	Vocativo	Referência	Vocativo
nétóp (fm) S, BS, FZS, ZDS, FBSS, MZSS, MBDS	ó-jop (fm) S, BS, FBSS, FZS, ZDS, MZSS, MBDS (ff) S, BSS, BDS, FZS, ZS, MBS	netóp (fm) S, BS	oj paka (fm) S	-ma-ném (fm) S	ném (fm) S
-va'ít (fm) D, BD, FZD, FBSD, MZSD, MBDD, ZDD	ó-di (fm) D, BD, FBSD, FZD, ZDD, MZSD, MBDD (ff) D, ZD, BSD, FZD, MBD	-vait (fm) D, FBD	vázet paka (fm) D	-má-moy (ff) S, BS	moy (ff) S, BS
-mápit (ff) S, D, +?	?	-mápit (fm) FZS, FZD, ZS, ZD (ff) S, D, ZS, ZD	opip (fm) ZS, FZS, netos e netos dos irmãos pakaj (fm) ZD, FZD, netas e netas dos irmãos kypiti (ff) S, ZS vázet paka D vait (ff) ZD	-mápit (ff) S, D	mápit (ff) S, D
-sáno (fm) B, FBS, MZS (ff) Z, FBD, MZD	záno (fm) B, FBS, MZS (ff) Z, FBD, MZD	sano (fm) (ff) B, Z, FBS, FBD, MZS, MZD	kypiti (fm) B, FBS, MZS matkyp (fm) Z, FBD, MZD zoakyp (ff) B, FBS, MZS majti (ff) Z, FBD, MZD	-sáno (fm) B, FBS, MZS (ff) Z, FBD, MZD	o-láno (fm) B, FBS, MZS (ff) Z, FBD, MZD



Apêndice. (Conclusão)

Gavião		Cinta Larga		Paiteir	
Referência	Vocativo	Referência	Vocativo	Referência	Vocativo
				-pór (fm) B, FBS, MZS (ff) Z, FBD, MZD	mór (fm) B, FBS, MZS (ff) Z, FBD, MZD
				-kóranām mais idoso/a -kárméy mais jovem (irmãos e tios do mesmo sexo)	
-paàt (fm) Z, FBD, MZD	óò-baàt (fm) Z, FBD, MZD	-		-paat (fm) Z, FBD, MZD	ó-maat (fm) Z, FBD, MZD íp (fm) (ff) Z
-sóa (ff) Z, FBS, MZS	zóa (ff) Z, FBS, MZS	-		-sóa (ff) B	o-lóa (ff) B ínop (ff) B
-par-ápit (fm) MBD, MBS, MZDD, ZSD, DD, SD, BDD, BSD, FBDD, FZDD, FZSD	ó-bar-ápit (fm) MBD, MBS, MZDD, ZSD, DD, SD, BDD, BSD, FBDD, FZDD, FZSD	-		-paar-ápit (fm) ZD, ZS, MBD, MBS	ó-maar-ápit (fm) ZD, ZS, MBD, MBS
-met H		met		ma-óy	?
-say W		zay		-say -málet	
				-yigaryét esposo/a	
-õp WF, WM, HF, HM		õm (fm) cunhado		-õp (fm) WF, WM, +? (ff) HF, HM, +?	



Termos de parentesco nas línguas Tuparí (família Tupí) Kin terms in the Tuparian languages (Tupian family)

Antônia Fernanda Souza Nogueira^{I, II}, Ana Vilacy Galucio^{III}, Nicole Soares-Pinto^{IV}, Adam Roth Singerman^V

^IUniversidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil

^{II}Universidade Federal do Pará. Breves, Pará, Brasil

^{III}Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC. Belém, Pará, Brasil

^{IV}Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Espírito Santo, Brasil

^VUniversity of Chicago. Chicago, Illinois, USA

Resumo: Este artigo analisa os termos de parentesco nas cinco línguas do ramo Tuparí, da família linguística Tupí, em duas abordagens distintas. Inicialmente, o artigo apresenta uma comparação das terminologias de parentesco das línguas Tuparí e reconstrói correlatos no Proto-Tuparí para as principais categorias de parentes consanguíneos e afins. As cinco línguas Tuparí apresentam termos claramente cognatos e reconstruíveis para a protolíngua para as diversas posições de parentesco: avós (FF, FM, MF, MM), pais (M, F), tios (MZ, MB, FZ), irmãos (B, Z), primos (FBS, FBD), filhos (S, D), sobrinhos (BS, BD, ZD, ZS), netos (SS, SD, DS, DD) e afins (W, H, DH). A partir da comparação das terminologias de parentesco nas línguas Tuparí, o artigo discute aspectos da terminologia do sistema de parentesco Tuparí, procurando situá-lo no contexto da teoria amazônica do parentesco pós-1990, tendo como base as representações terminológicas das línguas individuais e as reconstruções postuladas para Proto-Tuparí.

Palavras-chave: Ramo linguístico Tuparí. Terminologia de parentesco. Reconstrução lexical.

Abstract: This article analyzes kinship terminology in the five languages of the Tupari branch of the Tupi family through two distinct approaches. First, the article compares kinship terms used in the Tupari languages and reconstructs ancestral Proto-Tupari forms for the main categories of consanguineous kin and in-laws. The five members of the Tupari branch possess clearly cognate terms which can be reconstructed for the proto-language of the family in various shared kinship configurations: grandparents (FF, FM, MF, MM), parents (M, F), aunts and uncles (MZ, MB, FZ), siblings (B, Z) and cousins (FBS, FBD), children (S, D), nieces and nephews (BS, BD, ZD, ZS), grandchildren (SS, SD, DS, DD), and affines (W, H, DH). Building upon the comparison of kinship terms within the contemporary Tupari languages and the ancestral forms reconstructed for Proto-Tupari, these kinship systems are then discussed through the lens of anthropological theory, situating them within the theoretical developments in Amazonian kinship studies since 1990.

Keywords: Tupari linguistic branch. Kinship terminology. Lexical reconstruction.

NOGUEIRA, Antônia Fernanda Souza; GALUCIO, Ana Vilacy; SOARES-PINTO, Nicole; SINGERMAN, Adam Roth. Termos de parentesco na família Tuparí (Tupi). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 14, n. 1, p. 33-64, jan.-abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000100004>.

Autora para correspondência: Antônia Fernanda Souza Nogueira. Travessa Segunda de Queluz, 121, ap. 201. Belém, PA, Brasil. CEP 66070-500 (fernandapakori@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3105-6520>.

Recebido em 23/03/2018

Aprovado em 01/03/2019



INTRODUÇÃO

O ramo Tuparí integra a família Tupí e é composto por cinco línguas ainda faladas atualmente: Akuntsú, Wayoró, Makurap, Sakurabiat e Tuparí. Todas as línguas do ramo Tuparí são faladas no atual estado brasileiro de Rondônia, localizado na região Noroeste do país. Este artigo analisa e compara os termos de parentesco nas cinco línguas do ramo Tuparí, estabelece os padrões gerais da terminologia do sistema de parentesco e propõe a reconstrução dos principais termos de parentesco para a língua ancestral das línguas atuais, o Proto-Tuparí. Com base na comparação das terminologias de parentesco das línguas Tuparí e nos correlatos reconstruídos para Proto-Tuparí, apresenta-se, aqui, uma análise dos padrões de terminologia dos sistemas de parentesco dos grupos Tuparí, buscando-se identificar suas principais características, por meio de abordagem comparativa internamente ao ramo Tuparí e em relação às principais classificações dos sistemas de parentesco dos grupos amazônicos, especialmente dos grupos Tupí.

A classificação tradicional da família Tupí (Rodrigues, 1984-1985) identifica dez ramos principais pertencentes a ela: Arikém, Mondé, Puruborá, Ramarama, Tuparí, Mundurukú, Jurúna, Awetí, Mawé e Tupí-Guaraní. Desde então, novos subagrupamentos têm sido propostos, gerando um refinamento do agrupamento clássico das línguas Tupí. O subgrupo Mawetí-Guaraní reúne os ramos Mawé, Awetí e Tupí-Guaraní (Dietrich, 1990; Meira; Drude, 2015), e o subgrupo Ramarama-Puruborá reúne esses dois ramos (Galucio; Gabas-Júnior, 2002). O ramo Tuparí é o segundo maior dentro da família linguística Tupí e ocupa posição bastante estratégica nos estudos histórico-comparativos de línguas desta família, devido ao número de línguas ainda faladas atualmente e ao grau de divergência entre elas, o que sugere uma profundidade temporal relativamente grande. Estima-se que a separação das atuais línguas do ramo Tuparí tenha ocorrido mais de 2.000 anos antes do presente.

As cinco línguas do ramo Tuparí são classificadas como gravemente ameaçadas, pois todas possuem número muito reduzido de falantes e diversos graus de interrupção em sua cadeia de transmissão. Wayoró e Akuntsú estão em situação mais crítica, seguidas de perto por Sakurabiat. O povo Akuntsú foi contatado oficialmente em 1995 pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), nas cabeceiras do rio Omeré, como sobreviventes de massacres realizados nas décadas anteriores por fazendeiros não indígenas. Atualmente, há somente três pessoas desta etnia vivendo na Terra Indígena Omeré, os quais são falantes monolíngues de Akuntsú. O povo Wayoró está dividido em duas localidades, com população total de pouco menos de 300 pessoas. A maioria da população vive na Terra Indígena (TI) Rio Guaporé, situada no município de Guajará-Mirim, e um grupo menor vive na cidade de Rolim de Moura do Guaporé, em uma área semiurbana. Os dados de 2018 apontam que há somente três falantes plenos da língua e possivelmente cerca de oito falantes passivos, que compreendem parcialmente a língua. O povo Sakurabiat possui uma população de 87 pessoas vivendo na Terra Indígena Rio Mequens, no município de Alto Alegre dos Parecis, além de algumas outras vivendo em localidades e/ou cidades próximas. Conforme levantamento realizado em 2018, somente 13 pessoas falam a língua fluentemente e oito compreendem, mas não falam a língua. A grande maioria da população Sakurabiat que vive na TI Rio Mequens entende e conhece somente algumas palavras na língua indígena. O povo Makurap possui população total de cerca de 555 pessoas, distribuídas entre a TI Rio Guaporé e a TI Rio Branco, no município de Alta Floresta d'Oeste. Desse total, há, aproximadamente, 50 falantes fluentes, 80 semifalantes e 60 falantes passivos, distribuídos entre as duas TI. O povo Tuparí possui população total de cerca de 620 pessoas, também distribuída entre a TI Rio Guaporé e a TI Rio Branco. Desse total, há 340 falantes fluentes e 78 falantes passivos da língua Tuparí, na TI Rio Branco, além de sete falantes fluentes, oito semifalantes e 15 falantes passivos, na TI Rio Guaporé¹.

¹ Os dados populacionais e de falantes provêm de informações obtidas *in loco* pelos autores e também de levantamentos sociolinguísticos realizados entre 2016 e 2018 por linguistas associados ao Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), no âmbito do levantamento regional acerca da situação das línguas indígenas de Rondônia, efetuado para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).

Para este trabalho, os dados das línguas Sakurabiat, Tuparí e Wayoró foram coletados, respectivamente, por Ana Vilacy Galucio, Adam Roth Singerman, Antônia Fernanda Souza Nogueira e Nicole Soares-Pinto, em diferentes épocas, sendo posteriormente organizados no questionário de termos de parentesco, disponibilizado pelo projeto “*Tupían and Cariban kinship terminology*”, coordenado por Fiona Jordan e Joshua Birchall. Os dados de Makurap foram fornecidos por Rosana Makurap, em entrevista a Joshua Birchall. Para Akuntsú, recorreremos ao material publicado sobre a língua (Aragon, 2008, 2014). Dados da língua Tuparí foram ainda obtidos em Caspar (2014), com adaptação dos termos para uma transcrição fonológica.

O restante deste artigo está organizado da seguinte forma: a seção “Reconstrução de termos de parentesco no ramo Tuparí” é iniciada com a apresentação das principais características da reconstrução do Proto-Tuparí (subseção “Elementos fonológico-gramaticais relevantes para a reconstrução de termos de parentesco do Proto-Tuparí”), necessárias para o entendimento das reconstruções dos termos de parentesco propostas na subseção seguinte, intitulada “Reconstrução de itens lexicais de parentesco em Proto-Tuparí”. A seção “Terminologia dos sistemas de parentesco nas línguas Tuparí em uma abordagem antropológica-comparativa” destaca algumas características proeminentes da terminologia dos sistemas de parentesco Tuparí, à luz das abordagens antropológicas das relações de parentesco e de organização social dos grupos Tupí. Na seção “Sistema de parentesco Tuparí e a tipologia de parentesco Tupí”, discutimos como o sistema de parentesco reconstruído para os grupos Tuparí pode ser comparado com o sistema mais amplo postulado para os grupos Tupí. Encerramos o artigo com algumas considerações gerais e apontamentos para investigações futuras associadas à análise da organização social e às relações de parentesco dos grupos Tuparí.

RECONSTRUÇÃO DE TERMOS DE PARENTESCO NO RAMO TUPARÍ

Através da aplicação do método histórico-comparativo, a linguística histórica permite investigar o passado das línguas, utilizando dados de línguas atuais ou de línguas conhecidas historicamente, possibilitando levantar hipóteses sobre o passado e o desenvolvimento histórico das línguas comparadas (Hock, 1991; Fox, 1995). Através da comparação sistemática de línguas para as quais há evidências de uma origem comum, o método comparativo permite estabelecer correspondências regulares de sons e propor a reconstrução de sons e palavras existentes na protolíngua, a língua postulada como sendo o ponto original a partir do qual teriam se desenvolvido as línguas comparadas. A partir da reconstrução linguística, das regras de mudanças de som reconstruídas e da forma como as línguas se desenvolveram a partir da protolíngua, podemos também fazer inferências sobre o passado das línguas e a história dos falantes.

Dessa forma, apesar das limitações do método comparativo, a partir das hipóteses sobre o passado das línguas e sua evolução histórica, pode-se fazer inferências sobre os falantes dessas línguas, especialmente sobre a cultura, meio ambiente, processos migratórios e relações sociais internas e externas (Hock, 1991). No caso das línguas amazônicas, as hipóteses levantadas a partir da comparação e da reconstrução linguísticas podem ser comparadas com os conhecimentos produzidos por outras disciplinas, como etnologia, arqueologia, genética, etnobotânica, entre outras, visando estabelecer padrões entre os resultados dos estudos linguísticos e dessas outras disciplinas que contribuam para a compreensão da história das línguas e dos povos que ocuparam a Amazônia desde tempos imemoriais. Informações sobre processos migratórios e de dispersão geográfica podem ser inferidas a partir da reconstrução linguística e das hipóteses de subgrupamentos linguísticos. Por exemplo, mudanças compartilhadas por um (sub)grupo de línguas geneticamente relacionadas, mas que habitam territórios distintos, podem indicar que esse subconjunto de línguas constituía uma unidade linguística e poderia ocupar ainda o mesmo espaço geográfico no período em que essas mudanças foram estabelecidas.

A reconstrução de palavras referentes a itens e aspectos da cultura material e imaterial pode também ser uma ferramenta para ampliar o conhecimento sobre o passado dos povos com base em inferências sobre a protocultura dos falantes, a partir do pressuposto de que deva haver uma correlação entre palavras reconstruídas para a protolíngua e coisas ou sistemas existentes na protocultura. Palavras reconstruídas para a protolíngua indicariam que as coisas e/ou os conceitos e as relações representados por tais palavras eram conhecidos e/ou utilizados pelos falantes da protolíngua. Um exemplo dessa aplicação dos resultados da linguística histórica para o conhecimento do passado dos povos na Amazônia pode ser encontrado em Rodrigues (2003). A reconstrução para proto-Tupí de palavras para itens relacionados à agricultura, como mandioca, cavador de cova, batata-doce, permite inferir que os falantes dessa protolíngua já praticavam agricultura e utilizavam a mandioca e os instrumentos ligados ao cultivo por volta de 4.000 a 5.000 anos atrás, período estimado para a separação da família linguística Tupí (Rodrigues, 2003)².

Nesse sentido, muito embora não haja uma correlação direta entre língua, cultura e genética – de modo que uma conexão imediata entre a história de uma língua e a história dos falantes dessa língua, em termos culturais, biológicos e políticos, não deva ser pressuposta –, existe uma conexão que merece ser investigada (Moore; Storto, 2002). A reconstrução dos itens lexicais da terminologia de parentesco para a língua ancestral hipotetizada para o ramo Tuparí, o Proto-Tuparí, pode contribuir com hipóteses a respeito da organização social dos grupos Tuparí, que, aliadas aos resultados dos estudos etnológicos, podem ampliar o entendimento do sistema mais amplo das relações de parentesco Tupí, quando comparadas com termos reconstruídos para outros ramos da família. Todavia, essas correlações precisam ser analisadas com cautela, para não se incorrer no risco de oferecer extrapolações não confirmadas por cada disciplina.

Inicialmente, apresentamos, na subseção “Elementos fonológico-gramaticais relevantes para a reconstrução de termos de parentesco do Proto-Tuparí”, um resumo das principais mudanças de som e segmentos reconstruídos na evolução do Proto-Tuparí para as línguas filhas que são importantes para justificar a reconstrução dos termos de parentesco. Na subseção seguinte, apresentamos a proposta de reconstrução para os termos de parentesco, de acordo com os grupos semânticos. Procuramos estabelecer o maior número possível de termos reconstruídos, porém enfrentamos limitações devido à ausência de dados específicos em certos casos, como discutiremos nas próximas subseções.

ELEMENTOS FONOLÓGICO-GRAMATICAIS RELEVANTES PARA A RECONSTRUÇÃO DE TERMOS DE PARENTESCO DO PROTO-TUPARÍ

Moore e Galucio (1994) reconstruíram o quadro de fones do Proto-Tuparí. Posteriormente, tal estudo foi revisto e revalidado por Galucio e Nogueira (2011). A proposta de segmentos consonantais e vocálicos do Proto-Tuparí (Galucio; Nogueira, 2011) é apresentada nos Quadros 1 e 2³.

² Outros trabalhos que abordam esse tópico, no contexto das línguas indígenas brasileiras, incluem Rodrigues (2000), Moore e Storto (2002), Storto e Franchetto (2006), Galucio (2010), entre outros. Para exemplos das inferências sobre protocultura no âmbito dos estudos comparativos e de reconstrução do Proto-Indo-Europeu, ver Hock (1991, p. 573-578).

³ Em trabalho apresentado durante o 21º Simpósio Internacional de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo (SIICUSP), em São Paulo, realizado no ano de 2018, Rafael Andrade de Almeida lançou uma proposta preliminar de revisão da reconstrução fonológica e lexical do Proto-Tuparí. Porém, com base nos dados de que dispomos até o momento, optamos por manter a reconstrução apresentada em Moore e Galucio (1994) e Galucio e Nogueira (2011), embora devamos notar que estudos posteriores podem ajudar a esclarecer alguns pontos da reconstrução.

Quadro 1. Consoantes reconstruídas para o Proto-Tuparí.

	Bilabial	Alveolar	Palatal	Velar	Labiovelar	Glotal
Oclusiva	*p *b	*t *d		*k *g	*k ^w *g ^w	*ʔ
Nasal	*m	*n		*ŋ	*ŋ ^w	
Africada		*ts				
Fricativa	*β					*h
Tepe		*r				
Aproximante			*j			

Quadro 2. Vogais breves orais e nasais e vogais longas orais e nasais reconstruídas para o Proto-Tuparí.

*i *ĩ	*ĩ		*i: *ĩ:	*i:	
		*o(*u)*õ(*ũ)			*o: (*u:)
*e *ẽ			*e: *ẽ:		
	*a *ã			*a: *ã:	

A seguir, listamos as mudanças sonoras atestadas nas línguas Tuparí que serão relevantes para a reconstrução dos termos de parentesco da protolíngua. As correspondências de som e os respectivos protossoms listados a seguir estão de acordo com os Quadros 1 e 2.

- ***ts > t** em Akuntsú, Wayoró, Makurap e Tuparí, exceto diante de /i/ nesta última língua, onde manteve o traço fricativo [s]; em Sakurabiat, ***ts** permaneceu como [ts] ou mudou para [s] conforme o ambiente. Veja, como exemplo, os cognatos para 'veado' e 'mosquito, mutuca':

Proto-Tuparí ***itsi:** : 'veado' > Akuntsú **iti:** : Wayoró **iti:**⁴ : Makurap **iti:** : Sakurabiat **itsi:** : Tuparí **sajpare** (não cognato).

Proto-Tuparí ***tsik** 'mosquito, mutuca' > Akuntsú **tik** : Wayoró **tik** (**õtik** 'mutuca') : Makurap (**nẽtik** 'mutuca') : Sakurabiat **sik** : Tuparí **sik**.

Novos dados da língua Akuntsú, disponíveis a partir do trabalho de Aragon (2014), levantaram a questão sobre se Proto-Tuparí comportava também um fonema africado palatal ***tʃ** paralelo ao fonema africado coronal ***ts**. Porém, somente Akuntsú apresenta reflexo [tʃ] (ao lado de [t]) nas correspondências reconstruídas como ***ts**. Este reflexo [tʃ] não é observado nas outras línguas. A possibilidade de que tenha ocorrido uma inovação em Akuntsú, com a introdução de uma distinção que não ocorria na protolíngua, parece agora ser mais provável⁵. A oposição **tʃ-t**, em Akuntsú, pode ter surgido a partir da cisão nos reflexos de ***ts**. Como se pode observar nas palavras para 'dor' e 'ver', a seguir, as correspondências sistemáticas em todas as outras línguas são compatíveis com o protossom ***ts**, mas apresentam uma africada palatal como reflexo somente em Akuntsú⁶. Essa alternativa analítica baseia-se também nos termos de parentesco analisados na próxima seção. O contraste **tʃ-t** em Akuntsú ocorre justamente nos termos

⁴ A vogal central é descrita como arredondada por Santos (2010). Análises acústicas estão sendo realizadas com a finalidade de definir essa propriedade da vogal.

⁵ Agradecemos a um dos pareceristas anônimos por chamar a atenção para essa questão.

⁶ A motivação para essa cisão em Akuntsú ainda deve ser melhor investigada.

para 'mãe' *ti* e 'avó' *tjipap*. Do ponto de vista semântico, é muito mais provável que o termo para 'avó' derive da raiz para 'mãe', como se pode observar nas outras línguas, e não faria sentido reconstruir duas formas distintas. Proto-Tuparí **atsi* 'dor' > Akuntsú *atji* : Wayoró *ati* : Makurap *ati* : Sakurabiat *atsi* : Tuparí *asi*. Proto-Tuparí **tso* 'ver' > Akuntsú *tjo* : Wayoró *to* : Makurap *to* : Sakurabiat *so* : Tuparí *top*.

- **d* > *t* em Akuntsú, *nd* em Wayoró, *tj* em Makurap, *t* em Sakurabiat, *h/∅* em Tuparí. Essa correspondência está presente em palavras como 'casa', 'folha', 'nome' e 'marico; bolsa de tucum'. Conforme explicitado em Galucio e Nogueira (2011), a maioria das palavras que participam do grupo de cognatos com a correspondência Akuntsú *t* : Wayoró *nd* : Makurap *tj* : Sakurabiat *t* : Tuparí *h/∅* apenas manifesta essa correspondência de sons na forma possuída da palavra. Galucio e Nogueira (2011) avaliaram as possibilidades de reconstrução como **ts*, **ð* ou **tj* para tal correspondência. As autoras concluíram que a hipótese da ocorrência de um **ð* ou **tj* não refletiria as tendências no desenvolvimento histórico observado nas línguas filhas. Assim, Galucio e Nogueira (2011) argumentam em favor da reconstrução de uma consoante alveolar vozeada, **d*, alofone atestado em pelo menos uma das línguas filhas, Akuntsú⁷, e cujos reflexos teriam desenvolvimento plausível na família linguística. Anteriormente, Moore e Galucio (1994, p. 127) já haviam apontado para a reconstrução de tal correspondência como "[...] um segmento dental **D* cuja forma fonética exata é desconhecida [...]". Veja, como exemplo, as correspondências de som em 'minha casa' e 'marico': Proto-Tuparí **o-dek* 'minha casa' > Akuntsú *o-tek* : Wayoró *o-ndek* : Makurap *o-tjeg-et*⁸ : Sakurabiat *o-tek* : Tuparí *o-ek*⁹. Forma não possuída *ek* 'casa'. Proto-Tuparí *endi* : 'marico' > Akuntsú *eti* : Wayoró *ëndi* : Makurap *etji* : Sakurabiat *eti* : Tuparí *eu*.
- *β* > *b* em Akuntsú e Sakurabiat¹⁰. Em Tuparí, observa-se três reflexos desse protossom **[w]**, **[p]** (em posição de coda silábica) e **[ps]** (quando diante de **[i]**)¹¹. Em Makurap e Wayoró, *β* manteve-se geralmente como *β*. A correspondência reconstruída com o protofonema **β* pode ser constatada em 'estrela'. Proto-Tuparí **baroβaro* 'estrela' > Akuntsú *barobaro* : Wayoró *βaroβaro* : Makurap *warowaro* : Sakurabiat *parobaro* : Tuparí *koepa epa 'iri* (que significa literalmente 'pequeno olho da lua'; claramente não cognato). Embora semelhanças em outras línguas da região apontem a possibilidade de empréstimo na palavra 'estrela', no ramo Tuparí as correspondências ilustram o desenvolvimento histórico de **β*.
- **k^w* e **ŋ^w* podem perder o ponto de articulação velar ou ainda mudar para *∅* em Makurap e Tuparí. Em Wayoró, mantiveram-se sem mudança, e em Akuntsú e Sakurabiat houve fusão dos reflexos dos dois segmentos em **[k^w]**. Tais mudanças das consoantes labiovelares da protolíngua podem ser observadas nos seguintes cognatos:

⁷ Em Akuntsú, **[d]** é um dos alofones de **[t]** (ver Aragon, 2008, 2014).

⁸ A língua Makurap possui um morfema genitivo **-et**, que ocorre nos sintagmas nominais (SN) possessivos e que possui quatro alomorfes **{-et~-t; -en~-n}**, determinados pelo traço oral ou nasal do segmento final da palavra (Braga, 2005).

⁹ Tuparí parece ser a única língua que apresenta duas formas possuídas, sendo uma com a consoante **[h]**, quando o possuidor é um SN ou a segunda pessoa do plural **wat-**, como em *Konkoat h-ek* 'casa de Konkoat' e *wat h-ek* 'casa de vocês', e uma com reflexo *∅*, quando o possuidor é expresso na forma de um dos outros prefixos pessoais, conforme ilustrado acima. Em todas as outras línguas, há apenas a alternância entre a forma possuída e a não possuída, sendo a primeira sem a consoante inicial e a segunda, com os reflexos mostrados acima.

¹⁰ Manteve-se como *β* em posição de coda silábica, em Akuntsú, e mudou para oclusiva bilabial surda **[p]** em início de palavra em Sakurabiat.

¹¹ Sincronicamente, existe um processo de fricativização envolvendo a consoante oclusiva surda, em Tuparí: **[p]** realiza-se foneticamente como **[ϕ]** diante das vogais arredondadas **/o/** e **/u/**.

Proto-Tuparí **ŋ^Wajto* 'jacaré' > Akuntsú *k^Wato* : Wayoró *ŋg^Wajtfo* : Makurap *βato* : Sakurabiat *k^Wato* : Tuparí *wao*.
 Proto-Tuparí **ok^Waj* 'rabo' > Akuntsú *ok^Waj* : Wayoró *ok^Waj* : Makurap *tj-oaj* : Sakurabiat *ok^Waj* : Tuparí *owaj*.

Uma vez apresentada a reconstrução de segmentos do Proto-Tuparí e as mudanças de som relevantes, passemos à proposta de reconstrução de itens lexicais de termos de parentesco da protolíngua.

RECONSTRUÇÃO DE ITENS LEXICAIS DE PARENTESCO EM PROTO-TUPARÍ

As línguas do ramo Tuparí apresentam termos claramente cognatos e reconstruíveis para a protolíngua para as seguintes posições de parentesco: avós (FF, FM, MF, MM), pais (M, F), tios (MZ, MB, FZ), irmãos (B, Z), primos (FBS, FBD), filhos (S, D), sobrinhos (BS, BD, ZD, ZS), netos (SS, SD, DS, DD) e afins (W, H, DH). Utilizando a metodologia padrão do método histórico-comparativo (Fox, 1995), podemos propor a reconstrução desses termos e projetar a reconstrução da terminologia do sistema de parentesco¹².

TERMOS PARA AS GERAÇÕES G+1 E G+2, PAIS, TIOS, TIAS E AVÓS

Nas línguas Tuparí, em geral, não há um item lexical específico para se referir a 'pais' ('*parents*', em inglês). Também não há distinção lexical, nos termos em geral, de acordo com o ego de quem fala. Os termos para 'pai' e 'mãe' são claramente reconstruídos para a protolíngua porque possuem reflexos cognatos em todas as cinco línguas do ramo (Quadro 3). Com relação aos termos para 'avós', apresentados no Quadro 3, vale ressaltar que, para Akuntsú, Aragon (2014) cita também *o-toto* significando 'minha avó', sem explicitar se se trata de FM, MM ou ambas. Em Makurap, o termo de referência para FF/MF/FM/MM não é cognato às demais línguas: *o-mbopot-et*¹³ FF/MF/FM/MM (*mbopot* 'avô', em Braga, 2005). Os termos para 'avós', em Makurap, cognatos às demais línguas são os vocativos.

Quadro 3. Termos de referência para pais, tios, tias e avós.

		Proto-Tuparí	Akuntsú	Wayoró	Makurap	Sakurabiat	Tuparí
1	M	*tsi	-ti	-ti	-ti-t	-tsi	-si
2	(m)MZ	*tsi nõ		-ti nõ	-ti-t (apiõn/βatmbalet)	-tsi-rõ	-si (pěãn), -si (autʔa)
3	(m)MB	*itej	tfej	tej	(awa/awa i); atʃi/atʃi i	jsej (a-poot/ a-kirit)	tej/(tete)
4	F	*dop	-top	-ndop	-tʃo-et	-top	-(h)op
5	(m)FZ	*ipoj; *apoj		-ipoj; apoj		(jpoj)	-ʔapoj/ (-ʔapaj)
6	FF & MF	*aβatso	abatʃo	eβato	awato	abatso	(toto)
7	FM & MM	*tsipap	-tʃipap	-tipap	titi	-tsipap	(papa)

¹² Ao longo do artigo, são usadas siglas dos termos de parentesco que representam as letras iniciais das palavras em inglês: F = *father* (pai), M = *mother* (mãe), S = *son* (filho), D = *daughter* (filha), B = *brother* (irmão), Z = *sister* (irmã), W = *wife* (esposa), H = *husband* (marido) e suas combinações.

¹³ Em Wayoró, a palavra *mbopot* significa 'flecha'.

É importante mencionar que os termos de parentesco pertencem, em geral, à categoria de nomes inalienáveis nas línguas Tuparí, ou seja, eles ocorrem sempre possuídos, seja por um SN não pronominal, seja por um prefixo pessoal. Por uma questão de clareza na apresentação dos dados, listaremos, em geral, somente a raiz do termo, sem indicação do possuidor. Comentários sobre a forma possuída e/ou a indicação do possuidor serão apresentados conforme necessário.

Na palavra para 'mãe', em (1)¹⁴, a correspondência Akuntsú *t* : Wayoró *t* : Makurap *t* : Sakurabiat *ts/s* : Tuparí *s* foi reconstruída para Proto-Tuparí como **ts*. Veremos que as correspondências vocálicas presentes nos cognatos de termos de parentesco são, em geral, idênticas e, portanto, claramente reconstruídas para o Proto-Tuparí. Por esse motivo, optamos por não discutir as correspondências vocálicas ao longo do texto, julgando não haver prejuízo para elaboração da análise.

O termo para 'irmã da mãe (MZ)' na fala masculina, em (2), apresenta a palavra para 'mãe' (**tsi*) em quatro das cinco línguas, seguida de um modificador nominal significando 'outro', que apresenta forma cognata em Wayoró e Sakurabiat. As línguas Makurap e Tuparí apresentam, seguida da palavra para 'mãe', a expressão para idade relativa, 'mais novo' e 'mais velho', não cognata nas duas línguas. Dessa forma, é possível reconstruir **tsi nō* 'outra mãe' para (m)MZ.

O termo para (m)MB, em (3), é cognato em todas as línguas, com exceção de Makurap. A reconstrução de uma vogal alta anterior no início da palavra, **itej*, justifica-se pela presença do segmento palatal no início da palavra *jsej*, em Sakurabiat, bem como pela presença da africada em Akuntsú¹⁵, resultado de assimilação da palatalização dessa vogal, seguida de perda da mesma. Processo semelhante pode ser observado na correspondência da palavra para 'jacaré' **ŋ^Wajto* > Akuntsú *k^Wato* : Wayoró *ŋg^Wajtfo* : Makurap *βato* : Sakurabiat *k^Wato* : Tuparí *wao*, em que a presença de um segmento palatal (perdido nas demais línguas) causa, em Wayoró, a palatalização da consoante que segue¹⁶.

A correspondência Akuntsú *t* : Wayoró *nd* : Makurap *tf* : Sakurabiat *t* : Tuparí *h/∅*, em (4), é reconstruída como **d*. A consoante bilabial oclusiva final ocorre em correspondências regulares e pode ser reconstruída claramente como **p*. Justifica-se, assim, a reconstrução da palavra para 'pai' como **dop*.

O termo para (m)FZ¹⁷, em (5), encontra duas formas em Wayoró, possuída e não possuída, cada uma delas com um correspondente cognato em Tuparí e Sakurabiat. A variação no início de palavra entre as vogais /i/ e /a/ é observada em alguns pares em Wayoró e Sakurabiat, sem que possamos, nesse momento, ter uma conclusão sobre um valor gramatical associado¹⁸.

Em (6), **aβatso* 'FF/MF', a correspondência reconstruída com o protofonema **β* pode ser constatada em outros cognatos, conforme a seção "Elementos fonológico-gramaticais relevantes para a reconstrução do Proto-Tuparí". A consoante reconstruída como **ts* apresenta a correspondência Akuntsú *tf* : Wayoró *t* : Makurap *t* : Sakurabiat *ts/s*. Como vimos na seção anterior, a reconstrução da consoante africada coronal **ts* para essa correspondência assume que houve uma cisão em Akuntsú, a qual teria dado origem à oposição moderna *t-tf*, nessa língua. A palavra em Tuparí para 'avô' (FF e MF) *toto*

¹⁴ Os números entre parênteses se referem às linhas dos quadros em que estão os cognatos.

¹⁵ Em (3), o termo *tfej* Akuntsú é traduzido como 'tio' (Aragon, 2008) (assim como a palavra *jōj* – Aragon, 2008). A descrição como (m) MB é uma hipótese relacionada aos cognatos nas demais línguas.

¹⁶ Os termos para FB em Makurap, Sakurabiat e Tuparí são constituídos pela palavra para 'pai', seguida de um modificador nominal, como *op-nō* 'pai-outro', em Sakurabiat. Em Wayoró, utiliza-se um sintagma genitivo com o termo para irmão (fala masculina) modificando a palavra para 'pai', por exemplo, *aβi ike* 'irmão mais velho do pai'. Dessa forma, não há uma correspondência regular nesses itens.

¹⁷ Em Sakurabiat, o termo correspondente a (m)FZ é igual a (m)MZ *si-rō*. O termo aqui apresentado é explicado pelo colaborador como "uma tia distante, [que] não é nem irmã da mãe, nem irmã do pai" (informação verbal in diário de campo de Ana Vilacy Galucio, TI Rio Mequéns, jul. 2017).

¹⁸ Exemplos em Wayoró são (f)eZ *-ikej/akej* e 'caminho' *-ape/pe*. Em Sakurabiat, 'caminho' *-ape/pe*; 'velho' *poot* e 'tio (m)MeB' *jsej a-poot*; 'criança, novo' *kirit* e 'tio (m)MyB' *jsej a-kirit*.

encontra correspondência fonológica apenas na palavra de Akuntsú já mencionada, *o-toto* (Aragon, 2014), a qual, por outro lado, ocorre como nome possuído e é traduzida como 'minha avó', apontando para uma possível mudança semântica.

A mesma correspondência Akuntsú *tf* : Wayoró *t* : Makurap *t* : Sakurabiat *ts/s* se observa em (7), no vocábulo para 'avó', reconstruído como **tsipap* 'FM/MM'. Semanticamente, é provável que as palavras para 'avó' e 'mãe' derivem da mesma raiz. O termo Tuparí *papa* 'avó' (FM e MM) é cognato ao termo de Wayoró, mas não aos demais.

Os termos vocativos para 'pais' e 'avós' são igualmente cognatos, como podemos verificar no Quadro 4.

Quadro 4. Termos vocativos para pais e avós.

		Proto-Tuparí	Akuntsú	Wayoró	Makurap	Sakurabiat	Tuparí
8	M	*jã		jã	jã	ãtsi	jã
9	F	*aβi		aβi	aβa	abi; abitop	apsi
10	FF & MF	*aβatso		aβat	aβato	abatso	toto
11	FM & MM			papa	titi	o-tsipap	papa

A consoante inicial do termo vocativo para 'mãe' é reconstruída como **j*, na correspondência em (8). Em Sakurabiat, trata-se de uma forma composta (N + N), onde se pode identificar um resquício do vocativo, *ã*, seguido do termo de referência *tsi* 'mãe'. O mesmo processo de composição é visto na segunda forma do vocativo para 'pai' nessa língua: *abitop* = *abi* + *top* 'pai (vocativo)-pai(referência)'.¹⁹

A reconstrução da forma **aβi* para o vocativo 'pai', em (9), pressupõe um processo de fricativização no desenvolvimento histórico de um dos reflexos de **β* em Tuparí: **β > p > ps* (diante de *i*), embora sincronicamente (Singerman, 2016, 2018) a palavra *apsi* precise ser analisada como contendo uma sequência heterossilábica de consoantes [ap^h.si]. Em Wayoró, Makurap, Sakurabiat e Tuparí, as formas vocativas podem ser usadas como SN sujeitos¹⁹.

As correspondências do exemplo (10) foram discutidas no exemplo (6). Em Sakurabiat, o termo vocativo para 'avó' é igual ao termo de referência. No exemplo (11), observa-se duplicação da palavra para 'mãe' em Makurap e duplicação silábica em Wayoró e Tuparí. Em Wayoró, é possível identificar a duplicação total ou parcial em radicais nominais como processo histórico de formação de palavras, por exemplo, *kipkip* 'coruja grande' e *titiit* 'coruja pequena'. No entanto, sincronicamente, não identificamos, até o momento, qualquer valor gramatical ou produtividade associado a este processo nessa língua²⁰.

É possível que o termo vocativo para 'avó' em Proto-Tuparí tenha sido formado por duplicação, como se pode perceber em Wayoró, Makurap e Tuparí. Em Makurap e Sakurabiat, pode-se hipotetizar a formação do vocativo para 'avó' (FM e MM) como uma palavra complexa: em Makurap, *ti + ti* 'mãe da mãe' e em Sakurabiat *si + pap* 'mãe velha' (N + N). A composição semântica da construção em Sakurabiat não é transparente, mas pode ser formulada a partir da comparação com outros dados da língua e também com dados de Akuntsú. A hipótese é de que o segundo

¹⁹ Em Tuparí, nessa condição, os SN recebem o caso nuclear, que corresponde segmentalmente ao morfema genitivo em Makurap. Qualquer sujeito não pronominal em Tuparí precisa receber o caso nuclear (Singerman, 2018). Os termos vocativos nunca ocorrem como nomes possuídos.

²⁰ É necessário observar, contudo, que há um pequeno número de radicais nominais/adjetivais duplicados cuja forma não duplicada é atestada, por exemplo, *η^wärāk^wa* 'listrar (horizontalmente)' e *η^wärāη^wärā* 'listrado', bem como *amēko ηgop* 'onça-vermelha' e *ηgopηgop* 'vermelho'. No entanto, em Akuntsú, Sakurabiat e Tuparí, por exemplo, a duplicação é um processo morfológico produtivo, que pode indicar pluralidade e/ou informações aspectuais (Aragon, 2014; Galucio, 2001; Singerman, 2018). Tais dados sugerem que a duplicação pode ter sido um processo morfológico produtivo em Proto-Tuparí, com funções gramaticais específicas.

termo na composição *si-pap*, em Sakurabiat, derive historicamente de *paba* 'seco; mulher idosa; anciã'²¹, com queda da vogal final. Akuntsú também oferece um dado relevante que pode corroborar essa etimologia. Como se observa no Quadro 4, não dispomos dos termos vocativos para 'pais' e 'avós', em Akuntsú. Porém, Aragon (2014) cita *papa* como uma raiz adjetiva relativa à idade feminina, significando 'mulher (após ter dado à luz, mulher de meia-idade)'²².

TERMOS PARA GERAÇÃO 0, IRMÃOS E PRIMOS

Os Quadros 5 e 6 apresentam os termos para irmãos e primos nas cinco línguas do ramo Tuparí e os termos reconstruídos para Proto-Tuparí, com base nas correspondências sonoras regulares.

Quadro 5. Termos para irmãos.

		Proto-Tuparí	Akuntsú	Wayoró	Makurap	Sakurabiat	Tuparí
12	(m)eB	*ike	ike	ike	(-tʃ-oa-t)	ike	asa/-ike~-jke
13	(m)yB	*kip		kip	(-tʃ-oa-t)	kip	kip
14	(f)B	*ok ^W a	ok ^W a	ok ^W a	(-tʃ-oa-t)	ok ^W a	owa
15	(m)Z	*koj(-pet)	kojtpet	kojpet	kojtpet-et	kojpet	koj
16	(f)eZ	*ikej		akej/-ikej	(kojtpet-et)	ikej	akaj/-ikej~-jkej
17	(f)yZ	*kipi	kipi	kipi	(kojtpet-et)	kipi	kʷpsiʔi

As reconstruções dos termos para 'irmãos/irmãs' (*siblings*) nas falas masculina e feminina em todas as posições são bastante transparentes. Os termos para 'irmão mais velho (eB)' e 'irmão mais novo (yB)' na fala masculina apresentam formas não somente cognatas, mas idênticas em quatro das cinco línguas²³. Sua reconstrução para a protolíngua como **ike* e **kip*, respectivamente, é plenamente justificada, apesar de não ocorrer forma cognata em Makurap. Como será descrito na seção "Terminologia dos sistemas de parentesco nas línguas Tuparí em uma abordagem antropológica-comparativa", Makurap é a única das cinco línguas que não distingue os termos para irmãos (*siblings*) segundo o sexo de ego e a idade relativa dos irmãos/irmãs.

A consoante medial reconstruída para 'irmão (B)' na fala feminina **k^W* apresenta os reflexos esperados: Akuntsú *k^W* : Wayoró *k^W* : Makurap \emptyset : Sakurabiat *k^W* : Tuparí *w/\emptyset*. Em Makurap, a forma *tfoa*, que a princípio poderia ser considerada não cognata, apresenta reflexos consistentes com a correspondência reconstruída como **k^W*, como em **ok^Waj* 'rabo' (mencionada anteriormente), ou seja, perda do segmento labiovelar nessa língua. A consoante palatal /tʃ/ em *tfoaj* é possivelmente resultado de processo morfológico independente. A reconstrução do termo para 'irmã (Z)' na fala masculina como uma palavra morfológicamente complexa, **koj(-pet)*, justifica-se pela ocorrência de formas cognatas e idênticas em todas as cinco línguas, com exceção de Tuparí, que não apresenta o que seria o

²¹ Apresentamos alguns exemplos do vocábulo *paba* 'seco; mulher idosa; anciã', em Sakurabiat:

a) *Poret pabaap te poret setejat aemok^Wa pa ose këra*.

"Aí eles (disseram): 'Não é seco, não. Aonde será que nós vamos?'"

b) *Poret te paba ak^Wapna*.

"Aí a velha atrasou" (literal: "Aí a velha ficou nas costas/ficou atrás")

²² Inicialmente, havíamos pensado na possibilidade de o termo *si-pap* corresponder semanticamente a 'mãe' + 'morta', uma vez que *pap* sincronicamente possui essa acepção 'morto; embriagado (semelhante a morto)', em Sakurabiat. Porém, essa interpretação é no mínimo pouco plausível, como indicado por um parecerista anônimo. Agradecemos a ele por nos motivar a procurar uma etimologia mais plausível para este termo.

²³ Não possuímos o termo para (yB) em Akuntsú.

segundo morfema. As correspondências sistemáticas na forma para 'irmã mais nova (yZ)' na fala feminina ilustram o processo histórico de fricativização de [p] diante de [i] em Tuparí, já discutido anteriormente. É interessante notar a semelhança entre os termos para irmão mais velho (eB) e irmão mais novo (yB), na fala masculina, e os termos para irmã mais velha (eZ) e irmã mais nova (yZ), na fala feminina, sendo possível postular a presença de um morfema {-i/ -j} final nas palavras de gênero feminino, eZ *ike-j, yZ *kip-i, contrastando com a ausência desse morfema na forma masculina, eB *ike e yB *kip. Note-se ainda que, no caso de 'irmã mais nova (yZ)', na fala feminina, pode-se postular um processo de dissimilação que teria motivado a posteriorização da vogal inicial *i* > *ĩ*, em contraste com a forma masculina (eB)²⁴.

A seguir, no Quadro 6, apresentamos os termos para FBS e FBD identificados nas referências disponíveis sobre as línguas Tuparí²⁵.

Quadro 6. Termos para primo.

		Proto-Tuparí	Akuntsú	Wayoró	Makurap	Sakurabiat	Tuparí
18	(m)FBeS	*ike		ike		ike	-ike
19	(m)FByS	*kip		kip		kip	kip
20	(f)FBS	*ok ^W a		ok ^W a	-tʃ- ^{oa} -t	ok ^W a	owa
21	(m)FBD	*kojpet		kojpet		kojpet	koj
22	(f)FBeD	*ikej		ikej	(kojpet)	ikej	ikej

Comparando os Quadros 5 e 6, nota-se que os termos identificados e reconstruídos para 'primos paralelos' correspondem aos utilizados para 'irmãos'. Em Makurap, o termo usado para (f)FBeD é, possivelmente, resultado de uma extensão do vocábulo usado por ego masculino, *kojpet*²⁶.

TERMOS PARA GERAÇÃO G-1, FILHO, FILHA, SOBRINHOS

Os termos para filho/filha nas falas masculina e feminina são apresentados no Quadro 7, a seguir.

Quadro 7. Termos de parentesco para filho e filha.

		Proto-Tuparí	Akuntsú	Wayoró	Makurap	Sakurabiat	Tuparí
23	(m)S	*daʔip	taip	ndaip	tʃaip	taip	(h)aʔup
24	(f)S	*mëpit	mëpit	mëpit	mëpit	mëpit	mëmsit
25	(m)D	*tak	tak	tak	tak	tak	(h)ak
26	(f)D	*mëpit	mëpit	mëpit	mëpit	mëpit	mëmsit

²⁴ Agradecemos a um dos pareceristas anônimos por ter chamado a atenção para essa possibilidade.

²⁵ Os dados para 'primos' da língua Wayoró foram projetados com base no seguinte trecho de entrevista com Paulina Macurap sobre termos de parentesco, realizada na Aldeia Ricardo Franco (Guajará-Mirim, Rondônia), em 23 jun. 2008. Quando questionada sobre os termos para 'primos' que são sobrinhos da mãe, a colaboradora respondeu: "Essa aí, para nós, não tem primo não. Tudo é irmã". E acrescentou sobre os primos que são sobrinhos do pai: "Irmão do seu pai, os filhos dele, que ele tem, tudo é teu irmão" (informação verbal *in* diário de campo de Nicole Soares-Pinto, Guajará-Mirim, 23 jun. 2008).

²⁶ Não dispomos de dados suficientes para a reconstrução das posições (f)FByD, bem como para MZD e MZS.

A correspondência da consoante inicial da palavra para 'filho (ego masculino)' é a mesma de (4), podendo-se reconstruir a palavra como **daʔip*. Em Tuparí, as palavras para 'filho (ego masculino)' e 'filha (ego feminino)' fazem parte do pequeno grupo de termos que apresentam uma alternância na forma possuída. Quando possuídos por um SN não pronominal ou pela segunda pessoa plural *wat-*, tais palavras apresentam uma consoante inicial *h-* que não ocorre quando o possuidor é um dos outros prefixos pessoais: compare *waʔup* 'meu filho (ego masculino)' com *Tigi haʔup* 'filho do Tigui'; *wak* 'minha filha (ego feminino)' com *Tigi hak* 'filha do Tigui'²⁷.

A palavra para 'filha (ego masculino)' pode ser reconstruída como **tak*, tendo a primeira consoante sofrido queda na língua Tuparí, em alguns contextos²⁸, e se realiza como [h] em outros. Conforme explicitado, em Tuparí, a consoante inicial *h-* apenas ocorre quando a palavra é possuída por um SN não pronominal ou pela segunda pessoa do plural *wat-*. Apesar dos reflexos da consoante inicial em Tuparí coincidirem com os reflexos de **d*, optamos por reconstruir a consoante inicial como **t*, e não como **d*, devido a todas as outras línguas apresentarem como reflexo *t*, e não os reflexos esperados de **d > Akuntsú t : Wayoró nd : Makurap tf : Sakurabiat t*.

A palavra para 'filho' ou 'filha' para ego feminino pode ser reconstruída como **mëpit*. Nesse caso, a forma em Tuparí *mëmsit* evidencia novamente o processo de fricativização da consoante oclusiva surda *p* diante da vogal anterior alta [i], no processo de desenvolvimento histórico a partir do Proto-Tuparí, como hipotetizado na análise do termo vocativo para 'pai', acima.

A seguir, no Quadro 8, apresentamos os termos identificados para 'sobrinhos'²⁹.

Quadro 8. Termos de parentesco para sobrinhos.

		Proto-Tuparí	Akuntsú	Wayoró	Makurap	Sakurabiat	Tuparí
27	(m)BS	<i>*daʔip</i>		<i>ndaip</i>		<i>taip</i>	<i>aʔup</i>
28	(f)BS	<i>*ok^{Wa} daʔip</i>		<i>ok^{Wa} taip</i>	<i>tj-oa-t tjaip-et</i>	<i>ok^{Wa} taip</i>	<i>owaʔup</i>
29	(m)BD	<i>*tak</i>		<i>tak</i>		<i>tak</i>	<i>ak</i>
30	(f)BD	<i>*ok^{Wa} tak</i>		<i>ok^{Wa} tak</i>	<i>tj-oa-t (mëpir-et)</i>	<i>ok^{Wa} tak</i>	<i>owak</i>
31	(m)ZD/ZS	<i>*măjkit</i>	<i>măjkit</i>	<i>măjkit</i>		<i>măjkit</i>	<i>măjkuť</i>
32	(f)eZD/eZS	<i>*(ikej) mëpit</i>		<i>mëpit</i>	<i>mëpir-et</i>	<i>ikej mëpit</i>	<i>mëmsit</i>
33	(f)yZD/yZS	<i>*(kipi) mëpit</i>		<i>mëpit</i>	<i>mëpir-et</i>	<i>kipi mëpit</i>	<i>mëmsit</i>

Pelos termos reconstruídos, é possível observar que ego masculino usa os mesmos termos para 'filhos' (Quadro 7) para se referir aos filhos do irmão de mesmo sexo, porém, para se referir aos filhos da irmã (sexo oposto), usa o termo reconstruído como **măjkit* 'sobrinho'. De forma semelhante, ego feminino utiliza o termo para 'filhos' para se referir aos filhos da irmã. Este termo vem acompanhado da palavra para 'irmã mais nova' e 'irmã mais velha', em Sakurabiat. Ao passo que, para se referir aos filhos do irmão de sexo oposto, lança mão de uma palavra composta

²⁷ Outras palavras que mostram a mesma alternância: 'pai' *op*, *Tigi hop*; 'casa' *ek*, *Tigi hek*.

²⁸ O mesmo processo de queda de **t* na língua Tuparí pode ser notado na palavra para 'jacaré' Akuntsú *k^Wato* : Wayoró *ŋg^Wajtfo* : Makurap *βato* : Sakurabiat *k^Wato* : Tuparí *wao*.

²⁹ Em (31), o termo em Akuntsú é registrado apenas para ZD, e o termo em Tuparí é descrito apenas para ZS.

constituída pela palavra para 'irmão' (f)B + termo masculino usado para 'filho/filha' (m)S/D. Tal regularidade possibilita a reconstrução de **ok^Wa daʔip* (f)BS e **ok^Wa tak* (f)BD³⁰.

TERMOS PARA GERAÇÃO G-2, NETOS

O Quadro 9 apresenta os termos para G-2 'netos' nas cinco línguas Tuparí.

Os termos femininos para 'netos' são uma clara duplicação da palavra reconstruída para (f)D/S 'filho(a)' **mëpit*. Dessa forma, teríamos (f)SS/SD/DS/DD **mëpit + mëpit* em Proto-Tuparí. É necessário acrescentar que, em Sakurabiat, o termo duplicado é usado para se referir ao coletivo *mëpirëpit* 'netos/netas' (*grandchildren*). Nas quatro línguas, a palavra duplicada sofre queda da consoante inicial, resultando em *ëpit* como forma duplicada. Dada a presença desse morfema nos termos para 'netos' da fala masculina, em Akuntsú, Sakurabiat e Tuparí, é possível que, por analogia aos termos da fala feminina, *ëpit* tenha se afixado ao termo (m)SD **tak* e se generalizado como termo para 'netos' da fala masculina, tal como pode se observar em Sakurabiat e Tuparí. Dessa forma, é possível propor a reconstrução para Proto-Tuparí de 'neto/neta (m)SS/SD/DS/DD', na fala masculina, como **tak-ëpit*. A língua Makurap não apresenta termos cognatos para neto/neta, seja na fala feminina seja na fala masculina. Já a língua Wayoró apresenta cognatos reconstruíveis para Proto-Tuparí apenas nos termos usados por ego feminino. Porém, o termo para neto/neta para ego masculino, em Wayoró, é cognato com o termo para neto/neta em Makurap, considerando um processo de metátese envolvendo as consoantes, em Wayoró *tīm* e em Makurap *mbit*³¹. Não há dados disponíveis em Akuntsú para a fala masculina em todas as posições. Somente temos registro do termo para (m)SD, no qual o morfema *ëpit*, ora mencionado, também ocorre.

Quadro 9. Termos para netos.

		Proto-Tuparí	Akuntsú	Wayoró	Makurap	Sakurabiat	Tuparí
34	(m)SS/(m)SD/(m)DS/(m)DD	<i>*tak-ëpit</i>	(toj) <i>ëpit</i>	(tīm)	(mbit-et)	tangëpit	ākëmsit
35	(f)DS/(f)SS	<i>*mëpit+(m)ëpit</i>	mëpirëpit	mëpirëpit	(mbit-et)	mëpittaip	mëmsirëmsin
36	(f)DD/(f)SD	<i>*mëpit+(m)ëpit</i>	mëpirëpit	mëpirëpit	(mbit-et)	mëpittak	mëmsirëmsin

TERMOS PARA AFINS

No Quadro 10, apresentamos os cognatos e a proposta de reconstruções dos termos para os afins W, H e DH.

Quadro 10. Termos reconstruídos para afins.

		Proto-Tuparí	Akuntsú	Wayoró	Makurap	Sakurabiat	Tuparí
37	W	<i>*ai(+)tsi</i>	ajtʃi	aindi; (ndaip/tak ti)	tʃaip+ndi	aitsi; o-taip si	aʔu+si
38	H	<i>*men</i>	men	men; (mëpit ndop)	(mëpit tʃop)	mët; (mëpit top)	mën
39	DH	<i>*mëjom</i>		mëjom	mëjom	(o-tak mët)	mëjöm

³⁰ Embora as fontes diacrônicas de *owa ʔup* '(f)BS' e *owak* '(f)BD', em Tuparí, sejam **ok^Wa daʔip* e **ok^Wa tak*, o reflexo da consoante inicial do nome possuído não se mantém na língua atual. Ou seja, em Tuparí, não se diz **owa ha ʔup* (dado agramatical) para '(f)BS', nem **owa hak* (dado agramatical) para '(f)BD', apesar de a consoante *h* aparecer em outros casos: *Konk^Wat ha ʔup* 'filho de Konkwat', *Konk^Wat hak* 'filha de Konkwat'.

³¹ Braga (1992) descreve a mudança de /t/ para [ɾ] ou [l] em fronteira de morfema.

Entre os termos cognatos para afins, é possível encontrar tanto termos lexicalizados em separado da grade de parentes consanguíneos quanto tecnônimos codificados a partir da grade de parentes. No Quadro 10, apresentamos somente as reconstruções dos termos de afins independentes da grade de parentes.

O termo para 'esposa' reconstruído como **ai(+)*tsi**, embora historicamente possa ter sido criado a partir de uma composição contendo a palavra para 'mãe', seguiu uma evolução fonológica distinta e já não é morfológicamente transparente. Por outro lado, as formas das línguas Makurap e Tuparí permitem propor que o desenvolvimento da palavra para 'esposa' foi baseado em um tecnônimo formado pelos termos 'filho' e 'mãe' em uma relação sintática genitiva. Contudo, a forma em Makurap que poderia ser traduzida como 'mãe do filho'³² (tradução também possível em Tuparí, conforme Caspar, 2014) apresenta a consoante sonora [nd], enquanto a palavra 'mãe' *ti* apresenta uma consoante surda [t], nessa língua. Galucio e Nogueira (2011) afirmaram que Proto-Tuparí foi sensível ao ambiente em que um possuidor ou um determinante estava presente no sintagma nominal. Esse ambiente sintático está diretamente ligado à alternância do segmento inicial em alguns grupos de palavras, que ocorre de modo mais ou menos produtivo em todas as línguas do ramo Tuparí. Por exemplo, em Wayoró, embora não ativos no sistema da língua, reflexos de uma morfologia cognata à alternância descrita como prefixos relacionais em Akuntsú (Aragon, 2014) e Makurap (Braga, 2005) podem ser encontrados em algumas palavras, como em 'mingau': *atiti ape* 'mingau de milho' e *ndape* 'mingau'³³. Rodrigues e Cabral (2012) propõem, para o Proto-Tupí, que tais segmentos iniciais sejam prefixos relacionais, definidos, de forma ampla, como prefixo que indica se um radical constitui ou não uma unidade sintática com seu determinante, o qual é a expressão imediatamente precedente. Tais alternâncias no segmento inicial de uma palavra foram extensivamente discutidas para a família Tupí-Guaraní por Meira e Drude (2013), os quais concluíram que tanto uma análise relacional quanto uma análise de raízes alternantes parecem ser "[...] igualmente razoáveis [...]" (Meira; Drude, 2013, p. 25). Assim, é possível que a correspondência em questão esteja relacionada historicamente a um alomorfe nominal, o que poderia explicar os reflexos sonoros [nd] em Wayoró e Makurap, em vez do esperado [t]³⁴.

Embora o termo para 'esposa' em Tuparí, *aʔusi*, já esteja lexicalizado como uma palavra independente, mantivemos, no Quadro 10, a análise em termos de tecnínia baseada nas palavras *aʔup* 'filho' + *si* 'mãe' = 'mãe do filho', considerando as correspondências sistemáticas de som documentadas no desenvolvimento histórico dessa língua. A queda da consoante bilabial /p/ pode ser explicada pelo processo de mutação consonantal que ocorre em fronteira de morfemas³⁵. Outro motivo para analisar *aʔusi* como *aʔu* 'filho' + *si* 'mãe' é o fato de existirem outros termos formados por processos semelhantes. Por exemplo, o termo para sogra na fala feminina – ou seja, (f)HM – é *měmsiropsi*, transparentemente construído pelos seguintes termos: *měmsit* 'filho/filha de mulher', (*h*)*op* 'pai', *si* 'mãe'. Ou seja, a sogra é a mãe do pai dos filhos. Neste termo, não aparece a consoante inicial *h* que ocorre quando o possuidor do termo (*h*)*op* 'pai' é um SN, como em *Konkwat hop* 'o pai de Konkwat'.

³² Em Makurap (Braga, 2005) e Tuparí, a palavra para 'esposa' é analisada como morfológicamente indivisível. A divisão aqui proposta é realizada para fins comparativos.

³³ No campo semântico da terminologia de parentesco, confirma, ainda em Wayoró, a alteração inicial da palavra para (m)S *ndaip* em (f)BS *ok^wa taip*.

³⁴ Moore e Galucio (1994) postularam a reconstrução de uma consoante africada sonora **(n)dz* para as correspondências ilustradas nessa palavra, porém, as informações de ordem morfológica discutidas acima nos levam a manter somente a consoante africada surda **ts* para Proto-Tuparí.

³⁵ Singerman (2016, 2018) apresenta a queda de consoantes bilabiais /p/ e /m/ em posição final de morfema, mas somente quando seguidos de um sufixo iniciado em vogal.

Os termos para 'nora' (SW) são tecnônimos distintos de acordo com a língua: em Wayoró, temos *mëpirëpit ti* 'mãe do neto (fala feminina)', enquanto que, em Sakurabiat, temos *mëpit aisi* 'esposa do filho (fala feminina)' e, em Tuparí, *mëmsit a ʔusi* 'esposa do filho (fala feminina)'.

TERMINOLOGIA DOS SISTEMAS DE PARENTESCO NAS LÍNGUAS TUPARÍ EM UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA-COMPARATIVA

Laraia (1972) apontava, a partir dos estudos de campo entre os Suruí, bem como de sua análise de uma série de estudos anteriores – a saber, Murphy (1960) entre os Mundurukú, Betts (1967) com os Parintintin – uma “[...] tendência [tupí] para sistemas de duas seções, onde, pelo menos teoricamente, é possível a segmentação social [...]” (Laraia, 1987, p. 8). Esses dados – em conjunto com os de Fernandes (1963) acerca dos Tupí da Costa, baseados em fontes seiscentistas, de Wagley e Galvão (1946), referindo-se aos Kaiowá, Tenetehara e Tapirapé; de Watson, V. (1944) e Watson, J. (1952), com os Kaiowá; de Baldus (1970), Shapiro (1968) e Wagley (1977), a respeito dos Tapirapé – levaram Laraia (1987) a delinear o modelo de estrutura social Tupí em contraposição às definições de descendência bilateral que dominavam as análises desses autores. Ele afirmava que essa estrutura corresponderia a

um sistema de relações que apresenta a fusão bifurcada na primeira geração ascendente, e termos de primos do tipo Iroquês na geração de Ego [...] regra de descendência patrilinear, patrilocalidade e matrimônios preferenciais com as primas cruzadas bilaterais e filha da irmã (Laraia, 1987, p. 8).

Em termos da etnografia Tupí mais geral, Fausto (1995) chamou a atenção para a instabilidade das relações entre primos cruzados, pois as terminologias não possuem palavras exclusivas para esta categoria de parentes. A análise do autor se refere à interferência entre uma estrutura horizontal dravidiana e uma estrutura oblíqua avuncular, combinando, assim, avunculato e patrilaterato, em uma “[...] ideologia patrifiliativa da aliança [...]” (Fausto, 1995, p. 102). No estudo específico do parentesco Parakanã (Tupí-Guaraní) (Fausto, 1995), notam-se as seguintes características: ausência de termos específicos para primos cruzados, presença de termos de afinidade separados, uma distinção importante entre colaterais e lineares. A primeira e a segunda características estão presentes nas terminologias aqui abordadas, e a distinção para posições colaterais e lineares ainda deve ser melhor precisada, embora a terminologia Sakurabiat, como veremos, apresente indicações neste sentido³⁶.

Na teoria amazônica do parentesco pós-1990 – incluindo-se aqui, além dos grupos Tupí, os Yanomami e os Carib-guianenses, nos quais Viveiros de Castro (2002b) baseou suas formulações sobre uma matriz organizacional geral –, a categoria de afinidade descola-se do cálculo categorial, transformando-se na verdadeira categoria sociocosmológica amazônica. Introduz-se o componente de distância cuja consequência é o elemento 'ternário' (incluindo afins, consanguíneos e coafins) e 'concêntrico' do campo do parentesco ameríndio, antes que dual e diametral (característica do dravidiano clássico). Em relação a esta última característica, diz o autor, na Amazônia, parentes consanguíneos distantes são afinizados,

³⁶ Notam-se, ainda, outras interpretações importantes, sumarizadas em Soares-Pinto (2019, p. 109): a “[...] primazia lógica do casamento avuncular sobre o esquema dravidiano – Dal Poz Neto (Dal Poz, 2004) para os Tupí Mondé – e de um modelo interpretativo da organização dualista kagwahiva como imbricação entre um sistema de parentesco dravidiano e um sistema de metades exogâmicas (Peggion, 2011). A não coincidência entre distinção terminológica para primos cruzados e regra prescritiva de casamento, bem como a 'subordinação do conhecimento genealógico aos fatores de residência e intensidade de interação social' (Pereira, 1999, passim) [p. 74-79] estaria presente entre os kaiowá.”.

enquanto afins corresidentes são consanguinizados. Uma pista nesse sentido é dada pela terminologia afim Tuparí, acima destacada, na qual o termo para sogra na fala feminina – ou seja, (f)HM – é *mëmsiropsi*, 'mãe do pai dos filhos'.

A análise da interferência sociocosmológica amazônica sobre a distinção categorial consanguinidade/afinidade foge do escopo deste artigo. Para os objetivos aqui expostos, deve-se lembrar que, no paradigma Tamil/Dravidiano (Índia do Sul³⁷), as línguas não apresentariam termos de afinidade separados, já que a afinidade estaria codificada na grade dos parentes (FZ=WM; MB=WF, sendo os primos cruzados [MBC e FZC] cônjuges prescritos); apresenta-se regularidade terminológica, pois o cálculo de paralelismo e cruzamento varre toda a grade de parentes, numa terminologia de duas seções (ou '*bifurcate merging*'³⁸).

Com efeito, a segmentação social de tipo patrifiliativa é passível de ser postulada para os povos cujas terminologias são aqui enfocadas (Soares-Pinto, 2009). Nas terminologias estudadas, a afinidade não se encontra codificada na grade de parentes, contando com termos separados. A redundância estrutural de germanos de mesmo sexo é observada, convivendo com um importante princípio de idade relativa no conjunto de germanos e, no caso Sakurabiat (mais adiante), com a classificação conjunta de algumas posições femininas cruzadas e paralelas. Igualmente, é possível aventar a presença de tipos de cruzamento diferentes do dravidiano, pela terminologia separada para afins e pela tendência à hawaianização na geração de ego encontrada pelos pesquisadores, embora os dados disponíveis não permitam identificar os tipos de cruzamento ali presentes.

Inicialmente, é preciso ter em mente que uma caracterização comparativa das terminologias de parentesco e do(s) sistema(s) de aliança de casamento que envolve(m) o conjunto de povos aqui enfocados, e relacionados desde tempos imemoriais, ainda está por ser realizada. Soares-Pinto (2016) registrou uma terminologia de feição Crow entre os Djeoromitxi (do tronco Macro-Jê³⁹), vizinhos e afins dos Wayoró, Makurap e Tuparí, bem como caracterizou o sistema de alianças Djeoromitxi como estando baseado em um cálculo diferente do dravidiano. Ou seja, pelo menos nas alianças realizadas pelos Djeoromitxi com os povos de língua Tuparí a eles relacionados estariam presentes cálculos oblíquos. Na maioria das vezes, as alianças de casamento envolvem primos cruzados de pais e filhos de primos cruzados, expressos pela categoria *wirá*. O sistema Djeoromitxi

[...] implica proibições dos cognatos cruzados em G0, mas não as estende para as gerações adjacentes. Assim, a categoria *wirá* cobre certas posições que seriam, do ponto de vista dravidiano e iroquês, paralelas ('F'Ch), cruzadas ('FZ'Ch; (m) 'Z'Ch; (f) 'B' Ch) e neutras ('Ch'Ch) (Soares-Pinto, 2016, p. 130).

Assim, também Caspar (2014) havia postulado uma terminologia oblíqua, mas com feições Omaha, entre os Tuparí, na década de 1950. Em que medida estamos presenciando uma mudança no tratamento para primos cruzados entre tais povos, que passam de um tratamento oblíquo para um tratamento hawaiano, ou, ainda, a existência de uma convivência contemporânea de diversos sistemas são questões para análises futuras.

No ramo Tuparí, os filhos dos irmãos do pai e os filhos das irmãs da mãe não são considerados 'primos', mas sim irmãos, uma vez que, como mencionado, germanos do mesmo sexo são estruturalmente redundantes. Do mesmo modo, na primeira geração descendente, há uma fusão na terminologia das categorias de filhos/sobrinhos, de acordo com o gênero de ego. Para ego masculino, os filhos (S/D) dos irmãos são equiparados aos próprios filhos (BS/

³⁷ Ver Dumont (1953).

³⁸ Ver Murdock (1949).

³⁹ Ver Ribeiro e Voort (2010).

BD=S/D), e há um termo distinto (termo independente ou tecnônimo) para se referir aos filhos da irmã (ZS/ZD). Para ego feminino, a terminologia se inverte. Os filhos (S/D) das irmãs da mulher são equiparados aos próprios filhos (ZS/ZD=S/D), enquanto os filhos dos irmãos (BS/BD) são referidos por um termo distinto. Tal traço parece estar presente em todas as línguas do ramo Tuparí⁴⁰, com exceção de Sakurabiat. Isso é ilustrado nas Figuras 1 e 2, para Sakurabiat, e nas Figuras 3 e 4, para Wayoró. Veja, na terminologia Sakurabiat (Figuras 1 e 2), que, nos termos da fala masculina, ocorre o mesmo que na terminologia Wayoró (Figuras 3 e 4): [S≠D]; [S=BS≠ZS]; [D=BD≠ZD]; mas os termos da fala feminina diferem. Enquanto na terminologia Wayoró os termos da fala feminina [ZS/ZD=S/D] acompanham o mesmo cálculo que os termos para a fala masculina para parentes de ligação de mesmo sexo⁴¹, entre os Sakurabiat, ego feminino não utiliza o mesmo termo para seus filhos e os filhos de suas irmãs [S=D]; [ZD≠D; S≠ZS]⁴².

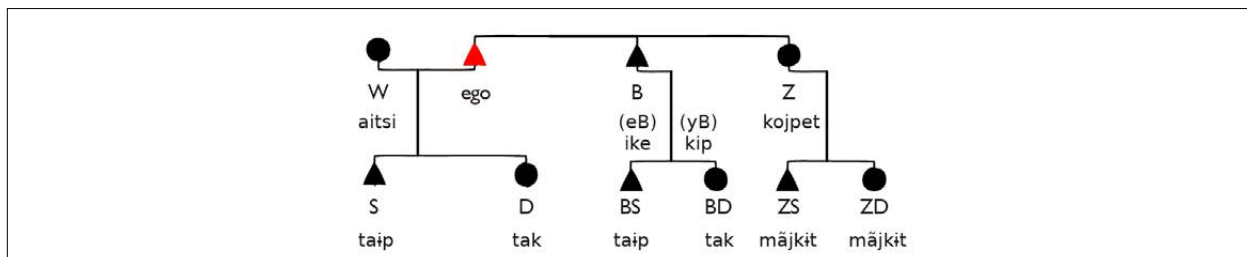


Figura 1. Sakurabiat: termos para 'irmãos', 'filhos' e 'sobrinhos' em G0 e G-1 (ego masculino).

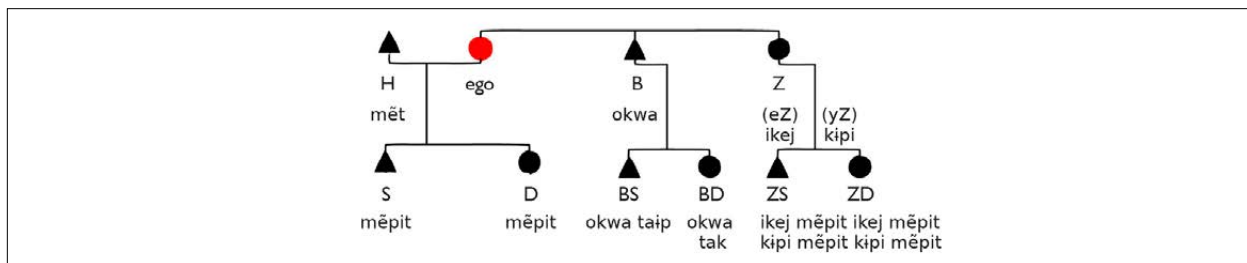


Figura 2. Sakurabiat: termos para 'irmãos', 'filhos' e 'sobrinhos' em G0 e G-1 (ego feminino).

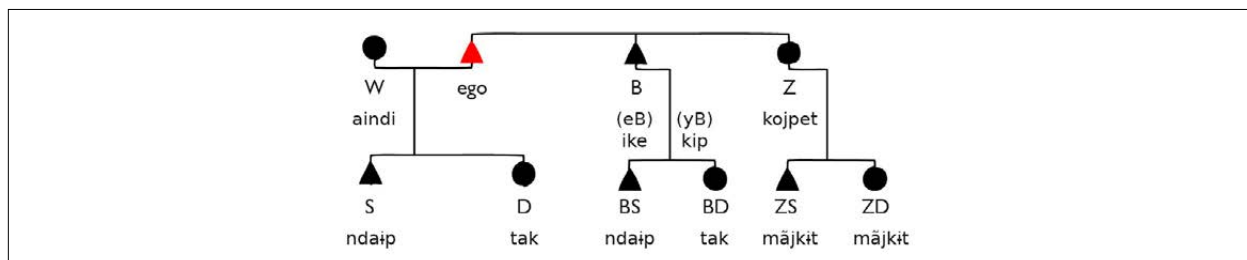


Figura 3. Wayoró: termos para 'irmãos', 'filhos' e 'sobrinhos' em G0 e G-1 (ego masculino).

⁴⁰ Para a língua Tuparí, Caspar (2014) reporta os termos para 'filho do irmão' <aöp> /aʔup/; 'filha do irmão' <ak>. Os mesmos termos são usados por homens em geral, ou seja, o homem trata o próprio filho como /waʔup/ e a filha como /wak/.

⁴¹ Ver adiante a discussão em relação aos filhos dos irmãos de sexo oposto para ego feminino na terminologia Wayoró.

⁴² Confira as terminologias e diagramas completos preenchidos com os dados disponíveis do ramo Tuparí nas Figuras 9 a 18, disponíveis no Apêndice.

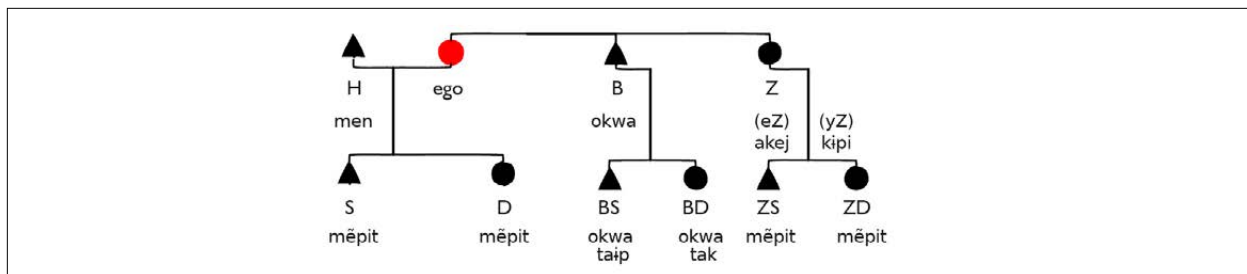


Figura 4. Wayoró: termos para 'irmãos', 'filhos' e 'sobrinhos' em G0 e G-1 (ego feminino).

Na terminologia Sakurabiat, observa-se mais evidentemente uma deriva hawaiana para as parentas femininas em G+1: [M=MZ=FZ]. Diz-se 'deriva' pois, tal como algumas sociedades melanésias (Keesing, 1975), os Sakurabiat reservam a MB uma classificação distinta de F e FB [F=FB≠MB], o que não ocorre no tipo hawaiano ideal⁴³. Acompanhando a neutralização da oposição entre consanguíneos e afins para as parentas femininas em G+1, em G-1, ego feminino chama os filhos dos irmãos de ambos sexos como eles os chamam, mas acrescenta o termo para irmão/irmã dependendo do sexo do parente de ligação: os termos para parentes cruzados e paralelos em G-1 são vocábulos descritivos em que se utiliza do termo de ego feminino para filhos (C) (*children*) (Figura 2). Insinua-se, assim, no âmbito deste conjunto de parentes, um elemento de colateralidade, o que não ocorre para ego masculino, que chama os filhos de seus irmãos de mesmo sexo de 'filhos' e os filhos de irmãos de sexo oposto por 'sobrinhos'. Se essa diferença está ancorada em cálculos patrilineares de casamento, ainda resta investigar. Em todo caso, tal diferença insinua a não presença da troca simétrica ou bilateral em sua estrutura de aliança de casamento. Se acompanharmos o paradigma da escola aliancista, segundo o qual "[a] função de um sistema de parentesco é gerar possibilidades e impossibilidades de matrimônios [...] ele age como um agente operador num sistema de trocas matrimoniais dentro da comunidade" (Lévi-Strauss, 1969, p. 127), essa característica Sakurabiat destoa sobremaneira das terminologias amazônicas. Lembremos que a característica irredutível da lei estrutural amazônica seria, segundo Viveiros de Castro (1996, p. 83, grifo do autor),

a presença de uma oposição não-neutralizável em G+1: a oposição entre consanguíneos e afins resultante da troca simétrica que teve lugar na geração imediatamente anterior a de Ego, e que comanda a transmissão de afinidade nas gerações subsequentes.

Caso em que ainda se pode falar em 'dravidiano'. Com efeito, um ponto importante das terminologias de parentesco das línguas Tuparí, e que as distancia relativamente de boa parte das terminologias amazônicas, é a não observância, nas terminologias Sakurabiat e Makurap, da oposição entre consanguíneos e afins em G+1, o que as distingue das terminologias Tuparí e Wayoró, onde tal oposição está presente.

Por sua vez, merece destaque a existência de termos de afinidade separados, diferentes dos demais itens da grade de parentesco, não expressos por tecnonímia. Como dito, a presença de termos de afinidade separados na grade terminológica seria uma das características do dravidiano amazônico, pois, no paradigma dravidiano (Índia do Sul), as línguas não apresentariam tais termos separados, uma vez que a afinidade já estaria codificada na grade dos parentes (FZ=Wm; MB=WF)⁴⁴.

⁴³ No sentido precisado por R. Keesing: "Instead of equating only same-sex siblings, Hawaiian terminologies 'lump' relatives together by sex and generation" (Keesing, 1975, p. 104).

⁴⁴ Ver Dumont (1953).

O termo *mějom* é usado para se referir às categorias afins DH, ZH e FZH⁴⁵ em Wayoró, DH em Makurap, DH e ZH em Tuparí. Trata-se de um termo distinto da terminologia de parentesco dessas línguas. Por outro lado, em Wayoró, observamos [M=MZ=FBW⁴⁶≠FZ], o que parece remeter a um padrão de afinidade serial⁴⁷.

Nas línguas Akuntsú e Sakurabiat, apesar de não cognato ao termo *mějom*, o item *jőkōjě* é também um termo utilizado para se referir a afins. Observa-se, contudo, que, pelo menos em Sakurabiat, *jőkōjě* é usado de maneira mais abrangente, englobando tanto os esposos dos irmãos (ZH, BW) quanto os irmãos dos esposos (WB, WZ, HB, HZ). Note-se que tal item não é utilizado para DH, como a categoria *mějom* nas demais línguas do ramo.

Um fator digno de nota nas terminologias aqui estudadas é a ampla diversificação dos termos segundo o sexo de ego e a idade relativa para irmão (*siblings*), com uma curiosa exceção para o caso Makurap, onde tal diversificação não é observada. Além disso, observa-se diversificação segundo o sexo de ego nos termos para filhos (*children*). Em relação a essa última questão, ego masculino utiliza termos distintos segundo o sexo do(a) filho(a), enquanto ego feminino utiliza somente um termo tanto para filho (S) quanto para filha (D)⁴⁸. Existem, ainda, termos específicos para ego masculino se referir aos filhos das irmãs (ZC). Contudo, ego feminino, em relação aos filhos de seus irmãos (BC), utiliza-se, no conjunto das terminologias aqui estudadas, de diferentes estratégias.

Na terminologia Sakurabiat e Wayoró, trata-se de um sintagma genitivo do tipo N + N, em que o primeiro termo é a palavra para 'irmão' (f)B + termo masculino usado para 'filho/filha' (m)S/D. Ou seja, a mulher se refere aos filhos(as) do irmão usando o termo para filhos utilizado pelo falante de sexo masculino (m)S/D, e se refere aos filhos(as) da irmã usando o termo para filhos (f)C utilizado pelo sexo feminino. A referência aos filhos dos irmãos/irmãs se dá a partir do ponto de vista do progenitor, o que, na perspectiva gramatical, implica ser o possuidor do sintagma genitivo.

Essa correlação também pode ser observada nos termos Wayoró para afins: ego feminino e masculino tomam o ponto de vista de seu pai na relação com os 'tomadores de mulheres' (FZH=ZH), mantendo-os como afins; o que difere sensivelmente do tratamento para as 'mulheres tomadas', que acabam consanguinizadas [FBW=MZ(=M)]. A relação entre tais características na terminologia, referentes à diferença de sexo de ego, e o modo de pertencimento grupal (patrifiliação Wayoró, por exemplo) podem ser matéria de futuras análises. No caso Sakurabiat, ademais, o princípio de idade relativa presente nos termos para germanos das terminologias Tuparí é ainda complementado pela hawaianização dos termos para irmão/irmã (*siblings*)⁴⁹.

Nas gerações distais, observa-se, em G-2, uma similaridade nas terminologias Wayoró e Tuparí, que utilizam somente a diferença de sexo de ego como marcadora, independente do sexo de alter. Desse modo, há somente dois termos para netos, sendo um para ego feminino e outro para ego masculino, sendo que, dentro de cada categoria, os termos são todos equiparados [SS=SD=DS=DD]⁵⁰. Por outro lado, na terminologia Sakurabiat, há uma distinção na geração G-2 dependendo do sexo de ego. Enquanto para ego masculino, como em Wayoró e Tuparí, unifica-se os termos em G-2 independente do sexo de alter [SS=SD=DS=DD] (Figura 7), os termos Sakurabiat em G-2 para ego feminino divergem segundo o sexo de alter. Utiliza-se um tecnônimo formado com base no termo feminino para S e D, combinado aos termos masculinos para as mesmas relações (Figura 8). É como se, na terminologia Sakurabiat, a

⁴⁵ Em Wayoró, ego feminino e masculino refere a FZH como *mějom*.

⁴⁶ Em Wayoró, ego feminino e masculino refere a FBW como *jā nō*.

⁴⁷ No sentido estabelecido por Kaplan (1972), quando dois irmãos podem casar com duas irmãs.

⁴⁸ Ver nas Figuras 1 e 2 os dados de Sakurabiat; nas Figuras 3 e 4 os de Wayoró; e nas Figuras 5 e 6 os de Tuparí.

⁴⁹ Ainda que se deva registrar a ausência de termos disponíveis para as posições dos primos cruzados matrilaterais, no caso de ego feminino.

⁵⁰ Ver nas Figuras 5 e 6 os termos para G-2 da língua Tuparí.

não diferenciação entre cruzados e paralelos em G0, e em relação a alter feminino em G+1, fosse de alguma maneira compensada por outros tipos de diferenciações nas gerações descendentes.

Em termos de uma análise comparativa mais ampla, contudo, há de se notar algumas dificuldades. O caráter de idade relativa da obliquidade estrutural Parakanã está, segundo Fausto (1995), em íntima relação com o casamento com primas cruzadas e sobrinhas. Embora, por ora, não tenhamos condições de sugerir a mesma relação entre estrutura de classificação terminológica e regra de casamento entre os povos aqui estudados, é notável que a idade relativa é uma função importante nos termos Tuparí disponíveis. As causas e os efeitos dessa importância ainda restam a ser pesquisados, mas já é possível afirmar que, tal como entre os Parakanã, as terminologias aqui pesquisadas parecem exibir uma face não elementar, *i.e.*, ausência de codificação do casamento na grade de parentes, ou não coincidência de fechamento consanguíneo e redobramento de alianças numa única geração, e quiçá a idade relativa seja um operador importante na preferência conjugal⁵¹. Em relação aos primos cruzados, entre os Parakanã, “[...] os primos cruzados mais velhos que Ego, independente de sua lateralidade, são assimilados aos germanos da mãe, os mais novos o são aos filhos de ‘irmã’ [...]” (Fausto, 1995, p. 68). Aqui residem as maiores dificuldades na análise das terminologias Tuparí contemporâneas. Seja pela vitalidade atual das línguas, seja pelos dados disponíveis, essa posição não foi passível de reconstrução.

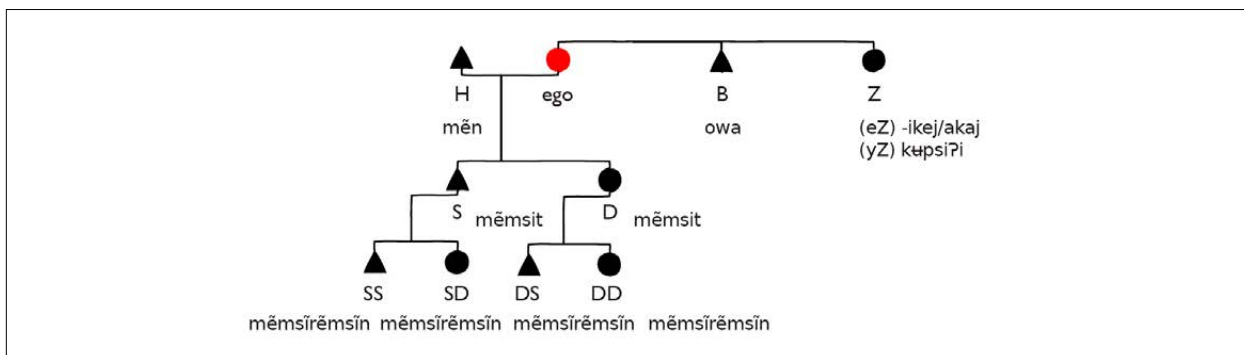


Figura 5. Tuparí: termos para irmãos (*siblings*) e filhos (*children*), segundo sexo e idade relativa (termos da fala feminina).

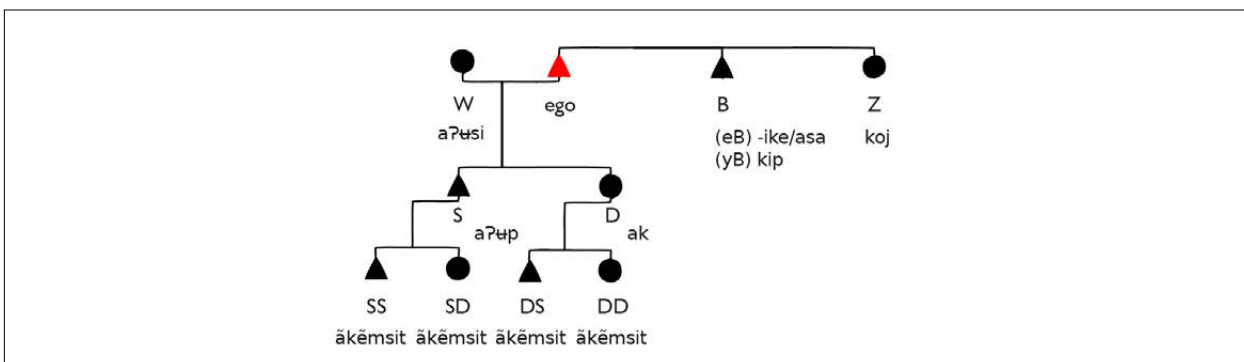


Figura 6. Tuparí: termos para irmãos (*siblings*) e filhos (*children*), segundo sexo e idade relativa (termos da fala masculina).

⁵¹ Vale notar, no entanto, ainda que de passagem, que a terminologia Wayoró dá pistas de um cruzamento de tipo iroquês com obliquidade geracional: HM *tipap nân* pode ser traduzido como ‘tornar-se avó’.

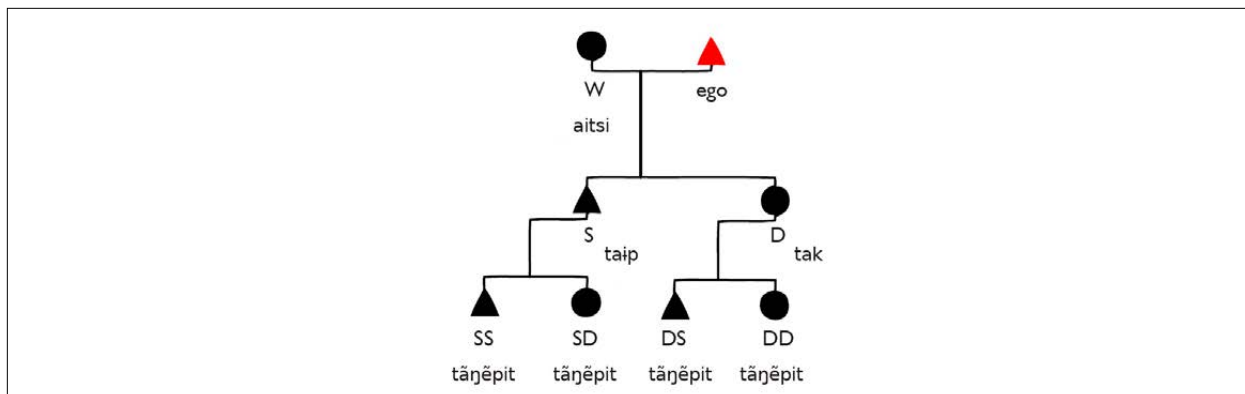


Figura 7. Termos para 2ª geração descendente em Sakurabiat (G-2 ego masculino).

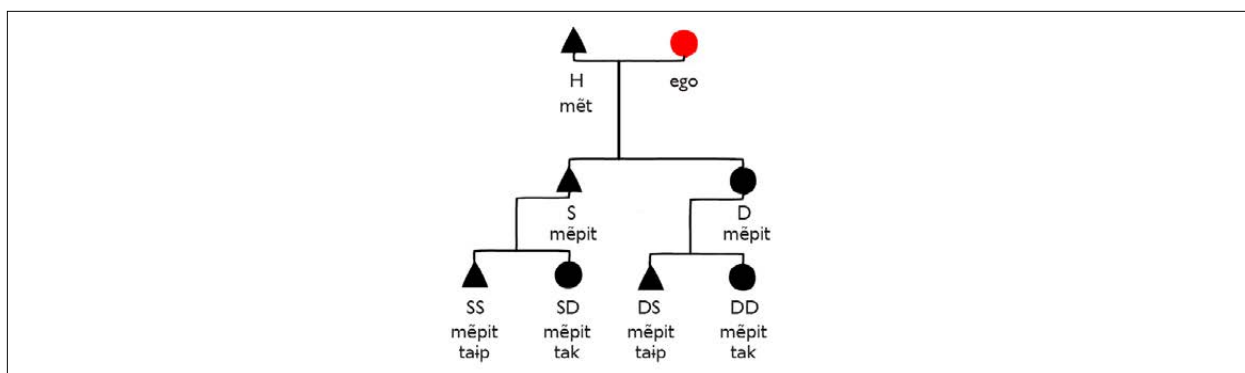


Figura 8. Termos para 2ª geração descendente em Sakurabiat (G-2 ego feminino).

Os termos para primos paralelos também exibem lacunas importantes. Por tais motivos e pelas importantes diferenças internas às terminologias Tuparí, não é possível realizar aqui uma análise antropológica-comparativa definitiva, que possibilitasse posicionar as terminologias Tuparí no cenário amazônico, embora algumas de suas especificidades tenham sido apontadas.

É importante ressaltar que os tipos de cruzamento pertinentes aos sistemas de parentesco desses povos ainda precisam ser analisados em estudos posteriores, e que tal rota de investigação precisará se haver com a dificuldade de estabilização dos termos para primos cruzados. Somente desse modo poderemos averiguar de maneira mais detida, em relação às terminologias aqui investigadas, a intuição de Viveiros de Castro (2002b) em relação ao caso Tuparí. Em “O problema da afinidade na Amazônia”, indica-os como uma “[...] cultura de floresta tropical [...]”, ao lado dos Sirionó e Pakaa-Nova (Wari), que “[...] utilizariam sistemas semelhantes aos centros-brasileiros [...]” (Viveiros de Castro, 2002b, p. 89), isto é, sistemas distintivos por sua “[...] terminologia sem correlatos matrimoniais claros, que evocam, em suas equações oblíquas, o tipo Crow-Omaha [...]” (Viveiros de Castro, 2002b, p. 89).

SISTEMA DE PARENTESCO TUPARÍ E A TIPOLOGIA DE PARENTESCO TUPÍ

A partir das posições analisadas na seção “Terminologia dos sistemas de parentesco nas línguas Tuparí em uma abordagem antropológica-comparativa” e dos termos reconstruídos na seção “Reconstrução de itens lexicais de parentesco em

Proto-Tuparí”, traçamos paralelos com o sistema reconstruído para Proto-Tupí. O presente trabalho apresenta um leque maior de termos de parentesco reconstruído para Proto-Tuparí do que foi reconstruído para Proto-Tupí. O Quadro 11 apresenta a reconstrução para diversas posições não disponíveis na literatura comparativa para Proto-Tupí. Em todo caso, a comparação dos termos de parentesco em Proto-Tuparí (Quadro 11), com os termos reconstruídos para Proto-Tupí (Rodrigues, 2007, 2010), conforme o Quadro 12, mostra que várias categorias observadas no ramo Tuparí não só já estavam presentes em Proto-Tupí, como são termos cognatos. Esse é o caso, por exemplo, dos termos para M, F, S (termos da fala masculina), S/D (termos da fala feminina), eZ (termos da fala feminina), yZ (termos da fala feminina), W e H. Isso indica que o sistema de classificação da terminologia de parentesco reconstruída para Proto-Tuparí espelha a terminologia reconstruída para Proto-Tupí, pelo menos nas posições reconstruídas para ambas protolínguas.

Quadro 11. Termos de parentesco em Proto-Tuparí.

Proto-Tuparí	Português	
*aβatso	'avô'	FF/MF
*tsipap	'avó'	FM/MM
*tsi	'mãe'	M
*tsi nō	'mãe-outra'	(m)MZ
*itej	'tio'	(m)MB
*dop	'pai'	F
*ipoj; apoj	'tia'	(m)FZ
*daip	'filho/sobrinho'	(m)S/BS
*ok ^W a daip	'filho do irmão'	(f)BS
*tak	'filha/sobrinha'	(m)D/BD
*ok ^W a tak	'filha do irmão'	(m)BD
*mājkit	'sobrinho(a)'	(m)ZS/ZD
*mēpit	'filho(a)'	(f)S/D
*(ikej) mēpit	'filho(a)/sobrinho(a)'	(f)S/D/eZD/eZS
*(kipi) mēpit	'filho(a)/sobrinho(a)'	(f)S/D/yZD/yZS
*tak-ēpit	'neto(a)'	(m)SS/SD/DS/DD
*mēpit+(m)ēpit	'neto(a)'	(f)SS/SD/DS/DD
*ike	'irmão mais velho/primo'	(m)eB/FBeS
*kip	'irmão mais novo/primo'	(m)yB/FByS
*ok ^W a	'irmão/primo'	(f)eB/yB/FBS
*koj(-pet)	'irmã/prima'	(m)eZ/yZ/FBD
*ikej	'irmã mais velha'	(f)eZ/FBeD
*kipi	'irmã mais nova'	(f)yZ
*aitsi	'esposa'	W
*men	'esposo'	H
*mējom	'genro'	DH



Quadro 12. Termos de parentes e afins reconstruídos para Proto-Tupí (Rodrigues, 2007, 2010).

Proto-Tupí	Português	
*tʃi	'mãe'	M
*-up	'pai'	F
*-upʔit	'irmão do pai'	FB
*tʃiʔir	'irmã da mãe'	MZ
*aʔit	'filho'	(m)S
*mempit	'filho/filha'	(f)S/D
*ikje	'irmão mais velho'	(m)eB
*kiβir	'irmão'	(f)eB/yB
*ikjet	'irmã mais velha'	(f)eZ
*kipʔiʔt	'irmã mais nova'	(f)yZ
*atʔi	'esposa'	W
*men	'esposo'	H

A distinção por idade entre irmãos do mesmo sexo – eB e yB para falantes do sexo masculino e eZ e yZ para falantes do sexo feminino – reconstrói para Proto-Tupí. Nesse sentido, Makurap teria inovado, pois, como visto anteriormente, essa diversificação na terminologia na geração de ego para irmãos (*siblings*), segundo o sexo e a idade relativa, não ocorre em Makurap.

Da mesma forma, na geração G-1 filho/filha, o sistema reconstruído para Proto-Tuparí, espelha o sistema do Proto-Tupí, com a diversificação segundo o sexo de ego nos termos para filho/filha (*children*). Ego masculino utiliza termos distintos segundo o sexo do(a) filho(a), enquanto ego feminino utiliza somente um termo tanto para filho (S) quanto para filha (D).

Por outro lado, a hawaianização terminológica na geração de ego, com a extensão dos termos para irmãos (*siblings*) para todos os parentes, observada em Sakurabiat, parece ser uma inovação nessa língua, uma vez que esse modelo de organização não reconstrói para Proto-Tuparí.

Nas gerações ascendentes (G + 1), observa-se que, assim como no ramo Tuparí, há uma correlação entre os termos para tios/tias (FB, MZ)⁵² em Proto-Tupí que são claramente derivados dos termos para pai (F) e mãe (M), respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrição e reconstrução dos termos de parentesco nas línguas Tuparí deixa claro que uma característica notável na formação de palavras deste campo semântico nessas línguas é o uso de processos morfológicos produtivos de duplicação e composição. Observa-se o uso de tecnônimos na construção de termos descritivos, principalmente expressando relações de afinidade, tal como 'nora' (SW), em Wayoró *mēpirēpit ti* 'mãe do neto (fala feminina)', Sakurabiat *mēpit aisi* 'esposa do filho (fala feminina)' e Tuparí *mēm̄sit aʔusi* 'esposa do filho (fala feminina)'. É interessante notar que, apesar de as línguas irmãs usarem o mesmo recurso morfossintático, diferem nos itens selecionados para a construção do termo. Enquanto em Wayoró utiliza-se dois termos que expressam posições consanguíneas, as demais línguas não utilizam esse recurso. Em que medida essa opção expressa diferenças em

⁵² Rodrigues (2007, 2010) não apresenta os termos reconstruídos para (m)D, FZ e MB, em Proto-Tupí.

relação ao estatuto da afinidade e/ou inimizade nos grupos estudados, ainda é uma questão a ser respondida por estudos etnográficos mais detalhados.

Como apontamentos para pesquisas futuras, vale notar que as raízes de alguns termos de parentesco extrapolam o campo do parentesco *stricto sensu*, remetendo a conexões entre estratégias de diferenciação de coletividades de pessoas e um campo cosmológico. Aqui, como em outras formações, incluindo a Tupí, “[...] a terminologia é um sistema de classes de relações que pode operar num campo mais amplo do que aquele definido por laços genealógicos [...]” (Fausto, 1995, p. 63). Isso pode ser observado entre os Wayoró, por exemplo, nas palavras *awat* ‘vovô’ e *awar-iat* ‘espíritos ou povo do céu’ (Soares-Pinto, 2009). Que essa seja uma estratégia para relacionar por consanguinidade mortos e vivos ainda é algo a ser explorado em termos de suas consequências para uma teoria ameríndia que assumidamente transforma mortos em inimigos e/ou afins potenciais (Cunha, 1978; Viveiros de Castro, 2002a), o que não deixa de ser observado na etnografia Wayoró, principalmente quando se trata de pajés já mortos. Soares-Pinto (2009, p. 73) observa que

Por outro lado, o sufixo coletivizador *iat* também pode ser utilizado como referência à coletividade de pessoas ligadas a Ego por relações de afinidade atuais. Assim, por exemplo, para Ego feminino, o termo de referência para HZ [irmã do marido] *umepit ipoit* (que pode ser traduzido como tia dos meus filhos, cunhada), também se aplica a HZD [filha da irmã do marido] (cunhadinha). Em referência às pluralidades de suas cunhadas (HZ + HDZ), Ego feminino utiliza-se do termo *umepit ipoir-iat*. Para Ego masculino, *utakti* (W) [esposa] também se aplica para WZ [irmã da esposa], e em referência à sua esposa e às irmãs dela conjuntamente Ego pode se utilizar do termo *utakti-iat*⁵³.

Essa aplicação do morfema coletivizador/pluralizador na composição da terminologia de parentesco e de relações sociais é comum a todas as línguas do ramo Tuparí. Em Sakurabiat, o termo usado por ego masculino para se referir ao conjunto de irmãos do sexo masculino é *onojat* ‘meus irmãos’, termo descritivo, que literalmente significa ‘os outros eus’ ou ‘meus’ – *o-no-jat* ‘1SINGULAR-outro-COLETIVO’. Outro termo interessante nesse contexto é o vocábulo usado para se referir ao conjunto de ascendentes (avós, pais, tios etc.). Nesse caso, independente do sexo de ego, o termo comum é *opooriat taabiat* ‘meus ancestrais; meus mais velhos’ – *o-poot-jat taap-jat* ‘1SINGULAR-velho-COLETIVO ?- COLETIVO’. Em Tuparí também ocorre o sufixo coletivizador *-peat*, que serve para indicar grupos grandes: *onõpeat* ‘meus parentes, meus outros’, *kia ʔusi ʔeat* ‘nossas esposas/nossas mulheres’, *imen ʔeat* ‘os homens/esposos delas’.

Ainda em relação às diferenciações coletivas, é importante frisar que as relações uterinas mereceriam um enfoque maior em pesquisas sobre parentesco e pessoa entre os grupos aqui abordados. Entre os povos atualmente residentes na TI Rio Guaporé, destaca-se com maior nitidez o pertencimento patrifiliativo na definição de unidades ‘trocadoras de cônjuges’ – com a vistosa exceção dos Makurap, que podem se casar com pessoas Makurap, desde que de patrigrupos distintos. Isso não impede, contudo, a participação das substâncias femininas na constituição da pessoa e nas escolhas matrimoniais que estão, por exemplo, na base de alguns casos de encerramentos consanguíneos no interior de subgrupos Djeoromitxi (Soares-Pinto, 2009, 2017, 2015).

Por fim, vale dizer que a combinação das abordagens antropológica e linguística para a análise de termos de parentesco nas línguas Tuparí visa lançar as bases para um entendimento mais aprofundado da organização

⁵³ As notações em forma fonológica, tal como utilizada neste artigo, das palavras aqui mencionadas seriam *o-mêpit ipoij*, *o-tak ti*, em que *o-* é a primeira pessoa do singular possessiva.

social característica desses povos. Considerando a posição estratégica do ramo Tuparí, dentro da família Tupí, a reconstrução para Proto-Tuparí dos termos para FF/MF, F/M, yB/eB, (f)B, yZ/eZ, (m)Z, (m)S/D, (f)C, (m)CC, (f)CC, H/W, DH, ZH, ZS/ZD é uma contribuição decisiva para a reconstrução de Proto-Tupí, especialmente por demonstrar que o Proto-Tuparí parece ser, em vários aspectos, conservador em relação ao sistema do Proto-Tupí.

AGRADECIMENTOS

Ana Vilacy Galúcio agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científica e Tecnológico (CNPq) de onde é Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 (308286/2016-2).

REFERÊNCIAS

- ARAGON, C. C. **A grammar of Akuntsú, a Tupían language**. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Hawai'i at Mānoa, Honolulu, 2014.
- ARAGON, C. C. **Fonologia e aspectos morfológicos e sintáticos da língua Akuntsú**. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- BALDUS, H. **Tapirapé: tribo tupí no Brasil Central**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- BETTS, L. **Anthropological check list Parintintin**. [S.l.]: Summer Institute of Linguistics, 1967. Mimeografado.
- BRAGA, A. O. **Aspects morphosyntaxiques de la langue Makurap/Tupi**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Université de Toulouse-Le Mirail, Toulouse, 2005.
- BRAGA, A. O. **A fonologia segmental e aspectos morfofonológicos da língua Makurap (Tupí)**. 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- CASPAR, F. **Os Tupari**. Uma tribo indígena no Brasil ocidental. Tradução: Adriana Maria Huber Azevedo. [S. l.: s. n.], 2014. Título original: Die Tuparí, ein Indianerstamm in Westbrasilien.
- CUNHA, M. C. **Os mortos e os outros: uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios Krahó**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.
- DAL POZ, J. **Dádivas e dívidas na Amazônia: parentesco, economia e ritual nos Cinta-Larga**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- DIETRICH, W. **More evidence for an internal classification of Tupi-Guarani languages**. Berlin: Gebr. Mann Verlag, 1990.
- DUMONT, L. The Dravidian kinship terminology as an expression of marriage. **Man**, London, v. 53, p. 34-39, Mar. 1953. DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/2794868>.
- FAUSTO, C. De primos e sobrinhas: terminologia e aliança entre os Parakanã (Tupi) do Pará. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (org.). **Antropologia do parentesco: estudos ameríndios**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995. p. 61-120.
- FERNANDES, F. **A organização social dos Tupinambá**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.
- FOX, A. **Linguistic reconstruction: an introduction to theory and method**. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- GALUCIO, A. V.; NOGUEIRA, A. F. Comparative study of the Tupari branch of the Tupi family: contributions to understanding its historical development and internal classification. In: CONGRESSO DE IDIOMAS INDIGENAS DE LATINOAMÉRICA, 5., 2011, Austin. **Memórias** [...]. Austin: Universidade do Texas, 2011. p. 1-28.
- GALUCIO, A. V. A relação entre linguística, etnografia e arqueologia: um estudo de caso aplicado a um sítio com ocupação tupiguarani no sul do estado do Pará. In: PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (org.). **Arqueologia amazônica**. Belém: MPEG: IPHAN: SECULT, 2010. v. 2, p. 795-824.



GALUCIO, A. V.; GABAS-JÚNIOR, N. Evidências de agrupamento genético Karo-Puruborá, tronco Tupi. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL*, 17., Gramado, 2002. **Boletim Informativo** [...]. Gramado: UFRGS: FAURGS, 2002. p. 163.

GALUCIO, A. V. **The morphosyntax of Mekens (Tupi)**. 2001. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Chicago, Chicago, 2001.

HOCK, H. H. **Principles of historical linguistics**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991.

KAPLAN, J. O. Cognation, endogamy, and teknonymy: the piaroa example. **Southwestern Journal of Anthropology**, Albuquerque, v. 28, n. 3, p. 282-297, Autumn 1972.

KEESING, R. M. **Kin groups and social structure**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1975.

LARAIA, R. B. Os estudos de parentesco no Brasil. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 3-17, sem. 1987.

LARAIA, R. B. **Organização social dos Tupí contemporâneos**. 1972. Tese (Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

LÉVI-STRAUSS, C. Organização social. *In: LARAIA, R. B. (org.). Organização social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 124-144.

MEIRA, S.; DRUDE, S. A summary reconstruction of proto-maweti-guarani segmental phonology. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 10, n. 2, p. 275-296, maio/ago. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-81222015000200005>.

MEIRA, S.; DRUDE, S. Sobre a origem histórica dos “prefixos relacionais” das línguas tupí-guaraní. **Cadernos de Etnolinguística**, v. 5, n. 1, p. 1-30, maio 2013.

MOORE, Denny; GALUCIO, Ana Vilacy. Reconstruction of Proto-Tupari consonants and vowels. *In: MEETING OF THE SOCIETY FOR THE STUDY OF THE INDIGENOUS LANGUAGES OF THE AMERICAS AND THE HOKAN-PENUTIAN WORKSHOP*, 1994, Berkeley. **Annals** [...]. Berkeley: University of California, 1994. p. 119-137.

MOORE, D.; STORTO, L. As línguas indígenas e a pré-história. *In: PENA, S. D. J. (org.). Homo Brasilis*. São Paulo: FUNPEC Editora, 2002. p. 73-92.

MURDOCK, G. P. **Social structure**. New York: Macmillan, 1949.

MURPHY, R. **Headhunter's heritage**. Berkeley: University of California Press, 1960.

PEGGION, E. A. **Relações em perpétuo desequilíbrio: a organização dualista dos povos Kagwahiva da Amazonia**. São Paulo: ANNABLUME: FAPESP: ISA, 2011.

PEREIRA, L. M. **Parentesco e organização social Kaiowá**. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

RIBEIRO, E. R.; VOORT, H. V. D. Nimuendajú was right: the inclusion of the Jabutí language family in the Macro-Jê stock. **International Journal of American Linguistics**, Chicago, v. 76, n. 4, p. 517-570, Oct. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1086/658056>.

RODRIGUES, A. D.; CABRAL, A. S. A. C. Tupían. *In: CAMPBELL, L.; GRONDONA, V. (ed.). The indigenous languages of South America: a comprehensive guide*. Berlin: Walter de Gruyter, 2012. p. 495-574.

RODRIGUES, A. D. Linguistic reconstruction of elements of prehistoric Tupi culture. *In: CARLIN, Eithne B.; VAN DE KERKE, Simon (ed.). Linguistics and Archaeology in the Americas: the historization of language and society*. Leiden: Brill, 2010. p. 1-10. DOI: https://doi.org/10.1163/9789047427087_002.

RODRIGUES, A. D. As consoantes do Proto-Tupi. *In: CABRAL, A. S. A. C.; RODRIGUES, A. D. (ed.). Línguas e culturas Tupí*. Campinas: Curt Nimuendajú; Brasília: LALi, 2007. p. 167-203.

RODRIGUES, A. D. Aspectos da história das línguas indígenas da Amazônia. *In: SIMÕES, M. do S. (org.). Sob o signo do Xingu*. Belém: UFPA: IFNOPAP, 2003. p. 37-51.



RODRIGUES, A. D. Hipótese sobre as migrações dos três subconjuntos meridionais da família tupí-guaraní. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE LINGUÍSTICA, 2., 2000, Florianópolis. **Atas [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. p. 1596-1605.

RODRIGUES, A. D. Relações internas na família linguística Tupí-Guaraní. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 27/28, p. 33-53, 1984-1985.

SANTOS, J. F. **Documentação da língua Wayoró**: para a preservação das línguas indígenas amazônicas. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Linguagem) – Fundação Universidade de Rondônia, Guajará-Mirim, 2010.

SHAPIRO, J. Tapirapé kinship. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova Série, Antropologia**, Belém, n. 37, p. 1-37, 1968.

SINGERMAN, A. R. **The morphosyntax of Tuparí, a Tupían language of the Brazilian Amazon**. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Chicago, Chicago, 2018.

SINGERMAN, A. R. Nasal harmony and phonotactic well-formedness in Tuparí. **International Journal of American Linguistics**, Chicago, v. 82, n. 4, p. 453-485, Oct. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1086/688603>.

SOARES-PINTO, N. Uma incontornável diferença: parentesco nas terras baixas da América do Sul (1996-2016). **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 87, p. 105-132, 2019.

SOARES-PINTO, N. "Pequeno manual para se casar e não morrer": o parentesco djeoromitxi. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 519-549, maio/ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-49442017v23n2p519>.

SOARES-PINTO, N. Terminologia de parentesco e casamento djeoromitxi: um caso ngawbe na Amazônia? **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 41, p. 123-151, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.1744>.

SOARES-PINTO, N. **Entre as teias do marico**: parentes e pajés djeoromitxi. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SOARES-PINTO, N. **Do poder do sangue e da chicha**: os Wajuru do Guaporé (Rondônia). 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

STORTO, L.; FRANCHETTO, B. Hipóteses linguísticas sobre o povoamento das Américas: é o ameríndio a língua original do continente sul-americano? *In*: SILVA, H.; RODRIGUES-CARVALHO, C. (ed.). **Nossa origem**: o povoamento das Américas: visões interdisciplinares. Rio de Janeiro: Vieira and Lent, 2006. p. 105-133.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Multinaturalismo na América indígena. *In*: VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naif, 2002a. p. 345-401.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O problema da afinidade na Amazônia. *In*: VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naif, 2002b. p. 87-180.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Ambos os três: sobre algumas distinções tipológicas e seu significado estrutural na teoria do parentesco. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 95, p. 9-91, 1996.

WAGLEY, C. **Welcome of tears**: the Tapirapé Indians of Brazil. Oxford: Oxford University Press, 1977.

WAGLEY, C.; GALVÃO, E. O parentesco Tupi-Guarani. **Boletim do Museu Nacional, Nova Série, Antropologia**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 1-24, jan. 1946.

WATSON, J. B. **Cayuá culture change**: a study in acculturation and methodology. Menasha: American Anthropological Association, 1952.

WATSON, V. D. Notas sobre o sistema de parentesco dos índios Cayuá. **Sociologia**, Porto, v. 6, n. 1, p. 31-48, 1944.



Apêndice. Terminologias de parentesco: diagramas preenchidos com os dados disponíveis no ramo Tuparí.

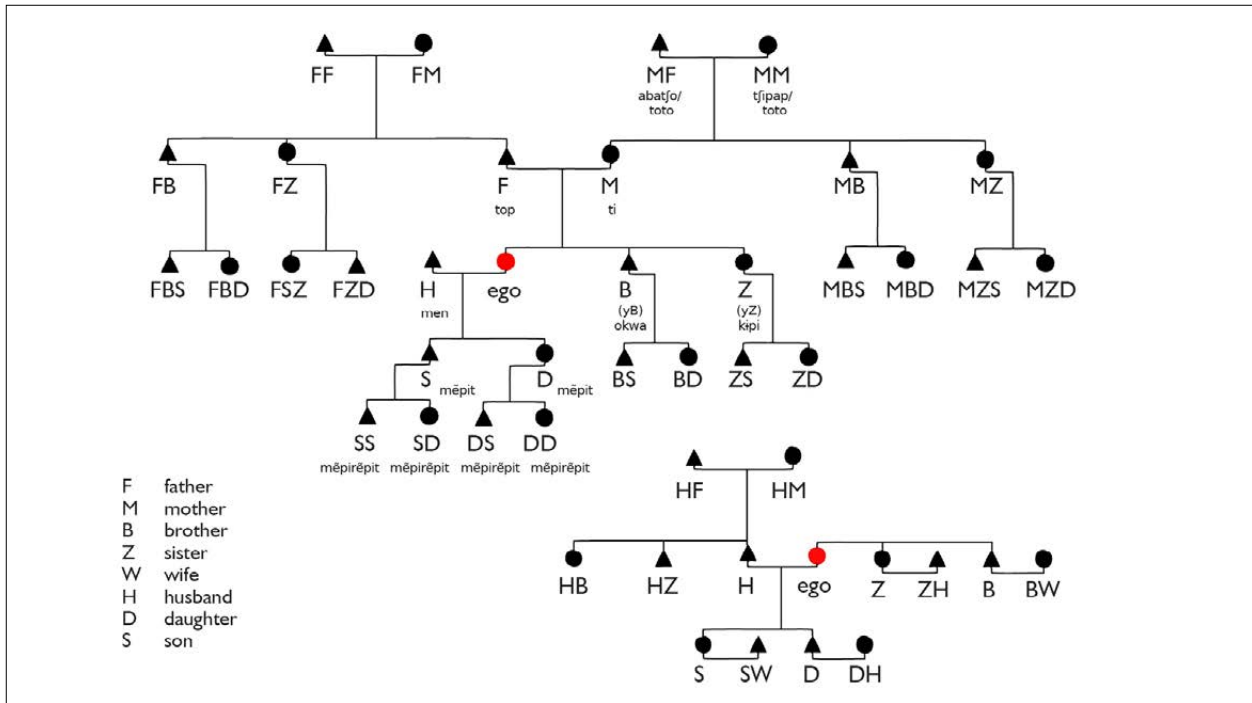


Figura 9. Diagrama da terminologia Akuntsú - ego feminino.

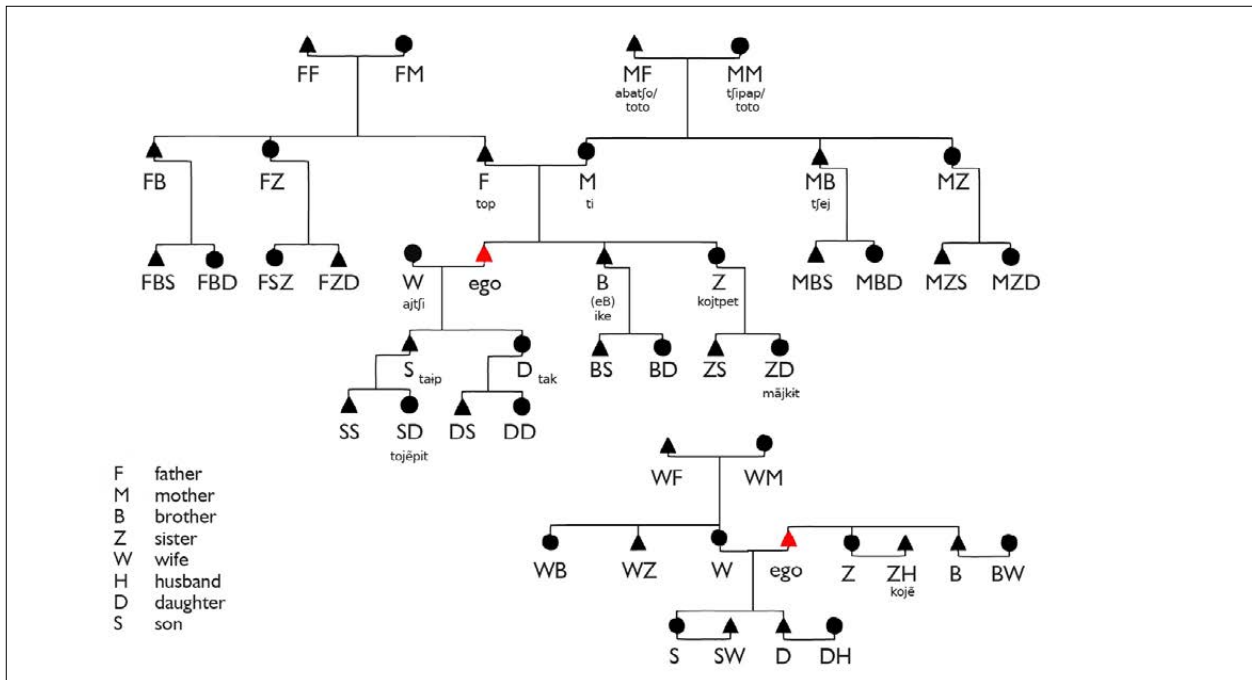


Figura 10. Diagrama da terminologia Akuntsú - ego masculino.



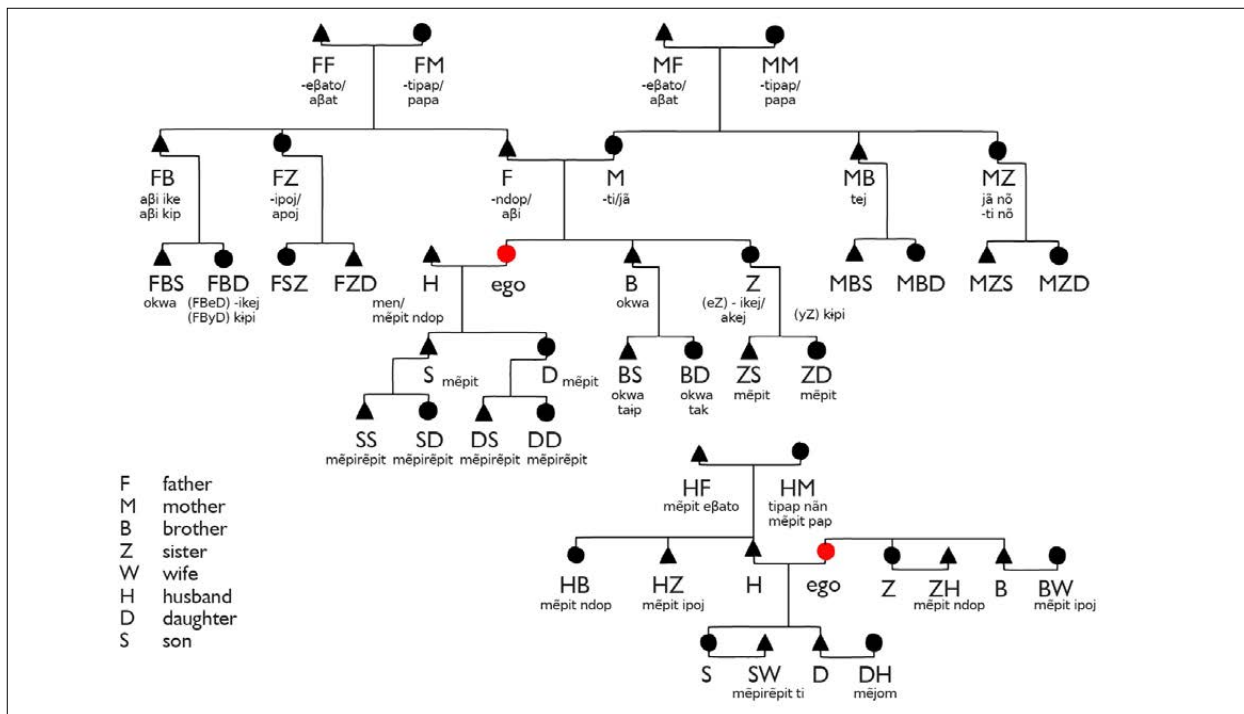


Figura 11. Diagrama da terminologia Wayoró - ego feminino.

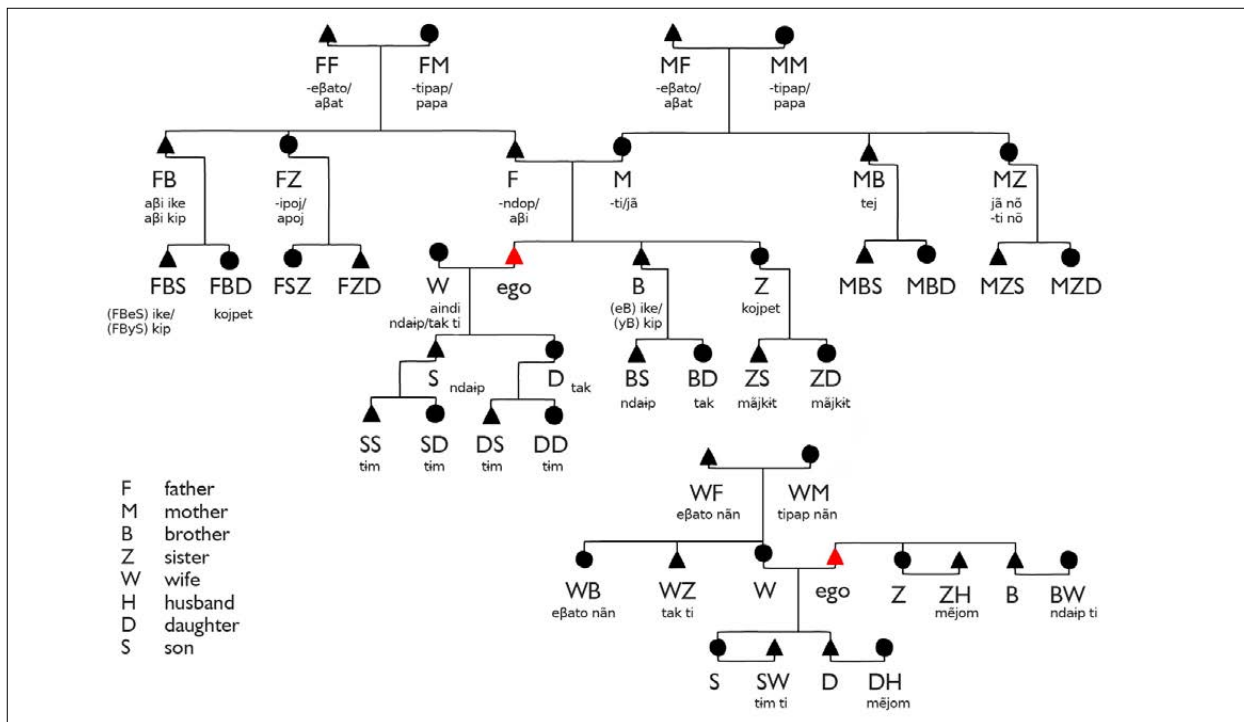


Figura 12. Diagrama da terminologia Wayoró - ego masculino.



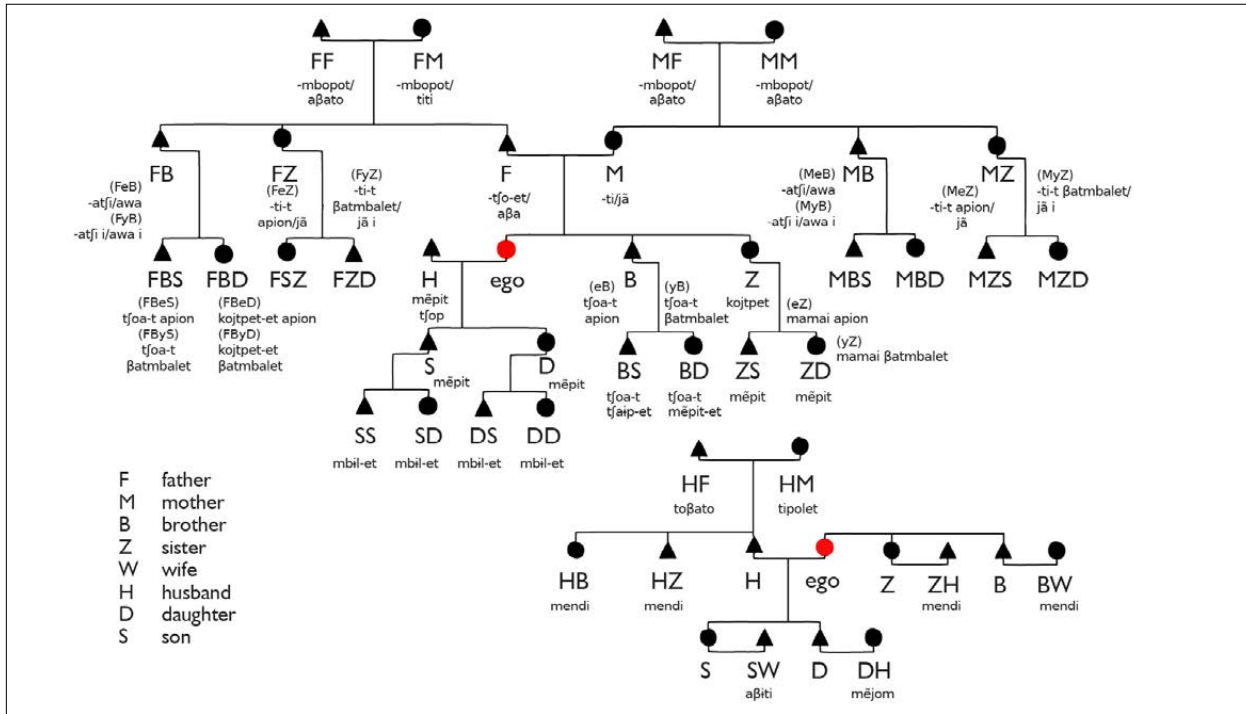


Figura 13. Diagrama da terminologia Makurap - ego feminino.

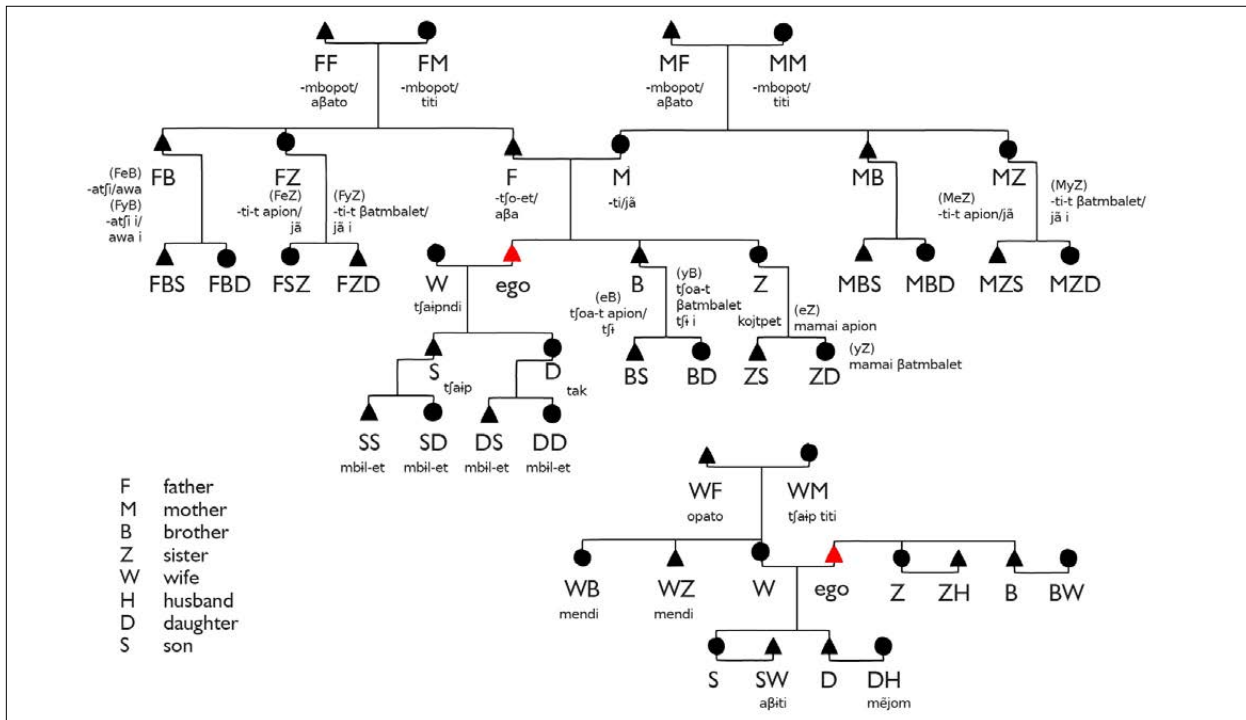


Figura 14. Diagrama da terminologia Makurap - ego masculino.



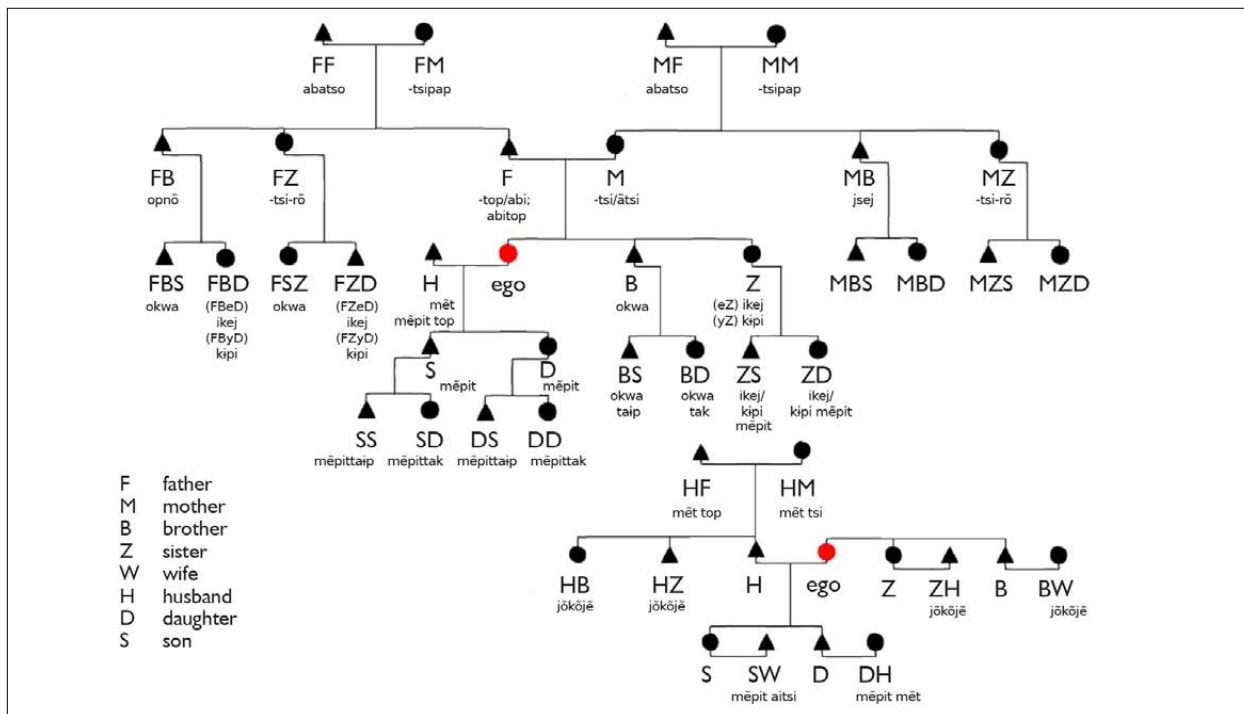


Figura 15. Diagrama da terminologia Sakurabiat - ego feminino.

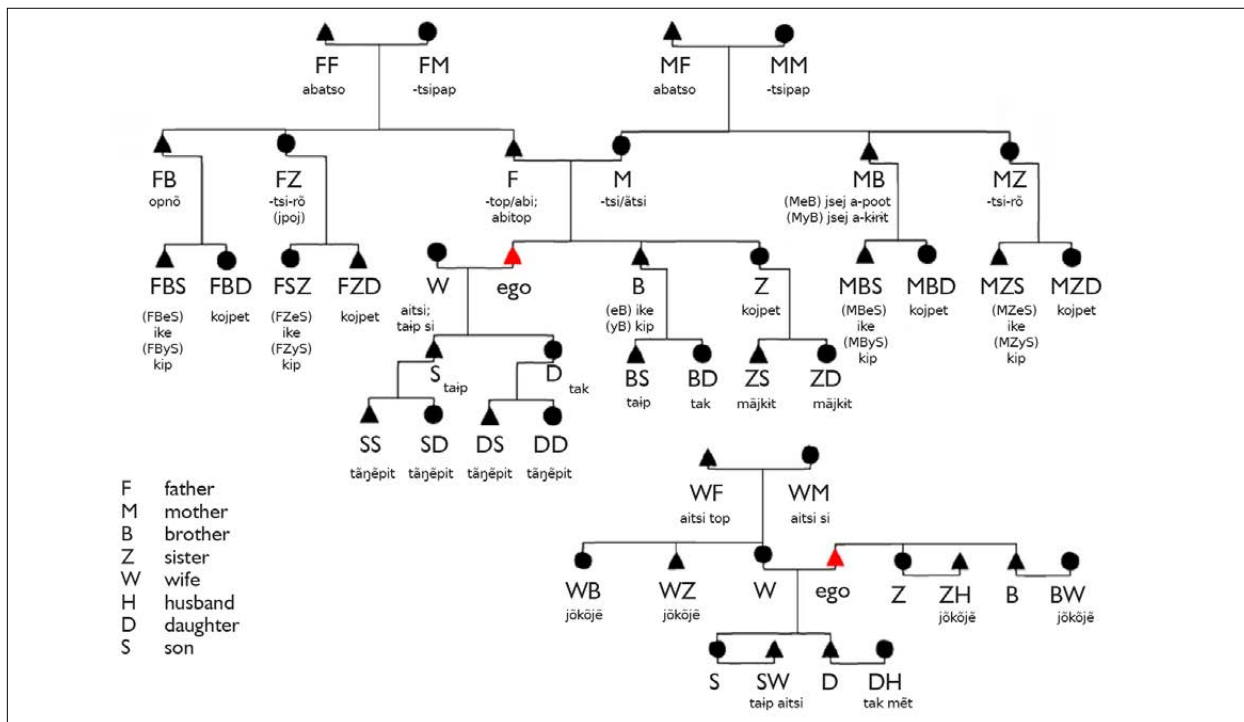
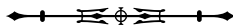


Figura 16. Diagrama da terminologia Sakurabiat - ego masculino.



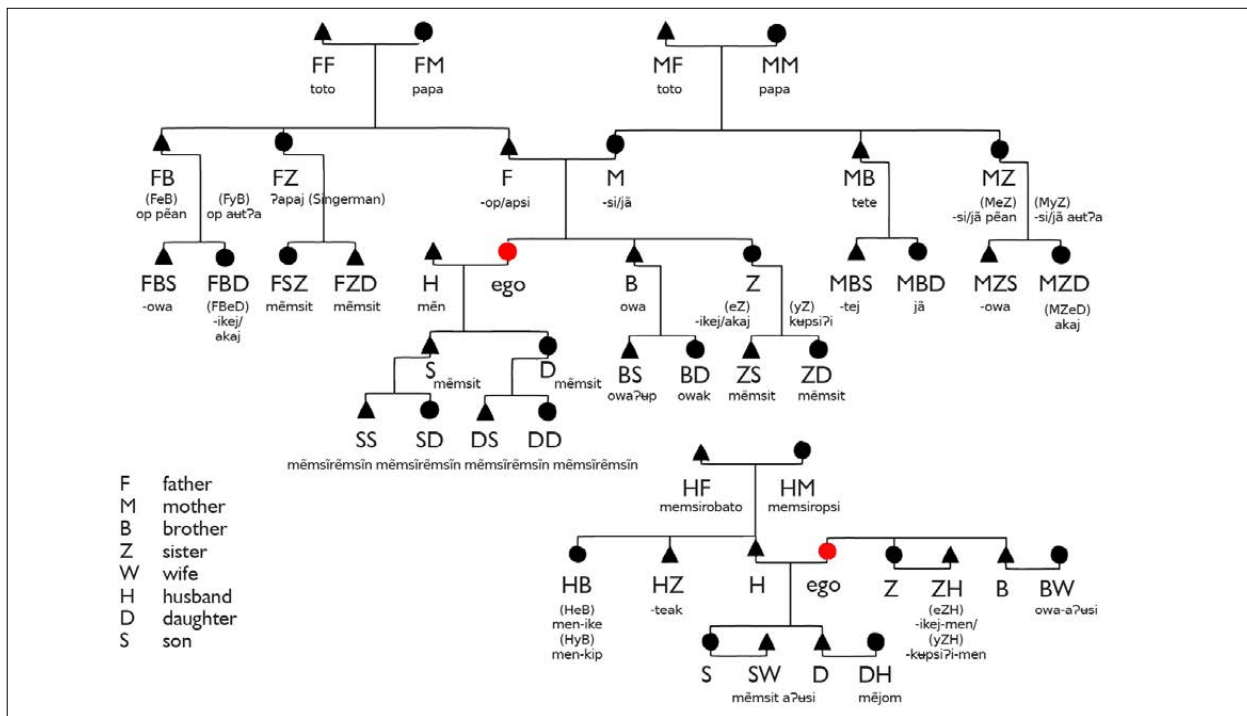


Figura 17. Diagrama da terminologia Tuparí - ego feminino.

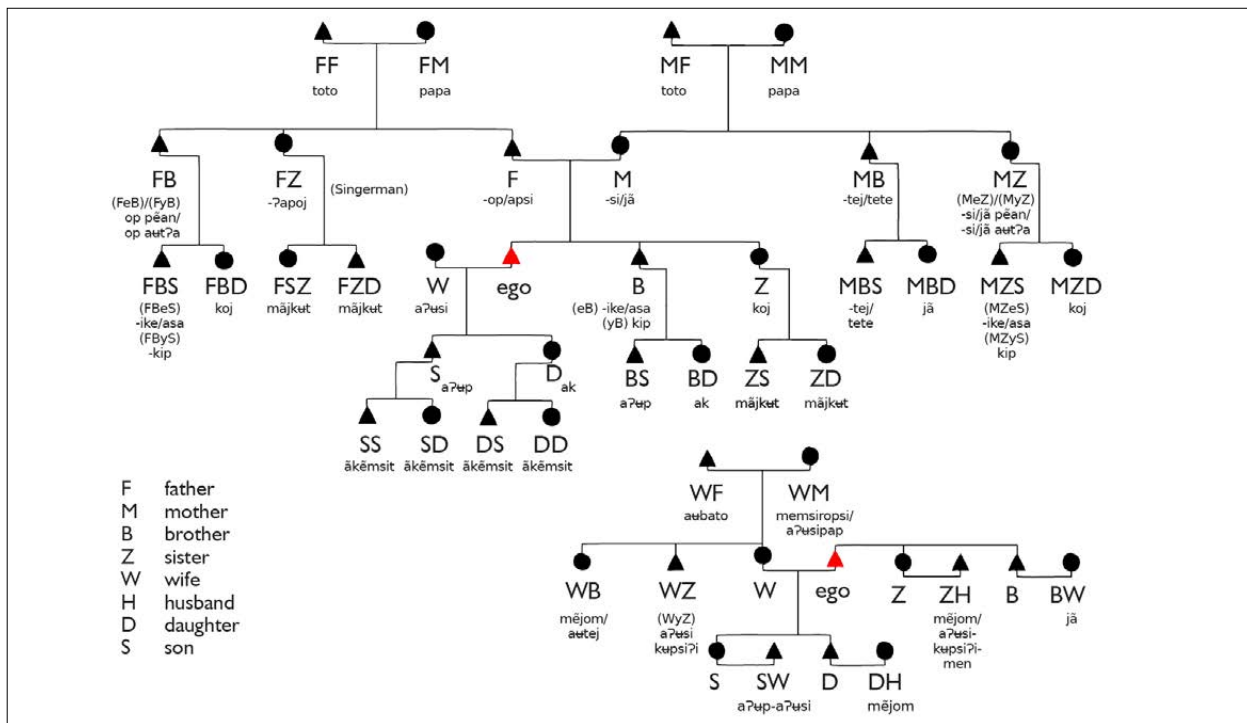
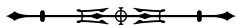


Figura 18. Diagrama da terminologia Tuparí - ego masculino.



Restructuring of Proto-Omagua-Kukama kin terms Reestruturação dos termos de parentesco Proto-Omagua-Kukama

Zachary O'Hagan

University of California, Berkeley, Berkeley, California, USA

Abstract: This article reconstructs the system of kin terms in Proto-Omagua-Kukama (POK), the ancestral language of the Omagua and Kukama-Kukamiria, and compares it to Tupinambá, a former language of the Brazilian Atlantic coast and their closest relative in the Tupí-Guaraní language family. I identify semantic shifts, analogy-based innovations, calques, and borrowings. I suggest that some of these changes are likely due to concomitant changes in pre-POK social structure. The identification of borrowings is potentially fruitful in determining which languages contributed to the setting that gave rise to POK. Detailed study of the evolution of the divergent grammar and lexicon of POK is crucial to understanding this social and linguistic history.

Keywords: Kin terms. Amazonia. Tupí-Guaraní. Language contact. Lexical evolution.

Resumo: Este artigo reconstrói o sistema terminológico de parentesco em Proto-Omagua-Kukama (POK), a língua ancestral dos Omagua e dos Kukama-Kukamiria, e compara-o ao de Tupinambá, a língua antigamente falada no litoral atlântico brasileiro, seu parente linguístico mais próximo. Identifico mudanças semânticas, inovações baseadas em analogia, calques e empréstimos. Sugiro que algumas dessas mudanças resultem de alterações concomitantes na estrutura social pré-POK. A identificação de empréstimos pode render frutos para a determinação de quais línguas contribuíram ao contexto em que surgiu o POK. O estudo detalhado da evolução da gramática e do léxico divergentes de POK é crucial para entender sua história social e linguística.

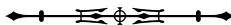
Palavras-chave: Termos de parentesco. Amazônia. Tupí-Guaraní. Contato de línguas. Evolução lexical.

O'HAGAN, Zachary. Restructuring of Proto-Omagua-Kukama kin terms. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 14, n. 1, p. 65-78, jan.-abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000100005>.

Autor para correspondência: Zachary O'Hagan. University of California, Berkeley. Linguistics 1203 Dwinelle Hall. Berkeley, California 94720 USA (zohagan@berkeley.edu). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2720-2070>.

Recebido em 28/06/2018

Aprovado em 26/02/2019



INTRODUCTION

This article reconstructs the system of kin terms in Proto-Omagua-Kukama (POK), the ancestral language of the Omagua and Kukama-Kukamiria, and compares it to Tupinambá, a former language of the Brazilian Atlantic coast and their closest relative.¹ POK is a grammatically and lexically divergent branch of the Tupí-Guaraní language family, members of which ranged (during the earliest known periods) across most of South America, from Brazil in the north and east, Paraguay and Argentina in the south, to Peru and Bolivia in the west. Rodrigues (1984-1985) utilized a combination of shared innovations, shared retentions, and geography to argue that Tupí-Guaraní (TG) should be divided into eight subfamilies, resulting in a rake-like phylogeny with no intermediate groupings. Rodrigues and Cabral (2002) proposed some intermediate groupings based on similar criteria, with the same eight subfamilies. In contrast, Michael et al. (2015) considered computational phylogenetic methods applied to lexical traits to argue for a substantially different set of intermediate groupings, but retained five of the eight subfamilies.

Cabral (1995, 2007) suggested that Omagua and Kukama-Kukamiria are not genetically related to other TG languages because they are creole languages that emerged in seventeenth-century Jesuit missions. Michael (2014) used written documentation of Kukama-Kukamiria dating from 1680 and contemporary differences from Omagua to demonstrate that POK arose in the pre-Columbian period. Omagua was first encountered in 1538 and spoken along several hundred kilometers of the Amazon River between the mouths of the Napo and Juruá Rivers across Peru and Brazil (Michael; O'Hagan, 2016, p. 1-4); today there are three known speakers, all born between 1930 and 1932 in San Joaquín de Omaguas, a community on the left bank of the same river between Iquitos and Nauta in Peru. Kukama-Kukamiria, two dialects first encountered in 1557 along the lower Ucayali and Huallaga Rivers, respectively, today have approximately 1,000 speakers, mainly on the Huallaga, Marañón, and Nanay Rivers in Peru (Vallejos, 2016).²

The grammatical divergences in POK are pervasive, perhaps most evidently in the formation of new roots based on what in other TG languages is a combination of person inflection and a root (e.g., Tupinambá *o-so* 3ERG-go, but POK **utsu* 'go').³ Agreement was consequently lost in POK, and person came to be expressed through a series of separate pronouns (e.g., **ra=utsu* 'he/she is going'). Although TG pronouns were partly retained, a genderlect distinction was innovated in the first and third persons, and the paradigm shows significant influence from a non-TG system (O'Hagan et al., 2013). Endocentric verbal derivational affixes were lost (i.e., two causative prefixes and a causative suffix), replaced by a single causative **-ta* and an applicative **-tsupi*.⁴ On the other hand, five deverbal nominalizers were retained, as well as four modal and evidential second-position clitics.

Numerous POK grammatical morphemes are the result of grammaticalization trajectories that make their etymological sources difficult to detect. For example, a two-way past tense distinction was innovated in the language, expressed via verb phrase-final clitics: **=uf*, the proximal past, is cognate with Tupinambá *ojeꞑi* 'earlier today' (Barbosa, 1951, p. 116), while **=tsuri*, the distal past, is cognate with the Tupinambá habitual nominalizer *swer*.⁵ Similar processes

¹ For ease of reference, the reconstructed terms are summarized in Figures 1 and 2.

² Mentions of the earliest encounters with Omaguas come from the research of Hemming (1978, p. 185) and Stocks (1978, p. 99-102). A significant early description is Carvajal (1894 [1542]). A parallel source for Kukama-Kukamirias is Jiménez de la Espada (1897, p. LXXIII), citing a letter of 1571.

³ This is documented extensively in O'Hagan (2011, p. 17-48).

⁴ The latter grammaticalized from an adposition that introduces a recipient argument.

⁵ This is *pace* O'Hagan et al. (2013), who at that time had not located etymological sources for all the morphemes mentioned here. See Barbosa (1956) for the grammatical description of Tupinambá on which these facts are based.



are apparent in the domains of aspect, purpose clause marking (O'Hagan, [2019]), and negation (O'Hagan et al., 2016), and clause-linking markers show the rampant recruitment of (TG) spatial adpositions to express temporal meanings (O'Hagan, 2014). In the nominal domain, plural marking was innovated,⁶ as was a diminutive *=*kira*, cognate to Tupinambá *kír* 'new, immature, green' (Barbosa, 1951, p. 136). On the other hand, an augmentative *=*watsu*, past *=*pura*, and future *=*ra* were inherited.

The lexical divergences in POK from its common ancestor with Tupinambá span several domains (although the majority of roots share cognates with other TG languages). Kin terms are one such domain, and the remainder of this article is laid out as follows: in "Proto-Omagua-Kukama" I separately compare a subset of the total consanguineal and affinal terms in Omagua and Kukama-Kukamiria, and reconstruct their ancestral forms in POK; in "Comparison with Tupinambá" I compare these reconstructed forms – again treating consanguineal and affinal terms separately – with cognates in Tupinambá, describing the ways that the POK kinship system changed both in terms of their structural properties and form. I briefly mention ways in which these changes might map onto social changes experienced by speakers of pre-POK and summarize my findings in the conclusion.

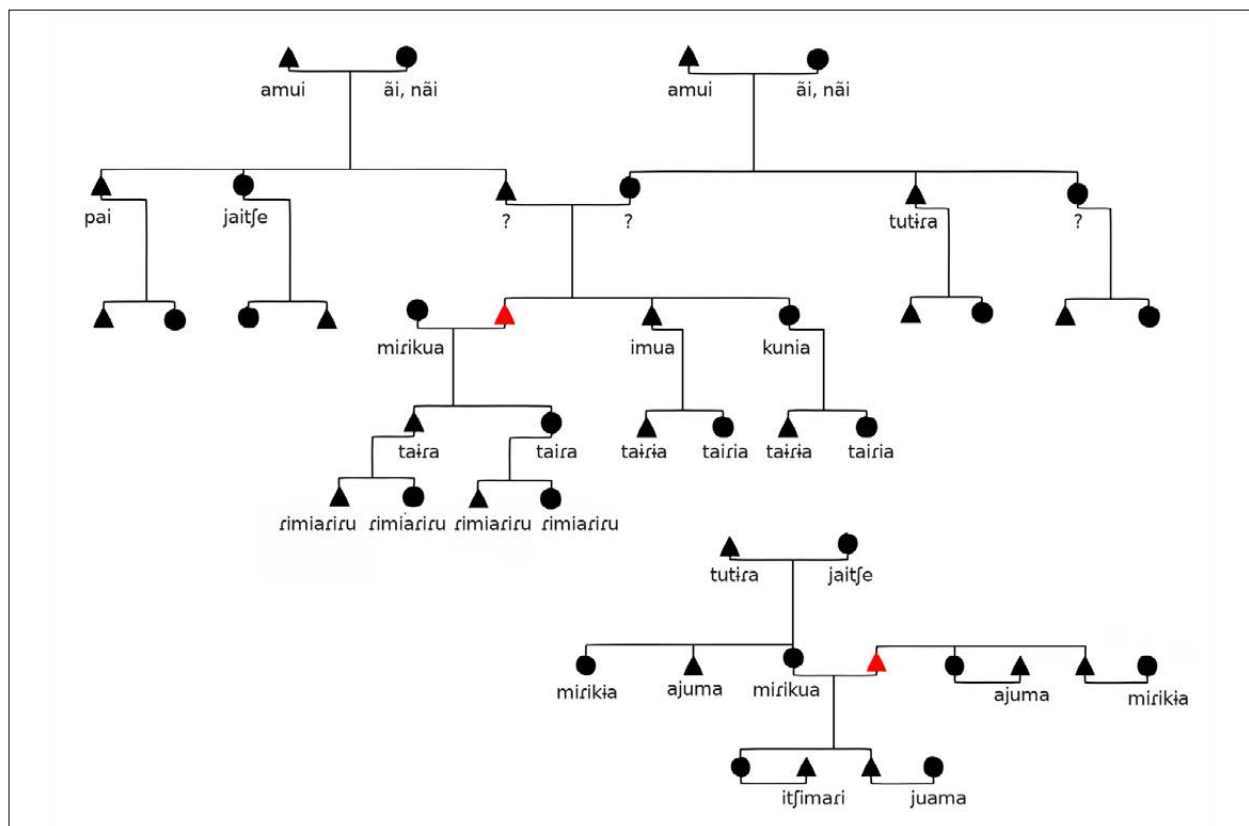


Figure 1. Proto-Omagua-Kukama kin terms (male ego).

⁶ This is sensitive to genderlect and expressed by the markers *=*kana* and *=*nu*, which were perhaps borrowings.

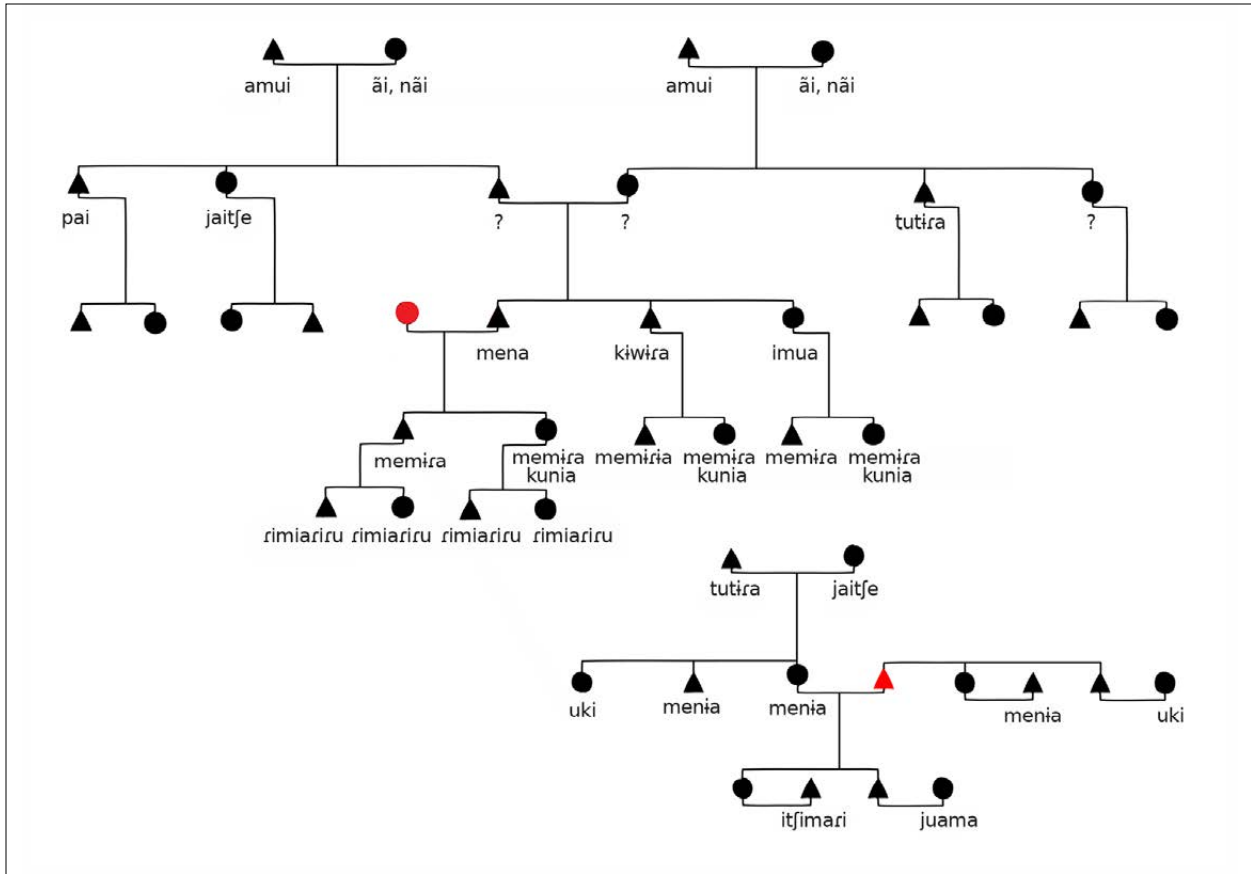


Figure 2. Proto-Omagua-Kukama kin terms (female ego).

PROTO-OMAGUA-KUKAMA

In this section I reconstruct the kin terms of Proto-Omagua-Kukama. Data for Omagua comes from my own fieldwork between 2010 and 2013, for Kukama-Kukamiria is taken from Vallejos and Amías (2015), and for Tupinambá from Barbosa (1951). Because of the strong lexical and phonological similarities shared between Omagua and Kukama-Kukamiria, forms reconstructed to POK are often identical in both languages. Three sound changes account for most variation in forms: **tʃ > ʃ* and **e > ɪ* in Omagua, and the first vowel of CVV sequences undergoing glide formation in Kukama-Kukamiria (e.g., POK **ikua* [i'kua] 'know' vs. Kukama-Kukamiria [i'ikwa]⁷).

CONSANGUINEAL TERMS

Table 1, which is organized by descending generation, summarizes Omagua and Kukama-Kukamiria forms denoting consanguines, together with the form reconstructed to POK. Consonants in parentheses are present in the Kukama dialect; boldface indicates forms with the same meaning but different etymologies; single horizontal lines separate generations.⁸

⁷ In Kukamiria specifically, glides following nasals are then deleted.

⁸ The abbreviations M, F and E stand for male, female, and ego, respectively.

POK distinguished parallel and cross relations in the first ascending generation. Cousin terms are left out of Table 1 because of incomplete data, although parallel and cross relations do not seem to have been distinguished in the ego's generation, with sibling terms used for all cousins. Similarly, parallel and cross relations are not distinguished in the first descending generation, and nephew and niece terms are not dependent on the sex of ego's siblings. At ego's generation, as well as the first descending one, terms are distinguished based on ego's sex. At the second descending generation a single grandchild term is employed, collapsing the sex of the referent relative to the second ascending generation.

Table 1. Omagua, Kukama-Kukamiria, and POK consanguines.

Translation	Omagua	Kukama-Kukamiria	POK
Grandfather	amui	am(w)i	amui
Grandmother	āi	nai	āi, nāi
Father	papa	papa	?
Mother	mama	mama	?
Paternal uncle	papakira	pai	pai
Maternal uncle	tutira	tutira	tutira
Paternal aunt	jaiɽi	jaitɽe	jaitɽe
Maternal aunt	mamakira	mamakira	?
Brother (ME)	imua	im(w)a	imua
Brother (FE)	kiwira	kiwira	kiwira
Sister (ME)	kunia	kunja	kunia
Sister (FE)	imua	paja	imua
Son (ME)	taira	taira	taira
Son (FE)	mimira	memira	memira
Daughter (ME)	taira	taira	taira
Daughter (FE)	mimira kunia	memira kunja	memira kunia
Nephew (ME)	tairia	tairia	tairia
Nephew (FE)	mimiria	memiria	memiria
Niece (ME)	tairia	tairia	tairia
Niece (FE)	mimira kunia	memira kunia	memira kunia
Grandchild	rimiariru	rimiariru	rimiariru

In Omagua there are three sibling terms, one for a same-sex sibling, *imua*, and distinct terms for opposite-sex siblings. In contrast, in Kukama-Kukamiria, there is a four-way distinction, with *paja* referring to a woman's sister. In both languages, words for son and daughter differ minimally in the quality of the diphthong of the first syllable. Nephew and niece terms are derived from the corresponding direct descent terms (son and daughter) via the insertion of *i* or *i* preceding the final vowel. The word for daughter is a compound based on the word for son. In Omagua, there is no distinction between daughter (female ego) and niece (female ego), although in Kukama-Kukamiria there is (see "Comparison with Tupinambá").

The reconstruction of consanguineal terms to POK is relatively straightforward, and here I focus on those instances that require special explanation. For grandmother, the presence of a nasal vowel is unexpected in Omagua, as is the

presence of an initial *n* in Kukama-Kukamiria where Omagua has no corresponding segment. TG languages typically have contrastive nasal vowels, but nasal vowels merged with oral ones in POK.⁹

The terms for father and mother are probable borrowings, and were almost certainly borrowed into Omagua and Kukama-Kukamiria independently, given their divergence relative to the time of contact with Spanish speakers; for this reason I do not reconstruct them. The reconstruction of terms for parents' siblings is similarly complicated. Omagua has terms for parents' same-sex siblings that are based on the corresponding parent term in combination with the diminutive =*kira*; Kukama-Kukamiria has a similarly derived term only for maternal aunt, with *pai* referring to a paternal uncle. I reconstruct the asymmetry between parents' same-sex sibling terms because a similar asymmetry exists in TG languages (with non-cognate forms), and because the Omagua term *papakira* is easily explained as an analogy based on *mamakira*, the reconstruction of irregularity is preferred. However, since the base on which *mamakira* is formed is itself a probable borrowing, I do not reconstruct an actual form for maternal aunt. In sum, the POK system thus appears to mirror a more widespread TG one in which the relevant forms have been replaced.

A similar asymmetry exists among sibling terms (such as Omagua *imua* and Kukama-Kukamiria *paja*), but in this case I reconstruct the Omagua system to POK, namely one in which **imua* denotes a same-sex sibling, i.e., the brother of a man or the sister of a woman. Kukama-Kukamiria is consequently a borrowing from a still-unidentified language, since POK **imua* is cognate to Tupinambá *mũ* "[...] relative, ally, friend, nation, race [...]" (Barbosa, 1951, p. 103). A similarly broad range of meanings is found in other TG languages, thus a process of semantic narrowing appears to be at work, with the Tupinambá-like meaning at one extreme and the Kukama-Kukamiria one of brother (male ego) at the other. The Omagua meaning is intermediate, and as a result is likely to have been present in POK.

The reconstruction of terms in the first descending generation only requires additional explanation in the case of daughter and niece (female ego). In Omagua these two terms are identical, while in Kukama-Kukamiria they differ in the placement of stress on the second element of the compound, a reflex of **kunia* 'sister (ME),' which is cognate to Tupinambá *kujã* 'woman,' which has the same meaning in most TG languages.¹⁰ I suggest that the glide formation that **kunia* underwent in Kukama-Kukamiria permitted the innovation of a term analogous to the other nephew and niece terms in these languages, namely the insertion of a vowel *i* or *ɨ* preceding the final vowel,¹¹ for example **memira* 'son (FE)' vs. *memirɨa* 'nephew (FE).' As a result, I reconstruct the polysemy found in the Omagua system to POK.

AFFINAL TERMS

We now turn to a discussion of affinal terms in Omagua and Kukama-Kukamiria, which are summarized in Table 2. As before, single horizontal lines separate generations.¹²

⁹ In "Comparison with Tupinambá" we will see important exceptions to this generalization, as well as evidence for the reconstruction of both **ãi* and **nãi*.

¹⁰ An anonymous reviewer notes that this term may be best translated as female in many TG languages. I follow Barbosa's translation here, but the reader should bear this more general sense in mind (Barbosa, 1951, p. 49).

¹¹ The quality of the vowel depends on the most immediate leftward vowel, of which it is a copy. This process appears to be related to what is observed in Tupinambá *sí* 'mother' and *sɨrɨr* 'maternal aunt,' in which the relevant sequence is a suffix *-rɨr*.

¹² Brother-in-law and sister-in-law are intended to reflect the generality of their possible meanings in English, namely denoting a spouse's sibling as well as a sibling's spouse. More specific definitions are provided in "Comparison with Tupinambá," in the comparison between the POK and Tupinambá kin systems.

Table 2. Omagua, Kukama-Kukamiria, and POK affines.

Translation	Omagua	Kukama-Kukamiria	POK
Father-in-law	tutira	tutira	tutira
Mother-in-law	jaiɣɪ	jaitɣe	jaitɣe
Husband	mɪna	mena	mena
Wife	mirikua	mirikwa	mirikua
Brother-in-law (ME)	ajuma	ajuma	ajuma
Brother-in-law (FE)	mɪniɑ	meniɑ	meniɑ
Sister-in-law (ME)	mirikia	mirikia	mirikia
Sister-in-law (FE)	uki	uki	uki
Son-in-law	ɨjɪmari	itɣimari	itɣimari
Daughter-in-law	juama	juwama	juama

In ego's generation there are distinctions based on ego's sex, but in the ascending and descending generations there are no such distinctions. In the ascending generation, we see that **tutira* and **jaitɣe* are polysemous with parents' opposite-sex siblings, suggesting a pattern of cross-cousin marriage. Recall, however, that terms for these in the first descending generation do not instantiate a parallel-cross distinction. Nor is such a distinction instantiated in affinal terms in the first descending generation: the terms for 'son-in-law' and 'daughter-in-law' show no similarities with 'nephew' and 'niece,' respectively, as might be expected given the polysemy in the first ascending generation. Finally, as in the consanguineal domain, opposite-sex in-law terms in ego's generation are derived from the corresponding spousal terms via the insertion of *ɣ*.

The reconstruction of POK affinal terms is straightforward, with all pairs of forms descending from the same respective proto-forms. A small number of regular sound changes are attested (the lenition of **tɣ*, the raising of **e*, and glide formation). In addition, Kukama-Kukamiria underwent the insertion of the labiovelar glide *w* following *u* and preceding another vowel (cf. 'daughter-in-law').

COMPARISON WITH TUPINAMBÁ

In this section I compare the forms reconstructed in POK and their organizational structures with those of Tupinambá, the closest relative of POK (Michael et al., 2015, p. 205). It is important to note that the structure of the Tupinambá kinship system is consonant with those of many TG languages, and can uncontroversially be assumed to have held for the common ancestor of Tupinambá and POK. With this in mind I will speak of changes between the Tupinambá and POK systems, although the two languages are sisters (strictly speaking) and not direct descendants of one another. We will see significant change in both structure and forms, which resulted from the intense language contact experienced by speakers of pre-POK. In general, the POK system is a simplification of the Tupinambá system, in the sense that fewer sorts of kin relations are distinguished by unique lexical items.

CONSANGUINEAL TERMS

The changes that affect consanguineal terms are summarized in Table 3. Underlined terms draw on TG lexical material in some way (see below); boldfaced terms are borrowings; and braces reflect the merging of two terms into one.



Table 3. Tupinambá and POK consanguines.

Translation	Tupinambá	POK
Grandfather	amũj	amui
Grandmother	arij	ãi
Father	uβ	?
Mother	si	?
Paternal uncle	uβ	pai
Maternal uncle	tutir	tutira
Paternal aunt	aije	jaitje
Maternal aunt	si ~ siʔir	?
Older brother (ME)	ikiʔir	} imua
Younger brother (ME)	iβir	
Brother (FE)	kiβir	kiwira
Older sister (FE)	iker	} imua
Younger sister (FE)	pikiʔir	
Sister (ME)	endiṛ	kunia
Son (ME)	aʔir	taira
Son (FE)	membir	memira
Daughter (ME)	ajir	taira
Daughter (FE)	membir	memira kunia
Nephew, son of brother (ME)	aʔir	} tairia
Nephew, son of sister (ME)	iʔir	
Nephew, son of sister (FE)	membir	} memiria
Nephew, son of brother (FE)	peŋ	
Niece, daughter of brother (ME)	ajir	} tairia
Niece, daughter of sister (ME)	jetiper	
Niece, daughter of sister (FE)	membir ~ membikupã	} memira kunia
Niece, daughter of brother (FE)	peŋ	
Grandchild (ME)	emimino	} rimiariru
Grandchild (FE)	emiarirõ	

We begin with a review of the changes in structure, all of which occurred in ego's generation and in the two descending generations. The first concerns age grade distinctions among sibling terms. Tupinambá contained distinct terms for older and younger same-sex siblings, with opposite-sex siblings referred to with a single term regardless of age. In POK, these distinctions were leveled for egos of both sexes. The second concerns parallel-cross distinctions in the first descending generation. Tupinambá featured distinct terms for nephews and nieces depending on ego's sex and whether the relation was parallel or cross.¹³ Parallel nephews and nieces were referred to in the same way as children,

¹³ Note that age grade distinctions among siblings disappear in this generation.

with the addition of a compound variant term *membikujã* for a female ego's parallel niece. Cross nephews and nieces were referred to with etymologically unrelated terms. Male egos distinguished the sex of the referent in such cases (cf. *iʔir* and *jetiper*); female egos did not (cf. *pen*). All four pairs of terms were collapsed to four single terms, which were derived with the familiar insertion of *i* or *i*. Furthermore, as a result of independent sound changes outside the scope of this article, daughter (female ego) came to be homophonous with niece (female ego), with subsequent innovation in Kukama-Kukamiria (see below). The third concerns an ego-based distinction in the second descending generation. In Tupinambá terms were distinguished based on ego's sex and not referent's sex, and these two terms were leveled in favor of the female ego form.

Now we turn to changes in the forms attested in this domain. In this vein, when I speak of the shift in meaning or replacement of a form in POK relative to Tupinambá, this is based on the widespread attestation of the relevant form with a particular meaning across many TG languages, which lies outside the scope of this article. The first change in form is the loss of a cognate to *arij* 'grandmother' and its replacement with **ãi* and **nãi*. Following sound changes attested elsewhere, these forms appear to be cognate with Tupinambá *aʔĩ* 'mano' (Portuguese) and *naʔĩ* 'mana' (Portuguese), respectively, which are familiar terms for brother and sister (Barbosa, 1951, p. 24, 105). At this juncture it is important to highlight that nasal vowels generally merged with oral vowels in POK, as mentioned above. However, at least six forms with nasal vowels can be reconstructed for POK, as summarized in Table 4. These forms have nasal vowels in Omagua and oral vowels in Kukama-Kukamiria. Their cognates in Tupinambá exhibit uncommon phonological shapes in the language: a nasal vowel or diphthong preceded by a glottal consonant, or an oral diphthong preceded by a glottal stop.

Table 4. POK roots with nasal vowels.

Translation	Omagua	Kukama-Kukamiria	POK	Tupinambá
3SG.FS	ãi	ai	ãi	ahẽ
Grandmother	ãi	-	ãi	aʔĩ
Grandmother	-	nai	nãi	naʔĩ
Heart	ĩja	ija	ĩja	ɲiʔã
Tail	sũi	tsuwi	tsũi	uʔaj
Sweat	sĩi	tsiji	tsĩi	iʔaj
Hook	-	tii	tĩi	tĩʔaj

There is reason to believe that the relevant generalization might be that nasal vowels survived in POK if in the ancestral language they were the nucleus of a syllable that began with a glottal consonant (in all cases but one, the glottal stop): cognates of **tsũi* 'tail' in at least three TG languages exhibit the nasal diphthong *ãj*; cognates of **tsĩi* 'sweat' do not exhibit a nasal diphthong, but the diphthong may have nasalized in the ancestor of POK by analogy with forms of similar phonological shape. There are exceedingly few forms in Tupinambá that contain syllables of the shape *ʔV(G)*, and even fewer that were inherited into POK; however, all forms with this syllable shape follow this pattern.

The above is intended to provide evidence for the cognacy of POK **ãi* and **nãi* 'grandmother' with Tupinambá *aʔĩ* 'mano' and *naʔĩ* 'mana.' At present, the specific trajectory of the semantic shifts involved is not clear: terms that are

translated as informal sibling and friend vocatives came to refer to one's grandmother. In that vein, I suggest that the vocative use of these terms in the ancestral language of Tupinambá and POK – namely, POKT – were likely different, allowing for a more natural-seeming semantic shift. The result is that two terms for grandmother were inherited into POK, with Omagua and Kukama-Kukamiria subsequently retaining different ones. Lastly, it is noteworthy that terms referring to women underwent considerable restructuring in POK, as summarized in Table 5, where the meanings of the Tupinambá forms are attested as such across the family. In that light, semantic shifts related to terms for grandmother are part of a broader set of shifts in this domain.

Table 5. Terms referring to women.

Translation	Tupinambá	POK	Translation
Grandmother	arij	-	-
'Mano' (voc.)	aʔĩ	ãi	Grandmother
'Mana' (voc.)	naʔĩ	nãi	Grandmother
Mother	si	-	-
-	-	mama	Mother
'Mano'	gʷaj	wainua	Woman
Woman	kupã	kunia	Sister (ME)

The second change is the loss of the terms for father and mother. Terms for father and mother resembling *papa* and *mama* (see Table 1) are of course incredibly common, so common that it is likely that they were borrowed into Omagua and Kukama-Kukamiria independently. If they are of European origin, Spanish *papá* and *mamá* are likelier sources than Portuguese *pai* and *mãe*. Because of this likelihood, I do not reconstruct any such terms to POK.

The term for paternal uncle, **pai*, despite its resemblance to Portuguese, appears to be cognate with Tupinambá *paʔi*, a vocative term for father (Barbosa, 1951, p. 119). We have seen that Tupinambá *uβ* could refer to a father and to a paternal uncle, making it likely that *paʔi* was used as a vocative for the same individuals. In this case, this form came not only to be referential in POK, but also survives only in its reference to a paternal uncle. That is, the equation of a father with a father's brother was split, perhaps under the influence of the borrowing for father. Related to this is the loss of the term for maternal aunt. Both Omagua and Kukama-Kukamiria have *mamakira*, but this form is based on an almost certain borrowing. Given that the enclitic **=kira* was a diminutive in POK (see above), whatever the form is that preceded *mamakira*, it was likely based on a similarly morphologically complex term for mother, as in Tupinambá, such that the innovation of *mamakira* is a calque. Omagua subsequently replaced paternal uncle with *papakira* by analogy.

Moving on to terms in ego's generation, we see that age grade-based sibling terms for male and female egos, a four-way distinction, were replaced by a single term, *imua* 'same-sex sibling.' This form is cognate to Tupinambá *mũ*, variously translated as relative, ally, friend, nation, and race (Barbosa, 1951, p. 103). In the same domain, the term for a man's sister was replaced due to the semantic shift of woman to sister. The only broader TG sibling term to survive as such is POK **kiwira*.

So far, what do these structural changes and changes in form tell us about the social situation in which POK developed? First, in the ascending generations, there seems to be a process whereby originally vocative terms came to replace referential terms. This might suggest that POK had cognates to Tupinambá father and mother vocative terms (*paʔi* and *aʔi ~ mãʔi*, respectively) in referential function (i.e., possible **pai* and **ai ~ *mai*). In a situation in which POK developed in part due to widespread acquisition of a Tupinambá-like language by non-TG people, this would suggest that such speakers reinterpreted vocative terms as referential ones in overhearing the former.¹⁴ In ego's generation, two processes of semantic narrowing occurred (roughly, 'relative' > 'same-sex sibling' and 'woman' > 'sister (ME)'). The former is perhaps explainable in terms of an increase in the expression of solidarity from the level of a family (or even extrafamilial group) to siblings.

Changes in form in the first descending generation are more straightforward. Terms for son (male ego) and daughter (male ego) were inherited directly. Terms for nephew (male ego) and niece (male ego) were derived via the insertion of *ʔ* and *i*, resulting in the loss of the parallel-cross distinction, as seen above. A slightly more complicated set of facts holds for daughter (female ego) and niece (female ego). For Tupinambá, Barbosa (1951) describes a single term for the former and two possible forms for the latter, with *membikupã* being a compound of child and woman. I suggest that the same variation held for daughter, in which case *membikupã* likely arose to distinguish between male and female children of female egos, as is possible with separate roots for male egos. If this is the case, the term was similarly inherited into POK in the same way as the other terms in the first descending generation. Subsequently, by analogy to sibling/nephew-niece pairs that alternated by way of the presence of *ʔ* or *i*, a distinction between daughter (female ego) and niece (female ego) was innovated in Kukama-Kukamiria (Table 1). This was only possible in Kukama-Kukamiria, and not Omagua, because of the glide formation that has been discussed.

AFFINAL TERMS

Generally speaking, there is more restructuring and more borrowing in the affinal domain than in the consanguineal domain, as summarized in Table 6. In terms of structure, in the first ascending generation ego-based distinctions are lost, making it similar to the lack of an ego-based distinction in this generation in the consanguineal domain. In ego's generation, a six-way distinction in in-law terms for each of a male and female ego is reduced to a two-way distinction, but the ego-based distinctions are maintained. In the first descending generation, ego-based distinctions are lost in a way that exactly parallels the first ascending generation. This is unlike the consanguineal domain, where such distinctions remain. As a result, the consanguineal and affinal domains differ in the symmetry of ego-based distinctions across these three generations.

In terms of form, in this domain Tupinambá exhibits 14 compound forms involving two kin terms, out of a total of 20. Non-compound are *aifo*, *men*, *emireko*, *obajar*, *ukeʔi*, and *peʔum*, which span all three generations. The compound terms are always transparent, e.g., *menduβ*, a combination of *men* 'husband' and *uβ* 'father.' Sometimes they attest to archaic forms, e.g., *atuʔuβ*, based on *ati*. In POK there are three borrowings, two internal derivations with *ʔ*, and semantic shifts that crosscut these two phenomena. Only **mena* 'husband' and **mirikua* 'wife' were inherited with the same meaning.

¹⁴ Perhaps there was no such vocative-referential distinction in the languages of those people.

Table 6. Tupinambá and POK affines.

Translation	Tupinambá	POK
Father-in-law (ME)	menduβ	} tutira
Father-in-law (FE)	atuʔuβ	
Mother-in-law (ME)	aifo	} jaitje
Mother-in-law (FE)	mendi	
Husband	men	mena
Wife	emireko	mirikua
Brother-in-law: brother of wife (ME)	oβajar	} ajuma
Brother-in-law: husband of sister (ME)	-	
Brother-in-law: older brother of husband (FE)	menikeʔir	} menia
Brother-in-law: younger brother of husband (FE)	meniβiR	
Brother-in-law: husband of older sister (FE)	ikemen	
Brother-in-law: husband of younger sister (FE)	pikiʔimen	
Sister-in-law: sister of husband (FE)	-	} uki
Sister-in-law: wife of brother (FE)	ukeʔi	
Sister-in-law: older sister of wife (ME)	emirekoʔiker	} mirikia
Sister-in-law: younger sister of wife (ME)	emirekopikiʔir	
Sister-in-law: wife of older brother (ME)	ikiʔirati	
Sister-in-law: wife of younger brother (ME)	iβirati	
Son-in-law (ME)	ajiβen	} itjimari
Son-in-law (FE)	peʔum	
Daughter-in-law (ME)	aʔirati	} juama
Daughter-in-law (FE)	membirati	

In the first ascending generation, terms for maternal uncle and paternal aunt (Table 1) were extended to refer to parents-in-law. In ego's generation, terms based on the spousal equivalents were derived via *i* to refer to opposite-sex in-laws, that is, the brothers-in-law of women and the sisters-in-law of men. For same-sex in-laws, two processes are attested. For female egos, the TG form was simply retained (**uki*); for male egos, the TG form was replaced by **ajuma*, of unknown origin. And in the first descending generation, the resulting non-ego-based distinction is similarly expressed via two borrowings of unknown origin.

As in the consanguineal domain, we can ask what these linguistic changes tell us about possible social changes. The extension of uncle and aunt terms into the affinal domain suggests a pattern of cross-cousin marriage.¹⁵ Elsewhere, it is significant that Tupinambá *oβajar* referred to brothers-in-law as well as enemies – *'inimigo (de nação), contrário'* (Portuguese) (Barbosa, 1951). This polysemy almost certainly reflected a Tupinambá practice in which war captives

¹⁵ I thank an anonymous reviewer for noting that the survival of equations of the father-uncle sort in the first ascending generation (but not elsewhere) is common cross-linguistically, and is often associated with the presumed loss of patterns of cross-cousin marriage.

were married to the capturing warriors' sisters. The meaning of enemy was retained in POK **tsawajara*, a cognate. Similarly, Michael (2017) has suggested that the massive geographical and demographic expansion of speakers of pre-POK was tied to widespread captive-taking coupled with the abandonment of ritual cannibalism, which led to a large-scale influx and incorporation of speakers of non-TG languages into the POK population. When these speakers acquired pre-POK, their influences on its grammar and lexicon spread throughout the population. Regarding kin terms, and put somewhat differently, brothers-in-law of male egos would have ceased to be conceptualized as enemies, but rather incorporated into the society. Perhaps this is reflected in the borrowing of **ajuma*. Nonetheless, it should be emphasized that borrowings in the first descending generation are not explainable in these terms, and that the different borrowings may naturally have had different motivations.

CONCLUSION

In this article I have reconstructed the form of kin terms in Proto-Omagua-Kukama and compared them with those of its closest relative, Tupinambá, in order to discuss the changes in structure and form that took place during the genesis of POK and subsequently in Omagua and Kukama-Kukamiria. I have identified semantic shifts, analogy-based innovations, calques, and borrowings, and suggested that some of these changes are likely due to concomitant changes in pre-POK social structure. The identification of borrowings is potentially fruitful for determining which languages contributed to the setting that gave rise to POK, an area of inquiry which is still poorly understood. Preliminary evidence suggests, however, that the relevant region may have been the middle Amazon, near the mouth of the Rio Negro, and almost certainly involved extinct Arawak languages such as Bahuana, among other perhaps unrelated languages. The detailed study of the evolution of POK grammar and lexicon – in which I have benefited enormously from collaboration with Lev Michael and Rosa Vallejos – is crucial to understanding this social and linguistic history.

REFERENCES

- BARBOSA, Antônio Lemos. **Curso do tupí antigo**: gramática, exercícios, textos. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.
- BARBOSA, Antônio Lemos. **Pequeno vocabulário tupí-português**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.
- CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara. New observations on the structure of Kokáma/Omágwa. In: WETZELS, Leo (ed.). **Language endangerment and endangered languages**: linguistic and anthropological studies with special emphasis on the languages and cultures of the Andean-Amazonian border area. Leiden: Research School CNWS: Leiden University: Indigenous Languages of Latin America (ILLA), 2007. p. 365-379.
- CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara. **Contact-induced language change in the Western Amazon**: the non-genetic origin of the Kokama language. 1995. Thesis (PhD in Linguistics) – University of Pittsburgh, Pittsburgh, 1995.
- CARVAJAL, Gaspar de. **Descubrimiento del río de las amazonas según la relación hasta ahora inédita de fr. Gaspar de Carvajal con otros documentos referentes á Francisco Orellana y sus compañeros publicados á expensas del excmo. sr. Duque de Tserclaes de Tilly**. Seville: Imprenta de E. Rasco, 1894 [1542].
- HEMMING, John. **Red gold**: the conquest of the Brazilian Indians, 1500-1760. Cambridge: Harvard University Press, 1978.
- JIMÉNEZ DE LA ESPADA, Marcos (ed.). **Relaciones geográficas de Indias**. Madrid: Tipografía de los Hijos de M. G. Hernández, 1897. v. 4.
- MICHAEL, Lev. **El origen del proto-omagua-kukama, un idioma de contacto precolombino de la Amazonía**. 2017. Invited plenary address at the 8th Conference on Indigenous Languages of Latin America, Austin, 2017.



MICHAEL, Lev; O'HAGAN, Zachary. A linguistic analysis of old Omagua ecclesiastical texts. **Cadernos de Etnolinguística, Série Monografias**, n. 4, p. 1-176, 2016.

MICHAEL, Lev; CHOUSOU-POLYDOURI, Natalia; BARTOLOMEI, Keith; DONNELLY, Erin; WAUTERS, Vivian; MEIRA, Sérgio; O'HAGAN, Zachary. A Bayesian phylogenetic classification of Tupí-Guaraní. **LIAMES: Línguas Indígenas Americanas**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 193-221, jul./dez. 2015.

MICHAEL, Lev. On the Pre-Columbian origin of Proto-Omagua-Kokama. **Journal of Language Contact**, Leiden, v. 7, n. 2, p. 309-344, May 2014. DOI: <https://doi.org/10.1163/19552629-00702004>.

O'HAGAN, Zachary. The origin of purpose clause markers in Proto-Omagua-Kukama. **Journal of Historical Linguistics**, [2019]. In press.

O'HAGAN, Zachary; VALLEJOS, Rosa; MICHAEL, Lev. **Innovación y reestructuramiento gramatical en la rama omagua-kokama de tupí-guaraní**. 2016. Presented at the 6th Colóquio Internacional Amazónicas, Leticia, 2016.

O'HAGAN, Zachary. **Grammaticalization of Proto-Omagua-Kokama clause-linking markers in areal perspective**. 2014. Presented at the Society for the Study of the Indigenous Languages of the Americas, Minneapolis, 2014.

O'HAGAN, Zachary; MICHAEL, Lev; VALLEJOS, Rosa. **Hacia la reconstrucción morfológica del proto-omagua-kokama**. 2013. Presented at the 6th Conference on Indigenous Languages of Latin America, Austin, 2013.

O'HAGAN, Zachary. **Proto-Omagua-Kokama**: grammatical sketch and Prehistory. 2011. Undergraduate Honors Thesis (Linguistics) – University of California, Berkeley, 2011.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna; CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara. Revendo a classificação interna da família Tupí-Guaraní. In: CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara; RODRIGUES, Aryon Dall'igna (ed.). **Línguas indígenas brasileiras**: fonologia, gramática e história. Belém: Universidade Federal do Pará, 2002. p. 327-337.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. Relações internas na família linguística Tupí-Guaraní. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 27/28, p. 33-53, 1984-1985.

STOCKS, Anthony W. **The invisible Indians**: a history and analysis of the relations of the Cocamilla Indians of Loreto, Peru, to the State. 1978. Thesis (PhD in Anthropology) – University of Florida, Gainesville, 1978.

VALLEJOS, Rosa. **A grammar of Kukama-Kukamiria**: a language from the Amazon. Leiden: BRILL, 2016. (Brill's Studies in the Indigenous Languages of the Americas, v. 13). DOI: <https://doi.org/10.1163/9789004314528>.

VALLEJOS, Rosa; AMÍAS, Rosa. **Diccionario kukama-kukamiria castellano**. Iquitos: AIDSESEP: ISEPL: FORMABIAP, 2015.



Nota sobre o sistema de parentesco em Proto-Tupí-Guaraní A note on the kinship system in Proto-Tupí-Guaraní

Joshua Birchall^I, Luis Henrique Oliveira^{II}, Fiona M. Jordan^{III}

^IMuseu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC. Belém, Pará, Brasil

^{II}Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil

^{III}University of Bristol. Bristol, Reino Unido

Resumo: Este estudo explora o sistema de terminologia de parentesco da língua Proto-Tupí-Guaraní (PTG) a partir de uma perspectiva interdisciplinar, que soma contribuições da Etnologia, da Linguística Histórica e dos trabalhos etnográficos realizados com povos Tupí-Guaraní. Fazem-se inferências sobre pré-história cultural utilizando métodos filogenéticos comparativos, um conjunto de ferramentas computacionais para explorar mudanças evolutivas em populações relacionadas, aplicados a um banco de dados de termos de parentesco em 24 línguas Tupí-Guaraní. Discute-se a amostra usada no estudo, os procedimentos de codificação adotados para dados tipológicos e os componentes, valores iniciais e premissas do modelo evolutivo. A análise de reconstrução de estados ancestrais baseada no critério de máxima parcimônia reconstrói vários traços tipológicos do sistema de parentesco do PTG, como: fusão e bifurcação na primeira geração ascendente (+1); distinções na terminologia de irmãos baseadas na idade relativa e no sexo do ego; e equação terminológica entre irmãos e primos paralelos. O estudo avalia o estado atual da reconstrução de formas linguísticas para termos de parentesco em PTG e mapeia estas formas no sistema inferido por análise comparativa. Este estudo de comprovação de conceito demonstra a utilidade de análise filogenética para inferir estruturas de sistemas de parentesco em comunidades linguísticas ancestrais.

Palavras-chave: Parentesco. Etnologia indígena. Linguística histórica. Filogenética computacional. Tupí-Guaraní.

Abstract: This study explores the kinship terminology of Proto-Tupí-Guaraní (PTG) through an interdisciplinary perspective that draws on ethnology, historical linguistics, and the ethnography of Tupi-Guaranian peoples. Inferences about cultural prehistory are made through phylogenetic comparative methods, a suite of computational tools for exploring evolutionary change in related populations, applied to a dataset of kinship terms from 24 Tupi-Guaranian languages. The study outlines the coding procedure for typological data, along with the parameters, inputs, and assumptions of the evolutionary models. Parsimony-based ancestral state inference is used to reconstruct a number of typological features of the kinship system of PTG, such as fusion and bifurcation in the first ascending generation (+1), relative age and sex-based distinctions in sibling terminology, and terminological equation between siblings and parallel cousins. The current state of reconstruction of the linguistic forms for kinship terms in PTG is reviewed, and these forms are mapped onto the system inferred through comparative analysis. This proof-of-concept study demonstrates the utility of phylogenetic analysis for inferring kinship structures in ancestral language communities.

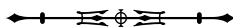
Keywords: Kinship. Indigenous ethnology. Historical linguistics. Computational phylogenetics. Tupí-Guaraní.

BIRCHALL, Joshua; OLIVEIRA, Luis Henrique; JORDAN, Fiona M. Nota sobre o sistema de parentesco em Proto-Tupí-Guaraní. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 1, p. 79-99, jan.-abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000100006>.

Autor para correspondência: Joshua Birchall. Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC. Coordenação de Ciências Humanas. Av. Perimetral, 1901 – Terra Firme. Belém, PA, Brasil. CEP 66077-830 (jbirchall@museu-goeldi.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6110-6904>.

Recebido em 04/06/2018

Aprovado em 18/12/2018



INTRODUÇÃO

Para entender a história cultural de uma população, a Etnologia, enquanto ciência empírica focada em compreender como são as culturas de diversos povos, também visa a apreender como essas culturas se constituíram ao longo do tempo. No entanto, em razão do pouco acesso a observações diretas sobre mudanças culturais, é preciso inferir a respeito de suas dinâmicas e seus processos por meio de métodos indiretos (Boas, 1920, p. 314-315). Com o intuito de lançar luz sobre essa problemática, originalmente proposta por Franz Boas, Claude Lévi-Strauss sugere que:

Os milhares de sociedades que existem ou que já existiram sobre a terra constituem vários experimentos, os únicos de que podemos nos servir para formular e testar hipóteses, uma vez que não é possível construí-los, nem replicá-los em laboratório [...]. Tais experimentos, representados por sociedades diferentes da nossa, descritas e analisadas por antropólogos, fornecem uma das formas mais seguras para entender o que acontece na mente humana e como isso se opera. É para isso que serve a antropologia de modo geral e é isso que esperamos dela a longo prazo. (Lévi-Strauss; Kussell, 1971, p. 49).

Desde sua fundação, no início do século passado, a Antropologia moderna reconheceu que era preciso avaliar a história das populações, a fim de compreender o desenvolvimento do conceito de cultura e de culturas. Contudo, havia um obstáculo: “Os maiores e mais importantes aspectos de uma cultura não deixam vestígios no solo; língua, organização social, religião – em suma, tudo o que é imaterial – desaparece com a vida de cada geração” (Boas, 1948, p. 250). Na Amazônia, cujo registro histórico remonta ao início do século XVI e que chega a ser bem mais recente em algumas regiões, as notas etnográficas sobre suas populações indígenas são, em muitos casos, as principais informações disponíveis sobre as práticas e os costumes desses povos naquela época e nos dias de hoje. Se o objetivo é alcançar um passado mais remoto, embora indiretamente, por inferência, faz-se necessária, então, uma aproximação da história dessas populações. Seguindo as orientações de Mace e Pagel (1994), etnólogos modernos, interessados em processos históricos, têm adotado filogenias linguísticas como aproximações da história de populações que pertencem à mesma família linguística, o que possibilita a reconstrução de elementos culturais no passado (Jordan, 2011).

Os povos falantes de línguas da família Tupí, especialmente do ramo Tupí-Guaraní, sempre tiveram papel fundamental na tradição etnológica brasileira e em nossa concepção das culturas indígenas da Amazônia. Desde as primeiras descrições dos habitantes indígenas do litoral brasileiro no início da colonização, diversos autores vêm tentando elucidar e descrever a organização social desses povos, especialmente em relação a como designavam seus parentes. A primeira descrição do Tupí Antigo – a língua Tupí-Guaraní falada pelos povos do litoral, como os Tupinambá e os Tupiniquim –, elaborada pelo Pe. José de Anchieta, inclui uma breve lista de termos de parentesco, que reconhece, nessa língua, o emprego de termos distintos para irmãos de idades relativas diferentes (mais velhos ou mais novos que o ego), e que também variam de acordo com o sexo do ego (Anchieta, 1595, p. 14). No seu catecismo publicado no início do século XVII, Pe. Antônio de Araújo incluiu uma lista extensa de termos de parentesco que revela assimetrias no sistema em outras gerações, além da geração do ego, assim como demonstra a diferença no tratamento de tios maternos e paternos (Araújo, 1618). O trabalho de Ruiz de Montoya (1639) com o Guaraní Colonial também reconheceu estruturas semelhantes na terminologia de parentesco nesta língua, falada nas missões paraguaias no século XVII.

Trabalhos etnológicos modernos com povos indígenas da Amazônia também têm dispensado bastante atenção à descrição da organização social de povos falantes de línguas Tupí-Guaraní. Incluem-se aí Galvão e Wagley (1946), que apresentam uma comparação dos termos de parentesco em Tapirapé, Tembé, Guaraní Kaiowá e na Língua Geral, reconhecendo várias estruturas em comum entre as quatro línguas, a ponto de identificar um ‘sistema Tupí’

muito semelhante aos sistemas de parentesco dos povos Iroquois e Dakota, da América do Norte¹. Trabalhos comparativos sobre as sociedades amazônicas como um todo também observaram o papel fundamental de sistemas de parentesco com uma fusão bifurcada na primeira geração ascendente, o que levou Viveiros de Castro e Fausto (1993) a identificarem o 'dravidiano amazônico' como o sistema típico da região, em contraste aos sistemas 'semicomplexos' do Brasil central. Com o despertar de um interesse renovado na descrição dos sistemas de parentesco nas línguas indígenas dentro da etnografia sul-americana moderna, dezenas de descrições desse aspecto de organização social foram publicadas nas últimas décadas.

Neste artigo, é proposta uma análise comparativa dos sistemas de terminologia de parentesco em uma amostra de línguas Tupí-Guaraní com dois objetivos. O primeiro é apresentar e catalogar, de forma explícita, a diversidade observada nos sistemas terminológicos de parentesco para a primeira geração ascendente e a mesma geração do ego em uma amostra de línguas Tupí-Guaraní. O segundo objetivo é inferir indiretamente e reconstruir, quando possível, informações sobre o sistema de parentesco na língua ancestral que deu origem a todas as línguas Tupí-Guaraní modernas, o Proto-Tupí-Guaraní.

Na próxima seção, discutem-se os métodos comparativos empregados para fazer essas inferências sobre o passado. Descreve-se a amostra de línguas utilizada e a codificação dos traços tipológicos referentes ao sistema terminológico de parentesco de cada língua sob comparação. Posteriormente, apresentam-se os resultados de uma análise comparativa e se discutem quais aspectos do sistema de parentesco em Proto-Tupí-Guaraní podem ser inferidos destes resultados. Logo após, apresenta-se o estado atual da reconstrução linguística dos termos de parentesco em Proto-Tupí-Guaraní e mapeiam-se esses termos acima da tipologia do sistema inferida pela análise comparativa. Assim, demonstra-se como a Etnologia Indígena pode dialogar com a Linguística Histórica e com métodos comparativos quantitativos para fazer inferências sobre o passado, a fim de melhor compreender as dinâmicas e os processos que resultaram na diversidade de sistemas, atualmente observada neste grupo de línguas.

METODOLOGIA

AMOSTRA DE LÍNGUAS

Selecionou-se, como amostras, todas as línguas Tupí-Guaraní nas quais se identificaram termos de parentesco coletados a partir de investigação em campo com falantes nativos destas línguas, em fontes às quais se obteve acesso e cujo material é confiável. Incluiu-se pelo menos um membro de cada ramo identificado na classificação atual das línguas Tupí-Guaraní apresentada em Michael et al. (2015), sendo obtidos dados para 24 das 30 línguas incluídas neste estudo. As línguas selecionadas na amostra deste estudo estão listadas no Quadro 1.

Os dados coletados para cada língua foram armazenados em um banco de dados, em que cada entrada representa uma relação em uma língua, explicitando variação entre termos referenciais e vocativos e também distinções condicionadas pelo sexo do ego, junto com a fonte dos dados e a página na qual o termo foi localizado. Quando possível, também se incluíram transcrições ortográficas e fonêmicas, além de outros comentários pertinentes sobre o termo em questão.

¹ Vários outros trabalhos de meados do século passado tentaram identificar um sistema típico de parentesco das línguas e sociedades Tupí, como em Laraia (1971), e especialmente as Tupí-Guaraní, como em Macdonald (1965). Essas tentativas geralmente foram abandonadas por autores subsequentes.

Quadro 1. Amostra de línguas Tupí-Guaraní.

Língua	Glottocode	Fonte
Aché	ache1246	Thompson (2019)
Anambé	anam1249	Arnaud e Galvão (1969); Julião (2005)
Araweté	araw1273	Viveiros de Castro (1986)
Asurini do Tocantins	toca1235	Arnaud (1963)
Avá-Canoeiro	avac1239	Silva (2005)
Chiriguano	east2555	Dietrich (1986)
Emerillon	emer1243	Hurault e Fresnay (1963); Rose (2018)
Guajá	guaj1256	Cormier (2003); Garcia (2010)
Guaraní Kaiowá	kaiw1246	Galvão e Wagley (1946)
Guaraní Mbya	mbya1239	Dietrich (2014); Dooley (2006)
Guaraní Paraguai	para1311	Guasch (1948)
Guarayu	guar1292	Hoeller (1932); Dietrich (1986)
Kamaiurá	kama1372	Seki (2000)
Kayabí	kaya1329	Weiss (1985)
Ka'apor	urub1250	Kakumasu, J. e Kakumasu, K. (2007)
Kukama-Kukamilla	coca1259	Vallejos e Amías Murayari (2015)
Parakanã	para1312	Fausto (1995)
Parintintin	tenh1241	Peggion (1996)
Pauserna	paus1244	Ramirez et al. (2017)
Sirionó	siri1273	Holmberg (1950)
Tapirapé	tapí1254	Galvão e Wagley (1946)
Tembé	temb1276	Galvão e Wagley (1946)
Tupí Antigo	tupí1273	Araujo (1618); Barbosa (1956)
Wayampí	waya1270	Grenand (1989)

O banco de dados integral será publicado futuramente *online* como parte do *KinBank*, um repositório interativo para termos de parentesco em línguas do mundo, hospedado na Universidade de Bristol (UK) e financiado pelo *European Research Council*. Note-se que não foi possível incluir dados sobre os termos de parentesco para seis das línguas incluídas em Michael et al. (2015): Asurini do Xingú, Omagua, Yuki, Nandeva, Xetá e Tapiete. Essas línguas foram removidas da árvore na análise apresentada na próxima seção, mantendo-se a topologia original da classificação.

MÉTODOS FILOGENÉTICOS COMPARATIVOS

Nesta pesquisa, adotaram-se métodos filogenéticos comparativos para analisar o desenvolvimento do sistema terminológico de parentesco em uma amostra de línguas Tupí-Guaraní². Para realizar uma análise com base nesses métodos, fez-se necessário especificar três componentes: (1) uma aproximação da história das populações sob

² Nunn (2011) fornece uma introdução à aplicação de métodos filogenéticos comparativos a dados culturais.

investigação, geralmente na forma de uma filogenia; (2) uma série de caracteres codificados para cada taxa da árvore – neste caso, traços tipológicos sobre a equação ou diferenciação de certas posições terminológicas de parentesco no seu repertório linguístico –; e (3) um modelo para demonstrar como esses traços podem mudar ao longo do tempo e que seleciona uma hipótese evolutiva entre as possíveis.

A visualização de traços culturais em uma dada filogenia linguística permite identificar quais traços foram repassados ao longo da história linguística das populações, além de facilitar a identificação de quais deles se desenvolveram sob a influência de outros povos vizinhos ou, ainda, de quais são as instâncias de mudanças paralelas independentes (Mace; Pagel, 1994; Gray et al., 2007). Um dos principais benefícios desta abordagem reside no uso de árvores linguísticas como aproximações de histórias populacionais para encarar a problemática de Franz Boas apresentada na introdução. Outra grande vantagem é a possibilidade de responder ao ‘problema de Galton’ – a não independência de populações historicamente relacionadas (Tylor, 1889) –, ao definir previamente, na análise, que todas essas culturas descendem de uma mesma população etnolinguística ancestral, neste caso, a Proto-Tupí-Guaraní.

Desde o movimento filológico teutônico *Wörter und Sachen* ('palavras e coisas') do século passado, a Linguística Histórica pressupõe que a possibilidade de reconstruir linguisticamente um termo para um item ou uma prática cultural na língua de uma população ancestral auxilia a inferir a presença de tal item ou prática na cultura dos falantes desta língua (Epps, 2014). De acordo com esse princípio, e como nossa análise comparativa visa à identificação da presença ou da ausência de certas equações terminológicas na língua Proto-Tupí-Guaraní, esses métodos podem ser explorados para fortalecer qualquer afirmação a favor da presença ou da ausência dessas práticas entre os falantes de Proto-Tupí-Guaraní.

FILOGENIA LINGUÍSTICA

Fez-se uso do cladograma apresentado em Michael et al. (2015, p. 204) para nossa análise comparativa, uma vez que ele apresenta uma classificação das línguas Tupí-Guaraní com mais resolução em termos de ramificações, e também uma metodologia mais explícita em relação à identificação delas. A análise foi realizada por meio de inferência filogenética bayesiana em 4.205 séries de cognatos (1.113 informativas, com reflexos em mais de uma língua), identificadas a partir de uma implementação rigorosa do método comparativo aplicado a 543 sentidos de vocabulário básico³. A presente análise filogenética trata de uma amostra de 30 línguas Tupí-Guaraní e duas línguas não Tupí-Guaraní da família Tupí. As duas línguas não Tupí-Guaraní – Awetí e Mawé, que são as mais próximas às línguas Tupí-Guaraní em termos filogenéticos (Rodrigues; Dietrich, 1997; Meira; Drude, 2015) – foram incluídas na análise como grupos externos para inferir o posicionamento correto da raiz da árvore (*outgroup rooting*).

O cladograma apresentado na Figura 1 é derivado de uma árvore filogenética de consenso majoritário de ramificações (*majority-rule consensus tree*), na qual somente as ramificações com probabilidade posterior a $\geq 0,80$ estão representadas. As ramificações propostas com probabilidade posterior a $< 0,80$ foram colapsadas ao nóculo superior da árvore, gerando politomias de ramificações não binárias. Vejam-se também os nomes dos subgrupos na Figura 1, como *Guaranian*, *Diasporic* etc., que indicam maior afinidade entre essas línguas e referem-se, na análise a seguir, a esses conjuntos de línguas.

³ Dunn (2015) apresenta uma descrição do procedimento de inferência filogenética bayesiana e discute as melhores práticas para a inferência quantitativa de filogenias linguísticas a partir de dados lexicais.

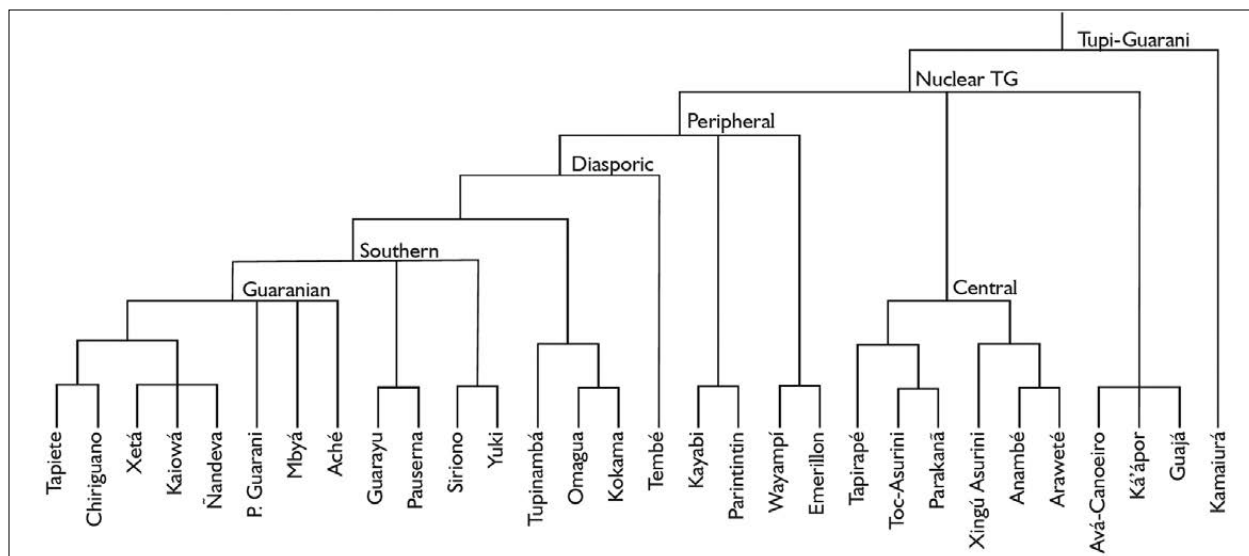


Figura 1. Classificação das línguas Tupí-Guaraní apresentada em Michael et al. (2015).

CARACTERIZAÇÕES TIPOLÓGICAS

As línguas Tupí-Guaraní apresentam várias configurações que diferem quanto às equações entre termos de parentesco. Identificaram-se alguns traços tipológicos importantes para a reconstrução do sistema de parentesco em Proto-Tupí-Guaraní e para a inferência o desenvolvimento dos sistemas atuais durante a dispersão da família. A análise apresentada aqui é restrita aos termos referenciais, devido à falta de dados sistemáticos para os vocativos na maioria das línguas investigadas. Nossa análise também se restringe aos traços tipológicos referentes às gerações dos pais (+1) e dos irmãos (+0); a análise das demais gerações e dos termos vocativos foi reservada para estudos posteriores.

Equação e derivação são noções essenciais à codificação dos traços tipológicos nos sistemas terminológicos de parentesco. Define-se por equação entre relações de parentesco a ocorrência de duas formas linguisticamente idênticas para a expressão de duas relações de parentesco distintas. No Tupí Antigo, por exemplo, Araujo (1618, p. 117) afirma que o termo *t-uba* <tûba> refere-se a “pay natural, ou tio, ou primo do pay, utriusque sexus”, isto é, existe aí uma equação terminológica entre a relação de pai, de tio (paterno) e de primos do pai para egos de ambos os sexos⁴.

A noção de derivação baseia-se no conceito linguístico de que palavras se compõem de elementos independentes, os radicais, e de elementos linguísticos dependentes (afixos, clíticos ou partículas), que podem ser adicionados a estes radicais para formar uma nova palavra. Desse modo, diz-se que uma palavra é uma derivação de outra quando se identifica um radical compartilhado entre ambas e também quando o termo derivado inclui um elemento linguístico

⁴ Neste trabalho, procedeu-se à padronização dos símbolos utilizados na transcrição dos dados para evitar o uso de vários sistemas ortográficos empregados por autores diferentes para representar o mesmo fonema. Deu-se especial atenção ao fonema /i/, representado por <y>, /p/ por <'>, e /tʃ/ por <x>, conforme a tradição linguística para a transcrição de línguas Tupí-Guaraní. No entanto, não se propôs uma análise fonêmica para dados provenientes de fontes sem essa informação fonológica. Quando se faz necessário apresentar a transcrição original dos dados pelo autor citado, as formas ocorrem entre <parênteses angulares>. Embora em várias línguas os termos de parentesco sejam obrigatoriamente possuídos, procurou-se identificar e segmentar, quando possível, a morfologia de posse afixada a estes termos. As fronteiras morfológicas estão identificadas por hifens.

adicional que expressa outra relação. Ainda no Tupí Antigo, Araujo (1618, p. 114) descreve o termo **sy** <cí> como “may natural, utriusque sexus” e o termo **syyra** <cîra> como “tia irmã da may, usão dele os filhos utriusque sexus”. O termo para tia materna **syyra** obviamente tem como base o mesmo radical **sy** de ‘mãe’ mais o sufixo **-yra**; assim, considera-se que o termo para a tia materna, em Tupí Antigo, é uma derivação daquele usado para a mãe⁵.

GERAÇÃO ASCENDENTE (+1)

As línguas Tupí-Guaraní apresentam várias configurações diferentes em relação às equações entre termos da geração ascendente +1. Examinaram-se quatro traços tipológicos diferentes nas línguas: fusão materna +1, fusão paterna +1, bifurcação avuncular e bifurcação materteral. Esses traços são definidos pelas caracterizações evidenciadas a seguir.

Define-se por fusão materna +1 a equação entre os termos para mãe (M) e tia materna (MZ)⁶. No Quadro 2, vê-se que, em Aché, ambas as relações são expressas pelo mesmo termo **ei**, embora, em Tenharim, usem-se termos distintos para cada relação – **a’i** ‘mãe’ e **yy** ‘tia materna’. Na língua Kukama-Kukamilla, o termo **mamakyra** ‘tia materna’ é uma derivação do termo **mama** ‘mãe’, provavelmente um empréstimo do português ou do espanhol, com a adição do sufixo diminutivo **-kyra** (O’Hagan, 2019).

Define-se por fusão paterna +1 a equação entre os termos para pai (F) e tio paterno (FB). No Quadro 2, ambas as relações no Tupí Antigo são expressas pelo mesmo termo **tuba**, embora, na língua Tenharim, haja termos distintos para cada relação – **ãpĩ** ‘pai’ e **uvy** ‘tio paterno’. Na língua Araweté, o termo **to dÿ** ‘tio paterno’ é uma derivação do termo **to** ‘pai’, com a adição da partícula **dÿ**, cujo significado Viveiros de Castro (1986, p. 391) indica ser ‘semelhante’ ou ‘equivalente’.

A bifurcação avuncular, por sua vez, é definida como a diferenciação dos termos para a relação de tio materno (MB) e tio paterno (FB), e a bifurcação materteral, como a diferenciação dos termos para a relação de tia materna (MZ) e tia paterna (FZ). Na língua Kukama-Kukamilla, ambas as relações avunculares de ‘tio’ são tratadas pelo mesmo termo **pai**, e as relações materterais de ‘tia’ são tratadas pelo termo **mamakyra**, exemplificando uma geração ascendente +1 sem bifurcação. Em contrapartida, a língua Tenharim emprega os termos **uvy** ‘tio paterno’, **tutyra** ‘tio materno’, **jaji** ‘tia paterna’ e **yy** ‘tia materna’, com uma geração ascendente +1 bifurcada tanto nos termos

Quadro 2. Alguns termos para a geração ascendente +1.

	MB	MZ	M	F	FB	FZ
Tupí Antigo	tutyra	syyra	sy	tuba	tuba	aixé
Aché	tuty	ei	ei	ãpã	ãpã	ei
Tenharim	tutyra	yy	a’i	ãpĩ	uvy	jaji
Araweté	toti	hi dÿ	hi	to	to dÿ	ðaðé
Kukama- Kukamilla	pai	mamakyra	mama	papa	pai	mamakyra

⁵ O termo ‘diferenciação’ é usado para referir-se ao estado em que dois termos de parentesco apresentam-se formalmente distintos (não equação), sendo que a derivação de um termo do outro não é evidente (não derivação). Este estado é usado somente usado na codificação de caracterizações tipológicas que apresentem essa distinção nos dados analisados; neste estudo, isso ocorre somente na fusão da primeira geração ascendente.

⁶ Neste trabalho, foram adotadas as seguintes abreviações para referir-se às relações de parentesco: M = ‘mãe’, F = ‘pai’, Z = ‘irmã’, B = ‘irmão’, D = ‘filha’, S = ‘filho’, e = ‘mais velho’, y = ‘mais novo’.

avunculares quanto nos materterais. A língua Aché é uma das poucas em nossa amostra que apresenta bifurcação +1 não simétrica, com bifurcação nos termos avunculares – *ãpã* ‘tio paterno’ e *tutytyr* ‘tio materno’ – e, ainda, equação entre os termos materterais expressa na palavra *ei* ‘tia’.

GERAÇÃO DO EGO (+0)

De modo análogo às configurações terminológicas da geração ascendente +1, as línguas Tupí-Guaraní também apresentam grande diversidade de formas e equações para expressar o tratamento de parentes consanguíneos da mesma geração do ego. Examinaram-se cinco traços tipológicos diferentes para o tratamento de irmãos e de primos nos termos da mesma geração que o ego: sexo do ego +0, equação entre irmãos e primos paralelos, equação entre irmãos e primos cruzados, idade relativa +0 para o mesmo sexo e idade relativa +0 para o sexo oposto. Esses traços são definidos pelas caracterizações apresentadas a seguir.

Em muitas línguas Tupí-Guaraní, o sexo do ego condiciona os termos utilizados para referir-se aos irmãos e aos primos. No Quadro 3, pode-se ver que, na língua Guajá, um homem se refere à sua própria irmã (Z) com o termo *haininawai*, enquanto uma mulher se refere à sua própria irmã com o termo *harapihára*⁷. Note-se que *harapihára* também é utilizado por homens para se referirem aos seus irmãos (B), dando ao termo o significado ‘irmão/irmã do mesmo sexo que o ego’.

A equação entre irmãos e primos paralelos é bastante comum nas línguas Tupí-Guaraní. Em Guajá, no Quadro 3, vê-se que um homem usa o termo *harapihára* para referir-se tanto aos seus irmãos quanto aos filhos do irmão do pai (FBS). Seguindo o mesmo padrão, um homem também usa o termo *haininawai* para referir-se tanto à sua irmã quanto às filhas da irmã da sua mãe (MZD).

Menos comum nas línguas Tupí-Guaraní é a equação terminológica entre irmãos e primos cruzados. Em Guajá, no Quadro 3, uma mulher usa *harapihára* para suas irmãs e primas paralelas e *ikuwyxiá* para seus irmãos e primos paralelos. No entanto, o termo *mymyra* é usado para as filhas do irmão da mãe (MBD) e *iména*, para os filhos da irmã do pai (FZS), o que evidencia a ausência de uma equação entre os termos para irmãos e primos cruzados. É importante notar que o termo *iména* ‘filho da tia paterna ♀’ também é usado para ‘marido’, e o termo *emeriko* ‘filha do tio materno ♂’ também é usado para ‘esposa’, que resulta da prática de casamentos avunculares e da possibilidade de estender essa relação para certos primos cruzados (Cormier, 2003, p. 58).

Diferente do Guajá é a língua Tembé, no Quadro 4, também conhecida como Tenetehara ou Guajajara; nesta língua, todas as irmãs e primas de um homem, tanto cruzadas quanto paralelas, são tratadas pelo mesmo termo *einyra*, o qual exemplifica a equação entre essas relações (Galvão; Wagley, 1946, p. 3, 12-13).

Quadro 3. Termos para a mesma geração de ego em Guajá.

		MBD	MZD	Z	B	FBS	FZS
Guajá	♂	emeriko	haininawai	haininawai	harapihára	harapihára	harawaiya
	♀	mymyra	harapihára	harapihára	ikuwyxiá	ikuwyxiá	iména

⁷ Note-se que o símbolo de Marte (♂) significa que os termos são referentes a egos masculinos, ao passo que o símbolo de Vênus (♀) significa que os termos são referentes a egos femininos. Estes símbolos aludem ao sexo do referente que indexa a relação de parentesco, o ego, e não ao sexo da pessoa que emprega o termo em sua fala. Veja também Rose (2015), para uma discussão mais ampla sobre a indexação do sexo em línguas sul-americanas.

Outro aspecto importante na caracterização tipológica do sistema terminológico da geração do ego é o uso de termos diferentes para irmãos cuja idade relativa é condicionada pela idade do ego. O sistema mais comum é o observado em Tembé, no Quadro 4, no qual há uma distinção terminológica para irmãos mais velhos e mais novos do mesmo sexo que o ego, ao passo que os irmãos do sexo oposto são tratados por um termo único, sem distinção da idade relativa. Assim, um homem Tembé refere-se ao irmão mais velho como *ikiyra* e ao irmão mais novo como *iwyra*, embora todas as suas irmãs sejam tratadas como *einyra*.

Quadro 4. Termos para a mesma geração de ego em Tembé.

		yZ	eZ	eB	yB
Tembé	♂	einyra	einyra	ikiyra	iwyra
	♀	kipiyra	ikéra	iwyra	iwyra

Quadro 5. Termos para a mesma geração de ego em Guaraní-Kaiowá.

		yZ	eZ	eB	yB
Guaraní Kaiowá	♂	xe-rendý-miní	xe-rendý	xe-riwý	xe-rikey
	♀	xe-kypyý	xe-ruké	xe-kywý	xe-kywykey

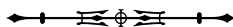
Semelhante ao Tembé, o sistema terminológico em Guaraní Kaiowá para a mesma geração do ego apresenta uma só equação para irmãos, primos paralelos e cruzados (Galvão; Wagley, 1946). A diferença entre os sistemas, além das próprias formas, é o uso de termos distintos correspondentes à idade relativa de irmãos do sexo oposto, como destacado no Quadro 5.

CODIFICAÇÃO DOS TRAÇOS TIPOLÓGICOS

A partir das definições apresentadas na seção anterior, avaliaram-se os sistemas terminológicos de parentesco nas 24 línguas da nossa amostra com base em nove caracterizações tipológicas, apresentadas no Quadro 6. Para dois traços referentes à primeira geração ascendente (+1) – fusão materna e fusão paterna –, procurou-se verificar em cada língua a presença de estados que caracterizassem equação, derivação ou diferenciação entre as relações investigadas. Assim, cada língua recebeu um valor categórico para esses traços: A = equação, B = derivação e C = diferenciação. Para os cinco traços referentes à mesma geração do ego (+0) – equação entre irmãos e primos paralelos, equação entre irmãos e primos cruzados, distinção de sexo do ego, idade relativa entre irmãos de mesmo sexo, idade relativa entre irmãos de sexo oposto – e para a bifurcação materteral e avuncular da primeira geração ascendente (+1), cada língua foi avaliada com base no critério de presença [1] ou ausência [0] desses traços. O valor [?] foi inserido quando os dados obtidos se mostraram insuficientes ou inconsistentes para avaliar com segurança determinada caracterização tipológica.

MODELO PARA A MUDANÇA DE CARACTERES TIPOLÓGICOS

A inferência da mudança dos caracteres tipológicos codificados e a reconstrução de seus estados ancestrais ao longo da árvore filogenética das línguas foram feitas no programa *Mesquite* v. 3.40 a partir de um modelo de evolução com base no critério de máxima parcimônia (Maddison, W.; Maddison, D., 2018). Dessa forma, a análise calcula o número de mudanças necessárias para que um traço na raiz gere a distribuição de traços observados nas taxas.



Em seguida, a análise seleciona a história evolutiva mais econômica de um dado traço, ou seja, aquela que exige o menor número de mudanças entre as taxas da árvore – as línguas atuais documentadas – até sua raiz Proto-Tupí-Guaraní.

Uma análise a partir de máxima parcimônia pressupõe que a transição do estado de um traço para outro estado em qualquer ramo da árvore tem o mesmo ‘custo’ em termos de cálculo da economia de mudanças⁸. Não se implementaram, na análise apresentada aqui, restrições nas transições entre os estados possíveis. Nem sempre a análise consegue identificar um único estado do traço em um nóculo da árvore e, por isso, há chances de existir um nóculo com múltiplos estados possíveis (Nunn, 2011, p. 59). No caso da impossibilidade de identificar um estado único para um traço na raiz da árvore, é importante explorar argumentos a favor de um determinado estado

Quadro 6. Caracterizações tipológicas do sistema de parentesco nas línguas sob investigação, com base nos seguintes parâmetros: A = fusão materna +1; B = fusão paterna +1; C = bifurcação materteral +1; D = bifurcação avuncular +1; E = equação entre irmãos e primos paralelos; F = equação entre irmãos e primos cruzados; G = distinção de sexo do ego +0; H = idade relativa +0, mesmo sexo; I = idade relativa +0, sexo oposto. (Continua)

Língua	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Aché	A	A	0	1	0	0	0	1	1
Anambé	?	?	?	1	?	?	1	1	1
Araweté	B	B	1	1	1	0	1	1	0
Asurini do Tocantins	A	A	1	1	1	0	1	1	0
Ava Canoeiro	?	?	?	?	?	?	1	1	0
Chiriguano	B	B	1	1	?	?	1	1	0
Emerillon	C	C	1	1	?	?	0	1	1
Guajá	B	B	1	1	1	0	1	0	0
Guaraní Kaiowá	B	B	1	1	1	1	1	1	1
Guaraní Mbya	B	B	1	1	1	1	1	1	0
Guaraní Paraguai	?	?	?	?	0	0	1	1	0
Guarayu	B	A	1	1	?	?	1	1	0
Kamaiurá	C	C	1	1	1	0	1	1	0
Kayabí	B	B	1	1	0	0	1	1	0
Ka'apor	A	A	1	1	1	0	1	0	0
Kukama-Kukamilla	B	C	0	0	0	0	1	0	0
Parakanã	B	B	1	1	1	0	1	1	0
Parintintin	C	C	1	1	1	0	0	?	?
Pauseerna	B	C	1	0	1	0	1	1	0
Sirionó	A	A	1	1	1	0	0	0	0
Tapirapé	C	C	1	1	1	1	1	1	0

⁸ Atualmente, usam-se métodos de parcimônia no estudo da evolução cultural de contos populares e na comparação das taxas de mudanças culturais em famílias linguísticas (Currie; Mace, 2014). No entanto, dá-se preferência a modelos mais sofisticados, como o de máxima verossimilhança, para a análise de conjuntos de dados maiores e mais complexos que os nossos, sobretudo quando há filogramas confiáveis disponíveis para a família linguística sob investigação. Ver também Walker et al. (2012) para a implementação de um modelo baseado em verossimilhança para a inferência de estados ancestrais de traços culturais em relação a Proto-Tupí.

Quadro 6.

(Conclusão)

Língua	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Tembé	B	B	1	1	1	1	1	1	0
Tupí Antigo	B	A	1	1	1	0	1	1	?
Wayampí	?	A	?	?	1	0	1	1	?

nesta posição ou contra ele, como a presença dos traços nas línguas irmãs de Proto-Tupí-Guaraní, Awetí e Mawé. Em todos os casos, a análise sempre seleciona a hipótese mais econômica para explicar a distribuição de todos os traços sob investigação, mesmo que, em alguns casos, algumas hipóteses descartadas possam explicar o desenvolvimento dos traços em um subconjunto de línguas, embora não da amostra inteira, de forma mais parcimoniosa.

RESULTADOS

GERAÇÃO ASCENDENTE +1

A análise de reconstrução dos estados ancestrais de fusão materna (M = MZ) e fusão paterna (F = FB) na primeira geração ascendente está apresentada na Figura 2.

Nota-se que, para o clado nuclear TG e subjacentes, em Michael et al. (2015) – todas as línguas, exceto Kamaiurá –, a análise reconstrói inequivocamente a derivação como o estado ancestral para fusão nesta geração. Devido ao Kamaiurá diferenciar os termos para tios e tias daqueles para pai e mãe, a análise não consegue reconstruir um estado único para Proto-Tupí-Guaraní. Tendo em vista que Awetí, a língua irmã de Proto-Tupí-Guaraní, também apresenta o termo *upizũ* 'tio paterno' derivado de *up* 'pai' (Drude, 2018), pode-se reconstruir, com segurança, que o termo em Proto-Tupí-Guaraní para tio paterno se derivava do termo para pai nesta língua. Embora o termo para tia materna em Awetí não tenha sido publicado em Galvão (1953) e Corrêa-da-Silva (2010), Drude (2018) nota que, em Awetí, ele é representado por *tywati'yt* 'tia materna', uma possível derivação do termo *ty* 'mãe', e que ambas as relações de M e MZ são tratadas

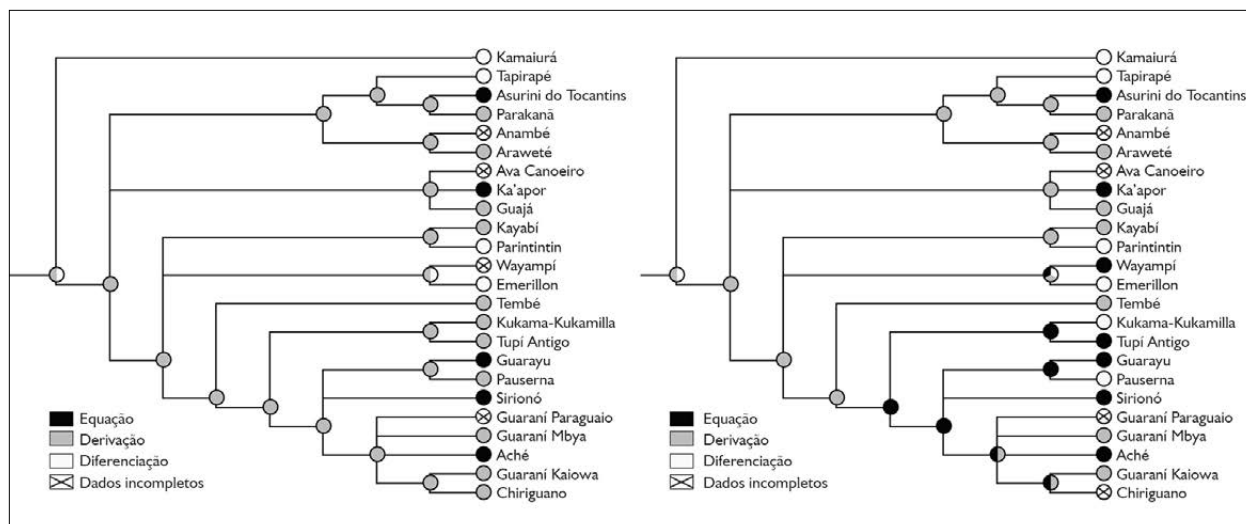


Figura 2. Reconstrução do estado ancestral de fusão na geração ascendente +1: equação entre termos para M e MZ (esquerda) e F e FB (direita).

pelo mesmo termo vocativo *ange*. A presença de derivação na fusão da geração ascendente em Awetí, a língua irmã de Proto-Tupí-Guaraní, fortalece a inferência de que PTG apresentava a derivação dos termos 'tia materna' e 'tio paterno' a partir dos termos para 'mãe' e 'pai'.

Em relação à bifurcação de termos na primeira geração ascendente, este traço ocorre em quase todas as línguas da amostra, como se pode ver no Quadro 6. As únicas exceções aparecem nos termos materterais de Aché, nos termos avunculares de Pauserna e em ambos os conjuntos de termos de Kukama-Kukamilla, todas línguas contidas no subgrupo *Diasporic* proposto por Michael et al. (2015). Assim, reconstrói-se, com segurança, a bifurcação na primeira geração ascendente em Proto-Tupí-Guaraní.

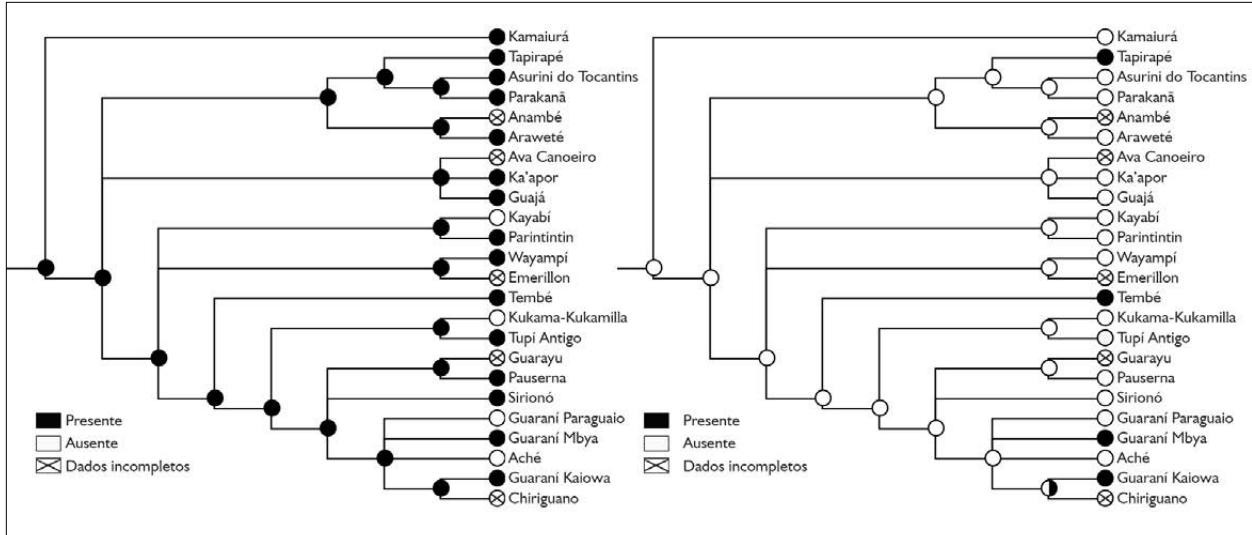


Figura 3. Reconstrução do estado ancestral de equação entre irmãos e primos: entre irmãos e primos paralelos (esquerda) e entre irmãos e primos cruzados (direita).

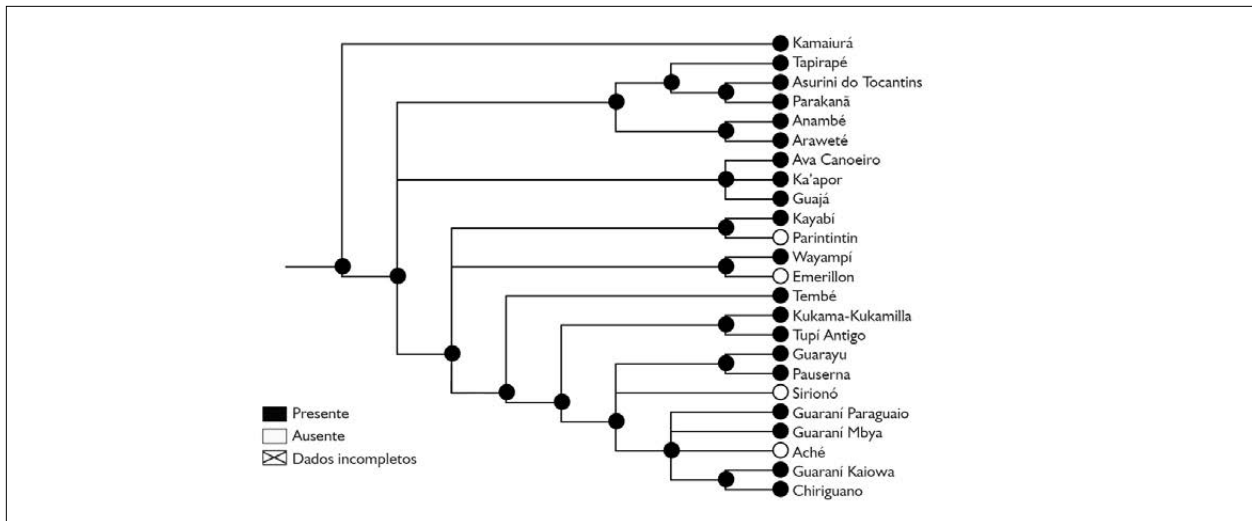


Figura 4. Reconstrução do estado ancestral da distinção no tratamento dos irmãos condicionado pelo sexo do ego.

GERAÇÃO DO EGO +0

A análise de reconstrução dos estados ancestrais de equação entre irmãos e primos paralelos e entre irmãos e primos cruzados está apresentada na Figura 3. Os resultados mostram a reconstrução inequívoca da equação entre irmãos e primos paralelos e da diferenciação entre irmãos e primos cruzados para PTG e para todos os subgrupos principais identificados por Michael et al. (2015).

A distinção terminológica entre termos de irmãos condicionada pelo sexo do ego está presente em quase todas as línguas da amostra, exceção feita às línguas Parintintin, Emerillon, Sirionó e Aché. Sendo esta a distribuição dos traços, a análise reconstrói inequivocamente a presença desta distinção em Proto-Tupí-Guaraní, como apresentado na Figura 4.

Para a reconstrução da distinção de idade relativa nos termos para irmãos, observa-se grande diferença entre o tratamento de irmãos do mesmo sexo do que o ego e o tratamento de irmãos do sexo oposto do que o ego, como se pode ver na Figura 5. Mesmo sendo uma das áreas de nosso banco de dados que mais apresenta lacunas, devido à falta de dados, nossa análise reconstrói inequivocamente a presença de tal distinção para irmãos do mesmo sexo do que o ego e também reconstrói sua ausência nos termos para irmãos do sexo oposto.

RECONSTRUÇÃO DE FORMAS LINGÜÍSTICAS

A língua Proto-Tupí-Guaraní (PTG) tem sido objeto de vários estudos que tencionaram reconstruir seu sistema fonológico e/ou aspectos de seu léxico e de sua gramática (Lemle, 1971; Rodrigues, 1985, 2005, 2007; Schleicher, 1998; Jensen, 1998; Mello, 2000). Nesta seção, resume-se de que modo esses trabalhos desenvolveram a reconstrução de termos de parentesco, comparando-se as propostas de reconstrução com as formas e as funções para os termos encontrados em nosso banco de dados⁹.

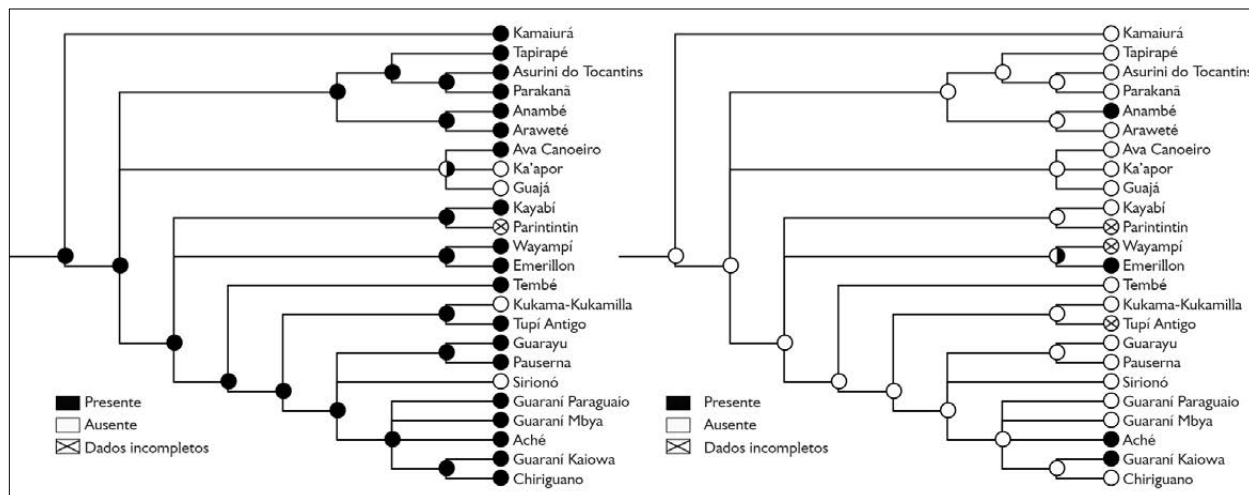


Figura 5. Reconstrução do estado ancestral da distinção de idade relativa nos termos para irmãos: irmãos do mesmo sexo (esquerda) e irmãos do sexo oposto (direita).

⁹ Note-se que não houve tentativa de propor novas reconstruções para termos de parentesco em PTG, pois esse é um trabalho que deve ser feito no âmbito de pesquisa minuciosa de correspondências fonéticas e fonológicas com um banco de dados lexicais muito maior do que o banco usado nesta pesquisa.

A partir de uma análise comparativa estritamente linguística com dados de 35 línguas Tupí-Guaraní, e através da identificação de correspondências sonoras regulares e sistemáticas, Mello (2000) reconstrói vários termos de parentesco, como termos distintos para tia materna, tia paterna e tio materno, todos, por sua vez, diferentes daqueles empregados para pai e mãe. É interessante notar que essa reconstrução não apresenta uma distinção terminológica para irmãos condicionada pelo sexo do ego, nem referente à idade relativa dos irmãos em relação ao ego. Publicações subsequentes aprimoraram a reconstrução dos termos apresentados em Mello (2000). Nas próximas subseções, apresenta-se o estado atual da reconstrução dos termos para a primeira geração ascendente (+1) e para a mesma geração do ego (+0).

Reconstrução dos termos da primeira geração ascendente (+1)

Os termos para 'pai' em 'mãe' foram reconstruídos desde a primeira reconstrução sistemática de Proto-Tupí-Guaraní em Lemle (1971). O termo para 'pai' em PTG foi primeiramente proposto como **ub* em Lemle (1971, p. 124). O termo com a forma **tub* foi reconstruído por Schleicher (1998, p. 350). Mello (2000, p. 201) apresenta a mesma forma vista em Schleicher (1998), mas sem seu 'prefixo relacional' *t-* como **ub*, e Rodrigues (2010, p. 8) deixa clara a segmentação da raiz e o prefixo relacional com a forma **t-ub*¹⁰. O termo reconstruído para 'mãe' em PTG foi proposto como **cy* em Lemle (1971, p. 122), que também foi adotado por Schleicher (1998) por também rejeitar uma distinção contrastiva entre **c* e **x* em PTG (Schleicher, 1998, p. 314, 334). Mello (2000, p. 201) reconstrói o termo **xy* 'mãe', cuja forma foi mantida em trabalhos posteriores.

É de Mello (2000) a primeira reconstrução que trata de termos avunculares e materterais em PTG. Sua reconstrução propõe o termo **tutyr* para 'tio materno', mantido em trabalhos subsequentes por outros autores. Tudo indica que a primeira proposta para 'tio paterno' foi a forma **ubyr* em Rodrigues (2010, p. 8), evidenciando que o termo é uma derivação de **ub* 'pai' mais o sufixo **-yr*, provavelmente cognato com o sufixo diminutivo *-kyra*, mencionado para Kukama-Kukamilla anteriormente. Mello (2000) reconstrói dois termos diferentes para 'tia' sem especificar qual é materna e qual é paterna: **aix*e 'tia 1' e **y'yr-* 'tia 2'. Em nosso banco de dados, reflexos de **aix*e estão presentes na maioria das línguas da nossa amostra, como *jaje*, em Kamaiurá, *-atse*, em Pauserna, e *yaise*, em Chiriguano, todos utilizados para referir-se à irmã do pai; pode-se reconstruir com confiança que este termo tinha o significado de 'tia paterna' em PTG. Rodrigues (2010, p. 8) revisa a reconstrução de 'tia materna' em PTG para **xy'yr*, mostrando que o termo é uma derivação de **xy* 'mãe'.

Reconstrução dos termos da mesma geração do ego (+0)

Os termos para parentes da mesma geração do ego receberam propostas de reconstrução somente a partir de Mello (2000). Como será visto a seguir, os termos da mesma geração do ego reconstruídos por Mello (2000) geralmente aludem aos termos referentes a egos masculinos. O termo para **yβyr* 'irmão' foi proposto em Mello (2000, p. 207), sem, contudo, especificar se se referia ao irmão de um homem ou ao irmão de uma mulher. Em nossos dados, veem-se reflexos de **yβyr* em Kamaiurá *iwyt*, Tapirapé *iwyra*, Asurini do Tocantins *ywyra*, Parakanã *ywyra*, Anambé *ewi*, Araweté *iwydy*, Kayabí *ewiret*, Tembé *iwyra*, Tupí Antigo *yby-kyra*, Guarayu *ybyr*, Pauserna *iwi*, Guaraní Paraguayo *yvy*, Aché *ywy*, Guaraní Kaiowa *iwy* e Chiriguano *ywy*. Este termo tem sempre o sentido de 'irmão menor' e, em todos os casos em que a língua apresente uma distinção do tratamento dos irmãos condicionado pelo sexo do ego, o termo refere-se ao 'irmão menor' ♂¹, seu provável sentido original em PTG. O termo **yke-'yr* 'irmão maior' ♂¹ foi proposto por Rodrigues

¹⁰ Para mais informações sobre os prefixos relacionais em línguas Tupí-Guaraní, ver Meira e Drude (2013).

(2007, p. 181), havendo reflexos dele em todas as línguas mencionadas para 'irmão menor ♂' e também na forma *eky'y* 'primo cruzado', em Wayampí. O termo **enyr* 'irmã', proposto por Mello (2000, p. 161), refere-se especificamente a 'irmã ♀' em PTG, por mostrar esse sentido em todas as línguas apresentadas com reflexos de **ybyr* 'irmão menor ♂'.

Os termos para parentes da mesma geração de egos femininos foram propostos somente a partir de Rodrigues (2007), com **yker* 'irmã maior ♀', **kypy'yr* 'irmã menor ♀' e **kywyr* 'irmão ♀'. Como o artigo em que essas reconstruções foram publicadas focava-se mais em proto-Tupí do que em Proto-Tupí-Guaraní, Rodrigues (2007) não apresenta os dados das línguas Tupí-Guaraní usadas que levaram a essas reconstruções. Em nosso banco de dados, existem reflexos evidentes para todas essas formas em quase todas as línguas que mantiveram a distinção de idade relativa entre irmãos do mesmo sexo e o tratamento diferenciado dos irmãos condicionado pelo sexo do ego, como em Tembé, no Quadro 4, e em Guaraní Kaiowá, no Quadro 5.

Atualmente, não há uma proposta para a reconstrução de termos distintos para primos paralelos em PTG, e não foi possível identificar cognatos potenciais para tais termos em nosso banco de dados senão os já empregados para referir-se aos irmãos. Isso coincide com os resultados apresentados na Figura 3, para a qual nossa análise inferiu que PTG tratava os primos paralelos com os mesmos termos que os dos irmãos.

Em relação aos termos para primos cruzados, tampouco se identificou, até este momento, alguma forma que apresente cognatos em várias línguas. Observaram-se várias estratégias para se referir aos primos cruzados nas línguas que os tratam de maneira diferente daquela usada para os primos paralelos. Por exemplo, em línguas cujos falantes praticam casamentos avunculares, é comum que o termo para 'esposa' seja utilizado para primas cruzadas de um ego masculino, como em Guajá e Wayampí, ou que se empregue algum outro indicador de potencial de casamento, como em Ka'apor. Também foram observados casos em que os termos de primos cruzados são descritivos a partir de outras relações que têm seus termos próprios, como em Asurini do Tocantins *se-sasé memyra* 'filho da nossa tia paterna' (Arnaud, 1963, p. 114-115). Em Araweté, por exemplo, é possível referir-se ao seu primo cruzado com o termo geral para primos cruzados *tiwã* ou com um termo descritivo como *toti ra'i re* 'filho do tio materno' (Viveiros de Castro, 1986, p. 395). São necessárias mais investigações comparativas sobre o tratamento de primos cruzados para identificar as estratégias utilizadas por falantes de PTG.

DISCUSSÃO

Nas seções anteriores, por meio da análise comparativa da distribuição de traços tipológicos dos sistemas terminológicos de parentesco nas línguas atuais, inferiu-se que a língua Proto-Tupí-Guaraní apresentava uma fusão bifurcada na primeira geração ascendente (+1). Também se concluiu que a mesma geração do ego (+0) apresentava termos diferentes para egos de sexos diferentes, que os primos paralelos foram tratados com a mesma terminologia que os irmãos, diferentemente dos primos cruzados. Cada ego distinguia a idade relativa dos irmãos do mesmo sexo, mas não do sexo oposto, e egos de sexos diferentes empregavam termos diferentes para referirem-se aos seus irmãos, sendo reais ou classificatórios (primos paralelos). Sendo assim, algumas das línguas na nossa amostra apresentam essa mesma estrutura nos seus termos. Nesse sentido, podem ser consideradas conservadoras, tais como Araweté e Parakanã.

Na seção anterior, também discutimos o estado atual das reconstruções linguísticas das formas dos termos de parentesco para PTG – a maioria proveniente de Mello (2000) e Rodrigues (2007) – e de que forma esses termos apresentam reflexos no nosso banco de dados. A Figura 6 apresenta os termos reconstruídos para PTG, mapeados sob a estrutura do sistema terminológico de parentesco inferido por nossa análise comparativa para egos masculinos.

Já a Figura 7 apresenta os termos reconstruídos para PTG sob a estrutura do sistema terminológico de parentesco inferido por nossa análise comparativa para egos femininos.

A estrutura do sistema terminológico de parentesco nas Figuras 6 e 7 mostra que a língua Proto-Tupí-Guaraní apresentava muitas semelhanças com o sistema prototípico iroquês na primeira geração ascendente e na mesma geração do ego (Dumont, 1953; Dousset, 2011). A única diferença é o uso do sufixo **-yr* para diferenciar o termo para tio paterno (FB) do termo para pai (F), e o termo para tia materna (MZ) do termo para mãe (M) na primeira geração ascendente, bem como as distinções de idade relativa e do sexo do ego na mesma geração do ego (+0). Assim, o sistema de PTG também é semelhante ao sistema de fusão bifurcada na primeira geração ascendente para Proto-Tupí proposto por Laraia (1971, p. 202-203), a partir de uma perspectiva etnológica, e por Rodrigues (2007), embora indiretamente, a partir de uma perspectiva linguística.

Ao encontro da problemática de Franz Boas mencionada na introdução, Laraia (1971, p. 202-203) observa que as inferências sobre as mudanças de um tipo de sistema de parentesco para outro entre as línguas Tupí estão limitadas pela falta de dados diacrônicos sobre essas mudanças. Infelizmente, esta carência se nota para a maioria das sociedades aqui investigadas, bem como faltam estudos sobre outros detalhes igualmente necessários à compreensão dos processos subjacentes às mudanças na organização social, tais como preferências de casamento, padrões de residência pós-casamento e mudanças demográficas. Embora esses dados existam para algumas sociedades Tupí-Guaraní, estas são restritas a apenas alguns sub-ramos da família linguística, dificultando a extrapolação de qualquer processo a todas as sociedades Tupí-Guaraní.

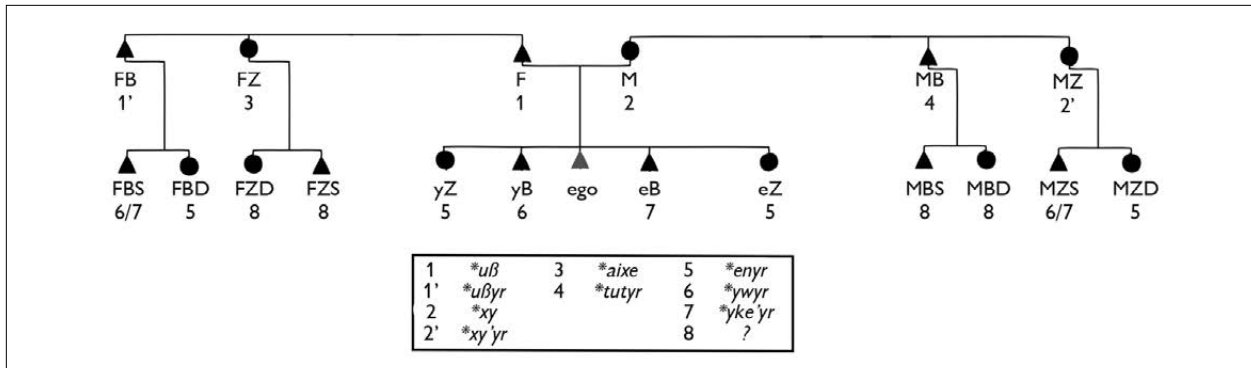


Figura 6. Reconstrução dos termos de parentesco em Proto-Tupí-Guaraní para ego masculino.

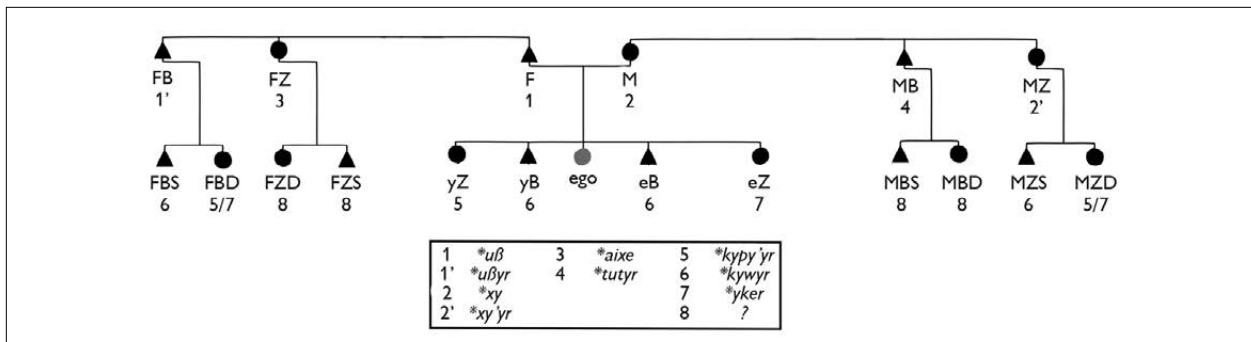


Figura 7. Reconstrução dos termos de parentesco em Proto-Tupí-Guaraní para ego feminino.

Há, no entanto, como descrito em Wagley (1977), o conhecido caso dos Tapirapé, um grupo Tupí-Guaraní que passou por mudanças na organização social durante o curso de observação por etnógrafos. Wagley (1977, p. 99) presume que, antes dos primeiros registros etnográficos, os Tapirapé provavelmente contavam com um sistema de parentesco do tipo iroquês e tinham uma preferência pelo casamento entre primos cruzados. Atualmente, a terminologia na geração do ego (+0), em Tapirapé, mostra um sistema do tipo havaiano, no qual todos os primos, paralelos e cruzados, são tratados como irmãos. Wagley (1977) conjectura que a preferência de casamento com primos cruzados foi perdida juntamente com a distinção terminológica entre primos cruzados e paralelos devido a uma mudança social estimulada pelo declínio demográfico, por ataques de grupos externos e pela intensa influência da sociedade nacional, entre outros fatores. Wagley (1977, p. 100) também afirma que, mesmo durante o curto período de observação etnográfica, a partir de 1935, houve uma diminuição no uso de termos de pais classificatórios para tia materna e tio paterno, com o emprego uso frequente de termos descritivos, como *xeu uraní* 'irmãzinha da minha mãe' para tia materna, em vez de *ampí* 'mãe'. Referindo-se às observações feitas em Shapiro (1968), ele atribui essas mudanças ao declínio da família extensa matrilocal e à ênfase da família nuclear como a unidade social central na sociedade Tapirapé. Além disso, observe-se que nossa análise dos termos para irmãos e primos na Figura 3 identificou uma mudança de um sistema anterior que distinguiu primos cruzados e paralelos para um que os condensa, de acordo com a hipótese de Wagley (1977), como também a mudança de uma primeira geração ascendente de fusão bifurcada para um sistema colateral bifurcado, como se vê na Figura 2¹¹. É importante notar também que, apesar de muitos grupos terem sofrido depopulação após o contato, apenas alguns da nossa amostra apresentam um sistema de terminologia para irmãos semelhante ao do Tapirapé, o que ressalta a dificuldade em fazer previsões claras sobre o impacto de fatores sociais, históricos e demográficos na terminologia de parentesco.

Aqui, apresentou-se uma metodologia para examinar as mudanças de traços culturais ao longo do tempo dentro de sociedades falantes de línguas da mesma família linguística por meio da qual esses desenvolvimentos puderam ser inferidos e certas hipóteses, testadas. Métodos filogenéticos comparativos, com enfoque na catalogação e na classificação de observações sobre línguas e culturas atuais, aperfeiçoam o nível de sistematização do trabalho etnológico e ajudam no diálogo com outras disciplinas, como a Linguística Histórica, gerando e testando hipóteses explícitas sobre o passado.

Neste trabalho, testaram-se algumas hipóteses sobre o sistema de parentesco da língua Proto-Tupí-Guaraní, usando a diversidade tipológica observada nos sistemas das línguas atuais. Os resultados confirmam algumas afirmações já feitas através de reconstrução linguística, como a derivação de certos termos avunculares e materais a partir dos termos para os pais, a distinção de idade relativa nos termos para irmãos do mesmo sexo do que o ego, e a variação dos termos para irmãos de acordo com o sexo do ego referente. Também se pôde afirmar através de nossa análise que os primos paralelos foram tratados terminologicamente da mesma forma do que os irmãos em PTG, diferentemente dos primos cruzados. Embora mais trabalhos devam ser feitos sobre os termos para as demais gerações em PTG, no intuito de melhor entender o sistema em sua totalidade, este pequeno estudo de caso apresentou uma abordagem possível para pensar e fazer inferências sobre o passado, usando a diversidade atual e uma aproximação da história das populações na forma de uma filogenia linguística.

¹¹ Balée (2014) observa a tendência para uma mudança de um sistema de parentesco de fusão bifurcada para um sistema colateral bifurcado na primeira geração ascendente nos dados de Ka'apor, coletados posteriormente aos usados neste estudo. Todavia, os dados não são claros em relação ao tratamento dado aos primos.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi financiada pelo *British Academy International Partnership Mobility Award*, por apoio concedido a J. B. e F. M. J. (PM160281), e também contou com o apoio do *European Research Council*, sob o programa de pesquisa e inovação *European Union's Horizon 2020* (projeto 639291, *Starting Grant VARIKIN*), e do *Leverhulme Research Fellowship* (47690), com apoio concedido a F. M. J., e da Fundação Volkswagen, com apoio concedido a J. B. por meio do programa *Documentation of Endangered Languages* (DoBeS) 92.740. Também somos gratos aos colegas pesquisadores, especialmente Rosa Vallejos Yopán, Warren Thompson, Eva-Maria Roessler, Marina Magalhães, Carlos Fausto, Louis Forline, Gustavo Godoy, Wolf Dietrich, Françoise Rose, Zach O'Hagan e Sebastian Drude, que contribuíram com informações e esclarecimentos sem os quais este trabalho dificilmente teria avançado. Nossos agradecimentos vão ainda para os editores e os pareceristas anônimos do *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, que, com suas críticas e sugestões, ajudaram a dar o formato atual deste artigo.

REFERÊNCIAS

- ANCHIETA, José de. **Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil**. Coimbra: Antonio de Mariz, 1595.
- ARAUJO, Antonio de. **Catecismo na lingoa brasilica, no qual se contem a summa da doctrina christã**. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1618.
- ARNAUD, Expedito; GALVÃO, Eduardo. Notícia sobre os índios Anambé (Rio Caiari, Pará). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova Série, Antropologia**, Belém, n. 42, p. 1-18, set. 1969.
- ARNAUD, Expedito. A terminologia de parentesco dos índios Asurini. **Revista do Museu Paulista, Nova Série**, São Paulo, n. 14, p. 105-119, 1963.
- BALÉE, William. Charles Wagley on changes in Tupí-Guaraní kinship classification. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 9, n. 3, p. 645-659, set./dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-81222014000300007>.
- BARBOSA, A. Lemos. **Curso de Tupi Antigo: gramática, exercícios, textos**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.
- BOAS, Franz. **Race, language and culture**. New York: Macmillan, 1948.
- BOAS, Franz. The methods of Ethnology. **American Anthropologist, New Series**, Hoboken, v. 22, n. 4, p. 311-321, 1920.
- CORMIER, Loretta A. **Kinship with monkeys: the Guajá foragers of eastern Amazonia**. New York: Columbia University Press, 2003.
- CORRÊA-DA-SILVA, Beatriz Carretta. **Mawé/Awetí/Tupí-Guaraní: relações linguísticas e implicações históricas**. 2010. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- CURRIE, Thomas E.; MACE, Ruth. Evolution of cultural traits occurs at similar relative rates in different world regions. **Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences**, London, v. 281, n. 1795, p. 20141622, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1098/rspb.2014.1622>.
- DIETRICH, Wolf. Conservação e inovação no campo léxico do parentesco: o caso do Mbyá e do Guaraní paraguaio (Tupí-Guaraní). **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 195-216, jul. 2014.
- DIETRICH, Wolf. **El idioma Chiriguano: gramática, textos, vocabulário**. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1986. (Colección Amerindia).
- DOOLEY, Robert A. **Léxico Guaraní, dialeto Mbyá com informações úteis para o ensino médio, a aprendizagem e a pesquisa linguística**. Cuiabá: Summer Institute of Linguistics, 2006.
- DOUSSET, Laurent. Understanding human relations (kinship systems). In: THIEBERGER, Nicholas (ed.). **The Oxford handbook of linguistic fieldwork**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 209-234. DOI: <http://dx.doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199571888.013.0010>.



DRUDE, Sebastian. [Correspondência]. Destinatário: Joshua Birchall. [S.l.], abr. 2018. E-mail.

DUMONT, L. The Dravidian kinship terminology as an expression of marriage. *Man*, New York, v. 53, p. 34-39, Mar. 1953. DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/2794868>.

DUNN, Michael. Language phylogenies. In: BOWERN, Claire; EVANS, Bethwyn (ed.). **The Routledge handbook of historical linguistics**. London: Routledge, 2015. p. 190-211.

EPPS, Patience. Historical linguistics and socio-cultural reconstruction. In: BOWERN, Claire; EVANS, Bethwyn (ed.). **The Routledge handbook of historical linguistics**. London: Routledge, 2015. p. 579-597.

FAUSTO, Carlos. De primos e sobrinhas: terminologia e aliança entre os Parakanã (Tupí) do Pará. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (org.). **Antropologia do parentesco: estudos ameríndios**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995. p. 61-119.

GALVÃO, Eduardo. Cultura e sistema de parentesco das tribos do Alto Rio Xingu. **Boletim do Museu Nacional, Nova Série, Antropologia**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 1-56, 1953.

GALVÃO, Eduardo; WAGLEY, Charles. O parentesco Tupi-Guarani. **Boletim do Museu Nacional, Nova Série, Antropologia**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 1-24, jan. 1946.

GARCIA, Uirá Felipe. **Karawara: a caça e o mundo dos Awá-Guajá**. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/T.8.2011.tde-26072011-145355>.

GRAY, Russell D.; GREENHILL, Simon J.; ROSS, Robert M. The pleasures and perils of darwinizing culture (with phylogenies). **Biological Theory**, Berlin, v. 2, n. 4, p. 360-375, Dec. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1162/biot.2007.2.4.360>.

GRENAND, Françoise. **Dictionnaire wayâpi-français: lexique français-wayâpi**. Paris: Peeters: SELAF, 1989. (Langues et Sociétés d'Amérique Traditionnelle, v. 1).

GUASCH, Antonio. **El idioma guaraní: gramática, lecturas, vocabulario doble**. 2. ed. Buenos Aires: J. Torres, 1948.

HOELLER, Alfredo. **Guarayo-Deutsches Wörterbuch**. Hall in Tirol: Verlag der Missionprokura der P. P. Franziskaner, 1932.

HOLMBERG, Allan R. **Nomads of the long bow: the Siriono of Eastern Bolivia**. Washington: Smithsonian Institution: Institute of Social Anthropology, 1950. (Publication, n. 10).

HURALT, Jean-Marcel; FRESNAY, P. Les indiens Émerillon de la Guyane Française. **Journal de la Société des Américanistes**, Paris, n. 52, p. 133-156, 1963.

JENSEN, Cheryl. Comparative Tupí-Guaraní morphosyntax. In: DERBYSHIRE, Desmond C.; PULLUM, Geoffrey K. (ed.). **Handbook of Amazonian languages**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. v. 4, p. 487-618.

JORDAN, Fiona. A phylogenetic analysis of the evolution of Austronesian sibling terminologies. **Human Biology**, Washington, v. 83, n. 2, p. 297-322, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.3378/027.083.0209>.

JULIÃO, Maria Risolêta Silva. **Aspects morphosyntaxiques de l'Anambé**. 2005. Thesis (PhD in Linguistics) – Université Toulouse-Le Mirail, Toulouse, 2005.

KAKUMASU, James Y.; KAKUMASU, Kiyoko. **Dicionário por tópicos Kaapor-Português**. Cuiabá: Associação Internacional de Linguística-SIL Brasil, 2007.

LARAIA, Roque de Barros. A estrutura do parentesco tupí. In: GUDSCHINSKY, Sarah C. (ed.). **Estudos sobre línguas e culturas indígenas**. Brasília: Instituto Linguístico de Verão, 1971. p. 174-212.

LEMLE, Miriam. Internal classification of the Tupi-Guarani linguistic family. In: BENDOR-SAMUEL, David (ed.). **Tupi studies I**. Norman: Summer Institute of Linguistics of the University of Oklahoma, 1971. p. 107-129. (Summer Institute of Linguistics Publications in Linguistics and Related Fields, v. 29).



- LÉVI-STRAUSS, Claude; KUSSELL, Peter. Interview: Claude Lévi-Strauss. **Diacritics**, Baltimore, v. 1, n. 1, p. 44-50, 1971.
- MACDONALD, J. Frederick. Some considerations about Tupi-Guarani kinship structures. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova Série, Antropologia**, Belém, n. 26, p. 1-20, 1965.
- MACE, Ruth; PAGEL, Mark. The comparative method in Anthropology. **Current Anthropology**, Chicago, v. 35, n. 5, p. 549-564, 1994.
- MADDISON, Wayne P.; MADDISON, David R. **Mesquite**: a modular system for evolutionary analysis. Versão 3.40. Corvallis, OR, 2018.
- MEIRA, Sérgio; DRUDE, Sebastian. A summary reconstruction of proto-Maweti-Guaraní segmental phonology. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 10, n. 2, p. 275-296, maio/ago. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-81222015000200005>.
- MEIRA, Sérgio; DRUDE, Sebastian. Sobre a origem histórica dos "prefixos relacionais" das línguas Tupí-Guaraní. **Cadernos de Etnolinguística**, v. 5, n. 1, p. 1-30, maio 2013.
- MELLO, Antônio Augusto Souza. **Estudo histórico da família linguística Tupí-Guaraní**: aspectos fonológicos e lexicais. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2000.
- MICHAEL, Lev; CHOUSOU-POLYDOURI, Natalia; BARTOLOMEI, Keith; DONNELLY, Erin; MEIRA, Sérgio; WAUTERS, Vivian; O'HAGAN, Zachary. A Bayesian phylogenetic classification of Tupí-Guaraní. **LIAMES: Línguas Indígenas Americanas**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 193-221, jul./dez. 2015.
- NUNN, Charles L. **The comparative approach in evolutionary anthropology and biology**. Chicago: University of Chicago Press, 2011.
- O'HAGAN, Zachary. Restructuring of Proto-Omagua-Kukama kin terms. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 1, p. 65-78, jan./abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000100005>.
- PEGGION, Edmundo Antônio. **Forma e função**: uma etnografia do sistema de parentesco Tenharim (Kagwahív, AM). 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- RAMIREZ, Henri; VEGINI, Valdir; FRANÇA, Maria Cristina Victorino de. O warázu do Guaporé (tupi-guarani): primeira descrição linguística. **LIAMES: Línguas Indígenas Americanas**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 411-506, jul./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20396/liames.v17i0.8647468>.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Linguistic reconstruction of elements of prehistoric Tupi culture. In: CARLIN, Eithne B.; VAN DE KERKE, Simon (ed.). **Linguistics and Archaeology in the Americas**: the historization of language and society. Leiden: Brill, 2010. p. 1-10. (Brill's Studies in Indigenous Languages of the Americas, v. 2).
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. As consoantes do Proto-Tupí. In: CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara; RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (org.). **Línguas e culturas Tupí**. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2007. v. 1, p. 167-203.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. As vogais orais do Proto-Tupí. In: RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara (org.). **Novos estudos sobre línguas indígenas**. Brasília: Editora UnB, 2005. p. 35-46.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; DIETRICH, Wolf. On the linguistic relationship between Mawé and Tupí-Guaraní. **Diachronica**, Amsterdam, v. 14, n. 2, p. 265-302, Jan. 1997. DOI: <https://doi.org/10.1075/dia.14.2.04rod>.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Relações internas na família linguística Tupi-Guarani. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 27-28, p. 33-53, 1985.
- ROSE, Françoise. [Correspondência]. Destinatário: Joshua Birchall. [s.l.], mar. 2018. E-mail.
- ROSE, Françoise. On male and female speech and more: a typology of categorical gender indexicality in indigenous South American languages. **International Journal of American Linguistics**, Chicago, v. 81, n. 4, p. 495-537, 2015.
- RUIZ DE MONTOYA, Antonio. **Tesoro de la lengua guarani**. Madrid: Iuan Sanchez, 1639.



SCHLEICHER, Charles O. **Comparative and internal reconstruction of the Tupi-Guarani language family**. 1998. Thesis (PhD in Linguistic) – University of Wisconsin, Madison, 1998.

SEKI, Lucy. **Gramática Kamaiurá: língua Tupi-Guarani do Alto Xingu**. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. (Coleção Pesquisas).

SHAPIRO, Judith. Tapirapé kinship. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova Série, Antropologia**, Belém, n. 37, p. 1-37, 1968.

SILVA, Cristhian Teófilo da. **Cativando Maira: a sobrevivência Avá-Canoeiro no alto rio Tocantins**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

THOMPSON, Warren. Kin on the Wing: patterns in residence, mobility, and alliance for Ache hunter-gatherers. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 1, p. 131-145, jan./abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.812.22019000100009>.

TYLOR, Edward E. On a method of investigating the development of institutions applied to the laws of marriage and descent. **The Journal of the Royal Anthropological Institute**, Hoboken, v. 18, n. 3, p. 245-272, 1889.

VALLEJOS, Rosa; AMÍAS MURAYARI, Rosa. **Diccionario Kukama-Kukamiria Castellano**. Iquitos: Programa de Formación de Maestros Bilingües de la Amazonía Peruana-FORMABIAP: Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana-AIDSESP: Instituto Superior de Educación Público Loreto-ISEP, 2015. (Construyendo Interculturalidad).

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; FAUSTO, Carlos. La puissance et l'acte. La parenté dans les basses terres de l'Amérique du Sud. **L'Homme**, Paris, n. 126-128, t. 33, p. 141-170, 1993.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Araweté: os deuses canibais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

WAGLEY, Charles. **Welcome of tears: the Tapirapé indians of Central Brazil**. New York: Oxford University Press, 1977.

WALKER, Robert S.; WICHMANN, Søren; MAILUND, Thomas; ATKISSON, Curtis J. Cultural phylogenetics of the Tupi language family in lowland South America. **PLoS ONE**, São Francisco, v. 7, n. 4, p. e35025, Apr. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0035025>.

WEISS, Helga E. Kayabí (Tupian) kinship terminology. In: MERRIFIELD, William R. (ed.). **South American kinship: eight kinship systems from Brazil and Colombia**. Dallas: International Museum of Cultures, 1985. p. 113-122. (Publications in Ethnography, v. 18).



Termos de parentesco: primeiras reconstruções em Proto-Arara-Ikpeng Kinship terms: initial reconstructions in Proto-Arara-Ikpeng

Ana Carolina Ferreira-Alves^I, Angela Fabíola Alves Chagas^{II}, Leonard Jéferson Grala Barbosa^{II}

^IUniversidade Federal do Amazonas. Manaus, Amazonas, Brasil

^{II}Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil

Resumo: Sobre a classificação genética da família linguística Karíb, Meira e Franchetto (2005) propõem que o ramo pekodiano é formado pelas línguas Bakairi, Arara e Ikpeng, sendo que estas duas últimas estão no limite do que pode ser considerado como dialetos de uma mesma língua. Por sua vez, os falantes de Arara e Ikpeng alegam ser parentes próximos e relatam um nível razoável de inteligibilidade: conseguem, em geral, conversar com sucesso, embora encontrem, às vezes, dificuldades de compreensão. Para o referido estudo, os autores utilizaram dados lexicais provenientes apenas das línguas Bakairi e Ikpeng, pressupondo esta última como codialeto de Arara. O presente artigo busca realizar um estudo comparativo entre Arara e Ikpeng, utilizando, para isso, termos de parentesco. Para uma compreensão holística das semelhanças e diferenças entre essas duas línguas, buscamos realizar análises tanto do ponto de vista linguístico – comparando as formas dos termos de parentesco – quanto antropológico, cotejando os sistemas apontados por etnografias existentes. Os dados linguísticos, por sua vez, são provenientes de trabalhos de campo realizados nas comunidades Arara e Ikpeng por Ana Carolina Ferreira Alves (nos anos de 2014 a 2017) e por Angela Fabíola Alves Chagas (em 2012), respectivamente.

Palavras-chave: Língua Arara. Língua Ikpeng. Termos de parentesco. Linguística histórica. Reconstrução.

Abstract: On the genetic classification of the Cariban language family, Meira and Franchetto (2005) propose a branch they term 'Pekodian', which includes Bakairi, Arara, and Ikpeng. The latter two languages are on the border of the language-dialect distinction; speakers of both varieties claim to be close relatives and report a reasonable level of mutual intelligibility, and while they can successfully converse, there are occasional comprehension difficulties. Meira and Franchetto used lexical data from only the Bakairi and Ikpeng languages, implicitly assuming that Arara and Ikpeng are co-dialects. The present work compares Arara and Ikpeng kinship terms. In order to obtain a holistic understanding of the differences between these languages we undertake analyses which are both linguistic (comparing the forms of kinship terms) and anthropological (comparing the systems described in existing ethnographies). The language data come from fieldwork conducted in Arara communities by Ana Carolina Ferreira Alves from 2014 to 2017 and in Ikpeng communities by Angela Fabíola Alves Chagas in 2012.

Keywords: Arara language. Ikpeng language. Kinship terms. Historical linguistics. Reconstruction.

FERREIRA-ALVES, Ana Carolina; CHAGAS, Angela Fabíola Alves; BARBOSA, Leonard Jéferson Grala. Termos de parentesco: primeiras reconstruções em Proto-Arara-Ikpeng. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 1, p. 101-119, jan.-abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000100007>.

Autora para correspondência: Ana Carolina Ferreira Alves. Universidade Federal do Amazonas. Faculdade de Educação. Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1200 - Coroado I. Manaus, AM, Brasil. CEP 69067-005 (carolfalves@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2600-8281>.

Recebido em 15/03/2018

Aprovado em 21/03/2019



INTRODUÇÃO

Este artigo constitui-se em um trabalho com influência de metodologia interdisciplinar (Japiassu, 1976) e busca, a partir da convergência entre antropologia e linguística, a compreensão de termos do sistema de parentesco do Proto-Arara-Ikpeng. O Arara e o Ikpeng são codialeto (Meira; Franchetto, 2005) pertencentes ao ramo pekodiano da família linguística Karíb (Meira, 2006; Gildea, 2012). Para alcançar o referido objetivo, do ponto de vista da organização dos sistemas de parentesco, foi realizada a comparação entre dados obtidos por Teixeira-Pinto (1997) e Menget (2001). A partir de dados primários obtidos por Ana Carolina Ferreira Alves e Angela Fabíola Alves Chagas e do trabalho de reconstrução dos fonemas do Proto-Arara-Ikpeng (em fase de elaboração)¹, é proposta, neste artigo, a reconstrução de alguns termos de parentesco presentes na protolíngua. Os dados de Ferreira-Alves, coletados no período de 2014 a 2017, foram obtidos a partir de elicitaciones (Chelliah; De Reuse, 2011) com falantes adultos com idades entre 30 e 37 anos, bilíngues em arara e em português, e residentes na comunidade conhecida como Cachoeira-Seca do Iriri. Chagas, por sua vez, obteve seus dados em 2012 utilizando seções de elicitación e/ou entrevistas (Bower, 2008) com falantes bilíngues, jovens adultos entre 20 e 35 anos, que habitam a comunidade Moygu. O viés interdisciplinar permitiu associar os termos com relações sociais e usos que apresentam particularidades histórico-culturais. Por outro lado, compreende-se que essa associação, como apresentada neste estudo, longe de ser exaustiva, tem caráter exemplificativo, necessitando ainda de maior aprofundamento.

O povo Arara vive às margens do rio Iriri, um afluente do médio rio Xingu, no estado do Pará. Sua crescente população está em torno de 650 pessoas². Atualmente, o povo que se autodenomina *ugrongmo* [*ug^oron^o'mo*] distribui-se em quatro aldeias: Laranjal, Manggarapi, Arumbi e Iriri. A comunidade residente na aldeia Iriri viveu um processo histórico diferenciado em relação aos grupos Arara residentes das demais comunidades, de modo que, desde o contato, já se verificavam modificações e particularidades (Ferreira-Alves; Barbosa, 2017). A análise do sistema de parentesco Arara que fundamenta este estudo é encontrada nos estudos antropológicos realizados por Teixeira-Pinto (1989, 1993, 1997).

O povo Ikpeng habita o Parque Indígena do Xingu, no estado do Mato Grosso, e conta com cerca de 500 indivíduos, que se distribuem em quatro aldeias: Moygu, Rawo e Arayo, às margens do rio Xingu, e Tupara, às margens do rio homônimo. O sistema de parentesco do povo Ikpeng foi analisado por Menget (1977, 2001). Os dados que deram origem à pesquisa foram coletados pelo referido autor no início da década de 1970, em um período recente após o contato com os não indígenas. Em 2012, Chagas, em pesquisa de campo, coletou com os residentes da aldeia Moygu uma lista de termos de parentesco que também foram utilizados neste trabalho.

Utiliza-se, neste artigo, a noção de Tornay (1971) sobre parentesco, segundo a qual as relações são geradas tanto por fenômenos de consanguinidade – isto é, aquelas em que as pessoas reconhecem ter ao menos um antepassado comum – quanto por fenômenos de aliança – caracterizada pela relação criada por casamento, entre outras situações. Assim, a conceituação de parentesco apresenta uma natureza tanto biológica quanto, e sobretudo, sociocultural. No presente estudo, são apresentados apenas os termos relacionados à consanguinidade, 'mãe, pai, irmãos, tios, avós etc.', indicando a necessidade de trabalho futuro que venha a relacionar os demais aspectos que

¹ "Fonologia segmental do Proto-Arara-Ikpeng", de autoria de Ana Carolina Ferreira-Alves.

² Segundo o último censo, os Arara contavam com 571 pessoas e os Ikpeng com 505 (IBGE, 2010). É plausível admitir que este número seja maior atualmente.

interagem em cada um dos sistemas de parentesco³, bem como os processos que configuram as estruturas familiares evidenciadas pelos nomes adotados.

Este artigo organiza-se em duas seções. Na primeira parte, são tecidas algumas considerações sobre possíveis aproximações entre os sistemas de parentesco propostos por Menget (2001) e Teixeira-Pinto (1997). No segundo momento, há uma comparação da forma dos termos, para o que são utilizados dados coletados em campo pelas autoras, assim como termos encontrados em literatura prévia (Menget, 2001; Teixeira-Pinto, 1997; Souza, S., 2010). Apenas fontes de dados secundários são indicadas. Por meio do método histórico comparativo (Campbell, 1998), foi reconstruído (tentativamente) um conjunto de termos de parentesco do Proto-Arara-Ikpeng.

A seguir, apresentam-se considerações sobre a proximidade dos sistemas de parentesco em Arara e Ikpeng, bem como sobre a proximidade de uso dos dois sistemas, o que deverá estimular mais estudos comparativos entre essas línguas.

SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO SOCIAL

Apresentam-se, nesta seção, os principais sistemas de classificação social que envolvem os termos de parentesco para o Arara e o Ikpeng. É importante salientar que estes sistemas não são constituídos enquanto verdades absolutas. Como aponta Silva (1999), as esferas dos estudos de parentesco são compostas de múltiplos campos. O que se busca aqui não é uma correspondência termo a termo entre vocábulos utilizados e as atitudes correspondentes. Outro aspecto a ser reafirmado de antemão é que os sistemas nos quais nos baseamos foram descritos por Teixeira-Pinto e Menget para as duas línguas estudadas, não havendo a possibilidade de contestá-los ou validá-los no atual momento desta pesquisa. Essas afirmativas são relevantes no sentido de que não há, no presente momento, possibilidade de indicarmos com maior clareza quando um dado sistema é horizontal ou oblíquo⁴, uma vez que podem haver variações e lacunas ainda não sanadas em relação aos dados disponíveis.

Algumas características gerais, comuns aos dois grupos étnicos, de importância para o entendimento das classificações sociais, são apresentadas a seguir. Segundo Teixeira-Pinto (1993, 1997) e Menget (2001), Arara e Ikpeng apresentam tendência à uxorilocalidade⁵, porém, em casos de casamento com mais de uma esposa, esta característica se torna variável. Às vezes, opta-se pelo casamento com a irmã da esposa, o que resolve este embaraço e reduz a quantidade de obrigações do marido para com o sogro (Teixeira-Pinto, 1997).

Teixeira-Pinto (1993, 1997) descreve e justifica a existência de dois modos de classificação social em Arara, aos quais o autor também se refere como um sistema semicomplexo. Já Menget (2001), embora não use a mesma forma de expressão e não explicita a existência de dois 'sistemas' em Ikpeng, afirma que há dupla utilização de séries genealógicas, como em um sistema misto. Isso deixa a entender que, possivelmente, o sistema descrito por ele é um resquício de sistemas passados semelhantes ao que se verifica atualmente em Arara, cuja mesma série de termos tem dupla utilização, uma dentro de cada sistema. Esta dupla utilização do mesmo conjunto de termos classificatórios demonstra que a existência de polissemias só pode ser compreendida considerando-se características de mais de um

³ 'Sistema de parentesco' pode ser compreendido como a combinação de ao menos três tipos de relações basilares: de consanguinidade, de descendência e de afinidade. Para uma discussão mais ampliada sobre essa articulação, especialmente como se consolidam em âmbito de grupos de língua Karíb (e outros indígenas brasileiros), ver Viveiros de Castro (1986, 1996) e Rivière (1984).

⁴ Para um panorama de discussões sobre sistemas horizontais e oblíquos em línguas Karíb, consultar Rivière (1984) e Silva (1999, 2010).

⁵ Os termos uxorilocal ou matrilocal referem-se ao costume tradicional em que, após o casamento, os cônjuges mudam-se para a casa dos pais da esposa ou para a sua comunidade.

sistema de classificação, ressaltando a complexidade da organização de parentesco dos Arara e dos Ikpeng. Tais sistemas ocorreriam paralelamente, não simultaneamente. Algumas observações iniciais a respeito dos sistemas de classificação alternativos são oferecidas a seguir.

ASPECTOS DOS SISTEMAS DE PARENTESCO CONSANGUÍNEO DOS ARARA E DOS IKPENG

Segundo Teixeira-Pinto (1997), as relações sociais dos Arara são por eles classificadas segundo três lógicas: concepções nativas de parentesco; relações de aliança e de afinidade; e relações mais ou menos formais de 'amizade', cooperação e solidariedade. Todas essas, segundo o autor, são organizadas pela identidade de substância⁶ e pelas interações sociais delas decorrentes, que organizariam as relações de parentesco, objeto deste artigo.

As relações de parentesco, segundo Souza, M. (2004), podem, de um modo geral, ser demonstradas pela variação proximidade/distância entre as pessoas. Nesse sentido, poderia ser privilegiada uma análise que trate das relações de afinidade potencial, como sugere Viveiros de Castro (2000). As unidades que sobressaem, quando se consideram as relações sociais em Arara, são os grupos residenciais, compostos por diversos núcleos familiares. A estrutura da casa, por sua vez, está centrada na figura de um homem já velho, pai da maior parte das mulheres e sogro dos homens adultos. Antes do contato definitivo, o homem velho, a(s) esposa(s), as filhas e filhos solteiros, as filhas casadas e os genros viviam em uma grande casa comunal (Teixeira-Pinto, 1997). O 'grupo residencial' pode ser entendido, de forma simplificada, como a casa, desde que idealmente regida pelas lógicas da uxorilocalidade e da cooperação/serviço a ser prestado aos sogros e aos cunhados. Atualmente, os núcleos familiares passam a morar separadamente, especialmente após as ações de mitigação da Usina Hidrelétrica Belo Monte (Ferreira-Alves; Barbosa, 2017).

Quanto ao Ikpeng, Menget (2001) apresenta a lógica de entendimento do sistema de parentesco como diretamente relacionada ao núcleo familiar que se encontra ligado ao fogo no interior da residência e especialmente ao sistema de nomeação, o que não foi identificado em Arara por Teixeira-Pinto (1993, p. 200): "Os Araras nada mostram sobre um 'sistema de transmissão de nomes' que operasse na fronteira entre uma dimensão cerimonial e outra marcada pelas relações de 'sangue'"⁷.

Em Arara, há um conjunto de poucos termos de parentesco. Teixeira-Pinto (1997) aponta um total de dezoito (18) termos consanguíneos, entre os quais o homem se utiliza de treze (13), sendo oito (8) exclusivos, enquanto a mulher usa apenas dez (10), incluindo cinco (5) de seu uso exclusivo. Mulheres chamam a todos na primeira geração descendente (G-1) de *imren*, independente do sexo, o que reduz o número de categorias disponíveis. De maneira geral, o autor sintetiza que a classificação social se dá mais por definição de graus de proibição matrimonial do que por prescrição explícita. Menget (2001) aborda o mesmo tema, em Ikpeng, dando enfoque maior ao grau de proximidade/distância. Nesses aspectos, Menget (2001), a partir de uma análise diferente da realizada para o Arara, em que ele inclui em sua contagem termos consanguíneos e termos de afinidade, chega a um total de vinte e cinco (25) possibilidades, sendo dez (10) de uso comum a ambos os sexos, dez (10) de uso exclusivo dos homens

⁶ Por 'substância' entende-se o princípio vital líquido do qual compartilham todos os seres. Alguns exemplos são o sangue, o sêmen, o suor, a saliva etc. É importante mencionar que Menget (1977, 2001) chega a perceber a questão da substância influenciando as relações, porém não aprofunda sua análise. Podemos considerar que, de acordo com Teixeira-Pinto (1997), a substância e o seu ciclo organizam o sistema e promovem ajustes quando necessário; já para Menget (1977, 2001), as incongruências do sistema seriam ordenadas pela onomástica (mais ligada a uma explicação das alianças). Barros (1992) também salienta a importância da substância vital *ekuru* ou, simplesmente, *kuru* entre os Bakairi.

⁷ Durante um intercâmbio entre os Arara, da aldeia Iriri, e os Ikpeng, foi presenciada a cessão do nome da matriarca da aldeia Iriri a uma jovem Ikpeng. Talvez alguma prática onomástica semelhante à dos Ikpeng tenha existido entre os Arara, embora atualmente tenha caído em desuso.

e apenas cinco (5) de uso exclusivo de mulheres. Desse total, apenas dezenove (19) são utilizados entre parentes consanguíneos. Segundo ele, não há uma classe explícita de parentes interdita para relações sexuais, mas isso não quer dizer que eles não sigam uma lógica de proibições⁸.

Os níveis geracionais relevantes em Arara são G+2, G+1, G+0, G-1, G-2. Com um único conjunto de termos, as classificações juntam traços 'havaianos' (por exemplo, FZS=MBS=B⁹) com equações semelhantes às equações dos sistemas ditos Crow-Omaha¹⁰ (por exemplo, FZ=FM). Veja que o autor aponta 'traços' dos referidos sistemas e prefere identificá-los como 'horizontal' e 'oblíquo', respectivamente. Tais sistemas mostram-se complementares, sendo o primeiro tido como base para o sistema de classificação como um todo, no sentido de que os mesmos dezoito (18) termos referem-se a dois conjuntos classificatórios paralelos. O sistema horizontal opera entre membros de um mesmo grupo residencial, enquanto que o oblíquo atua entre pessoas de grupos residenciais distintos. Por exemplo, ego masculino utiliza o termo *enpi* para chamar MM, MF enquanto está solteiro; tendo casado e, por isso, como novo residente da casa dos pais da esposa, chama *enpi* agora para FZ, quando FZ=MF=MM. Reitera-se que os termos são os mesmos, o que muda são as relações de parentesco por eles endereçadas. Em Ikpeng, também são descritas equações oblíquas, nas quais parentes colaterais são tratados como membros de gerações posteriores ou anteriores à geração de ego.

No sistema havaianizado, há distinção por sexo e geração, distinção de idade na mesma geração e indistinção de sexo em G-2. Quanto à idade relativa, ego masculino faz distinção entre yB e eB e ego feminino distingue yZ e eZ. Além disso, na primeira geração ascendente, F≠(FB=MB) (imĩ F; awon FB, MB), mas M=MZ=je. Os termos de parentesco apresentados por Teixeira-Pinto (1997), segundo sua classificação com traços havaianos para ego masculino, são oferecidos no modelo arbóreo da Figura 1¹¹. Na Figura 2, são apresentados os termos em Ikpeng.

Como se pode verificar na Figura 1, em Arara, primos e primas cruzados (MBS, MBD, FZS, FZD) e paralelos (MZS, MZD, FBS, FBD) bilaterais são equacionados a irmãos e irmãs. No caso do Ikpeng, verifica-se, na Figura 2, que apenas primos paralelos são assimilados aos irmãos. Veja também que, em Ikpeng, os sobrinhos, os filhos e as filhas do irmão são equiparados aos filhos, enquanto que, em Arara, não há tal relação. Da mesma forma, *imun* é apenas o filho homem de ego masculino, enquanto que, em Ikpeng, este é também o termo que expressa as relações MBS e BS.

A representação arbórea dos termos utilizados por ego feminino, segundo a classificação horizontal de Teixeira-Pinto (1997), é apresentada na Figura 3.

Veja que as tentativas de representações para o Ikpeng (ego feminino, na Figura 4), possivelmente, correspondem a um tipo de sistema misto em que ocorrem equações oblíquas, a exemplo da sobreposição do termo *inut* FM, MM para as mesmas posições de FZ, FZD (FZD=FZ=FM). Conforme Menget (2001), relações oblíquas correspondem à

⁸ Quando o autor realizou o estudo genealógico, foi identificado um conjunto de restrições, como “[...] entre pais e filhos (biológicos e adotivos); irmãos que possuam um ou mais ascendentes realmente comuns; entre sogros e genro ou nora, respectivamente ao sexo” (Menget, 2001, p. 184).

⁹ Neste artigo, faz-se uso de siglas referentes aos termos de parentesco, representadas pelas letras iniciais das palavras em inglês: F = *father* (pai), M = *mother* (mãe), S = *son* (filho), D = *daughter* (filha), B = *brother* (irmão), Z = *sister* (irmã) e suas combinações. Além disso, usa-se y = *younger* (mais jovem) e e = *elder* (mais velho).

¹⁰ Refere-se ao tipo de nomeação dos parentes em que mais de uma geração é chamada pelos mesmos termos. Parentes colaterais são aproximados ou afastados da geração de ego. Há, ainda, muita discussão a respeito do que leva este sistema a ser entendido como um sistema semicomplexo, ver mais em Héritier (1981), Viveiros de Castro (1996) e Rivière (1984).

¹¹ Nas árvores genealógicas, as letras *ĩ*, *ng* e *tx* representam, respectivamente, os seguintes fonemas: /i/, /ŋ/ e /tʃ/. Além disso, cada árvore apresenta dois termos para indicar a distinção de idade na mesma geração. Nesses casos, há um termo sobre o outro em que o de cima representa a geração mais velha e o de baixo representa a geração mais jovem, como em *iru* = eB e *imano* = yB.

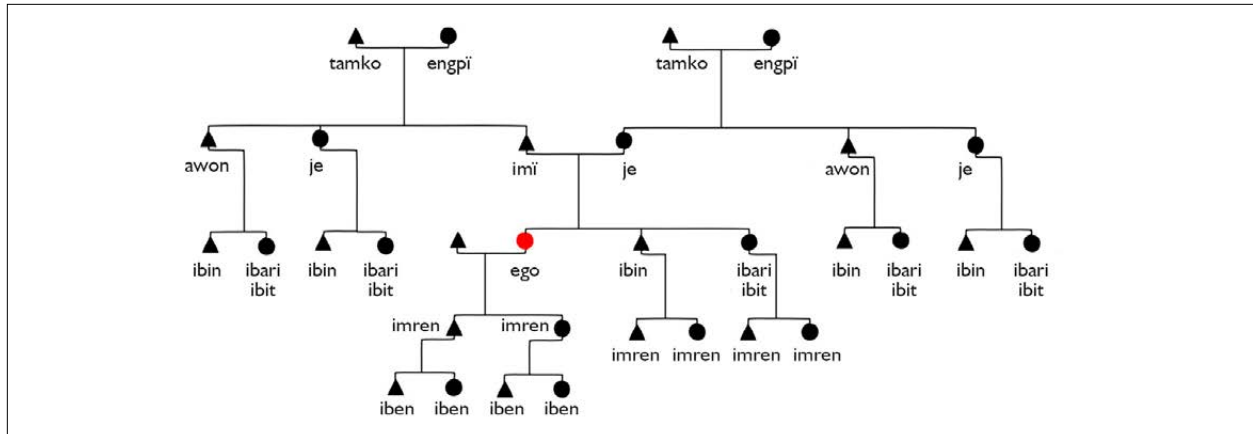


Figura 3. Termos de parentesco em Arara, ego feminino.

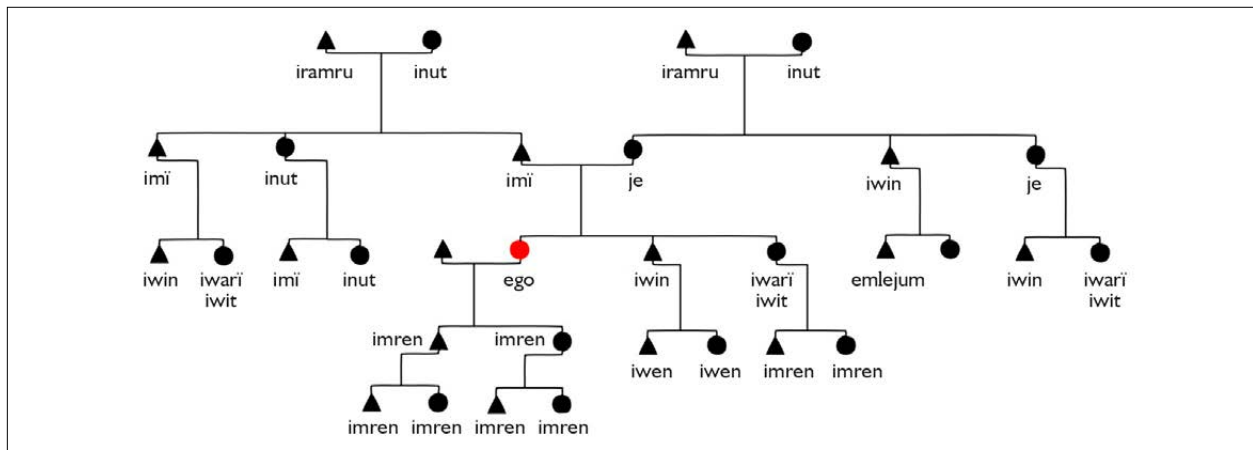


Figura 4. Termos de parentesco Ikpeng¹³, ego feminino.

Os demais são identificados pelas categorias que, no sistema horizontal, aplicar-se-iam aos de uma geração abaixo. Em outras palavras, os parentes patrilineares são tratados como os parentes de uma geração acima, no sistema havaiano (por exemplo, *awon* e *je* passam a ser chamados de *tamko* e *engpĩ*, disponível no Quadro 1) –, nas palavras do autor, os parentes patrilineares ‘sobem’ uma geração; enquanto os parentes matrilineares são identificados como os de uma geração abaixo, exceto MZ e seus descendentes, e ‘descem’ uma geração (por exemplo, *awon* é chamado de *iru*).

ASPECTOS FORMAIS DOS TERMOS UTILIZADOS EM RELAÇÕES DE CONSANGUINIDADE E PROPOSTAS DE RECONSTRUÇÕES

Segundo Menget (2001) e Teixeira-Pinto (1997), há poucos termos vocativos – ou seja, aqueles utilizados como tratamento – tanto em Ikpeng quanto em Arara (a exemplo de *papa*, *jeme*, em Arara; e *pupa*, *ime*, em Ikpeng – ‘pai’

¹³ Quanto às lacunas, MBS é *emlejum/emrejum*, segundo Menget (2001) e Chagas (trabalho de campo), respectivamente; já com relação ao termo para MBD, não ficou claro nas fontes consultadas se *emtxim* também pode ser utilizado por ego feminino.

e 'mãe', respectivamente). Por esse motivo, foram levados em consideração, neste artigo, apenas termos referenciais. Em geral, os dois povos não se utilizam dos termos de parentesco no dia a dia, quando preferencialmente o nome próprio do parente é utilizado. Em ambos os sistemas de classificação social há termos que são exclusivos de falantes do sexo masculino (ego masculino) e outros exclusivos do sexo feminino (ego feminino).

Cotejando-se os termos de parentesco encontrados em Arara e Ikpeng, verifica-se que há alguns muito semelhantes, os quais, historicamente, poderiam ser reconstruídos como um único termo em Proto-Arara-Ikpeng. Por outro lado, os dois dialetos ainda não possuem estudos publicados que demonstrem as correspondências segmentais entre eles. Para as reconstruções encontradas no presente estudo, foram utilizados segmentos reconstruídos (preliminarmente) (em fase de elaboração)¹⁴. Estes segmentos, bem como as correspondências de sons e de significado observadas no léxico do Arara e do Ikpeng, serviram de base para a reconstrução do léxico referente ao parentesco consanguíneo.

Além dos termos em comum (a maioria), há aqueles usados com exclusividade por cada um dos sistemas. Considerando-se os níveis de parentesco G+1/G+2, G+0, G-1/G-2, apenas os termos para as gerações ascendentes não são considerados cognatos: *inut* e *engpi* MM, FM, em Ikpeng e Arara, respectivamente. Os termos *emrejum* MBS e *emuje* FZD, MBD, da geração de ego, são exclusivos de Ikpeng. E há casos em que um termo formalmente comum a ambos os sistemas identifica relações diferentes em cada um.

As diversas fontes disponíveis apresentam variações com relação a alguns termos, sendo que algumas delas possivelmente são variações dialetais, como no caso dos dados coletados por Ferreira-Alves entre 2014-2017 e por Teixeira-Pinto (1997) para o Arara¹⁵. Os termos de parentesco são nomes obrigatoriamente possuídos em ambas as línguas, e os dados apresentados estão flexionados na terceira pessoa do singular¹⁶. Para facilitar ao leitor a identificação dos termos cognatos, os Quadros 1 a 8 apresentam formas fonológicas. Algumas questões relevantes, contudo, são discutidas no decorrer das subseções a seguir, haja vista que nem sempre é clara a análise tomada pelos autores nos casos de dados secundários oriundos de trabalhos de cunho antropológico. Além disso, os Quadros 1 a 8 apresentam polissemias explicáveis por meio de um modelo de organização social, ora havaianizado ora com aspectos Crow-Omaha. Isso explica, por exemplo, porque o termo *iru* pode representar eB, MBeS, MZeS, FBSe e FZeS, na geração de ego, e MB na primeira geração ascendente. Observe-se, ainda, que foram apresentadas somente as polissemias que se mostraram relevantes para o presente estudo. As subseções seguintes oferecem os termos de acordo com as gerações.

Gerações ascendentes

Nesta subseção, trataremos dos termos referentes às gerações de G+1 e G+2 (Quadro 1).

Como é possível observar no Quadro 1, com relação à segunda geração ascendente, Arara e Ikpeng apresentam termos diferentes para designar os avós de ego. No entanto, ao considerarmos a correspondência formal (fonológica),

¹⁴ "Fonologia segmental do Proto-Arara-Ikpeng", de autoria de Ana Carolina Ferreira-Alves.

¹⁵ Identificam-se os dialetos Arara e Iriri, embora seja conhecido que o dialeto Arara constitui-se de subdialetos, provavelmente subdialetos residenciais formados antes do contato, quando as famílias viviam relativamente em isolamento, com rotinas de visita entre si.

¹⁶ Os prefixos possessivos em Ikpeng e em Arara variam de acordo com a natureza vocálica ou consonantal do segmento que segue. Assim, para os prefixos a seguir, a primeira forma de cada par corresponde ao morfema diante de consoante e a segunda correspondem ao morfema diante de vogal. Ikpeng: 1 *ĩ-*, *g-*; 2 *o-*, *w-*, 1+2 *wĩ-*, *ug(w)-*; 3 *i-*, *j-*. Arara: 1 *ĩ-*, *j-*; 2 *o-*, *o-*; 1+2 *uk-*, *ug(u)-*; 3 *i-*, *Ø-*. O plural é marcado por um sufixo separado dos morfemas de pessoa. Ver Chagas (2013) e Ferreira-Alves (2017).

Quadro 1. Termos para a segunda e a primeira gerações ascendentes.

Segunda geração ascendente					
Ikpeng			Arara		
Menget (2001)	Chagas	Semântica	Teixeira-Pinto (1997) ¹⁷	Ferreira-Alves ¹⁸	Semântica
inut	inut	MM, FM	empi	enpi	MM, FM
iramlu	iramru	FF, MF	taum-go	tam-ko	FF, MF
Primeira geração ascendente					
Ikpeng			Arara		
Menget (2001)	Chagas	Semântica	Teixeira-Pinto (1997)	Ferreira-Alves	Semântica
imi	imi	F	papa	papa ~ imi	F
je	je	M, MZ	jeme ~ je	je	M, MZ
awon ♀♂	awon ♀, iru ♂	MB	awon ♀♂, iru ♂	awon ♀♂	MB
imi	imi	FB	-	-	-
-	-	-	awon	-	FB
-	-	-	jeme ~ je	je	FZ
-	-	-	taumgo	-	FB
inut	inut	FZ	empi	-	FZ

é possível verificar que, em Arara, há a palavra */i-tamru/*, usada como uma forma de citação para 'velho' (por exemplo, */ugon tamru/* 'homem velho'), que é cognata ao termo para avô, em Ikpeng. Ao mesmo tempo, em Bakairi, a língua geneticamente mais próxima a Arara/Ikpeng, a forma utilizada para avós maternos e paternos é *tako* (Barros, 2003, p. 209, 211), a qual é cognata a */tamko/*, em Arara. Isso pode ser visto quando se considera que, segundo as correspondências discutidas por Meira e Franchetto (2005), no Bakairi, */tako/* provém de uma forma anterior **/tamko/*, a qual se tornou */tako/* através da perda do */m/*¹⁹. Souza, S. (2010, p. 15), por sua vez, apresenta a forma *idamgon* 'avô dele/a' para o Arara, plausivelmente uma forma possuída cuja raiz é */tam/*. Diante do exposto e da informação de que */ko/* consiste em uma forma que indica respeito em outras línguas Karib (Tiriyó: *man-ko* M, *pah-ko* F, *pih-ko* eB, *wai-ko* eZ – ego masculino – conforme Meira, 2019), consideramos os termos aparentemente distintos para MF, FF como cognatos, mesmo que parcialmente, cuja raiz é a mesma em Arara e Ikpeng: **{tam}**.

Quanto à primeira geração ascendente, observa-se que, em Arara, tanto a tia materna quanto a paterna são codificadas pelo mesmo termo utilizado para designar a mãe de ego – */je/* –, sendo que a tia paterna também pode

¹⁷ Teixeira-Pinto (1997) explicita que, segundo sua análise, não haveria oposição fonológica entre oclusivas surdas e sonoras. Ferreira-Alves (2010), entretanto, identifica oposição entre tais segmentos, sendo que, de acordo com sua hipótese, esta distinção seria apenas recentemente motivada. Assim, oclusivas se teriam tornado sonoras em ambiente intervocálico, mas se teriam conservado surdas quando adjacentes a outra consoante, formando um grupo consonantal. Fenômeno semelhante é hipotetizado para o Bakairi (Meira, 2005). Ademais, Teixeira-Pinto (1997) deixa claro que os termos não nomeiam as relações ao mesmo tempo. Trata-se, antes, de uma questão de sistemas diferentes. Assim, FZ só é chamada de *embi* no sistema oblíquo, quando FZ=FM. No sistema horizontal, FZ é referida pelo termo *jeme/je*. Por sua vez, Menget (2001) não nos fornece outro termo para FZ além de *inut*.

¹⁸ Há diferença dialetal na qual oclusivas surdas são sonorizadas após nasais apenas no dialeto Arara, o qual foi a base das análises de Teixeira-Pinto (1989, 1993, 1997), enquanto os dados primários principais de Ferreira-Alves são do dialeto Iriri, onde não ocorre tal sonorização.

¹⁹ Meira e Franchetto (2005) propõem uma mudança **VC1C2[-son]V > VC2[-son]V*, na qual a primeira consoante de grupos consonantais, mesmo quando nasal, é perdida, deixando a segunda consoante com sua sonoridade inalterada.

ser chamada de *enpi*²⁰, mesmo termo usado para designar as avós; paralelamente, em Ikpeng, à irmã do pai também se atribui o mesmo termo utilizado para nomear as avós: *inut*. Teixeira-Pinto (1997) deixa claro que os termos não nomeiam as relações ao mesmo tempo, trata-se, antes, de uma questão de sistemas diferentes, em que o uso de um exclui a possibilidade de uso do outro. Assim, FZ só é chamada de *enpi* no sistema oblíquo, quando FZ=FM=MM. No sistema horizontal, FZ é referida pelo termo *je*. Por sua vez, Menget (2001) não fornece outro termo para FZ além de *inut*. Em Ikpeng, os dados apresentam uma oposição entre ego feminino e ego masculino para MB, sendo que, para o tio paterno de ego masculino *iriu*, utiliza-se o mesmo termo referente às relações eB, FBeS, MZeS. Em Arara, apenas no sistema oblíquo, ego masculino chama MB de *iriu*. No sistema horizontal, egos masculino e feminino chamam MB de *awon*. Ou seja, *iriu* designa originalmente outras relações (eB, FBeS, MZeS, FZeS, MBeS), como em Ikpeng. Ainda em Arara, uma possível palavra que pode ser interpretada como pai, *imi* 'macho, grande', é cognata à forma *imi* 'pai', coletada por Menget (1977, 2001) e por Chagas, para o Ikpeng²¹.

Assim, com relação às gerações desta seção, concluímos que, em termos formais, apenas os termos para MM e FM (*inut*, em Ikpeng, e *enpi*, em Arara) não são cognatos entre as línguas cotejadas, embora alguns cognatos sejam encontrados como correspondentes semânticos, mesmo fora do sistema de parentesco. Alguns casos – como, em Arara, *imi* ('pai' > 'grande') e *itamru* ('avô' > 'velho') – exemplificam mudanças semânticas. Além disso, quando termos cognatos são usados para relações diferentes, supomos que houve extensão semântica, desta vez motivada por processos de organização no sistema de relações de parentesco.

O Quadro 2 apresenta as formas lexicais que, de acordo com os dados até o momento discutidos, mostraram-se reconstruíveis. Note-se que, preferencialmente, são utilizados os dados coletados pelas autoras deste estudo. Além disso, utiliza-se, em alguns casos, a língua Bakairi²², pertencente ao ramo pekodiano da família Karíb, sendo a mais próxima ao Arara (Arr) e ao Ikpeng (Ik), como referência para verificar um estágio anterior ao Proto-Arara-Ikpeng (Proto-A-I), o Proto-Pekodiano (PP). Os cognatos propostos são apresentados em sublinhado.

Quadro 2. Reconstrução de termos da segunda e da primeira gerações em Proto-Arara-Ikpeng.

Segunda geração ascendente				
Bakairi	Arara	Ikpeng	Proto-A-I	Semântica
<u>i-ũdu</u>	<u>enpi</u>	<u>i-nut</u>	*i-nutu	MM, FM
<u>i-damu</u>	<u>i-tam-ru</u>	<u>i-tam-ru</u>	*i-tamu-ru	FF, MF
Primeira geração ascendente				
Bakairi	Arara	Ikpeng	Proto-A-I	Semântica
<u>i-ũwĩ</u>	<u>imi</u>	<u>imi</u>	*imi	F
<u>i-se</u>	<u>je</u>	<u>je</u>	*je	M, MZ
<u>e-o-ru</u>	<u>awo-n</u> ♀♂ / <u>iriu</u> ♂	<u>awo-n</u> ♀♂ / <u>iriu</u> ♂	*awo-n ♀♂ / *iriu ♂	MB
<u>i-upi</u>	<u>enpi</u>	<u>i-nut</u>	*[V]npi	FZ

²⁰ Souza, S. (2010) apresenta a forma *idenbin* como uma forma possuída de avó, demonstrando a presença de um segmento nasal velar, assim como em nossas transcrições, que, por sua vez, diferem da transcrição de Teixeira-Pinto (1997), *empi*. Por outro lado, revela um segmento oclusivo alveolar que demanda mais estudos.

²¹ Outras formas encontradas para 'pai' são: *ugunme* 'nosso pai', *unme* 'teu pai' (Souza, S., 2010, p. 18) e *t-um-ke-bra* [ADV-pai-ADV-NEG] 'sem pai', para Arara, e *ugume* 'nosso pai de nós dois' (Menget, 2001, p. 216) e *unme* 'teu pai', para Ikpeng (atestada apenas em textos).

²² Os termos de parentesco do Bakairi foram gentilmente cedidos por Sérgio Meira.

Em Bakairi (Bk), a forma cognata */*üdu*/ < PP */*nutu*/ permite a reconstrução de */*i-nutu* para MM, FF em Proto-A-I, considerando-se que o reflexo de *n em Bakairi é Ø, mas com a nasalização da vogal à direita. Embora Meira e Franchetto (2005) não apresentem a correspondência (Bk) /s/: /j/ (lk), a reconstrução do termo para M, MZ pressupõe um *j, que tem como reflexo /s/, em Bakairi, e /j/, nas demais línguas, ou seja, o segmento inicial da raiz de Bakairi passou por fortificação. A forma para MB é cognata nas três línguas, embora, em Bakairi, seja aparentemente divergente. Além da forma nesta última língua ser segmentável, ela apresenta alternância conforme o prefixo pessoal com o qual se combina e, na primeira pessoa, a palavra em Bakairi é /*wo-ru*/, o que demonstra que o glide inicial ainda se manifesta sincronicamente em algumas formas. Assim, /o/ viria de uma raiz */*wo*/, cognata de /*awo*/ com a perda da vogal inicial da raiz, possivelmente ocasionada pela interação com prefixos. Por sua vez, a forma *i-upi* é melhor candidata a cognato de *enpi*, uma vez que *Np > p, em Bakairi. Não se dispõe de dados para determinar a qualidade da vogal inicial da raiz do termo classificatório para FZ. Assim, reconstruiu-se */*[V]ŋpi* FZ. *Inut*, em Ikpeng, possivelmente sofreu extensão semântica, passando de FM, MM para FZ.

Geração de ego

A geração G+0 apresenta diferença entre ego feminino e ego masculino, e de idade relativa. Ego masculino faz esta última distinção apenas com relação aos parentes do mesmo sexo. O mesmo ocorre com ego feminino (Quadro 3).

Quadro 3. Termos para a geração de egos masculino e feminino.

Geração de ego					
Masculino					
Ikpeng			Arara		
Menget (2001)	Chagas	Semântica	Teixeira-Pinto (1997)	Ferreira-Alves	Semântica
ilu	iru	eB, FBeS, MZeS	iru	iru	eB, FBeS, MZeS, FZeS, MBeS
i-mana	i-mano	yB, FByS, MZyS	i-mana	i-mano	yB, FByS, MZyS, FZyS, MByS
inarut	inarut	Z	i-enarut	enarut	Z, MZD, MBD, FZD FBD
emuje	-	FZD, MBD	-	-	-
emtjin	-	MBD	-	-	-
Feminino					
Ikpeng			Arara		
Menget (2001)	Chagas ²³	Semântica	Teixeira-Pinto (1997)	Ferreira-Alves	Semântica
i-baru	i-pari	eZ, FBeD, MZeD	pari	-	eZ, FBeD, MZeD, FZeD, MbeD
ebit	e-pi-t	yZ, FByD, MZyD	i-pi-t	i-pi-t	yZ, FByD, MZyD, FZyD, MByD
ebi-n	epi-n (MB)	B, MB, MZS, FBS	i-pi-n	-	FBS, FZS, MZS, MSB

²³ Na primeira análise fonológica realizada para a língua Ikpeng, foi proposta a existência de um fonema oclusivo bilabial sonoro /b/, que se realizaria foneticamente como uma oclusiva bilabial, sonora lenis explosiva [β] (Emmerich, 1972, p. 8). No entanto, em análise posterior, Pachêco (2001) apontou um segmento bilabial sonoro lenis apenas como alofone, tanto do glide labiovelar /w/ quanto da oclusiva bilabial surda /p/ (Pachêco, 2001, p. 36). Esta última foi a análise seguida no presente estudo. Contudo, observe-se a necessidade de aprofundamento dos processos de alofonia.

Como se observa no Quadro 3, Teixeira-Pinto (1997) aponta para cada um dos termos outras relações além daquelas identificadas pelos demais autores. No que diz respeito especificamente a ego masculino, nota-se que o termo referente às relações yB, FByS, MZyS foi registrado de maneira idêntica (*imana*) por ambos os antropólogos, ou seja, com o segmento final sendo uma vogal central baixa [a]; diferentemente do que foi registrado pelas duas linguistas, que notaram tal segmento como uma vogal posterior média aberta arredondada [ɔ], (*imano*). Em Arara, é possível que a diferença de qualidade desta vogal se deva à variação dialetal.

Sobre ego feminino, há uma distinção na última vogal do termo correspondente às relações eZ, FBeD, MZeD, que, em Ikpeng, é registrado com /i/ final²⁴ por Chagas, e com <u> por Menget (2001), enquanto que, em Arara, temos /i/, uma vogal alta anterior não arredondada. Não há informações sobre a qualidade vocálica representada pela ortografia de Menget (2001) para tal vogal. Quanto ao Arara, vale observar que o termo *ibari* eZ é apresentado por Souza, S. (2010, p. 16) e que o termo *i-bari /i-pari/* foi observado por Ferreira-Alves como 'amigo'. Outrossim, o *ibari* constitui a figura central da cerimônia intitulada *Jei bari /jei pari/*, em torno da qual está baseada a etnografia de Teixeira-Pinto (1997). Além de designar esta figura cerimonial, o termo representa um 'afim', segundo o antropólogo, e está em uma teia complexa de significados. Dessa forma, verificamos que ambos os termos existem em Arara. Ademais, há diferença na qualidade vocálica da primeira vogal dos termos *epin* B, MB, MZS, FBS, em Ikpeng, e *ipin* B, em Arara, que aparentemente consiste em uma diferença não apenas fonética, mas morfofonológica, se a vogal presente no termo em Ikpeng for de um morfema de pessoa. Esse fato ainda está sob análise, mas se nota que todos os demais segmentos exemplificam correspondências regulares, de modo que os termos são claramente cognatos.

Por fim, Chagas identificou, em Ikpeng, o termo *aruptan* fazendo referência às genealogias irmãos intermediários e primos paralelos intermediários, ou seja, aqueles entre mais velhos e mais novos. Até o presente, desconhecemos designações semelhantes em Arara ou Bakairi. Assim, optou-se pela não inclusão desse termo no sistema, bem como nos quadros.

A partir do conjunto de dados da geração de ego já elencados e dos termos de parentesco da língua Bakairi, a última coluna do Quadro 4, a seguir, traz as protoformas dos termos da geração de egos masculino e feminino.

Quadro 4. Reconstrução de termos da geração de egos masculino e feminino.

Geração de ego				
Masculino				
Bakairi	Arara	Ikpeng	Proto-A-I	Semântica
<i>i-waigo-ru</i>	<i>i-ru</i>	<i>i-ru</i>	*i-ru	eB, FBeS, MZeS, MB
<i>i-ukono</i>	<i>i-mano</i>	<i>i-mano</i>	*i-mano	yB, FByS, MZyS
<i>eaũdu</i>	<i>enaru-t</i>	<i>i-naru-t</i>	*V _[+anterior] -naru-tu	Z
Feminino				
Bakairi	Arara	Ikpeng	Proto-A-I	Semântica
<i>i-wari</i> (eZ)	<i>i-pari</i> (Teixeira-Pinto, 1997)	<i>i-pari</i>	*i-parV _[+alta]	eZ, FBeD, MZeD
<i>i-widi</i> (yZ)	<i>i-pi-t</i>	<i>e-pi-t</i>	*V _[+anterior] -pi-t	yZ, FByD, MZyD
<i>i-wiri</i> (B)	<i>i-pi-n</i>	<i>epi-n</i>	*V _[+anterior] -pi-n	B, MZS, FBS

²⁴ Embora estudos acústicos ainda se façam necessários.

Quanto a ego masculino, observa-se que *iru* e *imano* são inovações do Proto-A-I. No caso de *iru*, trata-se de inovação semântica por extensão, visto que, em outras línguas da família, significa apenas B. O termo *imano*, por sua vez, não foi encontrado nessas línguas. As formas para Z, em Arara e Ikpeng, são cognatas. Quanto à forma *eaũdu*, em Bakairi, o segmento /a/ corresponde a /na/ nas outras duas línguas e se justifica pela correspondência PP *n > /Ø/ (Bk) e /n/ (Ik); o segmento /ũ/ corresponde a /ru/ nas demais línguas e se justifica pela correspondência PP *n > /Ø/ (Bk) e /n, r/ (Ik) (Meira; Franchetto, 2005)²⁵. Sobre ego feminino, a correspondência entre os cognatos é regular, /w/:/p/ em Bakairi e Ikpeng, respectivamente. Do mesmo modo, em *i-wiri* /r/ (Bk) : /n/ (Ik), ocorrendo a queda da vogal final em Ikpeng (Meira; Franchetto, 2005). As exceções à regularidade são o /i/ final em *ipari*, do Arara, e a correspondência entre /i/ e /e/ nos dados para yZ e B.

Gerações descendentes

Nesta subseção, apresentamos as gerações G-1 e G-2.

Conforme o Quadro 5, os termos de Arara quanto às palavras para 'sobrinho' e 'sobrinha' são semelhantes às formas chamadas de arcaicas por Menget (2001), com diferenças facilmente explicáveis, como /l/ após nasal em Ikpeng (/jaramlu/), que forma uma correspondência regular com /r/, em Arara (/jawaramuru/); note-se também a sílaba /wa/, aparentemente perdida em Ikpeng (*/jawaramuru/ > */jaaramru/ > Ik /jaramlu/).

Quadro 5. Termos para a primeira geração descendente de egos masculino e feminino.

Primeira geração descendente					
Ego masculino					
Ikpeng			Arara		
Menget (2001)	Chagas	Semântica	Teixeira-Pinto (1997) ²⁶	Ferreira-Alves	Semântica
i-mu-n	i-mu-n	S, BS	i-mu-n	i-mu-n	S
i-mu-n	-	MBS	-	-	-
emtji-n	emtji-n	D, BD	i-emtji-n	emtji-n	D
imana/ jaramlu	imano	ZS	j-awaramu-ru		ZS, BS
inaru-t/ ebatja-n	inaru-t	ZD	i-petja-n	i-petja-n	ZD, BD
Ego feminino					
Ikpeng			Arara		
Menget (2001)	Chagas	Semântica	Teixeira-Pinto (1997)	Ferreira-Alves	Semântica
u-mle-n	i-mre-n	D, S, ZS, ZD	i-mere-n	i-mre-n	D, S, ZS, ZD
i-be-n	i-pe-n	BS, BD	i-mere-n	i-mre-n	BS, BD
emlejum	-	MBS	-	-	-

²⁵ Embora os autores apresentem a correspondência /Ø/: /n, r/, eles não trazem evidências para a nasalidade.

²⁶ Souza, S. (2010, p. 16) apresenta a forma *iwaramuru* 'sobrinho dele'.

Quanto aos termos correspondentes a ego feminino, verifica-se outro caso em que Ikpeng faz a distinção entre filhos e sobrinhos utilizando termos específicos para cada um deles *umlen/imren* e *iben/ipen*, respectivamente, enquanto Arara apresenta apenas um termo para ambas as relações, *imren*. Veja-se, porém, que se trata de uma questão de usos de termos em lugares diferentes nos sistemas, pois *ipen* existe em Arara, mas como referência a outras relações (Quadro 6). Da mesma forma, há também o termo *enarut* (Quadro 3), cognato de *inarut* ZD para ego masculino em Ikpeng.

Veja-se, ainda, que a forma para D, S, ZD, ZS apresenta duas versões, uma contraída, tal como apresentada por Menget, e uma não contraída²⁷. A forma contraída ocorre apenas quando possuída por um prefixo de pessoa, *i-mre-n* [3-filho-POSSD] (Ik), *i-mre-n* [3-filho-POSSD] (Arr). Já a forma não contraída ocorre quando não há prefixo de pessoa, ou seja, quando o possuidor é um substantivo ou um sintagma nominal independente, como nos exemplos 1 e 2:

- 1) *Ge-ny wokori mure-n wo urangmo* (Arara)
 dizer-PASSD cachorro filho-POSSD BEN menino
 'Disse o menino para o cachorrinho'.
- 2) *Kururiku mure-n-pe* (Ikpeng)
 NOM.PROP filho-POSSD-ATBZ
 'É filho de Kururiku'.

Quanto à segunda geração descendente, apenas Arara faz a distinção de sexo, havendo termos exclusivos para ego masculino e para ego feminino, *ipen* e *etamuru*, respectivamente, tal como registrado por Teixeira-Pinto (1997), o que pode ser observado no Quadro 6. Possivelmente, é uma inovação desta língua, visto que essa oposição não é recorrente nas demais línguas da família ou pelo menos do ramo pekodiano.

Quadro 6. Termos para a segunda geração descendente.

Segunda geração descendente					
Ikpeng			Arara ²⁸		
Menget (2001)	Chagas	Semântica	Teixeira-Pinto (1997)		Semântica
i-be-n	i-pe-n	SS, DS, DD, SD	i-pe-n ♀	etamuru ♂	SS, DS, DD, SD

O Quadro 7 traz os termos reconstruídos:

²⁷ Ferreira-Alves (2010) analisa acusticamente encontros consonantais como 'mr', encontrados em formas contraídas. A autora apresenta a vogal média central [ə] como uma vogal de transição entre /m/ e /r/, mas nunca como uma vogal anterior média-fechada, tal como reporta Teixeira-Pinto (1997) (*imeren*).

²⁸ Consideramos a forma para ego masculino em Arara como não cognata. Souza, S. (2010, p. 16) apresenta o mesmo termo como *idamuru* 'neto dele'.

Quadro 7. Reconstrução de termos da primeira geração descendente (egos masculino e feminino) e da segunda geração descendente.

Primeira geração descendente				
Ego masculino				
Bakairi	Arara	Ikpeng	Proto-A-I	Semântica
<u>i-mu-ru</u> (S, BS)	<u>i-mu-n</u>	<u>i-mu-n</u>	*i-mu-n	S
<u>exi-ri</u>	<u>emtjin</u>	<u>emtjin</u>	*emtji-n	D
<u>i-wase</u>	<u>ipetjan</u>	<u>epatjan</u> (Menget, 2001)	*V _[+anterior] -pVtjan	ZD
<u>i-dikau-ru</u>	<u>j-awaramu-ru</u>	<u>jaramlu</u>	*j-awaramu-ru	ZS
Ego feminino				
Bakairi	Arara	Ikpeng	Proto-A-I	Semântica
<u>i-me-ri</u>	<u>i-mre-n</u> <u>N mure-n</u>	<u>i-mre-n</u> <u>N mure-n</u>	*i-mre-n *N mure-n	D, S, ZS, ZD
Segunda geração descendente				
Bakairi	Arara (Teixeira-Pinto, 1997)	Ikpeng	Proto-A-I	Semântica
<u>i-we-ri</u>	<u>i-pe-n</u> ♀	<u>etamuru</u> ♂	*i-pe-n	SS, DS, DD, SD

Considerando-se as correspondências anteriormente comentadas para ego masculino, primeira geração descendente, cognatos com correspondências regulares permitiram a reconstrução de **i-mu-n* S. Para D, foi possível reconstruir **emtji-n*, com base na correspondência /x/ (Bk): /tʃ/ (Ik), que deve ser reconstruída para PP como **tʃ*, mas que seria reflexo de Proto-Karíb (PK) **t* (Meira; Franchetto, 2005). Além disso, houve a queda de /m/, em Bakairi, cuja correspondência /Ø/ (Bk): /m/ (Ik) também é atestada por Meira e Franchetto (2005). Quanto a ego feminino, foi possível reconstruir duas formas sintaticamente motivadas para Proto-A-I, no entanto, foi observada apenas uma forma em Bakairi. No que se refere à segunda geração descendente, a distinção de sexo apresenta-se como uma inovação em Arara, não sendo possível a reconstrução da mesma distinção na protolíngua.

De forma geral, o alto número de cognatos (estabelecidos com base em correspondências discutidas em artigo a ser publicado) – que levou à reconstrução de dezenove (19) termos com poucas irregularidades e poucas mudanças fonológicas e semânticas – mostra o grau de proximidade entre o Arara e o Ikpeng, ou seja, mais possivelmente dialetos do que línguas separadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto à forma dos termos, entre os dados analisados, identificou-se um conjunto básico de relações consanguíneas, cujos termos referenciais foram reconstruídos em Proto-Arara-Ikpeng. Os termos reconstruídos foram reunidos no Quadro 8.



Quadro 8. Termos reconstruídos.

Geração e sexo	Proto-Arara-Ikpeng	Semântica
G+2	*i-nutu	MM, FM
	*i-tamu-ru	FF, MF
G+1	*imi	F
	*je	M, MZ
	*awo-n ♀♂ *i-ru ♂	MB
	*Vɲpi	FZ
G 0 Ego masculino	*i-ru	eB, FBeS, MZeS
	*i-mano	yB, FByS, MZyS
	*V _[+anterior] naru-tu	Z
G 0 Ego feminino	*i-parV _[+ anterior]	eZ, FBeD, MZeD
	*V _[+ anterior] -pi-t	yZ, FByD, MZyD
	*V _[+ anterior] -pi-n	B, MZS, FBS
G-1 Ego masculino	*i-mu-n	S
	*emtji-n	D
	*j-awaramu-ru	ZS
	*V _[+anterior] pVtʃan	ZD
G-1 Ego feminino	*i-mre-n *N mure-n	D, S, ZS, ZD
	*i-pen	SS, DS, DD, SD

Além das semelhanças mantidas, conforme evidenciado no Quadro 8, sintetiza-se também as inovações no uso de alguns termos encontradas nos sistemas de parentesco aqui apresentados. Em relação ao Arara, sobre os termos para FF e MF em Arara e em Ikpeng, /*tamko*/ e /*itamru*/, respectivamente, é possível afirmar que {*ko*}, presente no termo em Arara, consiste em uma inovação. Esse sufixo é utilizado em algumas línguas Karíb junto aos termos de parentesco para indicar respeito. Assim, ambas as línguas mantêm a mesma raiz {*tam*}, embora carreguem morfologia distinta para a formação do termo. Outra inovação vista em Arara concerne à utilização de termos distintos para indicar DD, SD *ipen* e SS, DS *etamuru*, conforme Teixeira-Pinto (1997). Esta oposição de gênero presente na segunda geração descendente (G-2), como já mencionado, não é comum nas demais línguas da família. Além disso, o termo /*enpi*/ MM, MF, FZ é identificado como inovação, já que nem Ikpeng nem Bakairi apresentam termos semelhantes.

Sobre as inovações na língua Ikpeng, é possível observar alguns casos de extensão semântica. Nesse aspecto, /*inarut*/ é usado para se referir a ZD, e não somente a Z, como ocorre em Arara, que possui a forma /*ipetʃan*/ para ZD. Outra inovação semântica consiste no uso do termo /*ipen*/, originalmente designando as relações SS, DS, DD, SD, em Arara, mas que, em Ikpeng, passou a ser utilizado também para BS, BD de ego feminino. A partir dessas observações, é possível interpretar que, em Ikpeng, os filhos/as dos irmãos/ãs do mesmo sexo de ego são também

designados como 'filhos/as' (S, D), mas os filhos/as dos/as irmãos/ãs de sexo diferente do de ego são irmãos (B) para ego masculino e netos (SS, SD) para ego feminino. Em outras palavras, os filhos/as dos irmãos/ãs do sexo oposto ao de ego são movidos uma geração para cima quando ego é homem e uma geração para baixo quando ego é feminino.

Verificou-se que os termos consanguíneos reconstruídos indicam diferença de geração (G+2, G+1, G0, G-1, G-2), de sexo e de idade relativa para sexos opostos ao de ego em G0, e indistinção de sexo na segunda geração desce **i-pen* SS, DS, DD, SD. Quanto às características de organização das relações sociais em Proto-Arara-Ikpeng, é possível especular a existência de características apontadas para os sistemas horizontal – cujos princípios básicos são indicados acima, além das relações em que $MZS=B=FBS=*V_{[+ anterior]}-pi-n$ (primos cruzados e paralelos são equacionados aos irmão de ego) – e oblíquo – quando $eB=MB=*iru$ (o mesmo termo é usado em G0 e em G+1, ego masculino). Assim posto, propõe-se que novos estudos busquem o aprofundamento dos sistemas atuais, para que se torne viável vislumbrar também um sistema anterior à divisão dos povos.

É importante salientar que, para Menget (2001), as terminologias de parentesco são função e partes de sistemas de classificação social mais abrangentes, que, em Ikpeng, inclui toda uma complexa teia onomástica, pois todos os Ikpeng possuem diversos nomes dados ao longo da vida, normalmente pelos pais (G+1), mas relativos aos antepassados mais distantes (G+2...), geralmente já falecidos. Em outras palavras, o processo de nomeação de um indivíduo Ikpeng depende estritamente de quem são seus ascendentes. Essa opção afasta Menget (2001) de escolas mais tradicionais de estudos de parentesco, talvez esse seja o fato que o leva a não elaborar extensas listas, o que acaba também gerando algumas lacunas observadas nesta análise. Segundo este autor, o processo de ingresso dos Ikpeng no complexo do alto Xingu deu-se de modo traumático a ponto de não gerarem descendentes por um período, e apenas em seguida entrarem na rede estabelecida de matrimônios e rituais, o que os faz comungarem de certos aspectos que podem (atualmente) ter alterado algumas das estruturas de parentesco Ikpeng²⁹. Ainda segundo Menget (2001), essas alterações, no entanto, não parecem se refletir em variações nos termos de parentesco empregados pelo grupo para sua organização da estrutura social e das possibilidades de casamento.

Por outro lado, os Arara passaram por um processo não menos traumático que, nos dias atuais, é reforçado com a implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte e com o asfaltamento da BR-230 (Ferreira-Alves; Barbosa, 2017). Esses processos geraram perdas consideráveis, sobretudo aos Arara da aldeia Iriri, que, em nome da sobrevivência, deixaram de praticar algumas regras de interdição de casamentos. Além disso, as análises de parentesco oferecidas por Teixeira-Pinto (1997) demonstram maior preocupação com a relação estabelecida no circuito das substâncias, que são apenas parcialmente referidas por Menget (2001) para os Ikpeng.

Cabe mencionar que as formas aqui reconstruídas não constituem o sistema completo do parentesco em Proto-Arara-Ikpeng, já que foram considerados prioritariamente os termos consanguíneos, havendo, ainda, a necessidade de se realizar uma discussão sobre termos que incluam, em seus significados, aspectos de outras relações interpessoais, como as de afinidades envolvidas nas atividades que configuram os cotidianos, as relações baseadas na onomástica e estudos a respeito da descendência. Há, ainda, bastante trabalho a fazer sobre essas duas línguas/dialetos, bem como sobre os povos que as falam, tanto nos aspectos antropológicos quanto nos linguísticos.

²⁹ É necessário um estudo comparativo do sistema de parentesco Ikpeng com outros de etnias que estão geograficamente próximas a eles para que se tenha uma real noção do quanto o sistema Ikpeng pode ter sido influenciado pelo contato com outras culturas, o que poderia justificar as inovações no uso de alguns termos.

AGRADECIMENTOS

Somos gratos aos colegas linguistas Fernando Órfão de Carvalho e Sanderson Castro Soares de Oliveira, que dedicaram tempo à leitura de versões anteriores e forneceram valiosas colaborações. Agradecemos, ainda, aos pareceristas anônimos pelas sugestões que deram contribuições substanciais ao artigo.

ABREVIATURAS

3	Terceira pessoa
ADV	Advérbio
ATBZ	Atributivizador
BEN	Benefactivo
NEG	Negação
NOM.PROP	Nome próprio
PASSD	Passado distante
POSSD	Possuído

REFERÊNCIAS

BARROS, Edir Pina de. **Os filhos do sol**. História e cosmologia na organização social de um povo Karib: os Kurâ-Bakairi. São Paulo: EDUSP, 2003.

BARROS, Edir Pina de. **História e cosmologia na organização social de um povo Karib**: os Bakairi. 1992. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

BOWERN, Claire. **Linguistic fieldwork**: a practical guide. Nova Iorque: Palgrave: MacMillan, 2008. Disponível em: <http://qisar.fssr.uns.ac.id/wp-content/uploads/2015/04/Qisar-Claire-Bowern-Linguistic-Fieldwork-A-Practical-Guide.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2018.

CAMPBELL, Lyle. **Historical linguistics**: an introduction. Edinburgh: Edinburg University Press, 1998.

CHAGAS, Angela Fabíola Alves. **O verbo Ikpeng**: estudo morfosintático e semântico-lexical. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

CHELLIAH, Shobhana; DE REUSE, Willem. **Handbook of descriptive linguistic fieldwork**. Netherland: Springer, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-90-481-9026-3>.

EMMERICH, Charlotte. **A fonologia segmental da língua Txikão**. 1972. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1972.

FERREIRA-ALVES, Ana Carolina. **Morfologia, morfosintaxe e o sistema de tempo, aspecto e modo em Arara (Karib)**. 2017. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FERREIRA-ALVES, Ana Carolina; BARBOSA, Leonard. Persistência histórica de processos conflituosos com populações tradicionais: impactos sobre o povo Arara do Pará. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA AMÉRICA LATINA, 2., 2017, Belém. **Anais [...]**. Belém: UFPA: NAEA, 2017. p. 1415-1428.

FERREIRA-ALVES, Ana Carolina. **Phonological aspects of Arara (Carib)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Radboud Universiteit Nijmegen, Nijmegen, 2010.

GILDEA, Spike. Linguistic studies in the Cariban family. In: CAMPBELL, L.; GRONDONA, V. (ed.). **Handbook of South American Languages**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2012. p. 441-494.

HÉRITIER, Françoise. **L'exercice de la parenté**. Paris: Gallimard: Seuil, 1981.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico (indígena)**. 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena.html>. Acesso em: 27 dez. 2017.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1976.

MEIRA, Sérgio. [Correspondência]. Destinatário: Ana Carolina Ferreira-Alves. [S. l.], 2019. E-mail.

MEIRA, Sérgio. A família linguística Caribe (Karib). **Revista de Estudos e Pesquisas**, Brasília, v. 3, n. 1/2, p. 157-174, 2006. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/journal:funai/meira_2006_familia_Karib.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

MEIRA, Sérgio; FRANCHETTO, Bruna. The Southern Cariban languages and the Cariban family. **International Journal of American Linguistics**, Chicago, v. 71, n. 2, p. 127-192, Apr. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1086/491633>.

MEIRA, Sérgio. Reconstructing Pre-Bakairi segmental phonology. **Antropological Linguistics**, Bloomington, v. 47, n. 3, p. 261-291, Fall 2005. Disponível em: <https://www.indiana.edu/~anthling/v47-3.html>. Acesso em: 20 dez. 2018.

MENGET, Patrick. **Em nome dos outros**: classificação das relações sociais entre os Txicão do Alto Xingu. Lisboa: Assírio & Alvim, 2001.

MENGET, Patrick. **Au nom des autres**. Classification des relations sociales chez les Txicão du haut-Xingu (Brésil). 1977. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Université de Paris X, Nanterre, 1977.

PACHÊCO, Frantomé. **Morfossintaxe do verbo Ikpeng (Karib)**. 2001. (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

RIVIÈRE, Peter. **Individual and society in Guiana**: a comparative study of amerindian social organization. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. (Cambridge Studies in Social and Cultural Anthropology, 51). DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511558115>.

SILVA, Marcio. Um pequeno, mas espinhoso, problema de parentesco. **Ilha**: Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 163-207, sem. 2010. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2010v12n1-2p165>.

SILVA, Marcio. Linguagem e parentesco. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 42, n. 1/2, p. 133-161, sem. 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-77011999000100009>.

SOUZA, Marcela Coelho de. Parentes de sangue: incesto, substância e relação no pensamento Timbira. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 25-60, abr. 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132004000100002>.

SOUZA, Shirley. **The morphology of nouns in the Ugoronmo language (Arara of Pará)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – University of North Dakota, North Dakota, 2010.

TEIXEIRA-PINTO, Márnio. **Iepari**: sacrifício e vida social entre os índios Arara (Caribe). São Paulo: Hucitec; Curitiba: ANPOCS: UFPR, 1997.

TEIXEIRA-PINTO, Márnio. Relações de substância e classificação social: alguns aspectos da organização social Arara. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 90, p. 169-204, sem. 1993. Disponível em: http://dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1990/anuario90_marniopinto.pdf. Acesso em: 18 fev. 2019.

TEIXEIRA-PINTO, Márnio. **Os Arara**: tempo, espaço e relações sociais em um povo Karibe. 1989. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

TORNAY, Serge. O estudo do parentesco. In: COPANS, J.; TORNAY, S.; GODELIER, M.; BACKÈS-CLÉMENT, C. **Antropologia**: ciência das sociedades primitivas? Lisboa: Edições 70, 1971. p. 43-89.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Atualização e contra-efetuação do virtual na socialidade amazônica: o processo de parentesco. **Ilha**: Revista de Antropologia, Florianópolis, n. 1, p. 5-46, dez. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/14635/13384>. Acesso em: 20 fev. 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Ambos os três: sobre algumas distinções tipológicas e seu significado estrutural na teoria do parentesco. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 95, p. 9-91, sem. 1996. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1995/anuario95_viveirosdecastro.pdf. Acesso em: 11 fev. 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Sociedades minimalistas: a propósito de um livro de Peter Rivière. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 85, p. 265-282, sem. 1986. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1985/anuario85_viveirosdecastro.pdf. Acesso em: 1 mar. 2019.

Kin terms in Karitiana and how they may contribute to the reconstruction of Proto-Tupian kin terminology

Termos de parentesco em Karitiana e como eles podem contribuir para a reconstrução da terminologia de parentesco em Proto-Tupi

Luciana Storto

Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil

Abstract: This paper reports a case study that discusses issues related to the reconstruction of kinship terminology in Proto-Tupi, based on previous work by Araújo and Storto (2002) on the Arikém and Juruna subfamilies. It also presents the remaining kin terminology of the Karitiana language (Arikém branch or subfamily) which was not discussed in the case study. Comparing Karitiana (Landin, 1989) and Juruna (Lima, 1995) kin terminology, Araújo and Storto (2002) have shown that some cognates can be found in the two languages and proposed that they reconstruct in Proto-Tupi. These authors claim that these reconstructed items indicate the following hypotheses: (1) the speakers of Proto-Tupi (4500 BP) had a Dravidian kinship system; (2) the speakers of Proto-Tupi had a kinship and naming system in which ego was equated with the paternal grandparent of the same sex as ego. Besides the 11 cognates discussed by Araújo and Storto (2002), we discuss the remaining 19 kin terms that form the Karitiana kinship system according to Landin (1989).

Keywords: Karitiana. Arikém. Juruna. Tupi. Kinship. Reconstruction.

Resumo: Neste artigo, temos como objetivo relatar um estudo de caso que discute questões relacionadas à reconstrução de terminologia de parentesco em Proto-Tupi baseados em um trabalho de Araújo e Storto (2002) nas subfamílias Ariké e Juruna, bem como apresentar o restante da terminologia de parentesco na língua Karitiana (ramo Arikém), não discutida no estudo de caso. Comparando a terminologia de parentesco em Karitiana (Landin, 1989) e Juruna (Lima, 1995), Araújo e Storto (2002) mostraram que alguns cognatos podem ser encontrados nas duas línguas, e propuseram que eles se reconstruam em Proto-Tupi. As autoras afirmam que estes itens reconstruídos corroboram as seguintes hipóteses: (1) que os falantes de Proto-Tupi (4500 AP) tinham um sistema dravidiano de parentesco, no qual ego era identificado com o avô ou a avó paternos (do mesmo sexo que ego). Além dos 11 termos discutidos por Araújo e Storto (2002), apresentamos uma discussão dos 19 termos restantes do sistema de parentesco Karitiana de acordo com Landin (1989).

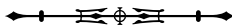
Palavras-chave: Karitiana. Arikém. Juruna. Tupi. Parentesco. Reconstrução.

STORTO, Luciana. Kin terms in Karitiana and how they may contribute to the reconstruction of Proto-Tupi kin terminology. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 1, p. 121-130, jan.-abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000100008>.

Autora para correspondência: Luciana Storto. Avenida Luciano Gualberto, 403, Prédio de Letras. São Paulo, SP, Brasil. CEP 05508-010 (storto@usp.br). ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3012-6862>.

Recebido em 18/04/2018

Aprovado em 23/01/2019



INTRODUCTION TO THE TUPIAN FAMILY

The Tupian family is composed of 10 language branches, as depicted in Table 1. The most numerous and geographically widespread branch is Tupi-Guarani, which has 40 dialects belonging to 22 living languages (Moore et al., 2008), many of which are mutually intelligible. The remaining 9 branches have 20 languages. Excluding Tupi-Guarani, only two branches have more than 2 languages: Mondé (6) and Tupari (5). The others today can be considered single-language branches because Kuruaya (in the Munduruku family) is now extinct, while Xipaya (Juruna family) has only 2 elderly speakers.

Table 1. Tupian branches and languages (Rodrigues, 1986, 1999; Moore et al., 2008).

Aweti (Aw)	Aweti (AW)
Arikém (Ak)	Karitiana (KA)
Juruna (Ju)	Juruna (JU), Xipaya (XI)
Mawé (Mw)	Satere-Mawé (MW)
Mondé (Mo)	Gavião (GA)-Zoró (ZO)-Cinta Larga (CL)-Aruá (AU), Suruí (SR), Salamäy (MO)
Munduruku (Mu)	Munduruku (MU), Kuruaya (KU)
Puruborá (Pu)	Puruborá (PU)
Ramarama (Ra)	Karo (KO)
Tupari (Tp)	Tupari (TU), Mekéns (MN), Wayoró (AJ), Makurap (MK), Akuntsú (AK)
Tupi-Guarani (Tg)	22 languages (TG), not shown in the map in Figure 1

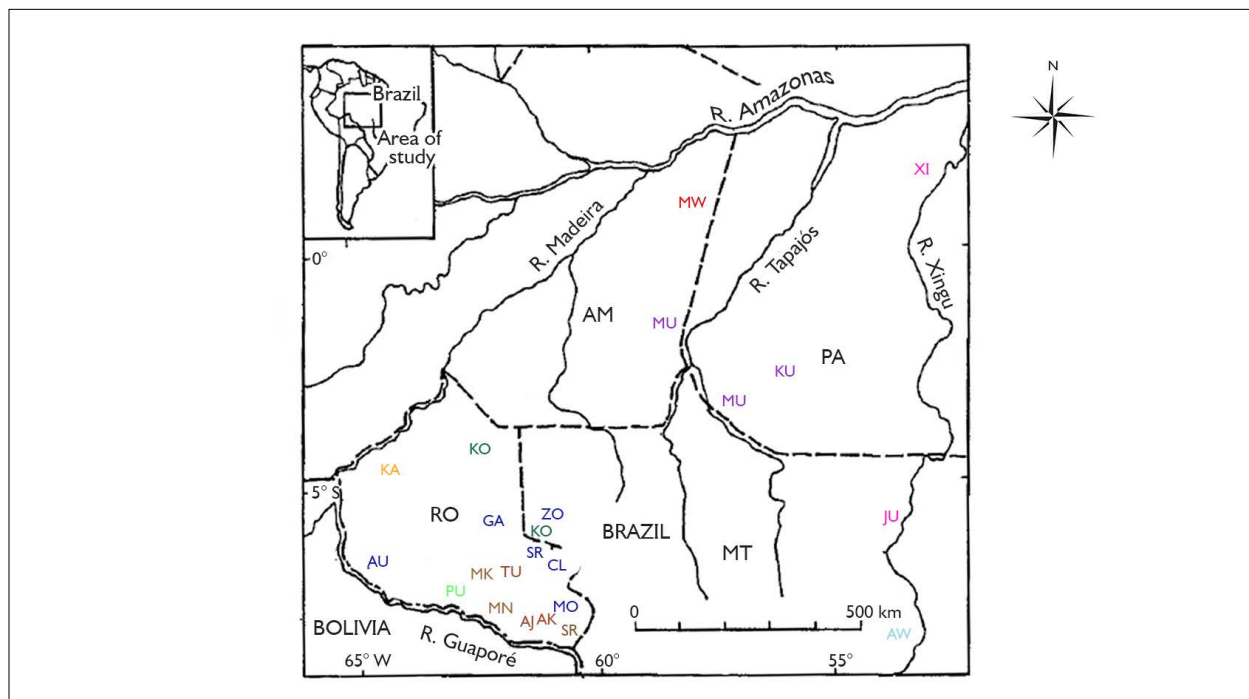


Figure 1. Tupian languages (excluding Tupi-Guarani). Map adapted from Rodrigues (1999).

Geographically, 5 branches of the Tupian language family are spoken in the state of Rondônia (RO) and another 5 outside this state, which Rodrigues (1964) considers to be the homeland of this family. Rodrigues (2007) suggests a genetic division within the Tupian family between Eastern languages (not spoken in RO) and Western languages (RO languages).

In the more conservative diagram (Galucio et al., 2015) depicted in Figure 2, the 10 branches are grouped into 7 main groups: (1) Mawé-Aweti-Tupi Guarani on the right side (3 branches in 1); (2) Ramarama-Puruborá in the middle (2 branches grouped in 1); (3) One branch corresponding to each remaining group (5 branches). These are the well-known and accepted genetic relationships already established inside the Tupian family.

SUMMARY OF ARAÚJO AND STORTO (2002)

In comparisons of Juruna (Lima, 1995) and Karitiana (Landin, 1989; Lucio, 1996) kinship terminology, some terms common to both languages have been identified and proposed to reconstruct in Proto-Tupi. These authors claim that these reconstructed items raise the following hypotheses:

- (1) The speakers of Proto-Tupi (4500 BP) had a Dravidian kinship system.
- (2) The speakers of Proto-Tupi had a kinship and naming system in which ego was equated with a paternal grandparent of the same sex as ego.

Preferential marriage in Dravidian kinship systems is with cross-cousins, who are not the children of parent figures (parallel uncles and aunts), but rather the offspring of 'father's sister' (FZ) and 'mother's brother' (MB), as shown in Figure 3 for a male ego (triangle in red). The evidence offered in favor of the first hypothesis is that kin terms for parallel uncles and aunts ('father's brothers' [FB] and 'mother's sisters' [MZ]) are linguistically derived from the terms for 'father' (F) and 'mother' (M), respectively. Because they are children of parent figures, parallel cousins (the children of 'mother's sister' [MZ] or 'father's brother' [FB]) are considered siblings by ego (MZ is considered an extension of 'mother' and FB is considered as an extension of 'father').

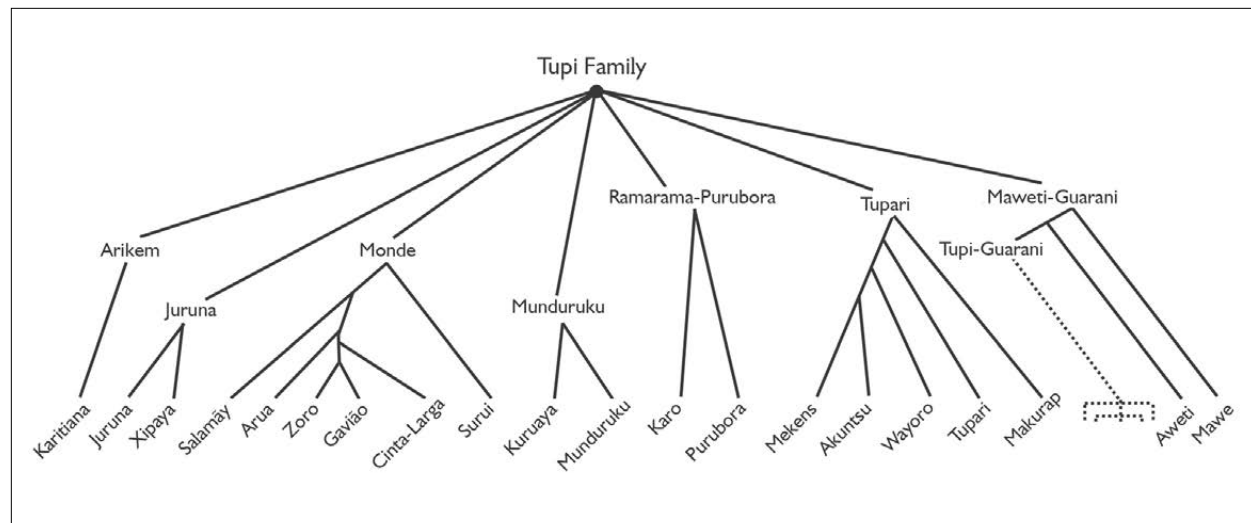


Figure 2. Tupian Family. Taken from Galucio et al. (2015).

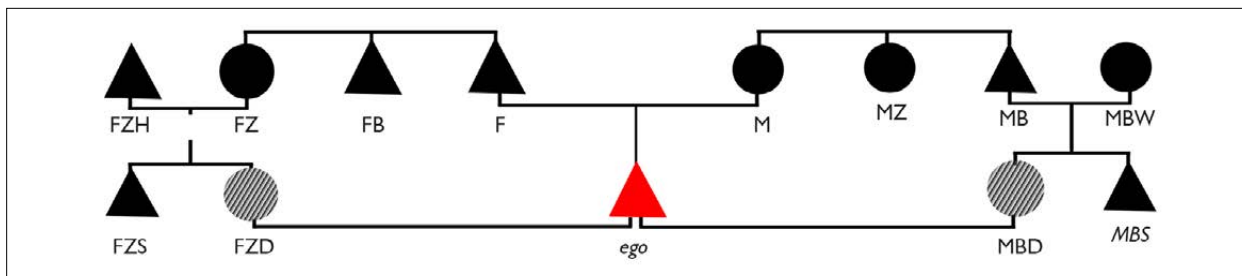


Figure 3. Preferential Marriage in a Dravidian kinship system.

As seen in Table 2, *syp*, the word for ‘father’ (female speaking) in Karitiana, comprises the words for ‘father’s brother’ (FBs), *sypyty* (eFB: ‘elder father’s brother’), and *sypysin* (yFB: ‘younger father’s brother’), while *ti*, the word for ‘mother,’ is the source of the words for ‘mother’s sisters’ (MZs), *tiity* (eMZ) and *ti’et* (eMZ):

Table 2. Parallel uncles and aunts in Karitiana: terms derived from ‘father’ and ‘mother.’¹

		Male Ego	Female Ego
1	eFB	<i>Sypyty</i>	<i>Sypyty</i>
2	yFB	<i>Sypy’et</i>	<i>Sypysin</i>
3	F	<i>’It</i>	<i>Syp</i>
4	M	<i>Ti</i>	<i>Ti</i>
5	yMZ	<i>Ti’et</i>	<i>Ti’et</i>
6	eMZ	<i>Tiity</i>	<i>Tiity</i>

The other morphemes involved in the formation of these terms are *-ty* (‘big’), *-’et* (‘child,’ used exclusively by a woman in reference to her sons or daughters), and *-sin*, probably derived from the root *’in* (‘small’). This is understandable since the elder brother and sister of a parent are their own big brothers and sisters, while the younger brother of a man is his little brother. Women probably address aunts who are their mother’s younger sisters as *ti’et*, which consists of the lexical items for ‘mother’ and ‘child’ (woman speaking) and can be translated as ‘mother’s child’ because these women’s mothers may have raised their younger sisters as if they were their own children. Proof of this hypothesis is that the word ‘dog’ in Karitiana, *ombaky by-’et-na* [jaguar causative-child-adjectivizer] involves the term *’et* in its formation and is derived from ‘jaguar,’ meaning ‘domesticated/raised jaguar,’ suggesting that *’et* literally means ‘raised.’

It is not clear why a male ego would call his father’s brothers by terms derived from *syp*, since this is the term used by a female to call her father, but we believe that this is the old term for ‘father’ which at one time was used by both male and female egos (indeed it reconstructs in Proto-Tupí, as we will see below). Another possibility is that the

¹ The orthographic conventions used for Karitiana are a result of a literacy project coordinated by Luciana Storto and funded by the Norwegian Rainforest Foundation together with 6 other projects by linguists who at that time (1994-1997) were affiliated with Museu Paraense Emílio Goeldi. Kinship terms mentioned by Landin (1989) in her MA were adapted to the new orthography adopted as of 1994. Lucio (1996) also used Rachel Landin’s terminology in his MA. The orthographic symbols *y* and *’* stand for a high central vowel [ɨ] and a glottal stop [ʔ], respectively. The symbol *j* is a palatal approximant (or a palatal nasal when *j̃*).

other term for ‘father,’ used exclusively by male egos, cannot be directed to non-progenitors, that is, to classificatory ‘fathers.’ This same question can be raised for the term ‘**et**, which is surprisingly used by a male ego to describe his father’s younger brother in **sypy’et**, considering that ‘**et**’ is the term used by a female ego for her children. One possibility is that ‘**et**’ does not literally mean ‘child,’ but instead may be used to denote any children raised by ego. In this interpretation, an older brother could raise his own younger brother, as proposed above with regard to **ti’et** (younger mother’s sister). These possible explanations are suppositions and should not be taken as correct analysis; what is clear, nonetheless, is that the terms for ‘mother’s sister’ and ‘father’s brother’ are derived from ‘mother’ and ‘father,’ respectively, while other types of uncles and aunts are not (as seen in Table 8).

Table 3 shows a similar situation in Juruna, although in this language there is no difference between male and female terms. Younger siblings of the same sex are always derived with the root **iza**, and elder siblings of the same sex are derived using the root **i’uraha**.

Table 3. Terms for parallel uncles and aunts in Juruna.

Male and female ego		
1	eFB	Pa i’uraha
2	yFB	Pa iza
3	F	Pa
4	M	Ja
5	yMZ	Ja iza
6	eMZ	Ja i’uraha

At first inspection it seems that the roots for ‘father’ from which the words for ‘father’s brother’ are derived are unrelated in Karitiana and Juruna, since all they have in common is the consonant **p**. However, we know for a fact that the Karitiana word **syp** [**sip**] and the Juruna word **-pa** for ‘father’ are cognates that reconstruct in Proto-Tupi (Table 4):

Table 4. Cognates for ‘father’ in five Tupian branches.

Karitiana (Arikém):	syp (Female ego)
Juruna (Juruna):	u-pa
Xipaya (Juruna):	-tupa/-pa
Mekéns (Tupari):	-top
Zoró (Mondé):	-zup
Gavião (Mondé):	-sop
Suruí (Mondé):	-lop
Aweti (Aweti):	-up

According to Rodrigues (2005), the word for ‘father’ in PT is reconstructed as ***-up**. Other reconstructions proposed involve ***D** (possibly a lateral fricative) for the first consonant in Proto-Tupari by Moore and Galucio (1994) and ***T** (possibly [c] or [tʰ]) for Pre-Maweti-Guarani by Meira and Drude (2013).



Furthermore, Araújo and Storto (2002) show that the words for ‘mother’ in Karitiana and Juruna originate from two different roots (Table 5), one of which (in Juruna) may have been a vocative in Proto-Tupi, because the lexical item Rodrigues (2005) reconstructs for ‘mother’ in Proto-Tupi (PT) is *tʃi.

Table 5. ‘Mother.’

Karitiana	-ti	Suruí	-ti	Gavião	-ti	Mekéns	-si	Munduruku	-fi
Juruna	-ja	Xipayá	-dʒa	Mekéns	-ja (vocative)	Proto-Tupari	-ja	Puruborá	-ajã

In Karitiana there are two words for ‘father:’ one is the cognate mentioned above, while the other is ‘it, the same word as ‘child’ (father speaking). This is because the male ego’s son is identified with ego’s father, as we shall see below. The term ‘it can be literally translated as ‘larvae’ or ‘semen.’ In other words, a man will call his children of either sex y’it, literally ‘my semen,’ but for obvious reasons, only a son will call his father by the same term. The daughter, devoid of semen, will call him **ysyp** ‘my father,’ using the cognate already discussed in Table 4.

This is reflected in the naming system of Karitiana and Juruna: a child will receive the same name as his father’s parent of the same sex. It also helps to explain another kinship category that reconstructs in Proto-Tupi, *amōj (Rodrigues, 2007) which refers to the grandparent who is a namegiver but not to other types of grandparents (Table 6):

Table 6. ‘Grandfather’ (in Karitiana, ‘grandparent’ [namegiver]).

Karitiana (Arikém)	ombyj [õmbij]
Juruna (Juruna)	we’ãmi
Suruí (Mondé)	-amõ
Aweti (Aweti)	amũj

The term **ombyj [õmbij]** in Table 6 is derived from [õn] ‘1st person’ (present in Proto-Arikém, the immediate mother language of the Arikém branch, as an alternative to the cognate prefix currently used in Karitiana for the same meaning, which is [+1] plus the root **byj [bij]** ‘chief, boss.’ The reciprocal term, which grandparents use to address the grandchildren who bear their names, is **ongot**, and may have derived historically from an archaic Proto-Arikém form of 1st person **õn** and the adjective **got** (‘young’), literally ‘me young’ or ‘I as a youth.’ This hypothetical etymology may not work in other Tupian families, but this cognate clearly exists in both Juruna and Arikém (subfamilies that are very different from each other inside the Tupian family) as it exists in Mondé and Aweti, suggesting that the special status of a grandparent who is a namegiver also exists elsewhere.

Araújo and Storto (2002) have suggested that the words used for ‘father’ and ‘mother’ in Karitiana and Juruna reconstruct in Proto-Tupi (both the term reconstructed by Rodrigues [2007] and Rodrigues and Cabral [2012] as *tʃi and the one used as a vocative in Mekéns, which appears in three subfamilies, Puruborá, Tupari and Juruna). Since they derive the kinship terms for MZ and FB in these two languages, respectively, it is possible that Proto-Tupi had a Dravidian kinship system. The naming system in Karitiana and Juruna reflects an equation in which ego’s paternal grandparent of the same sex as ego provides a name for their grandchildren of the same sex. Since the term for this kinship category reconstructs in Proto-Tupi, the language may have featured the same equation in its kinship and naming system.

To sum up this section, 11 Karitiana kinship terms have been discussed: 'father' (male speaking), 'father' (female speaking), 'child' (male speaking), 'child' (female speaking), 'mother,' 'elder father's brother,' 'younger father's brother,' 'elder mother's sister,' 'younger mother's sister,' 'grandchild' (grandparent's namesake), and 'grandparent' (namegiver speaking). These terms have been compared with what has been described by Lima (1995) about Juruna kinship. The reconstruction of a few kinship terms can lead us to formulate hypotheses about the social organization of the Proto-Tupi people (4500 BP) as well as the internal branching of Tupian:

- (1) They had a Dravidian kinship system, or at least the language which was the mother language to both the Juruna and the Arikém family had a Dravidian system.
- (2) Ego was identified with the paternal grandparent of the same sex as ego, with reflections in the onomastic (naming) system, if not in Proto-Tupi, at least in a putative intermediate language which was a mother language to the Arikém and Juruna families. If Rodrigues (2007) is correct about the family having an Eastern and a Western branch, Karitiana and Juruna could not have descended from any other mother language than Proto-Tupi because they are as different as two Tupian languages can be (see Figure 4).

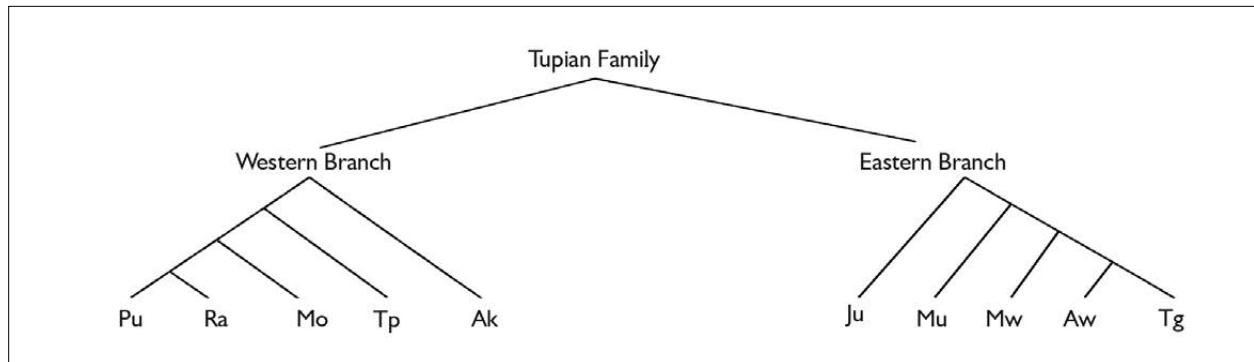


Figure 4. Tupian Family. Adapted from Rodrigues (2007).

REMAINING KIN TERMS IN KARITIANA

Besides the 11 terms already discussed, there are 19 additional kinship terms in Karitiana which are relevant for historical linguistic studies and should be compared with Tupian languages from other subfamilies in search of cognates (Table 7):

Table 7. The category 'siblings' (5 terms).

Male ego		Female ego	
eB	haj	eZ	haj
yB	ket	yZ	kypeet
Z	pan'in	B	syky

Table 7 displays the terminology for 'siblings.' Same-sex siblings are divided by age and sex of alter, resulting in a system in which the term **haj** is used for 2 categories, namely 'elder brother' and 'elder sister' (eB=eZ), which could

also be denoted 'same-sex elder sibling.' Opposite-sex siblings are divided by the sex of ego (**pan'in** for male ego and **syky** for female ego), as are same-sex younger siblings (**ket** for male ego and **kypeet** for female ego).

Ego's 'paternal uncles' (FB) and 'paternal aunts' (FZ) are divided by the sex of alter: **sokit** is the term for 'paternal aunts' (FZ). 'Paternal uncles' (father figures) are divided by sex according to the age of alter, as seen in Table 2. 'Maternal uncles' (MB) are divided by the sex of ego: **ta'it** for male ego (perhaps formed by **ta-** a 3rd person anaphoric possessive pronoun and **'it** father/son, possibly meaning 'his son/father') and **syky'et** for female ego (Table 8).

Table 8. The categories 'uncles' and 'aunts' who are not parallel relatives.

Male ego		Female ego	
FZ	sokit	FZ	sokit
MB	ta'it	MB	syky'et

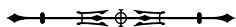
One possible explanation for these two terms may be related to the fact that maternal uncles (MB) are not father figures in the system. Instead they are the fathers of potential marriage partners (cross-cousins), in other words, ego's potential father-in-law. **Ta'it** could then mean 'his father (not mine).' A woman may marry the uncle she calls **syky'et** (avunculate). This term could be a compound of **syky** ('mother's brother') and **'et** ('child'), meaning 'mother's brother who was raised as a child' because a woman's potential husband in an avunculate system is called **syky** (younger brother) by her mother, who probably cared for and raised him when he was a child like a mother. Although these etymologies are unlikely to be correct, we prefer to propose them here as a contribution to the debate on kinship terms in Proto-Tupi rather than not suggest them at all.

The 'nephew' category (Table 9) is divided by ego (maternal or paternal line) as well as the sex of ego: a paternal nephew of a male ego is called **'it ongot** ('father's namesake' or **ongot**) and his paternal niece is called **ti ongot** ('mother's namesake' or **ongot**). This is understandable because these nephews and nieces are the namesakes of the male ego's parents.

All other nephews and nieces of a male ego will be called **saka'et** (literally 'child of **saka**'). **Saka** itself is not a kin term in the system, but if it were it would mean 'man's sister' (which in the kinship system is **pan'in**). The maternal niece of a female ego is **ti ongot** ('mother's namesake'), while other nephews and nieces are divided by the age of ego's sister (their mother). The children of ego's older sister are called **haja'et** ('elder sibling's child') and the children of ego's younger sister are **korõj'et** ('child of **korõj**;' the root **korõj** does not appear in the kin terminology by itself, but if it did it would mean 'woman's younger sister,' which is **kypeet** in the Karitiana kin terminology). It would be interesting to look for cognates for **saka** and **korõj** in other Tupian languages to see if our hypotheses about what they might mean are well-founded historically.

Table 9. The category 'nephews' and 'nieces.'

Male ego		Female ego	
BS	'it ongot	BD	ti ongot
BD	ti ongot	eZS	haja'et
ZS	saka'et	eZS	haja'et
ZD	saka'et	yZS	korõj'et [korõn?et]
		yZD	korõj'et



Grandparents who are not namegivers or **ombyj** ('my chief') are called **owoj** (male) and **timoj** (female), as shown in Table 10.

Table 10. The category 'grandparents' (non-namegivers).

Male ego		Female ego	
MF	owoj	MF	owoj
MM	timoj [timõj]	MM	timoj

We have seen that **ongot** ('me as a youth') is the term for a grandchild who is the grandparent's namesake. Other types of grandchildren are **sokite'et** ('paternal aunt's child') for a male ego and **ete'et** ('child's child') for a female ego. The morpheme **'et** means 'child, young' (in other words, son and daughter, used by a woman), so **ete'et** is 'child's child,' which is understandable as a compound for 'grandchild' (used by a woman). However, we do not understand why a man would call his grandchildren 'paternal aunt's child' unless his son married his father's paternal aunt.

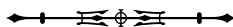
Landin (1989) mentions that there are no kin terms for cross-cousins in Karitiana. She explains that this may be because these categories are preferential for marriage to ego, and hypothesizes that the traditional terms used for these categories could have been **man** ('husband') and **sooj** ('wife'), totaling 2 terms. The total kinship system has 30 terms, according to Landin (1989). The same author also points out that the Karitiana combine the Dravidian system with avunculate (preferential marriage of a man to his sister's daughter), which we found to be correct in our own fieldwork.

FINAL CONCLUSIONS

The Dravidian Rule, which is present in the Karitiana kinship system, guarantees the expansion of the kinship category father (F) to include the category father's brother (FB) and mother (M) to include mother's sister (MZ), who become parent figures to ego. This is corroborated by the terminology used for FB and MZ, all of which derive from the words for father and mother, respectively, while terms for other types of uncles and aunts do not. The Dravidian Rule implies that cousins who are children of the expanded categories are like brothers (B) and sisters (Z) to ego. These are parallel cousins and marriage with them is not possible. The consequence is that cross-cousins (in other words, cousins who are not parallel cousins) become the preferable marriage partners in ego's generation. There are no kin terms in Karitiana for such cousins, possibly because the terms husband and wife may have been used for them.

There is a second type of preferential marriage among the Karitiana above ego's generation. It is possible for a woman to marry her mother's brother (avunculate). The word for this kin term may be tentatively translated as 'mother's brother who was raised by her.' In the category 'nephews' there are two kin terms which are compounds of some terms that are not part of the system; 'grandchildren' of a male ego who are not his namesakes are called a term that is puzzling in our analysis unless boys marry their father's sister. If this is the case, it is an extension of the avunculate relationship.

Additionally, paternal grandparents are namegivers and the term for father is different for boys and girls because one of these terms derives from the word 'larvae' or 'semen.' A father calls his children 'my semen,' and this is also what a boy calls his father, since boys are identified with their paternal grandfather (a namegiver) in the kinship and naming system.



Considering that Juruna and Karitiana share the Dravidian Rule and onomastic practices according to which the paternal grandfather or grandmother are special kin categories because they name their grandchildren, we hypothesize that Proto-Tupi had a Dravidian kinship system and a kinship term for a namegiving grandparent.

REFERENCES

- ARAÚJO, Carolina; STORTO, Luciana. Terminologia de parentesco em Karitiana e Juruna: uma comparação de algumas equações entre categorias paralelas e gerações alternas. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE LÍNGUAS INDÍGENAS DA ANPOLL*, 1., 2002, Brasília. *Atas* [...]. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 430-442.
- GALUCIO, Ana Vilacy; MEIRA, Sérgio; BIRCHALL, Joshua; MOORE, Danny; GABAS JR., Nilson; DRUDE, Sebastian; STORTO, Luciana; PIKANÇO, Gessiane; REIS RODRIGUES, Carmen. Genealogical relations and lexical distances within the Tupian linguistic family. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 10, n. 2, p. 229-274, maio/ago. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-81222015000200004>.
- LANDIN, Rachel Mary. **Kinship and naming among the Karitiana of Northwestern Brazil**. 1989. Thesis (Master in Anthropology) - University of Texas at Arlington, Arlington, 1989.
- LIMA, Tânia Stolze. **A parte do Cauim**: etnografia juruna. 1995. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
- LUCIO, Carlos Frederico. **Sobre algumas formas de classificação social**: etnografia sobre os Karitiana de Rondônia (Tupi-Arikém). 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- MEIRA, Sérgio; DRUDE, Sebastian. Sobre a origem histórica dos “prefixos relacionais” das Línguas Tupi-Guarani. *Cadernos de Etnolinguística*, v. 5, n. 1, p. 1-30, maio 2013.
- MOORE, Denny; GALUCIO, Ana Vilacy; GABAS JR., Nilson. O desafio de documentar e preservar as línguas amazônicas. *Scientific American Brasil*, Pinheiros, n. 76, p. 36-43, set. 2008. (Amazônia, a floresta e o futuro).
- MOORE, Denny; GALUCIO, Ana Vilacy. Reconstructions of Proto-Tupari consonants and vowels. *Survey of California and Other Indian Languages*, Berkeley, n. 8, p. 119-137, 1994.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna; CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara. Tupían. *In: CAMPBELL, Lyle; GRONDONA, Verónica (ed.). The indigenous languages of South America: a comprehensive guide*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2012. p. 495-574. (The World of Linguistics, 2).
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. As consoantes do Proto-Tupi. *In: RODRIGUES, Aryon Dall’Igna; CABRAL, Ana Suely Arruda (org.). Línguas e culturas Tupí*. Brasília: LALL; Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2007. v. 1, p. 167-203.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. As vogais orais do Proto-Tupi. *In: RODRIGUES, Aryon Dall’Igna; CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara (org.). Novos estudos sobre línguas indígenas*. Brasília: Editora UnB, 2005. p. 35-43.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Tupi. *In: DIXON, Robert; AIKHENVALD, Alexandra (ed.). The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 107-123.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. A classificação do tronco lingüístico Tupí. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 12, n. 1/2, p. 99-104, jun./dez. 1964.

Kin on the Wing: patterns in residence, mobility, and alliance for Ache hunter-gatherers

Kin on the Wing: padrões de residência, mobilidade e aliança no grupo de caçadores-coletores Achê

Warren Thompson

University of Michigan. Ann Arbor, Michigan, USA

Abstract: This paper provides a structural and historical overview of the kinship of a group of Tupi-Guarani-speaking hunter-gatherers, the Ache (Guayaki) of eastern Paraguay. I begin by considering the distinguishing features of Ache kin terminology, describing its characteristic tension between the dimensions of generation and crossness, before considering arguments for historical transformations offered for similar cases in lowland South America. The Ache case shows that the “Hawaiianization” of terms in ego’s generation does not necessarily entail an inward-looking endogamy, as some anthropologists (Dole, 1969; Wagley, 1977) have argued. By describing the network of Ache foraging bands as a residence-based form of kin organization, I show that “Hawaiianization” is not only perfectly compatible with the creation of alliances over considerable distances (Asch, 1998; Ives, 1998; Hornborg, 1998), but that “Hawaiianization” and distant marriage actually work together in the production of band alliances. At various points I highlight semantic, ethnographic, and historical data which, despite lying outside the scope of the phylogenetic analysis undertaken in other contributions to this issue, may nonetheless bear on some of its claims.

Keywords: Kinship. Bifurcate generational. Hunters and gatherers. Residence. Alliance.

Resumo: Este artigo apresenta um panorama estrutural e histórico do parentesco de um grupo de caçadores-coletores Tupí-Guaraní, os Achê (Guayaki) do Paraguai oriental. Começo com uma discussão das características distintivas da terminologia do parentesco dos Achê, descrevendo a sua tensão característica entre as dimensões de geração e de cruzamento, para depois considerar argumentos para as transformações históricas que casos semelhantes nas terras baixas da América do Sul oferecem. O caso dos Achê mostra que a ‘hawaiianização’ de termos na geração do ego não implica necessariamente uma endogamia voltada para dentro, como argumentaram alguns antropólogos (Dole, 1969; Wagley, 1977). Ao descrever a rede de grupos coletores Achê como uma forma de organização de parentesco baseada na residência, mostro que a ‘hawaiianização’ não é apenas perfeitamente compatível com a criação de alianças a grandes distâncias (Asch, 1998; Ives, 1998; Hornborg, 1998), evidenciando que a ‘hawaiianização’ e o casamento distante funcionam juntos. Em várias partes, destaco os dados semânticos, etnográficos e históricos. Embora esses dados estejam fora do escopo da análise filogenética realizada em outras contribuições para este número especial, eles podem, no entanto, ser relevantes para algumas afirmações presentes nesta edição.

Palavras-chave: Parentesco. Fusão bifurcada. Caçadores e coletores. Residência. Aliança.

THOMPSON, Warren. Kin on the Wing: patterns in the residence, mobility, and alliance for Ache hunter-gatherers. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 1, p. 131-145, jan.-abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000100009>.

Autor para correspondência: Warren Thompson. University of Michigan. Anthropology. 500 S State St. Ann Arbor. Ann Arbor, Michigan 48109 USA (wmthom@umich.edu). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6963-2175>.

Recebido em 02/04/2018

Aprovado em 27/02/2019



THE STRUCTURE OF ACHE KIN TERMINOLOGY

This article addresses the question of directional change in kinship terminology through a structural and historical overview of the kinship of a group of Tupi-Guarani-speaking hunter-gatherers, the Ache (Guayaki) of eastern Paraguay, as it existed in the first half of the twentieth century.¹ For heuristic purposes, Ache kin terminology may be roughly described as semi-bifurcate merging at G_{+1} and generational at G_0 , a pattern anthropologists have variously termed bifurcate generational (Dole, 1969) or Iroquois-generational (Tjon Sie Fat, 1998).² In this article, however, I am less concerned about fitting Ache terminology into existing typologies than I am with exploring the tension between the bifurcate and generational tendencies that I believe define it.

I begin by describing how these tensions are expressed in Ache terminology. In exploring these tensions, I consider arguments for the historical “regression” of kinship structures. The Ache case shows that the “Hawaiianization” of terms in ego’s generation, i.e. the reclassification of cross and parallel cousins as siblings, does not necessarily entail an inward-looking endogamy, as some anthropologists (Dole, 1969; Wagley, 1977) have argued. By describing the network of Ache foraging bands as a residence-based form of kin organization, I show that “Hawaiianization” is not only perfectly compatible with the creation of alliances over considerable distances (Asch, 1998; Ives, 1998; Hornborg, 1998), but that “Hawaiianization” and distant marriage actually work together in the production of band alliances.

The nomenclature is presented below in Table 1,³ and tree diagrams to ego are presented in Figures 1 and 2. All kin terms can be used as both reference terms and terms of address. Affinal terms are generally not used as terms of address, owing to the influence of affinal avoidance.

Table 1. Ache relationship terminology in the twentieth century.

(Continue)

Male ego		Female ego	
<i>Djamo</i>	FF, MF	<i>Djamo</i>	FF, MF
<i>Djary</i>	FM, MM	<i>Djary</i>	FM, MM
<i>Āpā</i>	F, FB	<i>Āpā</i>	F, FB
<i>Ei</i>	M, MZ	<i>Ei</i>	M, MZ
<i>Tuty</i>	MB, ZS, ZD	<i>Tuty</i>	MB
<i>Pawe</i>	B, Z, FBS, FBD, FZS, FZD, MBS, MBZ, MZS, MZD	<i>Pawe</i>	B, Z, FBS, FBD, FZS, FZD, MBS, MBZ, MZS, MZD
<i>Ny</i>	Z	<i>Kywā</i>	B
<i>Key’y</i>	eB	<i>Key’y</i>	eZ
<i>Tywy</i>	yB	<i>Tywy</i>	yZ
<i>Ray</i>	S, BS	<i>Memby</i>	S, D, BS, BD, ZS, ZD
<i>Radjy</i>	D, BD		

¹ I consequently do not discuss changes in Ache relationship terminology since their settlement in the latter half of the twentieth century, such as the introduction of certain Spanish terms and the abandonment of affinal terminology.

² See Wagley and Galvão (1946).

³ Terms were elicited during the period 2006–2017 while gathering genealogies in two Ache communities. All the 18 respondents I spoke with had been married before the beginning of the settlement period (1959–1978). I later cross-checked the consistency and accuracy of terms against an extensive archive of transcribed Ache recordings spanning from 1960 to 2017.



Table 1.

(Conclusion)

Male ego		Female ego	
<i>Mino</i>	SS, SD, DS, DD	<i>Mino</i>	SS, SD, DS, DD
<i>Breko</i>	W	<i>Ime</i>	H
<i>Djywě</i>	WF, DH		
<i>Katy</i>	WM, SW	<i>Katy</i>	HF, HM, DH, SW
<i>Wadja</i>	WB, WZ, ZH, BW	<i>Wadja</i>	HB, HZ, ZH, BW

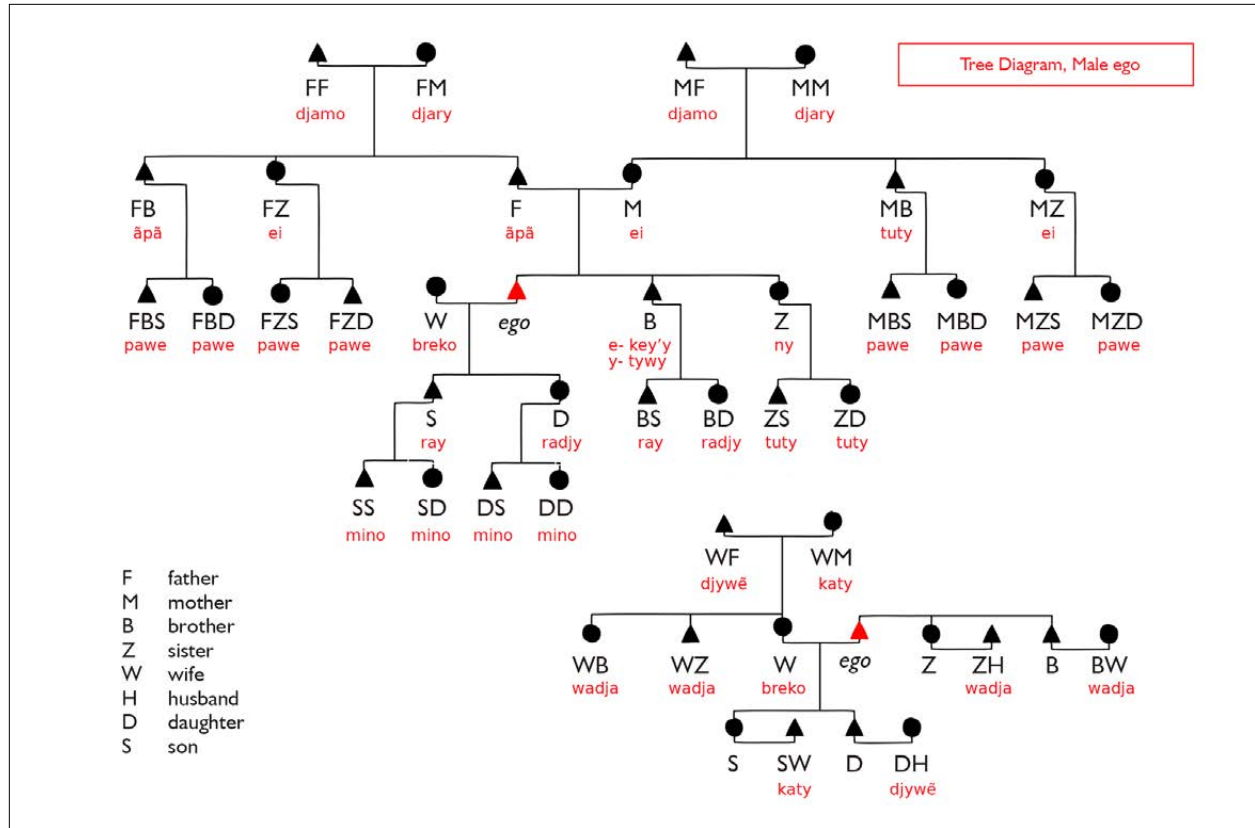


Figure 1. Tree diagram, male ego.

The terms above illustrate that in its broad features, Ache kinship terminology springs from four salient dimensions:

1) Dimension of generation: a generation may take one of five values in Ache terminology: grandparents' generation, parent's generation, ego's generation, children's generation, or grandchildren's generation. Ego's G_{+2} and G_{-2} generations are boundary positions, in the sense that their terms apply for all generations beyond them. Thus, the terms for 'grandfather' (*djamo*) or 'grandmother' (*djary*) apply to all persons in the generation above ego's parents, while a genderless term for 'grandchild' (*mino*) may be applied to those persons younger than ego's children.⁴

⁴ *Djary* ('grandmother') is also applied to certain female and male ritual kin who take part in postnatal and initiation rites.



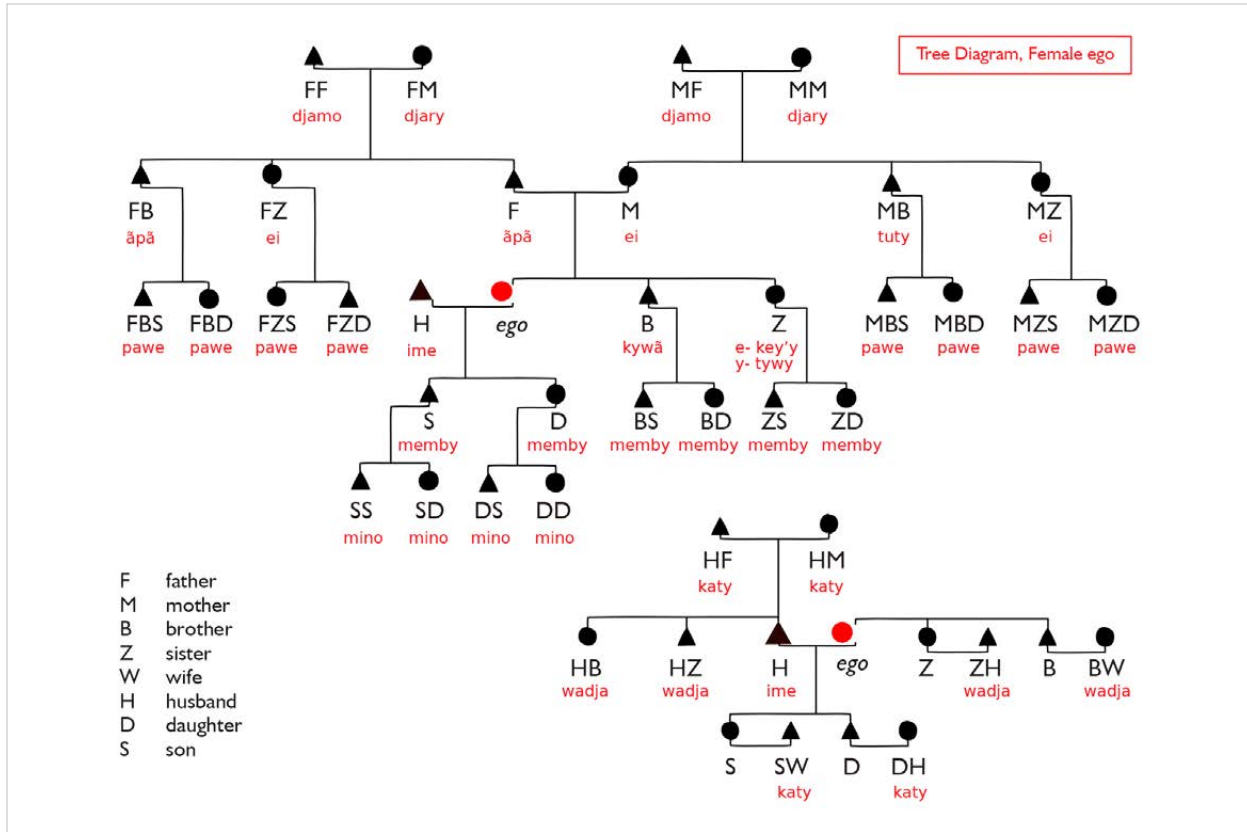


Figure 2. Tree diagram, female ego.

Generational dimensions may possess strongly indexical valences, a point long stressed by anthropologists working in lowland South America (Basso, 1975; Kensinger, 1985; Ball, 2015). A particularly important example is the application of male consanguineal terms in G_{+1} and G_{+2} beyond the boundaries of Ache society to classify, describe, and establish asymmetrical relations with non-Ache. Since at least the nineteenth century, the Ache have referred to distant enemies (particularly whites) as *ãpã* and *djamo*, ‘fathers’ and ‘grandfathers,’ independent of any actual relationship established with them.⁵ I consider these uses indexical and iconic to Ache ‘fathers’ and ‘grandfathers’ (and not simply an undifferentiated element of the same category) because *ãpã* and *djamo* could not be applied to non-Ache in the same way as they applied to Ache persons. First, the generational salience of *ãpã* and *djamo* as Ache kin terms did not transfer to whites; in the latter case, the use of one or the other was completely unrelated to the age or generation of the person in question. Second, these terms had gendered values which differed from their ordinary use as kin terms. In no case did an Ache woman become a daughter (*radjy*) to a Paraguayan ‘father,’ and Paraguayan women were not

⁵ As categorical terms for distant enemies (particularly whites), *ãpã* and *djamo* were not possessed. When they referred to actual relationships of ‘familiarization’ between specific Ache and Paraguayans, these terms were possessed. Thus, after establishing relations with certain whites (*ãpã*) during the settlement period, Ache men would commonly refer to a Paraguayan ally as ‘my father’ (*cho ãpã*) and would refer to themselves as ‘their son’ (*idja ray*).

categorically referred to as 'mothers' (*ei*). Finally, this practice was not merely a feature of the generationally-minded terminology of the Ache, but was common among other Tupi-Guarani-speaking groups as well. It seems to have been a well-established practice for the sixteenth-century Tupinamba, who received the Portuguese with the term *tamoi* ('grandfathers') (Thevet, 1953 [1575]), and the Parakanã, who called them 'fathers' in the twentieth century (Fausto, 2012).

2) Dimension of relative age: male and female egos use the same elder/younger distinction for their same-sex 'sibling' terms, but not for cross-sex 'sibling' terms. Thus, men call their older brothers *key'y* and their younger brothers *tywy*, just as women call their older sisters *key'y* and their younger sisters *tywy*, with a different term for each cross-sex sibling: a man calls his sister *ny*, while a woman calls her brother *kywã*. These terms may also be applied to close cousins co-residing with ego. I did come across a few instances in which women referred to their brothers with these 'same-sex sibling' relative age terms, however.⁶ The only partial hypothesis I can offer to regarding this departure is that Ache sisters very rarely co-resided in adulthood (see below).

3) Dimension of sex: offspring terms are distinguished by both the gender of ego, and for the male ego, the gender of the child, as stated above. An Ache father calls his S, BS and daughters *ray* and *radjy* (or in one dialect, *tay* and *tadjy*), respectively. A woman's term for her child (*memby*) does not indicate its gender, although it can be further specified, as in *cho memby kybei*, 'my male child,' or *cho memby kudja*, 'my female child.'

Specific terms for cross-sex siblings (*ny* for a man's sister and *kywã* for a woman's brother) exist alongside *pawe*, a generic term for sibling that encodes neither the sex nor seniority of the ego or referent.⁷

4) Dimension of crossness: in a terminology with a strong generational tendency where all kin are grandfathers, grandmothers, fathers, mothers, siblings, children, or grandchildren, the crossed term *tuty* remains a conspicuous outlier.⁸ The significance of this term has eluded previous ethnographers, and attempts at defining it have not yet yielded any sort of consensus about its meaning. The German anthropologist Mayntzhusen (2009 [1947]) defined *tuty* as ZS, Cadogan (1968) defined it as ZD, and Clastres (1968) deemed *tuty* a reciprocal term used between MB and ZS. None of these previous definitions are entirely correct. *Tuty* is instead a reciprocal term used between MB and Zc of either sex. So in fact *tuty* designates two relationships: the relationship between MB and ZS and the relationship between MB and ZD.

Among Amazonian groups, this oblique equation is generally thought to express (in vestigial form) the quintessentially Dravidian MB/ZD marriage favored by Tupi-Guarani speaking groups centuries ago (Kirchhoff, 1931; Métraux, 1948; Watson, 1944; Lévi-Strauss, 1943), which established the repetition of marriage alliances across generations.⁹

⁶ Though these terms find cognates in neighboring Guarani groups, the relations to which they refer appears to vary from case to case. In the sibling terminology of the Pai-Guarani described by Melià et al. (1976), the Ava Guarani described by Reed (1995), and the Mbya Guarani terminology described by Pissolato (2007), each sex has different relative age terms for same sex siblings (e.g. a male ego's brother is *tyke'y* or *tyvy*, while a female ego's sister is *tyke* or *kypy'y*) with single terms for cross-sex siblings. By contrast, the Dravidian-type sibling terminology described for the Kaiowa by Watson (1944), makes a relative age distinction for both same and cross-sex siblings.

⁷ Gender may be specified for *pawe* ('sibling') in the same way as the term *memby* ('child of woman'), i.e. *cho pawe kybei*, 'my male sibling,' or *cho pawe kudja*, 'my female sibling.'

⁸ Clastres (1968) reports that the term *tuty* had already been abandoned by the Northern Ache subgroup at the time of his fieldwork in 1963, yet recordings of Northern Ache from around that time suggest otherwise.

⁹ Among the early chroniclers, Léry (1993 [1578]) and Thevet (1953 [1575]) paid particular attention to the Tupinamba avunculate, and in Cardim's (1939 [1584], p. 142) telling of the Tupinamba flood story, humanity was able to rebuild itself after the cataclysm through avuncular marriage. Despite the strong overall similarities between Tupinamba and Guarani, there is no mention of avuncular marriage in the earliest accounts of the Guarani, and the seventeenth century Guarani terminology recorded by Montoya does not encode avuncular marriage. Strangely, Montoya's terminology expresses a lineal tendency for these terms (Montoya, 1876 [1639]), MB = MBS = MBD and FZ = FZS = FZD for both male and female egos.

But avuncular marriage was quite rare for Ache in the twentieth century, comprising less than 3% of the marriages for which I was able to collect data, and was described to me by several informants as ‘disgusting.’ Those who are affines to each other in G_{+1} are consanguines to ego. This is reflected in the attitudes and behavior typifying the *tuty* relationship. For the Ache, the *tuty* took on a paternal role with respect to his Zc. He was expected to shelter his sister and her children if her husband died or abandoned her, and would be owed bride service by his ZH if his father were absent or dead. He therefore stood as a father-substitute for his Zc and not a husband or father-in-law. The absence of preferential cross-cousin marriage for the Ache in the twentieth century and their use of a developed affinal register further distinguish it from the Dravidian ideal (Dumont, 1983 p. 114).¹⁰ The presence of crossness did not entail affinity for the twentieth-century Ache as it evidently did for the Tupinamba and Guarani of the seventeenth century.¹¹

As Lounsbury (1964) has pointed out, many bifurcate merging systems are “semi-bifurcate merging,” “distinguishing between ‘cross’ and ‘parallel’ kin only among males in the first ascending generation, and only in relation to a male ego for kin types of the first ascending generation” (Lounsbury, 1964, p. 387, note 3). Ache kin terminology, which lacks a specific term for FZ, is an example. Nevertheless, we can propose a case of “vestigial crossness” for FZ in Ache terms for ritual kin or ritual states. A comparison with Guarani is instructive: the Guarani term for FZ (*jaiche*) is cognate with the Ache term for a woman’s birthing helper (*waiche*). Along similar lines, during brief fieldwork in the 1960s with the Ache Susnik (1974) elicited the term *djoare* (literally, the “washer” who cleans the polluting blood from the newborn and its parents) for MB. It therefore appears that Guarani bifurcate merging “survives” as terms for male and female birth helpers in Ache.¹²

Taken together, these dimensions exhibit a number of interesting patterns: first, we see that male and female terminologies are not structurally equivalent. Male terminology is bifurcate at levels G_{+1} and G_{-1} , but generational at level G_0 , whereas female terminology is bifurcate at level G_{+1} and generational at G_0 and G_{-1} . Second, with the exception of terms for a man’s S and D, it appears that the generational dimension exists in tension with distinctions in relative age, sex, and the oblique avuncular structure of MB. In cases where generational terms overlap with terms indicating relative age and sex, the Ache generally prefer generational terms. The generational term for G_0 , *pawe*, for example, has all but eclipsed crossed sibling terminology as well as relative age terms for same sex siblings. Clastres (1968) reported difficulties eliciting *tuty* and crossed sibling terminology in 1963, and I encountered some inconsistencies in my own attempts to elicit relative age terms for same sex siblings. Nevertheless, the fact that these terms could be elicited, along with the retention of a fuller bifurcate merging terminology at G_{+1} in the names for birth helpers, raises a host of questions about the history of these terms.

¹⁰ See Viveiros de Castro (1998, p. 354).

¹¹ See Dumont (1983) and Viveiros de Castro (1998).

¹² Other cognates support this interpretation. For example, the Ache terms *tu* and *ichy* find obvious correspondence with the Guarani terms *tu* (father) and *sy* (mother), but in Ache, they refer to the father and mother only during the period of couvade as the new parents are subjected to restrictions on physical activity, diet, and sex. They are not vocatives in Ache, as they are in Guarani, so a child never addresses his/her father as *tu* or his/her mother as *ichy*. It is nevertheless doubtful that the ritualization of FZ and MB roles can be explained as a simple functional adaptation to more flexible band structure. First, FZ and MB do not have central roles in postnatal rites for the Guarani or any other Tupi-Guarani group of which I am aware. Second, even if the Ache once considered FZ and MB to be preferred *waiche* and *djoare*, this was neither statistically nor normatively the case for my informants. Unfortunately, I have found no other basis for the bifurcate merging pattern retained in the names for birth helpers besides Susnik’s (1974) elicitations, though hopefully future fieldwork will yield some clarification of this connection.

“HAWAIIANIZATION” AS REGRESSION

Bifurcate generational terminologies have typically been explained as the result of historical deviations from more “regular” Dravidian terminologies (Hocart, 1928; Dole, 1957, 1969; Viveiros de Castro, 1993; Tjon Sie Fat, 1998; Kryukov, 1998; Godelier, 2011). Dravidian terminologies distinguish “same-sex” and “cross-sex” parental siblings, who are treated as consanguines and affines, respectively. The distinguishing feature of these terminologies, according to Dumont (1983), is that affinity is passed from one generation to the next. Not only is WB an affine to a male ego, but he and his children remain affines to ego’s child as MB and MBc (Dumont, 1983).¹³ The problem of bifurcate generation terminologies, as with other “semi-complex systems,” involves how they depart from this pattern. In bifurcate generational terminologies crossness is retained in G_{+1} , but the implicit distinction between cross and parallel is not transmitted from G_{+1} to ego’s generation. Instead, G_0 undergoes a process of “Hawaiianization.” The puzzle of bifurcate generational terminologies is why (affinal) cross cousins would be reclassified in (consanguineal) generational terms.

Most discussion on bifurcate generational terminologies in lowland South America has centered on the Upper Xingu, and it was an anthropologist working there, Gertrude Dole, who originally coined the term. Dole (1969) marshaled comparative evidence to suggest that cross-cousin terms are marked with respect to the crossed terms of the first ascending generation, so that the former terms will be added last or lost first with respect to the latter. In other words, cousin terms were more sensitive indicators of social change.¹⁴ As a transitional type midway between a bifurcate merging and a fully generational terminology, Dole (1957, 1969) considered bifurcate generational to have elements of each: it retains a bifurcate pattern in G_{+1} as long as cross-cousin marriage remains desirable, yet erases the bifurcate pattern at G_0 when exogamy and unilocal residence dissolve and cross cousins co-reside. The ultimate cause of the terminology’s Hawaiianizing tendency, according to Dole (1969, p. 107), is therefore acculturation, the “[...] demographic disturbances and disruption [...]” that supposedly make exogamy and unilocal residence impossible.

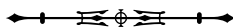
Basso (1984) would later dispute the characterization of several Upper Xingu terminologies as bifurcate generational, arguing instead that generational and cross-cousin terms were used in different contexts to index different aspects of sociability. In Basso’s view, terminology at G_0 could not be considered generational, strictly speaking. Basso’s argument is persuasive, yet the presence of bifurcate general terminologies outside the Upper Xingu, particularly among Tupi-Guarani groups, means Dole’s argument could find validation elsewhere, a possibility Dole herself suggested (Dole, 1969, p. 117).

Contrasting the generational tendencies in Ache (Guayaki) terminology with other terminologies in the Tupi-Guarani family led Pierre Clastres to consider similar processes:

It is quite surprising to note that, although the Guayaki terms are found in Guarani terminology, it is incomparably richer and more complex than the former; this marked contrast poses the important problem of the historical relations between the two cultures: should we suppose that the Guayaki system is, in its impoverishment, only the archaic foreshadowing of the later Guarani system? Or did the Guayaki and Guarani have the same system of kinship in the past, but the former, as a result of certain circumstances, allowed the deterioration and impoverishment of their terminology? (Clastres, 1968, p. 10-11).

¹³ See Trautmann (1981, p. 177-200).

¹⁴ D’Andrade (1971) and Kryukov (1998) also argue for this directional shift.



Clastres (1998) would eventually favor the latter possibility, thereby including kinship as an element in what would be known as the regression hypothesis, the idea that destructive exogenous forces resulted in the abandonment of moiety structure, horticulture, and a host of other socioeconomic features by a number of Amerindian groups (Lévi-Strauss, 1963 [1958]; Lathrap, 1968; Martin, 1969).¹⁵ He argued that the “impoverishment” of Ache socioeconomic organization, presumably captured in the preponderance of generational terminology in its kinship nomenclature, was likely the result of Ache defeat at the hands of their neighboring Guarani enemies (Clastres, 1968, p. 11, 1998, p. 85-86). Other authors (Susnik, 1961, 1983; Noelli; Soares, 1997) have argued that a similar “regression” took place for the Guarani centuries later when waves of Iberian colonization led to a number of dramatic transformations in traditional Guarani political institutions, such as the gradual abandonment of long-house residence and the dissolution of inter-village marriage alliances in favor of village endogamy.¹⁶

Despite the occasional functionalist undertones of these arguments, such hypotheses have an intuitive plausibility. Kinship terminologies are other sociological classifications, Lévi-Strauss noted, “[...] are not only thought but lived [...]” (Lévi-Strauss, 1966, p. 66, emphasis in the original). Classifications of individuals and groups are subject to forces exogenous to inner classificatory logics, particularly epidemics and warfare, that may significantly change the number and quality of persons and relations considered. This is a particularly important point given the profound ways indigenous and colonial expansion have reshaped (and continue to reshape) the Americas. But there is a methodological danger in inferring “functional” changes in social morphology from changes in kinship terminology in cases with little historical documentation (as many explanations invoking “regression” do). The argument that demographical decline “simplifies” a given kin terminology offers little help in determining which specific terms will be lost or altered. Even if exogenous forces determine that a classificatory system will change, it is the principles behind the classification – its inner coherence – that determines how it changes. Consequently the issue is not whether exogenous forces can influence kin terminology, as they clearly can, but how they do so and whether these influences can be demonstrated.

Dole (1969) is to be commended for suggesting possible mechanisms explaining why a society would adopt a bifurcate generational terminology. But as it stands, I have some doubts that the complex processes associated with colonialism, such as depopulation caused by epidemics and warfare, can be assumed to have regular effects on kin terminologies. Not only can we find bifurcate generational terminologies for groups with considerably different social morphology and residence patterns, but the Ache case (for which we have some historical data) casts doubt on some of the principal mechanisms Dole provided.

BAND, RESIDENCE, DISTANCE

The Ache trekked year-round in residentially mobile hunting bands. These were small groupings of between 20 and 40 persons, with size and composition varying as persons came from and went to other allied bands. Camps were cleared, occupied, and then abandoned on an almost daily basis, with no semi-permanent base village to which they

¹⁵ Clastres' characterization of generational terminology as “regression” would appear to derive from a passing reference in “The elementary structures of kinship” (Lévi-Strauss, 1969, p. 466), though the basic terms of the regression debate are prefigured in the earliest discussions of Hawaiian terminology by Morgan (1871) and Rivers (1914).

¹⁶ Wagley (1977) and Balée (2014) have given similar explanations for terminological changes in some Tupian groups.

would return for a portion of each year. They cultivated no crops; to obtain domesticated food like manioc and corn, they raided the gardens of their Guarani and Paraguayan enemies, whom they sometimes called “corn eaters.”¹⁷

Hunting bands are not reducible to families, clans, or lineages, but are contingent entities whose size and composition depend upon a number of political and economic factors. Bands often coalesced around a group of brothers, their wives, children, unmarried sisters, and a few sons-in-law. These band leaders were said to “own” their co-residents in the band, an idiom also used to express hierarchical relations at different scales: husbands “owned” their wives and parents “owned” their children. Just as a leader was creator and owner of the band, a man was owner of his wife and parents the owners of their children.¹⁸ This notion of ownership did not imply strong authority, however. People came and went freely to and from the band, and individuals had a great deal of autonomy in deciding whom they wished to follow. The bands people moved among were themselves ephemeral assemblages; a band might lose or gain members, disband, or reconstitute itself with a largely different membership over a short span of time, particularly if the band’s core relations of siblings and/or affines were affected.

Though each band formed its own mobile community, clusters of neighboring bands made up territorial groups defined by density of kinship ties and frequency of visiting and intermarriage. These extra-band allies were referred to as *iröndy*, ‘habitual companions.’ *Iröndy* referred not to common ancestry but to the habit of living together, so that one’s *iröndy* consisted of those one resided with or could reside with, but not forbears who one had never personally encountered.¹⁹ Marriage partners might be drawn from any of the *iröndy* who hunted and camped in the peripheral reaches of the *eköandy*, a territorial descriptor that literally means ‘living-space.’

It was common to have parents, siblings, and/or children residing in other allied bands throughout the territory, giving the Ache choices about where to live and whom to live with. Of the many interests Ache might consider in choosing residence, the Ache men and women I spoke with expressed the desire to live with their siblings, particularly brothers. Ache men achieved political influence by living alongside their brothers. Women, for their part, preferred to live close to their brothers since men were expected to care for and protect their sisters; like a father, a man was expected to shelter his sister and her children if her husband died or abandoned her. Should a sister’s husband mistreat her, he was expected to avenge (*djepy*) the offense. As mentioned above, he would be owed bride service by his ZH if his father were absent or dead.

Band residence did not differentiate one’s affines from one’s consanguines. Individuals often had close kin in distant bands, and their resident band was mostly composed of non-relatives. According to a recent study by Hill et al. (2011)

¹⁷ We lack the historical sources needed to make strong claims about the continuity of pre-Columbian Ache with the Ache of the twentieth century. The Jesuit chronicler Pedro Lozano states that in the seventeenth century, the Ache “[...] roam[ed] like nomads throughout the forest [...]” (Lozano, 1874 [1759], p. 416). He also describes them as growing corn (but not manioc) during their seasonal rounds, scattering the seeds in forest clearings and returning months later to harvest it. Though the Ache may have been horticulturalists at some point before the arrival of Spanish colonists, Lozano’s report does not support Roosevelt’s revisionist claim that the Ache of the mid-twentieth century were typical “Amazonian horticulturalists, who supplement their starchy crops with fish and game” (Roosevelt, 1996, p. 203). Firstly, corn cultivation does not necessarily imply the sedentary residence she attributes to it (Meggers, 1957; Balée, 1992), while secondly and more important, Roosevelt’s claim flies in the face of how the Ache have described their livelihood over a century of Ache ethnography. No Ache has ever admitted to cultivating corn or manioc before being taught to do so by non-Ache in the settlement period, a fact the Ache grant particular significance. The inability to grow corn becomes their defining cultural diacritic in one etiological Ache myth explaining their separation from their Guarani enemies. While the twentieth-century Ache occasionally obtained corn and manioc by raiding the gardens of Guarani and Paraguayan enemies, these were clearly not things the Ache grew themselves.

¹⁸ See Fausto (2012) and Costa (2009, 2017).

¹⁹ Cognates from other Tupi-Guarani languages may have different referents, (e.g. Tupi-Kawahiva *irü*, which refers to a ‘same-sex sibling’ and Guarani *irü*, which Montoya (1876 [1639]) defines as ‘friend’ or ‘fellow’), but all focus on members of ego’s generation. These terms refer to a horizontal relation and do not include ideologies of descent.



that reviewed the adult band composition of 58 pre-contact Ache bands, kin made up only a quarter of band residents. Non-relatives made up another quarter, and actual affines and their kin made up roughly half the band. In the Ache case, whole families did not form bands, and bands were not composed of whole families. Life in a band meant living in close proximity with non-relatives.

Men and women were forbidden to marry anyone classified as *pawe*, a 'classificatory sibling' which includes full siblings, half siblings, and both parallel and cross cousins. The Ache did not make use of descriptive terminology or modifiers to specify marriageable collateral kin (e.g. cross cousins) that a classificatory term like *pawe* would obscure.²⁰ One should instead seek potential marriage partners among those considered *picha*. *Picha* refers to an unrelated peer from an allied band, typically of the same generation with whom one did or could reside, but not kin or an actual affine. Unsurprisingly, the contrast between *pawe* and *picha* was made explicit by the Ache: *Pawellã-rõ picha*, "Those who aren't siblings are *picha*" (interview, January 5, 2016).²¹ Like *pawe*, *picha* is a relational term, in that someone who is *picha* to me is someone to whom I am *picha*. Yet *pawe* and *picha* are not symmetrical opposites: not everyone who is *picha* to my *pawe* is *pawe* to each other, so the distinction made between *pawe* and *picha* was not an objective designation dividing Ache society into two marriage classes or sections. One's *picha* represented a heterogeneous field of potential alliances that cross-cut band membership.

While the pursuit of contented relations was a basic virtue for Ache men and women, informants accepted that conflict was inevitable in relations with *picha*, and behavior that would be unthinkable around a sibling was known to occur (if not tacitly encouraged) among *picha*. For example, though men were expected to behave with a respectful distance toward their BW, *picha* and their wives were treated according to a different standard. One informant admitted, "We take the wrists of the wives of non-kin (*picha*). Those are the ones we typically have affairs with" (interview, January 5, 2016). The typified enmity between *pawe* and *picha* was symbolically productive and featured prominently in some of the most important rituals in Ache society: men supported their *pawe* against *picha* in the ritual club fights (called *tõmumbu*, 'head-splitting') that often followed male initiation. Even in cases where relatives relied on *picha* to accomplish ultimately ameliorative goals, such as helping *picha* to sever the dangerous connection between themselves and their dead kin after funeral rites, the proximate means of *picha* were decidedly antagonistic: they do so by insulting the dead and harshly scolding mourners for the grief they expressed.

Given the antagonistic overtones often associated with these relations, *picha* stood as a model against which kin might measure the satisfaction of their own relations. Likening sibling relations to relations with *picha* signaled that expectations had eroded in some fundamental way, failing to achieve the kind of care and deference expected in these relationships. One woman described her broken relationship with her brother in these terms: "My brother was often ill-tempered with me. If I brought him palm heart, my brother refused to eat it. He treated me like a *picha*" (interview, May 28, 2010). In responding to his sister's care with aggression and refusing her generosity, the man did not (normatively) behave like the brother he (categorically) was. He was "like a *picha*."

Nonetheless, some *picha* had to be made into actual affines. Though there were no fixed rules regarding band endogamy or exogamy, there were clear preferences about where one should marry. Even though an Ache man or

²⁰ See Dole (1969), Thomas (1977) and Basso (1984).

²¹ Information obtained in conversation with an Ache interlocutor during the author's field research conducted between 2006 and 2017. The other statements from indigenous people mentioned in this article occurred in the same context.

woman could usually find marriage partners within one's own band, Ache nevertheless preferred marriage partners who were spatially distant. As one informant recalled to me in 2016, "When we lived in the forest, we looked for wives from the other Ache, from the far-away Ache" (interview, April 2, 2017). Allied bands might be separated from each other by several days' journey, perhaps 25 km or more. The kind and frequency of these distant marriages depended on the relations between one's band and the allied bands nearby, and the ability to visit kin in distant bands served as a ready pretext to find a spouse.

Though distant *picha* were preferred, marriage to someone who was not *iröndy* was extraordinarily rare. While the Jesuit chronicler Lozano (1874 [1759])²² reported that in the seventeenth century, Ache warriors frequently raided enemy (*iröllä*, 'not-companions') groups for women, and Clastres (1998, p. 225) emphasized this point strongly, only slight importance seems to have been given to marriage by capture in the past century.²³ There has been only one case of an Ache war party raiding enemies for wives for any Ache subgroup in the twentieth century: the one case Clastres (1998) mentions. Alliances with enemy Ache, Guarani, or Paraguayans were unimaginable (if these groups were even considered "people"). The Ache consequently preferred marriages in a middle range, outside one's own band but within a universe of regularly interacting allied bands.

Though men and women were allowed considerable latitude in choosing the partners they 'courted' (*gaita*), parents exerted their own influences on their children's choices, particularly in early marriages. Parents warned their daughters against mates known for aggression or jealousy and recommended suitable mates based on hunting ability and generosity. Such recommendations could express own interests, since the new husband was expected to provide regular gifts of game to his co-resident WF, WM, and WB during a period of bride service. Ideally, a gift of game to a woman's parents — usually the fatty jowls of a peccary or some other coveted cut of meat — marked the beginning of the man's residence at the hearth of his affines and a promise of gifts to come.

The significance of these gifts and the kind of residence they implied is important, and seems to be historically variable. Seventeenth-century Jesuit missionaries described the Ache living in bands with uxorilocal residence, where political power rested on the alliance between a man and the sons and sons-in-law he could gather around him:

He who is fortunate enough to have a daughter born to him is very careful in raising her, because it is through her he will become the head of the others; being the inviolate law of the Guayaki that a son-in-law must follow his father-in-law and become part of the family, because among them they have no chiefs, only that the brothers and sons-in-law get together in a group and recognize their father or father-in-law as the leader; but the power that he enjoys over others is very limited, since each lives according to his own whims (Lozano, 1874 [1759], p. 417-418, emphasis in the original).

Within the outlines of Lozano's description, early twentieth-century patterns of Ache kinship and residence can be glimpsed. As Lozano suggested, there appeared to be some specificity in the relation between an Ache man and his father-in-law, and the reciprocal term used in this relation is semantically marked. Thus, while the term *katy* is used reciprocally between women and their parents-in-law and between men and their mothers-in-law, men and their WF use a separate reciprocal term: *djywě*. A man's relations with his wife's parents were ideally marked by a respectful distance, and reflecting the restricted interaction between them, neither *katy* nor *djywě* were used as vocatives.

²² Lozano's work was originally written in 1759, and published over a century later.

²³ Wife capture does assume some importance in Ache stories about two enemy groups called the *bakadju* and *bwara*. In these stories, thefts of women by the *bakadju* and *bwara* spark a series of violent reprisals between the Ache and these groups. Whether these stories represent historical events is unclear.

The relationship between a man and his *djywë* is described in the idiom of exchange, but the reciprocity between affines is achieved through a short bride service and not the repetition of alliances. Fathers reluctant to give away their daughters were considered 'stingy persons' (*tāngi*) by suitors, just as new sons-in-law or brothers-in-law were considered 'stingy' for failing to provide their real affines with meat. As one informant explained to me, "A man doesn't want to give his sister to a brother-in-law that doesn't give meat to him" (interview, April 18, 2017).

In the twentieth century, however, marriage ties were often too weak to serve as a source of enduring political influence. It was not simply that a father-in-law's authority was limited by norms of autonomy and egalitarianism, as Lozano described. Uxorilocality typically lasted for only a few months of bride service; in cases where the new husband was older and established, uxori-local residence and bride service might be avoided entirely. Most importantly, a father-in-law's authority was structurally limited by the weakness of marriage ties. Partners terminated marriages and affairs at their own behest, and did so with some frequency. Hill and Hurtado (1996, p. 219, 237) report a mean of thirteen husbands for Northern Ache women over their lifetimes. The relative weakness of fathers-in-law meant that residence was less a rule to follow or violate than the outcome of a number of decisions, each carefully weighed among local possibilities.²⁴

Though Lozano described Ache post-marriage residence in the seventeenth century as uxori-local, it appears that since that time fathers-in-law have increasingly lost the struggle to determine residence and influence through their sons-in-law. Residence was normatively viri-local during the first half of the twentieth century, a point my male informants were keen to emphasize. As one older man explained to me,

When those ones lived in the forest, their lover's place was beside them. When a man wanted a woman, he brought her to his fire, he brought her to his fire. The man normally brought the woman. When a woman was loved by a man, he loved her well, then he took her. The man did. The man normally took that one. He was beside his father. He didn't leave his father. It was like that in the forest (interview, April 10, 2017).

Such views express an ideal, and as data collected by Hill et al. (2011, p. 1287) demonstrate, it was an ideal that was unattainable for many men. Nevertheless, as their study shows, men were still more likely than women to co-reside with their close kin, a significant departure from the residential patterns of the seventeenth century described by Lozano.²⁵

Is it possible that this shift from uxori-local to bi-local residence is related to the "Hawaiianization" of terms in ego's generation, as Dole (1957, 1969) and others (Wagley, 1977) have suggested? The possibility is intriguing, but the image of an inward-looking endogamy that these authors associate with "Hawaiianization" does not appear to be necessary in this case. For the Ache, the preferences for sibling co-residence and spatially distant marriages offer the strongest structuring principles for the flexible group configuration system. The Ache prohibition on marrying one's *pawe* is more expansive than most marriage restrictions in Amazonia; it prohibits the cross-cousin marriage typically preferred by many groups in the region. This stands in stark contrast to Dole's (1969) theory that generation terminologies entailed the loosening of marriage restrictions.²⁶ But the greatest departure from Dole's theory (as well as from descriptions of contemporary Guarani groups) involves the Ache preference for distant marriage, which favors distant over co-resident *picha*. The preference for

²⁴ The rarity of sister-sister co-residence (Hill et al., 2011) would also be consistent with the limitation of uxori-local residence to only a short period tied to bride service.

²⁵ Hill et al. (2011) has characterized Ache residence as statistically bi-local. The gap between men's viri-local expectations and their actual achievement merits further attention, though space considerations keep me from addressing this issue here.

²⁶ See also Clastres (1968).

spatially distant marriage maintains alliances between bands as residential units. Ache society thus appears not merely as a sum of relations but also of locations.²⁷ This then seems less a case of “regressed sedentarism” than an integral feature of Ache mobility and foraging (Costa, 2009). Within a strongly factionalized political context, long-distance marriage produced extensive alliances and scattered kin,²⁸ and the fragility of many marriage bonds ensured the further dynamism of this system.

ACKNOWLEDGEMENTS

I am indebted to Fiona Jordan, Tom Trautmann, and two anonymous reviewers for their helpful comments on the article.

REFERENCES

- ASCH, Michael. Kinship and Dravidian logic: some implications for understanding power, politics, and social life in a Northern Dene community. *In*: GODELIER, Maurice; TRAUTMANN, Thomas; TJON SIE FAT, Franklin E. (ed.). **Transformations of kinship**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1998. p. 140-149.
- BALÉE, William. Charles Wagley on changes in Tupi-Guarani kinship classifications. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 9, n. 3, p. 645-659, set./dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-81222014000300007>.
- BALÉE, William. People of the fallow: a historical ecology of foraging in lowland South America. *In*: REDFORD, K. H.; PADOCH, C. (ed.). **Conservation of Neotropical forests: building on traditional resource use**. New York: Columbia University Press, 1992. p. 35-57.
- BALL, Christopher. Avoidance as alterity stance: an upper Xinguan affinity chronotope. **Anthropological Quarterly**, Washington, v. 88, n. 2, p. 337-372, Spring 2015. DOI: <https://doi.org/10.1353/anq.2015.0027>.
- BASSO, Ellen. A husband for his daughter, a wife for her son: strategies for selecting a set of in-laws among the Kalapalo. *In*: KENSINGER, K. (org.). **Marriage practices in lowland South America**. Urbana: University of Illinois Press, 1984. p. 33-44.
- BASSO, Ellen. Kalapalo affinity: its cultural and social contexts. **American Ethnologist**, Arlington, v. 2, n. 2, p. 207-228, May 1975.
- CADOGAN, León. **Diccionario Guayaki-Español**. Paris: Musée de l'Homme, 1968.
- CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1939 [1584].
- CLASTRES, Pierre. **Chronicle of the Guayaki Indians**. New York: Zone Books, 1998.
- CLASTRES, Pierre. Ethnographie des Indiens Guayaki (Paraguay-Brésil). **Journal de la Société des Américanistes**, Paris, v. 57, n. 1, p. 8-61, 1968. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/jsa_0037-9174_1968_num_57_1_2034. Acesso em: 19 set. 2017.
- COSTA, Luiz. **The owners of kinship: asymmetrical relations in Indigenous Amazonia**. Chicago: Hau Books, 2017.
- COSTA, Luiz. Worthless movement: agricultural regression and mobility. **Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America**, San Antonio, v. 7, n. 2, p. 151-180, 2009. Disponível em: <https://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol7/iss2/2>. Acesso em: 21 jan. 2019.
- D'ANDRADE, Roy. Procedures for predicting kinship terminology from features of social organization. *In*: KAY, Paul (ed.). **Explorations in mathematical anthropology**. Cambridge: MIT Press, 1971. p. 60-75.
- DOLE, Gertrude E. Generation kinship nomenclature as an adaptation to endogamy. **Southwestern Journal of Anthropology**, Albuquerque, v. 25, n. 2, p. 105-123, Summer 1969. DOI: <https://doi.org/10.1086/soutjanth.25.2.3629197>.

²⁷ Viveiros de Castro (1993, 1998) has done the most to articulate a theory of how terminological classifications articulate with distance. I have so far been unable, given the regular changes in band composition in the past, to determine whether a co-resident collateral like FFBSS was more likely to be classed as *pawe* than a spatially distant FFBSS (though I suspect this was the case). I hope to address this in future work.

²⁸ See Basso (1984).

DOLE, Gertrude E. **The development of patterns of kinship nomenclature**. 1957. Thesis (Doctorate in Anthropology) – University of Michigan, Ann Arbor, 1957.

DUMONT, Louis. **Affinity as a value: marriage alliance in South India, with comparative essays on Australia**. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

FAUSTO, Carlos. Too many owners: mastery and ownership in Amazonia. *In*: BRIGHTMAN, M.; GROTTI, V.; ULTURGASHEV, O. (ed.). **Animism in rainforest and tundra: personhood, animals, plants and things in contemporary Amazonia and Siberia**. New York: Berghahn, 2012. p. 29-47.

GODELIER, Maurice. **The metamorphoses of kinship**. New York: Verso, 2011.

HILL, Kim; WALKER, Robert S.; BOŽIČEVIĆ, Miran; ELDER, James; HEADLAND, Thomas; HEWLETT, Barry; HURTADO, A. Magdalena; MARLOWE, Frank; WIESSNER, Polly; WOOD, Brian. Co-residence patterns in hunter-gatherer societies show unique human social structure. **Science**, Washington, v. 331, n. 6022, p. 1286-1289, Mar. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.1199071>.

HILL, Kim; HURTADO, A. Magdalena. **Ache life history: the ecology and demography of a foraging people**. New York: Aldine, 1996.

HOCART, A. M. The Indo-European kinship system. **Ceylon Journal of Science**, Peradeniya, v. 2, n. 4, p. 179-204, 1928.

HORNBORG, Alf. Serial redundancy in Amazonian social structure: is there a method for Post-Structuralist comparison? *In*: GODELIER, Maurice; TRAUTMANN, Thomas; TJON SIE FAT, Franklin E. (ed.). **Transformations of kinship**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1998. p. 168-186.

IVES, John W. Developmental processes in the Pre-Contact History of Athapaskan, Algonquian, and Numic Kin systems. *In*: GODELIER, Maurice; TRAUTMANN, Thomas; TJON SIE FAT, Franklin E. (ed.). **Transformations of kinship**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1998. p. 94-139.

KENSINGER, Kenneth. Cashinahua Siblingship. **Working Papers of South American Indians**, San Antonio, n. 7, p. 20-24, Mar. 1985.

KIRCHHOFF, Paul. Die Verwandtschaftsorganisation der Urwaldstämme Südamerikas. **Zeitschrift für Ethnologie**, Berlin, v. 63, n. 1/4, p. 85-193, 1931.

KRYUKOV, M. V. The synchro-diachronic method and the multidirectionality of kinship transformations. *In*: GODELIER, Maurice; TRAUTMANN, Thomas; TJON SIE FAT, Franklin E. (ed.). **Transformations of kinship**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1998. p. 294-313.

LATHRAP, Donald. The "hunting" economies of the tropical forest zone of South America: an attempt at historical perspective. *In*: LEE, Richard; DEVORE, Iven (ed.). **Man the hunter**. Chicago: Aldine Publishing Company, 1968. p. 23-29.

LÉRY, Jean de. **History of a voyage to the land of Brazil**. Berkeley: University of California Press, 1993 [1578].

LÉVI-STRAUSS, Claude. **The elementary structures of kinship**. Boston: Beacon Press, 1969.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **The savage mind**. Chicago: University of Chicago Press, 1966.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **The concept of archaism in Anthropology**. New York: Basic Books, 1963 [1958]. (Structural Anthropology I).

LÉVI-STRAUSS, Claude. The social use of kinship terms among the Brazilian Indians. **American Anthropologist, News Series**, Arlington, v. 45, n. 3, p. 398-409, July/Sept. 1943.

LOUNSBURY, Floyd G. A formal account of the Crow- and Omaha-type kinship terminologies. *In*: GOODENOUGH, Ward H. (ed.). **Explorations in cultural Anthropology: essays in honor of George Peter Murdock**. New York: McGraw-Hill, 1964. p. 351-393.

LOZANO, Pedro. **Historia de la conquista del Paraguay, Río de La Plata y Tucumán**. Buenos Aires: Casa Editora Imprenta Popular, 1874 [1759]. v. 1.

MARTIN, M. Kay. South American foragers: a case study in cultural devolution. **American Anthropologist**, Hoboken, v. 71, n. 2, p. 243-260, Apr. 1969. DOI: <https://doi.org/10.1525/aa.1969.71.2.02a00040>.



- MAYNTZHUSEN, Friedrich. **Los Aché-Guayakí**. Posadas: Junta de Estudios Históricos de Misiones, 2009 [1947].
- MEGGERS, Betty. Environment and culture in the Amazon Basin: an appraisal of the theory of environmental determinism. *In*: PALERM, Angel; WOLF, Eric R.; WEDEL, Waldo R. (ed.) **Studies in human ecology**: a series of lectures given at the Anthropological Society of Washington. Washington: Pan American Union, 1957. p. 71-90. (Social Sciences Monograph, n. 3).
- MELIÀ, Bartomeu; GRÜNBERG, Georg; GRÜNBERG, Friedl. Etnografía guaraní del Paraguay contemporáneo los Paí-Tavyterã. **Suplemento Antropológico**, Asunción, v. 9, n. 1/2, p. 151-295, 1976.
- MÉTRAUX, Alfred. The Tupinamba. *In*: STEWARD, J. (ed.). **Handbook of South American Indians**. Washington: Government Printing Office, 1948. v. 3, p. 95-134. (Bureau of American Ethnology, Bulletin 143).
- MONTOYA, Antonio Ruiz de. **Arte, vocabulario, tesoro, y catecismo de la lengua Guarani**. Leipzig: Teubner, 1876 [1639].
- MORGAN, Lewis Henry. **Systems of consanguinity and affinity of the human family**. Washington: Smithsonian Institution, 1871.
- NOELLI, Francisco Silva; SOARES, André Luis Ramos. Efeitos da conquista europeia na terminologia e organização social Guarani. **Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa**, Maringá, n. 8, p. 383-397, 1997.
- PISSOLATO, Elizabeth. **A duração da pessoa**: mobilidade, parentesco e xamanismo Mbya (Guarani). São Paulo: Editora UNESP: NUTI: ISA, 2007.
- REED, Richard K. **Prophets of agroforestry**: Guaraní communities and commercial gathering. Austin: University of Texas Press, 1995.
- RIVERS, W. H. R. **Kinship and social organization**. London: Constable, 1914.
- ROOSEVELT, Anna C. Ancient and modern hunter-gatherers of lowland South America: an evolutionary problem. *In*: BALÉE, W. (ed.). **Advances in historical ecology**. New York: Columbia University Press, 1996. p. 190-212. (The Historical Ecology Series).
- SUSNIK, Branislava. **Los aborígenes del Paraguay**. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1983. (Ciclo Vital y Estructura Social, v. 5).
- SUSNIK, Branislava. **Estudios Guayakí**: vocabulario Ache. 2. ed. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1974.
- SUSNIK, Branislava. **Apuntes de etnografía paraguaya**. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1961.
- THEVET, André. **Les Français en Amérique pendant la deuxième moitié du XVIe siècle**: le Brésil et les brésiliens. Paris: Presses Universitaires de France, 1953 [1575].
- THOMAS, David J. Pemon zero generation terminology: social correlates. *In*: KENSINGER, K.; THOMAS, D. (org.). **Social correlates of kinship terminology**. Vermont: Bennington College, 1977. p. 62-81. (Working Papers on South American Indians, 1).
- TJON SIE FAT, Franklin E. On the formal analysis of "Dravidian", "Iroquois", and "Generational" varieties as nearly associative combinations. *In*: GODELIER, Maurice; TRAUTMANN, Thomas; TJON SIE FAT, Franklin E. (ed.). **Transformations of kinship**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1998. p. 59-93.
- TRAUTMANN, Thomas. **Dravidian kinship**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Dravidian and related kinship systems. *In*: GODELIER, Maurice; TRAUTMANN, Thomas; TJON SIE FAT, Franklin E. (ed.). **Transformations of kinship**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1998. p. 332-385.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Alguns aspectos da afinidade no dravidiano amazônico. *In*: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **Amazônia**: etnologia e história indígena. São Paulo: FAPESP, 1993. p. 159-210.
- WAGLEY, Charles. **Welcome of tears**: the Tapirape Indians of Central Brazil. New York: Oxford University Press, 1977.
- WAGLEY, Charles; GALVÃO, Eduardo. O parentesco Tupi-Guarani. **Boletim do Museu Nacional, Nova Série, Antropologia**, São Cristóvão, n. 6, p. 1-18, jan. 1946. Disponível em: http://www.ppgasmn-ufrrj.com/uploads/2/7/2/8/27281669/boletim_do_museu_nacional_06.pdf. Acesso em: 19 jan. 2019.
- WATSON, Virginia D. Notas sobre o sistema de parentesco dos índios Cayua. **Sociologia**, Porto, v. 6, n. 1, p. 31-48, 1944.

Notas sobre duas terminologias de parentesco Caribe no norte amazônico: Katwena-Tunayana e Waiwai

Notes on two Cariban kinship terminologies from northern Amazonia, Brazil: Katwena-Tunayana and Waiwai

Leonor Valentino

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Este artigo apresenta uma descrição da terminologia de parentesco katwena-tunayana, língua caribe do norte amazônico, com base em pesquisa de doutorado realizada na bacia do rio Trombetas, afluente da margem esquerda do rio Amazonas, no noroeste do estado do Pará. Mais precisamente, a pesquisa foca aldeias distribuídas no alto curso do Trombetas e nos rios Mapuera e Turuni, seus afluentes ocidentais. A terminologia é tomada em conjunto com as atitudes de parentesco e relacionada a dados sobre o parentesco waiwai praticado na mesma região, obtidos diretamente em campo e por meio de consulta a trabalhos publicados por autores que pesquisaram com os Waiwai em outros contextos. O objetivo é fornecer um panorama inicial do parentesco katwena-tunayana, explorando relações com a etnonímia e também o contraste com o parentesco waiwai.

Palavras-chave: Waiwai. Katwena. Tunayana. Rio Mapuera. Rio Trombetas. Parentesco.

Abstract: This paper presents a description of kinship terminology in Katwena-Tunayana, a Cariban language of northern Amazonia, based on an ongoing doctoral research project in the Trombetas River Basin, a left tributary to the Amazon River in the northwest of the Brazilian state of Pará. More specifically, the research focuses on the villages distributed along the upper course of the Trombetas, on the Mapuera and Turuni Rivers, both left tributaries to the Trombetas. The terminology is discussed in conjunction with the kinship attitudes and related to data on Waiwai kinship practiced in the same region, which were obtained in the field and through publications from authors who researched the Waiwai in other contexts. The objective is to provide an initial panorama of Katwena-Tunayana kinship by exploring its relations to ethnonymy and its contrasts to Waiwai kinship.

Keywords: Waiwai. Katwena. Tunayana. Mapuera River. Trombetas River. Kinship.

VALENTINO, Leonor. Notas sobre duas terminologias de parentesco Caribe no norte amazônico: Katwena-Tunayana e Waiwai. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 1, p. 147-166, jan.-abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000100010>.

Autora para correspondência: Leonor Valentino. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Quinta da Boa Vista - Horto Botânico - São Cristóvão. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 20940-040 (leonorv@gmail.com).
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6840-4632>.

Recebido em 07/06/2018

Aprovado em 21/01/2019



A pesquisa de doutorado que baseia este artigo foi realizada durante dezoito meses em aldeias localizadas nos rios Mapuera, Turuni e no alto curso do rio Trombetas, afluente da calha norte do rio Amazonas, noroeste do Pará, região abrangida por três Terras Indígenas (TI): Nhamundá-Mapuera, Trombetas-Mapuera e Kaxuyana-Tunayana, esta última ainda em processo de demarcação. Além da porção paraense, essas terras incluem aldeias nos estados do Amazonas e de Roraima, distribuídas ao longo dos rios Nhamundá, Jatapu e Jatapuzinho, as quais, no entanto, não foram incluídas nesta pesquisa. A população total das três Terras Indígenas é estimada em 3.732 pessoas (Brasil, 2013) e forma um complexo multiétnico e multilíngue cujas relações chegam a aldeias situadas nos países vizinhos, Guiana e Suriname. Além dos Waiwai, Katwena e Tunayana, vivem na região os Xerew, Parukwoto, Cikiyana, Mînpoyana, Mawayana, Katxuyana, Kahyana, Yaskuryana, Hixkaryana, Xowyana, Karapawyana, entre outros, a maioria falante de línguas caribe¹. Sozinho, o Mapuera concentra aproximadamente 1.850 pessoas em treze aldeias, que se identificam por etnônimos variados, ao mesmo tempo em que se consideram parte de uma coletividade ou povo Waiwai. Dessas treze aldeias, onze surgiram nos últimos dezoito anos, por dispersões de uma aldeia maior, fruto da concentração populacional incentivada pelas atuações missionária e do estado brasileiro. Não há informações precisas sobre o número total de pessoas que se identificam como Katwena ou Tunayana, mas levantamentos realizados ao longo da pesquisa indicam ser pelo menos 400 no rio Mapuera, a maior parte concentrando-se nas aldeias Tamyuru, Mapuera, Placa, Paraíso e Mapium². No alto curso do rio Trombetas e em seus afluentes Cachorro e Turuni, a população total estimada é de 200 pessoas vivendo em oito aldeias, as quais não utilizam um único nome coletivo englobante. Aproximadamente 50 delas se identificam como Tunayana ou Katwena e vivem nas aldeias Ayaramã e Turuni.

A atuação de missões católicas e protestantes na segunda metade do século XX foi relevante para o atual panorama linguístico e de ocupação territorial da região. Entre 1950 e 1970, os remanescentes de povos que viviam no Mapuera e no alto curso do Trombetas e seus afluentes, assolados por epidemias e envolvidos em conflitos agravados pelo contato com frentes colonizadoras, deslocaram-se ou foram transferidos para missões protestantes na Guiana, no Suriname e no rio Nhamundá, e para uma missão franciscana no Tumucumaque. Os Katwena e Tunayana tinham aldeias nos rios Trombetas, Turuni e Cachorro, onde foram contatados por emissários waiwai e tiriýó, apoiados por norte-americanos ligados à *Unevangelized Fields Mission* (UFM), estabelecidos na Guiana e no Suriname. Persuadida a se deslocar para os países vizinhos, no final da década de 1960, parte dos Katwena e Tunayana passou a integrar a comunidade waiwai na missão Kanaxen, no sul da Guiana, e outra parte foi recebida pelos Tiriýó na missão Ararapararu, no sul do Suriname. Um dos principais esforços dessas missões foi traduzir a Bíblia para as línguas amazônicas, de modo que, na Guiana, os indígenas foram alfabetizados na língua waiwai, e no Suriname na língua tiriýó.

Entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, a maioria da população concentrada na missão da Guiana voltou ao território brasileiro e ao rio Mapuera³. Os Tunayana e Katwena acompanharam o movimento e vivem

¹ As exceções são os Mawayana e alguns Wapixana, falantes de línguas aruaque. São pelo menos dez línguas e dialetos falados na região, diferenciados por nossos interlocutores indígenas: waiwai, hixkaryana, tiriýó, tunayana-katwena, xerew (que se distingue em xerew-pixkaryana e xerew-katwena), katxuyana, cikiyana, kahyana, yaskuriyana e mawayana. Com exceção das línguas waiwai, tiriýó e hixkaryana, as demais foram pouco ou nada estudadas. Algumas estão em processo de desaparecimento e outras já desapareceram, sem que houvesse qualquer registro ou classificação, como o caruma ou taruma. Algumas dessas línguas são mutuamente inteligíveis entre si: waiwai e katwena-tunayana; xerew e hixkaryana; o conjunto kahyana, cikiyana, yaskuriyana e katxuyana. Para mais informações sobre os povos e as línguas da região, ver Caixeta de Queiroz (2008), Brasil (2010), Howard (2001), Mentore (1984), Dias Junior (2006), Valentino (2010), Girardi (2011), Lucas (2014), Alcântara e Silva (2016), Grupioni (2015) e Jácome (2017).

² No final de 2018, os Katwena de Mapium fundaram a décima quarta aldeia do rio Mapuera, chamada Paru ou Parumîf.

³ No retorno ao Brasil, uma menor parte dos Waiwai, que incluía alguns Katwena, se estabeleceu no estado de Roraima, nos rios Jatapu e Jatapuzinho. Hoje, esses Katwena vivem em aldeias no rio Mapuera.

hoje nesse rio – apesar de alguns deles desejarem e já terem tentado, sem sucesso, retornar aos seus locais de habitação antigos nos rios Trombetas, Cachorro e Turuni. A despeito da multiplicidade de povos, as aldeias do Mapuera formam uma comunidade de fala relativamente homogênea. A língua waiwai é dominante, sendo utilizada a maior parte do tempo por todas as pessoas, o que inclui a terminologia de parentesco. Entre as crianças e os jovens, o monolinguismo waiwai é a regra, com exceção de alguns núcleos familiares, em especial entre os Tunayana e Katwena. Essa situação tem mudado com a consolidação da educação escolar nas aldeias, com aulas em língua portuguesa, e com o fluxo cada vez maior de jovens para as cidades – especialmente para Oriximiná, Santarém e Manaus –, em busca de estudos e de salários.

No final da década de 1990, os Tunayana e Katwena, no Suriname, haviam se transferido para a aldeia Kwamalasamutu e iniciaram um movimento – ainda em curso – de abandono dessa comunidade tiriyó em direção aos seus lugares antigos de habitação no Brasil⁴. No alto curso do Trombetas, fundaram a aldeia Ayaramã e, mais de uma década depois, no Turuni, uma aldeia com o mesmo nome do rio. Alguns Tunayana que retornaram do Suriname não se estabeleceram no Trombetas e se aliaram aos Waiwai no rio Mapuera, onde fundaram a aldeia Placa. Esse movimento de retorno do Suriname coincide com o retorno dos Kaxuyana e Kahyana que haviam sido transferidos dos rios Cachorro e Trombetas para a missão Tiriyo, no Tumucumaque. Coincide também com o retorno para o Trombetas de outra parte dos Kaxuyana e Kahyana que havia se reunido à missão Kassawá, instalada pelo *Summer Institute of Linguistics* (SIL) entre os Hixkaryana, no rio Nhamundá, no estado do Amazonas. Com exceção da aldeia fundada pelo pessoal que havia se juntado aos Hixkaryana, nas demais aldeias do alto Trombetas a língua dominante é o tiriyó, com a presença simultânea de outras línguas. Nas aldeias tunayana, a língua katwena-tunayana é utilizada no dia a dia pelos idosos que já eram adultos ao final dos anos 1960, quando se deslocaram do Brasil para o Suriname. Os adultos que cresceram no Suriname antes de retornarem ao Brasil afirmam ter aprendido a língua tiriyó melhor do que a língua tunayana – além de terem sido alfabetizados na escola em holandês. Atualmente, há turmas escolares nessas aldeias, com aulas em língua portuguesa e na língua waiwai, ministradas por professores waiwai provenientes de aldeias do rio Mapuera. Não há ainda pessoas fluentes na língua portuguesa nessas aldeias.

KATWENA, TUNAYANA, WAIWAI

Estudos linguísticos realizados em aldeias localizadas no Suriname demonstram que os nomes Katwena e Tunayana se referem a uma só língua (Carlin, 1998, p. 35; Smoll, 2014, p. 8). Há, contudo, alguma distinção segundo a perspectiva dos falantes no Brasil. Anciãos mencionam termos que seriam exclusivamente tunayana ou katwena. Eles afirmam que, no passado, Katwena e Tunayana eram grupos ou povos com falas distintas cujos descendentes hoje vivem juntos e falam uma mesma língua. Por esses motivos, neste artigo, o nome composto katwena-tunayana é utilizado para identificar a língua em questão. Note-se, ainda, que as línguas waiwai e katwena-tunayana são muito semelhantes e mutuamente inteligíveis. Um levantamento realizado por Howard (2001, p. 461, 470) na década de 1980, em uma aldeia waiwai no estado de Roraima, concluiu que katwena e waiwai são variantes dialetais de uma mesma língua. No que diz respeito às terminologias de parentesco, há variações lexicais relevantes, bem como algumas variações menores de categorias.

A devida atenção ao problema dos usos dos nomes Katwena e Tunayana por coletivos distintos transcende o objetivo deste trabalho. Cabe, aqui, realçar que os critérios de uso dos etnônimos nessa região são dinâmicos e não coincidem totalmente com os fenômenos da cognação (relações de parentamento) ou da coresidência, tampouco com recortes linguísticos. Os processos de parentamento e de fabricação de coletivos nomeados apresentam-se como dimensões

⁴ Para mais informações sobre os Katwena e os Tunayana no Suriname, ver Carlin (1998, 2011) e Smoll (2014).

específicas, embora relacionadas, de organização da vida social. São reconhecidas relações genealógicas de parentesco entre os Tunayana e os Katwena vivendo nas aldeias nos rios Mapuera, Trombetas e Turuni, especialmente entre as pessoas idosas, que guardam forte conexão com os lugares em que coabitavam no passado. Muitas delas consideram-se parentes 'verdadeiros', qualificação a ser melhor examinada neste artigo. No rio Mapuera, o nome coletivo mais utilizado é Katwena, e o nome Tunayana é mencionado quando as pessoas são perguntadas individualmente sobre sua origem ou a respeito de participação em um coletivo ou povo. Nas aldeias do Trombetas e do Turuni, acontece o oposto. O nome Tunayana é mais utilizado como identificação coletiva; quando individualmente questionadas, diversas pessoas mencionam o nome Katwena.

CONVENÇÕES ORTOGRÁFICAS

A ortografia waiwai em uso nas aldeias dos rios Mapuera e Trombetas foi proposta pelos missionários protestantes⁵. Semelhanças nas fonologias das línguas waiwai e katwena-tunayana permitem o uso da mesma ortografia para ambas⁶. O Quadro 1 contrasta a ortografia utilizada neste trabalho – ligeiramente modificada da desenvolvida por Hawkins (1998) – e os fonemas correspondentes no alfabeto fonético internacional (IPA).

Quadro 1. Ortografia dos fonemas waiwai e katwena-tunayana.

a /a/	e /e/	i /i/	o /o/	u /u/	î /î/	t /t/	s /s/	x /ʃ/	c /tʃ/
n /n/	ñ /ɲ/	r /ɾ/	ř /ř/	y /j/	k /k/	m /m/	p /p/	w /w/	h /h/

Um alofone frequente nessas línguas é o [d]. Ele ocorre quando /n/ é antecedido por /k/, ou seja, [d] é alofone de /n/ após /k/, como em *oyakno* [oyakdo], 'meu irmão/irmã de mesmo sexo que eu', e *aknu* [akdu], 'avô', na língua katwena-tunayana.

O UNIVERSO DOS PARENTES

Nos contextos waiwai e katwena-tunayana, é comum uma pessoa possuir mais de um nome próprio. Estes são evitados na maioria das situações, e a referência se dá por meio de pronomes, apelidos, termos de amizade ou termos de parentesco. Alguém com quem se tem uma relação será preferencialmente tratado por um nome de parente, isto é, por um termo de parentesco, mesmo que essa relação não seja genealógica. As terminologias de parentesco são o idioma privilegiado das relações sociais consideradas respeitadas e agradáveis. O termo genérico de identificação de um parente é *poyno*. No caso de tratar-se de um afim efetivo, será identificado genericamente como *woxin*. Uma pessoa qualquer, não relacionada, será considerada como *toto*, 'alguém', 'pessoa', ou *toto makî*, 'apenas alguém', 'apenas uma pessoa'. Embora a categoria *toto*, em seu sentido mais abrangente, inclua todas as pessoas, podendo ser traduzida como 'ser humano', seu uso mais frequente ocorre em situações nas quais se deseja enfatizar a ausência de relações individuais ou coletivas com alguém. Se essa pessoa for interpelada, o nome pessoal ou apelido poderá ser empregado ou o pronome *amoro*, 'você'. O uso do nome pessoal, nessa situação, também evidencia a ausência de relações de parentesco. Pessoas não relacionadas, consideradas de modo coletivo, são classificadas como *anarîro komo*, 'outros verdadeiros', 'estrangeiros'⁷.

⁵ Ver Hawkins (1998).

⁶ Ver Smoll (2014, p. 6).

⁷ Em linhas gerais, esses termos e atitudes observados durante a pesquisa no Mapuera e no Trombetas coincidem com aqueles registrados por Howard (2001, p. 101-105) entre os Waiwai de uma aldeia em Roraima, na década de 1980.

A forma coletiva *poyino komo*, 'parentes', acompanhada de prefixo de pessoa ou de pronome pessoal, como em *opoyino komo*, 'meus parentes', e *amna poyino komo*, 'nossos parentes', adquire extensões diversas. Quando se pergunta a alguém 'o que é *poyino*?', uma resposta usual é *oyakno komo*, 'meus germanos de mesmo sexo que eu'⁸. Em sua extensão mínima, *opoyino komo* são os parentes consanguíneos de primeiro grau, mesmo sexo e geração de ego, o coletivo de irmãos. Quando se pergunta 'quem mais?', são incluídos, na categoria, os parentes consanguíneos de primeiro grau de ambos os sexos, da mesma geração e da primeira geração ascendente: irmãos, irmãs, pai, mãe. Pode-se incluir também os filhos ou os parentes consanguíneos que vivem juntos, na mesma casa. Com um alcance ampliado, o termo abrange a família extensa, inclusive afins efetivos e pessoas em aldeias distantes. Em suas extensões máximas, adquire os sentidos de 'meu povo', 'meu grupo étnico', ou mesmo de 'índios' ou 'povos indígenas'. *Amna poyino*, 'nosso parente', ou *amna poyino komo*, 'nossos parentes', são expressões que podem identificar, no contexto waiwai, pessoas não relacionadas genealogicamente ou por afinidade efetiva que vivam na mesma aldeia ou em alguma outra aldeia do rio Mapuera. Isto é, coparticipantes da coletividade Waiwai, aos quais se atribuem termos de parentesco, mesmo que essas pessoas sejam identificadas também por meio de nomes coletivos distintos: Katwena, Xerew, Mawayana, por exemplo. O conceito de *poyino* sintetiza o ideal comunitário de uma aldeia ou de um coletivo de aldeias nos contextos waiwai, katwena e tunayana. Observação que vai ao encontro do que Rivière (1969, 2007 [1984]) propôs para as sociedades da região etnográfica da Guiana, onde a equação entre coresidência e parentesco seria verificada de modo mais amplo. O autor parte de dados tiriyo no Suriname, que, em um mesmo grupo local, não distinguem conexão genealógica e coresidência para classificar pessoas como parentes (Rivière, 1969, p. 65; 2007 [1984], p. 39, 101). Entre os Waiwai, Katwena e Tunayana, tal distinção é realizada num mesmo grupo local por meio de modificadores linguísticos acrescentados aos termos de parentesco, tema ao qual voltaremos mais adiante.

TERMINOLOGIAS

Atribuir um termo de parentesco a alguém é um ato formulado conceitualmente nas línguas waiwai e katwena-tunayana como um ato de nomeação. *Osohtotopo makî*, 'nomear apenas', e *wosohcesi*, 'eu nomeio', são modos de explicar o ato de passar a chamar como parente uma pessoa previamente não relacionada, e desenvolver com ela uma relação condizente com a classificação dada. *Wosohcesi* é também o modo de dizer que será atribuído um nome pessoal, um nome próprio a alguém, a um filho que acabou de nascer, por exemplo. Ao indagar sobre o motivo de alguém chamar outra pessoa por um termo específico de parentesco, são ouvidas respostas como essas: 'eu apenas nomeio', 'nós nos nomeamos', quando a relação entre ambas é classificatória e não genealógica. Outras vezes, as respostas indicam um parente de ligação por meio do qual se define o uso de um termo: 'eu a chamo de irmã porque a mãe dela e minha mãe são irmãs', por exemplo. Pelo fato de a classificação como parente ser equacionada à nomeação, a resposta à seguinte indagação, por vezes, soa ambígua para os pesquisadores: *ahce wa mike x ya? Osoťi mike?*, 'Como você chama a pessoa x? Você chama o nome?'. A tendência do interlocutor é responder afirmativamente, mesmo se o nome pessoal não for empregado na comunicação direta, e sim um termo de parentesco.

Em uma conversa com um desconhecido indígena ou em uma conversa sem acesso visual com um provável conhecido, por rádio por exemplo, a pergunta sobre a identidade não diz respeito diretamente aos nomes pessoais.

⁸ Na língua, a referida pergunta é: *ahce mikro, poyino kacô?*

Ela será formulada da seguinte forma: *onoke amoro?*, 'quem é você?'. A resposta usual é apenas *owí!*, 'eu!⁹. A resposta pode ser também um nome coletivo: *Waiwai owí*, 'eu sou Waiwai', *Wapixana owí*, 'eu sou Wapixana'. Ou o nome da aldeia, cidade ou país onde se vive: *Mapium pono owí*, 'eu sou de Mapium', *Guiana pono owí*, 'eu sou da Guiana'¹⁰. Nos dias de hoje, é raro que alguém desconhecido chegue a uma aldeia sem primeiramente avisar por rádio, mas anciãos relatam que antigamente as chegadas de estranhos incluíam conversas iniciadas com a mesma pergunta, *onoke amoro?*, respondidas por meio de nomes coletivos. Quando o encontro entre desconhecidos se dá pessoalmente, se houver interesse mútuo, é usual que a conversa se desenvolva com a tentativa de reconhecer pessoas em comum e que se chegue a um acordo sobre como os dois desconhecidos irão se relacionar e se referir um ao outro a partir de então, escolhendo termos que expressem esse modo de relação. Se desejarem criar uma relação afetuosa e próxima, escolherão termos de parentesco: *Ahce wa kesosohce?*, 'como vamos nomear um ao outro?', *Poyino me kesosohcesî makî!*, 'vamos nomear um ao outro apenas como parentes!'. Essas pessoas não irão se tratar pelos nomes pessoais, e sim como parentes, independente de um vínculo de parentesco prévio ter sido detectado durante a conversa.

Os Quadros 2 e 3 apresentam a terminologia de parentesco katwena-tunayana de uma perspectiva egocentrada, isto é, na primeira pessoa do singular, diferenciando o sexo e a idade relativa do falante e os termos de referência dos termos vocativos. As posições genealógicas ou de afinidade a que os termos se referem são indicadas por abreviaturas na notação inglesa¹¹. A idade relativa de ego é diferenciada por meio da letra e, 'mais velho que ego', e da letra y, 'mais novo que ego'. O asterisco foi utilizado nos casos em que a classificação é uma possibilidade ou tendência não resolvida *a priori*. Os quadros contemplam os termos segundo os quais as posições genealógicas não incluídas são classificadas. Trata-se de uma abordagem não exaustiva da terminologia, sendo relacionadas apenas as posições genealógicas básicas que os termos denotam.

Quadro 2. Terminologia de parentesco katwena-tunayana – ego masculino.

(Continua)

Referência	Tratamento	Posição genealógica
oyaknu	aknu	FF, MF, WF*
amîmî	amî	FM, MM
apapa	apa	F, FB, FFBS
yememe, onocwan	yeme	M, MZ, MMZD
otamru	taamu	MB, FZH*, WF*
ocacan	caaca	FZ, MBW, WM
oyakno	oyakno	B, FBS, MZS
	mimi	eB, FBeS, MZeS
	pîtî, kîrîrî, okopuci, okopu, wawa	yB, FByS, MZyS

⁹ O cuidado de não utilizar nomes próprios em conversações diretas e a aversão a pronunciar o próprio nome foram registrados também por Fock (1963, p. 16, 75), entre os Waiwai, na Guiana, em meados da década de 1950.

¹⁰ Frequentemente, são feitas perguntas específicas para obter essas respostas: 'de onde você é?', 'qual o seu povo?'. Porém, essas mesmas respostas podem ser dadas quando a pergunta é: 'quem é você?'.

¹¹ Na notação inglesa convencional: M = *mother*, F = *father*, D = *daughter*, S = *son*, Z = *sister*, B = *brother*, W = *wife*, H = *husband* e GrC = *grandchildren*. Posições são indicadas por mais de uma letra, por exemplo, FF = *father's father*, 'pai do pai', MF = *mother's father*, 'pai da mãe', ZH = *sister's husband*, 'marido da irmã', WF = *wife's father*, 'pai da esposa', e assim por diante.

Quadro 2.

(Conclusão)

Referência	Tratamento	Posição genealógica
oyepeka	oyepeka	Z, FBD, MZD
	woci	eZ, FBeD, MZeD
	mona, wosî, okopuci, okopu, wawa	yZ, FByD, MZyD
opamorî	poimo	MBS, FZS, ZH, WB
tooto	∅	MBD, FZD
omumuru	pîtî, kîîrî, okopuci, okopu, wawa	S, BS
oyemsîrî	mona, wosî, okopuci, okopu, wawa	D, BD
oparî	okopuci, okopu, wawa	ZS, ZD, SS, SD, DS, DD, SW, DH
	pîtî, kîîrî,	ZS, SS, DS, DH
	mona, wosî	ZD, SD, DD, SW
cîwîya	cîwîya	W
opici		W, BW, WZ
owoxin	hai komo	WF, HF, ZH, DH
oyaworî	awo	DH

Quadro 3. Terminologia de parentesco katwena-tunayana – ego feminino.

Referência	Tratamento	Posição genealógica
oyaknu	aknu	FF, MF, HF*
amîmî	amî	FM, MM
apapa	apa	F, FB, FFBS, MZH*
yememe, onocwan	yeme	M, MZ, MMZD, FBW*
otamru	taamu	MB, FZH*, HF*
ocacan	caaca	FZ, MBW, FBW*, HM
oyakno	oyakno	Z, FBD, MZD
	woci	eZ, FBeD, MZeD
	mona, wosî, okopuci, okopu, wawa	yZ, FByD, MZyD
oyepeka	oyepeka	B, FBS, MZS
	mimi	eB, FBeS, MZeS
	pîtî, kîîrî, okopuci, okopu, wawa	yB, FByS, MZyS
opamorî	poimo	MBD, FZD, BW, HZ
tooto	∅	MBS, FZS
omrerî	pîtî, kîîrî, okopuci, okopu, wawa	S, ZS
oyemsîrî	mona, wosî, okopuci, okopu, wawa	D, ZD
oparî	okopuci, okopu, wawa	BS, BD, SS, SD, DS, DD, SW, DH
	pîtî, kîîrî	BS, SS, DS, DH
	mona, wosî	BD, SD, DD, SW
cîwîya	cîwîya	H
oyiño		H, HB, ZH



O Quadro 4 apresenta as diferenças entre as terminologias de parentesco katwena-tunayana e waiwai. Para evidenciar o contraste, o quadro inclui falantes de ambos os sexos, quando necessário diferenciados por meio das abreviaturas h.f., 'homem falando', e m.f., 'mulher falando'. São apresentadas apenas as posições nas quais há diferenças terminológicas. Para as posições não incluídas, as duas terminologias são idênticas, isto é, são aplicados os mesmos termos dos Quadros 2 e 3. Também aqui o asterisco foi utilizado nos casos em que a classificação é uma possibilidade ou tendência não resolvida *a priori*. O traço foi utilizado quando não havia termos específicos abrangendo as posições indicadas.

Quadro 4. Diferenças entre as terminologias de parentesco katwena-tunayana e waiwai.

Referência		Tratamento		Posição genealógica
Tunayana-Katwena	Waiwai	Tunayana-Katwena	Waiwai	
oyaknu	opocon	aknu	pooco	FF, MF, WF*
amímî	ocacan	amî	caaca	FM, MM
ocacan	ocacan	caaca	caaca	FZ, MBW, FBW*, HM
oyakno (h.f.) oyepeka (m.f.)	oyakno (h.f.) oyepeka (m.f.)	mimi	ñoño	eB, FBeS, MZeS
Oyepéka (h.f.) Oyakno (m.f.)	Oyepéka (h.f.) Oyakno (m.f.)	woci	aaci	eZ, FBeD, MZeD
tooto	owayamnu	∅	∅	MBD, FZD (h.f.) MBS, FZS (m.f.)
owoxin	owoxin	hai komo (h.f.)	-	WF, HF, ZH, DH
oyaworí	owoxin	awo	-	DH

O parentesco katwena-tunayana, bem como o parentesco waiwai, pode ser descrito como uma 'variante rica' do paradigma dravidiano, expressão cunhada por Taylor (1989 apud Fausto, 1991), ou como um exemplar do 'dravidiano amazônico', tal como definido por Viveiros de Castro (1993, 2002a), onde a união conjugal entre primos cruzados bilaterais é estabelecida terminologicamente, mas o princípio conceitual da distinção entre consanguíneos e afins não coincide totalmente com a distinção genealógica entre parentes paralelos e cruzados. Vemos que a terminologia classifica posições de consanguinidade por termos de afinidade: na língua katwena-tunayana, a referência para primos cruzados de sexo oposto ao de ego, *tooto*, é a mesma aplicada a todo não parente. No campo atitudinal, ela corresponde à permissividade sexual e tem valor matrimonial positivo. Tecnônimos são opção usual de referência nesses casos, em especial *otamru yemsírî*, 'filha do meu tio', e *otamru mumuru*, 'filho do meu tio', o que corresponde, respectivamente, a homem falando e mulher falando. A acessibilidade sexual entre pessoas nessa posição é assumida: 'vou visitar meu tio', por exemplo, pode ser o jeito de um homem dar a entender que se encontrará com uma parceira sexual. Não existe termo vocativo para *tooto*: a comunicação direta em público é constringedora e evitada. Se acontecer, será por meio do pronome *amoro*, 'você', ou de tecnônimos, como *x yím*, 'pai de x', ou *x yon*, 'mãe de x', sendo 'x' o nome próprio de uma criança. Diante da pergunta: 'como você chama y (nome de um primo cruzado de sexo oposto)?', a resposta padrão é 'eu não chamo'¹². Contornar o embaraço decorrente da comunicação pública é possível pelo eventual recurso à jocosidade, quando apelidos ou mesmo nomes pessoais são empregados. É possível também que primos

¹² A pergunta é feita na língua da seguinte forma: *Ahce wa mike 'y' ya?* E a resposta padrão na língua é: *Kahra wasí*.

cruzados de sexo oposto passem a se relacionar como irmãos e interajam socialmente sem maiores constrangimentos, cooperando em trabalhos, provendo caça e alimentos uns aos outros. Nesse caso, passam a empregar os termos vocativos para 'irmão mais velho', *mimi*, e 'irmã mais velha', *woci*, que é o modo de marcar restrição sexual e deferência mútua, visto que a distinção da idade relativa introduz um viés assimétrico na relação.

Em um caso observado, uma jovem foi criada pela irmã de seu pai, *caaca*, a quem passou a chamar de 'mãe', *yeme*. O filho dessa tia, seu primo cruzado, passou a ser tratado e referido como 'irmão', *mimi (epeka)*. Ao chegar à idade adulta, a jovem saiu da casa da tia e passou a viver com a mãe genealógica, mas continuou tratando a tia como mãe e seu primo cruzado como irmão. Esse caso é especialmente interessante porque a jovem possui uma irmã gêmea idêntica, criada pela mãe genealógica. A gêmea trata a irmã do pai como *caaca* e o primo cruzado como cônjuge potencial. Entre os Katwena e Tunayana, assim como entre os Waiwai, a posição genealógica de uma pessoa não determina *a priori* a sua grade de classificação de parentes, em parte porque posições dadas – isto é, posições construídas como dadas, ao serem definidas primariamente pelo vínculo genealógico – podem ser transformadas ao longo da vida, pela reclassificação atitudinal e terminológica.

A transformação de primos em irmãos também foi observada por Fock (1963, p. 136, 190) entre os Waiwai, na Guiana, nos anos 1950. No contexto atual dos rios Mapuera e Trombetas, a passagem de *tooto*, genealógico ou não, à posição de irmão ou irmã tem sido elaborada também pelo recurso à cosmologia cristã, sendo a filiação ao mesmo Pai (Deus) o argumento mobilizado. Quando a conversa gira em torno do parentesco, frequentemente os Katwena e os Tunayana se divertem com a equação entre as posições de 'primo cruzado de sexo oposto' e 'estrangeiro'. Essa identificação exprime a possibilidade de envolvimento sexual e conjugal com virtualmente qualquer pessoa não aparentada, ao mesmo tempo em que projeta para 'fora' da sua sociedade parentes muito próximos com os quais convivem no dia a dia. Existe aí uma diferença em relação à terminologia waiwai, onde o primo cruzado de sexo oposto não é equacionado a *tooto*, e sim referido como *owayamnu*, literalmente 'meu jabuti', termo frequentemente traduzido por eles em língua portuguesa como 'meu namorado/minha namorada'. A língua waiwai também não define termo vocativo para essa posição. Apesar de não se referirem a todo e qualquer não aparentado de sexo oposto como *wayamnu*, os Waiwai compartilham com os Katwena e Tunayana o entendimento de que as uniões sexuais ou conjugais podem ocorrer com as pessoas não tratadas por termos de parentesco. Por esse motivo, se dirigir a alguém de sexo oposto diretamente pelo nome pessoal pode ser interpretado como um sinal de interesse sexual ou como uma falta de respeito. Essas observações vão ao encontro dos registros de Mentore (1984) entre os Waiwai, na Guiana, no final da década de 1970. O autor observa que o termo de referência *owayamnu* inclui por implicação lógica – embora não seja utilizado como tal – "[...] todas as pessoas não genealógicamente relacionadas do sexo oposto" (Mentore, 1984, p. 229, tradução nossa)¹³. A terminologia katwena e tunayana se diferencia da terminologia waiwai por enunciar explicitamente a equivalência entre primos cruzados e pessoas não aparentadas enquanto ocupantes de uma posição semelhante de afins potenciais.

Os primos cruzados de mesmo sexo de ego são referidos como *opamorí* e tratados diretamente como *poimo*, termos recíprocos de afinidade. Seu relacionamento se caracteriza pela cooperação mútua e pela jocosidade. Quando um casamento entre primos cruzados acontece, os *pamorí* passam a se classificar mutuamente como *owoxin*, mas o termo vocativo permanece sendo *poimo*. Na língua katwena-tunayana, afins efetivos do sexo masculino também

¹³ Ver observações semelhantes em Mentore (1984, p. 235).

podem se tratar mutuamente por *hai komo*, termo que tem caído em desuso. Os Katwena e Tunayana traduzem frequentemente *poimo* como 'cunhado/cunhada', mesmo quando a afinidade não é efetiva. Cunhado é também a tradução mais frequente para *woxin*, embora esse termo de referência denote qualquer afim efetivo, entre eles o sogro. O casamento é frequentemente formulado por eles e pelos Waiwai como uma relação entre cunhados. O ideal é que essa relação seja reiterada por casamentos posteriores, fortalecendo e ampliando a aliança inicial. Do ponto de vista terminológico, a relação entre cunhados se apresenta como simétrica, pois os termos são recíprocos e não distinguem idade relativa. Do ponto de vista conceitual, a relação é definida como assimétrica, e o homem, quando se casa, está em posição hierárquica inferior aos irmãos de sua esposa, devendo cooperar não apenas com os sogros, mas também com os cunhados. Essa assimetria pode ser atenuada se o núcleo familiar do marido for proeminente na política local ou regional, ou se a reiteração da aliança equilibrar o fluxo de homens e de mulheres nos dois sentidos. Pela posição subordinada do marido em relação aos pais da esposa, a tendência é que um casal viva junto aos parentes da mulher, mas é frequente a situação de casais vivendo com os parentes do marido. A decisão sobre a residência pós-marital é uma função do jogo político entre as duas parentelas, como bem observou Viveiros de Castro (1986, p. 277), ao comentar a síntese sociológica proposta por Rivière (2007 [1984]) para a região etnográfica da Guiana.

Dos termos de afinidade registrados, o único cuja abrangência básica não está clara é *oyaworí*. Ele denota o genro, marido da filha de um homem, e tem caído em desuso, sendo substituído por *owoxin*. Aqui, há mais uma diferença entre as terminologias waiwai e katwena-tunayana, visto que a última possui modos de referência e de tratamento específicos para genros – *oyaworí*, *awo* – e um termo de tratamento masculino que abrange todos os afins efetivos, *hay komo*. O termo de referência para afins efetivos *owoxin*, existente nas duas línguas, não é utilizado no tratamento direto: genros e noras são tratados como consanguíneos, como filhos; sogros são tratados como irmãos da mãe ou como avós; sogras são tratadas como irmãs do pai ou como avós; cunhados de ego masculino e cunhadas de ego feminino são tratados como primos cruzados. Apenas a língua katwena-tunayana possui o recurso de evidenciar a afinidade efetiva masculina no tratamento direto, através da categoria específica para genros e do vocativo *hay komo*. Porém, este recurso é pouco acionado nos dias atuais, estando restrito ao vocabulário dos idosos.

Quando duas pessoas não relacionadas geneologicamente como primas cruzadas se casam, o sogro poderá ou não ser reclassificado como 'irmão da mãe/tio', *taamu*. Muitas vezes, o termo preferido será 'avô', *aknu*, aplicável virtualmente a qualquer idoso do sexo masculino. A reclassificação é sempre individual e depende da história específica do relacionamento entre as duas pessoas envolvidas¹⁴. Foi observado um caso em que marido e mulher se tratavam previamente como germanos por dois motivos: foram criados juntos como *epeka komo*, 'irmãos', e seus pais eram germanos classificatórios. Após o pai genealógico da mulher abandonar a família, ela e uma irmã consanguínea foram criadas como 'filhas', *emsírí komo*, pelo germano classificatório do pai, a quem tratavam, portanto, como *apa*¹⁵. Os filhos do pai, junto aos quais cresceram, eram classificados por elas como 'meus irmãos', *oyepeka komo*, e as filhas como 'minhas irmãs', *oyakno komo*. Com a união matrimonial, o pai do marido deixou de ser *apa*, e passou à posição

¹⁴ A impossibilidade de se prever de antemão uma classificação de parentesco que se apresente como função da história de dois indivíduos foi um tema desenvolvido por Fausto (1991), em sua análise do parentesco parakanã.

¹⁵ O abandono do cônjuge e dos filhos é incomum. Parte das pessoas envolvidas nesse caso específico atribui o abandono à influência dos missionários da UFM na década de 1960, quando os homens foram estimulados a viver com apenas uma esposa. O pai da menina em questão possuía duas esposas e acabou optando por abandonar uma delas. Outros casamentos polígnicos não foram, contudo, desfeitos e alguns homens seguiram vivendo com duas ou até três esposas até os dias atuais.

de avô, *aknu*. Os irmãos do marido foram reclassificados como *oyiño yakno komo*, 'irmãos de meu marido', ou *oyiño komo*, 'meus maridos', e as irmãs do marido como *oyiño yepeka komo*, 'irmãs de meu marido', ou ainda como *owoxin komo*, 'minhas cunhadas'. A reclassificação não foi realizada, contudo, por sua irmã consanguínea criada no mesmo contexto. Ela continua tratando essas pessoas como parentes consanguíneos, e não como afins, e sendo tratada por elas também como consanguínea. Em todos os casos, as classificações de parentesco são individuais e dependem do histórico de relações entre os envolvidos.

Em outro exemplo observado no mesmo núcleo familiar, marido e mulher eram primos cruzados, criados juntos pelo pai da mulher, a quem o marido chama de *taamu*, por ser irmão de sua mãe. Trata-se do mesmo pai do marido do exemplo anterior. Órfão de um conflito motivado pela captura de mulheres, o sobrinho foi adotado ainda menino. Os germanos da esposa, contudo, nunca foram tratados como primos cruzados, nem como cunhados, e sim como sobrinhos e sobrinhas, *parí*. Em retorno, eles tratam o marido da irmã como *taamu*, 'tio'. Suas trajetórias são distintas em relação ao homem em questão: embora sejam filhos do mesmo pai de sua esposa, não compartilham a mesma genitora. A mãe dos 'meio-irmãos' da esposa é irmã da mãe do marido, ou seja, os germanos de sua esposa são filhos de sua prima paralela, irmã classificatória, e, por isso, são tratados como sobrinhos. Neste caso, o vínculo com a irmã da mãe tem precedência sobre o vínculo com o irmão da mãe na classificação dos meio-irmãos da esposa, motivo pelo qual eles são chamados de sobrinhos, e não de primos cruzados.

A relação com um *aknu*, 'avô', caracteriza-se pelo afeto e pela acessibilidade, por parte de ambos os sexos. A atitude para com um *taamu*, 'tio materno', se este ocupa uma posição de afim efetivo, é mais formalizada, há deferência e vergonha – embora um genro possa se dirigir diretamente ao sogro, sem que isso seja considerado uma falta de respeito¹⁶. Contraste semelhante foi registrado por Howard (2001, p. 107), entre as categorias de *taamu* e *pooco*, usadas entre os Waiwai. Seja qual for a opção de tratamento praticada pelo marido da filha ou pela esposa do filho, a classificação recebida do sogro será de *oparí*, visto que a terminologia equaciona 'sobrinhos' e 'netos', de ambos os sexos. *Oparí* é descrito como alguém de quem se sente saudade, por quem se nutre uma afeição profunda. Embora referenciados como sobrinhos e netos, genros e noras são tratados diretamente como filhos, como se verá mais adiante.

Situação semelhante ocorre na relação com o esposo da *caaca*, 'tia', cuja classificação pode variar conforme o histórico de sua relação pessoal com ego. Há uma tendência de sua identificação com o irmão da mãe, mas nem sempre ele será considerado como tal, especialmente no caso de ego feminino. Mesmo que a irmã do pai tenha se casado com um primo cruzado bilateral e eles vivam na mesma aldeia de ego, ou seja, mesmo que a relação com ego seja genealógicamente traçável e que haja convivialidade, não há a garantia de que ele será equacionado a um tio, podendo ser tratado como avô ou não ser classificado como parente. Nesse caso, será referido por meio de tectônimo, *ocacan iño*, 'marido de minha tia'. A não atribuição de termo de parentesco sugere disponibilidade sexual entre o marido da irmã do pai e ego feminino. Entre os idosos, há vários exemplos de casamentos avunculares, mas estes são incomuns nos dias de hoje e, embora não sejam proibidos e a terminologia possua um caráter marcadamente oblíquo, não são incentivados nem elogiados¹⁷.

¹⁶ O que, segundo meus interlocutores, diferencia os Waiwai, os Katwena e os Tunayana de seus vizinhos Katxuyana, para os quais dirigir a fala diretamente ao sogro ou à sogra é desrespeitoso.

¹⁷ O que, segundo meus interlocutores tunayana dos rios Trombetas e Turuni, os diferencia dos Tiriyo junto aos quais viveram no Suriname, que incentivariam as uniões conjugais oblíquas.

A terminologia para germanos marca distinções de sexo e de idade. Há um termo de referência para germano de mesmo sexo, *oyakno*, e outro para germano de sexo oposto, *oyepeka*. A aplicação dos mesmos entre os sexos é, portanto, recíproca. Da perspectiva de um homem, seu irmão é *oyakno* e sua irmã, *oyepeka*. Da perspectiva de uma mulher, sua irmã é *oyakno* e seu irmão é *oyepeka*. A terminologia vocativa, por sua vez, não leva em conta o sexo de ego, apenas o sexo de alter. Ela opera com base no critério de idade relativa, e a distinção entre mais velhos e mais jovens assume traços geracionais. Esse material está organizado no Quadro 5:

Quadro 5. Terminologia katwena-tunayana para germanos.

		Referência		Tratamento
		Homens	Mulheres	Homens Mulheres
Alter	Ego			
	Homens	<i>oyakno</i>	<i>oyepeka</i>	eB mimi* B <i>oyepeka</i> yB <i>pîtî</i> / <i>kîîrî</i> / <i>okopuci</i> / <i>okopu</i> / <i>wawa</i>
Mulheres	<i>oyepeka</i>	<i>oyakno</i>	eZ <i>woci</i> * Z <i>oyakno</i> yZ <i>mona</i> * / <i>wosî</i> / <i>okopuci</i> / <i>okopu</i> / <i>wawa</i>	

No Quadro 5, o asterisco foi utilizado nos casos em que a terminologia katwena-tunayana difere da terminologia waiwai. Na língua waiwai, o termo equivalente para irmão mais velho é *ñoño*, e para irmã mais velha é *aaci*. E o termo katwena-tunayana *mona*, 'vagina', em waiwai, é ligeiramente diferente, *mooña*. Os termos de referência *oyakno* e *oyepeka* expressam simetria entre as posições relativas de ego e alter, evitando a distinção hierárquica entre pessoas de mesma geração. *Oyakno* pode ser usado como tratamento recíproco por germanos classificatórios de mesmo sexo. Esses termos são idênticos nas duas línguas. A esses dois termos de referência, *oyakno* e *oyepeka*, correspondem oito vocativos com distinção etária. Os vocativos para irmão mais velho e irmã mais velha, por seu conteúdo assimétrico, podem ser empregados como forma respeitosa de tratamento para pessoas não aparentadas em geral, mesmo as mais novas do que ego. Os vocativos para germanos mais novos são idênticos nas duas línguas, e são utilizados para os outros parentes das gerações descendentes: *Pîtî*, 'pênis', e *kîîrî*, 'macho/homem', designam o irmão mais novo e o filho. *Okopuci*, *okopu* e *wawa* designam, além do irmão mais novo e do filho, o sobrinho e o neto. *Mona*, 'vagina', e *wosî*, 'fêmea/mulher', designam a irmã mais nova e a filha. *Okopuci*, *okopu* e *wawa* designam, além da irmã mais nova e da filha, a sobrinha e a neta. Hoje em dia, os termos 'pênis' e 'vagina' têm sido menos utilizados do que *kîîrî*, 'macho/homem', e *wosî*, 'fêmea/mulher'. O uso de *pîtî* e de *mona* pelos Katwena e Tunayana é tomado como um marcador de sua diferença étnica pelos Waiwai do Mapuera, que argumentam não utilizar esses termos no contexto do parentesco, embora utilizem para identificar o pênis e a vagina propriamente ditos¹⁸.

A idade e a geração são, portanto, parâmetros importantes na definição das atitudes convencionais de parentesco, entre elas o modo de tratamento direto. O termo *okopu* e o seu diminutivo *okopuci* são modos carinhosos de chamar

¹⁸ Em outros contextos waiwai, contudo, autores registraram o uso de tais termos como vocativos para parentes nessas mesmas posições classificatórias. Ver, por exemplo, Howard (2001, p. 106) e Fock (1963, p. 191).

as pessoas mais novas em geral, mesmo as adultas, e seu uso é extensivo aos moribundos e aos doentes à beira da morte. O termo *wawa*, 'bebê', é usado mesmo que o outro seja adulto, evidenciando de modo carinhoso a assimetria decorrente da diferença etária. *Okopu*, *okopuci* e *wawa* são termos característicos também das falas dos chefes, ao se referirem àqueles sob seu cuidado e influência. Entre germanos, os termos vocativos são empregados com mais frequência na infância. Na idade adulta, se sua relação social for muito próxima, poderão empregar apelidos ou o nome pessoal, sendo esta uma exceção para a atitude generalizada de evitação do uso dos nomes pessoais para os parentes. Outra exceção são as crianças, que podem ser interpeladas diretamente pelos nomes pessoais, sem maiores problemas.

Os quadros diferenciam, portanto, a terminologia de referência da terminologia de tratamento, revelando que o vocabulário de referência e o sistema de atitudes recortam o universo social de maneiras distintas. Pessoas classificadas em diferentes categorias de referência são tratadas como equivalentes, abrangidas na mesma categoria de tratamento. A identificação terminológica entre descendentes afins e descendentes consanguíneos, de mesma geração e de gerações diferentes, não ocorre igualmente nos modos de referência e de tratamento. No modo de referência, os filhos de germanos de sexo oposto ao de ego são equacionados aos descendentes de segunda geração: todos são classificados indistintamente como afins, como *oparí*, 'meus sobrinhos/netos'. Ou seja, para uma mulher, os filhos e as filhas de seus irmãos homens e os seus netos de ambos os sexos (BS, BD, SS, SD, DS e DD) são *oparí*, e para um homem, os filhos e as filhas de suas irmãs mulheres e os seus netos de ambos os sexos (ZS, ZD, SS, SD, DS e DD). Já no modo vocativo, a consanguinidade engloba a afinidade: a distinção entre 'filhos' e 'sobrinhos/netos' é apagada, e da perspectiva waiwai, katwena e tunayana, todos eles são tratados terminologicamente como filhos: *okopuci*, *okopu*, *wawa*. Com os ascendentes ocorre processo semelhante. A distinção clara entre parentes consanguíneos e parentes afins na primeira geração – pai e mãe, de um lado, e irmão da mãe e irmã do pai, de outro lado – é apagada na segunda geração, dos 'avós'.

Nas gerações ascendentes, as terminologias waiwai e katwena-tunayana apresentam uma diferença categorial e lexical relevante. Na língua waiwai, há equivalência intergeracional entre ascendentes afins de sexo feminino, com um único termo para 'avó' e 'tia' – mãe da mãe, mãe do pai e irmã do pai – *caaca*. Na terminologia katwena-tunayana, essas posições permanecem distintas e correspondem a termos diferentes, estando *caaca* restrito à irmã do pai, e *amí* denotando a mãe da mãe e a mãe do pai. Do ponto de vista de ego masculino, entre os Katwena e Tunayana a relação com *caaca* possui, portanto, conteúdo conjugal positivo mais evidente do que entre os Waiwai, onde a posição é equacionada à de uma pessoa muito idosa, pelo menos duas gerações mais velha do que ego. Apesar disso, Howard (2001, p. 108, nota 4) registrou que entre os Waiwai de Roraima, na década de 1980, frequentemente a mãe da esposa era retirada do campo dos parentes afins e reclassificada pelo genro como *aaci*, 'minha irmã mais velha'. A autora chama atenção para o fato de a equação entre sogra e irmã ser comum na região da Guiana para ego masculino, remetendo à prática do casamento avuncular, pois, quando a relação com a sogra é reclassificada dessa maneira, o casamento funciona como se fosse uma união de um homem com a filha de sua irmã. De todo modo, os interlocutores da autora insistiam no fato de que não estavam se casando com a filha da irmã, apenas tratando a sogra como irmã. Howard (2001) mesmo observa que *aaci* era o modo de tratamento respeitoso preferido pelos Waiwai para mulheres estrangeiras de mesma geração. No contexto da presente pesquisa, observou-se o emprego de *aaci* como modo respeitoso de tratamento até mesmo para mulheres estrangeiras mais jovens do que ego. Parece-nos que anular a possibilidade de união sexual com a sogra, tratando-a como irmã, é uma operação relevante no caso mencionado por Howard (2001), visto que sogros devem ser tratados com respeito e deferência, e o termo *caaca* carrega certo conteúdo conjugal implícito.

O Quadro 6 organiza as observações até aqui descritas, deixando mais claras as equivalências intergeracionais características do parentesco katwena-tunayana e do parentesco waiwai, bem como as diferenças entre a terminologia de referência e a terminologia de tratamento. Os termos marcados com asterisco são classificações possíveis não resolvidas *a priori*. Inspirados em uma tabela elaborada por Howard (2001, p. 106) para a terminologia waiwai, apresentamos primeiramente os termos de tratamento, seguidos dos termos de referência entre parêntesis.

Quadro 6. Diferenças entre termos de referência e termos de tratamento – ego masculino.

	Katwena-Tunayana				Waiwai			
G+2	aknu (oyaknu) FF, MF, WF*		amî (amîmî) FM, MM		pooço (opocon) FF, MF, WF*		caaca (ocacan) FM, MM	
G+1	apa (apapa) F, FB, FFBS	taamu (otamru) MB, FZH*, WF*	yeme (yememe) M, MZ, MMZD	caaca (ocacan) FZ, MBW, WM	apa (apapa) F, FB, FFBS	taamu (otamru) MB, FZH*, WF*	yeme (yememe) M, MZ, MMZD	caaca (ocacan) FZ, MBW, WM
G0	mimi (oyakno) eB, FBeS, MZeS		woci (oyepeka) eZ, FBeD, MZeD		ñoño (oyakno) eB, FBeS, MZeS		aaci (oyepeka) eZ, FBeD, MZeD	
	oyakno (oyakno) B, FBS, MZS		oyepeka (oyepeka) Z, FBD, MZD		oyakno (oyakno) B, FBS, MZS		oyepeka (oyepeka) Z, FBD, MZD	
	pîtî / kîîrî okopuci / okopu wawa (oyakno) yB, FByS, MZyS		mona / wosî okopuci / okopu wawa (oyepeka) yZ, FByD, MZyD		pîtî / kîîrî okopuci / okopu wawa (oyakno) yB, FByS, MZyS		mooña / wosî okopuci / okopu wawa (oyepeka) yZ, FByD, MZyD	
G-1	pîtî / kîîrî okopuci / okopu wawa (omumuru) S, BS		mona / wosî okopuci / okopu wawa (oyemsîrî) D, BD		pîtî / kîîrî okopuci / okopu wawa (omumuru) S, BS		mooña / wosî okopuci / okopu wawa (oyemsîrî) D, BD	
G-2	okopuci / okopu wawa (oparî) GrC				okopuci / okopu wawa (oparî) GrC			

Com respeito às classificações dos filhos de primos cruzados e dos filhos de primos cruzados dos pais, ocorre algo semelhante ao que foi rapidamente descrito para as demais categorias de parentes: a variação nos modos de classificação dos mesmos¹⁹. Entre os Tunayana e Katwena e entre os Waiwai, a tendência é que os filhos de primos cruzados sejam classificados como afins, *oparî komo*, ‘meus sobrinhos/netos’. Nas relações com os filhos de ego, portanto, esses sobrinhos reproduzem as relações de afinidade existentes entre seus pais, e classificam-se uns aos outros como primos cruzados, cônjuges ou cunhados potenciais. É comum também que os homens se refiram às filhas de suas primas cruzadas e de seus primos cruzados, quando estas não se tornaram suas noras, como *tooto* ou como *wayamnu*, evidenciando sua acessibilidade sexual. Se o homem for o sogro, contudo, o acesso sexual às mulheres em tal posição será proibido.

¹⁹ Os filhos de primos cruzados correspondem às posições genealógicas FZDS, FZDD, FZSS, FZSD, MBSS, MBSD, MBZS e MBZD, e são da primeira geração descendente de ego. Já os filhos de primos cruzados dos pais correspondem às posições MFZSD, FMBZS, MMBSD e FFZDS, e são da mesma geração de ego.

Observam-se também casos em que filhos de primos cruzados de sexo oposto – ou seja, filhos de cônjuges potenciais ou classificatórios – são considerados como ‘filhos’ por ego. É o que ocorre com os filhos das irmãs da esposa, no caso de ego masculino, e filhos dos irmãos do marido, em caso de ego feminino. Esses filhos reproduzem as relações de consanguinidade existentes entre seus pais, e classificam-se uns aos outros como irmãos. Porém, como é extensa cada parentela colateral, abrangendo praticamente todos os conhecidos de alguém, nem todos os filhos das pessoas classificadas como germanas de mesmo sexo dos cônjuges serão efetivamente tratados como filhos, a depender da distância social e, mais uma vez, do histórico das relações individuais. Além do mais, há variações nas formas de classificação entre os diferentes povos que se encontram hoje no Mapuera. Alguns de nossos interlocutores afirmaram que, entre os Xerew-Pixkaryana, por exemplo, os filhos de primos cruzados de sexo oposto ao de ego tendiam a ser considerados como ‘filhos’ e os filhos de primos cruzados de mesmo sexo de ego tendiam a ser considerados como ‘sobrinhos/netos’, classificações que teriam se transformado quando passaram a compor os coletivos waiwai.

As Figuras 1 e 2 apresentam a terminologia de referência e a terminologia de tratamento na língua katwena-tunayana, para ego feminino e ego masculino.

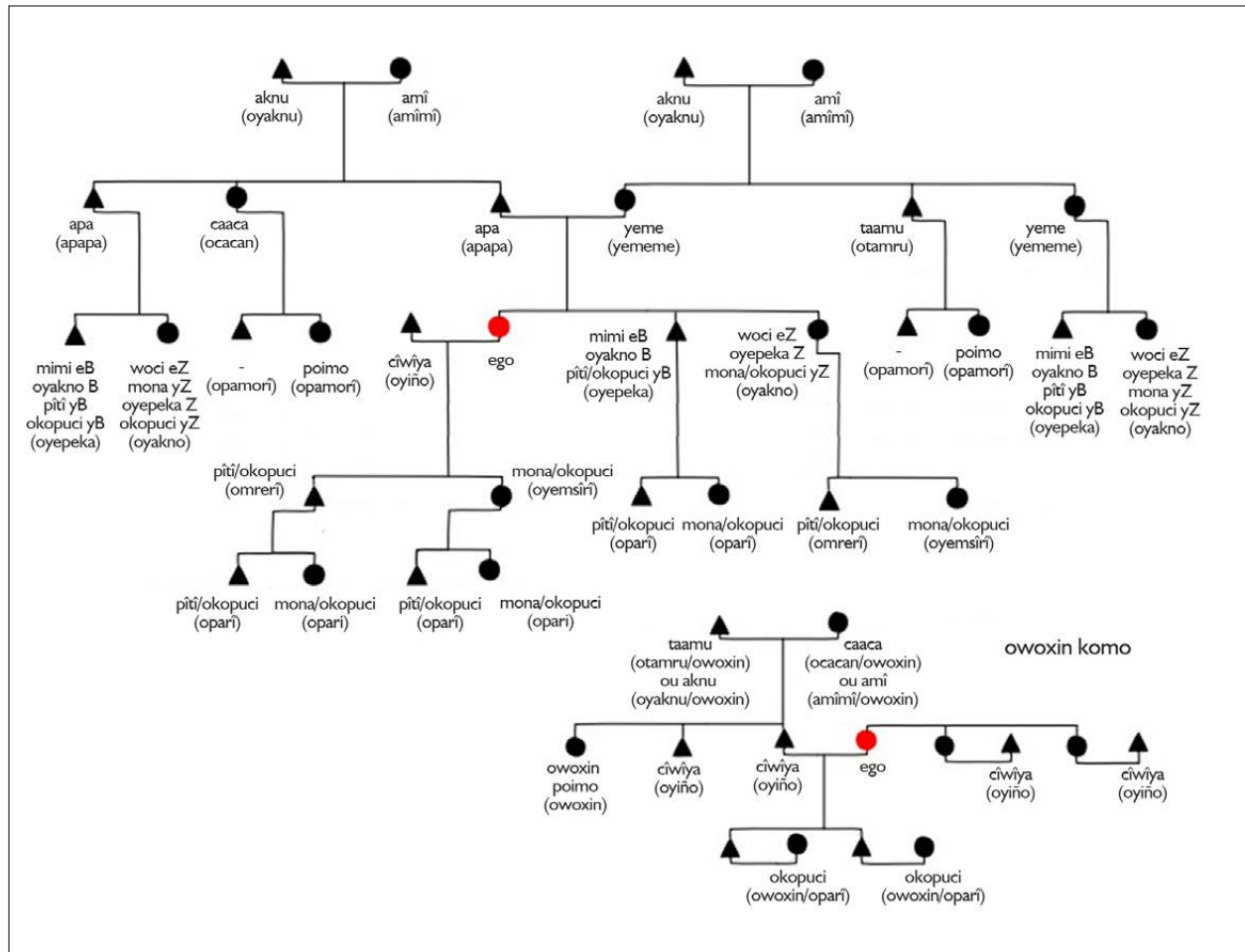


Figura 1. Terminologia de parentesco katwena-tunayana – diagrama para ego feminino.

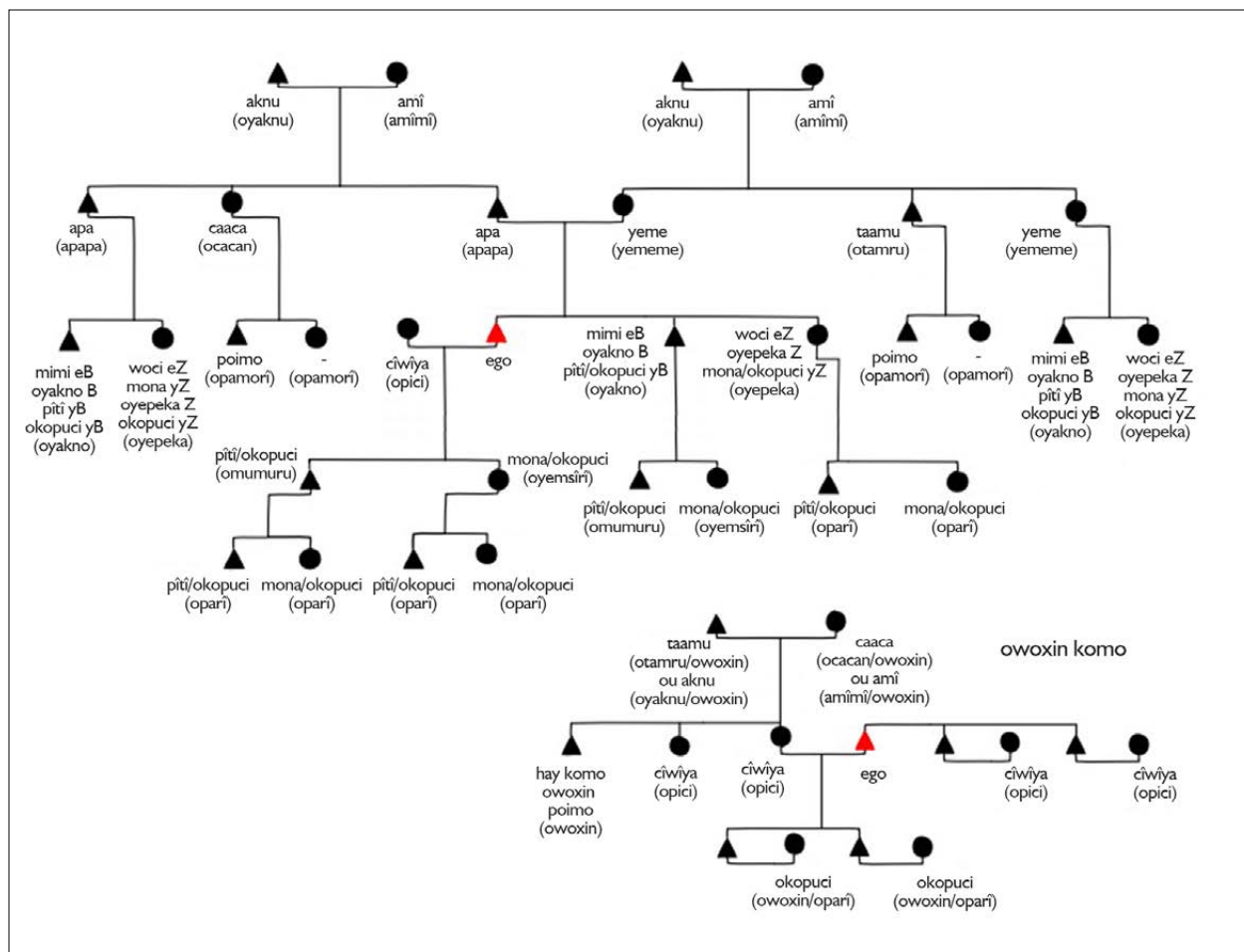


Figura 2. Terminologia de parentesco katwena-tunayana – diagrama para ego masculino.

PARENTES VERDADEIROS

Distinções entre as pessoas classificadas em cada categoria de parentesco, inclusive as que vivem juntas em uma mesma aldeia, são produzidas a todo tempo pelo uso de modificadores linguísticos. Os mais importantes são *-ro*, 'verdadeiro', 'permanente', 'muito', e *me*, 'parecido', 'como'. Essas partículas também existem na língua waiwai, com a diferença da forma *men* ser empregada para os classificados 'como parentes' no lugar de *me*. No universo de 'irmãos' e 'irmãs' de um homem, por exemplo, é possível diferenciar germanos de primos paralelos de dois modos: classificando os primeiros como *oyepokaro*, 'minha irmã de verdade', e *oyaknoro*, 'meu irmão de verdade', ou classificando os primos paralelos como *oyakno me/oyakno men*, 'como meu irmão', e *oyepeka me/oyepeka men*, 'como minha irmã'. As mesmas operações permitem diferenciar os germanos dos 'meios-irmãos', aqueles com pai ou mãe diferente de ego. Ou diferenciar todas essas pessoas de alguém inicialmente não aparentado, recebido na vida comunitária e incluído na grade de parentes na posição de 'irmão'. Nessa última situação, um recurso usual é adotar um qualificador junto à própria categoria de 'parente', para diferenciar essa pessoa incluída, que passa a ser considerada como *opoyino me*, 'como meu parente'. Os gradientes de distância genealógica, social,

espacial, linguística são os elementos definidores desses contrastes, como já foi demonstrado em outros contextos etnográficos²⁰. E a decisão sobre quais proximidades serão evidenciadas e quais serão eclipsadas em um cálculo classificatório de parentesco é também uma estratégia política tomada por cada pessoa.

A partícula *men* também é utilizada nas duas línguas para expressar uma possibilidade que ainda não se concretizou. Desse modo, uma mulher pode identificar um primo cruzado, com o qual provavelmente se casará, como *oyiño men*, 'meu futuro marido', e um homem pode identificar como *opici men*, 'minha futura esposa', uma mulher com a qual pretende se casar. Após a união ser concretizada, o marido poderá se referir à esposa como *opicikme*, 'como minha esposa', e a mulher ao marido como *oyiño me*, 'como meu esposo'. A utilização do modificador linguístico *me* para cônjuges evidencia o caráter construído da união conjugal.

A possibilidade de produzir distinções entre parentes classificados em uma mesma posição através dos modificadores linguísticos remete a uma observação feita por Rivière (1969, p. 65), em sua síntese para a Guiana, quando amplia e modifica um pouco a já mencionada proposição feita em sua monografia de 1969, segundo a qual o pensamento tiriýó não distinguiria verdadeiramente a coresidência da conexão genealógica na definição do parentesco. Após realizar novas pesquisas de campo, em circunstâncias diferentes, quando o padrão de assentamento tiriýó passou a ser o de aldeias grandes e semipermanentes, observou que o componente genealógico se tornara mais pronunciado na classificação dos parentes. Com todos sendo coresidentes, passou-se a distinguir os parentes mais próximos genealogicamente dos mais distantes, no lugar de discernir apenas os coresidentes dos parentes vivendo em outras localidades (Rivière, 2007 [1984], p. 39). O autor também desconfiava que o conceito de 'parente', em seu sentido mais restrito entre os Tiriýó, incluiria apenas os coresidentes do momento, e não os coresidentes do passado (Rivière, 2007 [1984])²¹. Ao contrário do que imaginou o autor para o caso tiriýó, em uma hipótese que não teve condições de verificar devido à ruptura do padrão de assentamento quando realizou sua pesquisa de campo, ocorre que, entre os Tunayana e Katwena, o sentido mais restrito de 'parente', aquele ao qual se acrescenta o modificador linguístico *-ro*, 'verdadeiro', 'permanente', 'muito', inclui os coresidentes passados, por vezes em detrimento de coresidentes do presente. Idosos que nasceram e foram criados juntos, nos interflúvios dos rios Cachorro e Turuni e no rio Trombetas – mas que se movimentaram geograficamente e socialmente em direções distintas, uns indo viver junto com os Waiwai, na Guiana, e posteriormente no Brasil, no rio Mapuera, e outros indo viver entre os Tiriýó, no Suriname, e posteriormente retornando ao Brasil, para o rio Trombetas – ainda consideram uns aos outros 'irmãos verdadeiros', *epekaró* ou *aknoro*, mesmo vivendo há cinco décadas apartados, em contraste com os Waiwai ou Tiriýó coresidentes, com os quais estabeleceram alianças mais recentes, mesmo que duradouras. A memória dos tempos e dos lugares do passado, do histórico de convivalidade, é um fator importante na definição do parentesco entre os Katwena e Tunayana. É preciso realçar, contudo, que os filhos desses idosos que se classificam como 'irmãos verdadeiros', não nasceram e cresceram nos mesmos lugares, e, por isso, nem sempre se identificam como parentes ou como parentes 'verdadeiros', mesmo conhecendo sua conexão genealógica. Muitos deles são primos genealógicos. Como já afirmamos, as escolhas sobre quais proximidades evidenciar e quais eclipsar em um cálculo classificatório de parentesco dependem de fatores políticos em jogo no momento para cada pessoa.

²⁰ Viveiros de Castro (2002b) analisa o uso dos qualificadores linguísticos na sociocosmologia yawalapíti. Coelho de Souza (1995), em uma análise mais ampla sobre o parentesco xinguano, apresenta uma síntese dos trabalhos que abordam o gradiente de cognação e os usos de qualificadores linguísticos entre povos dessa região.

²¹ O conceito tiriýó de 'parente' a que o autor se refere é *imoiti*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do artigo, levantamos a questão sobre as identificações coletivas operadas no Mapuera e no Trombetas, sendo a língua um dos índices de diferença levados em conta pelas pessoas que ali vivem. Ao longo da descrição das terminologias e das atitudes de parentesco, ficou claro que este critério constitui um princípio estruturante das interações pessoais na região, estabelecendo categorias sociais básicas, por meio das quais os relacionamentos podem se desenvolver de maneira agradável e respeitosa. Se, por um lado, os termos de tratamento substituem os nomes próprios nas interações diárias entre pessoas aparentadas, sintetizando o ideal comunitário de uma aldeia ou de um coletivo de aldeias, é bem verdade que os nomes coletivos podem ser usados tanto para reforçar esses vínculos de consanguinidade e afinidade, quanto para operar cortes, afastar pessoas aparentadas, situando-as em povos distintos. Os gradientes de distância geográfica e social podem operar, junto com as distinções linguísticas, na definição desses contrastes, expressos por meio de atribuições de diferentes nomes coletivos a pessoas genealogicamente relacionadas como parentes, bem como através do uso dos modificadores linguísticos, em conjunto com a terminologia de parentesco. Por suas semelhanças, os exemplos katwena-tunayana e waiwai, descritos neste artigo, podem ser classificados como variações de uma mesma terminologia de parentesco, de uma mesma matriz conceitual, que organiza as relações sociais regionais. Ao mesmo tempo, enquanto elementos linguísticos constitutivos de coletividades que se distinguem etnicamente umas das outras, podem ser classificados como terminologias e sistemas diferentes, e este é o ponto de vista local das pessoas com as quais realizamos a pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Este artigo é uma versão ampliada de uma apresentação realizada no “*Workshop on Tupian and Cariban Kinship Terminology*” no Museu Paraense Emílio Goeldi, em fevereiro de 2017. Agradeço a Bruna Franchetto e a Joshua Birchall pelo convite, e a Luísa Girard e Joshua Birchall pela leitura do manuscrito e comentários. As questões abordadas neste artigo serão tratadas também em tese de doutorado, ainda em preparação. A pesquisa de campo ocorreu entre 2012 e 2018 e contou com o apoio dos projetos “O cristianismo na Amazônia indígena” e “O cristianismo e a objetivação da cultura entre os grupos indígenas das Terras Baixas Sulamericanas”, financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e coordenados por Aparecida Vilaça.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA E SILVA, Victor. **Vestígios do rio Turuni**: perseguindo fragmentos de uma história txikyana. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). **Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena Kaxuyana-Tunayana**. Brasília, 2010.

BRASIL. Sistema de Informação de Atenção à Saúde Indígena (SIASI). **Quantitativo populacional dos indígenas cadastrados no SIASI em 2013 por diversos parâmetros de territorialidade indígena ou nacional**. Brasília: MS: FUNASA: SIASI, 2013. Disponível em: http://dw.saude.gov.br/gsid/servlet/mstrWeb?src=mstrWeb.2048001&evt=2048001&share=1&hiddensections=header%2Cpath%2CdockLeft%2Cfooter&visMode=0¤tViewMedia=2&documentID=0FC0A96611E34C7BBAB90080EFE5381A&Server=SRVBIPDF03&Port=0&Project=DMSIASI_4&. Acesso em: 28 maio 2018.

CAIXETA DE QUEIROZ, Ruben. **Trombetas-Mapuera**: território indígena. Brasília: FUNAI: PPTAL, 2008.



CARLIN, Eithne B. Nested identities in the southern Guyana-Suriname corner. *In*: HORNBERG, Alf; HILL, Jonathan D. (ed.). **Ethnicity in ancient Amazonia: reconstructing past identities from archaeology, linguistics, and ethnohistory**. Boulder: University Press of Colorado, 2011. p. 225-236.

CARLIN, Eithne B. Speech community formation: a sociolinguistic profile of the Trio of Suriname. **New West Indian Guide/Nieuwe West-Indische Gids**, Leiden, v. 72, n. 1/2, p. 4-42, Jan. 1998. DOI: <https://doi.org/10.1163/13822373-90002598>.

COELHO DE SOUZA, Marcela. Da complexidade do elementar: para uma reconsideração do parentesco xinguanu. *In*: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (org.). **Antropologia do parentesco: estudos ameríndios**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. p. 121-206.

DIAS JUNIOR, Carlos Machado. **Entrelinhas de uma rede: entre linhas Waiwai**. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FAUSTO, Carlos. **Os Parakanã: casamento avuncular e dravidianato na Amazônia**. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

FOCK, Niels. **Waiwai: religion and society of an amazonian tribe**. Copenhagen: The National Museum, 1963. (Etnografisk Raekke, 8).

GIRARDI, Luísa Gonçalves. **“Gente do Kaxuru”**: mistura e transformação entre um povo indígena karib-guianense. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

GRUPIONI, Denise Fajardo. Os yana caribe-guianenses da região de Oriximiná: que coletividades são essas? *In*: GRUPIONI, Denise Fajardo; ANDRADE, Lúcia M. M. de (org.). **Entre águas bravas e mansas: índios e quilombolas em Oriximiná**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo: Iepé, 2015. p. 134-147.

HAWKINS, Robert E. Wai Wai. *In*: DERBYSHIRE, Desmond C.; PULLUM, Geoffrey K. (ed.). **Handbook of Amazonian Languages**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. v. 4, p. 24-224.

HOWARD, Catherine Vaughan. **Wrought identities: the Waiwai expeditions in search of the “Unseen Tribes” of Northern Amazonia**. 2001. Thesis (Doctorate in Philosophy) - University of Chicago, Chicago, 2001.

JÁCOME, Camila Pereira. **Dos Waiwai aos Pooco: fragmentos de história e arqueologia das gentes dos rios Mapuera (Mawtohrí), Cachorro (Katxuru) e Trombetas (Kahu)**. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LUCAS, Maria Luísa de Souza. **“Antes a gente tinha vindo do jabuti”**: notas etnográficas sobre algumas transformações entre os Hixkaryana no rio Nhamundá/AM. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MENTORE, George P. **Shepariyimo: the political economy of a Waiwai village**. 1984. Thesis (Doctorate in Philosophy) – University of Sussex, Falmer, 1984.

RIVIÈRE, Peter. **Individual and society in Guiana: a comparative study of amerindian social organization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007 [1984].

RIVIÈRE, Peter. **Marriage among the Trio: a principle of social organisation**. Oxford: Clarendon Press, 1969.

SMOLL, Laetitia. **‘Me:ruru, Øoku, and tjitowij’: an analysis of ideophones in Katuena (Tunayana)**. 2014. Dissertation (Research Master in Linguistics) - Leiden University Centre for Linguistics, Leiden, 2014.

TAYLOR, Anne-Christine. **La parenté jívaro**. Paris, 1989. (Manuscrito).

VALENTINO, Leonor. **O Cristianismo evangélico entre os Waiwai: alteridade e transformações entre as décadas de 1950 e 1980**. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O problema da afinidade na Amazônia. *In*: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002a. p. 87-180.

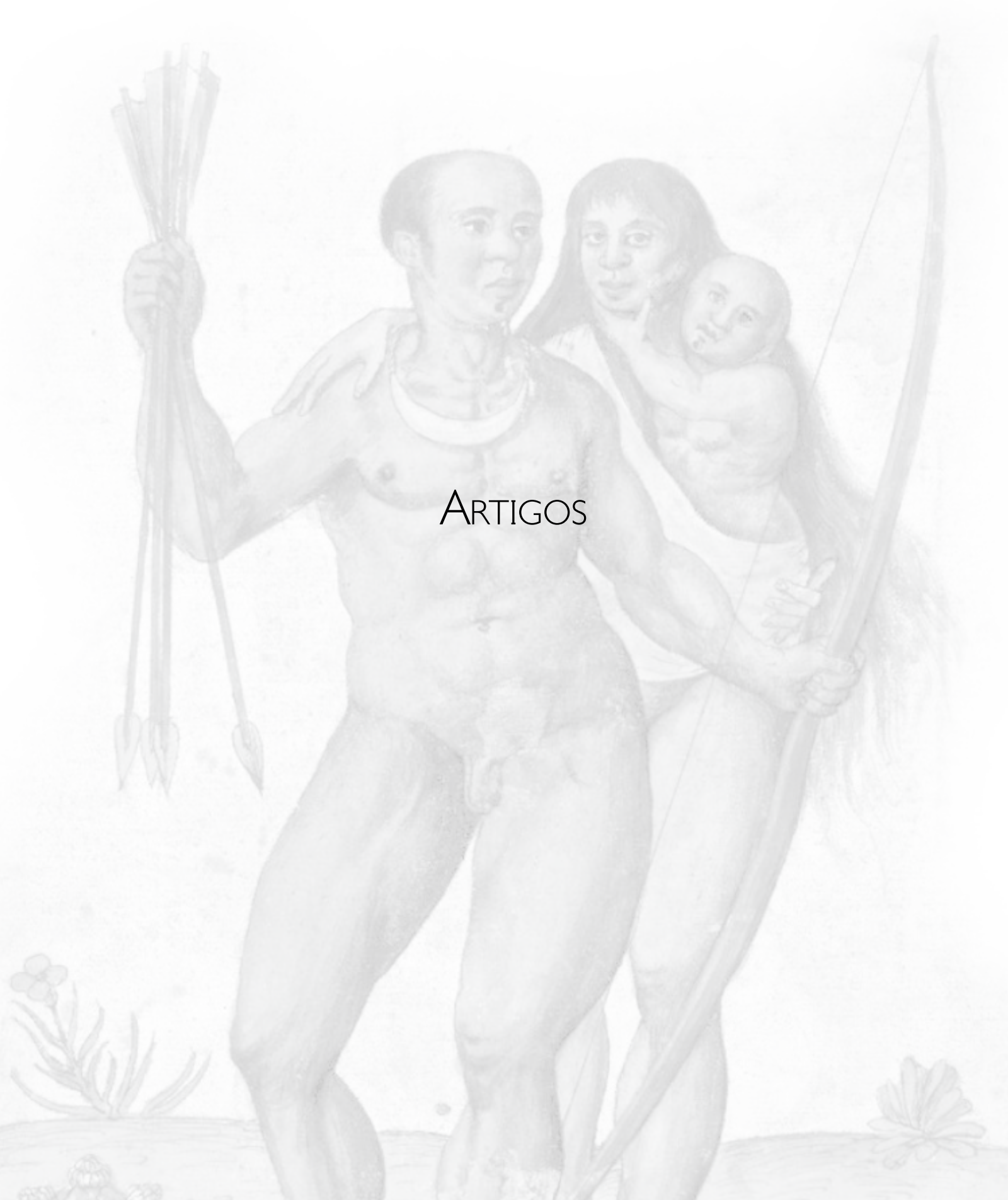


VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Esboço de cosmologia Yawalapíti. *In*: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**: e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2002b. p. 25-86.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Alguns aspectos da afinidade no dravidiano amazônico. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (ed.). **Amazônia**: etnologia e história indígena. São Paulo: FAPESP: NHII: USP, 1993. p. 149-210.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Sociedades minimalistas: a propósito de um livro de Peter Rivière. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 12, n. 1/2, p. 265-282, jun. 1986.





ARTIGOS

A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas

The invisible babassu economy and its importance for livelihoods in agro-extractivist communities

Roberto Porro

EMBRAPA Amazônia Oriental. Belém, Pará, Brasil

Resumo: A amêndoa de babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng) é um dos principais produtos da extração vegetal no Brasil. As florestas secundárias formadas por babaçuais localizam-se na transição entre Amazônia, Cerrado e Nordeste semiárido, área onde reside um dos mais expressivos contingentes do campesinato no país. Apesar da disponibilidade de dados sobre a produção comercial de amêndoas, uma ampla gama de produtos derivados do babaçu é ignorada pelos levantamentos oficiais da produção extrativa. Para suprir essa lacuna, este trabalho examinou a importância econômica de produtos derivados da palmeira de babaçu em 200 comunidades agroextrativistas no vale do rio Mearim, no Maranhão, a principal região produtora. Projeções feitas a partir de diagnósticos socioeconômicos aplicados em 2017 a mais de mil domicílios em 18 municípios do Médio Mearim indicam que a valoração monetária de toda a produção de derivados de babaçu obtida apenas nesse território alcançaria cerca de R\$ 100 milhões, valor três vezes superior em relação ao que foi divulgado apenas para as amêndoas. Compreender os detalhes da importância econômica dos produtos do babaçu é condição necessária para delinear instrumentos não apenas para o fortalecimento desta economia, como também para reforçar a conservação dos babaçuais e proporcionar melhores condições de vida para as comunidades agroextrativistas.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais. Extrativismo. Valoração econômica. Maranhão.

Abstract: Babassu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng) kernels are one of Brazil's main non-timber forest products. Secondary forests of babassu palms are located in the transition zone that connects the Brazilian Eastern Amazon, the central-western savannas and the semi-arid Northeast. This area holds one of the most significant populations of rural workers in the country. Although data is available on commercial production of babassu palm kernels, a wide range of products derived from this palm are ignored by official surveys. In order to fill in this gap, this study examined the economic importance of products derived from the babassu palm in 200 agro-extractive communities in the Mearim River Valley in the state of Maranhão, the main productive region. Projections utilizing a 2017 socioeconomic survey applied in over one thousand households in 18 municipalities in the Mearim Valley indicate that the monetary value of babassu products in this area alone approaches R\$ 100 million, three times the disclosed value of the kernels. It is important to understand the economic importance of babassu products in order to develop tools not only to strengthen this economy, but also improve conservation of babassu forests and the well-being of agro-extractive communities.

Keywords: Traditional communities. Extractive activity. Economic valuation. Maranhão.

PORRO, Roberto. A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 1, p. 169-188, jan.-abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000100011>.

Autor para correspondência: Roberto Porro. EMBRAPA Amazônia Oriental. Travessa Dr. Enéas Pinheiro, s/n. Belém, PA, Brasil. CEP 65100-000 (roberto.porro@embrapa.br). ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4133-0068>.

Recebido em 05/03/2018

Aprovado em 18/09/2018



INTRODUÇÃO

As condições de vida daqueles que residem em ambientes florestais têm sido avaliadas sob diversas perspectivas (Guedes et al., 2012; Narain et al., 2008; Nielsen et al., 2012; Sheil; Wunder, 2002). O engajamento em atividades e o nível de dependência em relação às florestas são influenciados por características de famílias rurais em relação a diversas dimensões de capital a que têm acesso (Adhikari et al., 2004; Dewi et al., 2005; Gutierrez-Rodriguez et al., 2009; Kar; Jacobson, 2012; Mcsweney, 2004; Vedeld et al., 2007). No entanto, indicadores da relação entre a condição de pobreza e a dependência de recursos florestais são geralmente expressos apenas em estimativas de renda monetária (Angelsen; Wunder, 2003; Cavendish, 2000; Vedeld et al., 2004; Wollenberg; Nawir, 1998). Muitos desses estudos concentram-se na África, devido aos níveis de renda e de pobreza ali observados (Chen; Ravallion, 2008; Ravallion et al., 1991), mas a maior extensão de floresta tropical situa-se na Amazônia, onde são observadas intensas e complexas questões de inequidade e desrespeito a direitos de acesso e uso sobre os recursos florestais (Corbera et al., 2011; Larson et al., 2008; Pacheco et al., 2012). Justifica-se, portanto, a relevância de análises sobre a relação entre a dependência de recursos florestais e bem-estar em contextos amazônicos (Anderson, A.; Ioris, 1992; Coomes; Burt, 2001; Duchelle, 2009; Pattanayak; Sills, 2001; Pinedo-Vasquez et al., 1992; Porro, R. et al., 2015; Reardon; Vosti, 1995; Shone; Caviglia-Harris, 2006; Stoian, 2005; Takasaki et al., 2004).

Contribuindo com tais estudos, a proposição deste trabalho é examinar a importância econômica dos produtos derivados das florestas secundárias da palmeira de babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng) para famílias agroextrativistas no vale do Mearim, no estado brasileiro do Maranhão. O babaçu é um dos principais produtos da extração vegetal no Brasil, e em sua área de ocorrência, localizada na transição entre os biomas Amazônia, Cerrado e Caatinga do Nordeste

semiárido, reside um dos mais expressivos contingentes do campesinato no país (May, 1986), além de grupos indígenas que também mantêm relação com esta palmeira (González-Pérez et al., 2012). São inúmeros os produtos e serviços derivados dos babaçuais que contribuem para os meios de vida de povos e de comunidades tradicionais, bem como de agricultores familiares, embora apenas a produção comercializada de amêndoas seja reconhecida pelas estatísticas oficiais da extração vegetal (IBGE, 2006, 2016). Compreender e corretamente dimensionar a importância econômica dos produtos do babaçu é condição necessária para delinear instrumentos para o fortalecimento desta economia, assim como para apontar soluções para problemas de logística e de estruturação de cadeias que potencializem o uso efetivo desta riqueza, consequentemente reforçando a conservação destas florestas e proporcionando melhores condições de vida para os agroextrativistas.

RECURSOS NATURAIS, USO DA TERRA E MEIOS DE VIDA NO MÉDIO MEARIM

O Maranhão é o estado brasileiro com maior índice de população rural: 38% em 2010, para uma média nacional de 16% (IBGE, 2010). Os indicadores sociais do estado estão entre os mais baixos do país. Em 2014, enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nacional médio era de 0,761, o do Maranhão limitava-se a 0,678, o terceiro pior do país (IPEA et al., 2016). Em 2016, este estado apresentava o maior nível de extrema pobreza (52,4%), o menor rendimento médio do trabalho principal (R\$ 1.123,00), a segunda maior desigualdade entre rendimentos e a terceira maior taxa de jovens entre 16 a 29 anos de idade que não estudavam nem estavam ocupados (33,3%) (IBGE, 2017).

A população rural do Maranhão constitui-se predominantemente por produtores que praticam a agricultura tradicional e a extração de produtos da palmeira de babaçu, espécie que aparece em baixas densidades nas florestas primárias, mas que prolifera

após o desmatamento, constituindo uma situação exemplar de florestas oligárquicas (Peters, 1992). De acordo com o último censo agropecuário brasileiro, cerca de 175 mil famílias no Maranhão cultivavam roçados tradicionais e 40 mil eram extrativistas do babaçu (IBGE, 2006). Além de fornecer múltiplos produtos importantes para a subsistência local, esse tipo de extrativismo é fonte de renda monetária desde as primeiras décadas do século passado (Amaral Filho, 1989). Embora o volume de amêndoas extraído tenha caído nas últimas três décadas, a palmeira foi descrita como “[...] árvore da vida [...]” (Anderson, A.; Anderson, S., 1985, p. 41, tradução nossa) ou “[...] subsídio da natureza [...]” (Anderson, A. et al., 1991, p. 7, tradução nossa; Hecht et al., 1988, p. 25, tradução nossa), frases que transmitem sua importância à reprodução social de milhares de famílias que ainda dependem de seus produtos e serviços.

O Médio Mearim faz parte da área conhecida no campo da botânica como “[...] área de ocorrência do babaçu [...]” (Anderson, A. et al., 1991, p. 9, tradução nossa), onde, principalmente nas últimas cinco décadas, verificaram-se mudanças significativas no uso de seus recursos naturais. Estando em parte localizadas na Amazônia Legal, as paisagens predominantes do Médio Mearim, inicialmente florestas ricas em espécies, transformaram-se em florestas secundárias dominadas pelo babaçu, e destas passaram para pastagens contendo palmeiras em várias densidades. Nas décadas de 1970 e 1980, processo intenso de concentração fundiária antagonizou fazendeiros e posseiros em conflitos associados à derrubada de babaçuais para a formação de pastagens. Durante o momento mais agudo desses conflitos, a subsistência local, em muito, dependia dos serviços e produtos obtidos do babaçu: da agricultura de corte-e-queima, praticada em terras cobertas de palmeiras, que fornecem biomassa suficiente para colheitas razoáveis, e da extração e da venda de amêndoas, realizadas predominantemente por mulheres.

O Maranhão é também um dos estados brasileiros com maior número de projetos de reforma agrária. De acordo com dados do INCRA (2017), ao final deste ano eram contabilizadas 1.028 áreas para assentamento de mais de 132 mil famílias, em 4,7 milhões de hectares. Em diversos municípios do Médio Mearim, frente à exclusão social que se acentuava, um ativo movimento social no campo recuperou significativa parcela das terras a partir da década de 1980. Passado o período de maior incidência dos conflitos agrários, boa parte dos chamados babaçuais da região passa a ser encontrada associada a pastagens. As diferentes formas pelas quais esses produtores estabeleceram arranjos agrosilvopastoris – seja através do manejo de pastagens em associação com palmeiras, seja pela condução da sucessão florestal, visando ao cultivo de roçados – evidenciam que diversas configurações socioambientais responderam de forma distinta a processos que ali moldaram o uso e a cobertura da terra (Porro, R., 2005; Porro, R.; Porro, N., 2014).

IMPORTÂNCIA ECONÔMICA E INVISIBILIDADE DO BABAÇU

Em termos de valor da produção, até 2011, o babaçu era considerado o segundo produto florestal não madeireiro no país, após o açaí, alcançando naquele ano R\$ 142 milhões (IBGE, 2016). A partir de 2012, o valor gerado por outros produtos (castanha-do-pará, erva-mate e carnaúba) passa a superar o do babaçu. Já em termos da quantidade produzida, a série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica tendência de queda progressiva a partir do final da década de 1980. A produção de amêndoas de babaçu, que se aproximava de 200 mil toneladas anuais, resumiu-se a 60 mil toneladas em 2016. Na microrregião do Médio Mearim, contudo, a produção apresentou significativo incremento no mesmo período. No final dos anos 80, sua produção anual era de cerca 20 mil toneladas, passando a mais de 30 mil toneladas entre 2004 e 2014, com queda observada apenas em 2015 e 2016 (Figura 1).

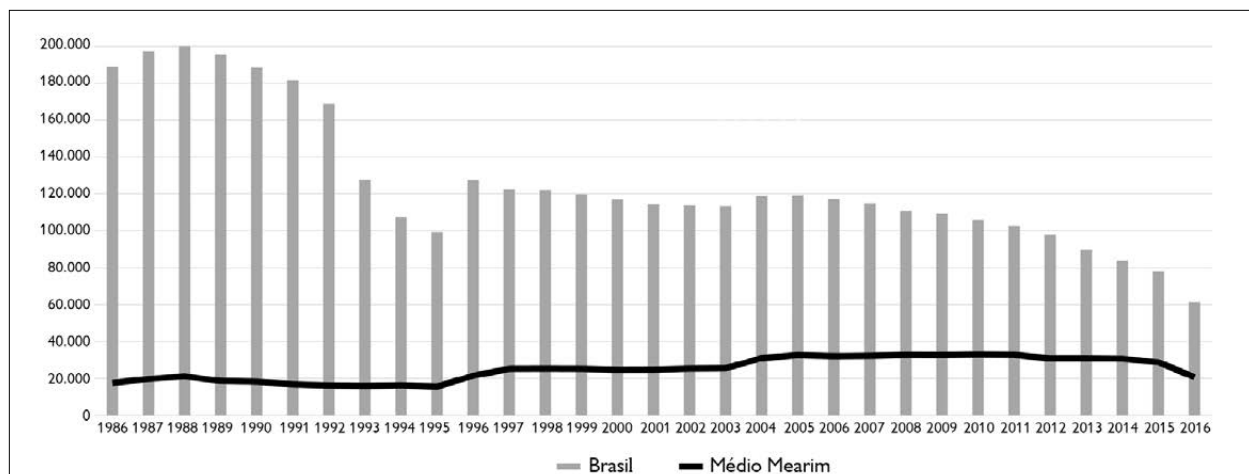


Figura 1. Produção de amêndoas de babaçu no Brasil, com destaque para o Médio Mearim (1986-2016). Fonte: IBGE (2016).

A microrregião geográfica (MG) do Médio Mearim definida pelo IBGE inclui 20 municípios, enquanto o território da cidadania (TC) de mesmo nome compreende 16 municípios, três dos quais não fazem parte da MG. São, portanto, 13 os municípios incluídos tanto na MG como no TC. O presente estudo foi realizado nos municípios

do território da cidadania do Médio Mearim, acrescidos de Alto Alegre do Maranhão e Peritoró, que também não fazem parte da MG (Figura 2). Conforme apresentado na Tabela 1, nos últimos dez anos, os municípios da área de estudo concentraram 32% da produção nacional de amêndoas de babaçu.

Tabela 1. Produção de amêndoas de babaçu em 18 municípios do Médio Mearim (2007-2016). Fonte: IBGE (2016). (Continua)

Produção anual de amêndoas de babaçu (toneladas)											
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2007-2016
Brasil	114.874	110.636	109.299	106.055	102.499	97.820	89.739	83.917	77.955	61.390	954.184
Médio Mearim	32.328	32.839	32.782	33.036	32.898	30.820	30.821	30.625	28.776	20.712	305.637
% Mearim/Brasil	28,1%	29,7%	30,0%	31,1%	32,1%	31,5%	34,3%	36,5%	36,9%	33,7%	32,0%
Alto Alegre do Maranhão	1.676	1.650	1.503	1.473	1.399	1.340	1.260	1.200	1.081	660	13.242
Bernardo do Mearim	1.641	1.646	1.651	1.671	1.677	1.686	1.689	1.694	1.639	1.359	16.353
Capinzal do Norte	1.186	1.191	1.197	1.215	1.219	1.103	1.106	1.109	1.041	910	11.277
Esperantinópolis	792	739	749	766	768	771	782	784	768	720	7.639
Igarapé Grande	1.360	1.377	1.382	1.402	1.406	1.283	1.299	1.304	1.273	1.024	13.110
Joselândia	1.970	2.001	2.011	2.046	2.053	1.895	1.918	1.922	1.855	1.498	19.169
Lago da Pedra	2.809	2.865	2.868	2.926	2.984	3.010	3.025	2.950	2.780	1.296	27.513
Lago do Junco	1.407	1.425	1.429	1.449	1.453	1.311	1.328	1.333	1.292	1.055	13.482
Lago dos Rodrigues	2.209	2.235	2.244	2.274	2.277	2.081	2.107	2.113	2.030	1.688	21.258
Lima Campos	406	411	412	427	428	429	435	436	430	404	4.218
Pedreiras	5.594	5.655	5.700	5.774	5.783	5.222	5.290	5.306	4.981	3.988	53.293
Peritoró	1.019	878	834	793	713	677	644	566	453	430	7.007

Tabela 1.

(Conclusão)

Produção anual de amêndoas de babaçu (toneladas)											
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2007-2016
Poção de Pedras	4.653	4.709	4.723	4.775	4.781	4.313	4.369	4.378	3.949	3.199	43.849
Santo Antônio dos Lopes	1.543	1.563	1.570	1.596	1.602	1.448	1.455	1.459	1.368	1.115	14.719
São Luís Gonzaga do Maranhão	3.216	3.634	3.635	3.562	3.456	3.350	3.200	3.155	2.937	625	30.770
São Raimundo do Doca Bezerra	-	-	2	2	2	2	2	2	2	1	15
São Roberto	16	16	16	17	17	17	17	17	17	14	164
Trizidela do Vale	831	844	856	868	880	882	895	897	880	726	8.559

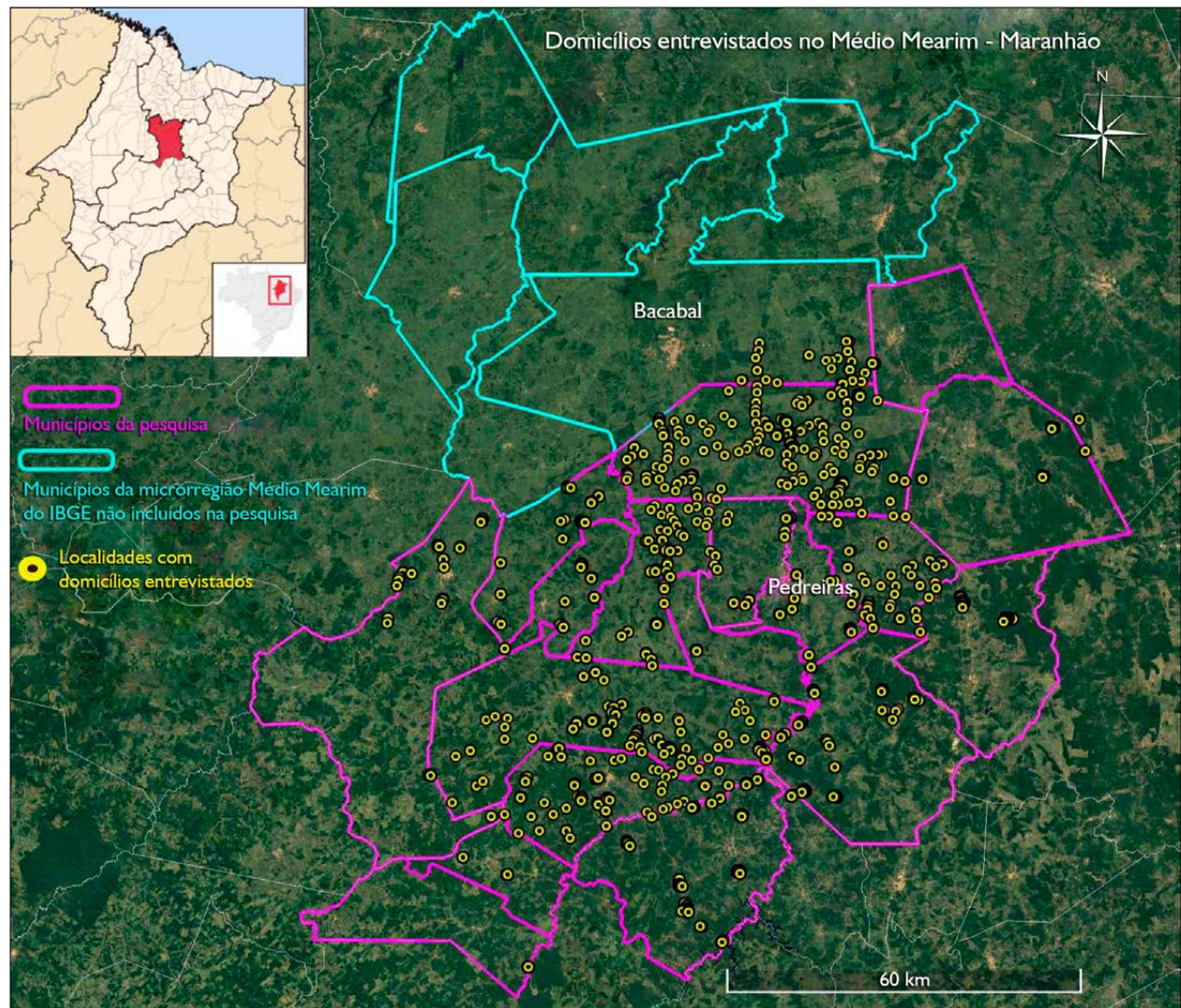


Figura 2. Localização das comunidades onde realizaram-se as entrevistas no Médio Mearim. Mapa elaborado por Roberto Porro (2018).



Decorridos doze anos desde o censo agropecuário realizado em 2006, aguarda-se, para 2018, a publicação de estatísticas atualizadas. O último censo indicava uma produção de 54 mil toneladas de amêndoas na microrregião do Médio Mearim, gerando um valor de cerca de R\$ 36 milhões. Dados mais recentes do IBGE, incluídos na Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS), indicam que, nos 18 municípios do Médio Mearim considerados neste estudo, a produção de amêndoas alcançou, em 2016, cerca de 20 mil toneladas, e um valor de R\$ 33 milhões. Vale lembrar, contudo, que os dados da PEVS são estimativas obtidas junto a informantes vinculados às respectivas cadeias produtivas. Apesar do conhecimento acumulado destes informantes, as estimativas não captam especificidades da localização da produção. Em muitas situações, a informação que chega aos órgãos públicos e agentes da cadeia produtiva refere-se ao local de comercialização, e não de produção efetiva. Por essa razão, a produção tende a ser superestimada em municípios com estabelecimentos comerciais de maior porte, para onde é inicialmente canalizada a produção local, em operações, via de regra, com pouca formalidade em seu registro.

As amêndoas são comercializadas em praticamente todos os povoados do Médio Mearim, adquiridas em pequenos e médios estabelecimentos, que, em geral, recebem o produto como forma de pagamento por mercadorias para o consumo doméstico¹. A partir destes pontos de recepção, a produção é transportada em caminhões por comerciantes mais capitalizados e chega às indústrias processadoras de amêndoas em óleo, seja para fins comestíveis ou para os segmentos de higiene, limpeza e cosméticos. Estudo realizado em 2001 estimou que o mercado formal para o óleo comestível de babaçu era de 5,5 mil toneladas/ano, predominantemente para a região Nordeste, enquanto 35 mil toneladas anuais eram absorvidas por indústrias

de óleos láuricos, cuja demanda total alcançava, à época, 80 mil toneladas (Herrmann et al., 2001).

De fato, até a década de 1970, o babaçu constituía a matéria-prima de boa parte do óleo industrializado consumido nas cozinhas do Meio-Norte brasileiro, tendo sido, a partir de então, substituído por óleos não saturados e com menor custo de produção, especialmente o óleo de soja. Por outro lado, a importação dos óleos láuricos de palma e palmiste produzidos a partir de extensos monocultivos de palmeiras de dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.), no sudeste asiático, passa a ser facilitada pela gradual eliminação de barreiras não tarifárias e pela redução acentuada nas alíquotas de importação. Em poucos anos, a partir do Plano Collor (1991), tais alíquotas foram reduzidas de 18% para 2% (Shiraishi Neto, 1999). A utilização industrial da gordura do coco babaçu perde mercados significativos, e passa a ser destinada, sobretudo, a indústrias para fabricação de sabão localizadas no Maranhão e no Piauí, embora ocasionalmente ainda seja adquirida por grandes indústrias do Sudeste.

Embora a economia do babaçu tenha sido fortemente impactada por transformações no mercado industrial, sobretudo a partir da década de 1990, outros fatores devem ser considerados na análise das tendências da produção extrativa do babaçu. A redução na produção de amêndoas está inicialmente associada ao expressivo número de comunidades tradicionais desmanteladas, desde a década de 1970, nas quais os babaçuais vêm sendo dizimados para conversão em pastagens onde as palmeiras são cortadas para evitar a entrada das extrativistas. Mesmo no caso de recuperação da terra por agricultores familiares em assentamentos de reforma agrária, as remanescentes florestas secundárias de babaçu sofrem pressões, uma vez que a densidade de palmeiras em uma área de roça tradicional deve ser significativamente menor do que em pastagens.

¹ Um indicativo da quantidade de pontos de compra de amêndoas pode ser obtido através de estudo realizado no início de 2018, que contabilizou 272 localidades em dez municípios do Médio Mearim (ASSEMA, 2018).

Mesmo que, nesse caso, as palmeiras não sejam cortadas, o manejo executado temporariamente interrompe sua produção, o que não constituía problema quando haviam terras suficientes para períodos mais longos de pousio. Contraposições no interior de unidades familiares de produção passam a se expressar com mais frequência entre as atividades agrícolas, exercidas pelo homem, e extrativas, essencialmente envolvendo mulheres.

Ainda mais evidente é a progressiva redução no número de mulheres que atuam na quebra do babaçu ou no tempo que elas dedicam à atividade, o que se deve, em parte, ao acesso a recursos de políticas sociais e compensatórias. Isso passou a ocorrer no início dos anos 90, pela aplicação do dispositivo constitucional de 1988 que instituiu a aposentadoria rural, sendo reforçado na década seguinte, com o início do programa Bolsa Família, que viabiliza uma renda mínima, contemplando necessidades básicas de milhares de famílias, que antes dependiam fortemente do extrativismo para sua subsistência. Uma vez disponíveis tais alternativas de renda mínima, a penosidade da quebra do coco, combinada com o ainda baixo retorno econômico desta atividade, resulta no desinteresse, sobretudo por parte das jovens, em se dedicar a uma atividade que, para as gerações de suas mães e avós, era primordial para a sobrevivência familiar. Além disso, na última década intensifica-se a atuação de empresas que utilizam equipamentos para processamento integral do babaçu e instalam postos de compra de coco inteiro na zona rural, geralmente *containers* nos quais são depositados os frutos adquiridos por um intermediário para posterior transporte até as unidades processadoras.

Contraopondo-se a essas tendências, verifica-se, a partir dos anos 1990, intenso processo de organização social e política por parte dos agricultores familiares no Médio Mearim, e a reafirmação da identidade das mulheres quebradeiras de coco babaçu. Entre as conquistas do movimento das quebradeiras está a aprovação, em diversos municípios da região, das Leis do Babaçu Livre, garantindo acesso das quebradeiras aos babaçuais,

mesmo em propriedades privadas (Shiraishi Neto, 2017). Surgem também iniciativas relevantes de processamento e de comercialização empreendidas por esse movimento social, que contribuiriam para que a tendência de queda na produção de amêndoas de babaçu não se manifestasse de forma tão pronunciada no Mearim.

Um importante nicho de mercado tem sido ocupado há mais de duas décadas pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ), que anualmente produz e exporta mais de 150 toneladas de óleo de babaçu com certificação orgânica para empresas de cosméticos que valorizam a origem e as características deste produto extrativo (Vicari, 2014). Outras iniciativas passam a ser desenvolvidas através do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), tanto no Mearim como no Tocantins, Piauí, no sul do Pará e na Baixada Maranhense. Embora o volume de amêndoas comercializadas através destes nichos de mercado limite-se a não mais do que 2% do total anualmente produzido, a visibilidade destas iniciativas em muito contribui para o fortalecimento do poder de barganha dos movimentos sociais na reivindicação de programas que favoreçam a ampliação destas oportunidades.

Uma forte limitação inerente às estatísticas oficiais de produtos do extrativismo reside na dificuldade de captar o volume de produtos utilizados para o consumo das unidades familiares. No caso do babaçu, registra-se apenas a produção de amêndoas e, mais recentemente, do fruto inteiro. Quando não são comercializadas, as amêndoas podem ser processadas domesticamente para a fabricação de azeite (após esmagamento, cocção e filtragem) ou de leite de coco babaçu (quando não ocorre o cozimento), sendo ambos muito utilizados na alimentação local. Do óleo produz-se sabão, tanto de forma caseira como industrial. Já a torta e a borra de babaçu são subprodutos da fabricação do óleo ou do azeite, adequados para ração animal. Um carvão renovável do endocarpo de frutos lenhosos é a principal fonte de energia para cozinhar em residências rurais de boa parte do Maranhão, com

mercado crescente para uso industrial. O mesocarpo do fruto consiste de uma farinha amilácea, consumida localmente como ingrediente de bolos, biscoitos e mingaus. Considerando usos além dos frutos, as folhas (palhas) e os estipes (talos) da palmeira são amplamente utilizados como materiais de construção e para artesanato utilitário. Até mesmo o adubo gerado a partir de troncos de palmeiras em decomposição tem ampla utilidade em hortas e canteiros. Ou seja, estes e uma série de outros derivados da palmeira (Carrazza et al., 2012; May et al., 1985) justificam sua designação como “[...] a árvore da vida [...]” (Anderson, A.; Anderson, S., 1985, p. 41, tradução nossa). A maior parte desses produtos é, contudo, ignorada nos levantamentos oficiais da produção extrativa, alguns deles apresentando volumes comercializados significativos, como é o caso do carvão e do azeite. Visando reduzir esta lacuna, o presente estudo analisou criteriosamente a

utilização dos produtos derivados do babaçu por famílias agroextrativistas no Médio Mearim maranhense.

METODOLOGIA

Os dados analisados neste estudo foram coletados a partir de um diagnóstico socioeconômico, cujo questionário estruturado foi aplicado a 1.025 domicílios, localizados em 18 municípios do Médio Mearim. Para a estratificação da amostra, considerou-se, a partir dos dados do censo agropecuário de 2006, a proporcionalidade, em cada município, dos números de estabelecimentos da agricultura familiar e de estabelecimentos nos quais ocorria o extrativismo do babaçu. Através da utilização destas duas variáveis, às quais foram atribuídos pesos iguais, estabeleceu-se a quantidade prevista de domicílios a serem entrevistados por município, sendo realizados pequenos ajustes na composição final, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2. População rural, estabelecimentos de agricultura familiar e com ocorrência de extrativismo do babaçu e definição da amostra de entrevistados por município do Médio Mearim. Fontes: IBGE (2006, 2010), ASSEMA (2018).

(Continua)

Município	População rural em 2010	Pessoas/domicílio	Domicílios rurais	Estabelecimentos com agricultura familiar		Estabelecimentos extraindo babaçu		Domicílios na amostra	
				Total	%	Total	%	Previstos	Efetivos
Alto Alegre do Maranhão	5.225	4,2	1.242	218	1,2	70	0,8	11	9
Bernardo do Mearim	3.672	4,0	916	460	2,5	278	3,1	28	26
Capinzal do Norte	5.088	3,7	1.370	756	4,1	229	2,6	33	42
Esperantinópolis	8.417	3,8	2.193	1.046	5,6	504	5,6	56	64
Igarapé Grande	4.377	3,9	1.132	946	5,1	596	6,7	58	67
Joselândia	9.473	3,9	2.402	2.088	11,2	1.016	11,4	113	115
Lago da Pedra	16.037	4,0	3.980	1.935	10,4	217	2,4	64	59
Lago do Junco	6.816	4,1	1.647	790	4,3	616	6,9	55	71
Lago dos Rodrigues	2.945	3,8	779	449	2,4	300	3,4	29	43
Lima Campos	4.630	3,6	1.292	754	4,1	386	4,3	42	47
Pedreiras	6.511	3,7	1.756	1.217	6,5	590	6,6	66	60
Peritoró	13.449	3,8	3.547	765	4,1	109	1,2	27	41
Poção de Pedras	11.330	3,7	3.050	1.304	7,0	783	8,8	79	84
Santo Antônio dos Lopes	8.556	3,8	2.223	2.328	12,5	1.216	13,6	131	99
São Luís Gonzaga do Maranhão	12.257	3,9	3.180	2.322	12,5	1.680	18,8	156	147

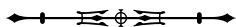


Tabela 2.

(Conclusão)

Município	População rural em 2010	Pessoas/domicílio	Domicílios rurais	Estabelecimentos com agricultura familiar		Estabelecimentos extraindo babaçu		Domicílios na amostra	
				Total	%	Total	%	Previstos	Efetivos
São Raimundo	4.359	4,4	999	243	1,3	1	0,0	7	6
São Roberto	3.112	4,5	687	485	2,6	2	0,0	13	10
Trizidela do Vale	2.783	3,7	749	477	2,6	346	3,9	32	35
Médio Mearim	129.037	3,9	33.144	18.583	100,0	8.939	100,0	1.000	1.025

Uma vez definida a quantidade de questionários a serem aplicados em cada município, a identificação das localidades (povoados) nas quais seriam realizadas as visitas deu-se através de consulta junto a dirigentes dos sindicatos de trabalhadores rurais em cada município, assim como a diretores da Associação em Áreas de Assentamento no Maranhão (ASSEMA), organização não governamental com atuação regional. Considerando-se a busca por heterogeneidade e buscando-se, sempre que possível, limitar o número de domicílios de cada localidade a um máximo de dez, chegou-se a um total de 207 comunidades visitadas.

Uma equipe de seis entrevistadores recebeu treinamento para a aplicação do instrumento, e as entrevistas ocorreram entre os meses de agosto e novembro de 2017. Do total de 1.025 entrevistas, 32,5% foram respondidas por homens, 28% por mulheres e 39,5% pelo casal. As entrevistas foram realizadas diretamente em dispositivos móveis (*tablets* com sistema operacional *Windows*), nos quais havia sido previamente instalado um sistema (aplicativo) com tecnologias Apache/PHP, para leitura e interpretação do código-fonte, e MySQL, para persistência dos dados. A estrutura do questionário, desenvolvida em plataforma *web*, sincronizada nos *tablets*, permitiu o preenchimento *off-line* dos dados coletados nas entrevistas e, posteriormente, sua submissão para serem devidamente persistidos no servidor. Após a conclusão das entrevistas, os dados foram revisados e consolidados em arquivos .txt, exportados para o programa estatístico STATA, no qual procederam-se as

análises. Embora o instrumento utilizado contenha diversas sessões relacionadas a demografia, consumo, bens, renda, uso da terra e atividades econômicas do domicílio, a discussão, neste artigo, focaliza apenas a sessão referente ao extrativismo do babaçu.

RESULTADOS

Resultados da sistematização dos diagnósticos são apresentados nas Tabelas 3 a 7. A Tabela 3 resume aspectos do extrativismo do babaçu no Médio Mearim. Inicialmente, constata-se que pouco mais de dois terços dos entrevistados (69%) responderam ter coletado babaçu nos 12 meses anteriores à entrevista.

Na Tabela 3, item I, observa-se a preferência dos entrevistados pela coleta do babaçu em áreas de pastagem: mais de 70% dos que efetivamente coletaram frutos indicaram fazê-lo em pastagens e quase 80% confirmaram ser esta sua preferência de local da coleta. A coleta foi realizada em capoeiras por apenas 15% dos entrevistados, sendo que o índice de preferência nestas áreas é equivalente a menos de 10%.

Tal resultado indica que já não é mais significativo o outrora frequente discurso que confrontava as atividades extrativa e pecuária. O discurso dos anos 80, com forte simbolismo, atribuía o conflito social às pastagens e ao próprio gado. É, contudo, cada vez mais aceito, mesmo entre as quebradeiras de coco, que a produção e a visibilidade dos frutos de babaçu são superiores em áreas de pastagens com densidades de palmeiras entre 50 a 100 indivíduos adultos

por hectare, assim como é mais fácil o deslocamento no interior dessas áreas, otimizando a alocação de tempo na atividade. Por essa razão, a coleta predomina nesse contexto, mesmo levando-se em conta aspectos do extrativismo em pastagens considerados incômodos, como a irritação na pele causada pelo contato com o capim, a insolação mais forte, o constrangimento infligido por vaqueiros e a necessidade de transpor cercas.

Tabela 3. Características da atividade extrativa do babaçu no Médio Mearim. Legenda: %rv = porcentagem de respostas válidas. Fonte: ASSEMA (2018).

I. Local de coleta do babaçu	Local efetivo de coleta			Local preferido para coleta		
	n = 1.025	%	%rv (69,0)	n = 1.025	%	%rv (77,3)
Mata	55	5,4	7,8	55	5,4	6,9
Capoeira	106	10,3	15,0	72	7,0	9,1
Roça	14	1,4	2,0	10	1,0	1,3
Pasto	509	49,7	72,0	626	61,1	79,0
Baixão	22	2,1	3,1	25	2,4	3,2
Outro	1	0,1	0,1	4	0,4	0,5
Não se aplica/sem resposta	318	31,0		233	22,7	
II. Percepção da produção	Produção familiar: 2017 e 2007			Babaçu disponível: 2017 e 2007		
	n = 1.025	%	%r (74,6)	n = 1.025	%	%rv (86,7)
Maior agora	95	9,3	12,4	76	7,4	8,6
A mesma	56	5,5	7,3	71	6,9	8,0
Menor agora	614	59,9	80,3	742	72,4	83,4
Não se aplica/sem resposta	258	25,5		136	13,3	
III. Transporte do coco inteiro	n = 1.025	%	%rv (68,8)			
Jumento	559	54,5	79,2			
Burro ou cavalo	104	10,2	14,8			
Boi	11	1,1	1,6			
Motocicleta	31	3,0	4,4			
Não se aplica/sem resposta	320	31,2				
IV. Local da quebra do coco	n = 1.025	%	%rv (63,2)			
Em casa	560	54,6	86,4			
Na solta/pasto	35	3,4	5,4			
No mato/floresta	51	5,0	7,9			
Outro	2	0,2	0,3			
Não se aplica/sem resposta	377	36,8				
V. Trabalho realizado na quebra	n = 1.025	%	rv (63,3)			
Sozinhas	368	35,9	56,7			
Junto com familiares	200	19,5	30,8			
Grupos de mulheres	75	7,3	11,6			
Outra forma	6	0,6	0,9			
Não se aplica/sem resposta	376	36,7				

Já no item II da Tabela 3, observa-se a percepção generalizada por parte dos entrevistados acerca da redução da produção e da disponibilidade de babaçu. Comparando a situação atual com a de uma década atrás, mais de 80% das respostas indicaram tanto o menor envolvimento do domicílio na atividade extrativa – e, portanto, uma menor produção familiar –, como também a percepção de menor produtividade e/ou quantidade de palmeiras, o que reduz o volume atual de babaçu disponível, confirmado por 83,4% dos que responderam à pergunta (mais de 86% do total).

Entre as famílias que praticam a coleta do babaçu, 80% utilizam jumentos para transportar as cargas de coco, enquanto 15% o fazem com burros ou cavalos. Chama a atenção o fato de 4% dos entrevistados indicarem que esse transporte é realizado por motocicletas (item III da Tabela 3). Por outro lado, no item IV da Tabela 3, confirma-se a tendência de quebra do babaçu em casa (86%), em contraste com a quebra realizada no campo, seja no mato (capoeira) ou na solta (pastagem). Entre

as pessoas que indicaram realizar a quebra fora de casa, a atividade ocorre mais frequentemente em capoeiras do que em pastagens. Por fim, no item V da Tabela 3, é surpreendente a tendência de certa individualização da atividade extrativa, pela indicação em mais de 87% das respostas de que as mulheres quebram o coco sozinhas (57%) ou com familiares (31%), ao passo que apenas 12% o fazem em grupos.

A Tabela 4 inicialmente apresenta as estatísticas da comercialização anual de amêndoas nos domicílios pesquisados. Verifica-se que pouco mais de 60% dos domicílios comercializaram amêndoas no ano anterior à pesquisa, para um volume total de cerca de 490 toneladas, vendidas ao valor médio de R\$ 2,02/kg². No item II da Tabela 4, verifica-se que 904 pessoas atuaram no extrativismo do babaçu nos 1.025 domicílios entrevistados. A Tabela 4 apresenta, no item III, a distribuição dos domicílios em sete classes, conforme a quantidade anual de amêndoas comercializadas, verificando-se maior frequência daqueles que comercializam entre 250 a 500 kg/ano.

Tabela 4. Produção de amêndoas de babaçu em domicílios do Médio Mearim. Fonte: ASSEMA (2018).

I. Produção e preço de amêndoas		n	Mediana	Média	Desvio padrão	Total	
kg de amêndoas/ano		613	600	814	765	498.713	
R\$/kg de amêndoa		573	2,00	2,02	0,43		
II. Pessoas no domicílio que quebram coco				III. kg de amêndoas vendidas/ano			
Pessoas	Domicílios	%	Total	kg/ano	Domicílios	%	
1	458	44,6	458	1-100	78	7,6	
2	132	12,9	264	101-250	70	6,8	
3	33	3,2	99	251-500	141	13,8	
4	9	0,9	36	501-750	61	5,9	
5	7	0,7	35	751-1000	100	9,8	
6	2	0,2	12	1.000-1.500	82	8,0	
0	384	37,5	0	> 1.500	81	7,9	
Total	1.025	100,0	904	0	412	40,2	

² Em alguns municípios, verificou-se a vigência do Programa de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), que viabiliza a subvenção e a elevação do preço pago aos extrativistas. No ano de 2017, o preço mínimo do quilo de amêndoa de babaçu estabelecido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) foi de R\$ 2,87 (CONAB, 2017). A subvenção é paga posteriormente às extrativistas, mediante apresentação de comprovantes de produção, enviados por organizações ou comerciantes.

A Tabela 5 apresenta detalhes da produção de carvão, atividade praticada em 80% dos domicílios pesquisados, o que supera, portanto, o índice dos que comercializam amêndoas. Entre os que produzem carvão de babaçu, 82% o fazem a partir da casca do coco, enquanto 18% informaram utilizar o coco inteiro. Embora a maior parte desta produção seja destinada ao uso doméstico no próprio domicílio, resulta significativa a proporção daqueles que comercializam carvão de babaçu: mais de 30% dos domicílios indicaram comprar carvão, enquanto um em cada cinco vendem o produto. Comparando os preços informados de compra e de venda do carvão no mercado local, observa-se margem de cerca 3,5% entre ambos.

Para estimar o volume anual de carvão produzido nos domicílios pesquisados, utilizamos a periodicidade entre episódios de sua fabricação e a quantidade média produzida por episódio. Dois terços das famílias que produzem carvão o fazem semanalmente ou a cada duas semanas, com proporções progressivamente menores para maiores intervalos. Já a quantidade média produzida em cada episódio de fabricação cresce à medida em que aumenta o intervalo. Esta produção é usualmente informada em latas

(de 18 litros), que equivalem a 5 kg do produto. Através desta estratificação, podemos obter uma estimativa mais confiável para o volume anual de carvão produzido pelas famílias entrevistadas, que supera 260 mil latas, ou 1.300 toneladas.

Na Tabela 6, observa-se a frequência de produção e de comercialização de oito produtos adicionais derivados do babaçu. Os quatro primeiros (azeite, leite, sabão e mesocarpo) resultam de processos tecnológicos que requerem conhecimentos específicos para sua fabricação. Por essa razão, a tabela inicialmente apresenta a frequência dos entrevistados que indicaram dominar o conhecimento para a produção destes, seguida da frequência dos que indicaram ter havido produção efetiva nos 12 meses que antecederam a entrevista.

Entre os quatro produtos, destaca-se o índice dos que sabem produzir leite do babaçu (93% dos domicílios), que também apresentou o maior percentual de famílias que declararam essa produção (71% dos domicílios). Todos os produtos são utilizados, sobretudo pelo domicílio, com baixa taxa de comercialização. A Tabela 6 apresenta as quantidades produzidas e vendidas destes itens, bem como os seus preços de venda.

Tabela 5. Produção e comercialização de carvão de babaçu em domicílios do Médio Mearim. Legenda: %rv = porcentagem de respostas válidas. Fonte: ASSEMA (2018).

I. Produção				II. Comercialização			
	n	%	%rv		n	%	R\$/lata
Sim, da casca	673	65,7	81,7	Vendem carvão	207	20,2	5,31
Sim, do coco inteiro	151	14,7	18,3	Compram carvão	317	30,9	5,49
Não	201	19,6					
III. Estimativa do volume produzido							
Intervalo de produção	n	%	%rv	Latas/vezes	Vezes/ano	Latas/ano	R\$ (@ 5,31)
+ 1 vez por semana	35	3,4	4,2	8,2	108	30.996	164.589
Semanalmente	268	26,1	32,5	8,8	54	127.932	679.321
A cada 15 dias	280	27,3	34,0	9,9	27	75.146	399.027
Mensalmente	158	15,4	19,2	11,7	12	22.240	118.095
De 2-3 meses	54	5,3	6,5	14,5	5	3.926	20.846
De 4-6 meses	22	2,2	2,7	44,6	2,5	2.455	13.037
Anualmente	7	0,7	0,9	90,3	1	632	3.356
Total	824	80,4				263.328	1.398.272



Tabela 6. Produção e comercialização de derivados do babaçu no Médio Mearim. Legendas: p50 = mediana; m = média; dp = desvio padrão. Fonte: ASSEMA (2018).

		Azeite (l)	Leite (l)	Sabão (kg)	Mesocarpo (kg)	Palhas (unidade)	Talos (unidade)	Paú (latas)	Olho (unidade)
Sabem produzir		788 (77%)	950 (93%)	474 (46%)	149 (15%)				
Produziram		421 (41%)	728 (71%)	286 (28%)	22 (2,1%)	510 (49%)	439 (43%)	499 (48%)	482 (47%)
Produção	p50	15	5	30	4	200	400	10	--
	m	61	10	40	44	234	831	17	
	dp	125	17	51	89	332	1.287	33	
Venderam		115 (11%)	4 (0,4%)	5 (0,5%)	6 (0,6%)	6 (0,6%)	7 (0,7%)	10 (1,0%)	41 (4,0%)
Venda	p50	45	22	50	140	150	3.000	45	--
	m	112	19	96	123	452	3.886	100	
	dp	184	8	74	104	764	3.698	138	
Preço de venda (R\$)		12,00	10,00	10,00	3,65	0,58	0,25	3,75	--

A partir dos resultados apresentados, a Tabela 7 estima a importância econômica dos produtos derivados do babaçu no território do Médio Mearim. Para tanto, os valores monetários declarados pelos entrevistados para cada item pesquisado são atribuídos ao volume total de cada item pesquisado. Ou seja, considerou-se não somente o volume comercializado, mas sim o total produzido. Para

evitar o efeito de extremos, utiliza-se, neste cálculo, a mediana informada pelas famílias que comercializaram cada produto. Os valores foram posteriormente projetados para todo o território, com base na proporção dos domicílios entrevistados em cada município, em relação ao total de domicílios do município categorizados como rurais, de acordo com o censo demográfico de 2010³.

Tabela 7. Importância do extrativismo do babaçu para famílias do Médio Mearim através da valoração econômica dos produtos obtidos da palmeira. Fonte: ASSEMA (2018).

	n	%	Produção n = 1.025	Unidade	Projeção N = 33.144	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	%
Amêndoas	613	59,8	498.713	kg	16.126.189	2,00	32.252.377,90	32,3
Carvão	824	80,4	263.328	Latas	8.514.871	5,31	45.213.967,38	45,3
Azeite	421	41,1	25.559	Litros	826.466	12,00	9.917.590,20	9,9
Leite	728	71,0	7.484	Litros	242.000	10,00	2.419.997,03	2,4
Sabão	286	27,9	11.421	kg	369.305	10,00	3.693.049,99	3,7
Mesocarpo	22	2,1	962	kg	31.107	3,65	113.540,03	0,1
Palhas (folhas)	510	49,8	119.514	Unidade	3.864.558	0,58	2.241.443,68	2,2
Talos (estipes)	439	42,8	364.978	Unidade	11.801.786	0,25	2.950.446,54	3,0
Adubo (paú)	499	48,7	8.631	Latas	279.089	3,75	1.046.582,43	1,0
Total							99.848.995,17	100

³ Optou-se por considerar o número de domicílios rurais, e não o número de estabelecimentos rurais, pois este último indicador excluiria famílias que, embora não possuam terra, são ativas no extrativismo do babaçu. Como visto na Tabela 2, de acordo com o censo agropecuário de 2006, os 18 municípios contavam com 18.583 estabelecimentos agropecuários de agricultores familiares. Já o censo demográfico de 2010 informa uma população rural de 129.037 pessoas nestes 18 municípios. Com base no número médio de pessoas por domicílio em cada município (que varia entre 3,6 e 4,5), resultam 33.144 domicílios rurais.

Constata-se que o carvão é o item derivado do babaçu de maior destaque a partir da valoração do total produzido no Médio Mearim, contribuindo com 45% da renda potencial total e, inclusive, superando a contribuição derivada da venda de amêndoas (32%). De acordo com a projeção, a valoração dos produtos derivados do babaçu geraria uma renda bruta total de cerca R\$100 milhões, apenas neste território.

DISCUSSÃO

Conforme apresentamos em trabalhos anteriores conduzidos na Amazônia peruana (Porro, R. et al., 2015) e pré-Amazônia maranhense (Porro, R.; Figueiredo, 2013), a literatura indica que os recursos florestais exercem três funções relevantes quanto ao apoio ao modo de vida de famílias em condição de vulnerabilidade (Angelsen; Wunder, 2003; Belcher, 2005; Cavendish, 2002; Sunderlin et al., 2005; Vedeld et al., 2004). Produtos florestais contribuem para as necessidades de consumo (Almeida, 1996; Godoy et al., 1998; Neumann; Hirsch, 2000; Ogle, 1996; Vedeld et al., 2004), assim como desempenham o papel de seguro contra riscos e crises inesperadas, através da renda obtida por sua comercialização (Arnold; Ruíz-Pérez, 2001; Fisher; Shively, 2005; Mcsweeney, 2004; Paumgarten; Shackleton, 2011). A utilização de produtos obtidos em ambientes florestais pode ainda se constituir em estratégia para redução de pobreza nessas localidades (Angelsen; Wunder, 2003; Cavendish, 2000; Fisher, 2004; Vedeld et al., 2007). Diversos autores indicam que, em comunidades localizadas em ambientes florestais, a dependência quanto a estes recursos é observada tanto em domicílios mais ricos como nos menos favorecidos. Maiores quantidades de recursos florestais são utilizadas em termos absolutos pelos mais ricos, enquanto os mais pobres apresentam maior dependência destes produtos para seus meios de vida (Byron; Arnold, 1999; Campbell; Luckert, 2002; Cavendish, 2000; Fisher, 2004; Hogarth et al., 2013; Mamo et al., 2007; Vedeld et al., 2007).

Contudo, mesmo que os produtos florestais possam ter efeito equalizador de renda (Cavendish, 2000; Mamo

et al., 2007; Vedeld et al., 2004), a dependência em relação a eles pode se transformar na chamada armadilha de pobreza (*poverty-trap*). Isso ocorre quando a pobreza causa a perda de florestas e vice-versa (Angelsen; Wunder, 2003; Shively, 2004; Scherr, 2000; Sunderlin et al., 2005; Wood, 2003). Nos estudos mencionados (Porro, R. et al., 2015; Porro, R.; Figueiredo, 2013), citamos autores que argumentam que pobreza e empobrecimento podem realmente ser uma das principais causas da degradação ambiental (Angelsen; Wunder, 2003; Arnold; Ruíz-Pérez, 2001; Fisher; Shively, 2005; Tacconi et al., 2006; Wunder, 2001), embora tais condições sejam expandidas por desigualdades mais amplas e também por fatores estruturais que reduzem o acesso aos recursos naturais e aumentam a vulnerabilidade social (Colchester; Lohmann, 1993; Stonich; Dewalt, 1996). Destacamos, ainda, o argumento de Schmink (2004), de que estudos sobre dependência de produtos florestais devem incluir análises profundas de forças econômicas e políticas mais amplas em estruturas sociais complexas, que afetam o uso e o manejo de recursos naturais. É o caso de direitos de propriedade, do efeito de tradições e de instituições de ação coletiva, além de estruturas de poder que se contrapõem a estas sob condições de forte inequidade.

Os dados de campo obtidos no presente estudo trazem reflexões relevantes a respeito da importância econômica dos diferentes produtos obtidos através do extrativismo do babaçu para as comunidades agroextrativistas no Médio Mearim. Inicialmente, observa-se que a produção de amêndoas estimada pela pesquisa se aproxima daquela informada pelas estatísticas oficiais na microrregião. A PEVS de 2016 indica a quantidade e o valor da produção de amêndoas nos 18 municípios do Médio Mearim, respectivamente, em 20,7 mil toneladas e R\$ 34 milhões, enquanto a projeção obtida a partir da pesquisa de campo resulta em produção de 16 mil toneladas, valorada a R\$ 32 milhões. Para confirmar essa tendência, será, contudo, necessário aguardar a divulgação dos resultados da PEVS e do censo agropecuário referentes a 2017.

Os resultados de campo confirmam a relevância do consumo e do uso dos produtos derivados do babaçu pelas famílias extrativistas. Considerando projeções para os 18 municípios do Médio Mearim, a valoração monetária de toda a produção de derivados de babaçu gerada nessas localidades superaria R\$ 99 milhões, valor muito superior ao atribuído apenas para as amêndoas nas estatísticas oficiais. A importância desta renda originada pelo babaçu às famílias do Médio Mearim corresponde a um valor médio anual de R\$ 3.012,58, que seria atribuído a cada domicílio rural da microrregião, a partir da valoração monetária da totalidade de itens produzidos, sendo que o produto da comercialização de amêndoas representaria apenas um terço desse montante⁴.

Exceto para o mesocarpo, a valoração monetária dos produtos do babaçu obtidos no Médio Mearim é bastante significativa, com estimativas anuais superando R\$ 1 milhão para cada item. Em particular, destaca-se a contribuição econômica do carvão de babaçu para a economia local, a maior entre os produtos derivados da palmeira. O diagnóstico realizado nesta pesquisa identificou que 95% dos entrevistados utilizam o carvão de babaçu, sendo que, para mais de 68%, este carvão é a principal fonte de energia para o domicílio cozinhar⁵. Caso essa fonte de energia não estivesse disponível, apenas no Médio Mearim seria necessário mobilizar anualmente recursos estimados na ordem de ao menos R\$ 27,8 milhões para a compra de gás liquefeito de petróleo (GLP) para suprimento das necessidades de energia das cozinhas nos domicílios rurais⁶. Como mesmo na periferia dos centros urbanos é frequente a utilização de carvão de babaçu, sua substituição pelo gás de cozinha implicaria o dispêndio de valores significativamente maiores, validando a estimativa

de valoração econômica da produção de carvão de babaçu em mais de R\$ 45 milhões.

A relevância do uso do carvão de babaçu nos domicílios rurais do Médio Mearim acentua o potencial impacto de métodos de processamento integral do coco baseados no emprego de tecnologias de quebra realizada fora do domicílio. A constatação de que mais de 18% dos domicílios que produzem carvão utilizam o fruto inteiro denota uma tendência de relativização da importância da amêndoa para certos segmentos nas comunidades. Tal relativização, sobretudo expressa na já reportada redução do número de mulheres jovens que se dedicam à quebra do coco, acentua a necessidade do desenvolvimento de equipamentos de processamento do babaçu de menor porte, adequados para uso em nível de unidade familiar ou de pequenos grupos nas comunidades, melhorando as condições e reduzindo a penosidade do trabalho da quebradeira de coco, assim como aumentando a rentabilidade deste trabalho.

Um aspecto que deve ser tratado com cuidado no desenvolvimento dessas tecnologias é, portanto, a forma como será apropriada pelos diferentes segmentos sociais. Caso a escala dos equipamentos de processamento priorizem o uso apenas por grandes proprietários, estes poderão restringir ainda mais o acesso de quebradeiras de coco aos babaçuais, no intuito de controlar todo o estoque de frutos para processamento mecânico. Como consequência, será afetada a disponibilidade de casca (ou mesmo do coco inteiro) como fonte de matéria-prima para a fabricação do carvão. Ignorar este fator poderá trazer sérias consequências, principalmente para o segmento mais vulnerável das famílias que dependem do babaçu, como fonte de renda monetária, e sobretudo do carvão, como fonte de energia para cozinhar.

⁴ Outros resultados obtidos em nossa pesquisa, a serem analisados detalhadamente em futura publicação, indicam uma renda monetária média anual de R\$ 22.700 para as famílias entrevistadas, a partir da composição dos seguintes valores médios anuais, obtidos de acordo com a fonte de renda: agricultura (n = 547): R\$ 2.427 (10,7%); criação animal (n = 736): R\$ 4.021 (17,7%); extrativismo (n = 614): R\$ 1.187 (5,2%); trabalho como diarista (n = 411): R\$ 1.218 (5,4%); salário mensal (n = 244): R\$ 3.244 (14,3%); programas sociais (n = 909): R\$ 7.838 (34,5%); outras fontes (n = 393): R\$ 2.766 (12,2%).

⁵ Tal resultado é ainda mais expressivo pelo fato de somente 4% dos domicílios entrevistados declararem não possuir fogão a gás.

⁶ Calculado com base em 33.144 domicílios rurais utilizando um botijão de gás por mês, ao custo de R\$ 70,00 cada.

Iniciativas efetivas para o processamento e a comercialização de produtos do babaçu são realmente necessárias para haver maior agregação de valor e redução da pobreza rural. Além de benefícios econômicos, tais iniciativas, a exemplo do trabalho que vem sendo executado pelas cooperativas agroextrativistas do Mearim e pelo MIQCB, contribuem para a aquisição de direitos mais amplos de cidadania, auxiliando também no exercício de acesso e de formulação de políticas direcionadas ao bem-estar dessas comunidades (Porro, R.; Figueiredo, 2013).

A trajetória centenária de uso e de manejo dos recursos pelos agroextrativistas no Médio Mearim já resulta em um sistema tradicional que integra roçados, pastagens e palmeiras. Contudo, ainda são necessárias a identificação participativa e a validação de práticas, sistemas ou arranjos que ampliem a viabilidade da produção agroextrativa nas atuais condições ambientais e demográficas (Porro, R.; Figueiredo, 2013). Entre estes, destacam-se as demandas por cultivares de arroz, mandioca, milho e feijão, adaptados à baixa fertilidade e à ausência de insumos químicos, à seleção de pastagens com características de associação positiva com as palmeiras e à experimentação com espécies arbóreas com potencial para serem integradas ao babaçu, a exemplo do que tem sido implementado localmente em iniciativas promissoras com a leguminosa arbórea sabiá (*Mimosa caesalpiniiifolia* Benth.). Na medida em que alternativas tecnológicas efetivas sejam viabilizadas, áreas agrícolas poderiam ser utilizadas de forma mais intensiva, proporcionando maior retorno econômico ou possibilitando a redução das mesmas e o seu destino à conservação ambiental (Porro, R.; Porro, N., 2015).

CONCLUSÃO

Discutimos, em trabalhos anteriores, que as famílias agroextrativistas do Médio Mearim, no Maranhão, constituem entidades complexas, caracterizadas pela pluriatividade (Porro, R.; Figueiredo, 2013; Porro, R.; Porro, N., 2014, 2015). Entre estas atividades, predominam o

cultivo de roçados, o extrativismo do babaçu, a pecuária e o trabalho assalariado eventual. Além destas, a criação de pequenos animais, a pesca e o plantio de fruteiras em quintais são relevantes fontes de renda não monetária para a família, ao passo que pequenos empreendimentos comerciais e o trabalho sazonal em garimpos ou no agronegócio em outros estados contribuem para a renda monetária. Nas últimas duas décadas, a participação de aposentadorias, pensões e transferências sociais passa a ser proeminente na renda dessas unidades familiares (Porro, R.; Figueiredo, 2013).

Neste artigo, analisamos os resultados de estudo conduzido em 18 municípios do Médio Mearim, com objetivo de elucidar a importância econômica do babaçu para comunidades agroextrativistas e, assim, subsidiar o Estado no alcance das metas do Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, ou seja, promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e garantir alternativas de geração de renda para as comunidades rurais (MDA et al., 2009). Constatamos que importantes produtos derivados da palmeira de babaçu não são considerados em estatísticas da produção extrativa vegetal, e que a valoração monetária do que é produzido no território alcançaria, em 2017, mais de R\$ 99 milhões, com destaque para a produção de carvão obtido a partir das cascas do fruto.

A literatura indica que produtos florestais extrativos desempenham importantes funções para famílias vulneráveis no campo, apoiando necessidades de consumo locais e atuando como mecanismo de segurança contra riscos, através da renda monetária obtida por sua comercialização. As funções tradicionalmente desempenhadas pelo extrativismo do babaçu para a economia daqueles engajados na atividade incluem o consumo local de uma vasta gama de produtos. O babaçu proporciona constante oportunidade de renda monetária, sobretudo através da venda de amêndoas. Ainda não se pode afirmar, contudo, que o extrativismo deste coco seja efetivo como estratégia para reduzir a pobreza. Para tanto, são ainda necessárias ações inovadoras, tanto para o manejo integrado das

palmeiras em áreas agrícolas e pastoris (Porro, R.; Porro, N., 2015) como no delineamento de empreendimentos inovadores que agreguem renda à produção extrativa.

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, há evidências concretas neste último quarto de século de que produtores e organizações agroextrativistas do Médio Mearim são protagonistas de iniciativas que vêm contribuindo positivamente para a dinâmica reconstrução de seus contextos socioambientais, justificando, assim, a priorização de suas demandas por parte de órgãos públicos na definição de políticas, programas e ações que fortaleçam a economia do babaçu e os meios de vida locais.

Este estudo foi realizado no Médio Mearim, onde é produzido cerca de um terço do volume nacional de amêndoas de babaçu. Os resultados apresentados contribuirão para evidenciar estratégias de fortalecimento para a economia agroextrativista. Uma vez elucidadas, tais estratégias devem ser aplicadas tanto no território como, com a devida adequação, à diversidade de contextos produtivos e ambientais na extensa área de ocorrência do babaçu, de forma a efetivamente expandir o efeito do subsídio oferecido pela natureza (Anderson, A. et al., 1991) na ampliação das oportunidades econômicas para uma expressiva população rural ainda vulnerável.

REFERÊNCIAS

ADHIKARI, Bhim; DI FALCO, Salvatore; LOVETT, Jon C. Household characteristics and forest dependency: evidence from common property forest management in Nepal. **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 48, n. 2, p. 245-257, Feb. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2003.08.008>.

ALMEIDA, Mauro W. B. Household extractive economies. In: RUIZ-PÉREZ, Manuel; ARNOLD, J. E. Michael (ed.). **Current issues in non-timber forest products research**. Bogor, IDN: CIFOR, 1996. p.119-141.

AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu**: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. São Luís, MA: Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado, 1989.

ANDERSON, Anthony Benett; IORIS, Edviges M. Valuing the rain forest: economic strategies by small-scale forest extractivists in the Amazon estuary. **Human Ecology**, Berlin, v. 20, n. 3, p. 337-369, Sept. 1992. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF00889901>.

ANDERSON, Anthony Benett; MAY, Peter Herman; BALICK, Michael J. **The subsidy from nature**: palm forests, peasantry, and development on an Amazon frontier. New York: Columbia University Press, 1991.

ANDERSON, Anthony Benett; ANDERSON, S. A 'tree of life' grows in Brazil. **Natural History**, North Caroline, v. 94, n. 12, p. 40-47, 1985.

ANGELSEN, Arild; WUNDER, Sven. **Exploring the forest-poverty link**: key concepts, issues and research implications. Bogor, IDN: CIFOR, 2003. (Occasional Paper, n. 40).

ARNOLD, J. E. Michael; RUIZ-PÉREZ, Manuel. Can non-timber forest products match tropical forest conservation and development objectives? **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 39, n. 3, p. 437-447, Dec. 2001. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0921-8009\(01\)00236-1](https://doi.org/10.1016/S0921-8009(01)00236-1).

ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO-ASSEMA. Diagnóstico socioeconômico da agricultura familiar no Médio Mearim (Agosto-Novembro 2017). **Projeto BemDiverso**, Brasília, 2018. Relatório não publicado.

BELCHER, B. M. Forest product markets, forests and poverty reduction. **International Forestry Review**, Shropshire, UK, v. 7, n. 2, p. 82-89, June 2005. DOI: <https://doi.org/10.1505/for.2005.7.2.82>.

BYRON, Neil; ARNOLD, Michael. What futures for the people of the tropical forests? **World Development**, Amsterdam, v. 27, n. 5, p. 789-805, May 1999. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(99\)00025-X](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(99)00025-X).

CAMPBELL, Bruce Morgan; LUCKERT, Martin Karl (ed.). **Uncovering the hidden harvest**: valuation methods for woodland and forest resources. London: Earthscan, 2002. (People and plants conservation series).

CARRAZZA, Luis Roberto; ÁVILA, João Carlos Cruz e; SILVA, Mariane Lima da. **Aproveitamento integral do fruto e da folha do babaçu (*Attalea spp.*)**. 2. ed. Brasília: ISPN, 2012. (Manual Tecnológico, 5).

CAVENDISH, William. Quantitative methods for estimating the economic value of resource use to rural households. In: CAMPBELL, Bruce Morgan; LUCKERT, Martin Karl (ed.). **Uncovering the hidden harvest**: valuation methods for woodland and forest resources. London: Earthscan, 2002. p. 17-65. (People and plants conservation series).

CAVENDISH, William. Empirical regularities in the poverty-environment relationship of rural households: evidence from Zimbabwe. **World Development**, Amsterdam, v. 28, n. 11, p. 1979-2003, Nov. 2000. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(00\)00066-8](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(00)00066-8).

CHEN, Shaohua; RAVALLION, Martin. **The developing world is poorer than we thought, but no less successful in the fight against poverty**. Washington: The World Bank: Development Research Group, 2008. (Policy Research Working Paper, 4703).



COLCHESTER, Marcus; LOHMANN, Larry (ed.). **The struggle for land and the fate of the forests**. Penang, MYS: World Rainforest Movement, 1993.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO-CONAB. **Boletim da Sociobiodiversidade**. Brasília: CONAB, 2017. v. 1, n. 1.

COOMES, Oliver T.; BURT, Graeme J. Peasant charcoal production in the Peruvian Amazon: rainforest use and economic reliance. **Forest Ecology and Management**, Amsterdam, v. 140, n. 1, p. 39-50, Jan. 2001. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0378-1127\(00\)00274-7](https://doi.org/10.1016/S0378-1127(00)00274-7).

CORBERA, Esteve; ESTRADA, Manuel; MAY, Peter; NAVARRO, Guillermo; PACHECO, Pablo. Rights to land, forests and carbon in REDD+: insights from Mexico, Brazil and Costa Rica. **Forests**, Basel, v. 2, n. 1, p. 301-342, Mar. 2011. DOI: <https://doi.org/10.3390/f2010301>.

DEWI, Sonya; BELCHER, Brian; PUNTODEWO, Atie. Village economic opportunity, forest dependence, and rural livelihoods in East Kalimantan, Indonesia. **World Development**, Amsterdam, v. 33, n. 9, p. 1419-1434, Sept. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2004.10.006>.

DUCHELLE, Amy E. **Conservation and livelihood development in Brazil nut-producing communities in a tri-national Amazonian frontier**. 2009. Dissertation (Doctorate in Philosophy) - University of Florida, Gainesville, 2009.

FISHER, Monica. Household welfare and forest dependence in Southern Malawi. **Environment and Development Economics**, Cambridge, v. 9, n. 2, p. 135-154, May 2004. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1355770X03001219>.

FISHER, Monica; SHIVELY, Gerald. Can income programs reduce tropical forest pressure? Income shocks and forest use in Malawi. **World Development**, Amsterdam, v. 33, n. 7, p. 1115-1128, July 2005. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2005.04.008>.

GODOY, Ricardo; JACOBSON, Marc; WILKIE, David. Strategies of rain-forest dwellers against misfortunes: the Tsimane' indians of Bolivia. **Ethnology**, New York, v. 37, n. 1, p. 55-69, Winter 1998. DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/3773848>.

GONZÁLEZ-PÉREZ, Sol Elizabeth; COELHO-FERREIRA, Márlia; DE ROBERT, Pascale; GARCÉS, Claudia Leonor López. Conhecimento e usos do babaçu (*Attalea speciosa* Mart. e *Attalea eichleri* (Drude) AJ Hend.) entre os Mebêngôkre-Kayapó da Terra Indígena Las Casas, estado do Pará, Brasil. **Acta Botanica Brasílica**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 295-308, abr./jun. 2012.

GUEDES, Gilvan; BRONDÍZIO, Eduardo; BARBIERI, Alison; RESENDE, Anne; PENNA-FIRME, Rodrigo; D'ANTONA, Alvaro. Poverty and inequality in the rural Brazilian amazon: a multidimensional approach. **Human Ecology**, New York, v. 40, n. 1, p. 41-57, Feb. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s10745-011-9444-5>.

GUTIERREZ-RODRIGUEZ, L.; RUÍZ-PÉREZ, M.; YANG, X.; FU, M.; WU, D. The changing contribution of forests to livelihoods: evidence from Daxi Village, Zhejiang Province, China. **International Forestry Review**, New York, v. 11, n. 3, p. 319-330, Sept. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1505/1for.11.3.319>.

HECHT, Susanna B.; ANDERSON, Anthony Benett; MAY, Peter Herman. The subsidy from nature: shifting cultivation, successional palm forests, and rural development. **Human Organization**, New York, v. 47, n. 1, p. 25-35, Spring 1988.

HERRMANN, Isadora; NASSAR, Andre M.; MARINO, Matheus K. M.; NUNES, Rubens. Coordenação no SAG do babaçu: exploração racional possível? In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS AGROALIMENTARES, 2001, Ribeirão Preto. **Anais [...]**. Ribeirão Preto: FEA; São Paulo: USP, 2001. p. 1-13. Disponível em: https://social.stoa.usp.br/articles/0016/4865/Herrmann_Nassar_Marino_Nunes_2001.pdf. Acesso em: 25 jul. 2018.

HOGARTH, Nicholas J.; BELCHER, Brian; CAMPBELL, Bruce; STACEY, Natasha. The role of forest-related income in household economies and rural livelihoods in the border-region of Southern China. **World Development**, Amsterdam, v. 43, p. 111-123, Mar. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.10.010>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 37). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/quadros/brasil/2016>. Acesso em: 15 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo Demográfico 2010: resultados do universo - características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 15 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo Agropecuário 2006: segunda apuração**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2006/segunda-apuração>. Acesso em: 15 fev. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA. **INCRA nos estados: informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Brasília: INCRA, 2017. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 15 fev. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO-FJP; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD. **Radar IDHM**. Brasília: IPEA; PNUD; Belo Horizonte: FJP, 2016. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/RadarIDHM_Analise.pdf. Acesso em: 28 jul. 2018.

KAR, Shiba P.; JACOBSON, Michael G. NTFP income contribution to household economy and related socio-economic factors: lessons from Bangladesh. **Forest Policy and Economics**, Amsterdam, v. 14, n. 1, p. 136-142, Jan. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2011.08.003>.

LARSON, Anne M.; CRONKLETON, Peter; BARRY, Deborah; PACHECO, Pablo. **Tenure rights and beyond**: community access to forest resources in Latin America. Bogor, IDN: CIFOR, 2008. (Occasional Paper, n. 50).

MAMO, Getachew; SJAASTAD, Espen; VEDEL, Pal. Economic dependence on forest resources: a case from Dendi District, Ethiopia. **Forest Policy and Economics**, Amsterdam, v. 9, n. 8, p. 916-927, May 2007. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2006.08.001>.

MAY, Peter Herman. **A modern tragedy of the non-commons**: agro-industrial change and equity in Brazil's babassu palm zone. New York: Cornell University Press, 1986.

MAY, Peter H.; ANDERSON, Anthony B.; BALICK, Michael J.; FRAZÃO, José Mário F. Subsistence benefits from the babassu palm (*Orbignya martiana*). **Economic Botany**, Berlin, v. 39, n. 2, p. 113-129, Apr. 1985.

MCSWEENEY, Kendra. Forest product sale as natural insurance: the effects of household characteristics and the nature of shock in eastern Honduras. **Society and Natural Resources**, United Kingdom, v. 17, n. 1, p. 39-56, Aug. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1080/08941920490247245>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE-MMA; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME-MDS. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília: MDA; MMA; MDS, 2009.

NARAIN, Urvashi; GUPTA, Shreekant; VELD, Klaas van't. Poverty and resource dependence in rural India. **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 66, n. 1, p. 161-176, May 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2007.08.021>.

NEUMANN, Roderick P.; HIRSCH, Eric. **Commercialization of non-timber forest products**: review and analysis of research. Bogor, IDN: CIFOR, 2000.

NIELSEN, Martin Reinhardt; POULIOT, Mariève; BAKKEGAARD, Riyong Kim. Combining income and assets measures to include the transitory nature of poverty in assessments of forest dependence: evidence from the Democratic Republic of Congo. **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 78, p. 37-46, June 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2012.03.009>.

OGLE, Britta. People's dependency on forests for food security. In: RUÍZ-PÉREZ, Manuel; ARNOLD, J. E. Michael (ed.). **Current issues in non-timber forest products research**. Bogor, IDN: CIFOR, 1996. p. 219-242.

PACHECO, Pablo; BARRY, Deborah; CRONKLETON, Peter; LARSON, Anne. The recognition of forest rights in Latin America: progress and shortcomings of forest tenure reforms. **Society & Natural Resources**, London, v. 25, n. 6, p. 556-571, Aug. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/08941920.2011.574314>.

PATTANAYAK, Subhrendu K.; SILLS, Erin O. Do tropical forests provide natural insurance? The microeconomics of non-timber forest product collection in the Brazilian Amazon. **Land Economics**, Madison, v. 77, n. 4, p. 595-612, Nov. 2001.

PAUMGARTEN, Fiona; SHACKLETON, Charlie M. The role of non-timber forest products in household coping strategies in South Africa: the influence of household wealth and gender. **Population & Environment**, Bogor, IDN, v. 33, n. 1, p. 108-131, Sept. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11111-011-0137-1>.

PETERS, C. M. The ecology and economics of oligarchic Amazonian forests. **Advances in Economic Botany**, Bronx, NY, v. 9, p. 15-22, 1992.

PINEDO-VASQUEZ, Miguel; ZARIN, Daniel; JIPP, Peter. Economic returns from forest conversion in the Peruvian Amazon. **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 6, n. 2, p. 163-173, Oct. 1992. DOI: [https://doi.org/10.1016/0921-8009\(92\)90011-G](https://doi.org/10.1016/0921-8009(92)90011-G).

PORRO, Roberto; LOPEZ-FELDMAN, Alejandro; VELA-ALVARADO, Jorge W. Forest use and agriculture in Ucayali, Peru: livelihood strategies, poverty and wealth in an Amazon frontier. **Forest Policy and Economics**, Amsterdam, v. 51, p. 47-56, Feb. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2014.12.001>.

PORRO, Roberto; PORRO, Noemi Sakiara Miyasaka. Identidade social, conhecimento local e manejo adaptativo de comunidades tradicionais em babaçuais no Maranhão. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 1-18, jan./mar. 2015.

PORRO, Roberto; PORRO, Noemi Sakiara Miyasaka. Social roots of resource use routes in rural Maranhão, Brazil. **Journal of Rural Studies**, Amsterdam, v. 36, p. 64-76, Oct. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2014.06.009>.

PORRO, Roberto; FIGUEIREDO, Luciene Dias. Meios de vida, estratégias econômicas e dependência de recursos naturais em comunidades nas áreas de ocorrência de babaçuais. In: JORNADA INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1.; REUNIÃO DA REDE BRASIL ESTADOS UNIDOS AMBIENTE, SOCIEDADE E GOVERNANÇA, 2., 2013, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2013. [35] p.

PORRO, Roberto. Palms, pastures, and swidden fields: the grounded political ecology of "agro-extractive/shifting-cultivator peasants" in Maranhão, Brazil. **Human Ecology**, Berlin, v. 33, n. 1, p. 17-56, Feb. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10745-005-1654-2>.

- RAVALLION, Martin; DATT, Gaurav; WALLE, Dominique van de. Quantifying absolute poverty in the developing world. **Review of Income and Wealth**, Hoboken, v. 37, n. 4, p. 345-361, Dec. 1991. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1475-4991.1991.tb00378.x>.
- REARDON, Thomas; VOSTI, Stephen A. Links between rural poverty and the environment in developing countries: asset categories and investment poverty. **World Development**, Amsterdam, v. 23, n. 9, p. 1495-1506, Sept. 1995. DOI: [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(95\)00061-G](https://doi.org/10.1016/0305-750X(95)00061-G).
- SCHERR, Sara J. A downward spiral? Research evidence on the relationship between poverty and natural resource degradation. **Food Policy**, Amsterdam, v. 25, n. 4, p. 479-498, Aug. 2000. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0306-9192\(00\)00022-1](https://doi.org/10.1016/S0306-9192(00)00022-1).
- SCHMINK, Marianne. Communities, forests, markets, and conservation. In: ZARIN, Daniel J.; ALAVALAPATI, Janaki R. R.; PUTZ, Francis E.; SCHMINK, Marianne (ed.). **Working forests in the Tropics: conservation through sustainable management**. New York: Columbia University Press, 2004. p. 119-129.
- SHEIL, Douglas; WUNDER, Sven. The value of tropical forest to local communities: complications, caveats, and cautions. **Conservation Ecology**, Atlanta, v. 6, n. 2, p. 1-16, Dec. 2002. Disponível em: <http://www.consecol.org/vol6/iss2/art9>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- SHIRAIISHI NETO, Joaquim. Quebradeiras de coco: "babaçu livre" e reservas extrativistas. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, Belo Horizonte, v. 14, n. 28, p. 147-166, jan./abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.18623/rvd.v14i28.920>.
- SHIRAIISHI NETO, Joaquim. As quebradeiras de coco no meio norte. **Papers do NAEA**, Belém, n. 121, p. 1-27, jul. 1999.
- SHIVELY, Gerald E. Poverty and forest degradation: introduction to the special issue. **Environment and Development Economics**, Cambridge, v. 9, n. 2, p. 131-134, May 2004. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1355770X03001153>.
- SHONE, Bryan M.; CAVIGLIA-HARRIS, Jill L. Quantifying and comparing the value of non-timber forest products in the Amazon. **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 58, n. 2, p. 249-267, June 2006. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2005.07.009>.
- STOIAN, Dietmar. Making the best of two worlds: rural and peri-urban livelihood options sustained by nontimber forest products from the Bolivian Amazon. **World Development**, Amsterdam, v. 33, n. 9, p. 1473-1490, Sept. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2004.10.009>.
- STONICH, Susan C.; DEWALT, Billie R. The political ecology of deforestation in Honduras. In: SPONSEL, Leslie E.; HEADLAND, Thomas N.; BAILEY, Robert C. (ed.). **Tropical deforestation, the human dimension**. New York: Columbia University Press, 1996. p. 187-225.
- SUNDERLIN, William D.; ANGELSEN, Arild; BELCHER, Brian; BURGERS, Paul; NASI, Robert; SANTOSO, Levania; WUNDER, Sven. Livelihoods, forests, and conservation in developing countries: an overview. **World Development**, Amsterdam, v. 33, n. 9, p. 1383-1402, Sept. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2004.10.004>.
- TACCONI, Lucca; SIAGIAN, Yulia; SYAM, Ronny. **On the theory of decentralization, forests and livelihoods**. Canberra, AUS: APSEG: ANU, 2006. (Environmental Management and Development Occasional Papers, n. 9).
- TAKASAKI, Yoshito; BARHAM, Bradford L.; COOMES, Oliver T. Risk coping strategies in tropical forests: floods, illnesses, and resource extraction. **Environment and Development Economics**, Cambridge, v. 9, n. 2, p. 203-224, May 2004. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1355770X03001232>.
- VEDELD, Paul; ANGELSEN, Arild; BOJÖ, Jan; SJAASTAD, Espen; BERG, Gertrude Kobugabe. Forest environmental incomes and the rural poor. **Forest Policy and Economics**, Amsterdam, v. 9, n. 7, p. 869-879, Apr. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2006.05.008>.
- VEDELD, Paul; ANGELSEN, Arild; SJAASTAD, Espen; BERG, Gertrude Kobugabe. **Counting on the environment: forest incomes and the rural poor**. Washington: World Bank Environment Department, 2004. (Environmental Economics Series. Paper, n. 98).
- VICARI, Sara. The co-operative as institution for human development: the case study of COPPALJ, a primary co-operative in Brazil. **Journal of International Development**, Hoboken, v. 26, n. 5, p. 683-700, July 2014. DOI: <https://doi.org/10.1002/jid.3003>.
- WOLLENBERG, Eva; NAWIR, Ani Septiani. Estimating the incomes of people who depend on forests. In: WOLLENBERG, Eva; INGLES, Andrew (ed.). **Incomes from the forest: methods for the development and conservation of forest products for local communities**. Bogor, IDN: CIFOR, 1998. p. 157-187.
- WOOD, Geof. Staying secure, staying poor: the "Faustian Bargain". **World Development**, Amsterdam, v. 31, n. 3, p. 455-471, Mar. 2003. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(02\)00213-9](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(02)00213-9).
- WUNDER, Sven. Poverty alleviation and tropical forests-what scope for synergies? **World Development**, Amsterdam, v. 29, n. 11, p. 1817-1833, Nov. 2001. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(01\)00070-5](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(01)00070-5).

Patrimônios indígenas nos 80 anos do Museu das Missões: etno-história e etnomuseologia aplicada à imaginária missional

Indigenous heritages in the 80 years of the Museu das Missões: ethnohistory and ethnomuseology applied to the missional imagery

Jean Baptista^I, Tony Boita^{II}

^IUniversidade Federal de Goiás. Goiânia, Goiás, Brasil

^{II}Instituto Brasileiro de Museus. Museu das Bandeiras. Goiânia, Goiás, Brasil

Resumo: Ao questionar o paradigma jesuítico fundante no Museu das Missões, a presente análise discute o não lugar indígena na exposição de longa duração lotada no pavilhão Lúcio Costa, de modo que se possa pensar aquele acervo como integrante dos patrimônios indígenas nacionais. Para tal, a partir de abordagem etno-histórica e etnomuseológica interessada na democratização de acervos, o estudo analisa a produção, a forma, o conteúdo e o consumo da imaginária missional ao tempo das missões indígena-jesuíticas. Ao fim, levantam-se possibilidades sobre as implicações que esta abordagem pode trazer ao Museu das Missões, a partir das comemorações dos 80 anos desta instituição, propondo uma ressignificação de seu acervo e um redimensionamento da relação estabelecida com a população Mbyá Guarani contemporânea.

Palavras-chave: Etnomuseologia. Etno-história. Indígenas. Guarani. Jesuítas. Missões.

Abstract: By questioning the founding Jesuit paradigm at the Museu das Missões, this analysis discusses the indigenous non-place at the permanent exhibition in the Lúcio Costa Pavilion in such a way that this collection can be seen as part of national indigenous heritage. This is done through an ethnohistorical and ethnomuseological approach addressing the democratization of collections; the study analyzes the production, form, content, and consumption of missionary imagery at the time of the Jesuit missions targeting indigenous peoples in Brazil. It concludes with a discussion of the possible implications this approach may have for the Museu das Missões as it celebrates its 80th anniversary, suggesting a resignification for its collection as well as adapting the relationship it has constructed with the contemporary Mbyá Guarani population.

Keywords: Ethnomuseology. Ethnohistory. Indigenous people. Guarani. Jesuits. Mission.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Patrimônios indígenas nos 80 anos do Museu das Missões: etno-história e etnomuseologia aplicada à imaginária missional. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 1, p. 189-205, jan.-abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000100012>.

Autor para correspondência: Jean Baptista. Universidade Federal de Goiás. Campus, Samambaia-Museologia, s./n. Goiânia, GO, Brasil. CEP 74001-970 (jeantb@hotmail.com; jeantiagobaptista@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6013-4073>.

Recebido em 09/05/2018

Aprovado em 18/09/2018



O Museu das Missões foi fundado a partir de um paradigma sustentado no protagonismo jesuítico. 'Memórias exiladas' (Bruno, 2005) dos 'patrimônios indígenas' (Velthem, 2017a, 2017b), a autoria dos artistas indígenas no acervo dessa instituição sofreu processos de silenciamento e de esquecimento (Pollak, 1989), como se demonstrará.

Este estudo possui a intenção de indicar possíveis ressignificações do acervo do Museu das Missões, pertencente ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), localizado no município de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul. Pretende-se fazer isso a partir da discussão sobre a autoria da imaginária, da análise acerca da forma-conteúdo, de aproximações linguístico-estéticas e de seus consumos no cotidiano missional, sobretudo quando, nessas categorias, são problematizadas referências culturais indígenas. Crê-se estar diante de uma discussão pertinente em meio às comemorações referentes aos 80 anos do Museu das Missões, sugerindo novos rumos para os próximos anos da instituição, em uma perspectiva decolonial (Chagas, 2017, p. 122). Nesse sentido, procura-se considerar a dimensão indígena daquele acervo, indicando outras possibilidades para legendas, programas de visitas, ações educativas, documentação e posicionamentos objetivos sobre o lugar que os povos indígenas não de desfrutar quando o assunto é o patrimônio do qual hoje se declaram herdeiros.

Vale apontar que, neste artigo, são retomadas e rediscutidas algumas evidências e alguns problemas já abordados anteriormente, assim como novas questões, dados e análises são apresentados ao longo de 15 anos de pesquisas. É importante lembrar também que, em virtude do espaço disponível, este texto não se configura como um estudo de história da arte, mas, sim, como um exercício de etno-história e etnomuseologia, aqui entendidas como uma articulação entre história indígena, museologia social e etnologia indígena, problematizando, neste momento, possíveis leituras nativas do passado, oriundas, sobretudo, da documentação colonial. Considerou-se tal abordagem como necessária em virtude das características do próprio

acervo do Museu das Missões e das demandas que se impõem ao historiador, ao museólogo e ao antropólogo, quando em diálogo com uma museologia interessada na democratização de seus acervos e espaços, contribuindo, assim, "[...] para o aperfeiçoamento de formas de convivência que, transcendendo noção moderna de tolerância, propiciem respeito ao diferente." (Chagas; Storino, 2012, p. 44).

O PARADIGMA JESUÍTICO NO MUSEU DAS MISSÕES

No que diz respeito à democratização dos museus, o reconhecimento da autoria indígena sobre o acervo das missões é uma das fronteiras mais caras que o Museu das Missões terá de enfrentar nos seus próximos aniversários. Isso se dá, sobretudo, pelo fato de a construção do Museu ter se fundamentado no 'paradigma jesuítico', proposição aqui definida a partir de três asserções: 1) a imaginária missional serve aos propósitos da conversão ao cristianismo, banindo entidades indígenas daquele espaço, resultando apenas em representações pertencentes à hagiografia ocidental – nessa leitura, os indígenas são ingênuos, coadjuvantes, copistas e não criativos, funcionando como meros receptáculos das orientações inicianas; 2) a imaginária missional é de autoria dos padres, casos nos quais se apresentam belos resultados estilísticos, tendo como padrão-ouro o estilo barroco e as técnicas de talha clássicas, sendo, portanto, mais um campo da história missional onde os jesuítas são protagonistas; 3) não se nega a existência de obras que tenham sido feitas por indígenas, mas somente quando ali se encontram distorções da forma, fuga ao estilo barroco, talhas denominadas como 'mal esculpidas' ou 'infantis', possuindo menor valor artístico e histórico, comprovando que os indígenas tinham conhecimentos e entendimentos frágeis em relação à experiência artística que viviam. Somam-se a este terceiro paradigma percepções raciais que consideram indígenas incapazes de dominar técnicas ocidentais com precisão e elaborar suas próprias versões da história.

As características deste paradigma nascem nos escritos dos próprios missionários, perpassam os viajantes do século XIX e invadem a historiografia da primeira metade do século XX. De fato, por volta de 1690, o padre Antônio Sepp apregoava:

[...] são estúpidos, brancos, bronquíssimos, estes nossos silvícolas, a todos assuntos espirituais, a tudo que reclama trabalho mental e que não se pode ver com os olhos. Aos serviços mecânicos, porém, têm os olhos de lince [...] (Sepp, 1980, p. 245).

Com isso, ele corroborava a percepção de que os indígenas não seriam capazes de criar, mas apenas de copiar. Já no século XIX, os viajantes naturalistas que passaram pelos antigos povoados missionais não pouparam críticas às obras, quando as julgavam elaboradas por indígenas: este é o caso de Saint-Hilaire nos anos próximos a 1820, áspero crítico das sociedades nativas, ao considerar as obras indígenas “[...] muito mal esculpidas [...]” (Saint-Hilaire, 1987, p. 71), o que tornava “[...] necessário que [os padres] dirigissem a execução de cada peça [...]” (Saint-Hilaire, 1987, p. 272) – afinal, para o francês, “[...] os guaranis, como todos os índios, não têm nenhuma ideia de futuro; aprendem com facilidade o que se lhes ensina, mas não criam nem compõem nada [...]” (Saint-Hilaire, 1987, p. 280). Na segunda metade do século XIX, começaram a surgir referências unilaterais às esculturas, nascendo elogios às “[...] belas imagens esculpidas pelos jesuítas [...]” (Silveira, 1979, p. 237).

Mas a base do paradigma jesuítico aqui discutido encontra-se, sobretudo, nos registros deixados por duas personalidades emblemáticas na fundação do Museu das Missões: o historiador Aurélio Porto e o arquiteto Lúcio Costa.

De fato, quando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPAHN) encomendou e publicou monografias sobre os patrimônios nacionais, Rodrigo de Mello Franco convidou Aurélio Porto para gerar uma história oficial sobre as missões, assegurando-se, com isso, a pesquisa histórica que acompanharia o tombamento do sítio arqueológico de São Miguel das Missões em 1638 e a

posterior fundação do Museu das Missões. Já na introdução de “História das missões orientais do Uruguai”, obra dedicada a Getúlio Vargas e impressa em 1943, as missões são chamadas por Porto (1943) de ‘civilização jesuítica’, a arte ali produzida é nominada de ‘arte jesuítica-colonial’, seguindo-se um texto tomado de “[...] admiração e respeito por esses homens admiráveis que foram os jesuítas [...]” (Porto, 1954, p. 13), em oposição às “[...] chusmas de índios que mal compreendiam as finalidades espirituais desses monumentos [...]” (Porto, 1954, p. 14). No restante da obra, os indígenas missionais são tratados como ‘crianças grandes’, encontradas nas ‘matérias selvagens’, indolentes, ‘dominados pela preguiça’ (Porto, 1954), “[...] [incapazes] de se dirigir por si próprio [...]” (Porto, 1954, p. 73) e, por isso mesmo, necessitados de uma ‘disciplina férrea’, capaz de “[...] fazer desses pobres índios elementos de utilidade humana [...]” (Porto, 1954, p. 72). Ainda, Porto (1954) não nega a existência de beleza nas artes missionais, mas, quando ali a vê, justifica a sua presença simplesmente pelo fato de os indígenas serem bons imitadores das obras que os padres lhes apresentavam, jamais imprimindo qualquer criação (Porto, 1954). Com esse discurso, o historiador Aurélio Porto, que contribuiu com a produção textual da primeira exposição do Museu das Missões (Bauer, 2007a), constrói e introduz o paradigma jesuítico nesse museu.

Costa (1937, 1941), por sua vez, ao mesmo tempo em que projeta o Museu das Missões a partir de solicitação do SPHAN, escreve: “[...] Este [indígena], vencida a primeira fase de rebeldia, deixou-se moldar com docilidade pela vontade poderosa do jesuíta [...]” (Costa, 2010, p. 191). Percebe-se, portanto, que o arquiteto concebe a identidade indígena presa a um passado pré-colonial, derrotada pela ocidentalização, incapaz de vivenciar novos contextos de modo criativo, e vai além:

Parece mesmo não ter havido da parte dos irmãos, cientes da ‘superioridade’ de sua própria técnica, compreensão e simpatia pelo que as interpretações dos indígenas pudessem apresentar de imprevisto e pessoal [...] (Costa, 2010, p. 191).



Nesse sentido, para Costa (2010, p. 191), os padres “[...] desprezavam como ‘errado’ tudo que fugisse às receitas do formulário europeu, estimulando, pelo contrário, as cópias servis e assim impondo, junto com a nova crença e a nova moral, uma beleza já pronta”. Na perspectiva de Costa (2010, p. 191), nas “[...] proporções ‘diferentes’ ou na expressão orientalizada [...] [existente] por detrás do convencionalismo europeu [...]” de um retábulo, de algumas imagens e da arquitetura, nota-se:

[...] o tratamento mais tosco de umas tantas peças, a aspereza do desenho de certos motivos e, por vezes, a maneira especial de “ornamentar”, [nascido] não só da falta de experiência dos operatários e daquela *gaucherie* que aproxima os “bárbaros” de qualquer raça quando pretendem reproduzir de “ouvido” os elementos da arquitetura greco-latina [...] (Costa, 2010, p. 191, grifo do autor).

Os povos indígenas, assim, na concepção arquitetônica do Museu das Missões, são representados dentro do paradigma jesuítico: copistas de segunda ordem, subordinados aos desejos cristãos-jesuíticos.

Sólido na historiografia, o paradigma jesuítico passou a ser desconstruído quando Bartomeu Melià, também jesuíta e antropólogo, questionou o local em que se encontravam os indígenas nas missões. Entre outros avanços, Melià (1988, 1991, 1997, 2002, 2003) demonstrou, em diversas obras, que o canto e a dança, pilares da espiritualidade Guarani, percorrem a história das missões como elementos determinantes daquela vivência. Em conjunto com outros autores, seus estudos apresentaram amplo impacto na história e na etno-história produzidas sobre as missões, resultando em inúmeras abordagens que realocaram os povos indígenas como sujeitos protagonistas naquele processo (Santos, 2017).

No campo da história da arte, o entendimento de que os indígenas participaram do processo artístico de modo criativo tem sido gradual. Autoras como Plá (1975), Affani (2002) e Ahlert (2012), por exemplo, buscaram referências em estudos antropológicos, para fundamentar análises que

contemplassem as perspectivas ameríndias nas imaginárias, gerando novos conceitos, como ‘barroco hispano-Guarani’, ‘barroco jesuítico-guarani’ ou ‘arte missioneira’. Já o historiador da arte Sustersic (2010) radicaliza a interpretação e batiza aquele acervo como um estilo ‘barroco-xamânico, jesuítico-guarani’. Em conjunto, esses estudiosos demonstram uma aceitação em relação à autoria indígena no campo da história da arte, propondo uma crítica ao eurocentrismo e desconstruindo o barroco como estilo unilateral.

No campo museológico, o Brasil tem avançado no desenvolvimento de abordagens que compreendem os museus como ‘zonas de contato’ (Clifford, 2016). De modo resumido e didático, pode-se dizer que a relação da museologia com os povos indígenas tem se estabelecido em dois sentidos (não raro, tomados por intersecções): o primeiro sentido é aquele no qual etnólogos, historiadores e museólogos aproximam-se de povos etnicamente vinculados às coleções de determinados museus, promovendo ressignificações, atualizações políticas ou repatriações, articulações denominadas como museologia social, museologia colaborativa, curadoria compartilhada ou etnomuseologia, entre outras possibilidades (Ribeiro, 1994; Lima, 2012; Françoso; Broekhoven, 2017; Shepard Jr. et al., 2017; Lima Filho, 2017); o segundo sentido é marcado por um protagonismo indígena pautado em demandas contemporâneas, “[...] uma descoberta dos museus pelos índios [...]” (Freire, J., 2009, p. 1), criando-se novas tipologias de museus onde os próprios indígenas são agentes da musealização de suas memórias, seus objetos e desejos, como ocorre nos denominados museus comunitários indígenas (Gomes; Vieira Neto, 2009; Abreu, 2012; Roca, 2015). Instituições classificadas como museus históricos ou de arte sacra, como o Museu das Missões, em razão da singularidade da criação de seus objetos nos séculos XVII e XVIII, costumam também recorrer à história indígena e à etno-história, onde se inclui a importância da documentação colonial, então entendida como campo capaz de indicar possíveis interpretações indígenas por onde aqueles bens circulavam, sendo este o enfoque do presente artigo.

No que se refere ao entendimento das missões enquanto aspecto relacionado ao território indígena no escopo das políticas públicas, foi também no século XXI que novas abordagens passaram a reconhecer a presença indígena naqueles espaços na qualidade de protagonistas, especialmente a partir de posicionamentos mais enfáticos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), todos assumindo “[...] um discurso contemporâneo de valorização dos entes humanos e culturas tradicionais que compõem os patrimônios [...]” (Marchi; Ferreira, 2015, p. 119), onde “[...] uma mudança de mentalidade [...]” pode ser notada (Wichers; Saladino, 2015, p. 140, tradução nossa), fenômeno a afetar diversas instituições brasileiras (Montenegro; Oliveira, 2013). É também neste contexto que o Museu das Missões se requalifica, entre 2004 e 2006 (Bauer, 2007b), gerando uma nova exposição na Casa do Zelador, onde somaram-se esforços para abordar a história das missões a partir do protagonismo indígena, em especial da introdução de uma narrativa etno-histórica e da arte indígena contemporânea. Nesse mesmo sentido, o IPHAN reconheceu o sítio arqueológico de São Miguel das Missões, então detentor do título de patrimônio da humanidade, enquanto lugar de referência para os Guarani, por meio do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) ‘Tava Miri’/Aldeia de Pedra (Freire, B., 2007; Souza, 2007; Souza; Morinico, 2009), enfim, associando-se o sítio aos povos indígenas contemporâneos.

A reivindicação Mbyá-Guarani em relação ao sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo trouxe um novo fôlego ao debate. No filme do cineasta Guarani Ariel Ortega, “Mokoi Tekoá Petei Jeguatá: duas aldeias, uma caminhada” de 2008, o sítio é sinalizado como território indígena, sendo isto fundamental para a memória da comunidade (Mokoi..., 2008). Já no INRC ‘Tava Miri’, os Guarani “[...] reivindicam o reconhecimento oficial de sua ligação com São Miguel [...] [produzem uma] [...] ruptura completa com nosso censo histórico [...] [e refletem] [...] a perspectiva cosmológica

que os Mbyá-Guarani têm sobre sua existência [...]” (Souza; Morinico, 2009, p. 308). A partir de então, as ruínas e o acervo museológico do Museu das Missões ganham uma interpretação que foge da acadêmica:

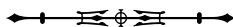
No caso das estátuas e das pedras das paredes, os Mbyá-Guarani acreditam que os antigos artífices guaranis doaram sua substância pessoal às peças, propriedades de seus espíritos impregnaram suas artes, de maneira que eles puderam eternizar sua existência cosubstancializados nos materiais que eles moldaram, talharam ou esculpiram. (Souza; Morinico, 2009, p. 314).

Nessa interpretação, quando chegar o fim do mundo:

[...] as pedras das ruínas e as estátuas de madeira em São Miguel voltarão à vida [...] [e] [...] seus executores guaranis serão ressuscitados através de suas obras, as pedras das ruínas se tornarão pessoas ou se empilharão novamente e as construções arquitetônicas retomarão sua grandiosidade primeva ou originária [...] [enfim, a Aldeia de Pedra] [...] voltará a ser plena, a ponto de se transformar ela mesma numa outra das moradas dos deuses [...], [onde] [...] a Terra Sem Mal, um dia, poderá voltar a resplandecer. (Souza; Morinico, 2009, p. 315).

A leitura do INRC, bem como as interlocuções estabelecidas com os Mbyá da aldeia Tekoá Koenju, localizada no mesmo município onde está o Museu das Missões, indicam aos autores deste estudo que, na perspectiva indígena, aquele patrimônio pode ser construído por meio de referências narrativas não apenas de seu passado, mas também de seu futuro.

Apesar dessas mudanças, o pavilhão Lúcio Costa, principal espaço expositivo do Museu das Missões e onde se encontram os bens musealizados aqui discutidos, segue indiferente. Pautado no seu escopo patrimonial, existe uma profunda resistência dos dois principais institutos que o regem em gerar qualquer alteração em sua forma e expografia. Nesse sentido, é possível observar nessa imutabilidade o entendimento de que “[...] o direito estatal se sobrepõe ao direito indígena [...]” (Eremites de Oliveira, 2016, p. 141) no que diz respeito ao patrimônio cultural,



“[...] servindo como um poderoso instrumento de tutela, dominação e subordinação [...]” (Eremites de Oliveira, 2016, p. 141).

O reconhecimento do acervo do Museu das Missões enquanto patrimônio indígena não implica gerar um discurso às avessas, banindo os jesuítas daquela musealização. Como ocorria no restante da América espanhola, jesuítas artistas produziam esculturas, pinturas, músicas e outras manifestações artísticas destinadas ao processo de conversão. Como resultado, nomes de padres como Bernardo Rodríguez, Luis Verger, Luis de La Cruz, Antônio Sepp, José Brasanelli, entre outros, entraram para os anais da história da arte latino-americana. Não restam dúvidas de que foi este perfil iniciano que introduziu as técnicas ocidentais de arte entre indígenas. Contudo, atribuir-lhes a autoria na produção material resultante é uma postura racial que a ciência não pode compactuar. É importante apontar também que até mesmo naquelas obras das quais se tem certeza quanto à autoria ser de um jesuíta, um olhar mais atento percebe que os próprios inicianos não estavam imunes à relação com os indígenas.

Bom exemplo do esquecimento da autoria indígena está no tratamento dado ao irmão coadjutor e arquiteto Gian Battista Primolli pela historiografia e por instituições como o IPHAN: responsável pela projeção da igreja de São Miguel, a partir de uma forte inspiração do projeto da igreja de Gesù (Roma), Primolli entrou para a história como quem construiu a imensa igreja e seu nome é capaz de ofuscar toda e qualquer referência aos indígenas que elevaram o templo. De fato, até bem pouco tempo, na entrada no sítio de São Miguel, encontrava-se uma placa que lhe atribuía a construção: ‘A igreja de São Miguel foi construída pelo arquiteto Gian Battista Primolli’ (IPHAN, 2014a), lia-se na sinalização, antes de ser apagada pelo tempo (IPHAN, 2014b), contudo, até o momento segue uma atribuição exclusiva ao arquiteto, sem menção aos indígenas no que diz respeito ao feito. Em tons irônicos, imaginar o velho Primolli carregando as imensas pedras que compõem a igreja é uma anedota da qual só não se ri por se entender

que o esquecimento da autoria indígena está assentado em teorias raciais danosas aos indígenas até os dias atuais. Vale lembrar o poema “Perguntas de um trabalhador que lê”, de Bertold Brecht: “Quem construiu a Tebas de sete portas? Nos livros estão nomes de reis. Arrastaram eles os blocos de pedra? [...]” (Brecht, 1986, p. 167). Como bem apontou o padre Cardiel, missionário atuante nos últimos anos do processo missional, “[...] a Igreja de São Miguel, na qual trabalharam mil índios por dez anos, [diz ele], [...] era dos índios, que o fizeram sem pagamento algum, com grandes suores e fadigas” (Cardiel, 1989, p. 82-83).

Não se trata, portanto, de apenas substituir o verbo ‘construir’ por ‘projetar’, ao se referir a Primolli, mas, sobretudo, em reconhecer no discurso formal da instituição que aquela preciosidade arquitetônica é, de fato, de autoria de construtores indígenas interessados em possuírem sua igreja, absolutamente empenhados em marcar materialmente a visão de mundo que tinham naquele contexto.

Parece até mesmo impossível que hoje uma pesquisa volte a classificar o projeto missional como exclusivamente jesuítico, o mesmo valendo em relação ao seu acervo. Mas ainda se encontram perdas em análises interessantes concepções de que os indígenas das missões eram sombras mediante os jesuítas. Da mesma forma, ao se analisar uma escultura daquele processo, ainda se prefere buscar as referências alegóricas ocidentais a indígenas, recontando-se, mais uma vez, a hagiografia ocidental. Esses aspectos são percebidos, por exemplo, na nomeação do principal evento realizado sobre missões, as Jornadas Internacionais sobre Missões Jesuíticas, e nas legendas do Museu das Missões, como se verá. Dito de outro modo, o paradigma jesuítico tem sido desconstruído, mas segue firme em concepções de fundo.

IMAGINÁRIAS EM CIRCULAÇÃO

Para melhor se evidenciar a imaginária missional na qualidade de registros históricos e patrimoniais relacionados a crenças, práticas e estratégias indígenas históricas, é preciso avaliar aspectos relativos à produção, ao

material empregado, às nomeações atribuídas e aos motivos manifestos marcadamente indígenas que ali se tornam visíveis, por meio de análise etno-histórica e etnomuseológica. Nesse sentido, selecionam-se a seguir algumas obras expostas no pavilhão Lúcio Costa, do Museu das Missões, mas não sem considerar outras obras de museus dedicados à mesma temática.

Ao tempo das missões, os artistas indígenas reuniram-se no que se chamou de 'oficinas', grandes espaços protegidos responsáveis pela produção material dos povoados. A imaginária missional produzida nas oficinas ganhou gradualmente o cotidiano daquela vivência. Se, no início do processo, se afirmava que "[...] eles nunca tiveram ídolos [...]" (Ruiz de Montoya, 1985, p. 52), ao se alcançar o século XIX o naturalista Saint-Hilaire (1987, p. 314) afirmou, com surpresa, que "[...] seu respeito pelas imagens vai quase à idolatria". Trata-se de um redimensionamento de práticas que impactou a religiosidade da América meridional pelos séculos seguintes (Melià, 1997), atestando a circulação de um conjunto de representações que atravessou gerações.

A documentação produzida pelos jesuítas está repleta de informações sobre os homens das oficinas, em boa parte responsáveis pela produção material das missões (Baptista, 2015a). Nessa correspondência, os padres insistem em detrair suas capacidades criativas¹.

Nos setecentos, surgiu um grande pátio cercado por salas formando um imenso quadrado, ao lado do claustro, compondo um conjunto de oficinas. Geravam, ali, adornos para igrejas, esculturas (de madeira e de pedras), armas, instrumentos musicais, móveis e utensílios diversos, entre outras possibilidades. Não eram poucos desses homens que dominavam técnicas múltiplas, não podendo ser caracterizados como especialistas em apenas um campo de produção, tal qual ocorre com os moradores do povoado de São Miguel, a exemplo de Inácio Paica, músico nas missas, escultor, pintor, ferreiro, cunhador de moedas e de objetos de metal nas oficinas, ou de Gabriel Quiri, 'músico

afamado', autor do maior sino de São Miguel, dedicado ao arcanjo de mesmo nome (Sepp, 1980). O destaque deste grupo era tamanho que seus componentes chegaram a ser ameaçados por lideranças espirituais indígenas, pelos padres chamados de 'feiticeiros', em virtude de suas colaborações (Dias Taño, 1969), bem como eram homenageados nas festas rituais promovidas pelos povoados (Romero, 1970). Quando doentes ou beirando a morte, em casos edificantes, os artistas desfrutavam de dádivas ofertadas pelas entidades com as quais se relacionavam por meio de sua arte, podendo até mesmo receber curas milagrosas (Ânnua..., 1730) ou boas mortes (Ânnua..., 1678). Ao lado das mulheres da Casa das Recolhidas (Cotiguaçu), dos meninos das escolas e/ou congregantes (marianos e miguelinos), para citar alguns setores sociais produzidos nas missões, esses homens eram integrantes de um grupo seletivo, que conquistou um território na área central dos povoados missionais por meio do domínio de técnicas múltiplas provindas do Ocidente, integrando ativamente a construção dos povoados e emanando discursos diretamente ligados aos códigos coloniais.

Além de possuir gênero e lugar, a imaginária missional produzida pelos homens das oficinas tinham um público-alvo bastante definido: a 'chusma', como era chamada pelos padres a massa dos moradores indígenas, representada na documentação deixada pelos padres como comumente afeita ao 'antigo modo de ser', eventualmente desnuda, faltosa nas missas e nas confissões, dada a ritos de natureza explicitamente indígena, devendo ser orientada por meio do consumo de discursos emanados pela área central, entre eles os imagéticos.

Nessa relação entre a produção dos artistas e a 'chusma', surgem muitos elementos contrastantes, gerando circularidades onde parece ter valido mais criar em meio ao debate, do que se dogmatizar. Ao que os dados a seguir indicam, os homens das oficinas poderiam experimentar "[...] uma considerável distância entre as normas vigentes e

¹ Ver Ruiz de Montoya (1997, p. 192) e Sepp (1980, p. 245).

as práticas sociais [...]", gerando uma possível "[...] margem de manobra [...]" (Garcia, E., 2013, p. 92) nas estreitas alternativas que naquele contexto possuíam. Longe de serem copistas, aqui se aposta, eles fizeram de suas obras registros históricos de crenças, práticas e estratégias adotadas nos novos tempos coloniais.

Quanto ao material escolhido por esses artífices, ao que a documentação missionária e os estudos antropológicos indicam, o emprego majoritário do cedro se dá não apenas enquanto um material durável e disponível, mas, sobretudo, pelo lugar por ele ocupado na cosmovisão dos povos indígenas que estiveram presentes nas missões, em especial os Guarani (Baptista, 2015a): "Um enorme cedro [...] [é recepcionado nos povoados] [...] ao som do tambor e dos bárbaros clamores da bugrada [...]" (Sepp, 1980, p. 219), enquanto outros indígenas adornam-se e se emplumam "[...] como para festas e regozijos [...]", quando recolhem grandes troncos das matas (Romero, 1970, p. 105). Parece mesmo haver alguma proximidade com o que apontam as etnografias clássicas do século XX, onde o cedro é a *yvyra Namandu*, a 'vara do criador', dotada de uma alma dócil e integrante de um grupo de árvores conhecidas como *yvyra ñee'ery*, família responsável pelo emanar da palavra-alma manifesta na neblina matinal (Cadogan, 1971, 1992a, 2003; Nimuendajú, 1987). Abundante nas matas circunvizinhas às missões no início do processo, como atestam alguns padres (González, 1991), o cedro passa a ser encontrado somente em terras distantes ao final da experiência (Cardiel, 1989), sendo empregado em igrejas, estâncias, oficinas e qualquer construção missional em larga escala.

No que se refere à nomeação de cada escultura ao tempo missional, é importante lembrar que em raros momentos os diálogos entre indígenas e jesuítas nas missões se deram em espanhol. Foram, sim, falados em línguas indígenas, sobretudo a partir do Guarani, dos neologismos criados na experiência e, em uma segunda medida não menos importante, nos idiomas de outros povos presentes nas missões, como os Jê, os Charrua, os Minuano e os Yaró. Sermões, catecismos e gramáticas

que sobreviveram ao processo atestam essa característica e, conforme estudos linguísticos (Melià, 2003; Chamorro, 2009; Otazú Melgarejo, 2006), o que se falava nas missões estava diretamente vinculado a antigas tradições indígenas, mas não sem ser constantemente renovado mediante à vivência. Nesse sentido, é preciso ter em mente que as nomeações de entidades nas missões obedeciam a duas possibilidades: ou mantinham-se como originalmente cristãs, ganhando um acréscimo neologista posterior, ou recebiam o nome de entidades indígenas julgadas pelos jesuítas como semelhantes às ocidentais.

Bom exemplo da primeira possibilidade é a forma como São Miguel Arcanjo é nomeado nos catecismos dos primeiros anos da experiência. Sem ter seu nome traduzido, o arcanjo ganha o acréscimo de *Marangatu*. Parece mesmo ser um neologismo atribuído às entidades aladas, tal qual indicam os primeiros catecismos: 'Que coisa são os anjos?', questiona o catecismo, '*Mbae Marangatu Eté*' são espíritos soberanos verdadeiros, diz a resposta (Ruiz de Montoya, 1876). De fato, ao menos nos estudos de Ruiz de Montoya (1876), 'São Miguel *Marangatu*' é o modo como esta entidade é usualmente denominada (Baptista, 2015b).

Longe de tomar os estudos de Ruiz de Montoya (1876) como versões definitivas e homogêneas da linguagem das missões e com o mesmo peso de etnografias, como bem aponta Eremites de Oliveira (2007), ou como uma versão de uma língua *standard* e imutável naquele processo, tal qual alerta Melià (2003) sobre a dinâmica histórica do que se falava nas missões, é preciso encontrar outras fontes para avaliar os impactos do acréscimo do vocábulo *Marangatu* para São Miguel. Nesse sentido, os variados casos edificantes onde esta entidade passava a ser apontada pelos nativos como o ser com os quais se relacionavam, por meio de sonhos e visões, bem como sua presença na chamada Guerra Guarânica atestam sua historicidade naquele processo. De fato, quando os Sete Povos beiravam o fim, um cacique sublevado ao Tratado de Madri afirmou: "Tupã enviou São

Miguel *Marangatu* aos nossos ancestrais e a esta pobre terra em que estamos" (Melià, 1997, p. 190, grifo nosso). Como se percebe, a nomeação de São Miguel *Marangatu* atravessou a experiência missional.

Nas narrativas indígenas coletadas pelo antropólogo León Cadogan, no século XX, os *Marangatu* são seres capazes de ir e vir do mundo espiritual sem precisar morrer (Cadogan, 1992b). Já entre os Kayová e Nandeva, o *teko Marangatu* é a 'vida santa', seguindo 'um bom caminho', 'uma vida benigna', onde se faz 'bem a todas as coisas' (Garcia, W., 2003)². Ainda, a atribuição *Marangatu* estende-se para criaturas não humanas, tal qual aves como o guará (Cadogan, 1978), mesmo animal de onde provinham as penas vermelhas que compunham os chamados mantos xamânicos outrora utilizados por lideranças espirituais dos povos Tupi-Guarani.

Em conjunto, esses indícios questionam as cores empregadas nas representações de São Miguel *Marangatu*, bem como os demais anjos e entidades aladas nas pinturas



Figura 1. São Miguel. Fonte: Trento (2003, p. 70).

sobreviventes do processo missional. A predominância do vermelho, semelhante à plumaria do guará e dos mantos xamânicos, como se percebe na pintura de 'São Miguel' (Figura 1) e nos anjos e querubins na pintura "Virgem e o menino" (Figura 2), indica que o colorado invadiu a glória alva ocidental, avermelhando-a ou, como se pode preferir, xamanizando-a. Em outros momentos, os autores exploraram a implicação linguística e estética que este neologismo causou ao longo do processo missional. Por agora, basta saber que o acréscimo do vocábulo *Marangatu* não só redimensionava a entidade em questão, mas, sobretudo, localizava-a no contexto das missões enquanto entidade que representava a tensão entre indígenas e jesuítas, vivos e mortos, deuses e homens, estrutura e conjuntura.



Figura 2. Virgem e o menino. Fonte: Trento (2003, p. 50).

² Ver Noelli (2002).

No esforço de tradução, a nomeação das entidades ocidentais entre indígenas enfrentou a antropofagia, como, de fato, demonstram as polêmicas entre os religiosos daqueles tempos (Melià, 1992, 2003). As traduções de Maria para *Tupã Sy* ou *Nãnde Sy*, deidades Guarani, se fizeram presentes, segundo Ruiz de Montoya (1997, p. 167 apud Baptista, 2015b, p. 133):

[...] Chamam-na de 'Nossa Mãe', garante Ruiz de Montoya [...] [sobre a nomeação de Maria no cotidiano missional do seu tempo], não somente os adultos, mas até mesmo os meninos e meninas [...]

Na contemporaneidade, *Nãnde Sy* e *Tupã Sy* nomeiam entidades femininas presentes na cosmovisão Guarani (Chamorro, 1998; Cadogan, 1992a) ou, no caso de *Nãnde Sy*, mulheres encarnadas pertencentes às lideranças espirituais (Eremites de Oliveira, 2016), tal qual se observa nas aldeias de hoje.

Em virtude dos povoados missionais contarem com diversas etnias, a Maria ocidental ganhou nomes não apenas Tupi-Guarani, mas também de outros povos Jê, Charrua, Minuano e Yaró. No povoado de Concepción, composto por diversas etnias, ela é chamada de “[...] Mi Madre, Santíssima, Mi Señora, Mi Reyna etc. [...]” (Baptista, 2015b, p. 134). Mediante este exemplo breve, nasce a possibilidade de que a Maria ocidental tenha experimentado consideráveis variantes de conteúdo, ao ser traduzida para entidades nativas entre os distintos povos que estiveram nas missões.

Se, na análise linguística, os dados apontam para o fato de que a Maria ocidental encontrou outras nomeações quando entre os indígenas missionais, a análise estética aponta para alterações significativas de forma. A peça intitulada Nossa Senhora da Conceição, lotada no Museu Júlio de Castilhos (Figura 3), outra nomeada do mesmo modo pelo Museu das Missões (Figura 4), tal qual outra homônima no Museu de Arte Sacra de Asunción apresentam olhos amendoados e longos cabelos enegrecidos, assemelhando-se muito mais a mulheres indígenas do que a Maria alva, comumente representada na arte ocidental.

Ao que parece, trata-se de um fenômeno recorrente na história da Igreja, quando a versatilidade de Maria se adequa formalmente às culturas onde se relaciona, propondo novas estéticas para a entidade ocidental (Vainfas, 1999; Gruzinski, 2001, 2006). Mas também indica a potência da feminilidade indígena injetada pelo artista, onde a intenção objetiva de ter um rosto feminino atravessou os séculos em busca de um protagonismo possivelmente intencional de gênero e de etnia.

O jogo de traduções e de novas nomeações chegou a atingir até mesmo os inicianos e santos da Igreja Católica (Baptista, 2015b). A grande quantidade de esculturas produzida nas missões evocando jesuítas e santos talvez se relacione com o fato de que estes fossem nominados como 'Pai', titulação destinada 'aos velhos, feiticeiros e gente grave', conforme Antônio Ruiz de Montoya e distintas cartas emitidas pelos padres (Baptista, 2015b). Como evidência



Figura 3. Nossa Senhora da Conceição. Fonte: Arquivo Museu Júlio de Castilhos (2018).

do impacto da passagem jesuítica entre os Guarani, há até mesmo o surgimento de uma nova personalidade no panteão deste povo na contemporaneidade, chamada de *Kechuíta* ou *Kesuit*. Embora alguns estudos não tenham identificado esse personagem entre os Mbyá-Guarani de São Miguel (Souza; Morinico, 2009), outros antropólogos localizam o *Kesuit* como um indígena lotado na Terra Sem Males, que no passado aqui estivera na qualidade de herói cultural (Garlet; Assis, 2002) – se essa tese procede, por ironia do tempo, ao fim foram os jesuítas convertidos em indígenas. De todo modo, conforme indicam os Mbyá no filme “Tava: a casa de pedra”, dos cineastas Guarani Ariel Ortega e Patrícia Ferreira de 2012, há uma grande diferença entre o *Kesuita* e os jesuítas: o primeiro, um indígena elevado

à categoria de herói cultural, o segundo, um não indígena, opressor e escravagista dos povos indígenas (Tava..., 2012). Estes redimensionamentos talvez contextualizem os casos de edificação do tempo das missões, onde muitos ‘Pai’ encontravam-se com indígenas em sonhos e visões, não raro estabelecendo curas e comunicações, bem como suas esculturas circulavam entre doentes, ofertando curas. Esses aspectos podem colaborar na problematização da grande quantidade de esculturas direcionadas ao que hoje os museus tratam apenas como representações sobre jesuítas e santos, tal qual uma das peças mais emblemáticas do Museu das Missões, onde um São Lourenço, assim denominado pelo museu, indígena nas feições, parece representar muito mais um legítimo ‘Pai’ do que um padre convencional (Figura 5).



Figura 4. Nossa Senhora da Conceição. Fonte: Arquivo Museu das Missões (2018).

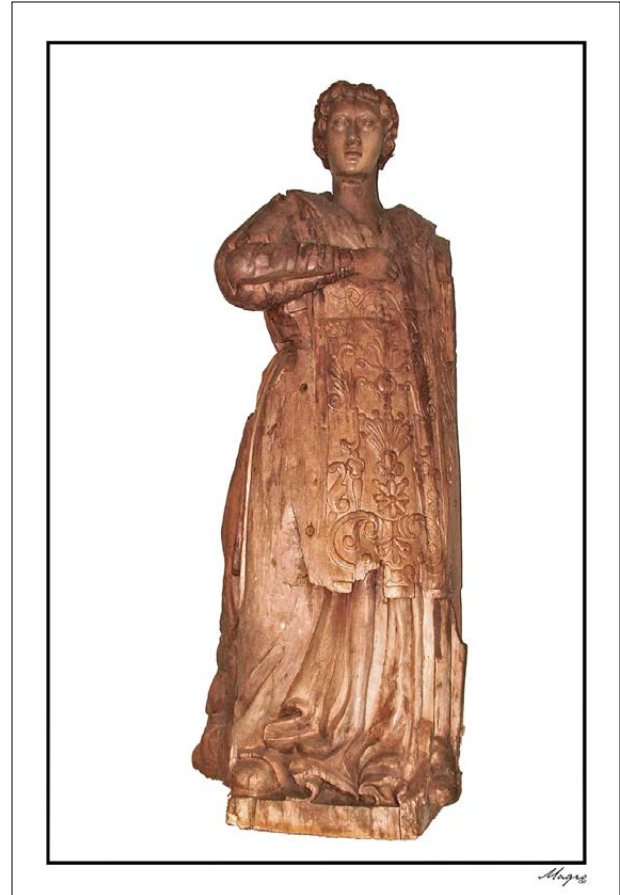


Figura 5. São Lourenço. Fonte: Arquivo Museu das Missões (2018).

Ao entrar no campo das criaturas a serem vencidas, não se pode ignorar um dos animais fantásticos mais recorrentes nas esculturas missionais: grandes serpentes, com vorazes bocas e olhos raivosos, espalham-se aos pés de variadas esculturas. Este é o caso da obra monumental chamada pelo Museu das Missões de “Nossa Senhora da Conceição” (Figura 6), uma entidade feminina, com uma coroa de flores de maracujá, a pisotear uma gigantesca serpente, elementos que fogem em absoluto dos cânones ocidentais. Tal qual retratam os casos de edificação jesuítcos onde indígenas são atacados por cobras venenosas, alguns sendo curados mediante a intervenção de seres espirituais, as serpentes, nessas esculturas, parecem referenciar muito mais o poder daquelas entidades contra criaturas nefastas das matas em relações de predação, do que a deuses ocidentais.

Quando se verificam as relações cotidianas em que as imagens estavam envolvidas, outros indícios surgem sobre perspectivas indígenas daquele contexto em relação à imaginária. Naquele cenário, as esculturas estavam longe de permanecer estáticas no interior de igrejas, ganhando, não raro, as ruas dos povoados e experimentando o cotidiano missional mediante relações de consumo simbólico. De fato, as imagens podem ser encontradas no interior das casas indígenas – “[...] coisa rara e nunca vista nesta gente [...]” (Romero, 1969, p. 73, tradução nossa) –, em festas e procissões ritualísticas (Martins, 1999), passando de mão em mão entre doentes e atormentados por pesadelos (Ânnua..., 1705), na luta cósmica contra a fome, ao afugentarem pragas nas plantações, em capelas e estâncias (Baptista, 2015b), e nos conflitos bélicos, tal qual a chamada Guerra Guaranítica, quando os sublevados carregam “[...] seu Santo Patrono e outras imagens de santos [...]” para se fortalecerem contra os exércitos ibéricos (Henis, 1836, p. 9, tradução nossa).

Como se percebe, as esculturas missionais podem ser encontradas em “[...] casas, trabalhos, caminhos, viagens e correrias [...]” (Ânnuas..., 1694) da vida indígena missional, potencialmente capazes de mediar o concreto e o cosmológico. Parece mesmo que essas esculturas estavam longe do estatuto de um objeto em uma sociedade

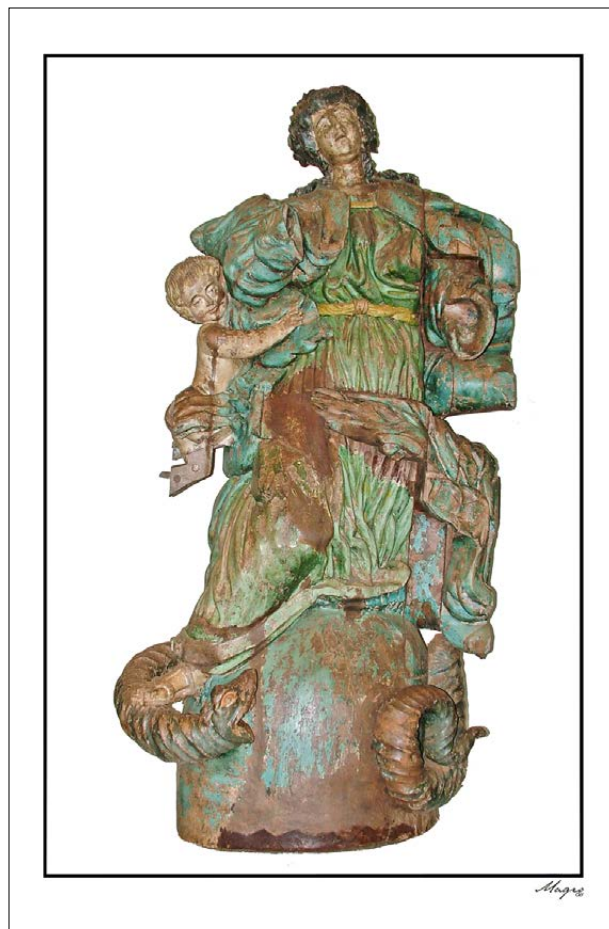


Figura 6. Nossa Senhora da Conceição. Fonte: Arquivo Museu das Missões (2018).

eurocentrada, localizando-se muito mais próximas ao “[...] encontro com alteridades humanas e extra-humanas (animais, plantas, divindades e outros seres do cosmos, compreendidos como personas), constitutivas de fluidas, compósitas e cumulativas identidades” (Silva, 2013). Nesse sentido, o Museu das Missões não parece ser composto por objetos sacros ou cristãos. Parece, sim, habitado por sujeitos provenientes de cosmovisões indígenas, próprias daquele contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste ponto em diante, pode-se compreender o conteúdo do acervo do Museu das Missões a partir de

múltiplas óticas: a primeira a indicar uma 'indianização' de elementos ocidentais, pressupondo as culturas indígenas como resistentes e antropofágicas, incapazes de se alterar; a segunda a sinalizar as estratégias de conversão dos próprios jesuítas, que, dotados de interesses de domínio, abririam mão de elementos de sua própria religiosidade e permitiriam a inserção de elementos indígenas, seguindo o entendimento de que os padres dominavam aquelas populações por métodos pouco éticos; a terceira a pressupor uma mestiçagem ou uma hibridização, testemunhando o nascimento de uma cultura latino-americana; a quarta a pensar em esferas simbólicas nascidas na relação entre Ocidente e culturas indígenas, contextuais, variantes, não estáticas, compreendendo as sociedades indígenas como capazes de dialogar, atuar e se redimensionar nos múltiplos cenários coloniais, seja por estratégia de sobrevivência, seja por estratégia político-cultural; por conseguinte, não se pode ignorar a perspectiva Mbyá contemporânea, a considerar que seus antepassados enganavam os padres fingindo-se de cristãos, sem, com isso, abandonarem seu modo de ser original, conforme assegurou Ariel Ortega, em interlocuções diversas e em seus filmes. Há, enfim, múltiplas possibilidades que se abrem quando se analisa o acervo do Museu das Missões fora do paradigma jesuítico, cabendo a cada estudo problematizar a questão e levar adiante outras variantes, certamente muitas que aqui não se conseguiu visualizar. De uma maneira ou de outra, não parece mais possível pensar aquele acervo sem considerar perspectivas de homens indígenas com uma visão singular, consciente e intencional em relação ao tempo em que viviam, interessados em se comunicar com a população dos povoados e em manifestar uma visão de mundo própria de suas experiências.

Essas problematizações levam a entender que nomações como 'arte jesuítica', 'acervo jesuítico', 'barroco jesuítico', 'santos jesuíticos' ou outra qualquer forma de designar tais obras de modo unilateral tornam-se inviáveis. Aos olhos dos autores, é mais adequado entender aquele acervo enquanto um conjunto de bens culturais relacionados aos patrimônios indígenas ainda a

serem dimensionados e devidamente reconhecidos pelo Estado, dotados de potentes significados relacionados à cosmovisão dos povos indígenas que ali estiveram e os que hoje ali estão, configurando-se como um dos maiores acervos museológicos indígenas da história colonial.

Estas questões demonstram que o Museu das Missões pode assumir novas estratégias para tratar seu acervo, superando o paradigma jesuítico que o acompanha desde sua fundação. Pequenas ações podem colaborar nessa ressignificação, como a adoção de legendas com nomes duplos e bilíngues, onde nomeações ocidentais dividiriam espaço com nomeações indicadas pela documentação histórica e narrativas indígenas contemporâneas Mbyá. A ação educativa também pode ser enriquecida: apresentar o acervo a partir de leituras pautadas em aspectos etno-históricos e etnomuseológicos possibilitará a desconstrução do paradigma jesuítico nos próprios visitantes do museu. Exposições temporárias que destaquem as obras com maior expressão indígena, em complemento, apresentam-se como alternativas construtivas, sugerindo-se, aqui, que mais do que nunca está na hora de se alterar a expografia do pavilhão Lúcio Costa. No que diz respeito à documentação do museu, a inserção dos aspectos indígenas presentes naquela coleção podem colaborar na superação de suas ambiguidades que, tal qual ocorre em outras instituições, "[...] podem indicar imprecisão e induzir quem os estuda a entendimento incorreto" (Guerra; Benchimol, 2017, p. 93). Trata-se, portanto, da possibilidade de reelaborar a política de comunicação da instituição, interessada não só em dar visibilidade ao que o Museu das Missões produz, mas, sobretudo, em produzir conhecimento e diálogo com a sociedade voltada à "[...] elaboração de políticas públicas baseadas em ciência [...] [devidamente] afinada com as necessidades sociais" (Beltrão, 2010, p. 29).

Na última década, o Museu das Missões tem estabelecido profícuas relações com as comunidades que o cercam (Botelho et al., 2015; Vivian, 2013). Nesse sentido, o projeto "Etno-História e etnomuseologia no Museu das Missões", em franco andamento, propiciará

o aprofundamento da relação com os Mbyá-Guarani que ali vivem, tornando possível identificar e melhor compreender as representações que entre eles circulam. Procura-se, com isso, produzir uma etno-história e uma etnomuseologia no cotidiano do museu (Bonnot, 2006), interessada na ruptura dos padrões clássicos deste campo, “[...] revitalizando, assim, o significado destes para o museu e para os povos indígenas.” (Shepard Jr. et al., 2017, p. 767).

Tais ressignificações levam a entender a necessidade de superação do paradigma jesuítico, admitindo que o reconhecimento da autoria, da estética, dos símbolos, dos significados e das cosmovisões indígenas em seu acervo pode representar uma renovação, uma reparação, uma aproximação com os que atualmente se declaram herdeiros daquele passado e uma positividade dos patrimônios indígenas na memória nacional e latino-americana. Afinal, no que diz respeito ao trato da imaginária, já foram 80 anos do Museu das Missões dedicado aos jesuítas. Que tal outros 80?

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a oportunidade de pesquisa aos manuscritos da Coleção De Angelis, ofertada pelo Centro de Pesquisas Históricas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em especial à professora Maria Cristina dos Santos. Agradecemos também ao Museu das Missões e a seu diretor Diego Luiz Vivian, que possibilitou o aprofundamento de diversas questões por meio de sua disponibilidade permanente.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Museus indígenas no Brasil: notas sobre as experiências Tikuna, Wajãpi, Karipuna, Palikur, Galibi-Marworno e Galibi Kali'na. *In*: FAULHABER, Priscila; DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; BORGES, Luiz C. (org.). **Ciências e fronteiras**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012. p. 285-312.

AFFANI, Flávia. La imaginaria de las Misiones Jesuíticas de Guaraníes. *In*: MELIÁ, Bartolomeu (ed.). **Historia inacabada, futuro incierto**. Asunción: CEPAG, 2002. p. 357-391.

AHLERT, Jacqueline. **Estátuas andarilhas**: as miniaturas na imaginária missionária. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ÂNNUA de las doctrinas del Uruguay. *In*: MANUSCRITOS da Coleção De Angelis. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1730.

ÂNNUA del Pueblo de Jesus. *In*: MANUSCRITOS da Coleção De Angelis. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1705.

ÂNNUAS de las Doctrinas del Paraná y Uruguay. *In*: MANUSCRITOS da Coleção De Angelis. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1694.

ÂNNUA de las doctrinas del Paraná y Uruguay. *In*: MANUSCRITOS da Coleção De Angelis. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1678.

BAPTISTA, Jean. **O temporal**: sociedades e espaços missionais. Brasília: IBRAM, 2015a. *E-book*. (Dossiê Missões, v. 1). Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/Dossie_missoes_Temporal.pdf. Acesso em: 13 fev. 2016.

BAPTISTA, Jean. **O eterno**: crenças e práticas missionais. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2015b. *E-book*. (Dossiê Missões, v. 2). Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/Dossie_missoes_Eterno.pdf. Acesso em: 13 fev. 2016.

BAUER, Leticia Brandt. O arquiteto e o zelador: patrimônio cultural, história e memória. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Paris, 2007a. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/3807>. Acesso em: 27 maio 2018.

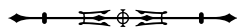
BAUER, Leticia Brandt. O projeto de requalificação da exposição permanente do Museu das Missões (2004/2006). *In*: PESAVENTO, Sandra Jatahy; MEIRA, Ana Lúcia; FREIRE, Beatriz Muniz (org.). **Fronteiras do mundo ibérico**: patrimônio, território e memória das missões. Porto Alegre: UFRGS, 2007b. p. 99-106.

BELTRÃO, Jimena Felipe (org.). **Pesquisa em comunicação de ciência na Amazônia oriental brasileira**: a experiência recente no Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém: MPEG, 2010. Disponível em: <https://www.museu-goeldi.br/assuntos/imprensa/downloads/relatorio-tcg-2011-1.pdf/view>. Acesso em: 13 dez. 2018.

BONNOT, Thierry. L'ethnographie au musée: valeur des objets et sciences sociales. **Etnographiques.org**, n. 11, p. 1-23, 2006. Disponível em: <http://www.ethnographiques.org/2006/Bonnot.html>. Acesso em: 3 jan. 2015.

BOTELHO, André Amud; VIVIAN, Diego; BRUXEL, Laerson. **Museu das Missões**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2015. (Coleção Museus do IBRAM). Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/Museu-das-Missoes.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2018.

BRECHT, Bertold. Perguntas de um trabalhador que lê. *In*: BRECHT, Bertold. **Poemas**. Tradução de Paulo Cesar Souza. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 167.



- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, Brasília, n. 31, p. 234-247, 2005.
- CADOGAN, León. **Tradiciones Guaraníes em el folklore Paraguayo**. Asunción: CEPGA, 2003.
- CADOGAN, León. **Ayvu Rapyta**. Asunción: CEADUC: CEPAG, 1992a.
- CADOGAN, León. **Diccionario Mbyá-Guarani castellano**. Asunción: CEADUC, 1992b.
- CADOGAN, León. Chono kybwyra: aves y almas em la mitologia Guaraní. In: ROA BASTOS, Augusto (comp.). **Las culturas condenadas**. Madri: Siglo Ventiuno, 1978. p. 42-61.
- CADOGAN, León. **Ywyrã ñe'ery**: fluye del árbol la palabra. Asunción: CEPAG, 1971.
- CARDIEL, José. **Las misiones del Paraguai**. Madrid: Historia 16, 1989.
- CHAGAS, Mario de Souza. Museus e patrimônios: por uma poética e uma política decolonial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 35, p. 121-137, 2017.
- CHAGAS, Mario de Souza; STORINO, Claudia Maria Pinheiro. Políticas e poéticas no Museu das Missões: viagem moderna e desafios contemporâneos. In: MONTEZ, Luiz Barros (org.). **Viagens e deslocamentos**: questões de identidades e representação em textos, documentos e coleções. Rio de Janeiro: Mobile, 2012. p. 34-44.
- CHAMORRO, Graciela. Sentidos da conversão de indígenas nas terras baixas sul-americanas: uma aproximação linguística. In: SUESS, Paulo; MELIÀ, Bartolomeu; BEOZZO, José Oscar; PREZIA, Benedito; CHAMORRO, Graciela; LANGER, Protásio (org.). **Conversão dos cativos**: povos indígenas e missão jesuítica. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2009. p. 123.
- CHAMORRO, Graciela. **A espiritualidade Guaraní**: uma teologia ameríndia da palavra. São Leopoldo: Sinodal, 1998.
- CLIFFORD, James. Museus como zonas de contato. **Periódico Permanente**, São Paulo, n. 6, p. 1-37, 2016. Disponível em: <http://www.forumpermanente.org/revista/numero-6-1/conteudo/museus-como-zonas-de-contato-j-clifford>. Acesso em: 3 jan. 2017.
- COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. **ARS**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 127-195, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-53202010000200009>.
- COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9-103, 1941.
- COSTA, Lúcio. **Relatório de viagem realizada aos Sete Povos das Missões**. Rio de Janeiro, 1937.
- DIAS TAÑO, Francisco. Carta do Padre Francisco Dias Taño para o Superior do Tape. In: CORTESÃO, Jaime. **Jesuítas e bandeirantes no Tape (1615-1641)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969. v. 3, p. 107-113. (Manuscritos da Coleção De Angelis).
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Etnoarqueologia, colonialismo, patrimônio arqueológico e cemitérios Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul, Brasil. **Revista de Arqueologia**, Pelotas, v. 29, n. 1, p. 137-160, sem. 2016. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v29i1.446>.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuri'y. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 95-113, jan./jun. 2007. DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v10i1.1723>.
- FRANÇOSO, Mariana; BROEKHOVEN, Laura Van. Dossiê "Patrimônio indígena e coleções etnográficas". **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 12, n. 3, p. 709-711, set./dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000300002>.
- FREIRE, Beatriz Muniz. A aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais junto aos Mbyá-Guarani em São Miguel das Missões: possibilidades de diálogo com o presente. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; MEIRA, Ana Lúcia; FREIRE, Beatriz Muniz (org.). **Fronteiras do mundo ibérico**: patrimônio, território e memória das missões. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- FREIRE, José Bessa. A descoberta do museu pelos índios. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 217-253.
- GARCIA, Elisa Frühauf. Dimensões da liberdade indígena: missões do Paraguai, séculos XVII-XVIII. **Revista Tempo**, Niterói, v. 19, n. 35, p. 83-95, jul./dez. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.5533/TEM-1980-542X-2013173506>.
- GARCIA, Wilson Galhego (org.). **Ñhande rembypy**: nossas origens. São Paulo: UNESP, 2003.
- GARLET, Ivori José; ASSIS, Valéria S. de. A imagem do Kechuíta no universo mitológico dos Mbyá-Guarani. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 99-114, 2002.
- GOMES, Alexandre; VIEIRA NETO, João Paulo. **Museus e memória indígena no Ceará**: uma proposta em construção. Fortaleza: SECULT, 2009.
- GONZÁLEZ, Roque. Carta de 8 de abril de 1614. In: DUVIOLS, Jean-Paul; BASTOS, Augusto Roa; SAGUIER, Rubén Bereiro (org.). **Tentación de la Utopía**. Barcelona: Tusquets Círculo, 1991. p. 65-70.
- GRUZINSKI, Serge. **A guerra das imagens**: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.



GUERRA, Claudia; BENCHIMOL, Alegria. Dois momentos da coleção Aparai no Museu Paraense Emílio Goeldi: Curt Nimuendajú em 1915 e Otto Schulz-Kampfenkel em 1935-37. **Museologia e Patrimônio**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 92-116, 2017. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/600/588>. Acesso em: 10 abr. 2018.

HENIS, Tadeu Xavier. **Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaraní, situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754**. Buenos Aires: Impreta del Estado, 1836. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/diario-historico-de-la-rebelion-y-guerra-de-los-pueblos-guaranis-situados-en-la-costa-oriental-del-río-uruguay-del-año-1754-0/>. Acesso em: 15 ago. 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL-IPHAN. Missões Jesuíticas Guaranis - no Brasil, Ruínas de São Miguel das Missões (RS). *In*: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL-IPHAN. **Patrimônio Mundial Cultural e Natural**. Brasília: IPHAN, 2014a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/39>. Acesso em: 3 dez. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL-IPHAN. São Miguel das Missões (RS). *In*: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL-IPHAN. **PAC Cidades Históricas**. Brasília: IPHAN, 2014b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/292>. Acesso em: 3 dez. 2018.

LIMA, Nei Clara de. O Museu Antropológico da UFG e a interlocução com os povos indígenas. *In*: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana (org.). **Questões indígenas e museus: debates e possibilidades**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2012. p. 71-77. (Coleção Museu Aberto).

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Coleção William Lipkind do Museu Nacional: trilhas antropológicas Brasil-Estados Unidos. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 473-509, set./dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-49442017v23n3p473>.

MARCHI, Darlan de Mamann; FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Paisagem e patrimônio cultural em imagens: um estudo sobre São Miguel das Missões, Brasil. **Territórios**, Bogotá, n. 33, p. 103-122, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.12804/territ33.2015>.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. **A festa Guarani nas Missões**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

MELIÀ, Bartomeu. **La lengua Guaraní en el Paraguay colonial**. Asunción: CEPAG, 2003.

MELIÀ, Bartomeu. La iglesia en la visión de los indios. *In*: DREHER, Martin N. (org.). **500 anos de Brasil e igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST, 2002.

MELIÀ, Bartomeu. **El Guaraní conquistado y reducido**. Asunción: Biblioteca Paraguaya de Antropología, 1997. v. 5.

MELIÀ, Bartomeu. **La lengua Guaraní del Paraguay**. Madrid: MAPFRE, 1992.

MELIÀ, Bartomeu. **El Guaraní: experiencia religiosa**. Asunción: CEADUC, 1991.

MELIÀ, Bartomeu. A linguagem de sonhos e visões na redução do índio guarani. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIRAS, 7., 1988, Santa Rosa. **Anais [...]**. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia e Letras Dom Bosco, 1988. p. 9-21. Tema: As missões jesuítico-guaranis: cultura e sociedade.

MOKOI Tekoá Petei Jeguatá: duas aldeias, uma caminhada. Produção de Ariel Ortega, Jorge Morinico e Germano Benites. Recife: Vídeo nas Aldeias, 2008. 1 DVD (63 min).

MONTENEGRO, Aline; OLIVEIRA, Mayara Manhães. Musealização de objetos indígenas no Museu Histórico Nacional. *In*: GRANATO, Marcus; SCHEINER, Tereza (org.). **Museologia, patrimônio, interculturalidade: museus inclusivos, desenvolvimento e diálogo intercultural**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2013. v. 1, p. 192-207.

NIMUENDAJÚ, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos apacócuva-guarani**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.

NOELLI, Francisco Silva. Nossas origens. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 517-520, 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012002000200010>.

OTAZÚ MELGAREJO, Angélica. **Práctica y semántica en la evangelización de los Guaraníes del Paraguay (s. XVI-XVIII)**. Asunción: CEPAG, 2006.

PLÁ, Josefina. **El barroco Hispano-Guaraní**. Asunción: Intercontinental, 1975.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTO, Aurélio. **História das missões orientais do Uruguai**. 2. ed. rev. e melhorada pelo P. Luis Gonzaga Jaeger S. J. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954. v. 3. Primeira parte.

PORTO, Aurélio. **História das missões orientais do Uruguai**. Rio de Janeiro: SPHAN, 1943.

RIBEIRO, Berta G. Etnomuseologia: da coleção à exposição. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 4, p. 189-201, sem. 1994. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1994.109204>.

ROCA, Andrea. Acerca dos processos de indigenização dos museus: uma análise comparativa. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 123-155, abr. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n1p123>.



- ROMERO, Pedro. Cartas Ânua das reduções do Paraná e Uruguai de 1634. In: VIANNA, Hélio (org.). **Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1758)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970. p. 80-144.
- ROMERO, Pedro. Carta Ânua das Missões do Paraná e do Uruguai, relativa ao ano de 1633. In: CORTESÃO, Jaime. **Jesuítas e bandeirantes no Tape (1615-1641)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969. v. 3, p. 33-94. (Manuscritos da Coleção De Angelis).
- RUIZ DE MONTOYA, Antônio. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
- RUIZ DE MONTOYA, Antônio. **Conquista espiritual**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.
- RUIZ DE MONTOYA, Antônio. **Catecismo de la lengua Guarani**. Madrid: Leipzig, 1876.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.
- SANTOS, Maria Cristina dos. Caminhos historiográficos na construção da História Indígena. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 21, n. 3, p. 337-350, 2017.
- SEPP, Antônio. **Viagem às Missões Jesuíticas e trabalhos apostólicos**. São Paulo: Itatiaia, 1980.
- SHEPARD JR., Glenn H.; GARCÉS, Claudia Leonor López; ROBERT, Pascale de; CHAVES, Carlos Eduardo. Objeto, sujeito, inimigo, vovô: um estudo em etnomuseologia comparada entre os Mebêngôkre-Kayapó e Baniwa do Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 12, n. 3, p. 765-787, set./dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000300006>.
- SILVA, Sérgio Baptista da. Cosmo-ontológica Mbyá-Guarani: discutindo o estatuto de "objetos" e "recursos naturais". **Revista de Arqueologia**, Pelotas, v. 26, n. 1, p. 42-54, 2013.
- SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. **As missões orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. **Tava Miri São Miguel Arcanjo**. Porto Alegre: IPHAN, 2007.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de; MORINICO, José Cirilo Pires. Fantasmas das brenhas ressurgem nas ruínas: Mbyá-Guaranis relatam sua versão sobre as Missões e depois delas. In: GOLIN, Tau; SANTOS, Maria Cristina dos; KERN, Arno (coord.). **Povos indígenas**. Passo Fundo: Méritos, 2009. v. 5, p. 301-330. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).
- SUSTERSIC, Bodizar Darko. **Imágenes Guaraní-Jesuíticas**. Asunción: Servilibro, 2010.
- TAVA: a casa de pedra. Produção de Ariel Ortega e Patrícia Ferreira. Porto Alegre: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012. 1 DVD (22 min).
- TRENTO, Aldo. **El Paraíso en el Paraguay**: reducciones Jesuíticas. Asunción: Editorial São Rafael, 2003.
- VAINFAS, Ronaldo. Nossa Senhora, o fumo e a dança. In: NOVAES, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 201-222.
- VELTHEM, Lucia Hussak van. Patrimônios culturais indígenas. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 35, p. 227-244, 2017a.
- VELTHEM, Lucia Hussak van; KUKAWKA, Katia; JOANNY, Lydie. Museus, coleções etnográficas e a busca do diálogo intercultural. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 12, n. 3, p. 735-748, set./dez. 2017b. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000300004>.
- VIVIAN, Diego Luiz. Ponto de Memória Missioneira: iniciativas comunitárias de preservação e promoção do patrimônio cultural em São Miguel das Missões. In: BAPTISTA, Jean; SILVA, Cláudia Feijó da (org.). **Práticas comunitárias e educativas em memória e museologia social**. Rio Grande: FURG, 2013. p. 33-48.
- WICHERS, Camila Azevedo de Moraes; SALADINO, Alejandra. La preservación del patrimonio arqueológico en Brasil: un panorama sobre la actuación del Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (IPHAN). **Memorias**, Barranquilla, ano 11, n. 27, p. 107-144, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.14482/memor.27.7536>.

Amazonian dark earths in the fertile floodplains of the Amazon River, Brazil: an example of non-intentional formation of anthropic soils in the Central Amazon region

Terra Preta de Índio em várzeas eutróficas do rio Solimões, Brasil: um exemplo da não intencionalidade na formação de solos antrópicos na Amazônia Central

Rodrigo Santana Macedo^I, Wenceslau Gerales Teixeira^{II}, Hedinaldo Narciso Lima^{III},
Adriana Costa Gil de Souza^{III}, Francisco Weliton Rocha Silva^{III}, Omar Cubas Encinas^{III}, Eduardo Góes Neves^{IV}

^IInstituto Nacional do Semiárido. Campina Grande, Campina Grande, Brasil

^{II}EMBRAPA Solos. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

^{III}Universidade Federal do Amazonas. Manaus, Amazonas, Brasil

^{IV}Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil

Abstract: Amazonian dark earths (ADEs) are fertile soils created by pre-Columbian Amerindian societies of the Amazon Basin. However, it is still not clear whether these soils were produced intentionally to improve infertile Amazonian upland soils or if they resulted from the accumulation of organic matter from sedentary settlements. This study characterizes the ADEs found in the naturally fertile alluvial floodplains of the Amazon River in the Central Brazilian Amazon according to total, exchangeable, and available contents of elements and organic carbon in soil profiles. ADEs contained higher levels of available elements and total P, Ca, Zn, and Cu. High total Cr, Ni, Co, and V content in these soils indicate that mafic minerals contributed to their composition, while higher contents of P, Zn, Ba, and Sr indicate anthropic enrichment. The presence of ADEs in floodplain areas strongly indicates non-intentional anthropic fertilization of the alluvial soils, which naturally contain levels of P, Ca, Zn, and Cu higher than those needed to cultivate common plants. The presence of archaeological sites in the floodplains also shows that pre-Columbian populations lived in these regions as well as on bluffs above the Amazon River.

Keywords: Gleysols. Anthrosols. Amazonian Archaeology.

Resumo: Terras Pretas de Índio (TPI) são solos com elevada fertilidade criados pelas sociedades ameríndias pré-colombianas na bacia amazônica. Ainda não existe um consenso se esses solos foram formados intencionalmente para melhorar a fertilidade dos solos distróficos de terra firme da Amazônia ou se resultaram da acumulação de material orgânico em assentamentos sedentários. O objetivo desta pesquisa foi realizar uma caracterização pedogeoquímica de TPI localizadas em áreas de várzeas naturalmente férteis do rio Solimões na Amazônia Central brasileira. Foram analisados os teores totais, trocáveis e disponíveis de elementos e carbono nos solos. As TPI mostraram altos conteúdos trocáveis e disponíveis de P, Ca, Zn e Cu. Elevados conteúdos totais de Cr, Ni, Co e V indicam contribuição de minerais máficos na gênese dos solos, enquanto que teores elevados de P, Zn, Ba e Sr nas TPI indicam enriquecimento antrópico. A ocorrência de TPI em áreas de várzea é uma forte evidência da fertilização não intencional dos solos de várzea, os quais, em condições naturais, apresentam teores de P, Ca, Zn e Cu acima dos níveis críticos para muitas culturas. A presença de sítios arqueológicos em áreas de várzea mostra que as populações pré-colombianas habitaram as várzeas e os interflúvios do rio Solimões.

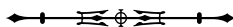
Palavras-chave: Gleissolos. Anthrossolos. Arqueologia amazônica.

MACEDO, Rodrigo Santana; TEIXEIRA, Wenceslau Gerales; LIMA, Hedinaldo Narciso; SOUZA, Adriana Costa Gil de; SILVA, Francisco Weliton Rocha; ENCINAS, Omar Cubas; NEVES, Eduardo Góes. Amazonian dark earths in the fertile floodplains of the Amazon River, Brazil: an example of non-intentional formation of anthropic soils in the Central Amazon region. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 1, p. 207-227, jan.-abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-81222019000100013>.

Autor para correspondência: Rodrigo Santana Macedo. Avenida Francisco Lopes de Almeida, s./n. Campina Grande, PB, Brasil. CEP 58429-970 (macedo-rs@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0462-1480>.

Recebido em 29/05/2018

Aprovado em 28/01/2019



INTRODUCTION

The role pre-Columbian populations played in modifying the natural conditions of the Amazon Basin has been intensely debated (Barlow et al., 2012; Levis et al., 2012; Clement et al., 2015). This discussion includes suggestions by archaeologists, cultural anthropologists, and ecologists that the Amazon Basin was more densely occupied in pre-Columbian times than previously thought, and that these ancient populations actively altered their environments, leaving lasting features which are still recognizable today (Heckenberger et al., 2003; Heckenberger; Neves, 2009; McMichael et al., 2012). Amazonian dark earth soils (ADEs) are among the features indicated as supporting this hypothesis (Lehmann et al., 2003a; Teixeira et al., 2009; Clement et al., 2015). These horizon soils are found across the Amazon; they are highly fertile and normally associated with archaeological sites, with deposits reaching over 200 cm deep and several dozen hectares wide (Kern et al., 2009). Research in the last decade supports this claim, showing a strong correlation between the nutrients found in these sites and the human activities that produced these deposits (Neves et al., 2003; Arroyo-Kalin et al., 2009).

Yet there is no consensus as to whether these anthropic soil horizons were created intentionally (Arroyo-Kalin et al., 2009; Glaser; Birk, 2012). Did they result from management practices to improve the poor natural upland soils across much of the Amazon and make them suitable for agriculture? Conversely, were these soils formed around houses and other occupation areas such as trash middens, rather than former farming areas (Glaser; Birk, 2012; Schmidt et al., 2014)? This question is important because it addresses the long-standing debate on the role of environmental factors which limited the establishment of long-term, permanent, and sedentary settlements in the Amazon (Meggers, 1996; Roosevelt, 2013). Proving that ADEs were intentionally formed would also provide evidence of deliberate past human management to modify and overcome supposed

environmental limitations on soil properties. Meanwhile, if ADEs are shown to have been formed unintentionally, this would cast doubt upon the supposed role of these limitations, since these soils are normally associated with large and permanent settlements in the Central Amazon and elsewhere (Neves, 2007; Schmidt et al., 2014). Studies of the chemical composition of ADEs are also important to clarify the mechanisms involved in these formations and potentially replicate this process for agricultural use; they could be used to develop waste management methods that create soil conditioners, halt land degradation, and act as a model for sustainable agriculture in the humid tropics (Glaser et al., 2001).

To address these questions, we researched, sampled, and characterized naturally deposited soils from the fertile alluvial floodplain of the upper stretches of the Amazon River (also known as the Solimões River) in the Brazilian Central Amazon region, along with ADEs located in these same naturally fertile alluvial settings. Our goal was to compare the chemical properties of both soils to assess whether ADE formation implied a significant increase in soil fertility. Nearly all previous research on ADEs has been performed in archaeological sites located in non-fertile upland soils, with results showing a stark contrast between ADEs and the surrounding acidic Ferralsols and Acrisols in terms of soil fertility (Kern; Kämpf, 1989; Lima, H. et al., 2002; Aquino et al., 2016).

The predominant soils in the floodplains are eutrophic Gleysols and Fluvisols. The Amazon River and some of its major western tributaries were formed due to the recent uplift of the Andes during the early Paleogene (Potter, 1997), and their alluvial floodplains are enriched by the annual deposition of the suspended sediments typical of those rivers (Filizola; Guyout, 2009; Junk et al., 2011). Such Holocene floodplains often have eutrophic soils with high levels of exchangeable cations, mainly Ca^{2+} and Mg^{2+} (Lima, H. et al., 2007; Teixeira et al., 2006). Nevertheless, ADE studies in floodplains are scarce, since it is difficult to locate these horizons buried under several hundred centimeters

of sediments deposited by periodical flooding. Moreover, intense erosion of riverbanks, a phenomenon known locally as *terras caídas* ['fallen land'], has destroyed many of these sites over the past centuries (Teixeira et al., 2006). Despite these challenges, we were able to locate buried ADE horizons in the floodplains in the Central Amazon.

Alluvial anthropic horizons (Au) show characteristics similar to Au horizons occurring in upland soils (Kämpf et al., 2003), namely dark coloration, high P, Ca, and Mg content (Lehmann et al., 2003b), and evidence of human occupation such as pottery and stone artifacts (Smith, 1980; Arroyo-Kalin et al., 2009). These anthropic horizons are typically buried and 'protected' by layers of sediments and typically represent paleosols in the stratigraphy (Sternberg, 1998; Teixeira et al., 2006; Silva et al., 2011).

The objective of this study was to quantify and compare the total, exchangeable, and available contents of mineral elements and organic carbon in non-anthropogenic and anthropic soil horizons of the floodplains of the Amazon River in the Brazilian Central Amazon region.

MATERIAL AND METHODS

The soils that are the target of this study are distributed across the floodplains of Holocene deposition on the banks of the Amazon River in the Central Amazon region. They were and still are formed by recent sedimentary depositions mainly composed of fragments of sandstones and siltstones containing quartz, kaolinite, K-feldspar, plagioclase, mica, hematite, schist, and volcanic and rare fragments of carbonate rocks (Franzinelli; Potter, 1989). The predominant climate in this region is tropical humid, with average annual temperatures exceeding 22 °C, annual rainfall of approximately 2,500 mm, intense sunlight, high air humidity, and low wind speeds.

We studied eight soil profiles where surface or buried anthropic soil horizons were present; they were located between the cities of Manacapuru and Coari in the state of Amazonas, Brazil (Figure 1). Soil profiles P1, P2, and P4 were located in bluffs on the Amazon River, while P3 was found in a trench and P6 and P7 were collected using a Dutch auger to a depth of 100 cm and P5 and P8 to a

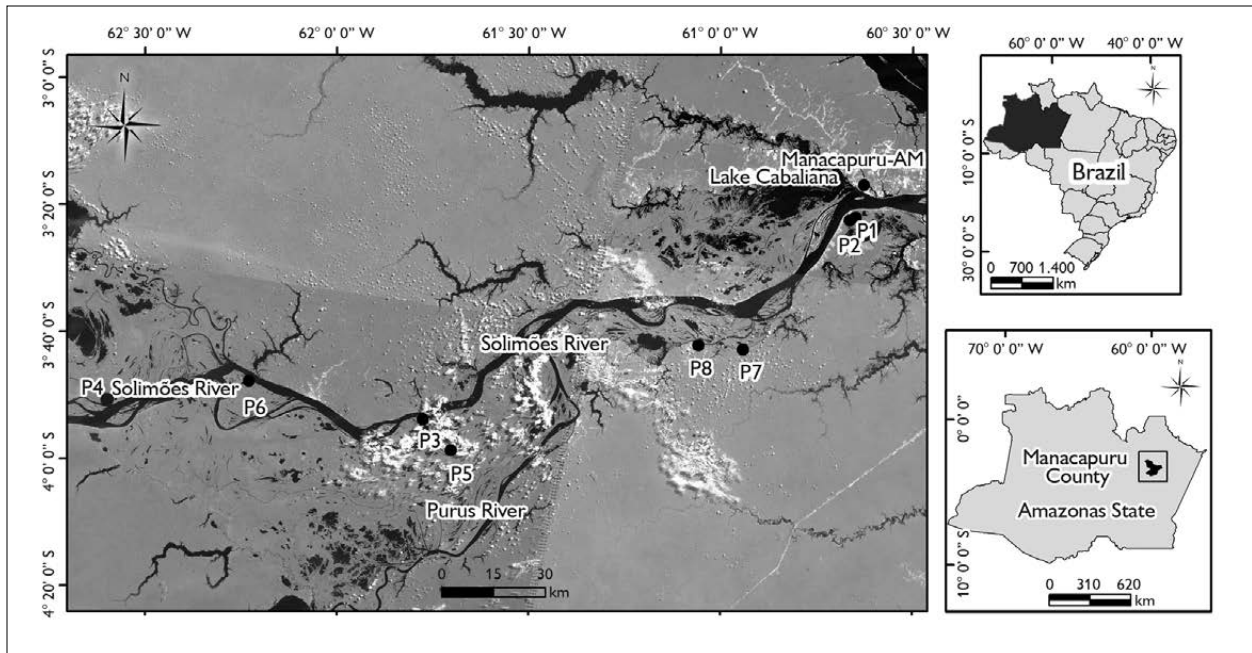


Figure 1. Location of the soil samples distributed in the fluvial Holocene floodplains on the banks of the Amazon River in the Central Amazon region, Amazonas, Brazil. Map: André Luiz de Souza Celerino (2018).

depth of 120 cm. The sites were selected in conjunction with the *Projeto Potenciais Impactos e Riscos Ambientais da Indústria do Petróleo e Gás Natural no Amazonas* group. This project has cataloged 86 archaeological sites between the cities of Iranduba and Coari (Lima, M.; Tamanaha, 2007).

The samples were analyzed at the EMBRAPA Western Amazon Soil and Plant Analysis Laboratory in Manaus, Brazil. The following parameters were analyzed: pH in water and in KCl; calcium, magnesium and aluminum (Ca^{2+} , Mg^{2+} and Al^{3+}) extracted in a solution of KCl 1 mol L⁻¹; potassium and sodium (K^{+} and Na^{+}) extracted in a solution of HCl 0.05 mol L⁻¹ + H₂SO₄ 0.0125 mol L⁻¹; exchangeable acidity (H + Al) extracted in a solution of calcium acetate 0.5 mol L⁻¹ at pH 7.0; available phosphorous (P), Fe, Cu, Zn, and Mn extracted in Mehlich-1 and organic carbon using the Walkley-Black method (EMBRAPA, 2011).

The total contents of Ag, Al, As, B, Ba, Bi, Ca, Co, Cr, Cu, Fe, K, Li, Mg, Mn, Mo, Na, Ni, P, Pb, Sb, Sc, Sn, Sr, V, Y, Zn, Zr, and W were obtained using inductively coupled argon plasma atomic emission spectrometry (ICP-OES), after acid digestion with aqua regia (HCl-HNO₃, 3:1). TILL-2 and GBM997-9 were the reference samples used as quality control in chemical analysis. The profiles were described according to Santos et al. (2013) and Schoeneberger et al. (2012), and classified according to the World Reference Base for Soil Resources (IUSS Working Group WRB, 2015).

RESULTS AND DISCUSSION

The profiles were classified as Eutric Orthofluvic Fluvisol (Siltic, Oxyaquic) (P1, P2, and P4), Pretic Anthrosol (Hypereutric, Siltic, Fluvic, Oxyaquic) (P3) (Figure 2A-2D), Eutric Pantofluvic Fluvisol (Siltic, Oxyaquic) (P5 and P7), Gleyic Pantofluvic Fluvisol (Siltic, Ochric) (P6), and Pretic Anthrosol (Orthoeutric, Siltic, Fluvic, Oxyaquic) (P8). All profiles presented anthropic horizons (pre-*t* horizon – Au) consisting of mineral material with thickness of ≥ 20 cm, a Munsell color value of ≤ 4 and a chroma of ≤ 3 (moist), $> 1\%$ organic carbon and ceramic artifacts,

exchangeable $\text{Ca}^{2+} + \text{Mg}^{2+} \geq 2$ cmol_c kg⁻¹, and > 30 mg kg⁻¹ of extractable P. When the pre-*t* horizon occurred within 100 cm of the mineral soil surface, the soils were classified as Anthrosols (IUSS Working Group WRB, 2015).

Table 1 shows that the anthropic horizons were brown (P1: 7.5 YR 4/2), dark gray (P6 and P7: 10YR 4/1), black (P8: 10YR 2/1), and very dark gray (P2, P3, P4, P5 10YR 3/1) (Table 1). Except for P1, all anthropic horizons demonstrated value 1 color, darker than non-anthropic horizons; this color is within the range commonly found for anthropic horizons among upland soils in the Amazon (Kämpf; Kern, 2005; Aquino et al., 2016). Small or very small (< 2 mm) charcoal pieces totaling 15-40% of the

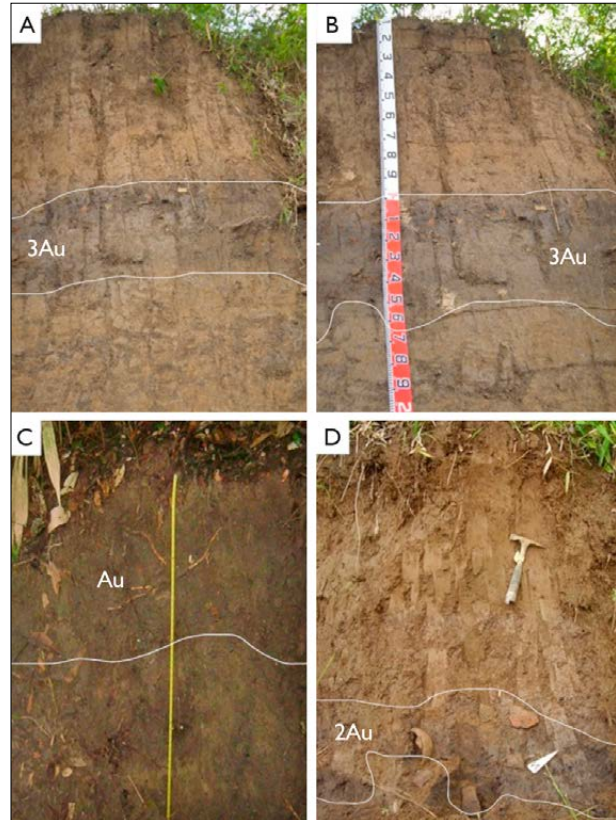


Figure 2. Soil profiles with the presence of surface or buried anthropic soil horizons (A-E) between the cities of Manacapuru and Coari in Amazonas state, Brazil: A) P1 Eutric Orthofluvic Fluvisol; B) P2 Eutric Orthofluvic Fluvisol (Siltic, Oxyaquic); C) P3 Pretic Anthrosol (Hypereutric, Siltic, Fluvic, Oxyaquic); D) P4 Eutric Orthofluvic Fluvisol (Siltic, Oxyaquic). Photos: Rodrigo Santana Macedo (2008).

sample were found in the anthropic soil horizons. Less carbon was found in the non-anthropogenic soil horizons, approximately 2-5%, and these were predominantly larger, between 5 and 10 mm. Charcoal pieces in ADEs were also found in association with biological channels, demonstrating significant bioturbation processes. Similar findings were also reported in other ADEs by Lima, H. et al. (2002). Charcoal pieces have also been found in archaeological excavations in ADEs in association with ceramics and bones, and later with cooking and burning ceramics (Arroyo-Kalin, 2008, 2012). Along with black carbon, the large quantities of millimeter-sized charcoal fragments result in the melanization of anthropic horizons (Macedo et al., 2017); in both cases, these substances do not degrade significantly because of the preferential links between polyaromatic groups and the mineral fraction of soils and because of the highly concentrated polyaromatic macromolecular structures they contain (Schellekens et al., 2017).

Ceramic artifacts were only found in the anthropic horizons, in quantities of 5-15%, with thickness ranging from 10 to 15 mm. The pretic horizon where P4 was sampled contained large ceramic artifacts and bowls

(Figure 2D). These ceramics were related to the Guarita phase of the Polychrome tradition which appeared in the lower Solimões region around 1,000 AD, around 800 AD in its tributaries near the city of Coari, and even earlier during the fifth century AD in the Tefé area (Tamanaha; Neves, 2014; Belletti, 2015). The Guarita phase is characterized by ceramic artifacts including anthropomorphic urns (Figure 3A), and bowls with mesial flanges (Figure 3B) normally painted with red and black motifs covering a white slip (Moraes; Neves, 2012; Tamanaha; Neves, 2014; Belletti, 2015; Oliveira, E., 2016). The Polychrome tradition is found over a large area covering most of the Western Amazon, from the foothills of the Andes in Ecuador to the Upper Amazon River in Peru all the way down to the Central Amazon (Figure 4) near the city of Itacoatiara as well as the Upper Madeira River. The presence of this type of ceramics and thicker horizon layers of ADEs confirm occupation of the Central Amazon region, not only in dryland areas (Petersen et al., 2001; Neves et al., 2003) but also the floodplains, as noted by Sternberg on Careiro Island near Manaus (Sternberg, 1998).



Figure 3. Ceramic artifacts from the Guarita phase (Polychrome tradition) which appear in the lower Solimões River region: A) anthropomorphic urns; B) bowls with mesial flanges. Photos: Mauricio de Paiva (2009).

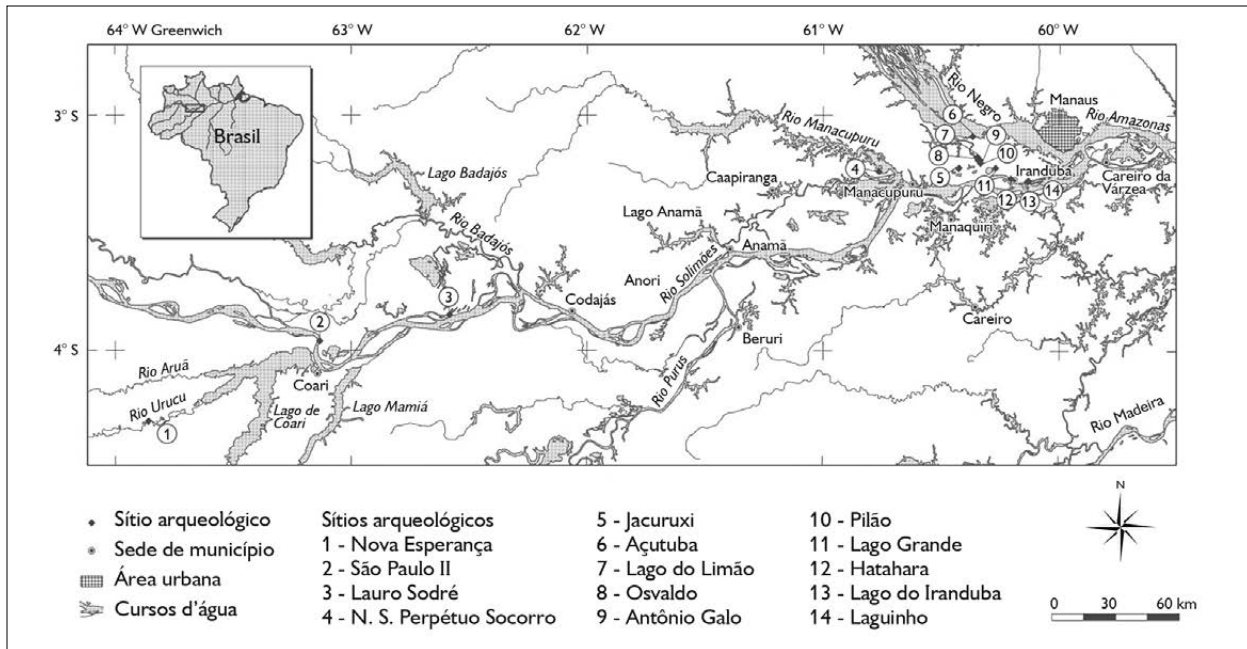


Figure 4. Location of excavated archaeological sites containing Guarita strata in the Central Amazon region. Note that the number of sites in the area is greater than the number excavated. Map: Projeto Amazônia Central (2009).

Silt particles predominated in all the samples, with an average value of 400 g kg^{-1} ; this indicates the sedimentary nature of these soils as well as their low degree of pedogenetic development (Table 1). Except for P8 and subsurface P6 horizons, there was little coarse sand in the soil texture (not exceeding 80 g kg^{-1}), showing that during floods, the waterways are unable to transport coarser sediments to these positions in the landscape. Between anthropic and non-anthropogenic horizons, no differences in particle sizes were observed that could denote past human activities. This finding contrasts with studies that found higher sand fractions in anthropic horizons; this may result from fire, degradation, and illuviation of clay particles, and/or reduced scattering of organic mineral complexes in ADEs by traditional methods used to characterize soil particle content (Teixeira et al., 2006).

P3 Au featured angular blocks that crumbled into medium-to-large granules with low degree of development, while the buried anthropic horizons contained small-to-medium angular blocks with a moderate degree of development (Table 1). The predominantly granular structure

of P3 shows the effects of higher organic matter contents and biological activity on the surface, while the presence of subangular blocks in buried ADEs reflects cycles of expansion and contraction due to the presence of high-active clays.

All the sampled horizons demonstrated a net negative surface charge, with the water pH ranging from highly acidic (4.82) in the A horizon of P2 to virtually neutral (7.12) in the $2C_2$ horizon of P6, while the pH variation in KCl was 4.04 in the A horizon of P5 and 5.61 in the $2C_2$ horizon of P6 (Table 2). Other studies on floodplain soils in the Central Amazon region (Oliveira, L. et al., 2000; Lima, H. et al., 2007) reported similar results. These values reflect the composition of the sediments in the Amazon River (Filizola; Guyout, 2009), which help maintain pH near neutral due to the dissolution of silicates in suspension via hydrolysis. The generally lower pH values in the surface horizons can be explained by the biological oxidation of organic compounds in the dry season, producing CO_2 that reacts with water to form carbonic acid, which in turn dissociates and releases H^+ .

Table 1. Location, morphological characteristics, and particle composition of soils with an anthropic horizon (Amazonian dark earths) in floodplains of the Amazon River between the cities of Manacapuru and Coari, Amazonas state, Brazil. Legends: ¹ = angular blocks, ² = subangular blocks, ³ = granular, ⁴ = small, ⁵ = medium, ⁶ = large, ⁷ = weak, ⁸ = moderate.

(Continue)

Hz	Depth (cm)	Location	Coordinates	Color	Structure	Coarse sand	Fine sand	Silt	Clay
						g kg ⁻¹			
P1 Eutric Orthofluvic Fluvisol (Siltic, Oxyaquic)									
A	0-15	Costa do Marrecão, Manacapuru	03° 21' 04" S 60° 40' 05" W	10YR 3/4	Ang. bl. ¹ , sm ⁴ /med ⁵ , w ⁷	4	510	367	118
AC	15-23			10YR 3/4	Ang. bl., sm/med, w	1	457	444	98
2C ₁	23-70			10YR 3/4	Ang. bl., med/larg ⁶ , w	1	190	618	191
2C ₂	70-100			7.5YR 4/4	Ang. bl., med/larg, w	3	467	377	153
3Au	100-155			7.5YR 4/2	Ang. bl., sm/med, mod ⁸	3	289	488	220
3C ₁	155-180			10YR 4/3	Ang. bl., sm/med, mod	2	268	539	191
3C ₂	-180+			10YR 4/3	Ang. bl., sm/med, mod	5	170	646	179
P2 Eutric Orthofluvic Fluvisol (Siltic, Oxyaquic)									
A	0-10	Costa do Marrecão, Manacapuru	03° 21' 32" S 60° 40' 40" W	10YR 3/3	Ang. bl./gran ³ , med/larg, w	16	625	259	100
AC	10-25			10YR 3/3	Ang. bl., med/larg, w	2	500	370	128
2C ₁	25-50			10YR 4/4	Subang. bl. ² , sm/med, mod	1	345	526	128
2C ₂	50-100			10YR 4/4	Subang. bl., sm/med, w	1	354	481	163
3Au	100-150			10YR 3/1	Subang. bl., sm/med, mod	12	207	566	215
3C	150+			10YR 4/3	Subang. bl., sm/med, mod	13	255	560	172
P3 Pretic Anthrosol (Hypereutric, Siltic, Fluvic, Oxyaquic)									
Au	0-60	Comunidade São Lázaro, Anori	03° 53' 46" S 61° 46' 34" W	10YR 3/1	Ang. bl./gran, med/larg, w	32	104	547	318
CA	60-70			10YR 4/3	Ang. bl., med/larg, w	27	140	546	287
C ₁	70-100			10YR 6/8	Ang. bl., med/larg, w	16	118	580	286
C ₂	100+			10YR 7/8	Ang. bl., med/larg, mod	13	67	637	283
P4 Eutric Orthofluvic Fluvisol (Siltic, Oxyaquic)									
A	0-25	Comunidade Lauro Sodré, Coari	03° 51' 58" S 62° 35' 09" W	10YR 3/3	Subang. bl./gran, sm/med, w	1	266	532	200
C ₁	25-80			10YR 3/4	Subang. bl., sm/med, w	0	445	447	108
C ₂	80-110			10YR 4/4	Subang. bl., sm/med, mod	0	217	590	193
2Au	110-175			10YR 3/1	Subang. bl., sm/med, mod	6	340	449	206
3C	175+			10YR 4/3	Subang. bl., sm/med, mod	1	554	343	102
P5 Eutric Pantofluvic Fluvisol (Siltic, Oxyaquic)									
A	0-20	Comunidade São Lázaro, Anori	03° 58' 41" S 61° 42' 12" W	10YR 3/1	-	31	116	540	313
2C ₁	20-40			10YR 4/3	-	32	99	519	350
2C ₂	40-60			10YR 4/3	-	28	115	658	199
3Au	60-100			10YR 3/1	-	10	117	587	286
3C	100-120			10YR 4/3	-	13	114	617	256



Table 1. (Conclusion)

Hz	Depth (cm)	Location	Coordinates	Color	Structure	Coarse sand	Fine sand	Silt	Clay
						g kg ⁻¹			
P6 Gleyic Pantofluvic Fluvisol (Siltic, Ochric)									
Au	0-20	Comunidade Matrinxã, Codajás	03° 47' 19" S 62° 13' 31" W	10YR 4/1	-	82	635	233	50
2C ₁	20-40			10YR 5/3	-	7	336	542	115
2C ₂	40-60			10YR 5/3	-	6	226	622	146
3C ₁	60-80			10YR 5/3	-	168	715	90	27
3C ₂	80-100			10YR 5/3	-	162	654	151	33
P7 Eutric Pantofluvic Fluvisol (Siltic, Oxyaquic)									
A	0-20	Costa do Paratati, Manacapuru	03° 42' 45" S 60° 56' 32" W	10YR 3/2	-	24	166	549	260
2C _g	20-60			2.5Y 8/8	-	20	98	528	353
3Au	60-80			10YR 4/1	-	22	159	577	241
3C _g	80-100			2.5Y 8/8	-	8	164	604	223
P8 Pretic Anthrosol (Orthoetric, Siltic, Fluvic, Oxyaquic)									
Au	0-60	Comunidade Repartimento, Manacapuru	03° 42' 06" S 61° 03' 31" W	10YR 2/1	-	164	132	390	313
C _{g1}	60-80			10YR 5/8	-	221	128	367	284
C _{g2}	80-100			2.5Y 8/8	-	216	138	374	272
C _{g3}	100-120			2.5Y 8/8	-	224	141	362	273

High organic carbon (OC) values are widely reported in the literature as characteristic of ADEs in the upland soils; these result from the accumulation of organic material caused by anthropogenic activity (Kern; Kämpf, 1989) and set fires (Smith, 1980), but because of the greater thickness of the anthropic horizon in relation to other non-anthropogenic soil horizons, many studies do not show high OC values but rather high stocks of carbon in ADEs (Teixeira et al., 2009). The anthropic horizons studied showed lower OC values than the surface A horizon (P1, P2, P4, P5 and P7) and some subsurface layers (P3 and P6) (Table 2). These findings concur with other studies investigating ADEs in floodplain soils (Silva et al., 2011) and are lower than values for other ADEs (Teixeira et al., 2006; Cunha et al., 2007). In these soils, OC may reflect the low average content of this component in fresh sediments deposited periodically in floodplain soils (Marques et al., 2002).

The available Ca²⁺ and Mg²⁺ contents are high in all horizons for all profiles. In terms of soil fertility classification (Ribeiro et al., 1999), the anthropic horizons showed Ca²⁺ values ranging from high (P6: 4.03 cmol_c kg⁻¹) to very high (P3: 19.17 cmol_c kg⁻¹), and Mg²⁺ values ranging from medium (P7: 0.49 cmol_c kg⁻¹) to very high (P4: 2.83 cmol_c kg⁻¹) (Table 2). In ADEs, Ca is associated with P, most likely under phosphates as well as through intermolecular association in oxidized nanometric carbon particles (Archanjo et al., 2014; Oliveira, N. et al., 2018). Although Ca²⁺ and Mg²⁺ are recognized as indicators of anthropic activity (Kämpf; Kern, 2005), in ADE floodplain soils these ions are poor indicators of anthropic activity since these elements naturally occur in this environment at high levels.

Because of the chemical richness of floodplains, K contents in anthropic horizons exceed those found in ADEs in the upland sites (Falcão et al., 2003; Lehmann et al., 2003b; Aquino et al., 2016), with levels ranging from

adequate (P6: 41 mg dm⁻³) to high (P5: 87 mg dm⁻³) for plant cultivation (see Table 2). However, no difference was seen in the content of this element between non-anthropogenic and anthropogenic soil horizons in the floodplains. The considerable K content in the soils studied can mainly be attributed to the release of K from the crystal structure of clay minerals such as illite and micas. In some ADE sites in the floodplains

of the Solimões River, potassium liberation from feldspars has also been identified (Corrêa, 2007). Along similar lines, enrichment of anthropic horizons with Na⁺ was not seen. The low values for Na and minimal variation of this element in the profiles reflects its low total content in the soil samples (Table 2), as it is mainly released into the soil through the weathering of sodic plagioclase and illite.

Table 2. Chemical characteristics of soils with an anthropic horizon (Amazonian dark earths) in floodplains of the Amazon River between the cities of Manacapuru and Coari, Amazonas state, Brazil. Legends: ¹ = sum of bases, ² = cation exchange capacity, ³ = clay activity, ⁴ = base saturation.

(Continue)

Hz	pH H ₂ O	pH KCl	P	K ⁺	Na ⁺	Ca ²⁺	Mg ²⁺	Al ³⁺	H+Al	SB ¹	CEC ²	T ³	V ⁴	Fe	Zn	Mn	Cu	OC
			mg dm ⁻³		cmol _c kg ⁻¹							%	mg kg ⁻¹			g kg ⁻¹		
P1 Eutric Orthofluvisol Fluvisol																		
A	5.83	5.12	96	199	14	6.43	2.07	0.00	1.65	9.07	10.72	91	85	306	8.1	98.0	2.1	11.88
AC	6.18	5.19	84	62	16	7.04	2.15	0.00	0.23	9.42	9.65	98	98	306	5.3	74.9	2.8	2.59
C ₁	6.49	4.94	43	65	19	9.06	2.45	0.00	0.42	11.76	12.18	64	97	331	6.6	40.2	2.9	3.29
C ₂	6.37	4.53	83	38	22	8.91	3.54	0.00	1.07	12.64	13.71	90	92	251	6.3	21.0	2.1	1.76
2Au	6.38	4.99	898	45	58	12.46	2.61	0.00	2.16	15.44	17.60	80	88	300	22.2	26.0	5.1	3.36
2C ₁	6.70	4.83	215	48	40	12.42	2.71	0.00	1.43	15.43	16.85	88	92	299	11.6	32.0	3.9	2.01
2C ₂	6.66	4.67	83	47	44	12.97	3.58	0.00	1.08	16.86	17.94	100	94	257	8.6	32.8	3.1	1.68
P2 Eutric Orthofluvisol (Siltic, Oxyaquic)																		
A	4.82	4.09	101	45	26	4.57	1.52	0.46	3.10	6.32	9.42	94	67	326	5.1	40.9	1.8	9.12
AC	5.72	4.50	94	26	30	6.50	1.88	0.00	1.86	8.58	10.44	82	82	277	5.1	39.1	2.2	2.01
C ₁	6.09	4.75	79	30	30	8.34	2.43	0.00	0.68	10.98	11.66	91	94	157	5.1	24.7	2.4	3.17
C ₂	6.51	4.54	62	37	31	8.95	2.71	0.03	0.88	11.89	12.77	78	93	262	5.0	24.9	2.3	2.67
2Au	6.61	5.02	721	55	47	11.86	2.82	0.00	1.78	15.03	16.80	78	89	215	17.2	26.2	5.3	3.33
2C	6.52	4.90	191	58	38	12.20	2.71	0.00	1.44	15.22	16.66	97	91	207	10.0	23.1	4.5	2.70
P3 Pretic Anthrosol (Hypereutric, Siltic, Fluvis, Oxyaquic)																		
Au	5.97	4.59	814	55	70	19.17	1.34	0.00	5.69	20.96	26.64	84	79	257	33.5	46.8	11.1	10.94
CA	6.01	4.72	591	56	61	19.42	1.20	0.00	4.35	21.03	25.38	88	83	290	25.6	49.1	8.3	10.13
C ₁	6.20	4.67	586	59	55	20.44	1.49	0.00	4.20	22.32	26.52	93	84	264	16.3	32.7	5.5	7.76
C ₂	6.33	4.7	525	56	54	17.75	1.64	0.00	3.20	19.77	22.97	81	86	269	8.4	26.3	8.3	15.83
P4 Eutric Orthofluvisol (Siltic, Oxyaquic)																		
A	6.28	5.38	81	82	17	8.34	4.00	0.00	1.63	12.59	14.22	71	88	458	13.7	201.6	2.9	9.86
C ₁	6.35	4.62	93	66	27	6.56	2.30	0.04	0.86	9.10	9.96	92	91	323	6.2	36.2	3.3	1.96
C ₂	6.11	4.51	90	86	44	11.22	4.43	0.04	1.60	15.98	17.58	91	91	338	10.4	36.5	4.3	4.71
2Au	6.26	4.84	379	78	39	8.98	2.83	0.00	1.67	12.11	13.78	67	88	276	23.1	29.2	5.7	3.94
2C	6.52	4.84	214	70	34	8.04	2.47	0.02	0.25	10.78	11.03	108	98	244	9.4	24.6	2.8	0.88



Table 2.

(Conclusion)

Hz	pH H ₂ O	pH KCl	P	K ⁺	Na ⁺	Ca ²⁺	Mg ²⁺	Al ³⁺	H+Al	SB ¹	CEC ²	T ³	V ⁴	Fe	Zn	Mn	Cu	OC
	mg dm ⁻³		cmol _c kg ⁻¹										%		mg kg ⁻¹			g kg ⁻¹
P5 Eutric Pantofluvic Fluvisol (Siltic, Oxyaquic)																		
A	5.08	4.04	99	55	35	12.19	0.88	0.86	6.64	13.36	20.00	64	67	227	9.2	47.6	7.4	11.90
C ₁	5.64	4.34	505	62	71	15.36	1.13	0.00	7.49	16.96	24.44	70	69	265	39.3	45.8	7.0	11.75
C ₂	5.98	4.65	543	67	78	17.60	1.35	0.00	6.39	19.46	25.85	130	75	259	66.2	35.8	5.5	8.16
2Au	6.16	4.78	599	87	68	17.24	1.04	0.00	3.44	18.80	22.24	78	85	265	28.0	36.1	6.0	5.10
2C	6.25	4.85	713	90	66	18.36	1.39	0.00	2.97	20.27	23.24	91	87	284	23.2	34.7	5.6	2.64
P6 Gleyic Pantofluvic Fluvisol (Siltic, Ochric)																		
Au	6.64	5.38	145	41	16	4.03	0.87	0.00	0.30	5.07	5.37	107	94	373	6.9	120.6	2.5	2.38
C ₁	6.62	5.57	88	63	26	10.73	2.28	0.00	0.86	13.28	14.15	123	94	426	7.5	246.1	4.4	4.97
C ₂	6.39	5.49	108	75	33	11.99	2.63	0.00	0.82	14.96	15.78	108	95	342	9.1	286.8	5.2	5.76
2C ₁	6.81	5.44	132	40	15	4.00	0.82	0.00	0.04	4.99	4.95	183	101	194	3.7	54.0	0.8	0.93
2C ₂	7.12	5.61	139	53	18	5.03	0.9	0.00	0.02	6.14	6.16	187	100	260	5.6	47.5	1.2	1.06
P7 Eutric Pantofluvic Fluvisol (Siltic, Oxyaquic)																		
A	6.19	5.46	270	60	22	15.07	2.58	0.00	3.65	17.90	21.55	83	83	106	49.7	123.2	2.0	32.27
C _g	5.70	4.37	396	46	19	12.94	1.45	0.00	4.95	14.59	19.54	55	75	238	13.4	26.6	3.6	3.90
2Au	6.99	4.76	826	44	38	10.73	0.49	0.00	4.63	11.50	16.13	67	71	305	21.5	24.1	3.5	5.46
2C _g	5.84	4.69	522	30	26	8.56	0.32	0.00	3.14	9.07	12.21	55	74	324	9.4	16.0	1.8	1.85
P8 Pretic Anthrosol (Orthoeutric, Siltic, Fluvic, Oxyaquic)																		
Au	5.25	4.63	113	69	11	11.10	0.76	0.05	6.39	12.08	18.47	59	65	264	28.4	123.9	5.3	34.14
C _{g1}	5.75	4.24	156	33	12	6.24	0.38	0.00	5.18	6.76	11.94	42	57	453	8.8	10.1	3.6	8.32
C _{g2}	5.62	4.13	147	32	11	5.92	0.34	0.00	5.93	6.39	12.32	45	52	458	9.1	9.7	4.1	8.69
C _{g3}	5.65	4.15	137	36	10	2.09	0.13	0.00	5.51	2.36	7.87	29	30	453	13.1	8.9	3.7	7.80

The Al³⁺ contents were zero or very low (Table 2). At the pH values found in this study, hydrolysis and subsequent precipitation of this element in the form of Al(OH)₃ occurs, reducing its availability. The exchangeable acidity (H + Al) varied between the profiles and horizons, with the anthropic horizons in P1, P3, P4, and P8 showing higher values than the overlying or underlying non-anthropogenic layers; however, the absence of this pattern in the other profiles does not permit us to associate that content with anthropic activities (Table 2). Much of this acidity in the profiles comes from H⁺ ions that dissociate from the organic compounds of OH groups on clay surfaces and Al polymers.

Although the floodplain soils studied are naturally high in P (Lima, H. et al., 2007; Guimarães et al., 2013), P content is markedly higher in anthropic horizons because of these activities, reaching values of 898 mg kg⁻¹ in P1; this consequent increase in P in floodplain areas is corroborated by other authors (Lima, H. et al., 2002; Teixeira et al., 2006). High P contents in Amazonian Anthrosols are primarily attributed to the deposition of bones from fish and other animals (Schaefer et al., 2004), which change over time from stable crystalline forms to soluble forms of Ca-P (Sato et al., 2009). ADE floodplain soils also generally have higher Ca-P contents than other forms of P, as their humic and fulvic acids make a considerable contribution to the



enrichment of P (Lima, H. et al., 2002). In ADEs located in the floodplains, the biogenic apatite present in bone fragments may be preserved because of pH-neutral or alkaline conditions, and the significant presence and apportion of Ca and P from the rich alluvial sediments (Souza, 2011).

Furthermore, ceramics act as an additional major source of P, since they release this nutrient in weathering conditions resembling natural settings (Valente; Costa, 2017). As other authors have observed (Kern; Kämpf, 1989; Lima, H. et al., 2002), the higher P contents in the P8 profile were not observed in the superficial anthropic horizon, but rather at a greater depth, from the C_g horizon. The greater P availability at this depth may result from mobility and subsequent retention in Fe and Al oxides. This mobility results from the negative precipitation of organic matter to reduce P adsorption, with adsorbed organic acids blocking adsorption sites and/or solubilizing Fe and Al oxides, in turn reducing their adsorption surface.

We found high values for micronutrients in all the profiles, and for the anthropic horizons these values (mg kg⁻¹) ranged from 215 to 373 (Fe), 6.9 to 33.5 (Zn), 24.1 to 120.6 (Mn), and from 2.5 to 11.1 (Cu), with the highest values seen for Fe (Table 2). The anthropic horizons generally exhibited significantly lower Fe content than non-anthropogenic horizons, especially in the P3 and P8 profiles. The waters of the Amazon River are naturally rich in Mn (Queiroz et al., 2009), and because of the overlap between anthropic and non-anthropogenic horizons this element cannot be used as an indicator of anthropogenic activities (Table 2). Higher Mn contents were observed in horizons with higher OC content.

Although the floodplains and the waters of the Amazon River naturally contain high levels of Zn (Queiroz et al., 2009), anthropic horizons generally tend to be rich in this element (Kern; Kämpf, 1989; Lima, H. et al., 2002). This study found higher contents of Mn and Zn in anthropic A-horizons compared to B-horizons of the same soils and A-B-horizons of adjacent soils (Lima, H. et al., 2002). It has recently been suggested that the organic material used to build walls and roofs of houses are one

source of these elements (Costa, J. et al., 2009). Like Zn, Cu values increased significantly in anthropic horizons (Table 2); however, because this element is more mobile in the profile, high Cu contents were also observed in layers of non-anthropogenic soils. As with Zn, Ca, and P, high Cu contents can be found in bone fragments (Wilson et al., 2008) and/or associated with organic resources used as food (Parnell et al., 2002).

The total Fe₂O₃ contents were highest among the major elements analyzed (Table 3); there was no difference in total content of this element between the layers in non-anthropogenic and anthropic horizons, in contrast with the available form (which was significantly lower in the anthropic horizons).

The humified nature of organic matter in the anthropic horizons not only inhibits crystallinity but also contributes to the partial dissolution of Fe oxides, predominantly found as goethite (matrix 10YR), generating soluble organic-ferruginous complexes that were lost in leaching (Lemos et al., 2009). Given the similar contents of organic matter between the anthropic horizons and non-anthropogenic soil layers, this effect is related to the type of OM; in other words, in these cases ADEs can be richer in recalcitrant humified OM and simultaneously highly reactive, creating a favorable environment for the complexation of metallic cations.

Al and Fe account for at least 68% of the element load in white water rivers, and only Al (which has higher values in the Amazon River) helps differentiate this river from the others in the basin (Queiroz et al., 2009). In this study, the Al₂O₃ content ranged from 5.3 g kg⁻¹ (P7) to 23.5 g kg⁻¹ (P5), with similar concentrations in anthropic and non-anthropogenic horizons. The different sources of Al in the soil samples include oxides and their presence in the crystal structure of primary (quartz, mica, plagioclase) and secondary minerals (kaolinite, illite). Another possibility is the adsorption of this element in Fe oxides, which are found in considerable amounts in its amorphous fraction and present additional sites for Al adsorption.

A direct relationship was observed between the total contents of CaO, K₂O, MgO, and Na₂O with their respective contents in the exchangeable fraction (Tables 2 and 3). The source of these cations is related to their higher concentrations in muddy rivers such as the Amazon and their origin from the weathering of Andean soils, providing large quantities of ions in floodplain soils (Junk et al., 2011). Despite the rich chemistry of these areas, the total CaO and P₂O₅ contents are higher in anthropic horizons, indicating enrichment from human activities. The primary sources of Ca and P are attributed to an organic origin, namely feces, urine, and plant tissues

(Smith, 1980) as well as biogenic apatite in the form of bones from fish and other animals which have been found in the soils (Schaefer et al., 2004). Moreover, the oxides K₂O, MgO and Na₂O showed no relationship to anthropogenic activity and their possible sources are attributed to the weathering of micas, feldspars, mafic minerals (pyroxene), and sodic plagioclase. Although it occurs in high levels in the Amazon River (Queiroz et al., 2009), the total MnO content was not associated with anthropic horizons, possibly because of its intense dynamics in sites which were significantly influenced by pH as well as its redox potential.

Table 3. Total contents of major elements of soils with anthropic horizon (Amazonian dark earths) in floodplains of the Amazon River between the cities of Manacapuru and Coari, Amazonas state, Brazil.

(Continue)

Hz	Al ₂ O ₃	CaO	Fe ₂ O ₃	K ₂ O	MgO	MnO	Na ₂ O	P ₂ O ₅
	g kg ⁻¹							
P1 Eutric Orthofluvic Fluvisol								
A	10.5	3.7	26.8	1.0	3.9	0.3	0.1	0.7
AC	10.0	3.0	24.2	0.6	3.8	0.4	< 0.1	0.5
2C ₁	12.2	2.7	23.5	0.7	4.0	0.5	< 0.1	0.3
2C ₂	14.4	3.2	27.8	0.6	4.0	0.5	< 0.1	0.7
3Au	12.8	9.0	25.2	0.8	3.9	0.5	0.1	3.8
3C ₁	13.4	4.4	25.8	0.9	4.2	0.4	0.1	1.5
3C ₂	15.3	4.0	29.2	0.9	4.7	0.5	0.1	1.0
P2 Eutric Orthofluvic Fluvisol (Siltic, Oxyaquic)								
A	9.9	2.9	24.9	0.6	3.6	0.3	0.1	0.7
AC	10.0	2.9	23.3	0.5	3.8	0.4	0.1	0.5
2C ₁	10.9	3.2	23.0	0.6	3.9	0.4	0.1	0.4
2C ₂	12.0	2.9	23.8	0.6	3.9	0.4	< 0.1	0.4
3Au	15.2	7.4	26.7	1.2	4.3	0.5	0.1	2.7
3C	14.9	5.0	26.6	1.1	4.2	0.5	0.1	1.5
P3 Pretic Anthrosol (Hypereutric, Siltic, Fluvic, Oxyaquic)								
Au	20.7	15.7	27.9	1.3	4.2	0.5	0.1	7.5
CA	18.1	11.6	26.9	1.3	4.1	0.5	0.1	5.0
C ₁	21.1	9.6	31.7	1.6	4.8	0.4	0.1	4.0
C ₂	19.4	8.0	29.7	1.4	4.6	0.5	0.1	3.2
P4 Eutric Orthofluvic Fluvisol (Siltic, Oxyaquic)								
A	12.7	4.0	26.1	0.9	5.0	0.5	0.1	0.7

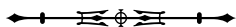


Table 3.

(Conclusion)

Hz	Al ₂ O ₃	CaO	Fe ₂ O ₃	K ₂ O	MgO	MnO	Na ₂ O	P ₂ O ₅
	g kg ⁻¹							
C ₁	11.7	2.9	24.8	0.7	4.3	0.4	0.1	0.5
C ₂	18.2	3.9	34.6	1.0	5.8	0.8	0.1	0.6
2Au	15.4	4.9	29.8	1.0	4.9	0.7	0.1	1.7
3C	13.8	3.8	29.5	0.9	4.7	0.5	0.1	1.0
P5 Eutric Pantofluvic Fluvisol (Siltic, Oxyaquic)								
A	13.5	4.4	19.4	0.8	3.1	0.5	< 0.1	2.3
2C ₁	23.5	14.0	30.4	1.5	4.3	0.7	0.1	8.0
2C ₂	22.6	14.0	29.8	1.6	3.7	0.6	0.1	7.4
3Au	16.2	10.5	25.1	1.3	4.0	0.5	0.1	4.3
3C	17.0	10.2	28.2	1.4	2.9	0.5	0.1	4.2
P6 Gleyic Pantofluvic Fluvisol (Siltic, Ochric)								
Au	11.2	3.9	60.0	0.7	0.8	0.6	0.1	0.7
2C ₁	14.1	4.3	30.3	0.9	0.1	0.6	0.2	0.6
2C ₂	15.7	4.6	32.3	1.1	< 0.1	0.7	0.2	0.7
3C ₁	11.0	3.7	32.5	0.7	< 0.1	0.5	0.2	0.7
3C ₂	11.9	4.0	30.5	0.8	< 0.1	0.4	0.2	0.7
P7 Eutric Pantofluvic Fluvisol (Siltic, Oxyaquic)								
A	9.0	5.1	18.8	0.5	6.2	1.0	< 0.1	1.9
2Cg	11.2	4.3	26.7	0.5	< 0.1	0.4	< 0.1	2.4
3Au	7.3	4.8	13.9	0.4	0.6	0.1	< 0.1	3.6
3Cg	5.3	2.8	11.7	0.3	0.3	< 0.1	< 0.1	2.2
P8 Pretic Anthrosol (Orthoeutric, Siltic, Fluvic, Oxyaquic)								
Au	13.2	4.3	17.3	0.7	0.9	0.2	< 0.1	4.3
Cg ₁	11.9	2.6	29.2	0.7	0.8	0.1	< 0.1	3.9
Cg ₂	10.6	2.1	24.9	0.5	0.7	< 0.1	< 0.1	3.4
Cg ₃	12.6	2.0	36.9	0.6	0.6	< 0.1	< 0.1	3.7

The values for the trace elements Ag, Mo, Sb, B, Bi, Sn, and W were below the detection limit (Table 4). The contents of Co, Cr, Li, Ni, Sc, Y, and Zr were below the average for the surface of the earth's crust, while Pb contents varied in relation to this average (Table 4); none of these elements were related to anthropic activities. Overall, the Ni content in Gleisols and Cr content in Fluvisols were similar to levels found elsewhere in Brazil (Paye et al., 2010). Higher contents of Cr, Ni, and Co show

that mafic rocks contributed minerals to these soils, which have high natural contents of these elements.

Pb content far exceeded the content of this element for the surface of the earth's crust. These high values result from politic clastic rocks which are typical in the Amazon River basin and have average Pb content of 23 mg kg⁻¹ (Guilherme et al., 2005). The low Zn contents associated with the low mobility of this element in the soils suggest low contents of this element in sediment depositions



in floodplain soils, while Sc and Y were unevenly distributed among the horizons and are not related to human occupation.

Because V contents are high in anthropic as well as non-anthropoc horizons, this element cannot be related to human activities. These levels reflect the contribution of minerals comprising volcanic and metamorphic rocks (schists), which rank among the geochemical sources of sediment depositions in the Amazon River (Guilherme et al., 2005).

Anthropic horizons generally have higher Cu, Zn, Sr, and Ba content, indicating the enrichment of these layers from human activities. Cu mostly contributed to the total trace elements analyzed, with contents exceeding those found elsewhere in Brazil (Biondi et al., 2011; Paye et al., 2010). As with its exchangeable form, the greater mobility of Cu also permits its presence in non-anthropoc horizons. However, this element was seen in greater levels in the anthropoc horizons of P1, P2, P3 and P8, showing its relationship with anthropoc activities.

Table 4. Total contents of trace elements of soils with anthropoc horizon (Amazonian dark earths) in floodplains of Amazon River between the cities of Manacapuru and Coari, Amazonas state, Brazil. Legends: Ag, Mo < 1; Sb < 5; B, Bi, Sn, W < 10.

(Continue)

Hz	As	Ba	Co	Cr	Cu	Li	Ni	Pb	Sc	Sr	V	Y	Zn	Zr
mg kg ⁻¹														
P1 Eutric Orthofluvic Fluvisol														
A	< 5	77	10	22	13	12	18	6	< 3	29	55	9	69	2
AC	< 5	81	10	18	12	12	18	6	< 3	24	44	8	58	1
2C ₁	< 5	100	11	18	14	12	14	7	3	29	39	8	63	1
2C ₂	< 5	113	12	22	16	13	17	8	4	33	51	12	73	2
3Au	< 5	184	9	19	24	12	17	8	4	71	38	10	109	3
3C ₁	< 5	111	9	19	19	14	17	8	4	45	43	9	80	4
3C ₂	< 5	114	10	22	21	15	19	8	5	39	47	11	80	5
P2 Eutric Orthofluvic Fluvisol (Siltic, Oxyaquic)														
A	< 5	6.8	9	22	11	11	15	6	< 3	25	54	8	63	< 1
AC	< 5	81	10	18	13	12	16	6	< 3	26	41	8	61	< 1
2C ₁	< 5	101	11	18	14	12	18	6	< 3	31	41	9	72	< 1
2C ₂	< 5	101	11	19	14	12	15	8	3	30	43	8	67	2
3Au	< 5	196	9	20	30	14	18	8	4	66	38	11	130	3
3C	< 5	144	9	20	23	13	17	7	4	51	42	10	99	3
P3 Pretic Anthrosol (Hypereutric, Siltic, Fluvic, Oxyaquic)														
Au	< 5	294	8	21	59	15	23	13	5	98	34	15	225	2
CA	< 5	190	8	20	40	14	20	11	5	78	39	11	165	2
C ₁	< 5	190	9	24	41	17	23	11	6	77	49	13	154	3
C ₂	< 5	178	9	23	37	16	21	12	6	63	48	13	134	2
P4 Eutric Orthofluvic Fluvisol (Siltic, Oxyaquic)														
A	< 5	99	11	19	15	14	17	9	3	37	43	8	76	1
C ₁	< 5	86	10	19	16	13	16	6	3	30	44	9	59	2
C ₂	5	138	14	24	26	18	20	10	6	41	55	12	80	4
2Au	< 5	169	12	22	25	17	20	9	4	46	48	11	91	1
3C	< 5	97	11	22	19	15	20	8	4	37	56	11	72	7



Table 4.

(Conclusion)

Hz	As	Ba	Co	Cr	Cu	Li	Ni	Pb	Sc	Sr	V	Y	Zn	Zr
	mg kg ⁻¹													
P5 Eutric Pantofluvic Fluvisol (Siltic, Oxyaquic)														
A	< 5	231	7	16	39	10	15	12	< 3	34	28	12	130	1
2C ₁	< 5	397	9	23	69	17	26	14	6	104	40	16	245	2
2C ₂	< 5	301	9	23	51	16	25	12	5	109	41	12	207	2
3Au	< 5	173	8	19	41	14	20	10	5	81	39	11	143	3
3C	< 5	177	10	21	36	15	20	11	5	77	44	12	129	3
P6 Gleyic Pantofluvic Fluvisol (Siltic, Ochric)														
Au	< 5	87.2	15	57	16	13	23	9	4	28	175	10	83	5
2C ₁	6	145	12	21	21	17	19	9	4	32	47	10	76	4
2C ₂	7	127	13	23	23	18	21	10	5	35	50	11	82	4
3C ₁	< 5	91	13	27	11	14	21	6	3	28	72	9	78	6
3C ₂	< 5	101	15	25	13	16	24	6	3	29	62	10	86	8
P7 Eutric Pantofluvic Fluvisol (Siltic, Oxyaquic)														
A	< 5	213	5	11	23	4	11	7	< 3	39	24	6	138	1
2Cg	< 5	144	< 3	15	21	4	7	8	< 3	34	40	5	77	1
3Au	< 5	153	< 3	8	16	3	6	4	< 3	45	18	4	60	< 1
3Cg	< 5	75	< 3	6	7	2	3	< 3	< 3	29	20	2	30	< 1
P8 Pretic Anthrosol (Orthoetric, Siltic, Fluvic, Oxyaquic)														
Au	< 5	106	< 3	20	32	5	9	10	< 3	31	35	8	98	2
Cg ₁	6	106	< 3	25	25	5	6	11	4	25	52	10	64	1
Cg ₂	6	92	< 3	26	23	4	5	10	4	23	45	9	48	1
Cg ₃	8	89	< 3	37	20	4	5	12	4	22	75	9	46	2
Crust average	2	580	25	100	50	30	75	10	13	300	150	30	80	150

Sr and Ba levels were high in all the soil samples, but they are higher in anthropic horizons. High Sr content in rivers loaded with Andean sediments is attributed to the weathering of carbonate, and silicate weathering contributes to 50% of its concentration in the Amazon River (Gaillardet et al., 1997). One explanation for the high Ba content in the soil samples may be its presence in the feldspar and biotite structure found in the soils analyzed as well as its presence in the composition of carbonate, considering that the Amazon River has calcic-bicarbonate waters (Wilson et al., 2008). Another reason may be the high occurrence of this element in volcanic rocks, which contribute to the mineralogical composition of sediments

deposited in floodplain soils. This fact, along with the low ⁸⁷Sr/⁸⁶Sr isotopic ratios calculated for the Amazon River (Gaillardet et al., 1997), highlights the influence of recent eruptive activity in the Amazon Basin, corroborating the hypothesis that mafic minerals contributed to the release of some elements into the soils. Nevertheless, Sr and Ba were strong indicators of anthropic activities and can be very useful in eutrophic soils with high natural levels of P and Ca. Research in the municipality of Cachoeira-Porteira in the Lower Amazon Basin showed that these elements were associated with shells (Costa, M.; Kern, 1999) and that barium is one of the most commonly found minerals in ceramic artifacts (Costa, M. et al., 2004). However, high



concentrations of these elements where ceramic fragments are absent may indicate that organic waste of animal origin (skin and bones) or even human or animal excrement were deposited in these areas (Costa, J. et al., 2013).

Higher Ba, Sr, CaO, P₂O₅, and Zn content in anthropic horizons indicate similar sources of enrichment, probably due to the addition of organic plant and animal residues. In addition to this contribution, anthropic horizons rich in OC provided a favorable environment for the dissolution of Fe oxides, reducing the Ba and Sr content associated with these oxides and increasing the content of these elements in the soil. They reacted with the carbonates at higher contents in anthropic horizons (incorporated by the burning of OM) to form less mobile precipitates (BaCO₃ and SrCO₃). We should also consider that these elements which are still in the oxide form may have reacted with humic acids, forming precipitates with carbonate when exposed to air.

In general, all soil horizons featured high levels of the trace elements Cr, Ni, Co, V, while P, Zn, Ba and Sr were strong indicators of anthropic activities in the floodplains. This geochemical signature indicates the contribution of mafic minerals in the genesis of all horizons, and in anthropic horizons the addition of plant and animal material and its subsequent transformation in the pedogenetic process.

CONCLUSIONS

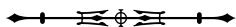
Early European chroniclers of the Amazon during the sixteenth and seventeenth centuries AD reported the presence of settlements on the floodplains of the Amazon and its tributaries. Despite such reports and the pioneering research by Sternberg (1998) on the alluvial plains of Careiro Island, most studies involving archaeological sites and ADEs in the Central Amazon have been restricted to upland settings on bluffs far above periodically inundated floodplains. This bias in archaeological representation may have skewed the knowledge available on the settlement patterns and economic strategies of the ancient societies that lived along the Amazon River. The prevailing hypothesis explaining ancient human occupations along the

Amazonian floodplains maintains that the high bluffs which were spared from seasonal flooding were favored sites for large settlements, while ancient riverside settlements were not located on the floodplains but rather on these bluffs adjacent to the active river channels (Denevan, 1996). From this perspective, past economic patterns were comprised of multiple strategies involving seasonal utilization of the fertile and productive floodplains in combination with more permanent gardens on the edge of the bluffs and agroforestry. Although we still generally agree with this model, the results of this study show that the presence of deep anthropic soil horizons in the floodplain strongly indicate that these areas were also permanently inhabited by large populations, not only sporadically. This indicates that besides bluff regions, alluvial floodplains should also be targeted for future studies.

The typical soils in the floodplains of the Solimões River in the Central Amazon show high amounts of Ca²⁺ and Mg²⁺ and low amounts of available Al³⁺ because of rich sediments and periodical inputs from these element which are dissolved and in suspension in the water (Corrêa, 2007; Souza, 2011; Guimarães et al., 2013). Despite the risk that agricultural crops in floodplains may be affected by high water, productivity in these areas is normally high, even for crops such as corn which have high nutrient requirements (Lima, H. et al., 2007; Fraser et al., 2010). Consequently, the presence of typical ADEs in fertile floodplains is strong evidence that the soil was not intentionally altered for agriculture, since these regions are naturally fertile and contain nutrient levels far above those needed for to cultivate the most common plants (Havlin et al., 2003). These findings show that the formation of ADEs, at least initially, was not intentional for agricultural practices, disproving hypotheses related to the role of limiting natural factors in the establishment of permanent and sedentary settlements in pre-Columbian Amazonia.

ACKNOWLEDGMENTS

The authors wish to thank Project Piatam, Petrobras, Márjorie Lima, and Eduardo Tamanaha for logistic support



during sample collection and site identification. Thanks also to EMBRAPA Western Amazonia and EMBRAPA Soils for support with the analyses, as well as to *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Ministério da Educação* (CAPES/MEC) for scholarship funding.

REFERENCES

- AQUINO, Renato Eleoterio de; MARQUES JR., José; CAMPOS, Milton César Costa; OLIVEIRA, Ivaniildo Amorim de; BAHIA, Angélica Santos Rabelo de Souza; SANTOS, Luis Antônio Coutrim dos. Characteristics of color and iron oxides of clay fraction in archeological dark earth in Apuí region, southern Amazonas. *Geoderma*, Amsterdam, v. 262, p. 35-44, Jan. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.geoderma.2015.07.010>.
- ARCHANJO, Braulio S.; ARAUJO, Joyce R.; SILVA, Alexander M.; CAPAZ, Rodrigo B.; FALCÃO, Newton P. S.; JORIO, Ado; ACHETE, Carlos A. Chemical analysis and molecular models for calcium-oxygen-carbon interactions in black carbon found in fertile Amazonian Anthrosoils. *Environmental Science & Technology*, Washington, v. 48, n. 13, p. 7445-7452, June 2014. DOI: <https://doi.org/10.1021/es501046b>.
- ARROYO-KALIN, Manuel Alexander. Slash-burn-and-churn: landscape history and crop cultivation in pre-Columbian Amazonia. *Quaternary International*, Amsterdam, v. 249, p. 4-18, Feb. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2011.08.004>.
- ARROYO-KALIN, Manuel Alexander; NEVES, Eduardo Góes; WOODS, William I. Anthropogenic dark earths of the Central Amazon region: remarks on their evolution and polygenetic composition. In: WOODS, William I.; TEIXEIRA, Wenceslau G.; LEHMANN, Johannes; STEINER, Christoph; WINKLERPRINS, Antoinette M. G. A.; REBELLATO, Lilian (org.). *Amazonian dark earths*: Wim Sombroek's vision. New York: Springer, 2009. p. 33-83.
- ARROYO-KALIN, Manuel Alexander. *Steps towards an ecology of landscape*: a geoarchaeological approach to the study of Anthropogenic Dark Earths in the Central Amazon region. 2008. Thesis (Doctorate in Archeology) - Department of Archaeology, University of Cambridge, Cambridge, 2008.
- BARLOW, Jos; GARDNER, Toby A.; LEES, Alexander C.; PARRY, Luke; PERES, Carlos A. How pristine are tropical forests? An ecological perspective on the pre-Columbian human footprint in Amazonia and implications for contemporary conservation. *Biological Conservation*, Amsterdam, v. 151, n. 1, p. 45-49, July 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2011.10.013>.
- BELLETTI, Jaqueline da Silva. *Arqueologia do lago Tefé e a expansão policroma*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- BIONDI, Caroline Miranda; NASCIMENTO, Clístenes Williams Araújo do; FABRICIO NETA, Adelazil de Brito; RIBEIRO, Mateus Ribeiro. Teores de Fe, Mn, Zn, Cu, Ni e Co em solos de referência de Pernambuco. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, Viçosa, v. 35, n. 3, p. 1057-1066, maio/jun. 2011.
- CLEMENT, Charles R.; DENEVAN, William M.; HECKENBERGER, Michael J.; JUNQUEIRA, André Braga; NEVES, Eduardo Góes; TEIXEIRA, Wenceslau G.; WOODS, William I. The domestication of Amazonia before European conquest. *Proceedings of the Royal Society B*, London, v. 282, n. 1812, p. 20150813, Aug. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1098/rspb.2015.0813>.
- CORRÊA, Guilherme Resende. *Caracterização pedológica de Arqueo-antropossolos no Brasil*: sambaquis da região dos Lagos (RJ) e Terras Pretas de Índio na região do Baixo Rio Negro/Solimões (AM). 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência do Solo) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.
- COSTA, Jucilene Amorim; COSTA, Marcondes Lima da; KERN, Dirse Clara. Analysis of the spatial distribution of geochemical signatures for the identification of prehistoric settlement patterns in ADE and TMA sites in the lower Amazon Basin. *Journal of Archaeological Science*, Amsterdam, v. 40, n. 6, p. 2771-2782, June 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jas.2012.12.027>.
- COSTA, Jucilene Amorim; KERN, Dirse Clara; COSTA, Marcondes Lima; RODRIGUES, Tarcísio Ewerton; KÄMPF, Nestor; LEHMANN, Johannes; FRAZÃO, Francisco Juvenal Lima. Geoquímica das terras pretas amazônicas. In: TEIXEIRA, Wenceslau G.; KERN, Dirse Clara; MADARI, Beáta E.; LIMA, Hedinaldo N.; WOODS, William I. (org.). *As Terras Pretas de Índio da Amazônia*: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas: Manaus: EMBRAPA Amazônia Ocidental, 2009. p. 162-171.
- COSTA, Marcondes Lima da; KERN, Dirse Clara; PINTO, Alice Helena Eleotério; SOUZA, Jorge Raimundo da Trindade. The ceramic artifacts in archaeological black earth (Terra Preta) from Lower Amazon Region, Brazil: chemistry and geochemical evolution. *Acta Amazonica*, Manaus, v. 34, n. 3, p. 375-386, jul./set. 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0044-59672004000300004>.
- COSTA, Marcondes Lima da; KERN, Dirse Clara. Geochemical signatures of tropical soils with archaeological black earth in the Amazon. *Journal of Geochemical Exploration*, Amsterdam, v. 66, n. 1/2, p. 369-385, July 1999. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0375-6742\(99\)00038-2](https://doi.org/10.1016/S0375-6742(99)00038-2).
- CUNHA, Tony Jarbas Ferreira; MADARI, Beáta Eموke; BENITES, Vinícius de Melo; CANELLAS, Luciano Pasqualoto; NOVOTNY, Etevíno Henrique; MOUTTA, Rondinele de Oliveira; TROMPOWSKY, Patrick Marques; SANTOS, Gabriel de Araújo. Fracionamento químico da matéria orgânica e características de ácidos húmicos de solos com horizonte a antrópico da Amazônia (Terra Preta). *Acta Amazonica*, Manaus, v. 37, n. 1, p. 91-98, trim. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0044-59672007000100010>.

- DENEVAN, William M. A bluff model of riverine settlement in prehistoric Amazonia. **Annals of the Association of American Geographers**, Oxfordshire, v. 86, n. 4, p. 654-681, Dec. 1996. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.1996.tb01771.x>.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA-EMBRAPA. **Manual de métodos de análise de solo**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: EMBRAPA Solos, 2011. (Documentos, 132).
- FALCÃO, Newton Paulo de Souza; COMERFORD, Nicholas; LEHMANN, Johannes. Determining nutrient bioavailability of Amazonian Dark Earth soils – methodological challenges. *In*: LEHMANN, Johannes; KERN, Dirse Clara; GLASER, Bruno; WOODS, William I. (org.). **Amazonian dark earths**: origin, properties, management. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 255-270.
- FILIZOLA, Niziano; GUYOUT, Jean Loup. Suspended sediment yields in the Amazon basin: an assessment using the Brazilian national data set. **Hydrological Processes**, New Jersey, v. 23, n. 22, p. 3207-3215, Aug. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1002/hyp.7394>.
- FRANZINELLI, Elena; POTTER, Paul Edwin. Areias recentes dos rios da bacia amazônica: composições petrográfica, textural e química. **Revista Brasileira de Geociências**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 213-220, set. 1989.
- FRASER, James A.; JUNQUEIRA, André B.; CLEMENT, Charles R. Homegardens on Amazonian Dark Earths, non-anthropogenic upland, and floodplain soils along the Brazilian Middle Madeira River exhibit diverging agrobiodiversity. **Economy Botany**, New York, v. 65, n. 1, p. 1-12, Mar. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12231-010-9143-y>.
- GAILLARDET, Jérôme; DUPRE, Bernard; ALLEGRE, Claude J.; NEGREL, Philippe. Chemical and physical denudation in the Amazon River Basin. **Chemical Geology**, Amsterdam, v. 142, n. 3-4, p. 141-173, Oct. 1997. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0009-2541\(97\)00074-0](https://doi.org/10.1016/S0009-2541(97)00074-0).
- GLASER, Bruno; BIRK, Jago Jonathan. State of the scientific knowledge on properties and genesis of anthropogenic dark earths in Central Amazonia (*terra preta de índio*). **Geochimica et Cosmochimica Acta**, Amsterdam, v. 82, p. 39-51, Apr. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gca.2010.11.029>.
- GLASER, Bruno; HAUMAIER, Ludwig; GUGGENBERGER, Georg; ZECH, Wolfgang. The terra preta phenomenon - a model for sustainable agriculture in the humid tropics. **Naturwissenschaften**, New Jersey, v. 88, n. 1, p. 37-41, Jan. 2001.
- GUILHERME, Luiz Roberto Guimarães; MARQUES, João José; PIERANGELI, Maria Aparecida Pereira; ZULIANI, Daniela Queiroz; CAMPOS, Mari Lúcia; MARCHI, Giuliano. Elementos traços em solos e sistemas aquáticos. *In*: VIDAL-TORRADO, P.; ALLEONI, L. R. F.; COOPER, M.; SILVA, A. P.; CARDOSO, E. J. (org.). **Tópicos em ciência do solo**. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2005. v. 4, p. 345-390.
- GUIMARÃES, Sérgio Tavares; LIMA, Hedinaldo Narciso; TEIXEIRA, Wenceslau Geraldes; NEVES JUNIOR, Afrânio Ferreira; SILVA, Francisco Weliton Rocha; MACEDO, Rodrigo Santana; SOUZA, Kleber Worsley de. Caracterização e classificação de gleissolos da várzea do rio Solimões (Manacapuru e Iranduba), Amazonas, Brasil. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, v. 37, n. 2, p. 317-326, mar./abr. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-06832013000200003>.
- HAVLIN, John H.; BEATON, James D.; TISDALE, Samuel L.; NELSON, Werner L. **Soil fertility and fertilizers**: an introduction to nutrient management. 8th. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2003.
- HECKENBERGER, Michael J.; NEVES, Eduardo Góes. Amazonian archaeology. **Annual Review Anthropology**, Palo Alto, v. 38, n. 1, p. 251-266, Oct. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1146/annurev-anthro-091908-164310>.
- HECKENBERGER, Michael J.; KUIKURO, Afukaka; KUIKURO, Urissapá Tabata; RUSSEL, J. Christian; SCHMIDT, Morgan; FAUSTO, Carlos; FRANCHETTO, Bruna. Amazonia 1492: pristine forest or cultural parkland? **Science**, Washington, v. 301, n. 5640, p. 1710-1714, Sept. 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.1126/science.1086112>.
- IUSS WORKING GROUP WRB. **WORLD reference base for soil resources 2014**: international soil classification system for naming soils and creating legends for soils maps: update 2015. Rome: FAO, 2015. p. 1-192. (World soil resources reports, 106).
- JUNK, Wolfgang J.; PIEDADE, Maria Teresa Fernandez; SCHÖNGART, Jochen; COHN-HAFT, Mario; ADENEY, J. Marion; WITTMAN, Florian. A classification of major naturally-occurring Amazonian Lowland Wetlands. **Wetlands**, New Jersey, v. 31, n. 4, p. 623-640, Aug. 2011.
- KÄMPF, Nestor; KERN, Dirse C. O solo como registro de ocupação humana pré-histórica na Amazônia. *In*: VIDAL-TORRADO, P.; ALLEONI, L. R. F.; COOPER, M.; SILVA, A. P.; CARDOSO, E. J. (org.). **Tópicos em ciência do solo**. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2005. v. 4, p. 277-320.
- KÄMPF, Nestor; WOODS, William I.; SOMBROEK, Wim; KERN, Dirse Clara; CUNHA, Tony Jarbas Ferreira. Classification of Amazonian Dark Earths and other ancient anthropic soils. *In*: LEHMANN, Johannes; KERN, Dirse Clara; GLASER, Bruno; WOODS, William I. (ed.) **Amazonian dark earths**: origin, properties, management. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 77-102.
- KERN, Dirse Clara; KÄMPF, Nestor; WOODS, William I.; DENEVAN, William M.; COSTA, Marcondes Lima da; FRAZÃO, Francisco Juvenal Lima; SOMBROEK, Win. Evolução do conhecimento em Terra Preta de Índio. *In*: TEIXEIRA, Wenceslau Geraldes; KERN, Dirse Clara; MADARI, Beáta Emöke; LIMA, Hedinaldo Narciso; WOODS, William I. (ed.). **As terras pretas de índio da Amazônia**: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas. Manaus: EMBRAPA Amazônia Ocidental, 2009. p. 72-81.

- KERN, Dirse Clara; KÄMPF, Nestor. O efeito de antigos assentamentos indígenas na formação de solos com terra preta arqueológica na região de Oriximiná-PA. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, v. 13, n. 2, p. 219-225, 1989.
- LEHMANN, Johannes; KERN, Dirse Clara; GERMAN, Laura; McCANN, Joe; MARTINS, Gilvan Coimbra; MOREIRA, Adonis. Soil fertility and production potential. In: LEHMANN, Johannes; KERN, Dirse Clara; GLASER, Bruno; WOODS, William I. (ed.). **Amazonian dark earths: origin, properties, management**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003a. p. 105-124.
- LEHMANN, Johannes; SILVA JR., José Pereira da; STEINER, Christoph; NEHLS, Thomas; ZECH, Wolfgang; GLASER, Bruno. Nutrient availability and leaching in an archaeological Anthrosol and a Ferralsol of the Central Amazon basin: fertilizer, manure and charcoal amendments. **Plant and Soil**, New Jersey, v. 249, n. 2, p. 343-357, Feb. 2003b. DOI: <http://dx.doi.org/10.1023/A:1022833116184>.
- LEMOES, Vanda Porpino; COSTA, Marcondes Lima da; GURJÃO, Robson da Silva; KERN, Dirse Clara; MESCOUTO, Cleide Samara Tavares; LIMA, Wivian Thais dos Santos; VALENTIM, Tainara Lima. Comportamento do arsênio em perfis de solos do Sítio Ilha de Terra de Caxiuanã – Pará. **Revista Escola de Minas**, Ouro Preto, v. 62, n. 2, p. 139-146, abr./jun. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0370-44672009000200004>.
- LEVIS, Carolina; DE SOUZA, Priscila Figueira; SCHIETTI, Juliana; EMILIO, Thaise; PINTO, José Luiz Purri da Veiga; CLEMENT, Charles R.; COSTA, Flavia R. C. Historical human footprint on modern tree species composition in the Purus-Madeira interfluvio, central Amazonia. **PLoS One**, San Francisco, v. 7, n. 11, p. e48559, Nov. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0048559>.
- LIMA, Hedinaldo Narciso; TEIXEIRA, Wenceslau G.; SOUZA, Kleber Worsley. O solo da paisagem da várzea com ênfase no trecho Coari – Manaus. In: FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos (org.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2007. p. 25-52.
- LIMA, Hedinaldo N.; SCHAEFER, Carlos E. R.; MELLO, Jaime W. V.; GILKES, Robert J.; KER, João C. Pedogenesis and pre-Colombian land use of "Terra Preta Anthrosols" ("Indian black earth") of Western Amazonia. **Geoderma**, Amsterdam, v. 110, n. 1-2, p. 1-17, Nov. 2002. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0016-7061\(02\)00141-6](https://doi.org/10.1016/S0016-7061(02)00141-6).
- LIMA, M.; TAMANAHA, E. **Relatório final de atividades do grupo de arqueologia**: Projeto Piatam. Manaus: Piatam, 2007.
- MACEDO, Rodrigo S.; TEIXEIRA, Wenceslau G.; CORRÊA, Marcelo M.; MARTINS, Gilvan C.; VIDA-TORRADO, Pablo. Pedogenetic processes in anthrosols with pretic horizon (Amazonian Dark Earth) in Central Amazon, Brazil. **PLoS ONE**, San Francisco, v. 12, n. 5, p. e0178038, May 2017. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0178038>.
- MARQUES, J. J.; TEIXEIRA, W. G.; SCHULZE, D. G.; CURTI, N. Mineralogy of soils with unusually high exchangeable Al from the Western Amazon Region. **Clay Minerals**, McLean, v. 37, n. 4, p. 651-661, Dec. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1180/0009855023740067>.
- McMICHAEL, Crystal H.; PIPERNO, D. R.; BUSH, M. B.; SILMAN, M. R.; ZIMMERMAN, Andrew R.; RACZKA, Marco F.; LOBATO, L. C. Sparse pre-Columbian human habitation in western Amazonia. **Science**, Washington, v. 336, n. 6087, p. 1429-1431, June 2012. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.1219982>.
- MEGGERS, Betty J. **Man and culture in a counterfeit paradise**. London: Smithsonian Institution Scholarly Press, 1996.
- MORAES, Claide de Paula; NEVES, Eduardo Góes. O ano 1000: adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central. **Amazônica**, Belém, v. 4, n. 1, p. 122-148, mar. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v4i1.884>.
- NEVES, Eduardo Góes. El formative que nunca terminó: la larga historia de estabilidad en las ocupaciones humanas de la Amazonia Central. **Boletín de Arqueología**, San Miguel, n. 11, p. 117-142, 2007.
- NEVES, Eduardo Góes; PETERSEN, James B.; BARTONE, Robert N.; SILVA, Carlos Augusto da. Historical and socio-cultural origins of Amazonian Dark Earths. In: LEHMANN, Johannes; KERN, Dirse Clara; GLASER, Bruno; WOODS, William I. (ed.). **Amazonian dark earths: origin, properties, management**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 9-50.
- OLIVEIRA, Erêndira. **Potes que encantam: estilo e agência na cerâmica policroma da Amazônia Central**. 2016. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- OLIVEIRA, Luiz Antônio de; MOREIRA, Francisco W.; FALCÃO, Newton P.; PINTO, Valdecyra Souza G. Floodplain soils of Central Amazonia: chemical and physical characteristics and agricultural sustainability. In: JUNK, W. J.; OHLY, J. J.; PIEDADE, M. T. F.; SOARES, M. G. M. (org.). **The Central Amazon floodplain: actual use and options for a sustainable management**. The Netherlands: Backhuys Publishers, 2000. p. 129-140.
- OLIVEIRA, Naiara C.; PASCHOAL, Alexandre R.; PAULA, Ricardo J.; CONSTANTINO, Isabela C.; BISINOTI, Marcia C.; MOREIRA, Altair B.; FREGOLENTE, Lais G.; SANTANA, Ariane M.; SOUSA, Francisco A.; FERREIRA, Odair P.; PAULA, Amauri J. Morphological analysis of soil particles at multiple length-scale reveals nutrient stocks of Amazonian Anthrosols. **Geoderma**, Amsterdam, v. 311, p. 58-66, Feb. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.geoderma.2017.09.034>.
- PARNELL, J. Jacob; TERRY, Richard E.; NELSON, Zachary. Soil chemical analysis applied as an interpretive tool for ancient human activities in Piedras Negras, Guatemala. **Journal of Archaeological Science**, Amsterdam, v. 29, n. 4, p. 379-404, Apr. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1006/jasc.2002.0735>.



- PAYE, Henrique de Sá; MELLO, Jaime Wilson Vargas de; ABRAHÃO, Walter Antônio Pereira; FERNANDES FILHO, Elpídio Inácio; DIAS, Lívia Cristina Pinto; CASTRO, Maria Luisa Oliveira; MELO, Stefeson Bezerra de; FRANÇA, Michele Milanez. Reference quality values for heavy metals in soils from Espírito Santo State, Brazil. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, v. 34, n. 6, p. 2041-2051, nov./dez. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-06832010000600028>.
- PETERSEN, James; NEVES, Eduardo Góes; HECKENBERGER, Michael. Gift from the past: *terra preta* and prehistoric Amerindian occupation in Amazonia. In: McEWAN, Colin; BARRETO, Cristiana; NEVES, Eduardo Góes (ed.). **Unknown Amazon: culture in nature in ancient Brazil**. London: British Museum Press, 2001. p. 86-105.
- POTTER, P. E. The Mesozoic and Cenozoic paleodrainage of South America: a natural history. **Journal of South American Earth Sciences**, Amsterdam, v. 10, n. 5/6, p. 331-344, Dec. 1997. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0895-9811\(97\)00031-X](https://doi.org/10.1016/S0895-9811(97)00031-X).
- QUEIROZ, Maria Mireide Andrade; HORBE, Adriana Maria Coimbra; SEYLER, Patrick; MOURA, Candido Augusto Veloso. Hidroquímica do rio Solimões na região entre Manacapuru e Alvarães – Amazonas – Brasil. **Acta Amazonica**, Manaus, v. 39, n. 4, p. 943-952, jan. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0044-59672009000400022>.
- RIBEIRO, Antonio Carlos; GUIMARÃES, Paulo Tácito G.; ALVAREZ, Victor Hugo V. **Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais**. Viçosa: Comissão de Fertilidade do Solo do Estado de Minas Gerais, 1999.
- ROOSEVELT, Anna C. Prehistory of Amazonia. In: RENFREW, Colin; BAHN, Paul G. (ed.). **The Cambridge World Prehistory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 1175-1199.
- SANTOS, Rafael David dos; LEMOS, Raimundo Costa de; SANTOS, Humberto Gonçalves dos; KER, João Carlos; ANJOS, Lúcia Helena Cunha dos; SHIMIZU, Sérgio Hideiti. **Manual de descrição e coleta de solo no campo**. 6. ed. rev. e amp. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2013.
- SATO, Shinjiro; NEVES, Eduardo Góes; SOLOMON, Dawit; LIANG, Biqing; LEHMANN, Johannes. Biogenic calcium phosphate transformation in soils over millennial time scales. **Journal of Soils and Sediments**, New Jersey, v. 9, n. 3, p. 194-205, June 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s11368-009-0082-0>.
- SCHAEFER, Carlos Ernesto G. R.; LIMA, Hedinaldo N.; GILKES, Robert J.; MELLO, Jaime W. V. Micromorphology and electron microprobe analysis of phosphorus and potassium forms of an Indian Black Earth (IBE) Anthrosol of Western Amazonia. **Australian Journal of Soil Research**, Clayton South, v. 42, n. 4, p. 401-409, June 2004. DOI: <https://doi.org/10.1071/SR03106>.
- SCHELLEKENS, Judith; ALMEIDA-SANTOS, Tais; MACEDO, Rodrigo Santana; BUURMAN, Peter; KUYPER, Thomas W.; VIDAL-TORRADO, Pablo. Molecular composition of several soil organic matter fractions from anthropogenic black soils (Terra Preta de Índio) in Amazonia – A pyrolysis-GC/MS study. **Geoderma**, Amsterdam, v. 288, p. 154-165, Feb. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.geoderma.2016.11.001>.
- SCHMIDT, Morgan J.; PY-DANIEL, Anne Rap; MORAES, Claide de Paula; VALLE, Raoni B. M.; CAROMANO, Caroline F.; TEIXEIRA, Wenceslau G.; BARBOSA, Carlos A.; FONSECA, João A.; MAGALHÃES, Marcos P.; SANTOS, Daniel Silva do Carmo; SILVA, Renan da Silva e; GUAPINDAIA, Vera L.; MORAES, Bruno; LIMA, Helena P.; NEVES, Eduardo Góes; HECKENBERGER, Michael J. Dark earths and the human built landscape in Amazonia: a widespread pattern of anthrosol formation. **Journal of Archaeological Science**, Amsterdam, v. 42, p. 152-165, Feb. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jas.2013.11.002>.
- SCHOENEBERGER, P. J.; WYSOCKI, D. A.; BENHAM, E. C.; SOIL SURVEY STAFF. **Field book for describing and sampling soils: version 3.0**. Lincoln: Natural Resources Conservation Service: National Soil Survey Center, 2012.
- SILVA, Francisco Weliton Rocha; LIMA, Hedinaldo Narciso; TEIXEIRA, Wenceslau Geraldes; MOTTA, Marcelo Batista; MACEDO, Rodrigo Santana. Chemical and mineralogical characterization of anthropic soils (Amazonian Dark Earths) in the Central Amazon. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, v. 35, n. 3, p. 673-681, maio/jun. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-06832011000300002>.
- SMITH, Nigel J. H. Anthrosols and human carrying capacity in Amazonia. **Annals of the Association of American Geographers**, Oxfordshire, v. 70, n. 4, p. 553-566, Dec. 1980. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8306.1980.tb01332.x>.
- SOUZA, Kleber Worsley de. **Gênese, mineralogia e formas de fósforo em Arqueo-Antropossolos da várzea do rio Amazonas**. 2011. Tese (Doutorado em Solos e Nutrição de Plantas) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.
- STERNBERG, Hilgard O'Reilly. **A água e o homem na várzea do Caireiro**. Belém: MPEG, 1998.
- TAMANAHÁ, Eduardo Kazuo; NEVES, Eduardo Góes. 800 anos de ocupação da Tradição Polícroma da Amazônia: um panorama histórico no Baixo Rio Solimões. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 39, n. 2, p. 45-67, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.4000/aa.1255>.
- TEIXEIRA, Wenceslau Geraldes; MARTINS, Gilvan Coimbra; MACEDO, Rodrigo Santana; NEVES JUNIOR, Afrânio Ferreira; MOREIRA, Adônis; BENITES Vinícius de Melo; STEINER, Christoph. As propriedades físicas e hídras dos horizontes antrópicos das Terras Pretas de Índio na Amazônia Central. In: TEIXEIRA, Wenceslau Geraldes; KERN, Dirse Clara; MADARI, Beáta Emöke; LIMA, Hedinaldo Narciso; WOODS, William I. (org.). **As terras pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas**. Manaus: EMBRAPA Amazônia Ocidental, 2009. p. 225-241.

TEIXEIRA, Wenceslau Geraldes; MARTINS, Gilvan Coimbra; LIMA, Hedinaldo Narciso. An amazonian dark earth profile description from a site located in the floodplain (várzea) in the Brazilian Amazon. *In*: RÍOS, Gaspar Morcote; CAMARGO, Santiago Mora; CALVO, Carlos Franky (ed.). **Pueblos y paisajes antiguos de la selva Amazónica**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia-Taraxacum, 2006. p. 293-300.

VALENTE, Glayce J. S. S.; COSTA, Marcondes L. Fertility and desorption capacity of Anthrosols (Archaeological Dark Earth - ADE) in the Amazon: the role the ceramic fragments (sherds). **Applied Clay Science**, Amsterdam, v. 138, p. 131-138, Mar. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.clay.2017.01.007>.

WILSON, Clare A.; DAVIDSON, Donald A.; CRESSER, Malcom S. Multi-element soil analysis: an assessment of its potential as an aid to archaeological interpretation. **Journal of Archaeological Science**, Amsterdam, v. 35, n. 2, p. 412-424, Feb. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jas.2007.04.006>.

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Objetivos e política editorial

O **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** tem como missão publicar trabalhos originais em arqueologia, história, antropologia, linguística indígena e disciplinas correlatas. A revista aceita colaborações em português, espanhol, inglês e francês para as seguintes seções:

Artigos Científicos – textos analíticos originais, resultantes de pesquisas com contribuição efetiva para o avanço do conhecimento. De 15 até 30 laudas.

Artigos de Revisão – textos analíticos ou ensaísticos originais, com revisão bibliográfica ou teórica de determinado assunto ou tema. De 15 até 30 laudas.

Notas de Pesquisa – relato preliminar mais curto que um artigo, sobre observações de campo, dificuldades e progressos de pesquisa em andamento, enfatizando hipóteses, comentando fontes, resultados parciais, métodos e técnicas utilizados. Até 15 laudas.

Memória – seção que se destina à divulgação de acervos ou seus componentes que tenham relevância para a pesquisa científica; de documentos transcritos parcial ou integralmente, acompanhados de texto introdutório; e de ensaios biográficos, incluindo obituário ou memórias pessoais. Até 20 laudas.

Debate – ensaios críticos sobre temas da atualidade. Até 15 laudas.

Resenhas Bibliográficas – texto descritivo e/ou crítico de obras publicadas na forma impressa ou eletrônica. Até cinco laudas.

Teses e Dissertações – descrição sucinta, sem bibliografia, de dissertações de mestrado, teses de doutorado e livre-docência. Uma lauda. O **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** publica resumos de teses e dissertações, mas não publica capítulos de teses ou de dissertações. Entendida a necessidade e o interesse acadêmico na divulgação de resultados oriundos da formação em nível de pós-graduação, recomenda-se, para esses casos, a produção de artigo científico com texto distinto do original, dando ênfase ao que se destaca na pesquisa da tese ou dissertação e com uso de citação direta onde adequado.

Apresentação de artigos

O **Boletim** recebe contribuições somente em formato digital. Os arquivos digitais dos artigos devem ser submetidos online na plataforma *ScholarOne* via o site da revista <<http://http://editora.museu-goeldi.br/humanas>> ou diretamente via o link <<https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>>, fornecendo obrigatoriamente as informações solicitadas pela plataforma.

Cadastramento

O(s) autor(es) deve(m) realizar o cadastro (Login/Senha), criando uma conta pessoal na plataforma online, na seção “CREATE AN ACCOUNT” ou “NEW USER”, e preencher corretamente o perfil. O cadastramento/criação de uma conta precisa ser feito somente uma vez. Após isso, a conta deve ser usada para todas as submissões de trabalhos, revisões e pareceres.

A partir janeiro de 2018, ao submeter seu artigo, é necessário realizar cadastro na base de identificação acadêmica internacional ORCID, disponível em <http://orcid.org/>

Encaminhamento

Para submeter um novo trabalho, o autor precisa fazer o login na plataforma online e clicar em "AUTHOR CENTER". Após realizar este passo, o autor deve buscar a janela "AUTHOR RESOURCES" e iniciar o processo de submissão através do link "CLICK HERE TO SUBMIT A NEW MANUSCRIPT", no qual deverá realizar os sete passos:

- **Step 1: Type, Title, & Abstract**

- Escolher o tipo de trabalho (artigo, resenha etc.).
- Preencher o título do trabalho.
- Fornecer o resumo.

- **Step 2: Attributes**

- Acrescentar palavras-chave (3 até 6).

- **Step 3: Authors & Institutions**

- Especificar se o submissor é o próprio autor ou se é um terceiro.
- Especificar autor de correspondência.

- **Step 4: Reviewers**

- Especificar revisores da sua preferência e/ou aqueles que gostaria de evitar.

- **Step 5: Details & Comments**

- Especificar quem financiou a pesquisa.
- Declarar que o trabalho foi submetido exclusivamente para o Boletim e ainda não foi publicado.
- Declarar que o trabalho está conforme as normas éticas da disciplina.
- Afirmar que os arquivos submetidos estão completamente anônimos, para possibilitar avaliação por pares.
- Declarar se há conflito de interesse. No caso de haver, especificar.

- **Step 6: File Upload**

- Fazer o upload do(s) arquivo(s).
- (Pelo menos um dos arquivos deve representar o Main Document - o documento principal).

- **Step 7: Review & Submit**

- Verificar se todas as informações e arquivos estão completas e concluir a submissão, clicando em "SUBMIT".

A revista possui um Conselho Científico. Os trabalhos submetidos são primeiramente avaliados pelo Editor ou por um dos Editores Associados. O Editor reserva-se o direito de sugerir alterações nos trabalhos recebidos ou devolvê-los, caso não estejam de acordo com os critérios exigidos para publicação.

Uma vez aceitos, os artigos seguem para avaliação dos pares (peer-review). Os artigos são analisados por dois especialistas, no mínimo, que não integram a Comissão Editorial e emitem pareceres independentes. Caso haja discordância entre os pareceres, o trabalho é submetido

a outro(s) especialista(s). Caso mudanças ou correções sejam recomendadas, o trabalho é devolvido ao(s) autor(es), que terão um prazo de 30 dias para elaborar nova versão.

A publicação implica cessão integral dos direitos autorais do trabalho à revista. A declaração para a cessão de direitos autorais é enviada pela secretaria por email ao autor de correspondência, após a aceitação do artigo para publicação. O documento deve ser assinado por todos os autores.

Preparação de originais

Todas as submissões devem ser enviadas por meio da plataforma de submissão online *ScholarOne*.

Os originais devem ser enviados

1. Em Word, com fonte Times New Roman, tamanho 12, entrelinha 1,5, em laudas sequencialmente numeradas. Os trabalhos de linguística indígena devem utilizar fonte compatível com o padrão Unicode, como Arial, Calibri, Cambria, Déjà Vu, Tahoma e outras que incluam todos os símbolos fonéticos da IPA. Times New Roman é preferível, mas inclui IPA em Unicode somente a partir das últimas edições de Windows. **Nunca** improvisar símbolos do IPA usando letras comuns com tachamento (imitando *ɪ*, *ʉ* etc.).
2. Da primeira página, devem constar:
 - a. título (no idioma do texto e em inglês);
 - b. resumo;
 - c. abstract;
 - d. palavras-chave e keywords.
3. Os originais não podem incluir o(s) nome(s) do(s) autor(es) e nem agradecimentos.
4. Deve-se destacar termos ou expressões por meio de aspas simples.
5. Apenas termos científicos latinizados e palavras em língua estrangeira devem constar em itálico.
6. Os artigos deverão seguir as recomendações da ABNT para uso e apresentação dos elementos bibliográficos: resumos, NBR 6028; citações em documentos, NBR 10520; referências, NBR 6023.
7. Tabelas devem ser digitadas em Word, sequencialmente numeradas, com legendas claras.
8. Todas as figuras (ilustrações, gráficos, imagens, diagramas etc) devem ser apresentadas em páginas separadas e numeradas, com as respectivas legendas, e submetidas na plataforma online em arquivos à parte. Devem ter resolução mínima de 300 dpi e tamanho mínimo de 1.500 pixels, em formato JPEG ou TIFF. Obedecendo, se possível, as proporções do formato de página do Boletim, nos limites de 16,5 cm de largura e 20 cm de altura (para uso em duas colunas) ou 8 cm de largura e 20 cm de altura (para uso em uma coluna). As informações de texto presentes nas figuras, caso possuam, devem estar em fonte Arial, com tamanho entre 7 e 10 pts.
9. Figuras feitas em programas vetoriais podem ser enviadas, preferencialmente, em formato aberto, na extensão .cdr (X5 ou inferior), .eps ou .ai (CS5 ou inferior).
10. O texto do artigo deve, obrigatoriamente, fazer referência a todas as tabelas, gráficos e ilustrações.
11. Seções e subseções no texto não podem ser numeradas.
12. Somente numeração de páginas e notas de rodapé devem ser automáticas. Textos contendo numeração automatizada de seções, parágrafos, figuras, exemplos, ou outros processos automatizados, como referenciação e compilação de lista de referências, não serão aceitos.
13. Observar cuidadosamente as regras de nomenclatura científica, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas.
14. Notas de rodapé devem ser numeradas em algarismos arábicos e utilizadas apenas quando imprescindíveis, nunca como referências.

15. Referências a manuscritos, documentos de arquivo ou textos não publicados (relatórios, cartas etc.) devem ser feitas em notas de rodapé.
16. Citações e referências a autores no decorrer do texto devem subordinar-se à seguinte forma: sobrenome do autor (não em caixa alta), ano, página(s). Exemplos: (Goeldi, 1897, p. 10); Goeldi (1897, p. 10).
17. Todas as obras citadas ao longo do texto devem estar corretamente referenciadas ao final do artigo, e todas as referências no final do artigo devem ser citadas no texto.
18. Citações de obras como "apud" também devem estar corretamente referenciadas ao final do artigo. Os nomes de múltiplos autores ou organizadores citados como "et al." devem todos aparecer nas referências no final do artigo.

Estrutura básica dos trabalhos

1. **Título** – No idioma do texto e em inglês (quando este não for o idioma do texto). Deve ser escrito em caixa baixa, em negrito, centralizado na página.
2. **Resumo e Abstract** – Texto em um único parágrafo, verbo na voz ativa e terceira pessoa do singular, ressaltando os objetivos, método, resultados e conclusões do trabalho, com no mínimo 100 palavras e, no máximo, 200, no idioma do texto (Resumo) e em inglês (Abstract). A versão para o inglês deverá ser feita ou corrigida por um falante nativo (preferivelmente um colega da área), o que é de responsabilidade do(s) autor(es).
3. **Palavras-chave e Keywords** – Três a seis palavras que identifiquem os temas do trabalho, para fins de indexação em bases de dados.
4. **Texto** – Deve ser composto de seções NÃO numeradas e, sempre que possível, com introdução, marco teórico, desenvolvimento, conclusão e referências. Evitar parágrafos e frases muito longos. Optar pela voz passiva, evitando o uso da primeira pessoa do singular e do plural ao longo do texto. Siglas devem inicialmente ser escritas por extenso. Exemplo: "A Universidade Federal do Pará (UFPA) prepara novo vestibular". Citações de até três linhas devem estar dentro do parágrafo e entre aspas duplas (""); citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, com recuo de 4 cm da margem esquerda, com fonte menor e, conforme o exemplo a seguir:

Com efeito, a habitação em cidades é essencialmente antinatural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida em que se opõem à natureza. Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram. Max Weber mostra admiravelmente como a fundação de cidades representou para o Oriente Próximo e particularmente para o mundo helenístico e para a Roma imperial, o meio específico de criação de órgãos locais de poder; acrescentando que o mesmo fenômeno se encontra na China, onde ainda durante o século passado, a subjugação das tribos Miaotse pode ser identificada à urbanização das suas terras (Buarque de Holanda, 1978, p. 61).

5. **Agradecimentos** – Devem ser sucintos: créditos de financiamento; vinculação a programas de pós-graduação e/ou projetos de pesquisa; agradecimentos pessoais e institucionais. Nomes de pessoas e instituições devem ser escritos por extenso, explicando o motivo do agradecimento. Note que a primeira versão submetida é para avaliação anônima e deve estar sem agradecimentos.
6. **Referências** – Devem ser listadas ao final do trabalho, em ordem alfabética, de acordo com o sobrenome do primeiro autor. No caso de mais de uma referência de um mesmo autor, usar ordem cronológica, do trabalho mais recente ao mais antigo. Todas as referências devem seguir as recomendações da **NBR 6023 da ABNT**. Deve-se evitar o uso indevido de letras maiúsculas nos títulos de artigos ou de livros. Somente nomes próprios, substantivos alemães e as palavras de conteúdo de títulos de revistas e de séries devem começar por uma letra maiúscula.

Obs: A utilização correta das normas da ABNT referentes à elaboração de referências (NBR 6023/2002) e o uso adequado das novas regras de ortografia da Língua Portuguesa nos artigos e demais documentos encaminhados à revista são de responsabilidade dos autores. A seguinte lista mostra vários exemplos de referências nas suas categorias diferentes:

Livro: VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.

Livro: WIECZOREK, Alfred; ROSENDAHL, Wilfried; SCHLOTHAUER, Andreas (org.). **Der Kult um Kopf und Schädel**. Heidelberg: Verlag Regionalkultur, 2012.

Série/Coleção: GOELDI, Emílio. **Escavações arqueológicas em 1895**: executadas pelo Museu Paraense no Litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas. Belém: Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, 1900. (Memórias do Museu Goeldi, n. 1).

Capítulo de livro: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 133-154.

Capítulo de livro e Série/Coleção: VUILLERMET, Marine. Two types of incorporation in Esse Eja (Takanan). *In*: DANIELSEN, Swintha; HANNSS, Katja; ZÚÑIGA, Fernando (org.). **Word formation in South American languages**. Amsterdam: John Benjamins, 2014. p. 113-142. (Studies in Language Companion Series, n. 163).

Artigo de periódico: MORAES, Claide de Paula; NEVES, Eduardo Góes. O ano 1000: adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central. **Amazônica**, Belém, v. 4, n. 1, p. 122-148, mar. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v4i1.884>.

Artigo de periódico: WILSON, Clare A.; DAVIDSON, Donald A.; CRESSER, Malcom S. Multi-element soil analysis: an assessment of its potential as an aid to archaeological interpretation. **Journal of Archaeological Science**, Amsterdam, v. 35, n. 2, p. 412-424, Feb. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jas.2007.04.006>.

Artigo de periódico em meio eletrônico: VELTHEM, L. H. V. O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 1, p. 51-66, jan./abr. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222012000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 6 mar. 2015.

Artigo e/ou matéria de jornal: NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p. 13.

Artigo e/ou matéria de jornal em meio eletrônico: SILVA, Ives Gandra da. Pena de morte para o nascituro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 set. 1998. Disponível em: http://www.providafamilia.org/pena_morte_nascituro.htm. Acesso em: 19 set. 1998.

Trabalho apresentado em evento: BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9., 1994, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 1994. p. 16-29.

Trabalho apresentado em evento em meio eletrônico: SILVA, R. N.; OLIVEIRA, O. Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. *In*: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPE, 4., 1996, Recife. **Anais eletrônicos** [...]. Recife: UFPE, 1996. Disponível em: <http://www.propesq.ufpe.br/anais/anais.htm>. Acesso em: 21 jan. 1997.

Documento eletrônico: Documento eletrônico: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 23 jan. 2012.

Documento jurídico: SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

Documento jurídico: BRASIL. Congresso. Senado. Resolução nº 17, de 1991. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 183, p. 1156-1157, maio/jun. 1991.

Documento jurídico: BRASIL. Medida Provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 29514.

Trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e monografias): MORGADO, M. L. C. **Reimplante dentário**. 1990. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Odontologia) - Universidade Camilo Castelo Branco, São Paulo, 1990.

Trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e monografias): ARAUJO, U. A. M. **Máscaras inteiriças Tukúna**: possibilidades de estudo de artefatos de museu para o conhecimento do universo indígena. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1986.

Trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e monografias): BENCHIMOL, Alegria. **Resgate e ressignificação da pesquisa no Museu Paraense Emílio Goeldi**: presença e permanência de cientistas estrangeiros (1894-1914) na produção científica de autores atuais (1991-2010). 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e monografias): MOORE, Denny. **Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondônia (Brazil)**. 1984. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of New York, Nova York, 1984.

Avaliação inicial

Será feita uma avaliação inicial da submissão pela administração editorial, seguindo um *checklist* de critérios básicos. Caso a submissão esteja incompleta ou as imagens não estejam conforme as especificações ora informadas, o artigo será devolvido via plataforma online como "UNSUBMITTED". Isso significa que ele volta para a fase de não submetido. O autor de correspondência receberá, nesse caso, um comunicado com informações sobre as pendências apresentadas pelo artigo. Após a resolução dos problemas apontados, o autor pode ressubmeter o trabalho, escolhendo a opção "RESUBMIT".

Revisão de artigos

Após receber os pareceres anônimos, o Editor decide quanto à aceitação do artigo para publicação. Se aceito, o autor é convidado a revisar o artigo com base nos pareceres e nas observações do Editor. O autor deve explicar como a revisão foi realizada, dar justificativa em caso de não acatar sugestão dos pareceres, devendo obrigatoriamente usar a ferramenta "Controle de alterações" do Word para realizar as alterações no texto. O artigo revisado deve ser enviado através da plataforma online, por meio do link de revisão disponível em "AUTHOR RESOURCES", clicando em "CREATE REVISION".

Provas

Os trabalhos, depois de formatados, são encaminhados através do sistema de e-mail do ScholarOne, em PDF, para a revisão final dos autores, que devem devolvê-los com a maior brevidade possível. Os pedidos de alterações ou ajustes no texto devem ser feitos por comentários no PDF. Nessa etapa, não serão aceitas modificações no conteúdo do trabalho ou que impliquem alteração na paginação. Caso o autor não responda ao prazo, a versão formatada será considerada aprovada. Os artigos são divulgados integralmente no formato PDF no sítio, no Issuu, no DOAJ e na SciELO.

Endereço para correspondência:

Museu Paraense Emílio Goeldi

Editor do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas

Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme

CEP 66077-830

Belém - PA - Brasil

Telefone: 55-91-3075-6186

E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

Lembre-se:

- 1- Antes de enviar seu trabalho, verifique se foram cumpridas as normas acima. Disso depende o início do processo editorial.
- 2- Após a aprovação, os trabalhos são publicados por ordem de chegada. O Editor Científico também pode determinar o momento mais oportuno.
- 3- A revista não aceita resumos expandidos, textos na forma de relatório e nem trabalhos previamente publicados em anais, CDs ou outros suportes.

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS

INSTRUCTIONS FOR AUTHORS

Mission and Editorial Policy

The mission of the **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** is to publish original works on archaeology, history, anthropology, indigenous linguistics, and related fields. The journal accepts contributions in Portuguese, Spanish, English and French for the following categories:

Research Articles – original scientific articles reporting on research, that effectively contribute to the advancement of knowledge. Between 15 and 30 pages.

Review Articles – analytical texts or essays that contain a bibliographical or theoretical review of a certain subject or topic. Between 15 and 30 pages.

Short Communications – short preliminary reports on field observations, challenges faced and progress made in ongoing research emphasizing hypotheses, mentioning sources, partial results, materials and methods. Maximum length: 15 pages.

Memory – this category includes texts about collections or items in collections considered relevant for scientific research; fully or partly transcribed documents with an introductory text; biographical essays, including obituaries or individual memories. Maximum length: 20 pages.

Debate – critical essays on current issues. Maximum length: 15 pages.

Book Reviews – descriptive and/or critical reviews of printed or electronic publications. Maximum length: five pages.

Theses and Dissertations – a brief description (without bibliography) of master's theses and doctoral or other postgraduate dissertations. One page (A4, 1.5 spaced 12 point Arial or Times New Roman type). The **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** (Human Sciences) publishes abstracts of theses and dissertations, but does not publish chapters of these works. We recognize that need and academic interest in disseminating results stemming from graduate-level work exist, and in these cases recommend drafting a scientific article containing unique text which differs from the original, emphasizing notable points in the research and utilizing direct citations where appropriate.

Article proposals

The Boletim only accepts original contributions in digital format. Digital manuscripts should be submitted via the online platform *ScholarOne*, which is accessible through the website of the Boletim <<http://http://editora.museu-goeldi.br/humanas>> or directly via the link <<https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>>, providing additional information requested during the various steps of the submission process.

Registration

Authors must register in order to create a password-protected personal account on the online platform in the section "CREATE AN ACCOUNT" or "NEW USER" and correctly fill in the profile. Registration and the creation of an account need be done only once. Thereafter, the account should be used for current and future submissions to the Boletim.

Starting January 2018, all authors must register with ORCID in order to submit manuscripts.

Submission

In order to submit a new contribution, authors must log into their account on the online platform and click on "AUTHOR CENTER". After completing this step, proceed to the "AUTHOR RESOURCES" window and start the submission process via the link "CLICK HERE TO SUBMIT A NEW MANUSCRIPT", following seven steps:

- **Step 1: Type, Title, & Abstract**

- Choose type of manuscript (article, review, etc.).
- Title of manuscript.
- Provide the abstract.

- **Step 2: Attributes**

- Add key words (3 to 6).

- **Step 3: Authors & Institutions**

- Declare whether the manuscript is submitted by the author, or by another person.

- **Step 4: Reviewers**

- Optionally name potential reviewers that are preferred, or non-preferred.

- **Step 5: Details & Comments**

- Specify who funded the research that resulted in the submission.
- Declare that the work was submitted exclusively to the Boletim and has not been published elsewhere.
- Declare that the work is in accordance with ethical norms.
- Confirm that the submitted files are entirely anonymous, so as to enable anonymous peer review.
- Declare whether there is any conflict of interest. If there is, please specify.

- **Step 6: File Upload**

- Upload the files.

(At least one of the files should represent the Main Document)

- **Step 7: Review & Submit**

- Verify that all information and files are complete and finalize the submission by clicking on "SUBMIT".

The journal has a Scientific Council. Manuscripts are first examined by the Editor or by one of the Associate Editors. The Editor has the right to recommend alterations to the submitted manuscripts or to return them when they fail to comply with the journal's editorial policy.

Upon acceptance, manuscripts are submitted to peer-review and are reviewed by at least two specialists who are not members of the Editorial Board. In the event of discrepancy between the reviews, the manuscript is submitted to other referee(s). In case changes or corrections are recommended, the manuscript is returned to the author(s), who have thirty days to submit a new version.

Publication of a manuscript entails transfer of copyright to the journal. A declaration of Assignment of Copyrights of the published work, signed by all authors, must be submitted together with the revised manuscript via the *ScholarOne* platform.

Preparing the manuscript for submission

All manuscripts have to be submitted via the online platform *ScholarOne*. Original manuscripts must be prepared observing the following requirements:

1. Word for Windows format, Times New Roman font, size 12, line spacing 1.5, and pages must be numbered. Articles on linguistics must use a font that is compatible with the Unicode standard, such as Arial, Calibri, Cambria, Déjà Vu, Tahoma and others that include the IPA extended set of phonetic symbols. Times New Roman is preferred, but it includes the full IPA in Unicode only in more recent editions of Windows. One should **never** improvise IPA characters such as \dot{z} , \dot{u} , etc. by applying strike-through of common characters.
2. The cover page must contain the following information:
 - a. Title (in the original language and in English);
 - b. Abstract;
 - c. *Resumo* (a Portuguese abstract in case the original is English);
 - d. Keywords and their equivalent *palavras-chave* in Portuguese.
3. The manuscript must include neither the name(s) of the author(s) nor acknowledgements.
4. To highlight terms or phrases, please use single quotation marks.
5. Only foreign language words and phrases and Latinized scientific terms should be in italic type.
6. The articles should follow the recommendations of the Brazilian Association for Technical Standards (ABNT) for the presentation and use of bibliographical information: abstracts, NBR 6028; citation in documents, NBR 10520; references, NBR 6023.
7. Tables should be in Word format, numbered in sequence, with clear captions.
8. All figures (illustrations, graphs, pictures, diagrams, etc.) should be presented on separate, numbered pages with their respective captions, and submitted separately on the online platform. Images require minimum resolution of 300 dpi and minimum size of 1,500 pixels, in JPEG or TIFF format. If possible, respect the page sizes of the Bulletin, namely 16.5 cm wide and 20 cm tall (for images occupying two columns) or 8 cm wide and 20 cm tall (for images occupying one column). When text is contained in images, the font used should be Arial, 7 to 10 pt.
9. Images created in vectoral programs should be provided in open format, with either a .cdr (X5 or inferior), .eps or .ai (CS5 or inferior) extension.
10. All tables, graphs and images must obligatorily be mentioned in the body of the text. With regard to maps, please use symbols rather than colours (because of restricted use of colour in printed versions).
11. Sections and subsections in the text must not be numbered.
12. Only page numbering and the numbering of footnotes should be automatic. Texts containing automatically numbered sections, paragraphs, figures, examples or any other automatized processes cannot be accepted.
13. Texts must fully comply with scientific naming rules, abbreviations and other conventions current in the specific fields of discipline.
14. Footnotes should be used only when strictly necessary, never for reference to published work, and should be indicated in Arabic numbers.

15. References to manuscripts, archive documents or unpublished texts (reports, letters, etc.) must not be listed at the end of the article, but should be provided in footnotes.
16. Reference to works cited throughout the text should conform to the following convention: author's last name (not in upper case), year, page(s). Examples: (Goeldi, 1897, p. 10); Goeldi (1897, p. 10).
17. All references used throughout the text must be listed at the end of the article, and all works listed should be mentioned in the text.
18. Works cited as "apud" should also be fully and correctly listed at the end of the article. The names of multiple authors and volume editors referred in the text as "et al." must all appear in the reference list at the end of the article.

Basic text structure

1. **Title** – The title must appear both in the original language of the text and in English (or Portuguese, in case English is the original language). The title must be in lower case in bold type, centralized on the page.
2. **Abstract** – This section should be a single paragraph and highlight the goals, methods and results of the research, with a minimum length of 100 words and a maximum length of 200 words. The abstract should be presented both in the original language of the text and in English (or Portuguese, in case the original language is English). The translated abstract must either be composed or corrected by a native speaker, which is the responsibility of the authors.
3. **Keywords** – Three to six words that identify the topics addressed in the article, for the purpose of indexation in databases.
4. **Body of the text** – The text should be subdivided into sections that are NOT numbered. Articles should preferably contain the following components/sections: introduction, theoretical background, main text, conclusion, references. Lengthy paragraphs and/or sentences should be avoided. Acronyms should be preceded by the word or phrase to which it refers to when appearing for the first time. Example: "The Universidade Federal do Pará (UFPA) is preparing a new admission exam". Quotations of less than three lines should be included in the body of the text between double quotation marks (""). Quotations of more than three lines are separated from the text and indented in block, with no quotation marks, the font size being smaller than the font used in the text.

The road down into the Guaporé Valley was in quite good condition, for it had not yet begun to rain heavily, and we made good time to the ranch known as Estrela do Guaporé. There, I talked briefly with the administrator, a man named Alvaro, and then with Kim, who was recuperating from malaria. Kim was very pale and weak, and our talk was brief and constrained. I found out later that he had actually gone to Brasília and told the FUNAI that Silbene was urging the Indians to kill cattle. In fact, Silbene had told the Indians to defend their gardens, which were on demarcated land, from invading cattle (Price, 1989, p. 119).

5. **Acknowledgements** – Should be brief and can mention: support and funding; connections to graduate programs and/or research projects; acknowledgement to individuals and institutions. The names of individuals and institutions should be written in full, together with a motivation for the acknowledgement. Note that the first submitted version of the article should be without acknowledgements, because of the anonymous peer-review process.
6. **References** – Should be listed at the end of the text in alphabetical order according to the last name of the first author. In the event of two or more references to a same author, please use chronological order starting with the most recent work. References should comply with ABNT recommendation NBR 6023. Please avoid unnecessary capitals in the titles of books and articles. Only proper names, German nouns and the content words of journal titles and book series should start with a capital letter.

Note that the correct application of the ABNT norms concerning bibliographical references (NBR 6023/2002) and the correct application of the modern spelling rules of Portuguese are the responsibility of the author(s). The following list contains examples of the different categories of bibliographical references, illustrating ABNT practice:

Book: PRICE, David. **Before the bulldozer:** the Nambiquara Indians and the World Bank. Cabin John: Seven Locks Press, 1989.

Book: WIECZOREK, Alfred; ROSENDAHL, Wilfried; SCHLOTHAUER, Andreas (ed.). **Der Kult um Kopf und Schädel.** Heidelberg: Verlag Regionalkultur, 2012.

Series: GOELDI, Emílio. **Escavações arqueológicas em 1895:** executadas pelo Museu Paraense no Litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas. Belém: Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, 1900. (Memórias do Museu Goeldi, n. 1).

Book chapter: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX. *In:* CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (ed.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 133-154.

Book chapter and series: VUILLERMET, Marine. Two types of incorporation in Esse Eja (Takanan). *In:* DANIELSEN, Swintha; HANNSS, Katja; ZÚÑIGA, Fernando (ed.). **Word formation in South American languages.** Amsterdam: John Benjamins, 2014. p. 113-142. (Studies in Language Companion Series, n. 163).

Journal article: MORAES, Claide de Paula; NEVES, Eduardo Góes. O ano 1000: adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central. **Amazônica**, Belém, v. 4, n. 1, p. 122-148, mar. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v4i1.884>.

Journal article: WILSON, Clare A.; DAVIDSON, Donald A.; CRESSER, Malcom S. Multi-element soil analysis: an assessment of its potential as an aid to archaeological interpretation. **Journal of Archaeological Science**, Amsterdam, v. 35, n. 2, p. 412-424, Feb. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jas.2007.04.006>.

Electronic journal article: VELTHEM, L. H. V. O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 1, p. 51-66, jan./abr. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222012000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 06 mar. 2015.

Newspaper article: NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p. 13.

Electronic newspaper article: SILVA, Ives Gandra da. Pena de morte para o nascituro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 set. 1998. Disponível em: http://www.providafamilia.org/pena_morte_nascituro.htm. Acesso em: 19 set. 1998.

Conference presentation: BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9., 1994, São Paulo. **Proceedings** [...]. São Paulo: USP, 1994. p. 16-29.

Electronic conference presentation: SILVA, R. N.; OLIVEIRA, O. Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. *In*: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPE, 4., 1996, Recife. **Electronic proceedings** [...]. Recife: UFPE, 1996. Disponível em: <http://www.propesq.ufpe.br/anais/anais.htm>. Acesso em: 21 jan. 1997.

Electronic document: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 23 jan. 2012.

Legal document: SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

Legal document: BRASIL. Congresso. Senado. Resolução nº 17, de 1991. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 183, p. 1156-1157, May/Jun. 1991.

Legal document: BRASIL. Medida Provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dec. 1997. Seção 1, p. 29514.

Academic theses (PhD theses, MA theses and monographs): MORGADO, M. L. C. **Reimplante dentário**. 1990. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Odontologia) – Universidade Camilo Castelo Branco, São Paulo, 1990.

Academic theses (PhD theses, MA theses and monographs): ARAUJO, U. A. M. **Máscaras inteiriças Tukúna**: possibilidades de estudo de artefatos de museu para o conhecimento do universo indígena. 1985. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1986.

Academic theses (PhD theses, MA theses and monographs): BENCHIMOL, Alegria. **Resgate e ressignificação da pesquisa no Museu Paraense Emílio Goeldi**: presença e permanência de cientistas estrangeiros (1894-1914) na produção científica de autores atuais (1991-2010). 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Academic theses (PhD theses, MA theses and monographs): MOORE, Denny. **Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondônia (Brazil)**. 1984. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of New York, New York, 1984.

Initial evaluation

An initial evaluation will be carried out by the editorial staff, following a checklist of basic criteria. In case the submission is incomplete or the images are not in accordance with the specifications mentioned above, the article will be returned to the author through the platform, by marking it as "UNSUBMITTED". This means that the article returns to the stage of not yet having been submitted, with an

explanation of the issues to be resolved. After having resolved the pending issues, the author should resubmit the article by choosing the option "RESUBMIT".

Revision of articles

After receiving the anonymous peer reviews, the Editor decides whether the article is accepted for publication. If accepted, the author is requested to revise the article on the basis of the reviews and the Editor's observations. The author must also explain how the revision was done and provide justification in case the advice of the reviewer(s) was not followed. It is obligatory to use the "Track Changes" function in Word, when applying changes. The revised article should be submitted via the online platform, via the revision link at "AUTHOR RESOURCES", by clicking on "CREATE REVISION".

Proofs

After having been formatted by the editorial staff, the articles will be sent in PDF format to the authors via the *ScholarOne* e-mail system for final approval, and must be returned as soon as possible. Requested changes in the text have to be marked and commented as clearly as possible in the PDF document. At this stage, changes concerning content or changes resulting in an increase or decrease in the number of pages will not be accepted. In the event that the author does not respond in time, the formatted version will be considered as approved by the author. The articles will be published in full in PDF format on the journal website, in Issuu, in DOAJ, and at SciELO.

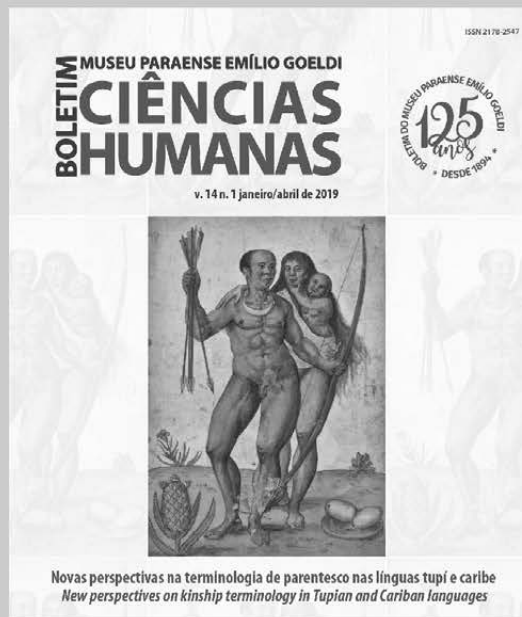
Mailing address:

Museu Paraense Emílio Goeldi
Editor do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas
Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme
CEP 66077-830
Belém - PA - Brazil
Phone: 55-91-3075-6186
E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

Please remember:

- 1- Before submitting your manuscript to the journal, please check whether you have complied with the norms above. The start of the editorial process depends on this.
- 2- After acceptance, the articles will be published according to order of arrival. The Editor may also decide on the most convenient time for publication.
- 3- The journal does not accept expanded abstracts, reports, and works previously published in Proceedings, CDs, and/or other media.

BOLETINS DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI PATRIMÔNIO DA CIÊNCIA NO BRASIL



Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (ISSN 2178-2547)

Também disponível em: <http://editora.museu-goeldi.br/humanas>
<https://www.scielo.br/bgoeldi> | <http://www.scopus.com/search/form.url>

Submissão de trabalhos: <https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>

Permuta:
mgdoc@museu-goeldi.br

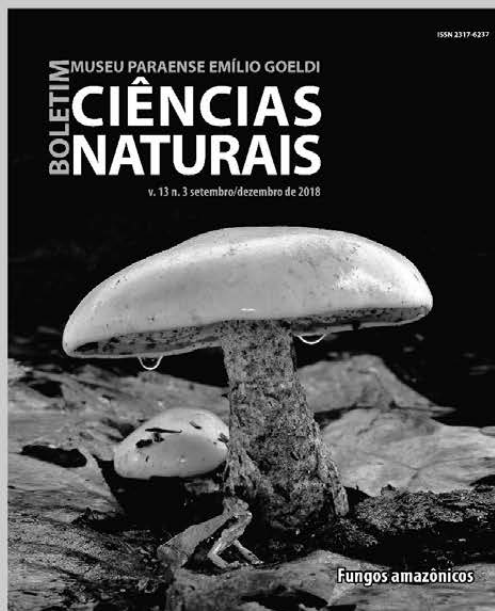
Venda:
livraria@museu-goeldi.br



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



BOLETINS DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI PATRIMÔNIO DA CIÊNCIA NO BRASIL



Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais (ISSN 2317-6237)

Também disponível em: <http://editora.museu-goeldi.br/naturais>

Submissão de trabalhos e informações: boletim.naturais@museu-goeldi.br

Permuta:
mgdoc@museu-goeldi.br

Venda:
livraria@museu-goeldi.br



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi
Formato: 50P0 x 59P6
Tipografia: MPEG

Conteúdo

Dossier “New perspectives on kinship terminology in Tupian and Cariban languages” Joshua Birchall, Fiona M. Jordan.....	11
Terminologias de parentesco dos grupos da família linguística Mondé Lediane Fani Felzke, Denny Moore	15
Termos de parentesco nas línguas Tuparí (família Tupi) Antônia Fernanda Souza Nogueira, Ana Vilacy Galucio, Nicole Soares-Pinto, Adam Roth Singerman	33
Restructuring of Proto-Omagua-Kukama kin terms Zachary O’Hagan.....	65
Nota sobre o sistema de parentesco em Proto-Tupí-Guaraní Joshua Birchall, Luis Henrique Oliveira, Fiona M. Jordan.....	79
Termos de parentesco: primeiras reconstruções em Proto-Arara-Ikpeng Ana Carolina Ferreira-Alves, Angela Fabíola Alves Chagas, Leonard Jéferson Grala Barbosa	101
Kin terms in Karitiana and how they may contribute to the reconstruction of Proto-Tupian kin terminology Luciana Storto.....	121
Kin on the Wing: patterns in residence, mobility, and alliance for Ache hunter-gatherers Warren Thompson	131
Notas sobre duas terminologias de parentesco Caribe no norte amazônico: Katwena-Tunayana e Waiwai Leonor Valentino	147
A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas Roberto Porro	169
Patrimônios indígenas nos 80 anos do Museu das Missões: etno-história e etnomuseologia aplicada à imaginária missional Jean Baptista, Tony Boita.....	189
Amazonian dark earths in the fertile floodplains of the Amazon River, Brazil: an example of non-intentional formation of anthropic soils in the Central Amazon region Rodrigo Santana Macedo, Wenceslau Geraldes Teixeira, Hedinaldo Narciso Lima, Adriana Costa Gil de Souza, Francisco Weliton Rocha Silva, Omar Cubas Encinas, Eduardo Góes Neves.....	207